

RENATO LOPES LEITE
Orientador: Prof. Dr. EUCLIDES MARCHI
Co-orientador: Prof. Dr. ESTEVÃO CHAVES DE R. MARTINS

**REPUBLICANOS E
LIBERTÁRIOS: PENSADORES
RADICAIS DA
INDEPENDÊNCIA - RIO DE
JANEIRO (1822)**

Tese para exame de doutoramento, Pós-Graduação
em História, Universidade Federal do Paraná -
UFPR

Universidade Federal do Paraná - UFPR
Curitiba (PR), novembro de 1997 - Brasil
E-mail: renato@humanas.ufpr.br

**REPUBLICANOS E
LIBERTÁRIOS:
PENSADORES RADICAIS DA
INDEPENDÊNCIA - RIO DE
JANEIRO (1822)**

AGRADECIMENTOS

Desde março de 1994, quando foi iniciado este trabalho, dialoguei incessantemente com o meu orientador, o Prof. Dr. Euclides Marchi. O professor Euclides foi sempre positivo em suas observações, de modo que os capítulos que se seguem fluíram sem traumas. O ato de escrever esta tese foi extremamente prazeroso, e isto se deveu ao sistemático trabalho do meu orientador, a quem agradeço publicamente a espirituosidade cotidiana.

Agradeço também ao meu co-orientador, o Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins. O professor Estevão, há dez anos atrás, foi a primeira pessoa a sugerir que frei Caneca era um “revolucionário e republicano”. Além de ser o pai da idéia, o professor Estevão esclareceu muitas das minhas dúvidas.

Agradeço especialmente os meus colegas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Muitos leram partes dos originais e procuraram contribuir com sugestivas críticas.

Agradeço o apoio do CNPq.

ÍNDICE

Introdução

I. A República	44-129
II. Os republicanos contra o Fico: a ante-sala da pressão pró-Constituinte	130-191
III. Constituinte e eleições diretas: vontade do príncipe ou vontade geral do Soberano?	192-260
IV. O fim do Reino Unido de Brasil e Portugal: fundamentação do imaginário separatista	261-343
V. Conspiração republicana ou Aclamação da soberania popular?.. ..	344-412
Conclusão	413-421
Anexo I: “ <i>Representação do povo do Rio de Janeiro</i> ” publicada no <u><i>Astro da Lusitânia</i></u>	422-423
Anexo II: Publicação da <i>Reclamação do Brasil, parte XIV</i> , de José da Silva Lisboa (o futuro Visconde de Cairu), no jornal português <u><i>Astro da Lusitânia</i></u> , de 9 de agosto de 1822	424-426
Anexo III: Discurso de Cipriano Barata na sessão das Cortes de Lisboa de 13 de agosto de 1822	427-433

Anexo IV: Número 5 do jornal *O Argos Pernambucano*, de José da Natividade Saldanha, Recife, 22 de julho de 1824. O redator ataca a noção de voto censitário 434-437

Anexo V: Última página do jornal *Desengano aos Brasileiros*, de João Soares Lisboa. Publicado em Recife, em 31 de julho de 1824 438

Anexo VI: Frontispício das *Obras* de frei Caneca, colecionadas por Antônio Joaquim de Melo 439

Bibliografia 440-468

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN - BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

AN - ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

BNL - BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

AHU - ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO (LISBOA)

RESUMO

A presente Tese pretende evidenciar a existência de um pensamento republicano no Rio de Janeiro à época da Independência do Brasil.

No entretanto, o objetivo inicial deste trabalho era apreender a noção de liberdade pública dos republicanos brasileiros entre 1822-1824. Tratava-se, à época, de estudar a Confederação do Equador de forma retrospectiva. Ou seja, narrar o renascimento de um determinado republicanismo em 1822, que vai explodir na revolução confederada do norte do Brasil, em 1824.

Este projeto inicial foi posteriormente redefinido, principalmente porque a documentação do ano de 1822 mostrou-se muito mais rica do que se poderia imaginar.

Dentre os novos problemas que apareceram, o mais geral foi a necessidade de investigar por que os republicanos brasileiros da Independência apoiaram o regime monarquista de Pedro I, em 1822? Porém, para responder adequadamente a esta questão, foi necessário recorrer-se às obras de frei Caneca, Cipriano Barata e José da Natividade Saldanha, líderes da Confederação do Equador.

Assim, o presente trabalho acabou se tornando a busca de um elo entre o *republicanismo* de 1824 e o pensamento republicano de 1822: este elo perdido se chama João Soares Lisboa, redator do periódico *Correio do Rio de Janeiro*.

"... Temeremos dizer que as páginas da moderna história da França, manchadas com todos os horrores da Anarquia e de um Despotismo ainda mais cruel, do que aquele, de que se diziam livres, assusta e desengana os que poderiam ter idéias de uma independência Republicana?"¹. [Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha] .

Os "... portugueses [do Brasil] tanto senão mais amantes da liberdade como os Outros Povos [da América] só trocarão a ventura de serem Republicanos por outra maior, a de constitucionais"². [João Soares Lisboa]

"Rousseau, e Condorcet, Mirabeau, e Mably não são os meus homens. ..." ³. [José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu] .

"BRASILEIROS! Para vós não é preciso recordar todos os males, a que estáveis sujeitos, e que vos impeliram à Representação [do Povo do Rio de Janeiro], que Me fez a Câmara, e Povo desta Cidade no dia 23 de maio, que motivou o Meu Real Decreto de 3 de junho [de 1822]..."⁴. [D. Pedro e José Bonifácio] .

"Tudo parece portanto claro: quando se está diante de um animal que discursa, sabe-se que é um animal humano, portanto político. Mas, na prática, uma outra coisa é muito menos clara:

¹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Reverbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : na Ofic. de Moreira, e Garcez, 1º de janeiro de 1822, nº VIII, p. 87 (original não grifado).

² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : nº 54, 17 de junho de 1822, p. 222 (original não grifado).

³ José da Silva Lisboa [Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 19 de julho de 1822, Parte I, p. 3 (grifado no original).

⁴ Príncipe regente e José Bonifácio, "Manifesto de 1º de agosto de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Op. cit., volume 1, p. 289 (original não grifado).

como se reconhece exatamente como um discurso aquele ruído que o animal diante de nós faz com sua boca?"⁵.

⁵ Jacques Rancière. "O dissenso". In.: Adauto Novaes (organizador). A crise da razão. São Paulo : Companhia das Letras ; Brasília : Ministério da Cultura ; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Arte, 1996, p. 373.

INTRODUÇÃO

"... Desconhecidos e anônimos são os que falam aqui: um discurso coletivo. ... E daí também decorre a notória impotência da ciência diante da página ilustrada e dos livros 'menores'. 'Aqui estou, não posso agir de outro jeito' [dito atribuído a Lutero]. 'E, no entanto, move-se' [palavras de Galileu]. Nenhuma investigação científica poderia apagar estas palavras. A prova de que nunca foram ditas não diz nada contra a superioridade delas. A Comuna de Paris e o ataque ao Palácio de Inverno, Danton na guilhotina e Trótski no México: a imaginação coletiva participa mais de todas estas imagens do que qualquer ciência. A grande Marcha é para nós, no final das contas, aquilo que se conta da Grande Marcha. A História é uma invenção para a qual a realidade fornece os elementos. Não é, porém, uma invenção arbitrária. ... Sem dúvida, devemos muito à investigação científica desinteressada; no entanto ela é como um pobre-diabo, uma figura artificial. Só o verdadeiro sujeito da História deixa sua sombra. E esta sombra é projetada como ficção coletiva. ... O problema das fontes é uma questão de princípios, e a diferença entre elas não pode ser resolvida por uma investigação crítica. Mesmo a 'mentira' contém um momento de verdade ..."¹.

A noite de 29 para 30 de maio de 1822 foi muito movimentada na Tipografia Silva Porto, oficina onde se imprimia o jornal *Correio do Rio de Janeiro*, do jornalista libertário João Soares Lisboa. Desde que, na semana anterior, uma "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", com mais de seis mil assinaturas, por iniciativa do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, havia ponderado ao governo sobre a necessidade de "Convocação de Cortes Brazilianas" ou "Assembléia Geral Representativa", o ambiente político na Corte ficara carregado.

¹ Hans Magnus Enzensberger. O curto verão da anarquia. São Paulo : Companhia das Letras, 1987, p. 15-16, 17.

Desde então, reações contrárias à Constituinte através da imprensa, e inquietantes rumores fizeram com que os seis redatores e responsáveis daquela "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*" se encontrassem, naquela noite, na Tipografia Silva Porto. Havião redigido a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", primeiramente, o jornalista Joaquim Gonçalves Ledo. Em segundo lugar, o desembargador e Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira. Em terceiro lugar, o padre, jornalista e professor de filosofia Januário da Cunha Barbosa. Em quarto, o padre Antônio João Lessa. Em quinto, o jornalista libertário já referido, João Soares Lisboa. E, em sexto lugar, o desembargador Bernardo José da Gama. Essa revelação, em ordem de importância, é publicamente divulgada pelo próprio João Soares Lisboa, que acrescenta ainda que naquela noite se encontravam também na Tipografia "...vários assistentes que não quiseram tomar parte ativa da empresa, que muita gente julgava arriscada e de tristes consequências"².

A situação era tensa. Há alguns dias dispunha-se da informação que o próprio D. Pedro havia ficado insatisfeito com a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*" e não queria a reunião de "Cortes ou Assembléia Nacional no Brasil". Havia mais de um motivo que poderia explicar a insatisfação do regente. Um deles poderia ser, por exemplo, o teor da "*Representação*". Em oito itens era solicitado ao príncipe regente 1º) uma "Assembléia Geral das Províncias" com no mínimo cem deputados, 2º) com sessões públicas para preservar a "união" do Reino Português em "justas condições", através de 3º) alterações, reformas e emendas da Constituição que se fazia em Lisboa. 4º) Ela exerceria o

² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254.

poder legislador. 5º) Poderia instalar-se com 2/3 do número total dos deputados. 6º) Enquanto esperava-se as "províncias ainda não coligadas", vigoraria o artigo 21 das "Bases"³. 7º) A "Assembléia" se entenderia por escrito com as Cortes de Lisboa sobre a "união com Portugal, que o Brasil deseja conservar". 8º) O lugar de seu funcionamento seria a "Sede da Soberania Brasílica" (ver Anexo I).

Outro motivo que poderia explicar a insatisfação de D. Pedro era o modo como tudo havia sido feito: o jornal *Correio do Rio de Janeiro* de 18 de maio de 1822, que lançou publicamente a campanha, havia informado que o "cidadão" deveria ir à Tipografia Silva Porto para assinar a "Representação".

Não fossem esses motivos suficientes, havia ainda um último que poderia ter contribuído para abalar o humor do príncipe regente, D. Pedro: a idéia de voto direto. No *Correio do Rio de Janeiro* que publicamente havia lançado a campanha, em 18 de maio de 1822, João Soares Lisboa convocava os "nossos concidadãos" a participarem dirigindo-se à tipografia Silva Porto ou à Loja da Gazeta. Ao assinar, os concidadãos deveriam especificar se eram favoráveis as eleições diretas ou indiretas para a Constituinte.

Contudo, o regente recebera, no dia 23 de maio de 1822, a "Representação" das mãos de seus organizadores, quando simbolicamente pronunciou algumas palavras. No mesmo dia, porém, o clima político começou a mudar. Isto ocorreu porque o eminente intelectual José da Silva Lisboa, ele

³ As "Bases da Constituição Política da Monarquia" haviam sido juradas pelo governo e pelos deputados Constituintes no ano anterior. O artigo 21 estabelecia que as resoluções da Constituinte de Lisboa só valeriam "logo que pelos seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade". Francisco Adolfo de Varnhagen. História da Independência do Brasil. Brasília : MEC/INL, 1972, 6ª ed., p. 95.

mesmo, o Visconde de Cairu⁴, professor de filosofia, Conselheiro de D. João VI, economista liberal (foi ele quem influenciou na abertura dos portos, na estada de D. João pela Bahia, em janeiro de 1808), escritor reputadíssimo na "República Literária", primeiro tradutor de Adam Smith e de Edmund Burke, jornalista, historiador, refinado polemista, deputado na futura constituinte, enfim, o velho Lisboa publicou a *Reclamação do Brasil Parte XIV*, onde atacava a Constituinte, a "Representação" e seus autores. Na *Reclamação do Brasil Parte XIV*, Cairu dizia que convocar uma Constituinte era uma iniciativa "inopinada e prepostera", um plano "... anômalo, cerebrino, e extravagante ...". Os seis redatores da "Representação do Povo do Rio de Janeiro", acima nomeados, eram "... Perturbadores Públicos ...". Pois "O Povo mal guiado é o Dragão Beócio ..." ⁵.

Eis o que pensava o Visconde sobre uma Constituinte no Brasil:

"...assim desadorno, clamo, e protesto, contra o PROJETO anticonstitucional e incendiário, de sedução Popular, e de tremenda responsabilidade, anunciado no == *Correio [do Rio de Janeiro]* == e ora corrente pelo Prelo, com título de Representação a S.A.R por via do Senado da Câmara. ..." ⁶

Cairu era um panfletista político atormentado pelo espectro do Conselho de Notáveis e dos Estados Gerais

⁴ José da Silva Lisboa só receberia o título Visconde de Cairu em 1826. Tal título, porém, será utilizado nas próximas referências a este pensador monarquista. Pois é necessário diferenciar José da Silva Lisboa de seu adversário republicano, João Soares Lisboa.

⁵ José da Silva Lisboa [Visconde de Cairu]. *Reclamação do Brasil Parte XIV*. Rio de Janeiro : 23 de março de 1822, na Tipografia Nacional, p. 1, 2, 3 (grifado no original). BN-SOR 84, 2, 36.

⁶ José da Silva Lisboa [Visconde de Cairu]. Id., p. 1 (grifado no original).

Franceses. Citando longos trechos de Edmund Burke, o Visconde temia que no Brasil se reunissem os elementos que poderiam induzir a uma "Revolução Francesa":

"A requerida Assembléia, é mera farsa e paródia da que perdeu a França e a Europa, principiando pelo Ajuntamento dos Notáveis, e acabando por Governo Despótico Militar do Tirano Corso, depois de passar o Corpo Legislativo por tantas horrendas fases de Assembléia Nacional -- Constituinte -- Legislativa -- Convenção -- Conselhos -- Senados Conservadores &c. &c."⁷.

O Visconde pergunta: "Pretende-se, à Francesa, igualar coisas desiguais?". Como a respeitável corporação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro segue os catastróficos "...vestígios da Municipalidade de Paris..."⁸?

Desde então, uma variedade de rumores e vozes atormentavam a Corte. Tamanhos problemas levaram os responsáveis pela "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*" a se encontrarem, naquela noite de 29 para 30 de maio, na Tipografia Silva Porto. Procurava-se elementos sobre inúmeros boatos, como o que dava conta de que José da Silva Lisboa, o velho Lisboa, havia sido persuadido a escrever a *Reclamação do Brasil Parte XIV* por quatro dos Criados de D. Pedro. Os boatos eram detalhados ao ponto de trazerem a informação de que José da Silva Lisboa havia se reunido com os quatro Criados de D. Pedro, liderados pelo Guarda-roupa da Corte, João Maria da Gama e Freitas Berquó, na casa de um deles, denominado Gordilho. Lá reunidos, o Visconde de Cairu teria sido, então, persuadido a escrever a *Reclamação do Brasil Parte XIV*.

⁷ Id., p. 2 (grifado no original).

⁸ Id., p. 2, 3.

Avaliava-se, enfim, a situação quando surgiu na Tipografia Silva Porto o Marechal Miguel Lino de Moraes. Em separado, o militar disse à João Soares Lisboa que era porta-voz de um recado de Berquó, Guarda-roupa de D. Pedro. Por "ordem de S.A.R"⁹, o Criado da Corte encomendava ao jornalista que divulgasse a informação de que D. Pedro estava descontente com o primeiro-ministro José Bonifácio. João Soares Lisboa irritou-se, argumentando não publicar "insinuações".

João Soares Lisboa e Joaquim Gonçalves Ledo puseram-se, então, a meditar sobre a situação, já que dispunham de informações inteiramente díspares e contrárias. João Soares Lisboa disse, então, que estava pensando em escrever uma carta ao príncipe regente, para "saber d'Ele qual das coisas que diz Berquó é verdadeira, se a que me mandou dizer por Moraes, ou a que inculcou ao outro Lisboa [o Visconde de Cairu]"¹⁰. Joaquim Gonçalves Ledo concordou.

No dia seguinte, 30 de maio de 1822, ao meio dia, o marechal Moraes novamente esteve na Tipografia. Após a conversa, João Soares Lisboa pôs-se a escrever a carta para D. Pedro, pois se havia certificado de que os movimentos do marechal Moraes eram motivados por "insinuações" e "intrigas" do Guarda-roupa de D. Pedro, Berquó. A carta no mesmo dia chegou às mãos do regente, através da provável intermediação da princesa, D. Leopoldina.

Dois dias depois, em 1º de junho de 1822, um sábado, João Soares Lisboa foi chamado à presença do ministro Caetano Pinto de Miranda Montenegro. João Soares Lisboa comprometeu-se a encontrar o ministro as 19 horas. Logo em seguida ao recebimento da convocação manuscrita do

⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254 (original não grifado).

¹⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Id., p. 254 (grifado no original).

ministro, reapareceu na Tipografia o marechal Moraes. Perguntou a João Soares Lisboa se ele havia cumprido a solicitação de Berquó. João Soares Lisboa respondeu que dissesse "a Berquó para fazer ciente a S.A.R."¹¹ que ele não recebia "insinuações" "suspeitosas", pois estas logo "vulgarizavam-se". O marechal Moraes, estranhando a resposta, acabou, então, por admitir saber que todo o episódio se tratava de uma "intriga" de Berquó juntamente com o primeiro-ministro José Bonifácio. Ele insistiu com João Soares Lisboa para não divulgar tal assunto. A advertência chegava tarde, pois a carta já estava nas mãos do príncipe há dois dias.

Conforme prometera, as 19 horas do mesmo 1º de junho João Soares Lisboa dirigiu-se à presença do ministro Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que informou-lhe dispor de ordens para apurar a verdade. O marechal Moraes seria interrogado e, se negasse algo, haveria uma acareação.

Sendo interrogado no dia seguinte, 2 de junho de 1822, um domingo, o marechal Moraes negou parte da história. E a acareação foi, então, marcada para o dia 8 de junho.

Contudo, no sábado, 1º de junho, fora convocado o Conselho de Procuradores das Províncias. "Urgindo a salvação do Estado"¹², mandava José Bonifácio instalar, no dia seguinte, o "Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil".

No dia 2 de junho, domingo, D. Pedro deu posse "imediatamente" aos três Procuradores das Províncias que

¹¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 255 (original não grifado).

¹² José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decreto de 1º de junho de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Brasília : Senado Federal, 1973, volume 1, p. 84 (original não grifado).

estavam no Rio de Janeiro: um da Cisplatina, e os dois eleitos pela Corte. Nas palavras de D. Pedro, a instalação imediata justificava-se porque a "...Salvação da Nossa Pátria [estava] ameaçada por facções"¹³.

Foi assim instalado o Conselho de Estado. Criação do decreto de 16 de fevereiro de 1822, ele havia sido solicitado pelas "Representações" de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em dezembro de 1821 [as mesmas do "Fico"]. É intrigante notar que um Conselho de Procuradores das Províncias, determinado desde o mês de fevereiro, seja instalado assim de afogadilho, através de um decreto convocando-o do sábado para o domingo. E apenas com três membros. Além do mais, quais seriam as "facções", às quais se refere o príncipe regente, D. Pedro?

Enfim, no dia 3 de junho de 1822, segunda-feira, foi convocada a Constituinte. A legislação eleitoral, dizia o decreto, seria adotada pelo Conselho de Procuradores. João Soares Lisboa, contudo, contestou a decisão do Conselho que, em 10 de junho, adotou sessões secretas. O "Soberano", dizia João Soares Lisboa, é a "Opinião pública", os meios legais da demonstração pela imprensa¹⁴.

Nesta altura dos acontecimentos, é prudente fazer uma pausa, e expor algumas interrogações. Por exemplo, haveria alguma relação entre os fatos narrados por João Soares Lisboa, a crise política que se havia instalado com a questão da Constituinte e das eleições diretas, e o decreto de 3 de junho de 1822?

Primeiramente, tomando-se por parâmetro a *Reclamação*, do Visconde de Cairu, parece lógico concluir que o governo

¹³ Príncipe regente, 2 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 47, 5 de junho de 1822, p. 191 (original não grifado).

¹⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 54, 17 de junho de 1822, p. 222.

era contrário à convocação de uma Constituinte. Além de considerar uma Constituinte algo inaceitável, o governo também emitiu sinais de desaprovação às outras reivindicações da "Representação", como as eleições diretas e a mudança da sede do país. E também ficara insatisfeito com a linguagem da "Representação", e a forma através da qual tudo se havia processado. Pergunta-se então: o que teria levado o governo a convocar a Constituinte em 3 de junho de 1822? Como, quando e por que houve uma mudança de opinião dentro da burocracia estatal?

Em segundo lugar, quais seriam os objetivos da ação conjugada de Berquó-José Bonifácio? Que teria ocorrido caso João Soares Lisboa publicasse as informações do marechal, segundo as quais o príncipe regente estava "pouco satisfeito" com José Bonifácio? Poder-se-ia pensar em uma onda de prisões, empastelamentos, processos e devassas?

Em terceiro lugar, em que medida a convocação da Assembléia Constituinte, em 3 de junho de 1822, é uma consequência da "Representação"? Dito com outras palavras, seria possível afirmar que a Constituinte é fruto da vontade popular (ou de uma parcela da população da cidade do Rio de Janeiro, de sua opinião pública), canalizada pela "Representação"?

Finalmente, qual a relação entre essa "intriga" em que João Soares Lisboa viu-se envolvido, e a mudança de opinião do governo? Esse episódio teria precipitado o decreto de 3 de junho que convocou a Constituinte?

Dito isto, volta-se à exposição sobre a "intriga" que envolveu João Soares Lisboa.

Enfim, na acareação, João Soares Lisboa conseguiu convencer o ministro da sinceridade de intenções, fatos e argumentos de sua carta.

Porém, D. Pedro divulgou a carta aos seus Criados, que processaram João Soares Lisboa por "crime de injúria atroz". No mês seguinte, em 7 de julho, João Soares Lisboa recebeu a intimação de uma nova acusação. O Procurador da Coroa, França, acusava-o pelas críticas à legislação eleitoral para a Constituinte, contidas no número 64 do *Correio do Rio de Janeiro*. Quem "... autorizou S.A.R. para mandar o contrário daquilo que lhe Representaram os Povos desta Província?"¹⁵, era uma das objeções que o jornalista fizera à lei eleitoral.

O julgamento se iniciou as 9 horas da manhã, do dia 29 de julho de 1822. No tribunal, a Procuradoria da Coroa utilizou os argumentos dos dois processos como provas de acusação. Mas o Júri Popular julgou João Soares Lisboa inocente.

Em 22 de outubro, contudo, João Soares Lisboa foi preso. Ele, Ledo, José Clemente Pereira e os outros republicanos foram acusados, em 30 de outubro, de estarem planejando uma conspiração para mudar a forma de governo. Os documentos da devassa explicam que havia pessoas "espalhando doutrinas erradas, e contrárias ao sistema do Governo estabelecido, já em público, já em associações particulares, [que] pretendiam desacreditar o mesmo governo, alterar sua forma, e fomentar a discórdia e a guerra civil"¹⁶.

¹⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 64, 1º de julho de 1822, p. 272 (Há erro de paginação, aqui retificado).

¹⁶ Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valerio Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa, e o padre Antônio João de Lessa. ... Rio de Janeiro : Tipografia de Silva Porto e Companhia, 1824, p. 2 (original não grifado).

José Bonifácio, em novembro, determinou que uma devassa descobrisse os "partidistas", "os terríveis monstros desorganizadores", "os facciosos e inimigos da tranqüilidade pública, traidores ao Império", pois, "conspirando contra o Governo", fomentavam "a anarquia, e a guerra civil"¹⁷. Para o ministro, tratava-se de uma "facção ultimamente forjada contra o Governo"¹⁸. Uma "facção oculta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarquistas" que "ousavam temerários com o maior maquiavelismo, caluniar a indubitável constitucionalidade do Nosso Augusto Imperador". Era, enfim, um "infernai partido" de "traidores" e "solapados demagogos" que, com "perversos e manhosos desígnios", pretendiam "plantar e disseminar desordens, sustos e anarquia"¹⁹.

Todos foram absolvidos, à exceção de João Soares Lisboa. Tratou-se de uma absolvição tardia, pois os que não estavam presos tinham sido expulsos, degredados, devassados, asilados ou convidados a deixarem o Brasil. João Soares foi desterrado em Buenos Aires. Retornou ao Rio de Janeiro em 1823, e foi preso. Prosseguiu, contudo, a publicação do seu jornal, mesmo estando na cadeia. Foi anistiado em novembro de 1823, sob a condição de deixar o Brasil. Descumprindo esta determinação, dirigiu-se para Pernambuco e aderiu à Confederação do Equador.

João Soares Lisboa morreu em combate em 30 de setembro de 1824.

¹⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 129, de 2 de novembro de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Brasília : Senado Federal, 1973, volume 1, p. 195.

¹⁸ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 130, de 6 de novembro de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Id., p. 196.

¹⁹ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 132, de 11 de novembro de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Id., p. 197.

REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A narrativa acima põe um problema sobre o ato de convocação da Constituinte que, simbolicamente, fundou o império brasileiro: Por que a Constituinte foi convocada? Ou seja, poder-se-ia pensar o decreto de 3 de junho de 1822 como o produto de uma política de contestação sustentada pela imprensa republicana? A publicização das idéias e propostas políticas dos republicanos teria capacidade de criar uma "opinião pública" manifesta nas seis mil assinaturas, recolhidas em apenas cinco dias, para uma "*Representação*"? Teria a "opinião pública" tido oportunidade de se manifestar, ou tudo não passa de teatralização do jogo político por um setor dissidente da elite letrada? Ocorreria naquele momento o fato inédito no Brasil da manifestação pública de contestação ao regime? Seria a invenção da "opinião pública" no Brasil?

Nas palavras do próprio D. Pedro e de José Bonifácio, o que "motivou" a convocação da Constituinte foram as pressões catalisadas pela *Representação do povo do Rio de Janeiro*:

"BRASILEIROS! Para vós não é preciso recordar todos os males, a que estáveis sujeitos, e que vos impeliram à Representação [do Povo do Rio de Janeiro], que Me fez a Câmara, e Povo desta Cidade no dia 23 de maio, que motivou o Meu Real Decreto de 3 de junho [de 1822] ..."²⁰.

²⁰ Príncipe regente e José Bonifácio, "Manifesto de 1º de agosto de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Op. cit., volume 1, p. 289 (original não grifado).

Ora, o episódio de junho de 1822, acima narrado, evidencia que a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte do Brasil foi um ato contrário à vontade política do príncipe, convocada quase que à revelia do governo. Para tanto, teria havido a criação de uma "opinião pública" simpática à doutrinação da imprensa republicana? Dessa ótica, como se deveria interpretar a Independência do Brasil? Por exemplo, qual o estatuto e significado do Sete de Setembro e do Grito do Ipiranga? Existiria alguma relação entre a retórica absolutista dos escritores do governo, em 1822, e a dissolução da Constituinte no ano seguinte, em 12 de novembro de 1823? Qual o significado do surgimento literário de uma cultura política republicana na imprensa do Rio de Janeiro de 1822? Como os pensadores do *republicanismo* pensam o direito de participação política na cidade das camadas não-letradas? Teria a imprensa republicana (e a absolutista?) inventado/criado a "opinião pública"²¹ no Brasil de 1821-1824?

Há aqui duas questões teóricas: primeiramente, o problema da aplicabilidade do conceito de "opinião pública" ao Rio de Janeiro do início do século XIX. Em segundo lugar, e como consequência, o problema da existência de uma cultura política republicana no Rio de Janeiro à época da Independência.

É necessário notar, antes de mais nada, que o conceito de opinião pública vem sendo utilizado pelos historiadores do Antigo Regime europeu e da Revolução Francesa. Informação, aliás, desnecessária, não fosse destacado que a

²¹ "O poder dos meios de comunicação em moldar os fatos ao dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos, e quando reservaram um dia do calendário para comemorar a opinião pública". Robert Darnton. O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 1990, p. 16 (original não grifado).

Revolução Francesa, seus panfletos, jornais, libelles, e também seus exércitos, têm grande penetração na América, particularmente após a ocupação da península Ibérica pelas tropas de Napoleão²². Apesar da diferença cronológica, o Rio de Janeiro de 1821-1824 não ficou imune à influência do simbolismo do imaginário político revolucionário da segunda metade do século XVIII. Ao contrário, o embate ideológico, cujo palco é a imprensa do Rio de Janeiro da Independência, é pautados por posições pró e contra a tese da soberania popular. Como é perceptível nos argumentos do escritor de Corte José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, acima analisados.

Justifica-se, assim, porque se recorre aos debates recentes da historiografia do Antigo Regime e da Revolução Francesa para tratar os dois problemas teóricos mencionados: os conceitos de cultura política e de opinião pública.

Após Koselleck, Habermas explorou a ascensão hegemônica da moderna "cultura industrial" dentro da história de uma mudança estrutural da vida pública²³. Apesar do nascimento da sociedade burguesa no outono da Idade Média, para Habermas, somente no século XVIII as instituições burguesas e a sociabilidade Iluminista iriam constituir a estrutura social de uma autêntica esfera pública. Habermas divide essa autêntica esfera pública em três aspectos: a) mercado de bens culturais (da cidade); b)

²² Ver François-Xavier Guerra. Modernidad e Independencia. Madrid : Editorial Mapfre, 1992, p. 15 e capítulo I, "Revolución Francesa y Revoluciones Hispánicas: una relación compleja", p. 19-54. E sobre Portugal, ver José Mattoso (dir.). História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). Lisboa : Editorial Estampa, 1996, volume 5, particularmente capítulos I-III, p. 17-88.

²³ Cf. Anthony J. La Vopa. "Conceiving a public: ideas and society in Eighteenth-Century Europe". In.: The Journal of Modern History. Chicago : The University of Chicago Press, volume 64, n° 1, march 1992, p. 98.

República das Letras ou esfera pública literária (clubes, cafés, salões, imprensa, lojas maçônicas); e, c) a esfera pública política (o domínio da política). Com o iluminismo, chamado por Habermas de esfera pública "literária", antes o público foi primeiramente uma leitura pública, e a crítica racional da pessoa privada no político teve um precursor literário. A nova esfera pública do mundo das letras, já com instituições do público e com fóruns de discussões, deu publicidade à esfera pública burguesa: aberta, transparente, de densidade pública, a publicidade revelou a ilegitimidade da monarquia²⁴.

Hannah Arendt, no entretanto, tem concepção diferente da formulada por Habermas. Para ela, somente no século XVIII, com Montesquieu e James Harrington, ressurgiu a noção da Antigüidade Clássica de esfera pública, isto é, um espaço público onde a liberdade pudesse aparecer, o lugar da esfera política. No século das Luzes, a liberdade foi nomeada "felicidade pública" na Revolução Americana, e "liberdade pública" na Revolução Francesa. Também chamada "espírito público", com ênfase sempre sobre "público". Diferentemente dos revolucionários franceses, os *philosophes* do iluminismo não confundiram "liberdade pública ou política" com ódio exaltado pelos senhores da Corte. Para os *philosophes* e para os revolucionários americanos, liberdade pública consistiria em haver participação na gestão pública, "... o interesse público da

²⁴ Ver Jürgen Habermas. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984, p. 45-59. Publicado em 1961, muito influenciado pela Guerra Fria, o livro clássico de Habermas é insistentemente mencionado pela recente historiografia do século XVIII. Habermas, no entretanto, limita-se a analisar o "modelo liberal da esfera pública burguesa". Infelizmente Habermas não se preocupa em estudar a "esfera pública plebéia" que existiu durante a Revolução Francesa, e que reaparece no movimento cartista e na tradição anarquista europeia. Herdeira do iluminismo, a esfera pública plebéia não deixa de se orientar pela esfera pública burguesa.

liberdade", participar do governo da república livre. E a felicidade pública consistia no "...direito de acesso do cidadão à esfera pública, em sua participação no poder público - em 'ser um participante na gestão do governo'...[Jefferson]"²⁵.

Keith Michael Baker, que tentou compreender a gênese, e analisar a natureza da noção de opinião pública no século XVIII, diz que opinião pública surge através de um processo de contestação política da monarquia absolutista que se desenvolve a partir de 1750 na França, gerando uma cultura política pré-revolucionária. Ou seja, no contexto do *Ancien Régime* surge uma política de contestação que obriga os escritores, tanto os favoráveis quanto os contrários ao governo, a apelar para além das formas tradicionais da política absolutista, a apelar ao tribunal do "público"²⁶. No conceito francês de "opinião pública", projetou-se a "política para fora da política"²⁷, conclui Keith Baker²⁸.

²⁵ Hannah Arendt. Da Revolução. Brasília : Ed. UnB/Ática, 1988, p. 173, 95, 101, 102. (Em ordem de citação) (original não grifado). Hannah Arendt equivoca-se em suas críticas à Revolução Francesa, tão exageradas que é perceptível uma celebração da Revolução de Independência Americana contra a Revolução Francesa.

²⁶ Cf. Keith Michael Baker. "Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime". In. Annales ESC, janvier-février 1987, n° 1, p. 41, 55.

²⁷ Citado por Anthony J. La Vopa. "Conceiving a public: ideas and society in Eighteenth-Century Europe". In.: The Journal of Modern History. Chicago : The University of Chicago Press, volume 64, n° 1, march 1992, p. 88.

²⁸ Ora, é justamente este apelo ao tribunal da opinião pública que fazem os pensadores do *republicanismo* brasileiro através de seus jornais. Por exemplo, o "cidadão livre" João Soares Lisboa diz que quando pediu uma Assembléia Constituinte no Brasil, em 22 abril 1822, podia-se tomar sua opinião como: "...singular, (o que não é assim porque sempre espreitamos e seguimos a opinião pública de nossos Concidadãos mais cordatos) o resultado de 20, e de 23 de Maio mostrou ser opinião geral...". Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 138, 27 de setembro de 1822, p. 615 (original não grifado). João Soares Lisboa diz que procurava redigir uma folha "... em que pudessem meus Concidadãos do Brasil manifestar[em] sua opinião a respeito dos interesses nacionais ...". Ou seja, propôs-se a escrever o Correio do Rio de Janeiro para que nele se manifestasse "...a opinião pública do Brasil debaixo do título = correspondência". Carta de João Soares Lisboa ao rei, Rio de

Janeiro, 30 de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 138, 27 de setembro de 1822, p. 616, 615 (em ordem de citação). (original não grifado). É por isso que a presente pesquisa faz uso das cartas dos leitores, publicadas nos jornais republicanos.

Outro exemplo: o republicano Cipriano Barata chega a recomendar a leitura dos "papeis públicos" dos escritores de Corte, cujo intuito seria influenciar "a pública opinião a favor do Despotismo Monárquico". Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia Cavalcante e Companhia, nº 28, 9 de julho de 1823 (Quarta feira), p. 119. Isto porque o próprio imperador, em uma *Proclamação*, havia reconhecido que a "mira" do governo é a opinião pública, nota Cipriano Barata. Cf. Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia Cavalcante e Companhia, nº 38, 13 de agosto de 1823 (Quarta feira), p. 161. Sobre a opinião pública, diz este republicano: "Quanto a opinião publica essa clama furiosamente não só a favor dos trabalhos do Soberano onipotente Congresso Brasília, como contra o Ministério; todos bradam -- abaixo o Ministério, aliás tudo se perde". Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia Cavalcante e Companhia, nº 28, 9 de julho de 1823 (Quarta feira), p. 119. Isto porque, segundo Cipriano Barata, "...as abóbadas das Fortalezas, e os cárceres, estão apinhados de Cidadãos beneméritos, e inocentes por combaterem as servis opiniões, de Veto absoluto, duas Câmaras, e outras abomináveis instituições ...". Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia Cavalcante e Companhia, nº 20, 11 de junho de 1823 (Quarta feira), p. 81.

É interessante notar que Cairu, quando exerceu a função de censor régio, em 1821, escreveu no *Conciliador do Reino Unido* que julgava seu "dever dirigir bem a opinião pública, a fim de atalhar os desacertos populares, e as efervescência frenéticas", pois "os periódicos e papéis avulsos" eram também "lidos sôfrega e inconsideradamente pelas classes populares". Ora, se há escritores críticos e governistas produzindo artefatos literários para influenciar a opinião pública, há certamente um público consumidor de idéias. Mas, quem seriam esses leitores? A pesquisadora Lúcia Maria Bastos P. Neves menciona uma taxa de 56% de alfabetização no Rio de Janeiro de 1822. Apesar das deficiências do cálculo, essa taxa corresponde às verificadas nas cidades francesas no século XVIII, como Aix-en Provence, Lyon e Caen, onde a taxa de alfabetização variava entre 46 e 86%. Cidades como Recife e Salvador talvez tivessem índices parecidos aos do Rio de Janeiro. E não se pode afastar a hipótese de que a comunicação oral substituisse a leitura. Lúcia Maria Bastos P. Neves argumenta que um documento de 1820 alertava para o fato de que "muitas obras eram lidas 'diante' de um auditório já predisposto" a "passagens mais infestadas do espírito revolucionários das obras francesas mais perniciosas". Lúcia Maria Bastos P. Neves. "Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder". Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro : volume 8, nº 01/02, janeiro/dezembro 1995, p. 130-131, 133-4. Tal propaganda realizava-se nos salões, nas lojas e nas praças públicas, além das reuniões secretas.

Apesar do boom literário no Rio de Janeiro entre 1821-1824, convém não exagerar a influência da opinião pública criada pela imprensa brasileira da Independência. Basta mencionar que, das seis mil assinaturas da "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", muitas eram apenas cruces. E, como alerta Lúcia Maria Bastos P. Neves: "Na realidade, para a visão da época, somente a elite reunia condições intelectuais para ter acesso aos folhetos e, por conseguinte, à cultura política, convertendo-se ela própria no principal público de

Keith Michael Baker, no entanto, diverge de Habermas, para insistir que o conceito de "público", na França, desenvolve-se em um contexto de "*crise du pouvoir absolu*". Por um lado, a cultura política de contestação ao governo real na segunda metade do século XVIII caracteriza-se pela idéia de um tribunal da opinião pública, pela propaganda impressa e pela multiplicidade de brochuras. Por outro lado, o governo perde o poder coercitivo, outrora fundado na "república cristã". Keith Michael Baker exemplifica essa nova cultura política com o jornal *Gazette de Leyde*, através do qual o governo Francês procurava criar uma opinião pública favorável²⁹.

Tal argumento aplica-se ao objeto da presente pesquisa. No caso de Lisboa, por exemplo, o *Diário do Governo* [de Portugal] fazia propaganda ostensiva dos interesses mais conservadores da monarquia. Por exemplo, omitia fatos e debates das Cortes de Lisboa, ou inventava conspirações e revoltas. E, no caso do Rio de Janeiro, há o exemplo do oficial *Diário do Rio de Janeiro*, ou o do periódico *Regulador Brasileiro*. Esses dois jornais eram

si mesma". Não houve restrição por renda, porém, para as eleições indiretas de 1821, que elegeram os deputados constituintes para representarem o Brasil em Lisboa. Votara "... todo cidadão com mais de 25 anos". A imprensa que nascia visava, portanto, doutrinar "as camadas mais baixas, em especial os soldados". Lúcia Maria Bastos P. Neves. "Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder". In.: Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Op. cit., p. 132. Assim, apesar da aplicabilidade do conceito de opinião pública estar sendo discutido para compreender aspectos do Antigo Regime Europeu, e da cultura política pré-revolucionária da França, tal conceito é aplicável ao caso do estudo do *republicanismo* brasileiro porque tal conceito é manejado pelos próprios escritores políticos do período da Independência. Da ótica dos pensadores do *republicanismo* brasileiro, trata-se justamente de combater os planos monárquico-absolutistas do ministro José Bonifácio e do príncipe regente, D. Pedro. Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência: 1820-1822. São Paulo : USP, tese de doutorado, volume I, p. 103-134.

²⁹ Cf. Keith Michael Baker. "Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime". In. Annales ESC, janvier-février 1987, n° 1, p. 44-45.

redigidos por escritores pagos para fazerem propaganda do governo. Sendo que o ministro José Bonifácio chegou a ordenar, através de decreto, que as províncias divulgassem o *Regulador Brasileiro*. Sem esquecer os inúmeros escritos políticos e jornais do Visconde de Cairu, ele também um escritor subvencionado pelo governo³⁰.

Keith Michael Baker chama a atenção, porém, para o fato, crucial, de que ao aceitar-se a lógica de uma política de contestação, o governo absolutista conspira, involuntariamente, com sua própria oposição, a favor da transferência da autoridade suprema da pessoa política do monarca para a pessoa soberana do público³¹.

Keith Michael Baker ressalta, ainda, que uma análise exaustiva da noção de "opinião pública" aplicada à cultura política francesa do século XVIII "reste à faire". Sociologicamente, a natureza desta "entidade" continua mal definida. Pode compreender desde os conflitos do período pré-revolucionário, como uma sucessão de combates para determinar a referência sociológica desse conceito em favor de um ou de outro grupo rival. Politicamente, porém, o conceito de opinião pública adquire uma forma mais crítica, pois a noção de "público" começa a funcionar como a base de um novo sistema de autoridade, cuja função é abstrair uma legitimidade dentro de uma cultura política em transformação. Comparando o sistema político inglês à cultura política francesa, Keith Michael Baker nota que o problema consiste em imaginar uma forma de prática política que, de uma parte reconheça a autoridade nova do "público",

³⁰ Cf. José Honório Rodrigues. *História da história do Brasil. A historiografia conservadora*. São Paulo : Ed. Nacional; Brasília : INL, 1988, Vol. II, tomo I, p. 162, 165.

³¹ Cf. Keith Michael Baker. "Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime". In. *Annales ESC*, janvier-février 1987, n° 1, p. 45.

evitando, de outra parte, os conflitos e instabilidades da contestação³².

Além disso, a recente historiografia do Antigo Regime e da Revolução Francesa tem procurado compreender a convergência entre teoria da esfera pública e história da vida privada através de dois complementos: a) cultura política e opinião pública; e b) sociabilidade. Isto porque o conceito de "nova cultura" de Philippe Ariès é semelhante à esfera pública de Habermas. O projeto de Ariès define a fronteira entre a esfera pública e privada na Europa Moderna em termos de estado, religião e literatura. Mas Roger Chartier complica esse quadro, e focaliza a privatização do Estado e a publicização da vida privada. O guia de Chartier é Norbert Elias, com as idéias do novo caminho do Estado: o controle estrito dos instintos, o firme domínio das emoções, e o elevado senso de modéstia. Desde o século XVII o Estado criou a privacidade como secreto. Isto é, não poderiam ser mostradas em público desde partes do corpo a comportamentos sociais, e até mesmo o governo definia-se por *secret du roi*. Ao falar da publicidade da esfera privada, Chartier retoma Habermas. O "público" não é monopólio do Estado, pois na Inglaterra do fim do século XVII, e na França do século XVIII, o espaço público desenvolveu-se fora do governo. O uso público da razão por indivíduos privados (Chartier usa Habermas) na vida social do iluminismo tem várias formas. Por exemplo, discussões e críticas graduais contra o autoritarismo de Estado. Nas sociedades literárias, lojas maçônicas, clubes

³² Cf. Keith Michael Baker. "Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime". In. *Annales ESC*, janvier-février 1987, n° 1, p. 55. Sobre essa nova função que a noção de pública adquire, ver também Milton Meira do Nascimento. *Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*. São Paulo : EDUSP; Nova Stella, 1989. Também: Jean-Jacques Becker. "L'opinion". In.: René Rémond. *Pour une histoire politique*. Paris : Éditions du Seuil, 1988, p. 161-183.

e cafés, os participantes reconhecem-se como iguais, pessoas instruídas associam-se aos intelectuais negligenciando o status hereditário³³.

Assim, chega-se a segunda questão teórica, que é justificar o uso do conceito de cultura política para tratar do *republicanismo* no Rio de Janeiro da Independência.

A noção de cultura política é polêmica. Keith Michael Baker, por exemplo, trabalha com o seguinte conceito:

"... La définition de la culture politique ici proposée va faire contraste, car elle est plus linguistique ou symbolique en son essence. ... En cette acception, la culture politique est l'ensemble des discours ou pratiques symboliques par lesquels on énonce ces revendications. ..." ³⁴.

Keith Michael Baker utiliza-se do conceito de cultura política, por exemplo, para compreender as origens culturais da Revolução Francesa através da pesquisa da consciência política do Abade Mably³⁵. O Abade Mably antevê, no cenário cultural Iluminista da década de 1750, muitos dos fatos que ocorrerão na França em 1789. [Ressalte-se que Mably é traduzido e publicado por José da Natividade Saldanha, um dos pensadores do *republicanismo* brasileiros]. Um outro exemplo do uso do conceito de

³³ Ver Dena Goodman. "Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime". In.: *History and Theory*. Wesleyan University, 1992, vol. 31, n° 1, p. 10, 11, 12, 13 e 14.

³⁴ Keith Michael Baker. *Au tribunal de l'opinion. Essais sur l'imaginaire politique au XVIIIe siècle*. Paris, Editions Payot, 1993, p. 13-14.

³⁵ "Si je propose ici un exposé de la pensée de Mably, ce sera pour donner un exemple (mais seulement un exemple) de ce que fut l'idiome politique dans le discours français sur la vie publique à la fin de l'Ancien Régime, et pour essayer, dans la mesure du possible, de le caractériser plus complètement. ...". Keith Michael Baker. *Au tribunal de l'opinion. Essais sur l'imaginaire politique au XVIIIe siècle*, Id., p. 125.

cultura política, também do historiador Keith Michael Baker, é o da pesquisa sobre a linguagem de Guillaume-Joseph Saige, um "republicano" clássico de Bordeaux, cujo escrito (anônimo) *Catecismo do cidadão...*, de 1772, têm inúmeras publicações até 1789, mesmo tendo sido destruído publicamente em 28 junho 1775.

Este conceito de cultura política de Keith Baker é tributário das reflexões de Clifford Geertz, para quem cultura é algo "essencialmente semiótico", que se fundamenta na teoria da ação de Max Weber, ou seja, na análise (e nas próprias) "teias de significados"³⁶ simbólicas que o ser humano produz. Nas palavras de Clifford Geertz, sua posição é "tentar manter a análise das formas simbólicas"³⁷, formulação que o aproxima da filosofia das formas de expressão espiritual e simbólica de Ernst Cassirer³⁸.

³⁶ Clifford Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, s/data, p. 15. Clifford Geertz esclarece mais adiante: "...a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico, uma característica da mente, da personalidade, da estrutura cognitiva de alguém, ou o que quer que seja...". "A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea". "As formas da sociedade são a substância da cultura". Id., p. 23, 30 e 39.

³⁷ Clifford Geertz. Op. cit., p. 40 (original não grifado).

³⁸ Segundo Cassirer, os símbolos são "imagens virtuais internas", imagens (dos objetos reproduzidos) da natureza. São, portanto, nossas representações das coisas. Tais representações concordam com as coisas naquela única relação fundamental de essência: o cumprimento da exigência mencionada pelo conceito. Ver Ernst Cassirer. *Filosofia de las formas simbólicas. I, A linguagem*. México : Fondo de Cultura Económica, 1985, p. 14, 15. Do mero ponto de vista da ciência, nossos conceitos científicos são "... conceitos do mundo físico". Sobre o conceito de espírito, ver Ernst Cassirer. *Esencia y efecto del concepto de simbolo*. México : Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 96-7, 104. Ver também Ernst Cassirer. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo : Martins Fontes, 1994, p. 17 e 50. As migrações do conceito de símbolo são analisadas por Pierre Bourdieu. Cf. Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Difel, Lisboa : Ed. Bertrand Brasil,

Michel Vovelle, principal representante da corrente marxista de interpretação da Revolução Francesa, não negligencia esse debate sobre cultura, já que se tem preocupado com as práticas, atitudes e comportamentos conscientes ou inconscientes, o universo mental, a história religiosa e das sensibilidades, as representações que os homens produzem de si, inclusive as representações fantásticas, os comportamentos e heranças culturais, o imaginário. Em um livro já datado, por exemplo, Michel Vovelle utilizava a terminologia "...representações simbólicas em imagens"³⁹.

No entretanto, Dorinda Outram, da Universidade de Harvard, polemiza com a noção de cultura política de Keith Michael Baker. Dorinda Outram confronta o paradigma marxista com François Furet e Keith Baker, para criticar a noção de cultura política enquanto mera prática discursiva. Segundo Dorinda Outram, ao privilegiar a idéia de discurso, Baker se assemelha a Furet, caracterizando a Revolução Francesa como um "*shift in discourse*". A violência, por exemplo, jamais é mencionada como uma categoria constitutiva da análise de Furet ou Baker, que se limitam a acompanhar a transformação discursiva através da Revolução. A noção da Revolução-como-discurso desloca o conceito de poder e de política para a área da lingüística e da semiótica. François Furet e Keith Baker esquecem-se que os *philosophes* substituíram a troca real do poder pela

1989, p. 7-16. E também, do mesmo autor, A economia das trocas simbólicas. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1974, p. 27-34.

³⁹ Ver Michel Vovelle. Ideologias e mentalidades. São Paulo : Brasiliense, 1987, p. 374. Georges Duby também refere-se à "sistemas simbólicos". Ver também Patrick Hutton. "The role of memory in the historiography of the French Revolution". In.: History and theory. Wesleyan University, vol. 30, 1991, pp. 56. Georges Duby também refere-se à "sistemas simbólicos". Ver Georges Duby. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa : Editorial Estampa, 1982, p. 21.

noção cultural de opinião pública. Para Dorinda Outram, o paradigma da Revolução como uma transformação discursiva reduz o conceito de cultura política⁴⁰.

Tendo em mente tais debates, o conceito de cultura política será aqui entendido como o conjunto de referências simbólicas que tornam as ações⁴¹ humanas significativas. Ou, como quer Robert Darnton, como "um modelo historicamente transmitido de significados encarnados em símbolos"⁴². Ou seja, o conceito de cultura política deve auxiliar a leitura das fontes escritas do republicanismo brasileiro, já que pretende compreender os significados das suas ações políticas, ainda que tais ações não sejam inteligíveis, ou a fala/escritura tente silenciar determinados aspectos da ação política dos republicanos.

Há, por exemplo, um abismo entre o que a imprensa republicana publica, e a ação concreta e pragmática dos republicanos, entre o que se faz, e o que se diz⁴³. Um bom exemplo é quanto ao episódio do Fico. Enquanto os republicanos do Rio de Janeiro esforçaram-se em fazer retornar o príncipe regente para Portugal, o *Revérbero Constitucional Fluminense* apóia o Fico. Outro exemplo desse silêncio refere-se ao uso da palavra *república*, que

⁴⁰ Cf. Dorinda Outram. "Revolution and repression". In.: Comparative Studies in Society and History. New York : Cambridge University Press, volume 34, nº 1, january 1992, p. 63, 65, 67.

⁴¹ Para o hermeneuta Anthony Giddens, a "teoria da estruturação" preocupa-se com a conexão de três conjuntos básicos de questões, quais sejam: o caráter reflexivo da conduta humana (a), o papel fundamental da linguagem (b) e das faculdades cognitivas na explicação da vida social (c). Ver Anthony Giddens. A constituição da sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 1989, p. XIII.

⁴² Clifford Geertz citado por Robert Darnton. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 1990, p. 195.

⁴³ Isto porque a leitura das fontes documentais se torna muito complexa se não se admite a distinção entre "...o que pode ser dito" (consciência discursiva) e "...o que é simplesmente feito" (consciência prática). Ver Anthony Giddens. A constituição da sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 1989, p. 5.

raramente aparece escrita nos jornais do *republicanismo*. E até não é surpreendente, aliás, que os republicanos manifestem-se contrários a forma de governo republicana.

Portanto, para investigar a existência de uma cultura política republicana no Rio de Janeiro, não se deve limitar à leitura da palavra impressa, mas também procurar o significado simbólico das ações políticas.

Essa distinção entre "o que é simplesmente feito" e "o que pode ser dito", quanto ao conceito de cultura política, lembra também os trabalhos de Robert Darnton sobre as origens culturais da Revolução Francesa. Devido à influência da antropologia simbólica, Darnton (que trabalhou com Geertz) define o seu trabalho como "história antropológica"⁴⁴. Uma de suas principais preocupações, há trinta anos, é explicar como a informação circula na sociedade francesa do século XVIII. Isto porque foi no século das Luzes que, pela primeira vez, acharam-se reunidas as condições para fazer da palavra impressa um veículo de grande alcance para a comunicação social, algo capaz de chegar ao que os franceses chamam de "*grand public*". Darnton prefere auto-denominar o seu trabalho com a expressão "história da comunicação humana", pois examina a interação entre o contexto social e a comunicação dos seres humanos, impressa ou não. Porém, Darnton procura explicar outras questões, como: de "...que maneira as pessoas tinham conhecimento da narrativa"⁴⁵ no século XVIII? Isto porque, durante o período Iluminista, a notícia não é o fato, pois não havia uma imprensa constituída como os *mass media* de hoje. Assim, Darnton dá grande relevância

⁴⁴ [Robert Darnton. Entrevista] .: In: Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1996, p. 7.

⁴⁵ "Darnton mostra a gênese da imprensa " .: In: Folha de São Paulo, 11 de agosto de 1996, p. 5.

às fofocas nos cafés franceses do século XVIII, pois os detalhes picantes da vida privada da nobreza acabavam se transformando em impressos mais ou menos ilegais que preocupavam profundamente a polícia.

Assim, se Robert Darnton não chega a lançar mão especificamente do conceito de cultura política, é provavelmente porque sua preocupação não é com o campo político. Contudo, seu enfoque da Revolução Francesa a partir do aspecto cultural muito contribuiu para o atual debate sobre o uso do conceito de cultura política. Darnton considera uma revolução cultural, por exemplo, o destronamento de *le monde* das letras, e a ascensão dos "homens escanifrados e famintos da boêmia literária, os párias culturais", os representantes da baixa literatura, os escritores do "panfletarismo rude dos subliteratos" do "antigo proletariado literário". Essa revolução cultural foi facilitada pelo próprio modo de produção das obras, pois a censura do *Ancien Régime* classificava toda literatura clandestina e ilegal sob as etiquetas de irreligiosidade, imoralidade e incivilidade. Essa prova de fraqueza do *Ancien Régime*, que põe em pé de igualdade a mais adiantada filosofia com a mais reles pornografia, contribuiu para que os *philosophes* se voltassem contra os homens de Corte, a igreja e os reis. "... Em sua própria linguagem, os *livres philosophiques* pediam para solapar e derrubar. A contracultura clamava por uma revolução cultural. Estava pronta para atender ao chamado de 1789"⁴⁶.

Ao pesquisar os arquivos de um inspetor de polícia, para fazer a anatomia da "República das Letras", Robert Darnton constata que o inspetor d'Hémery não se utiliza da palavras *Lumière* e *philosophe*, e sequer concebe o

⁴⁶ Robert Darnton. Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo : Companhia das Letras, 1987, p. 47, 48, 49, 106, 107 (original não grifado).

iluminismo como um movimento coerente de opiniões. Porém, Diderot, *philosophe* que não escrevia *libelles*, mas opúsculos iluministas, é classificado como representante de uma variante insidiosa de perigo: o ateísmo. Dessa perspectiva, Darnton constata que o "fluxo intelectual que aparece na maioria dos compêndios como corrente central da história cultural não vem à tona nos relatórios policiais"⁴⁷.

Ressalte-se, apenas, que para mapear os pensadores do *republicanismo* do Rio de Janeiro foi necessário recorrer à documentos policiais, como o *Processo dos cidadãos ...*, acima mencionado. E também a outras fontes como os jornais⁴⁸. Aliás, tais tipos de fonte primário-documentais vêm adquirindo relevância no contexto deste debate historiográfico sobre as origens culturais da Revolução Francesa, através da publicização de livros, *libelles* e jornais⁴⁹. Assim, muitas destas preocupações apontadas

⁴⁷ Robert Darnton. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro : Graal, 1986, p. 235 (original não grifado).

⁴⁸ Segundo Maria Odila, às vésperas da independência "a fermentação política cresce a ponto de excluir qualquer outro gênero de impresso" confeccionado pela Imprensa Nacional. "É sobretudo depois de 1821 que começam a surgir panfletos de temas sociais e raciais, preocupados com a situação dos negros e dos índios". Maria Odila da Silva Dias. "Aspectos da ilustração no Brasil". In.: Revista do IHGB. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1968, volume 278, p. 153. Sobre o problema da circulação do livro no Brasil do final do século XVIII, ver Luiz Carlos Villalta. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In.: Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza (org). História da vida privada no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, volume 1, 1997, p. 332-385.

⁴⁹ A relação entre imprensa, editores e leitores tem sido objeto de alguns dos principais trabalhos de Roger Chartier e Robert Darnton. Por exemplo, tem-se debatido sobre a história do livro, a história da leitura, ou a história da imprensa. Ver, por exemplo: Roger Chartier. Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime. Paris : Editions du Seuil, 1987. Do mesmo autor: Les usages de l'imprimé. Paris, Fayard, 1987. Roger Chartier (ed.). The Culture of print: power and the uses of print in early modern Europe. Princeton : Princeton University press, 1989. Roger Chartier, Alain Boureau [et al]. La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris : Fayard, 1991. De Robert Darnton. O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800). São Paulo :

pelos historiadores da Revolução Francesa e do Antigo Regime aproximam-se dos problemas que serão abordados na presente pesquisa.

Citando Daniel Mornet, Robert Darnton põe alguns problemas essenciais que deveriam ser estudados pelos historiadores da cultura do século XVIII, como por exemplo: "Qual o caráter da cultura literária sob o *Ancien Régime*? Quem produzia livros no século XVIII? Quem os lia? Que livros eram esses?"⁵⁰. Segundo Darnton, é necessário situar o contexto sócio-cultural do iluminismo⁵¹. Para tanto, porém, os métodos consagrados são insuficientes.

Robert Darnton dialoga com Roger Chartier ao comentar as dificuldades do estabelecimento de uma história da leitura. Uma tal história da leitura deveria abordar o problema de "... como as pessoas interpretam os sistemas

Companhia das Letras, 1996. Para Darnton, "... As origens intelectuais da Revolução Francesa e o caráter de sua política podem ser melhor compreendidos se descermos da *Encyclopédie* ao *underground*, lá onde homens como Brissot produziam jornais e panfletos, cartazes e caricaturas, canções, boatos e libelles. Aquelas coisas que transformavam intrigas pessoais, rivalidades de facções, em combate ideológico pelo destino da França". Robert Darnton. Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo : companhia das Letras, 1987, p. 76. Temática semelhante tem também ocupado alguns dos mais recentes trabalhos de historiadores Ibéricos. Sobre a Espanha, ver, por exemplo, François-Xavier Guerra. Modernidad e Independencia. Madrid : Editorial Mapfre, 1992. E sobre Portugal. José Mattoso (dir.). História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). Lisboa : Editorial Estampa, 1996, volume 5, particularmente capítulos I-III, p. 17-88.

⁵⁰ Cf. Robert Darnton. Boêmia literária e revolução. Op. cit., p. 169.

⁵¹ Para uma discussão sobre a cultura portuguesa, entre 1751 e 1778, através do jornalismo literário e enciclopédico, ver Ana Cristina Bartolomeu de Araújo. "Modalidades de leitura das luzes no tempo de Pombal". In.: Revista de História. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 120-127. A partir de 1762, diz a autora, Pombal impediu "a manifestação de uma opinião pública ampla e esclarecida. Este aspecto, quase sempre ausente na apreciação da política cultural pombalina, é determinante para a compreensão da riqueza e complexidade das idéias que se opunham ao próprio pombalismo, e é também susceptível de imprimir um outro sentido e uma outra cronologia à difusão das Luzes em Portugal". Ana Cristina Bartolomeu de Araújo. Op. cit., p. 125-126.

simbólicos postos à sua disposição pela cultura". Isto porque "A literatura já não é sequer um *corpus* de textos, mas uma atividade, um modo pelo qual leitores extraem sentido de símbolos impressos sobre páginas, ou seja: um modo de leitura"⁵² que varia com a passagem do rolo ao códice (século II d. C), com a transição do papel de trapo ao papel de polpa de celulose, ou com o testemunho iconográfico, por exemplo. As dificuldades de historiar as reações dos leitores estão sendo enfrentadas, segundo Darnton, por Roger Chartier, que deu algumas contribuições ao ideal de história das apropriações culturais. Roger Chartier vem pesquisando os sentidos da leitura, do códice ao computador. Ele é contra a "virada lingüística" de François Furet e Keith Baker, por exemplo, que interpretam o comportamento e a realidade como produto do discurso. Isto porque os leitores, quando se apropriam de textos, "... não estão apenas pilhando uma floresta de símbolos para seus fins ou caprichos individuais [diz Roger Chartier]. Eles extraem sentido de textos de modo específico à 'comunidade interpretativa ...'"⁵³ onde se encontram.

Roger Chartier reflete sobre esse problema ao fazer uma análise de várias montagens teatrais de "Um burguês fidalgo", de Molière. Chartier procura pensar como o público prestava atenção. Pois nas diversas montagens da peça o público pode interpretar a interpretação dos atores.

⁵² Robert Darnton. "No início era Shakespeare". In.: Folha de São Paulo, 31 de março de 1996, p. 4.

⁵³ Citado por Robert Darnton. "No início era Shakespeare". In.: Folha de São Paulo, 31 de março de 1996, p. 4, 5. Ver também: Roger Chartier. L'Ordre des livres. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XVe et XVIIIe siècle. Aix-en-Provence : Alinéa, 1992, 118p. Neste livro, Chartier aborda a questão do domínio da circulação da mercadoria impressa. Objeto plural que aparece ameaçado pela proliferação anárquica. Roger Chartier trata mais da leitura, isto é, a prática mais marcante da cena da necessidade.

Para a gente comum, a peça mostrava os perigos em se subir na vida. E a aristocracia não levava a sério os desejos nobiliárquicos de um camponês, que, no século XVII, por mais ricos que fosse, não podia casar-se com uma nobre. Roger Chartier faz, assim, um relato do significado que o teatro poderia ter para públicos distintos, e mostra que a sociedade é regulada não só por um código abstrato, mas também pelos árbitros desse código⁵⁴. Enfim, ao refletir sobre a exclusão do "povo" da "cultura política moderna", Roger Chartier argumenta que nada há "... de popular na cultura política nova da era das Luzes"⁵⁵.

Também sobre a utilização do conceito de cultura política, John Pocock⁵⁶ e Quentin Skinner pesquisam os liames entre os vários níveis e fontes das linguagens da política e as grandes teorias. Quentin Skinner, em particular, influenciou a presente pesquisa pelo menos em dois aspectos. Ao mostrar a relação entre a teoria calvinista da revolução e a linguagem legal e moral de seus adversários católicos⁵⁷, Quentin Skinner deu elementos para

⁵⁴ Cf. Roger Chartier. "George Dandin, ou le social en représentation". In.: Annales HSS, mars-avril 1994, n. 2, pp. 277-309.

⁵⁵ Roger Chartier. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil, 1990, p. 194. Roger Chartier também questiona a caracterização do tempo das luzes como uma "revolução da leitura". E lembra duas condições para se trabalhar com este conceito: primeiro, considerar esta revolução como uma das revoluções da leitura, e não "a" revolução. Em segundo lugar, observar os limites da caracterização da revolução da leitura no tempo do iluminismo. É mais importante em alguns países da Europa familiares com a cultura escrita, e em alguns meios sociais (a "burguesia"), e em relação a certos gêneros, como jornais e romances. Cf. p. Roger Chartier. "La révolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité?". Cultura: revista de história e teoria das idéias. Lisboa : Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, vol. IX, 1997, 265-271.

⁵⁶ Cf. Melvin Richter. "Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*". In.: History and Theory. Wesleyan University, volume XXIX, n° 1, 1990, p. 38-70.

⁵⁷ Cf. Quentin Skinner. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo : Companhia das Letras, 1996, capítulo 15, "Os

se sustentar que os pensadores do *republicanismo* da Independência também se encaixam na corrente que se utiliza da linguagem da soberania popular, e do argumento da teoria da revolução. Da ótica de Quentin Skinner é possível compreender por que o teólogo carmelita frei Caneca, por exemplo, emerge dos quadros da igreja católica periférica da Colônia, propondo a revolução⁵⁸. Frei Caneca defende um *republicanismo* fundamentado na teoria da soberania popular.

Além dessas questões relacionadas à cultura política, da perspectiva teórica Quentin Skinner sustenta que os teólogos da soberania popular do século XV, como Marsílio de Pádua e Guilherme de Occam, além de alguns outros teólogos luteranos e os revolucionários radicais calvinistas do século XVI, são herdeiros da filosofia política estoicista⁵⁹. Essa hipótese de Quentin Skinner foi utilizada na presente pesquisa para se compreender melhor alguns elementos do *republicanismo*, em particular de frei Caneca. Esse teólogo demonstra grande conhecimento da Antigüidade Clássica, e refere-se com frequência a ética e a política dos estóicos, particularmente a Cícero⁶⁰.

A obra monumental de Quentin Skinner, no Brasil publicada em um único volume, e os argumentos arrolados

limites do constitucionalismo", p. 450-460. E capítulo 18, "O direito de resistir", p. 573-616.

⁵⁸ Sobre o problema da Igreja, ver Euclides Marchi. A igreja e a questão social: o discurso e a prática do catolicismo no Brasil (1850-1915). São Paulo : Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, orientador Augustin Wernet, 1989.

⁵⁹ Cf. Quentin Skinner. As fundações do pensamento político moderno. Op. cit., p. 14.

⁶⁰ Os escritos políticos mais radicais de frei Caneca referem-se ao ano de 1824, fugindo do corte espaço-temporal da presente pesquisa. Porém, a utilização de frei Caneca se justifica porque os seus escritos dos anos 1822-1823 foram publicados ou reproduzidos no Rio de Janeiro. Idêntico argumento também justifica o uso de Cipriano Barata, Hipólito José da Costa e José da Natividade Saldanha.

nestes dois últimos parágrafos, conduzem finalmente a um dos principais problemas teóricos que ocupou a historiografia da Independência Brasileira: o liberalismo. Ou seja, a historiografia tradicionalmente utiliza-se do termo liberalismo para etiquetar os personagens da Independência do Brasil. Assim, representam o liberalismo do período escritores da Corte como José da Silva Lisboa e o ministro José Bonifácio⁶¹, sem se esquecer o "mais sincero dos liberais"⁶², o imperador Pedro I. Mas, a historiografia da Independência não deixou de considerar liberais até mesmo frei Caneca e Cipriano Barata, rotulados com o termo "liberalismo radical"⁶³.

Não teria existido, na Independência do Brasil, conservadores, absolutistas, radicais, esquerdistas e

⁶¹ Cf. Emília Viotti da Costa. "Liberalismo e democracia: primeira fase". In. Anais de História, (7):9-30. Assis : FFCL, 1976. Da mesma autora: "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In.: Carlos Guilherme Mota (org). Brasil em perspectiva. São Paulo : Difel, 1967, p. 104-5. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, especialmente capítulo III, "A consciência liberal nos primórdios do império". Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 1985. Um texto que procura trabalhar exatamente esta complexidade de interpretações: Maria do Socorro Ferraz Barbosa. Liberais & liberais. São Paulo : Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP, 1991, p. 49-50. Sobre essa temática, mas do período 1827-1838, ver Thomas Flory. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial. México : Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 11, 17-19.

⁶² Otávio Tarquínio de Sousa. A vida de D. Pedro I. São Paulo : Ed. USP; Belo Horizonte : Itatiaia., 1988, Vol. 2, p. 163-5. Pesquisas recentes, que conceituam D. Pedro como um absolutista Ilustrado, não deixam de utilizar a baliza tradicional que procuram interpretar a função liberal do império. Ver, por exemplo, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência: 1820-1822. São Paulo : USP, tese de doutorado, volume II, p. 575-628.

⁶³ Sobre as dificuldades de conceituação do chamado liberalismo radical, Cf. João Alfredo de Sousa Montenegro. O liberalismo radical de frei Caneca. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1978, p. 142-4. Antônio Paim. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo : Convívio; Brasília : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 236-7, 244-8. Vicente Barreto. A ideologia liberal no processo de independência do Brasil 1789/1823. Brasília : UnB, 1972, p. 81-108. Do mesmo autor: Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1977, p. 107.

libertários? Ou esse problema, do uso indiscriminado e pouco rigoroso da etiqueta liberalismo revela apenas uma possibilidade de interpretação teórica? Que, aliás, tem norteado as interpretações da historiografia da Independência. Não se pretende, aqui, polemizar com esta interpretação majoritária da Independência, até porque não é este o objetivo da presente pesquisa. Contudo, tantos liberais e liberalismos justificam o esforço aqui empreendido de se procurar não apenas constatar a existência de republicanos no Brasil de 1822, como também em buscar expor alguns elementos das propostas políticas dos pensadores do *republicanismo*. Porque esta tal variedade de significados no uso do termo liberal, que torna tal palavra ininteligível e inaplicável, esta é exatamente uma das questões que a presente pesquisa pretende apontar.

Apesar de existirem autores que associam liberalismo e republicanismo⁶⁴, no presente trabalho pôs-se o liberalismo em segundo plano. E este corte epistemológico justifica-se não somente pelo fato de esta perspectiva teórica liberal já haver sido aplicada à exaustão. Mas também porque é muito mais rico pensar a significação da idéia de liberdade política dos revolucionários do *republicanismo* sob o prisma da Ilustração. Porque, por um lado, o liberalismo não abarca a totalidade de significações da meta-utopia republicano-libertária. E, por outro lado, o termo liberal não possui ainda, no Brasil de 1821-1822, nenhuma diferenciação, sendo manejado indistintamente por todas as correntes políticas. Agrava a situação o fato de o

⁶⁴ Ver, por exemplo, Joyce Oldham Appleby. Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination. Harvard : Harvard University Press, 1992. Timothy Hoyer. "Book reviews". In.: Perspectives on Political Science, 04-01-1994, Vol. 23, pp. 118. Ver também, John Rawls. Libéralisme politique. Paris : Presses Universitaires de France, 1995.

liberalismo ter conteúdo inteiramente distinto entre o século XX e o século XIX⁶⁵.

ESTABELECIMENTO DO PROBLEMA DO *REPUBLICANISMO*

Uma das maiores evidências de que uma cultura política republicana se estrutura no Brasil da Independência, com atores políticos agindo norteados pelo *republicanismo*, depreende-se da leitura das 73 testemunhas no *Processo dos cidadãos ...*, de 1822-1823.

Trata-se da devassa criada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, para fazer calar os adversários republicanos. Através de Portaria de 2 de novembro de 1822, José Bonifácio pretendia investigar os "partidistas", "os terríveis monstros desorganizadores", "os facciosos e inimigos da tranqüilidade pública, traidores ao Império" que estavam fomentando "a anarquia, e a guerra civil". Isto porque encontravam-se "conspirando contra o Governo"⁶⁶.

Apesar da violência torturante da linguagem de José Bonifácio quando da criação da devassa, o ministro não

⁶⁵ Sobre o problema do liberalismo na Península Ibérica, ver A. M. Bernal, B. Clavero, E. Fernández de Pinedo (org). Antiguo Régimen y liberalismo: homenaje a Miguel Artola. Madrid : Alianza Editorial, 1994, 3 volumes. Pierre Vilar. "Libéralisme politique et libéralisme économique dans l'Espagne du XIXe siècle". In.: Miriam Halpern Pereira (org.). O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1982, volume 2, p. 1-22. E também, Albert Silbert. "Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal". Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, p. 231-247. Graça Silva Dias. "Ruptura cultural e ruptura política nas origens do liberalismo". In.: Miriam Halpern Pereira (org.). O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1982, volume 2, p. 217-222.

⁶⁶ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 129", de 2 de novembro de 1822. In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Brasília : Senado Federal, 1973, volume 1, p. 195.

menciona a palavra *república*, e sequer explicita os objetivos dos "facciosos" "partidistas". O Escrivão e os juizes que levaram adiante a devassa, entretanto, são mais objetivos em seu trabalho. Nos Autos de acusação, por exemplo, é dito que os conspiradores "... pretendiam desacreditar o mesmo governo, alterar sua forma, e fomentar a discórdia e a guerra civil"⁶⁷.

Por isso, 73 testemunhas prestam depoimentos para demonstrar que políticos, padres, jornalistas, professores, conspiravam para mudar a forma de governo. Conspiravam, portanto, com o objetivo se de estabelecer uma *república*.

Tal conspiração, entretanto, talvez nunca tenha existido. O que induz a constatação de que as 73 testemunhas omitam dados, inventem fatos, ou simplesmente mintam. Além do mais, poder-se-ia também questionar o uso do *Processo dos cidadãos* como fonte fidedigna de sustentação de argumentos. Isto porque tal *Processo dos cidadãos* desapareceu do Arquivo Nacional. E o que restou para a pesquisa é uma publicação de alguns de seus extratos, selecionados e impressos provavelmente por pessoas próximas aos republicanos. Isso sem mencionar que, apesar do competente esforço do Escrivão, dos Juizes e dos ministros, os nove réus citados foram absolvidos por falta de provas, à exceção do jornalista libertário João Soares Lisboa que, preso até novembro de 1823, continuaria escrevendo e publicando diariamente, da cadeia, seu periódico *Correio do Rio de Janeiro*.

⁶⁷ Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valério Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa, e o padre Antônio João de Lessa... Rio de Janeiro : na Tipografia de Silva Porto, e Ca, 1824, p. 2 (não grifado no original).

Há, porém, fortes argumentos para que não se ignore o *Processo dos cidadãos*. Primeiramente, ele não é a única peça documental que sugere a existência de um pensamento republicano no Brasil de 1822. A principal razão para a importância do *Processo dos cidadãos* é ele ilustrar a distância entre o que os republicanos escrevem, e a ação política concreta destes pensadores. Ou seja, o *Processo* evidencia a existência da censura do *Antigo Regime* lusitano no Brasil de 1822-1823. Lendo o *Processo* torna-se mensurável o grau de censura⁶⁸ e auto-censura a que estão submetidos os cidadãos em 1821-1823, pois do confronto entre a imprensa republicana e a ação concreta pragmática dos republicanos percebe-se a distância entre a realidade política e a escritura dos jornais. Paradoxalmente, o *Processo* torna-se peça fundamental para a análise política no *Antigo Regime* absolutista do Reino Unido Português, cuja nobreza aristocrática converteu o Rio de Janeiro em sociedade de Corte entre 1808-1821 (pelo menos).

Em segundo lugar, é irrelevante discutir se a Conspiração de 29 de outubro de 1822 foi ou não fruto da imaginação do ministro José Bonifácio. O fundamental é notar que seus resultados foram as sentenças de prisão,

⁶⁸ A respeito da censura no Antigo Regime, ver Daniel Roche. "A censura e a indústria editorial". In.: Robert Darnton, Daniel Roche (orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo : Editora da USP, 1996, p. 21-48. Ver também Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência: 1820-1822*. Op. cit., volume II, p. 35-36. Sobre a censura na primeira metade do século XIX, em Portugal, ver Maria Manuela Ribeiro. "Subsídios para a História da liberdade de imprensa". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1984, p. 461-593. Um exemplo da ação da censura à livros no Brasil é fornecida por uma carta do Bispo Azeredo Coutinho, quando interinamente governou Pernambuco. O Bispo remete, ao oficial major da secretaria de Estado, a "relação dos livros que por este comboio se nos remetem para revender na forma do costume por conta da Real Fazenda pelos preços apontados na mesma relação...". Azeredo Coutinho recomenda ao oficial major "o cuidado de os fazer ler [os livros] antes de se distribuírem, para que em caso algum escape alguma opinião que possa ter más conseqüências, e que achando-a se suspenda a dita venda, e se dê parte". AHU. pasta nº 71. Carta de José Bispo Coutinho, José Joaquim Nabuco de Araújo. Recife, 14 de junho de 1800.

expulsão, exílio, devassa, julgamento para reprimir e calar os que pensavam diferentemente da cúpula do governo.

Em terceiro lugar, não há relevância em averiguar se o teor do depoimento das 73 testemunhas é verdadeiro ou falso. E não somente porque "... Mesmo a 'mentira' contém um momento de verdade ...", como afirma o poeta alemão Hans Magnus Enzensberger, na epígrafe desta Introdução. Mas principalmente porque foram tais depoimentos, a devassa e a Conspiração de outubro de 1822 que fizeram História. Ou seja, se se admitir que as 73 testemunhas inventaram os fatos que relatam, tem-se que admitir que um dos episódios de maior relevância para a consolidação do Sete de setembro, a data da nacionalidade Brasileira, baseia-se em inverdades.

Além do mais, essa pugna política que transcende a esfera pública literária, os jornais e os panfletos políticos, indo até acusações em juízo, devassas e conspirações, sugere quão importante essa querela foi vista, à época. Assim, o *Processo dos cidadãos* relata uma luta de vida ou morte entre os principais personagens da cena política Brasileira de 1822. Tais argumentos justificam, pois, a utilização deste Processo na presente pesquisa, pouco importando onde se estabelece a fronteira de verdade entre as acusações das 73 testemunhas, e a defesa da "facção"⁶⁹ dos "furiosos demagogos e anarquistas"⁷⁰.

Um dos exemplos mais significativos da relevância do *Processo dos cidadãos* ... advém da averiguação ou

⁶⁹ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 130", de 6 de novembro de 1822. In.: Octaviano Nogueira (organizador). *Obra política de José Bonifácio*. Id., p. 196.

⁷⁰ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decisão do governo nº 132", de 11 de novembro de 1822. In.: Octaviano Nogueira (organizador). *Obra política de José Bonifácio*. Id., p. 197.

comprovação da existência da maçonaria no Brasil, em 1822⁷¹. A pá de cal que comprova a existência da maçonaria, e sua atividade política na Corte do Rio de Janeiro, surge da pena do próprio advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida. Em sua "*Alegação de defesa*" o Sr. Joaquim Gaspar de Almeida argumenta que o fato de algumas testemunhas afirmarem "... que os RR. e outros se juntavam em clubs secretos, chamados de Pedreiros Livres ..." não prova o que denuncia a devassa. Se assim fosse, prossegue o advogado, "... o Juiz sindicante houvera pronunciado igualmente o Coronel Manoel dos Santos Portugal e muitas outras pessoas distintas ..." ⁷². Ou seja, implicitamente o próprio advogado de defesa admite que os réus eram maçons.

Portanto, graças ao *Processo dos cidadãos* foi possível reconstituir a ação política dos republicanos do Rio de Janeiro no período anterior à convocação da Constituinte de 3 de junho de 1822. Ou seja, é possível alinhar elementos

⁷¹ O problema não é apenas que os republicanos desmentem categoricamente, na imprensa, qualquer envolvimento com os clubes secretos. Mas principalmente da desconfiança de informações de seus adversários, em uma época onde insinuações de boatos tornam-se argumento para mobilizar a estrutura policial do Estado. Ver a respeito Maria Beatriz Nizza da Silva. *O império luso-brasileiro: 1750-1822*. Lisboa : Estampa, 1986, p. 423-428. Sobre a maçonaria em Portugal, A. H. de Oliveira Marques. *História da maçonaria em Portugal*. Lisboa : Editorial Presença, 1990-1996, 3 volumes. E também Maria Carlos Radich. "Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos: 1820-1836". In.: Miriam Halper Pereira (Coord.). *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1981, volume 1, p. 117-141. O mais lúcido estudo sobre a maçonaria do período é o de Graça e J. S. da Silva Dias. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, volume I, tomo II. Veja também J. S. da Silva Dias. "Avanço cultural e avanço maçônico, segunda metade do século XVIII". In.: *Revista de História das Idéias*. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 395-418. Sobre a influência maçônica na região do Rio da Prata, ver Alfonso Fernandez Cabrell. *Presencia masonica en la Cisplatina*. Montevideu : Imprensa Alvarez, 1986.

⁷² Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados", sem data, mas provavelmente escrito entre maio e junho de 1823. In.: *Processo dos cidadãos* ... Op. cit., p. 73.

para se pensar como e por que os líderes da maçonaria da Corte defenderam, entre setembro e dezembro de 1821, o retorno do príncipe regente D. Pedro, para Portugal. Em outras palavras, o *Processo* demonstra que o Fico não foi um fato de harmônica unanimidade, como se pensa, sendo um dos primeiros momentos de dissenso⁷³ e afirmação do *republicanismo*.

Portanto, a presente tentativa de compreender a desagregação do império luso-brasileiro através de um corte epistemológico diferenciado, qual seja, o *republicanismo*, motivou a leitura de aspectos que têm passado ao largo da produção historiográfica Brasileira da Independência. Isso ocorre não apenas com o *Processo dos cidadãos ...*, mas também com outras fontes já trabalhadas pelos intelectuais que relataram a Independência, como é o caso da imprensa Brasileira do período 1822-1824, um dos principais conjuntos de fontes documentais desta pesquisa.

Estranhamente, o objeto *republicanismo* na Independência não despertou interesse da historiografia Brasileira. Não que seja desconhecido. Ao contrário, o tema é invariavelmente citado. Apenas para lembrar um exemplo ilustre, veja-se a forma como um clássico da historiografia

⁷³ Para Jacques Rancière, o dissenso tem por objeto o recorte do sensível, a distribuição dos espaços privados e públicos...". O dissenso "...é a reunião conflituosa de dois mundos sensíveis: o mundo em que os plebeus não falam e o mundo em que falam. ... O consenso então não é nada mais que a supressão da política". Jacques Rancière. "O dissenso". In.: Adauto Novaes (organizador). A crise da razão. São Paulo : Companhia das Letras ; Brasília : Ministério da Cultura ; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Arte, 1996, p. 373, 374, 379. Segundo Jacques Rancière, a política existe apenas em alguns momentos, quando surge o dissenso, elemento que até então não fazia parte do conjunto daqueles que confrontavam seus interesses dentro de uma ordem consensual. Os "sujeitos do dissenso" são aqueles que tomam a palavra quando e onde não deviam fazê-lo e apenas são sujeitos políticos quando o fazem. Há pois, uma divisão simbólica do espaço da comunidade, pois os que não tem título (a linguagem, p. ex.) não podem fazer a política, governar. Jacques Rancière ao enfatizar o conteúdo simbólico da luta de classes, vê a classe social como um conceito estritamente político. Ver Jacques Rancière. "Entrevista". In.: Folha de São Paulo. 10 de outubro de 1995.

sobre o império, como Melo Moraes, tipifica o personagem líder da maçonaria do Rio de Janeiro, Joaquim Gonçalves Ledo:

"... Este cidadão pertencia ao clube maçônico. ... Ele e o Padre Januário da Cunha Barbosa redigiam o periódico *Revérbero*, muito exagerado nos princípios que sustentava, que nem sempre eram conformes com a índole do nosso povo e com os interesses gerais do Brasil, mormente naquela ocasião em que a prudência aconselhava de marchar lentamente para habilitar os homens a chegarem mais cedo ao fim desejado. ... O *Revérbero* exaltava algumas vezes as paixões desregradadas da gente incauta, ao passo que desanimava e inspirava desconfiança na gente sensata. A doutrina não era sempre a mesma. Variava segundo os impulsos do momento. ..." ⁷⁴.

Ressalte-se, apenas, que a interpretação do *republicanismo* que fez História é muito semelhante ao significado do conceito de república que é objeto da devassa policial relatada nas páginas do *Processo dos cidadãos*.

Tal acepção do *republicanismo* transparece no mais recente estudo sobre Joaquim Gonçalves Ledo, de Cecília Helena de Salles Oliveira. A autora chega a reconhecer que o grupo de Ledo tinha "planos de criar um governo republicano". Porém, Cecília Oliveira não leva adiante este raciocínio, preferindo analisar as relações mercantis entre Ledo e os pequenos proprietários e negociantes, dos quais Ledo seria porta vós. A autora preocupa-se com a ruptura

⁷⁴ Alexandre José de Mello Moraes. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, Tomo 2, p. 13. Este perfil de Gonçalves Ledo é pintado quando Mello Moraes descreve a reunião "assaz numerosa" da Rua da Ajuda, 64, que elegeu os dois nomes do Rio de Janeiro para o Conselho de Procuradores, em 1º de junho de 1822. Apesar da oposição, Gonçalves Ledo foi o eleito. E José Bonifácio avaliou positivamente o fato, porque "...chamava para seu lado um homem que de fora podia ser prejudicial". In. Alexandre José de Mello Moraes. *Id.*, p. 13.

com Portugal, afirmando que Ledo participou do episódio da convocação da Constituinte com o intuito de adiar a Independência. Em outubro, Ledo teria lançado mão das armas, diz Cecília Oliveira⁷⁵.

Percebe-se, assim, que a produção historiográfica da Independência limitou-se a repetir os preconceitos, criados no calor das pugnas da época, a respeito dos pensadores do republicanismo. Ainda que se leve em consideração, por exemplo, que José Honório Rodrigues lembrou que "... frei Caneca foi o maior pensador político do século XIX"⁷⁶, até hoje aguarda-se um estudo em profundidade do pensamento e da ação dos personagens do republicanismo da Independência, lacuna que a presente pesquisa pretende pelo menos evidenciar.

Ressalte-se apenas que Manolo Florentino e João Fragoso, em sua mais recente síntese da abordagem econômica do final do século XVIII e início do XIX, recorrem com insistência ao argumento da manutenção dos privilégios hierárquicos, pela elite econômica mercantil de grossa linhagem da colônia. A principal hipótese dos dois autores é a de que:

⁷⁵ Cecília Helena de Salles Oliveira. "Política e Memória Histórica: Gonçalves Ledo e a Questão da 'Independência'". In.: Maria Stella Bresciani (et alli). Jogos da Política. São Paulo : ANPUH/SP-Marco Zero-FAPESP, s/data, p. 166. O problema do silêncio em torno ao republicanismo brasileiro é perceptível em um ensaio recente de José Murilo de Carvalho. Ao abordar o federalismo durante o império, este grande historiador do século XIX brasileiro dedica apenas uma nota de rodapé à frei Caneca, onde é sublinhado o "patriotismo pernambucano" do padre carmelita. Ver José Murilo de Carvalho. "Federalismo y Centralización en el imperio Brasileño: Historia y argumento". In.: Marcello Carmagnani (coord.). Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina. México : El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; FCE, 1996 [1993], p. 59.

⁷⁶ Citado por Carlos Guilherme Mota. "José Honório: a obra inacabada". In.: Estudos Avançados. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1988, set/dez, vol. 2, n. 3, p. 109.

"... a reprodução do sistema econômico imbrica-se organicamente com a contínua reiteração de uma hierarquia fortemente excludente. ... O poder expresso em uma hierarquia excludente, é, portanto, condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo"⁷⁷.

Ou seja, na Independência recria-se o padrão excludente do núcleo da formação colonial.

Argumenta-se somente que é contra as hierarquias da sociedade de Corte que se mobilizam os filósofos do iluminismo. E é esse também o intuito do *republicanismo* da Independência, pensamento que possui vínculos com o iluminismo. Se, por um lado, João Fragoso e Manolo Florentino mostram a contradição no fato de a elite mercantil, de ideal aristocrático, ter interesses em manter as hierarquias sociais, em particular quanto ao tráfico e ao trabalho escravo. Por outro lado, tal argumento não exclui que naquela sociedade hierárquico-escravocrata surjam atores políticos cujo interesse prioritário é a ruptura dos privilégios hierárquicos absolutistas e escravocratas. Trata-se, em outros termos, da substituição da noção de súdito pelo conceito de cidadão⁷⁸.

⁷⁷ João Fragoso; Manolo Florentino. O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro : Diadorim, 1993, p. 12 (negrito no original). (original não grifado).

⁷⁸ Da ótica econômica, a noção de cidadania está na base da "nova onda de rebeliões sistêmicas" responsável pela "renovação da rivalidade anglo-francesa" posterior à Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Tal rivalidade franco-britânica é um dos principais fatores explicativos para a posterior hegemonia do Reino Unido através de um "sistema interestatal" de governo, o chamado "imperialismo de livre comércio" do século XIX. As origens da "onda de rebeldia" pode ser rastreada na disputa do Atlântico pelas "novas comunidades": "os colonos, os escravos coloniais e as classes médias metropolitanas". As principais revoltas seriam a Guerra de Independência Americana (1776), a Revolução Francesa de 1789, e "uma generalização da revolta de colonos, dos escravos e da classe média", entre 1776-1848. Tais revoltas transformaram as "relações governante-governado na totalidade das Américas e na maior parte da Europa". Giovanni Arrighi. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo : Editora UNESP, 1996, p. 52-53.

No primeiro capítulo, a seguir, expõe-se a forma através da qual o *republicanismo* surge nos escritos dos republicanos, e o que eles entendem por tal conceito. O capítulo II trata da ação contra o Fico desencadeada pelos personagens do *republicanismo*. Para em seguida expor a ação dos pensadores do *republicanismo* para a convocação de uma Constituinte no Brasil (Capítulo III). Em seguida, procura-se analisar os argumentos utilizados para justificar a ruptura entre as duas partes do império luso-brasileiro por meio da criação de um imaginário do separatismo, em que um dos pilares fundamentais é o argumento do medo da desagregação e da inferioridade racial (Capítulo IV). Para finalmente tratar a Aclamação de 12 de outubro de 1822 como um dos confrontos mais importantes entre a tese da soberania popular, defendida pelos pensadores do *republicanismo*, contra a tese monárquico-absolutista da soberania real de direito divino (Capítulo V).

I. A REPÚBLICA

"...Queremos Constituição tanto ou mais liberal, do que a de Portugal, que foi o ajuste; alias não a admitimos, e tomaremos nova resolução fazendo outra Confederação a nosso gosto. Fora com o Despotismo. Não aceitamos Constituição para grandeza, opulência, e absolutismo do Imperador; sim para nossos cômodos, Independência e Liberdade; o contrario não nos serve; nos somos livres; as Províncias são livres e Confederadas em forma Imperial, e não escravas..."¹ [Cipriano José Barata de Almeida].

"...Quando um povo é obrigado a obedecer e o faz, age acertadamente; assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda, porque, recuperando a liberdade pelo mesmo direito por que lha arrebataram, ou tem ele o direito de retomá-la ou não o tinham de subtraí-la..."² [Rousseau].

Se "...conclui, que... pouco nos importa que seja eleito deputado o que tem bens, ou o que não tem"³ [José da Natividade Saldanha].

"A liberdade política é, como diz Montesquieu, 'De l'Esp. des Lois' lib. 2 cap. 6., aquela tranqüilidade de espírito, que goza o cidadão..."⁴ [Frei Caneca].

¹ Cipriano José Barata de Almeida. Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia de Cavalcante & Companhia, n° 54, 8 de outubro de 1823 (Quarta feira), p. 234.

² Jean-Jacques Rousseau. O contrato social. São Paulo : Abril Cultural, 1978, p. 22-23.

³ José da Natividade Saldanha. O Argos pernambucano. Recife : Tipografia Nacional, 22 julho 1824, número 5, p. 19.

⁴ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° VI, 29.01.1824 (Quinta-feira). In.: Antônio Joaquim de Mello, (coleccionador), Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Recife : Editora Universitária da U.F.Pe., 1972, volume II. Edição fac-similar da 1ª edição, de 1875, p. 454.

REPUBLICANISMO E REVOLUÇÃO⁵

Seria frei Caneca republicano? A primeira vista, tal pergunta soa ingênua. Afinal, repúblicas foram instaladas e restabelecidas no "norte" do Brasil em 1817 e 1824.

Tal problema, contudo, não parecerá ingênuo ao se acrescentar que frei Caneca não afirma, categoricamente, ser republicano. Para um dos publicistas de linguagem e pensamento mais refinados da revolução confederada do norte do Brasil, em 1824, é estranho que frei Caneca dedique tão pouco a considerações sobre o que ele e seus colegas imaginaram sobre a federação ou confederação, enfim, sobre o republicanismo. Surpreende o fato de a república sequer ser conceituada. Para desespero do leitor, inúmeras vezes frei Caneca trata a monarquia constitucional como um bom governo. E, em determinados momentos, como no ano de 1822, chega mesmo a apoiar e a elogiar o príncipe regente⁶. Tudo isto dificulta a compreensão de expressões lingüísticas como "constituição federativa" ou "governo republicano", de frei Caneca, Cipriano Barata, João Soares Lisboa e José da Natividade Saldanha.

Está-se diante, pois, de um problema complexo. Por ora, contudo, não se tratará da questão da ausência de publicidade do republicanismo em frei Caneca. Muito menos dos porquês do compromisso monárquico-constitucional em 1822. Antes de explicitar tais problemas, é necessário

⁵ O início deste capítulo foi apresentado, com algumas modificações, no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Recife (PE), em 24 de julho de 1995.

⁶ Ver frei Caneca. "Na solenidade da aclamação de D. Pedro D'Alcântara em primeiro imperador do Brasil". In.: Antônio Joaquim de Mello, (coleccionador), *Obras*. Op. cit., volume II, p. 247-8.

perceber de que forma o republicanismo se manifesta na imprensa periodística do período 1822-1824.

Apesar da palavra "república" raramente aparecer nos periódicos do período da Independência, é na obra de frei Caneca que o republicanismo transparecerá de forma mais completa e acabada.

Expressão rara, a palavra "república" muitas vezes surge nos escritos de frei Caneca com uma forma imprecisa ou dúplice. Veja-se um exemplo poético do uso da palavra república:

"Esta borrasca tomou um aspecto aterrador, e a nau da república viu-se tocando os baixos, e naufragar"⁷.

O silêncio que pesa sobre a palavra "república", aliás, é também um fenômeno que ocorre à palavra "escravo".

À época, a palavra "república" guarda um sentido pejorativo muito divulgado pela imprensa através de termos como "anarquista" e "carbonário"⁸. Este emprego depreciativo da noção de república é, por sua vez, combatido por frei Caneca. Ele próprio foi caluniado, no início de 1823, de ser "racista" e "republicano". Pensando neste significado pejorativo, frei Caneca rejeita ser chamado de republicano. Ele refuta aquelas injúrias dizendo que, em 1817:

⁷ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° II, 1° 01.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 429 (original não grifado).

⁸ Tais palavras já são freqüentes na linguagem político da época. Frei Caneca, por exemplo, reclama que o imperador Pedro I "...não tem perdido ocasião de nos martelar a cabeça com demagogias, demagogos, anarquias, anárquicos e outros nomes assim feios e medonhos, para que fujamos daquelas coisas, de que S. M. não gosta". Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXV, 8.07.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, Op. cit., p. 592. Em outra passagem de sua obra, frei Caneca nota que também no sul do Brasil haviam "...infinitos republicanos e carbonários, como provam as devassas abertas contra estes, e os presos já feitos". Frei Caneca. "O caçador atirando a arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama". In.: Obras, op. cit., p. 265.

"... quisemos uma república, por ser a maneira que nos lembrou de nos livrarmos da escravidão, em que gemíamos; mudaram-se porém as circunstâncias..."⁹.

Apesar dos novos tempos, frei Caneca diz que não se instalava uma república na província, como em 1817, porque os pernambucanos assim não desejavam. Sentiam-se felizes na monarquia constitucional.

"Sabe, portanto, que não proclamamos uma república, porque não queremos; e não queremos, não por temor de nada, sim porque esperamos ser felizes em um império constitucional..."¹⁰

À monarquia, portanto, seria indispensável uma Constituição para estabelecer um poder judiciário livre e independente, liberdades individuais, e divisão dos poderes. Ainda que limitada pelos privilégios da forma monárquica de governo, tal Constituição deveria, ainda, privilegiar e respeitar a autonomia, independência e liberdade das províncias, pensa frei Caneca.

Ao invés da publicidade do republicanismo, pois, o que frei Caneca defende com veemência é o que ele denomina "governo constitucional e representativo".

Porém, o significado do "regime constitucional e representativo" não é idêntico ao de república. O governo (a monarquia) constitucional e representativo é uma forma que se opõe totalmente à forma monárquico-absolutista. Por isso é possível compreender por que frei Caneca vê

⁹ Frei Caneca. "O caçador atirando a arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama". In.: Obras, op. cit., p. 268 (original não grifado). É provável que este documento, sem data, tenha sido publicado no Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1823.

¹⁰ Frei Caneca. "O caçador...". In.: Obras, op. cit., p. 267 (original não grifado).

qualidades no governo constitucional, apoiando o compromisso de união do país através de uma monarquia. Contudo, frei Caneca não abre mão de suas convicções constitucionalistas, e dos princípios republicanos latentes desde 1817: essencial eram os direitos inalienáveis da pessoa humana, a representatividade, e a separação de poderes complementada por um sistema de checagens e balanços de um corpo de magistrados. Leitor de Montesquieu, frei Caneca tinha consciência de que somente o rótulo de uma república não impediria, por si só, um despotismo governamental.

Mas, qual seria o conteúdo do conceito de república ~~nos~~ escritos de frei Caneca? Surpreende a riqueza da resposta a esta pergunta.

O conteúdo mais significativo da idéia de república é resumido por frei Caneca como "governo o mais livre possível". Tal afirmação aparece em seu jornal de 8 de julho de 1824 (a Confederação do Equador havia sido proclamada seis dias antes). Nele frei Caneca responde à uma "Proclamação", onde o imperador insinuava haver em Pernambuco "demagogos" e "anarquistas" indispondo o povo e fermentado a mudança da forma de governo. Para frei Caneca:

"O Brasil tinha e tem todas as proporções para formar um estado federativo. A grandeza do seu território, as diversíssimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos, que o habitam, que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias, a simplicidade de seus costumes, que os habilitam para a prática das virtudes republicanas, a falta das classes salientes da nobreza européia, a impotência do seu clero, o gênio da liberdade, que presidiu na formação desses povos pelos seus antepassados europeus e indígenas, a sua localidade entre governos republicanos, e de mais a mais a desoladora e vergonhosa escravidão, em que se acham por três séculos, tudo isto cooperava para que lançando fora o jugo português, aborrecessem os brasileiros para sempre

testas coroadas, e procurassem um governo o mais livre possível pois é do coração do homem lançar mão de um extremo, quando se desonera de outro"¹¹.

Neste parágrafo há quase todas os significados da república pensada por frei Caneca. Discordando de um argumento corriqueiro no século XVIII (de Montesquieu, por exemplo), frei Caneca não vê empecilhos à república no argumento da vastidão do território da ex-possessão colonial: "O Brasil tinha e tem...", diz ele, significa que a federação além de manter a união do todo, ainda poderia sustentar-se na autonomia dos estados federados. Os costumes e características do povo o aproximavam do exercício da autoridade através da honra, e não do medo (como na monarquia, segundo a tipologia de Montesquieu). A ausência do clero e da nobreza reduziam os privilegiados que sustentam a monarquia. Trezentos anos do monopólio do poder colonial fazia da monarquia um regime aborrecedor.

Este extrato foi escrito na semana da proclamação da Confederação do Equador (2 de julho de 1824). Por isso quando frei Caneca fala em "lançar mão de um extremo", ele quer justificar as circunstâncias que levaram ao uso das armas para estabelecer o "governo o mais livre possível".

Contudo, frei Caneca não vê na violência um meio ou princípio justificador do poder. O seu conceito de poder, de governo, republicano ou não, é antes de mais nada, o respeito à lei estabelecida (via Assembléia Constituinte), à Constituição. Veja-se o extrato a seguir, por exemplo, onde é perceptível que as imagens mentais da Revolução Francesa poderiam ser, também, rejeitadas:

¹¹ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXV, 8.07.1824 (Quinta feira). In.: Obras, Op. cit., p. 592-3 (original não grifado; itálico no original).

"...o projeto da república, que há tanto querendo parir, ainda o não fez: sem dúvida quando o feto aparecer, já há de vir até com o dente quero, ou há de ser como o filho da montanha, que atroava o mundo com gemidos"¹².

Para frei Caneca, a fermentação de caráter republicano, a qual se referira o imperador, realmente existia. "É inegável, [diz frei Caneca,] que em todo o Brasil existe uma bem visível fermentação para se mudar a forma do governo..."¹³. Mas, segundo frei Caneca, longe de ser resultado da propaganda dos "demagogos", "anarquistas" e carbonários, a fermentação pela mudança da forma de governo tinha outra motivação:

Depois da dissolução da soberana assembléia constituinte do Brasil ... tem aparecido por toda parte o espírito republicano, que, sendo da índole dos brasileiros, se acomodaria, si acaso vissem estabelecer-se o governo constitucional...¹⁴

Ou seja, antes do golpe bonapartista de 12 de novembro de 1823, a utopia por um governo republicano talvez até existisse, mas apenas na cabeça de alguns poucos.

Como percebera frei Caneca, uma monarquia constitucional fôra suficiente para acalmar os ânimos. Porque um regime constitucionalista reduziria o republicanismo a um movimento minoritário. A Assembléia Constituinte, assim, vai surgindo como um dos fundamentos essenciais no sistema político desejado por frei Caneca.

¹² Frei Caneca. "Sobre as sociedades secretas de Pernambuco". In.: Obras, op. cit., p. 399 (original não grifado).

¹³ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXV, 8.07.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, Op. cit., p. 592. (original não grifado)

¹⁴ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, Op. cit., p. 544 (original não grifado).

Portanto, a visível "fermentação" do "espírito republicano", após o 18 *brumário* brasileiro (a expressão é de frei Caneca), era pura responsabilidade da violência autocrática do governo imperial. Dito com outras palavras, era o vazio de autoridade advindo do fechamento da Constituinte que estava levando as províncias a aderirem à "...confederação das províncias, que se iam declarando contra o absolutismo..."¹⁵.

Aqui surge um significado da idéia de república dos mais repetidos por frei Caneca: a república enquanto contraponto ao governo sem leis e não constitucional da monarquia absolutista, a "tirania" ou "despotismo".

Se antes se procurou apontar o caráter controverso da palavra "república", e das formas de expressão confederação e federação, o problema agora é justamente o oposto. Sem que a palavra república seja sequer mencionada, frei Caneca usa o princípio republicano de autonomia das províncias, para dizer que um império não-constitucional destruiria o contrato associativo de 1822.

Nós fiados na boa fé, que em 1822 inculcava o Rio de Janeiro, nos unimos com ele e demais províncias, para formarmos um império, e termos uma constituição formada em nossas cortes soberanas. Mas sendo nós enganados do modo mais indigno, nos vimos sem representação nacional...¹⁶

Assim frei Caneca repete à exaustão o conteúdo da idéia de república, sem que a palavra "república" sequer apareça. A essência do argumento é a de que as províncias são livres, independentes e soberanas para, através do

¹⁵ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXVIII, 29.07.1824 (Quinta feira). In.: *Obras*, Op. cit., p. 617 (original não grifado).

¹⁶ Caneca, frei. "O Typhis Pernambucano", n° XX, 3.06.1824 (Quinta-feira). In.: *Obras*, op. cit., p. 552.

pacto social, decidirem a forma de governo que melhor lhes aprouver. Frei Caneca pensa em uma união confederada:

[Com a Independência] Ficou o Brasil soberano, não só no todo, como em cada uma das suas partes ou províncias.

Uma províncias não tinha direito de obrigar a outra províncias a coisa alguma, por menor que fosse; nem província alguma, por mais pequena e mais fraca, carregava com o dever de obedecer a outra qualquer por maior e mais potentada. Portanto podia cada uma seguir a estrada, que bem lhe parecesse; escolher a forma de governo, que julgasse mais apropriada às suas circunstâncias; e constituir-se da maneira mais conducente à sua felicidade"¹⁷.

É este um dos fundamentos que sustentam a idéia de república, de frei Caneca, como um direito legítimo.

Essa conotação federalista é indissociável da idéia de república. Contudo, para frei Caneca, república e federação não se identificam totalmente. A república tem uma conotação mais restrita, referindo-se a um único estado. Enquanto a federação congrega a reunião de estados livres e independentes¹⁸.

E esta acepção do ideal de soberania federalista não se restringe, apenas, ao ato de criação ou dissolução do contrato social. Ela sustenta, por exemplo, a idéia de autonomia fiscal e tributária de cada região¹⁹. Aliás, este também é outro dos sentidos da idéia de república, que, raramente, aparece com todas as letras. A república

¹⁷ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXI, 10.06.1824 (Quinta-feira). In: Obras, op. cit., p. 559 (original não grifado).

¹⁸ Ver Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXI, 10.06.1824 (Quinta-feira). In: Obras, op. cit., p. 560.

¹⁹ As "... imposições das taxas foi a mais importante das usurpações, que os soberanos fizeram...". Ver frei Caneca. "Sobre os projetos despóticos do ministério do Rio". In: Obras, op. cit., p. 319.

enquanto o bem público, a "pátria"²⁰ do respeito à coisa pública, e ao caráter ético do trato dos impostos.

Mas se, apesar das diferenças, há pontos em comum entre a república e a federação, esta última, por sua vez, não se distingue da confederação.

Já a forma de governo republicana é, para frei Caneca, sinônimo de governo democrático ou "sistema democrático"²¹. Partindo da interpretação histórica da evolução ideal dos tipos de governo, frei Caneca vê uma "tendência" da ex-possessão colonial portuguesa, para a democracia:

"Deste golpe geral de vista, sustentado por fatos constantes de impressos e manuscritos de pessoas da maior respeitabilidade, se conhece, que a tendência do Brasil é para o governo democrático; a qual seria sopitada, si em câmbio se lhe desse o regime constitucional representativo; que esse espírito é indomável, nos mostra a história..."²².

Como tal "sistema democrático" era, à época, associado às revoluções políticas²³, frei Caneca diz que as opiniões democráticas não são idênticas e sinonímicas às opiniões revolucionárias²⁴. Ou seja, frei Caneca argumenta no sentido de mostrar que o "sistema democrático", ou

²⁰ "... nascendo o homem para a sociedade dos outros seus semelhantes, ele é mais dos outros, que de si mesmo, pelo que tudo quanto existe no homem, que seja bem físico ou moral, se deve aplicar ao benefício da sociedade, e ao feliz ser da república". Frei Caneca. "Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão; e deveres deste para com a mesma pátria". In.: Obras, op. cit., vol. II, p. 220 (original grifado).

²¹ Ver frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, Op. cit., p. 545 (original não grifado).

²² Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 549-50 (original não grifado).

²³ Ver frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 545-6.

²⁴ Ver frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° III, 8.01.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 434.

republicanismo, não é contrário a "civilização dos povos". Para tanto ele usa os exemplos dos Estados Unidos, da América do Sul, e dos cantões Suíços²⁵.

Para frei Caneca, a forma de governo republicana não se espalhara por toda a Europa devido ao poder e à violência das monarquias. Temendo que isso também acontecesse na América do Sul, frei Caneca observa que uma república no Brasil só facilitaria as relações com os vizinhos: um "...império absoluto... ameaça os governos representativos [vizinhos], bem como sucede na Europa, que não admite novas republicas no meio de si pelos mesmos perigos"²⁶.

Constatar que, para frei Caneca, democracia significa república, sublinha a importância do pensamento do padre pernambucano. Mas, o que frei Caneca entende por democracia? Antes de mais nada, não se deve perder de vista que, conforme já foi dito, para frei Caneca o poder político-institucional deve ser estabelecido de forma constitucional e representativa. Ou seja, apesar de ser um pensador que dialoga com a antiguidade clássica, frei Caneca não concebe a democracia como o exercício público do poder diretamente pela totalidade dos cidadãos. Ele defende o caráter representativo do poder legislativo.

Contudo, não se encontra, em frei Caneca, detalhes sobre as normas que regulariam as relações entre os cidadãos e as instituições políticas. É sabido que a Constituição Espanhola, de 1812, regulara as eleições

²⁵ Ver frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", nº XIX, 27.05.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 545-6 (original não grifado).

²⁶ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", nº XXIII, 24.06.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 578.

brasileiras de 1821²⁷. É ocioso lembrar que os índices de participação política, neste período, mesmo sendo o voto indireto, eram maiores que no restante da história do império, e mesmo de alguns períodos da república²⁸. Em 1822 as eleições passaram a ser indiretas e censitárias. João Soares Lisboa defendeu a adoção do sistema eleitoral direto em 1822. E, em 1824, José da Natividade Saldanha, o secretário geral do governo que proclamou a Confederação do Equador, defenderia o voto não censitário dos pobres, tal qual ocorrera na República do Ano II, na França.

A significação de democracia ou república em frei Caneca talvez incluísse, também, uma maior publicidade e participação popular. O que também já vinha ocorrendo em sua época. Como nas reuniões deliberativas dos eleitores, em praça pública. Ou nas reuniões públicas do conselho e do "Grande Conselho" composto por cidadãos de "todas as classes do povo"²⁹.

²⁷ A Constituição de Cádiz de 1812 estabeleceu um governo representativo para a nação espanhola em todo o mundo, na qual todos os homens livres converteram-se em cidadãos. Foi uma constituição extremamente radical para a época, provavelmente por ter sido redigida em meio ao levante popular de 2 de maio de 1808 e da guerrilha dos camponeses espanhóis contra Napoleão, entre 1808-1813. Devido a este caráter radical, a Constituição de Cádiz teve grande repercussão nas revoluções posteriores, como os levantes da Itália de 1821, e as revolução de 1820 na Espanha e em Portugal. Ver, por exemplo, Jaime E. Rodrigues O. La independencia de la América española. México : FCE / El Colegio de México / Fideicomiso Historia de Las Américas, 1996, p. 13-19, 107-120. E também Manuel Moran Orti. Poder y gobierno en las Cortes de Cádiz (1810-1813). Pamplona : Ediciones Universidade de Navarra, 1986, p. 13-31, 59-70.

²⁸ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo : Difel, Tomo II, vol. 5, p. 202, 224. José Murilo de Carvalho. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, 3a ed., p. 39-40. Do mesmo autor: "Sistema Eleitorais e Partidos no Império". In.: Olavo Brasil de Lima Junior (org). O balanço do poder. Rio de Janeiro : IUPERJ; Rio Fundo Ed., 1990, p. 16.

²⁹ Isto é, o clero, a nobreza e o povo e os militares. Frei Caneca dele participava, por ser membro do corpo literário de Recife. Do "Grande Conselho" participavam também os membros das Câmaras da capital e interior.

Contudo, há algumas interrogações. Por exemplo, como a república de frei Caneca incorporaria os afro-americanos? Não há registros para uma resposta adequada a esta pergunta. Frei Caneca manifesta-se contra os preconceitos de inferioridade racial. E, apesar de nunca ter feito ostensiva propaganda anti-escravista, frei Caneca e seus colegas Cipriano Barata e João Soares Lisboa eram contrários ao trabalho escravo.

João Soares Lisboa, um dos principais propagandistas do republicanismo no ano de 1822, possui, como frei Caneca, uma cuidadosa precaução e cautela quando usa a palavra "república".

Há um extrato de João Soares Lisboa em que o republicanismo é relacionado ao problema afro-escravista. Ou seja, João Soares Lisboa associa as idéias de liberdade e de cidadania ao republicanismo. Tendo em vista sua importância para o problema do republicanismo, este extrato será analisado detalhadamente a seguir.

João Soares Lisboa informa, no *Correio do Rio de Janeiro* de 24 de abril de 1822, que havia sido preso um padre de nome José Pinto da Costa Macedo (Philodemo, era seu cognome de escritor). O padre "prepara o maior de todos os flagelos", diz João Soares Lisboa. "Um preto, oficial de sapateiro", lhe havia levado umas botas por ordem de seu mestre. O padre "o mandou assentar junto a sua pessoa em igual cadeira, e lhe disse = que não se admirasse porque todos eram iguais, e Cidadãos!". As Cortes haviam decretado a liberdade da "Escravidade", e o príncipe estava omitindo esta deliberação. O padre determinou ao escravo que informasse seus parceiros e conhecidos, preparando-os para matarem seus Senhores. O padre ofereceu dinheiro e armas.

João Soares Lisboa pergunta qual seria o partido do padre José Pinto da Costa, autor de "tão horrível crime":

A) Não seria o "partido" "Realista absoluto" ou e "antigo Despotismo", porque o primeiro alvo é o Regente.

B) Seria o "aristocrático"? Não. Porque divide, e neste partido governam os nobres. A plebe, o inferior, é governada como escravo.

C) O "democrático" também não seria. "Porque os Republicanos respeitam muito, além da propriedade, a Liberdade bem entendida; e o maior atentado que se pode imaginar contra a Liberdade é o assassinio", diz o jornalista

Conclui João Soares Lisboa: "O bárbaro monstro, o [D] anarquista... segue o partido da destruição"³⁰.

Vê-se, assim, que na concepção filosófico-política de João Soares Lisboa há quatro possibilidades de posicionamento no jogo político, com quatro tipos de governo. O "antigo Despotismo", o "aristocrático", o republicano-democrático e a monarquia constitucional, a qual João Soares Lisboa, tal qual frei Caneca, é partidário em 1822. Isto porque a anarquia não é propriamente uma forma de governo. Ao contrário, é a ausência de governo. A anarquia neste extrato de João Soares Lisboa aparece com o significado de desgoverno, a guerra civil, o terror (o Jacobinismo francês) ou mesmo uma revolução entre etnias (Haiti).

Segundo João Soares Lisboa, os republicanos são partidários do governo "democrático", que funcionaria através do respeito da "Liberdade bem entendida".

O que deve surpreender aqui não é o fato de o jornalista apelar à propriedade, que neste caso não está sendo pensada como a propriedade da mercadoria escravo, mas

³⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 13, 24 de abril de 1822, p. 49, 50 (original não grifado).

na propriedade em geral. O surpreendente é o fato de João Soares Lisboa insistir que o "assassinato" é um escândalo. Entendendo-o, pois, enquanto violência pela violência, o poder do "terrorismo" (uma palavra que já existe, na época). João Soares Lisboa e frei Caneca condenam, ambos, a violência.

Primeiramente, é necessário dizer que não se trata de um apelo anti-revolucionário de João Soares Lisboa.

Em segundo lugar, o texto mostra que o imaginário haitiano expresso por João Soares Lisboa não poderia/deveria ser entendido como preconceito racial. Na república do Haiti, já havia observado João Soares Lisboa, o grau de liberdade da última classe do povo é inferior ao das monarquias européias³¹. O que ele quer dizer é que a guerra civil, mesmo que praticada em nome da república ou por um governo republicano, só conduziria ao despotismo.

Assim, apesar de dizer que a república é o governo da "Liberdade bem entendida", no ano de 1822 o que João Soares Lisboa defende é o "louvado Governo Representativo". Ou seja, o único governo em que se pode conciliar "Direito do cidadão" e o "Direito do Monarca". No "governo representativo" o mútuo interesse e a amizade reconhecem a necessidade de obediência "...não dos homens seus iguais, mas do império da Razão, isto é, a LEI"³².

Vê-se que a defesa que João Soares Lisboa faz da monarquia não é algo incondicionado. O peso de seus argumentos, tal qual os de frei Caneca, incidem sobre a idéia de Constituição. O império da razão é visto por João Soares Lisboa como o cumprimento à lei estabelecida através

³¹ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 32, 17 de maio de 1822, p. 131.

³² Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 13, 24 de abril de 1822, p. 50.

da Constituinte, dos representantes do povo. Cabe à Constituição conciliar tanto os direitos do "cidadão" quanto os do príncipe.

Mas isto em 1822. Porque em 1824 João Soares Lisboa será categoricamente um republicano. Se, em 1822 João Soares Lisboa defendeu um tipo de monarquia que é, na sua linguagem, tipificada como "sistema representativo e constitucional". Dois anos depois, em Recife, quando já se havia proclamado a república federalista de 1824, João Soares Lisboa diz que se enganara em 1822.

Aliás, em 1824, também o próprio frei Caneca escreverá em seu "*Diário*" pessoal que "...o Brasil imprudente e loucamente havia aclamado seu imperador..."³³ D. Pedro de Alcântara, príncipe português.

Portanto, após o fechamento da Constituinte, João Soares Lisboa e frei Caneca pegarão em armas pela república federalista da Confederação do Equador.

Frei Caneca e João Soares Lisboa expressam, assim, a consciência prática de uma ação política simpática aos ideais republicanos de governo. Em 1822, porém, tal consciência não se manifesta discursivamente³⁴. Essa cautela lingüística do uso da palavra "república" é, surpreendentemente, característica do republicanismo da Independência. Há, pois, da parte dos escritores políticos republicanos, uma espécie de auto-censura, praticada para se ocultar algumas de suas idéias, como republicanismo, escravidão, ou forma de governo, com subterfúgios lingüísticos no uso de palavras e conceitos.

³³ Frei Caneca. "Itinerário...". In.: *Obras*, op. cit., volume 1, p. 111.

³⁴ Veja-se no cenário político brasileiro contemporâneo, fenômeno semelhante com o uso de palavras como "intentona" em 1935, "terrorista" em 1968, ou "xiita" em 1988.

Mesmo Cipriano Barata, o republicano de linguagem mais virulenta, não escapa a esta história do silêncio em torno à palavra "república".

No dia 13 de setembro de 1823, por exemplo, Cipriano Barata ilustra a radicalização que estava prestes a ocorrer com a iminente dissolução da Assembléia Constituinte. Ele reivindica uma "federação imperial". Caso se "dissolvam ou tirem a liberdade" do Congresso Soberano, diz o jornalista, dever-se-ia reclamar, representar e esperar 50 dias para se redigir um "Manifesto de todo o acontecido". E convocar novo "Congresso Soberano geral... para sustentar os Direitos e a liberdade das Províncias...". A Constituição deveria:

"... depois de acabada, ser remetida à S. M. para que a jure, e sirva de regulamento geral dele, e das Províncias, que sem violência quiserem ficar formando a união ou federação Imperial..."³⁵.

Segundo Cipriano Barata, era "público" que no mês de setembro o Congresso Constituinte "esteve quase a ser dissolvido". O imperador, porém, estava consciente de que qualquer "...ataque ao nosso Soberano Congresso... rebentará uma geral Revolução... [cujo objetivo será] novo Congresso Soberano, e nova federação..."³⁶.

Antevendo os fatos trágicos que se seguiriam ao fechamento da Constituinte, em 12 de novembro de 1823, Cipriano Barata diz que o "absolutismo" português [de D.

³⁵ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Brasília : Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de História, orientador prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, 1993, p. 136-137.

³⁶ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 147.

Pedro] seria respondido com as armas da confederação das províncias livres do Brasil:

"... a Liberdade e a Independência do nosso grande Império confederado e unido em um só maciço, afronta com a espada na mão a qualquer [um] que tiver a audácia de se lhe atrever..."³⁷.

Do ponto de vista dos republicanos, um eventual *golpe de força* contra a Constituinte justificaria o direito ao levante armado. Pois, através deste ato de violência militar, o imperador estaria rompendo "...as promessas, ajustes, e juramentos..." do contrato social que constituiu o império em 1822. E rompido o pacto associativo feito em 1822, o povo estaria "desligado de todo juramento e obrigação" para fazer novo contrato social, e "nova federação"³⁸.

Eis as palavras do jornalista:

"...Queremos Constituição tanto ou mais liberal, do que a de Portugal, que foi o ajuste; alias não a admitimos, e tomaremos nova resolução fazendo outra Confederação a nosso gosto. Fora com o Despotismo. Não aceitamos Constituição para grandeza, opulência, e absolutismo do Imperador; sim para nossos cômodos, Independência e Liberdade; o contrario não nos serve; nos somos livres; as Províncias são livres e Confederadas em forma Imperial, e não escravas;..."³⁹.

³⁷ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 144.

³⁸ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 148-149.

³⁹ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 148.

Cipriano Barata afirma que os povos devem ser governados pelo "melhor método". Mas qual seria para o jornalista o melhor método de governo?

"Respondo: que me parece o federativo, como bem afirma a razão, e a experiência da Antiga Grécia, e de outras Nações Passadas; e hoje da Suíça; da América do Norte e Sul dos que falam a linguagem Inglesa e Espanhola... O Brasil todo sabe, e eu já o tenho dito, muitas vezes, que o Governo das nossas Províncias deve ser frouxo com a Capital do Rio, atentas as circunstâncias das distancias, e de mil dificuldades, que se opõem a qualquer outra forma de Governo; cada Província precisa de fazer suas Leis particulares, seus arranjos em separado, o que só deve ser organizado dentro delas pelos seus Naturais e seus Governos privativos; havendo em separado Leis gerais que façam a união Imperial, e eis aqui a Federação; ... que ninguém queira, nem admita se não Constituição Livre Federativa Imperial; quero dizer, que as Províncias só devem abraçar Constituição que forme, e deixe formar Leis particulares; ficando todos em uma União frouxa, combinadas e reunidas em Federação geral; com Leis gerais e o seu Chefe ou Presidente, coroado, chamado Imperador..."⁴⁰.

Portanto, para Cipriano Barata o "melhor método" para o exercício do bom governo seria o "sistema federativo" ou o "Governo federativo". Porque o Brasil era constituído por "Províncias Federadas"⁴¹ que deveriam permanecer "unidas federativamente"⁴².

O Artigo 36 do "Projeto" de Constituição dizia que o Império do Brasil era Monárquico Representativa. Para

⁴⁰ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 153-154.

⁴¹ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 161.

⁴² Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 156.

Cipriano Barata, esse título subordina a Constituição à monarquia, palavra supérflua.

"...alem disto é preciso declarar que a Nação Brasileira forma um Império (que a meu entender deve ser Federativo, por isso que parece não lhe convir outra forma de Governo)... Finalmente é também de suma necessidade declarar que a Constituição do Império do Brasil é Representativa federativa"⁴³.

O jornalista sugere a seguinte redação para os Artigos 38 e 39 da Constituição:

"Artigo 38. A Nação Brasileira forma um Império Federativo, tão somente no Senhor D. Pedro Primeiro e sua Dinastia; e não pode ser repartido com ninguém em tempo algum.

Artigo 39. A Constituição política do Império do Brasil, é representativa Federativa, feita livremente pelo voto geral da Nação Brasileira; por meio de seus Deputados, Delegados, eleitos e reunidos, segundo as Leis e os direitos inalienáveis e imprescritíveis dos povos"⁴⁴.

Para o jornalista, o Governo Federativo Representativo é sinônimo de união e de reunião:

"Governo Federativo Representativo quer dizer Governo de Aliança; Governo de União entre diversas Cidades livres, ou diferentes Províncias, formando um só corpo para bem geral de todas; assim foi o antigo Governo da Grécia, assim é o da Suíça; o dos Estados Unidos da América, e até para assim dizer, o mesmo Império de Alemanha &c. A federação ou reunião de diferentes Corpos Políticos, ou Estados, ou Províncias, não tem nada com o título do Chefe do Poder Executivo; ele pode ter o nome de

⁴³ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 165.

⁴⁴ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 166.

Imperador, Presidente, Príncipe, Defensor perpetuo, ou qualquer outro; porque o nome é indiferente para a representação, e autoridade de que ele goza; o Governo ou Constituição Representativa, é quem da peso, e força às atribuições do dito Chefe, e a todo este negocio. Quando muitas Cidades, isto é, Províncias, tem cada uma sobre si seu Governo particular para os negócios internos, e correntes; e pode fazer suas Leis privativas para seu cômodo; e alem disto tem ao mesmo tempo um Governo ou Sistema de união, direção, conservação e defesa geral e comum, como se todas fossem um só corpo; a isto é que se chama Nação confederada; sistema ou Governo Confederativo, seja qual for o título do Chefe que está a sua frente &c. Ora a questão parece que não deve ser outra, se não, qual é o Governo, que melhor convém ao Brasil; ... ou havemos ter Governo Confederativo com a Constituição liberal, como povos livres; ou Governo Absoluto mascarado com uma Constituição Absoluta, (segundo o Projeto que temos nas mãos) como povos escravos..."⁴⁵.

Para Cipriano Barata, o "Governo Confederado Representativo, com o Imperador", é o único que convém pelas "dossuras da [sua] liberdade":

"Não brigemos pelo nome [diz Cipriano Barata]: embora não se declare que o nosso Governo fica Confederativo; seja o Governo bem frouxo em beneficio das Províncias; seja o sistema livre..."⁴⁶.

Há, portanto, inúmeras hipóteses e explicações possíveis para este contorcionismo lingüístico-discursivo dos republicanos da Independência. Primeiramente, é necessário dizer que pedir para que os documentos se auto-

⁴⁵ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 167-168.

⁴⁶ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 169.

proclamassem republicanos seria, *mutatus mutandis*, igualmente exigir que os comunistas fizessem uma reunião em praça pública em plena ditadura. Os documentos não dizem tudo.

Em segundo lugar, poder-se-ia argumentar sobre a sinceridade e convicção do apoio a um regime constitucional-monárquico em 1822. Pois os republicanos acreditam sinceramente naquelas idéias que professam. Assim, um compromisso monárquico-constitucional evidencia também a tolerância política dos personagens republicanos em 1822. Isto porque, tendo ido às armas pela república em 1817 e 1824, é inaceitável o argumento de que teria havido uma alteração/mutação das convicção políticas dos republicanos em 1822.

Finalmente, a história do silêncio em torno à palavra "república" pode ser compreendida também como uma reação à vulgarização que aquela concepção política sofre por meio de sucessivos ataques dos periódicos absolutistas. Veja-se este extrato em que João Soares Lisboa caracteriza a forma através da qual o imperador manipulava a imprensa contra seus adversários:

"... chamamos a atenção de nossos concidadãos sobre o procedimento do nosso Herói [é assim que João Soares Lisboa se refere à D. Pedro, em 1824] com os pedreiros livres, e com os Apóstolos; guerra que fez aos primeiros à quem apelidou carbonários, demagogos, jacobinos, republicanos, sans-culottes, jardineiros, e vários outros nomes que o vulgo ignorante desconhece, e que por não saber definir tem tanto, e mais medo deles do que as beatas tem de feitiços e bruxarias..."⁴⁷.

Tal vulgarização da idéia de república é um fenômeno que se fundamenta no imaginário político da Revolução Francesa. O

⁴⁷ João Soares Lisboa. Desengano aos brasileiros. Recife : Tipografia Nacional, 31 de julho de 1824, parte I, nº 4, p. 17.

silêncio em torno à palavra "república" seria, assim, uma espécie de reação ao cerceamento à liberdade de consciência⁴⁸, praticado em auto-defesa.

Do ponto de vista intelectual, porém, essa história do silêncio encaminha-se para três problemas teóricos.

PROBLEMAS DO CONCEITO DE REPÚBLICA

A reflexão sobre o republicanismo brasileiro entre 1789 e 1824 possibilita renovadas análises daquele período da história, sugerindo, por exemplo, uma outra leitura espaço-temporal da Independência Brasileira.

No transcurso do século XVIII, os *philosophes* recuperaram do esquecimento a palavra e a idéia de república da antiguidade clássica. O signo simbólico intelectual da imagem de república traduz o ideário ético-cultural igualitário e anti-hierárquico dos *philosophes* Iluministas. O conceito de república passa, então, a configurar as idéias políticas da Ilustração. No plano das formas simbólicas, ocorre uma mutação da sensibilidade mental no final do século XVIII e início do século XIX que, juntamente com a publicidade e as exportações de idéias

⁴⁸ Frei Caneca, por exemplo, era um pensador tão habilidoso com o uso das palavras que a Comissão Militar que o julgou dificilmente conseguiria provar, utilizando apenas a linguagem de seu jornal, "O *Typhis Pernambucano*", que ele fosse republicano, ou tivesse praticado qualquer crime contra o governo (traição, lesa majestade, críticas ao rei). As leis penais em 1824, herdadas do império Português, eram rígidas. Por exemplo, o rei expressava a vontade do povo, não podendo se responsabilizar por seus atos, e portanto, sendo inviolável às críticas. O crime de Lesa Majestade (isto é, traição contra o império) era punido com a pena de morte. Frei Caneca tinha tanta consciência da falta de argumentos e provas racionais para incriminá-lo como um dos principais líderes da Confederação do Equador, que ele próprio percebeu o simbolismo da Comissão Militar que o julgou no final de 1824, início de 1825. Frei Caneca refere-se ao "assassino" e "sanguinário tribunal". Ver a respeito frei Caneca. "Itinerário...". In.: Antônio Joaquim de Mello, (coleccionador), *Obras*, op. cit., volume 1, p. 135.

libertárias, irá se manifestar nas revoluções daquele período. Como, por exemplo, no debate federalista da Revolução de Independência Americana (1776-87). E no radicalismo igualitarista da grande época da República Francesa de 10 de agosto de 1792, da Comuna, da Convenção, da guilhotina e do *maximum*⁴⁹. E também nas Independências da América central e do Sul (1810-26).

No Brasil da Independência essas imagens do republicanismo são freqüentes. Porém, ao se procurar compreender e formular o conceito de república no Brasil, à época percebido e manejado pelos pensadores do republicanismo-revolucionário, chega-se a um tríplice problema:

1º] Por que os movimentos que expressam uma influência do republicanismo (como o 1789 mineiro, o 1798 baiano, o 1794 do Rio de Janeiro, e o 1801 e 1817 de Pernambuco) manifestam-se historicamente através de espasmos de fluxo e refluxo, aparentemente esporádicos e territorialmente desconexos?

O republicanismo homogeneiza e une as Inconfidências às guerras civis da independência, proporcionando uma leitura totalizadora daquele processo emancipatório. Isto é, os movimentos que ocorrem entre 1789 e 1824 (e há outros conflitos do período que sequer foram mapeados⁵⁰),

⁴⁹ É este o espectro que atormenta a Europa em 1830 e 1848. Do ponto de vista deste trabalho, porém, é mais significativa a onda de revolucionarismo de 1820-4. Que talvez não tenha o mesmo conteúdo igualitarista-republicano, mas o imaginário conservador da Santa Aliança é preenchido pelo medo do jacobinismo da Revolução Francesa.

⁵⁰ "Na longa história da resistência contra a escravidão brasileira não houve, de fato, nada parecido com a série de revoltas e conspirações que sacudiram a cidade de Salvador e a zona agrícola contígua, o Recôncavo, entre 1807 e 1835. Foi um período turbulento, caracterizado no Brasil por revoltas de caserna, o fim do regime colonial, a abdicação de um monarca, instabilidade e conflitos políticos generalizados, turbulência intensificada pelas rebeliões

sugerem um pensamento republicano e ações libertárias ativas que explodem em diferentes épocas e lugares.

Como não se pretende desenvolver aqui estas questões, mas apenas pôr um problema do conceito de república, sugere-se a seguinte hipótese: deste prisma, o 7 de setembro deveria ser visto não como "a" Independência, mas como um movimento contrário ao republicanismo⁵¹, ou como uma tentativa de calar e neutralizar os movimentos de manifestação mais popular.

2º] Por que em 1822 há um compromisso monárquico-constitucional dos republicanos-revolucionários em torno ao príncipe regente?

Em 1822, João Soares Lisboa, Cipriano Barata e frei Caneca manifestam-se publicamente favoráveis à monarquia, desde que constitucional e representativa. Como explicar que pensadores radicais-republicanos apóiem a permanência de um príncipe no Brasil em 1822 (o *Fico*)? Tal ato não implicaria em um regime monarquista?

Este é um falso problema. Como o leitor poderá constatar no capítulo II, a seguir, a tão proclamada

escravas, elas próprias um produto dessas condições. As revoltas escravas baianas foram em geral organizadas e desenvolvidas em torno das etnias, mas às vezes a participação e a liderança ultrapassavam essas fronteiras culturais algo artificiais. Homens e mulheres escravos e libertos ocasionalmente se uniam na ação comum. As revoltas escravas baianas constituíram uma série de campanhas ou batalhas numa longa guerra contra a escravidão ou, como disse um escravo, "uma guerra dos pretos". A relação entre essa guerra e a tradição de fuga e quilombo precisa ser explorada". Stuart B. Schwartz. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos Haussás: Bahia, 1814". In. João José Reis; Flávio dos Santos Gomes (organização). Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1996, p. 373-374. Ver também João José Reis e Eduardo Silva. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

⁵¹ A formulação original deste problema pertence a Maria Beatriz Nizza da Silva. Ver Maria Beatriz Nizza da Silva. Formas de representação política na época da Independência, 1820-1823. Brasília : Câmara do Deputados, 1987, p. 189.

unanimidade em torno ao *Fico* é uma invenção simbólica do imaginário político da época. Porque os republicanos não eram favoráveis à permanência do príncipe no Rio de Janeiro. E, entre setembro e o final de dezembro de 1821, agiram para fazer com que o regente retornasse a Portugal.

O fato de os republicanos apoiarem, em 1822, o que eles denominam "monarquia constitucional representativa" significa, antes de mais nada, que há uma diferença entre o conceito de república do século XX, e o que se pensa do republicanismo no século XVIII/início do XIX. Tanto para os *philosophes* Iluministas quanto para os fundadores da república dos Estados Unidos, a república moderna era um tipo de governo que mistura elementos de duas fontes: a) do equilíbrio da monarquia Inglesa do século XVIII, e b) do governo misto do republicanismo clássico da Antiguidade.

Para os estadistas dos Estados Unidos, a mistura do princípio federalista teria a grande virtude de conciliar as vantagens da monarquia inglesa às do republicanismo clássico e moderno, tais como juizes eleitos, poder aos distritos, separação de poderes complementada por um sistema de balanços, checagens e contrapesos supervisionado por corpos de magistrados, enfim, "precauções auxiliares" que assemelhariam a república moderna americana ao sistema de mútuas checagens do regime britânico.

Portanto, não haveria contradição teórica no apoio dos republicanos à "monarquia constitucional representativa" em 1822. Já que eles poderiam exigir, através de uma representação democrática, uma Constituição que respeitasse a autonomia federativa através dos equilíbrios, balanços e contrapesos da divisão de poderes.

Além disso, do ponto de vista político, o apoio a D. Pedro deveu-se à disputa entre Brasil e Portugal pela sede da monarquia do Reino Unido português. Este argumento, que

transparece claramente no capítulo quatro, a seguir, foi recentemente analisado pelo historiador português Valentim Alexandre, para quem "a transferência para Lisboa do centro do império" era, "aparentemente [,] um dos alvos do movimento de 24 de agosto de 1820"⁵².

3º] Por que os intelectuais brasileiros negligenciam a existência do republicanismo da Independência, duvidando da sua importância e eficácia histórica?

Como os porta-vozes da idéia de uma organização político-cultural e ético-moral⁵³ republicana evitam o uso da palavra "republica", a historiografia da Independência tem, por quase duzentos anos, aceitado uma visão monolítica, parcial e elitista da Independência. O Sete de setembro, pedra de toque dos fundadores do império, é um fato que talvez sequer tenha ocorrido. Tal fato, visto e analisado como marco fundamentador do Estado nacional brasileiro, carece de documentação para comprová-lo. A professora Maria de Lourdes Viana Lyra fez brilhante análise sugerindo como se deu a construção simbólica desse episódio⁵⁴.

O Fico, o Sete de setembro e a Coroação são, portanto, meras construções simbólicas que, por mais convincentes que sejam, não justificam ou explicam o monopólio da visão

⁵² Valentim Alexandre. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto : Edições Afrontamento, 1993, p. 573.

⁵³ Eis aqui algo complexo, de difícil explicação. Pois, no Brasil, o imaginário republicano não contém nenhum conteúdo de valor transcendental, como na França, por exemplo. Ver um exemplo desta valoração espiritual ou subjetiva da idéia de república em Renato Janine Ribeiro, "Virtudes privadas, vícios públicos". In.: Folha de São Paulo, 13.09.94, p. 3.

⁵⁴ Ver Maria de Lourdes Viana Lyra. "Memória da Independência: marcos e representações simbólicas". In.: Revista Brasileira de História: Representações. São Paulo : ANPUH/Ed. Contexto, vol. 15, no 29, 1995, p. 173-199.

"verdadeira" e "correta" do "não separatismo da nação". Visão moldada por uma das correntes vencedoras que sucessivas gerações de intelectuais têm pilhado acriticamente.

Através do esclarecimento e formulação destes três problemas, é possível pensar, então, algumas questões sobre o republicanismo:

Primeiramente, devido à repressão à publicidade da palavra "república", a imprensa periódica republicano-radical faz uma furiosa propaganda contra à monarquia, particularmente contra o absolutismo. Estratégia, aliás, também utilizada por Thomas Paine, no *Common Sense*. Ao conchamar, em janeiro de 1776, as colônias britânicas à resistência armada e à independência⁵⁵.

Em segundo lugar, o significado do conceito de república (e a palavra) raramente surge na documentação. Entretanto, os republicanos contrapõem, à monarquia absolutista, o que eles designam por "governo constitucional representativo" ou governo misto. E isto não apenas porque entre 1821 e 1824 a grande bandeira é a Constituição. A luta por uma Constituinte no Brasil guardava a reivindicação de uma Constituição com características federativas ("Constituição livre federativa" são palavras de Cipriano Barata e frei Canecá). A Constituição consolidaria um pacto de associação política entre as províncias.

Em outras palavras: impossibilitada a publicidade da idéia de república, os republicanos usam a liberdade de imprensa para escreverem sobre, e tornar público, um

⁵⁵ Ver Merle E. Simmons. La revolución norteamericana en la independencia de Hispanoamérica. Madrid : Editorial Mapfre, 1992, p. 231-264.

governo misto, constitucional e representativo. Estabelecido através de uma Assembléia Constituinte, que regularia o poder político por meio de uma Constituição de cunho federativo, e divisão de poderes.

Em terceiro lugar, somente em momentos de extrema violência e ruptura do tecido social os republicanos expressam publicamente a idéia de república, notadamente com o uso da palavra "federação" ou "confederação". Em outubro de 1822, por exemplo, João Soares Lisboa ironiza o Príncipe Regente, chamando-o de "puro democrata" e "republicano". Foi preso. Em setembro de 1823 Cipriano Barata começa a referir-se à "federação imperial". Foi preso em 17 de novembro de 1823, quase que simultaneamente à dissolução da Constituinte. E frei Caneca refere-se com certa intensidade à república momentos antes da surgir a Confederação do Equador, entre maio e julho de 1824.

Mas, que significa o "sistema democrático" mencionado por frei Caneca? E o "governo misto" defendido por Cipriano Barata? Em que medida o republicanismo brasileiro da Independência imbrica-se aos ideais de liberdade e cidadania do século das Luzes?

REPÚBLICA MODERNA E ILUMINISMO

O republicanismo brasileiro faz parte do conjunto de idéias mais radicais dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, se república e democracia eram idéias desqualificadas e mal vistas entre o século das Luzes e a Revolução de Independência Americana, após o interregno Republicano da Revolução Francesa, o republicanismo passou a significar violência, sangue e Terror. Ser republicano no início do século XIX era ser favorável aos massacres nas Tulherias da

"segunda revolução" de 10 de agosto de 1792, ao sufrágio universal e à República de 21 de setembro, à ditadura da Comuna de Paris e aos massacres de setembro de 1792, ao povo de Paris em armas, à Convenção e ao Governo de Salvação Pública, à guilhotina contra a nobreza, do máximo e das requisições forçadas, do intervencionismo na economia de mercado, e das campanhas de descristianização. Enfim, do sangue e do "Terror" da República do ano II⁵⁶. E isso talvez ajude a esclarecer o porquê do caráter espasmódico do republicanismo que explode em vários pontos da colônia portuguesa entre 1789 e 1824. E também o problema do silêncio em torno à palavra república.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, o republicanismo também catalisa as idéias de *philosophes* Iluministas mais radicais, como Rousseau, por exemplo. Em meados do século XVIII, a república já representava novas concepções de democracia e participação popular. É este o caso da República Americana de 1776.

Se, por um lado, o republicanismo brasileiros é indissociável dos mitos, imagens, palavras e da força sacralizadora dos símbolos produzidos pela Revolução Francesa. Por outro lado, a existência tangível da realidade da Revolução de Independência Americana provavelmente foi mais importante quando os republicanos brasileiros buscaram exemplos de como construir um governo.

Qual seria, por exemplo, o conceito de república pensado pelos fundadores da república americana? De que forma tal conceito influenciou os republicanos brasileiros da Independência?

Em um dos livros mais recentes sobre o republicanismo dos Estados Unidos, a república moderna da América é

⁵⁶ Cf. Maurice Agulhon. 1848: O aprendizado da República. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 36.

relacionada ao conceito de *razão humana* de Locke, e ao regime misto da Revolução Gloriosa. A nova república Americana não era o que os antigos haviam dito sobre uma democracia. A república não podia ser também exatamente descrita como uma aristocracia, como oligarquia, ou como uma monarquia limitada. E não era certamente uma república da virtude. Além de seus construtores duvidarem da república poder sobreviver caso seus cidadãos fossem totalmente desqualificados. Para James Madison, a república Americana era um sistema sem um precedente antigo ou moderno. Um sistema que se reivindicava puro. E que era algo indubitavelmente novo, ainda que houvesse incontestável semelhança com o que os antigos denominavam regime misto⁵⁷.

Em 1767, vinte anos antes dos camponeses da colônia Britânica reunirem-se na convenção federal, Adam Ferguson publicou em Edinburh *An Essay on the history of Civil Society*, livro que influenciaria *The Federalist*. Ferguson

⁵⁷ Cf. Paul A. Rahe. *Republics ancient & modern. Inventions of prudence: constituting the American regime*. Chapel Hill / London : The University of North Carolina Press, 1994 [1992], volume 3, p. 59. A hipótese central deste autor é a de que a república moderna dos Estados Unidos "... ocupava um status intermediário entre o reformismo ilustrado de Thomas Hobbes e o republicanismo clássico dos gregos antigos ...". Paul A. Rahe. Op. cit., p. 60. Ver também páginas 29-30. Uma das lacunas mais evidentes do livro de Paul Rahe é a não consideração do iluminismo. Em um dos momentos em que expõe Montesquieu, por exemplo, Paul Rahe chega a afirmar: "The French philosophe towered over the latter half of the eighteenth century like a colossus" (p. 40). Apesar desta menção ao século XVIII, o autor ignora a existência da influência e repercussão de filósofos como Rousseau, Diderot ou Kant. E o republicanismo brasileiro tem aspectos diferentes do republicanismo dos EUA, já que este funciona como paradigma daquele. E não apenas porque frei Caneca, por exemplo, estará escrevendo quase 50 anos após o início da Revolução Americana. Mas principalmente porque o republicanismo brasileiro é um fenômeno posterior à Revolução Francesa, cujo arcabouço intelectual e lingüístico é fornecido pela Ilustração. Ao fundamentar a essência de sua análise da república moderna da América em Thomas Hobbes e no regime misto da Revolução Gloriosa, ignorando o iluminismo, Paul A. Rahe se esquece de que a tese da soberania popular e a teoria da revolução tem grande desenvolvimento entre o século XVI, particularmente através de teólogos calvinistas, e o século XVIII. A linguagem do republicanismo brasileiro tem grande influência da Ilustração.

não entendeu as diferenças que separavam o tempo moderno do antigo. Mas compreendeu o caráter radical da mudança que estava por vir⁵⁸.

O caráter radicalmente novo do experimento histórico que estava por advir era que os americanos começaram a pensar em dar forma a um governo que fosse produto do consenso. Sem insurreições ou ataques de forças externas, as assembleias de cidadãos deliberavam voluntariamente sobre que governo poderiam desejar para a sua vida futura. Ou seja, enquanto erguiam um governo sobre o princípio da autoridade natural do povo, os americanos perguntavam-se: o homem em sociedade seria capaz de criar um bom governo?⁵⁹

Os americanos freqüentemente confessavam isso. O caráter sem precedentes do seu esforço tanto ajudou como pesou sobre eles. Antes de janeiro de 1776, quando Thomas Paine iniciou um furioso ataque à monarquia no *Common Sense*, nenhum republicanismo nem qualquer democracia cheiravam bem. Deste fato, os fundadores também estavam plenamente cômicos. E agora eles não podiam rejeitar o princípio fundamental da revolução proclamado abertamente por James Madison: a liberdade. Princípio, aliás, que será ratificado por frei Caneca e seus amigos inúmeras vezes.

A vitória dos ideais republicanos na América do norte não foi fácil. Em 1783, durante a guerra da Revolução da Independência, George Washington temia pela dissolução da união.

Washington imaginava ser possível uma confederação forte para por as coisas em ordem. Isto porque ele observava naquele momento as circunstâncias favoráveis para o estabelecimento do governo republicano. Foram necessários, porém, quatro anos para o apelo de Washington

⁵⁸ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 32.

⁵⁹ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 33, 34.

receber alguma resposta. E aquela resposta manifestou-se somente quando a guerra civil entre ricos e pobres, entre credores e devedores, e entre os separatistas das fronteiras e os defensores da formação territorial da colônia, ameaçou gerar a anarquia em todos os estados. Não é fortuito que a constituição produzida pela convenção federal explicita obrigações dos estados para com um governo republicano. Prevendo inclusive punições para excessos de emissão de moeda e medidas que prejudiquem obrigações contratuais⁶⁰.

A vitória não veio facilmente. E o estabelecimento de uma nova ordem constitucional foi o resultado de um consenso, entre os delegados, sobre a necessidade da União mais do que dos Artigos da Confederação⁶¹.

Quando George Washington recebeu a publicação dos vários números do jornal com a polêmica do *The Federalist*, escreveu para Alexander Hamilton que aquele trabalho testemunharia o mérito dos fatos para a posteridade. Os méritos dos princípios da liberdade, dos tópicos do governo e da sociedade civil⁶².

Foi devido a possibilidade de dissolução da união confederada, que Alexander Hamilton, James Madison e John Jay recorreram ao problema do republicanismo clássico para fundamentar a defesa da Constituição. Para proteger o que Madison ingenuamente denominou o experimento da república estendida, os autores do *The Federalist* encorajaram seus compatriotas à virilidade de espírito da qual a construção da constituição exibiria⁶³.

⁶⁰ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 37.

⁶¹ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 39.

⁶² Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 39.

⁶³ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 38.

Nesta alternativa moderna para o republicanismo clássico, Hamilton, Madison e Jay investiram-se da toga de Plutarco. Mas, apesar de assumirem a aura da virtude republicana, eles rejeitaram toda veneração pelo longínquo passado da Antiguidade. Hamilton, por exemplo, ressaltava a imprudência de seus contemporâneos que viam na Antiguidade clássica a solução para suas dificuldades políticas. No tempo moderno, dizia Hamilton, tinha-se feito grande melhoramento na ciência política, no sentido de minimizar os defeitos do governo republicano, através do que ele denomina de "AMPLIAÇÃO da ÓRBITA" do sistema popular de governo civil. Trata-se dos princípios como a distribuição regular do poder dentro dos distintos departamentos, os balanços e checagens, das áreas compostas de juízes, da representação do povo através de eleições⁶⁴.

Contudo, James Madison fez maiores contribuições à arquitetura da Constituição americana. Foi a eloquência e erudição de Madison que persuadiu os delegados ao audacioso passo de ignorarem seus limitados mandatos. E proporem o estabelecimento de um novo governo central inteiramente supremo em suas limitadas esferas, e depositário da autoridade não dos estados individuais, mas antes dos cidadãos da nação inteira. Para convencer seus colegas delegados, e depois os seus concidadãos que tal regime era consistente com os princípios da "*republican liberty*", Madison teve que confrontar-se com o celebrado Montesquieu.

Montesquieu era considerado o mais colossal filósofo da segunda metade do século XVIII. A autoridade de Montesquieu excedia a de John Locke em matérias relacionadas à "*constitution of liberty*". Porém, em *O Espírito das Leis* Montesquieu havia argumentado que era

⁶⁴ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 40. Segundo Paul A. Rahe, tais reflexões de Hamilton são uma "revolutionary contribution" para a causa do republicanismo moderno.

impossível construir-se uma república viável em um território extenso, e muitos contemporâneos atentos de Hamilton e Madison estavam inclinados a concordarem com isso. Segundo Montesquieu, o obstáculo supremo à sobrevivência de semelhante república seria a existência de facções: a predileção dos seres humanos a formarem grupos⁶⁵.

Madison aceitou parte do argumento de Montesquieu, recusando a conclusão. Quando defendeu a ratificação da Constituição, Madison expôs o erro que limita o Governo Republicano a um distrito limitado. E argumentou sobre a necessidade de se por a nu a diferença estrutural que distinguia a "*new American republic*" da sua predecessora clássica.

Apesar de tais diferenciações, Madison não perdeu de vista que o problema das facções poderia sacrificar a liberdade política. Pois desde a antiguidade a rivalidade política inata das repúblicas tendia a ressuscitar desordens e incessantes guerras civis. E, neste particular, Madison e seus colegas ancoravam-se não apenas em convicções pessoais. *Whigs* raramente elogiavam Thomas Hobbes, mas verdadeiramente todos lhe agradeciam tacitamente a força da crítica que o grande advogado do reformismo ilustrado lançou contra o republicanismo clássico e seus defensores Aristotélicos. Do mesmo modo que Hobbes e seus principais discípulos, como Harrington, Locke, Montesquieu, Hume, Blackstone e Lolme, eles abraçaram os princípios da representação como um corretivo e, com isso, a estratégia do sistema eleitoral indireto⁶⁶.

Tal qual Montesquieu, alguns panfletos federalistas,

⁶⁵ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 41.

⁶⁶ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 42.

como os de Noah Webster e James Wilson, criticavam a participação democrática direta.

Os autores de *The Federalist* também partilhavam da opinião de Montesquieu a respeito das falhas do republicanismo clássico. Hamilton, por exemplo, descrevia as "ancient republics" como tumultuosas "commonwealths". Os antigos haviam dado à liberdade política uma má reputação, pensava Hamilton⁶⁷.

Naturalmente, Hamilton não concordava com as conclusões de Hobbes mais do que Montesquieu as havia acolhido. Hamilton esperava que o governo puramente republicano refutasse o sofisma da anarquia, apontado pelo filósofo inglês. Pois, ainda que Montesquieu manifestasse grande admiração pela constituição Inglesa, Hamilton havia chamado a atenção para o princípio federalista como um expediente não somente ampliador da esfera popular de governo, mas principalmente reconciliador das vantagens da monarquia com àquelas do republicanismo. Apesar de esperançoso, Hamilton não concordava inteiramente com o governo puramente republicano. Em 1777 ele procurava supor o que tornava aquilo que ele chamou, pela primeira vez, "a representative democracy", o que a tornava melhor que a democracia direta do modelo clássico⁶⁸.

Madison não estava tão descontente quanto Hamilton com todas as formas de regras diretas. Apesar do relativismo de Madison contra a "representative democracy" de Hamilton, os fundadores talvez negligenciem Rousseau devido à defesa que este faz da democracia direta. Apesar de Thomas Jefferson e James Madison lançarem mão da crítica de Rousseau ao progresso, os autores de *The Federalist* quase ignoram o autor de *O Contrato Social*.

⁶⁷ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 43.

⁶⁸ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 43.

Para Rousseau, no entretanto, o princípio da vida política reside na "autoridade soberana" do poder Legislativo; mas, de onde provém a legitimidade dos "atos autênticos da vontade geral"?

Não tendo, o soberano, outra força além do poder legislativo, só age por meio das leis, e não sendo estas senão atos autênticos da vontade geral, o soberano só poderia agir quando o povo estivesse reunido. O povo reunido - dir-se-á -, que quimera! Hoje é uma quimera, mas não o foi há dois mil anos. Os homens mudaram de natureza?⁶⁹

Para Rousseau, todo o povo na praça pública não somente exercia os direitos da soberania, mas também uma parte dos direitos do Governo.

Rousseau defende assembleias fixas e periódicas, cuja própria ordem de reunir-se deve emanar da Lei.

No momento em que o povo se encontra legitimamente reunido em corpo soberano, argumenta Rousseau, cessa qualquer jurisdição do Governo, suspende-se o poder executivo e a pessoa do último cidadão é tão sagrada e inviolável quanto a do primeiro magistrado.

A abertura dessas assembleias, que só têm por objeto a manutenção do trabalho social, deve sempre se fazer por duas proposições que jamais se podem suprimir e que são submetidas separadamente a sufrágio.

A primeira é: 'Se apraz ao soberano conservar a presente forma de governo'.

A segunda é: 'Se apraz ao povo deixar a administração aos que se encontram atualmente encarregados dela'.

⁶⁹ Jean-Jacques Rousseau. O contrato social. São Paulo : Abril Cultural, 1978, p. 103-4.

Suponho, neste ponto, o que creio ter demonstrado, isto é, que não há no Estado nenhuma lei fundamental que não possa ser revogada, nem mesmo o pacto social...⁷⁰.

Para Rousseau, "...As corvéias são menos contrárias à liberdade do que os impostos. Numa *Pólis* bem constituída, todos correm para as assembléias. Quando alguém disser dos negócios do Estado: QUE ME IMPORTA? -- pode-se estar certo de que o Estado está perdido". Segundo Rousseau, no momento em que um povo se dá representantes, não é mais livre: "A idéia de representantes é moderna; vem-nos do Governo feudal..."⁷¹.

Diferentemente de Rousseau, os autores de *The Federalist* acreditavam que, se o governo republicano era a divisa do colapso de vários Estados, em grande parte isso se devia às constituições dos Estados serem fiéis ao modelo clássico. Eles imaginaram haver descoberto que o governo representativo moderno poderia reconciliar as vantagens da monarquia com aquelas do republicanismo.

Madison tinha expectativas de que, na função de supervisionamento, o novo governo pudesse obter a *perfomance* reservada ao regime monárquico Inglês. E servir como um desinteressado e desapaixonado anteparo às disputas entre as inevitáveis facções. Para tanto, Madison e seus colegas pensavam que a capacidade do cidadão da nova nação deveria dar uma contribuição especial. Junto com David Hume, Madison estava preparado para acreditar que a substituição da democracia direta pelo governo representativo habilitaria uma república para refinar e

⁷⁰ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 114.

⁷¹ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 106-7, 108-9.

ampliar a perspectiva pública, passando-lhe a um corpo selecionado de cidadãos⁷².

Montesquieu e Hume influenciaram os inventores da Constituição Americana onde quer que se olhe para ela. Segundo Montesquieu, por exemplo, todos os homens que possuem poder são empurrados para o abuso. Ele será insolente até descobrir os limites. Sobre este tópico, Hume foi caracteristicamente áspero. Em uma passagem muito repetida de Maquiavel, admiradíssima por Alexander Hamilton, John Adams, e memorizada pelos americanos, Hume reconheceu ser um pouco estranho, que uma máxima devesse ser verdadeira em *política*, ainda que errônea de *fato*. Mas Hume insistia que era o poder sem limites uma máxima política justa, ainda que tivessem que supor o contrário⁷³.

Montesquieu empregou os princípios de David Hume para diferenciar os regimes políticos. Em *O Espírito das Leis*, o filósofo francês distinguiu dois tipos de republicanismo: o tipo representado pelas antigas Atenas, Esparta e Roma. E outro gênero exemplificado pela Grã-Bretanha do século XVIII. A cidade estado era uma república da virtude: ela não poderia sobreviver longamente em um território alargado porque a dispersão de suas cidades minaria a força moral e os motivos religiosos que sustentavam o espírito público por ela exigido. Em contraste, a Grã-Bretanha era uma república que se distingue de si mesma sob a forma de uma monarquia. Ela era a democracia fundada no comércio⁷⁴.

David Hume usou muito, assim como Montesquieu, o mesmo esquema de classificação. Hume, além disso, compartilhou das preferências de Montesquieu. Porém, Hume discordava do filósofo francês apenas em um ponto fundamental: com

⁷² Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 44.

⁷³ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 45.

⁷⁴ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 46.

instituições próprias, Hume pensava ser possível fazer um disfarce exterior na monarquia. Na falta de um rei e de uma aristocracia, Hume acreditava que a monarquia poderia equilibrar-se com uma esfera larga, fundando uma república pura⁷⁵.

Como os construtores da Constituição Americana a conceberam, a moderna alternativa ao republicanismo antigo incluía a representação indireta, e também uma sistemática promoção da genuína virtude cívica. Além de não suprimir inteiramente as facções, mas antes, incluir um assalto indireto ao dano das facções. O estabelecimento de instituições representativas possibilitou o que Hamilton havia chamado "o ALARGAMENTO da ÓRBITA" da república dentro do respeito às dimensões individuais dos Estados, ou para a consolidação da diversidade dos pequenos Estados dentro de uma grande confederação⁷⁶.

Diferentemente de Hamilton, a solução proposta por Madison não é tanto uma ampliação do território circundado pela república, quanto uma multiplicação das facções que o compõem. Se o novo governo federal criou um juízo imparcial e desapaixonado, isso ocorreu paradoxalmente porque grande número de partes e facções insignificantes estavam clamando em seu favor, e manobrando para seu ganho político⁷⁷, pensava Madison.

Madison tinha suas razões para defender tais posições. Apesar de pessoalmente concernir que a república não deveria ser estendida muito além, ele não pensava que o poder concedido aos representantes eleitos pelo povo representassem um grande perigo para o futuro imediato.

⁷⁵ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 46-47.

⁷⁶ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 47.

⁷⁷ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 48-49.

Através de uma prudente modificação e mistura do princípio federal, Madison pensava ser possível praticar o autogoverno em grandes extensões. Madison também reconheceu que a contribuição Americana foi empregar, ao governo popular, precauções auxiliares semelhantes às utilizadas pelos Britânicos para conterem o homem que legisla sobre eles⁷⁸.

O princípio subjacente a tais precauções era simples, e, agora, parecia familiar: imparcial como interesse que pode ser usado para checar interesse, como a ambição deveria contrabalançar a ambição. James Harrington havia feito deste princípio a fundamentação de sua nova ciência da arquitetura política. Locke empregou-o quando explanou a maneira de separar os poderes entre um corpo eleitoral, que observou suas leis, e um executivo independente e hereditário, capaz de forçar aquelas mesmas leis contra aqueles mesmos que as fizeram, encorajando o exercício tardio da prudência e aderindo à justiça para realizar sua função legislativa. Bolingbroke e os Whigs radicais usaram-no na argumentação do caso do *constitutional balance*. Também David Hume tinha sugerido, no mesmo espírito, que checagens particulares e controles fornecidos pela constituição republicana poderiam fazer com que um interesse, mesmo do homem ruim, agisse pelo bem público. E Montesquieu tinha ilustrado a maneira como a divisão dos privilégios e responsabilidades entre um monarca hereditário, uma assembléia aristocrática, um congresso eleito pelo povo, um judiciário independente, e um júri local feito para a defesa de pares do reino, contribuiu para favorecer entre o inglês um salutar senso de segurança e tranqüilidade. Tal era a visão que inspirou os livros *Commentaries on the Laws of England*, de William Blackston, e *Constitution de l'Angleterre*, de Jean Louis de Lolme.

⁷⁸ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 56.

Segundo Blackston, por exemplo, a verdadeira excelência do governo inglês consiste no fato que todas as partes dele formam uma mútua checagem de cada uma das outras partes. Todas as partes, porém, trilham uma mesma direção. Direção esta que constitui a verdadeira linha da liberdade e da felicidade do povo⁷⁹.

Tendo aproveitado do sucesso parcial e das inúmeras falhas evidentes dos seus predecessores no Estado, os construtores da Constituição Americana procuraram melhorar a máquina governamental descrita por Harrington, Locke, os Whigs radicais, Bolingbroke, Hume, Montesquieu, Blackstone e Lolme, e instituir um regime imparcial de regras indiretas sem beneficiar estratos sociais providas por uma hierarquia juridicamente definida por ordens.

Essa noção de "precauções auxiliares" do republicanismo americano é também pensada pelos republicanos brasileiros. Cipriano Barata, por exemplo, ao analisar os artigos do "*Projeto*" feito pelos deputados da Assembléia Constituinte de 1823, faz uma comparação entre os sistemas jurídicos da república dos Estados Unidos e da monarquia britânica. Segundo Cipriano Barata, os artigos 10 e 13 do "*Projeto*" preparavam um péssimo arranjo do foro de jurados. Isto porque haveriam jurados somente em matérias criminais, sendo que as questões civis continuariam sendo decididas por juízes e tribunais. Segundo Cipriano Barata, o "falso Jurado" para questões civis seria composto por desembargadores que iludem e enriquecem às custas dos cidadãos. Para Cipriano Barata, no verdadeiro "Tribunal dos Jurados" existente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, os Jurados eram sorteados, o Juiz de Paz tomava a acusação e formava o auto, e o Juiz de Direito entrava só

⁷⁹ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 57.

no dia do julgamento. Enfim, "o Réu tem toda a liberdade na sua defesa", diz Cipriano Barata. O Juiz de Paz é um homem da massa do povo que ocupa o lugar de pequeno Magistrado temporário, observa o jornalista. E os Jurados são todos os homens honestos de cada cidade que sabem ler, escrever e contar, têm bens de raiz, ofícios ou empregos. Seus nomes estão todos em uma urna ou lista, e por isso não pode haver suborno e conluio, conclui Cipriano Barata⁸⁰.

O menor dos elementos federais inventados pela "judiciosa modificação e mistura" de Madison foi de longe o mais importante: trata-se da separação de poderes. Ainda que influenciado por Montesquieu, aqueles Estados cujas Constituições falavam em uma separação de poderes não passavam particularmente bem. Estado após estado, a legislatura, usualmente através da legitimação do exercício de suas prerrogativas constitucionais, conduzia-se para intimidar e dominar os poderes executivo e judiciário. Montesquieu especulava que o resultado da concentração de poder era incompatível com a liberdade, e James Madison e Alexander Hamilton concordavam com ele. Para Thomas Jefferson, a consequência era um despotismo eleito. Para Jefferson, os princípios livres da Constituição que asseguravam o poder ao governo, eram divididos e balanceados entre vários corpos de magistraturas de modo que nenhum poderia transcender seus limites legais sem ser eficazmente checado e contido pelos outros. Essa é a razão pela qual os construtores da Constituição suplementaram a

⁸⁰ Cf. Renato Lopes Leite. *Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823)*. Op. cit., p. 152-154. Ver também Benedicta Maria Duque Vieira. "A justiça civil na transição para o Estado liberal". In.: Miriam Halpern Pereira. *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituinte de 1821-1822*. Lisboa : Edições João Sá da Costa, 1991, 11-29.

separação dos poderes com um extraordinário e complexo sistema de balanços e checagens⁸¹.

Segundo Hamilton, a independência judicial é um pré-requisito para o manutenção de uma limitada constituição. Exatamente como um judiciário independente é um excelente obstáculo ao despotismo do príncipe em uma monarquia limitada, ele é também uma barreira não menos eficiente contra a usurpação e opressão do corpo representativo em uma república limitada. E é um excelente expediente para proteger uma firme, honesta e imparcial administração das leis. A moderna república era, pois, um governo explicitamente limitado⁸².

Os construtores da Constituição Americana seguiam Montesquieu na suposição de que a separação dos poderes era uma máxima sagrada do governo livre. A separação dos poderes e o sistema de checagens e balanços foi instituído na esperança que as decisões tomadas pelo governo americano surgiriam de cuidadosas discussões e prudentes debates guiados por uma dedicação aos princípios proclamados pela *Declaração de Independência* e incorporados à Constituição. Desta forma, aquelas decisões não espelhariam a volubilidade e inconstância da opinião pública, o que Hamilton e Madison chamaram o senso deliberativo da comunidade.

Ora, o problema da separação dos poderes é um dos principais elementos do republicanismo brasileiro. É precisamente com esse intuito que João Soares Lisboa e os republicanos do Rio de Janeiro desencadeiam uma pressão pública e popular pró-Constituinte em 1822. E os furiosos ataques de Cipriano Barata contra o absolutismo monárquico visavam evitar uma superposição do poder executivo sobre a

⁸¹ Paul A. Rahe. Op. cit., p. 58.

⁸² Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 69.

Assembléia Constituinte. E frei Caneca, e os republicanos de 1824, rejeitam o "rascunha de Constituinte" imperial e vão às armas reivindicando uma nova Assembléia Constituinte. Ou seja, a influência de Montesquieu é indubitável. Veja-se este extrato onde frei Caneca define seu conceito de liberdade política:

"A segunda consequência da dissolução da assembléia, si ela não for sem perda de tempo reunida, é a evaporação da liberdade política, que proclamamos, e porque nos temos sacrificado.

A liberdade política é, como diz Montesquieu, "*De l'Esp. des Lois*" lib. 2 cap. 6., aquela tranquilidade de espírito, que goza o cidadão, nascida da opinião, que tem cada um da sua segurança. Para que esta exista, é necessário que o governo seja tal, que um cidadão não possa temer outro cidadão, e jamais esta se pode encontrar e gozar naqueles estados, em que se acham depositados nas mesmas mãos os dois poderes, legislativo e executivo; pois pode-se temer que o mesmo soberano não faça leis tirânicas para ele as executar tiranicamente. E não se reunindo outra vez imediatamente a assembléia dissolvida, ... não ficam reunidas nas mesmas mãos os poderes legislativo e executivo?"⁸³

Além da separação de poderes, os republicanos brasileiros também partilham da noção de representatividade indireta adotada pela república dos Estados Unidos. E, dessa forma, esclarece-se o problema da história do silêncio em torno à palavra "república", acima apontado. Os *philosophes* da Ilustração entendiam que o mecanismo de "checagens e balanços" do governo inglês do século XVIII era um elemento republicano. Por isso Montesquieu e Hume viam a monarquia inglesa como exemplo de republicanismo. De modo idêntico, para Rousseau a república é todo governo

⁸³ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° VI, 29.01.1824 (Quinta-feira). In.: *Obras*, op. cit., p. 454 (itálico no original).

guiado pela lei⁸⁴. Enfim, para os Iluministas, a república poderia existir em uma monarquia, em uma aristocracia ou em uma democracia.

Com o advento da república dos Estados Unidos, o governo representativo, tantas vezes propagandeado pelos republicanos brasileiros, passou a significar um governo que mistura as "precauções auxiliares" dos Britânicos às virtudes do republicanismo clássico.

Contra Rousseau, portanto, os republicanos brasileiros partilham com os estadistas dos Estados Unidos da noção de governo representativo. Porém, uma das diferenças entre o republicanismo brasileiro e o norte americano reside na influência da linguagem de Rousseau sobre os brasileiros. Influência esta expressa particularmente no conceito de liberdade, e na adoção da idéia de pacto social roussouísta.

Sobre o pacto social, Rousseau argumenta que se o príncipe tivesse uma vontade particular mais ativa do que a do soberano e, para obedecer a essa vontade particular, se utilizasse da força pública de que dispõe, imediatamente a união social desapareceria e dissolver-se-ia o corpo político.

... Desse modo, no momento em que o Governo usurpa a soberania, rompe-se o pacto social e todos os simples cidadãos, repostos de direito em sua liberdade natural, estão forçados, mas não obrigados a obedecer.

... Se, pois, o povo promete simplesmente obedecer, dissolve-se, perde sua qualidade de povo - desde que há um senhor, não há mais soberano, destrói-se o corpo político.⁸⁵

⁸⁴ Cf. Jean-Jacques Rousseau. *Quevres*. Paris : La Pleiade, 1960, volume 3, p. 379-380.

⁸⁵ Rousseau. *O contrato social*. Op. cit., p. 101, 44.

Note-se que as próprias palavras utilizadas pelos republicanos brasileiros são muito parecidas com a terminologia utilizada por Rousseau.

Isto transparece quando frei Caneca menciona, por exemplo, dois juramentos que ocorreram em Recife no ano de 1822. Em 17 de outubro de 1822, o "juramento cívico... de adesão e união à causa geral do Brasil" reuniu 1655 pessoas em Recife. Já a aclamação de D. Pedro em imperador do Brasil teria reunido apenas 45 pessoas. Frei Caneca observa que, nas aclamações, os recifenses "...protestavam ser uma nação independente e livre, [e] à custa da própria vida"⁸⁶ poderiam se separar do Rio de Janeiro:

"... por ser livre a qualquer parte integrante de alguma nação, que muda o seu pacto social e forma de governo, separar-se, si as condições do novo pacto não forem recíprocas, ou lhe não agradarem..."⁸⁷

Portanto, no ano de 1822 um contrato social havia fundamentado a união do Brasil através de uma Constituição: então, havia-se contratado uma constituição a "gosto do povo", diz Cipriano Barata. E não "...à gosto do Imperador, e de suas Tropas". Se o imperador faltar ao juramento, "...o fundamento da nossa eleição, da nossa graça de exaltação, aclamação [, e] coroação", estará nulo o pacto social e "aniquilado o nosso Império, prossegue Cipriano Barata. O povo "desligado de todo juramento e obrigação" para fazer novo pacto social, e "nova federação". Pois, se "... o Imperador pode faltar à promessas, ajustes, e juramentos, então o povo a seu exemplo, deve fazer o mesmo,

⁸⁶ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXVI, 15.07.1824 (Quinta feira). In. Obras, op. cit., p. 601.

⁸⁷ Citado por Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", n° XXVI, 15.07.1824 (Quinta feira). In. Obras, op. cit., p. 601 (Itálico no original).

e não tem obrigação de estar por nada de que está feito, especialmente naquilo que diz respeito, à Liberdade, igualdade, segurança, Independência⁸⁸.

Em 11 de março de 1824, frei Caneca reclama da violência e coação à qual as câmaras estavam sendo submetidas para aprovarem o "*Projeto*" de Constituição imperial:

"Algum dia se fizeram contratos ou pactos com as baionetas aos peitos? Bastava um tal meio para ser tudo nulo, e nós não ficarmos obrigados a nada, e termos o direito de sacudir fora com a opressão, uma vez que nos favorecessem as circunstâncias"⁸⁹.

Em 17 de junho de 1824, as câmaras de Olinda e Recife rejeitaram o "*Projeto*" de Constituição imperial. Na câmara de Olinda, argumentou-se em favor de um "*pacto social verdadeiramente constitucional*"⁹⁰. Já na Câmara de Recife, argumentou-se que o imperador não detinha poderes para escrever uma Constituição:

"Celebrou-se o conselho, e se decidiu por totalidade de votos, que se não desse à execução o mencionado decreto de 11 de Março deste ano; porque o projeto, além de ser uma carta imperial, na qual se estabelecia o mais detectável despotismo, que esta cidade havia jurado repulsar com todas as forças, viesse ele d'onde viesse, era oferecido por quem não tinha autoridade para o dar; por quanto sendo uma atribuição essencial

⁸⁸ Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco, op. cit., nº 54, 8 de outubro de 1823 (Quarta-feira), p. 230.

⁸⁹ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", nº XI, 11.03.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 492.

⁹⁰ "Assento sobre o juramento do projeto da Constituição ..." publicado por frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", nº XXVI, 15.07.1824 (Quinta-feira). In. Op. cit., p. 599 (Itálico no original).

da soberania da nação a escolha e arranjo da matéria do pacto social, era esta escolhida e apresentada pelo imperador, que sendo criatura da nação, não tem soberania, e deve portanto receber da nação a constituição, que esta lhe der; acrescentando mais, que este juramento envolvia perjúrio do juramento cívico prestado por esta mesma cidade no dia 17 de Outubro de 1822, o que se opunha de frente à religião católica apostólica romana, que professa este provo; e agravando-se ainda mais estas razões pelo meio despótico, violento e tirânico, de que usou o imperador, para extorquir esta adoção e juramento, o de um bloqueio, que nos portos da Província tem feito e está fazendo todas as hostilidades"⁹¹.

Os argumentos que fundamentaram a rejeição do "Projeto" de Constituição, em Recife, foram de frei Caneca, cujo voto foi publicado. Aquele "rascunho de Constituição" foi rejeitado apesar da violência do imperador, que havia bloqueado militarmente o porto de Recife, estratégia que trouxe fome e desolação à população daquela cidade, argumenta frei Caneca.

"...as suas atribuições [do imperador] são tudo aquilo, que lhe adquirirem as suas armas, e lhes cederem a fraqueza e medo dos povos.

S. M. está tão persuadido, que a única atribuição, que tem sobre o povo, é esta do poder da força, a que chamou outros a última razão dos estados, que nos manda jurar o projeto com um bloqueio à vista, fazendo-nos todas as hostilidades; por cujo motivo não se deve adotar nem jurar semelhante esboço de constituição, pois o juramento para ligar em consciência, e produzir seu efeito, é indispensavelmente necessário ser dado em plena liberdade, e sem a menor coação; e ninguém jamais obrou livremente obrigado da fome, e com bocas de fogo aos peitos"⁹².

⁹¹ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano", nº XXII, 17.06.1824 (Quinta-feira). In.: Obras, op. cit., p. 566-8 (Grifos de frei Caneca).

⁹² Frei Caneca. ["Voto de frei Caneca sobre o juramento do 'Projeto' de Constituição", 6 de junho de 1824]. In.: Obras, op. cit., volume I, p. 45-46 (Itálico no original).

Apesar do poderio militar e das hostilidades imperiais, frei Caneca argumentou em favor da não-obediência:

"A certeza, de que estou, de falar entre cidadãos livres... é o sustentáculo da liberdade e franqueza, com que avanço esta proposição...

...

Como agora podereis jurar uma carta constitucional, que não foi dada pela soberania da nação, que vos degrada da sociedade de um povo livre e brioso, para um valongo de escravos e curral de bestas de carga?⁹³".

O conceito roussoísta de pacto social é um dos conceitos mais importantes do republicanismo brasileiro. Porque é este conceito que legitima o direito de criação de uma república confederada em 1824. Os pensadores do republicanismo argumentam ser um direito legítimo inclusive a conclamação do povo às armas, uma vez que a Confederação do Equador é uma revolução contra a tirania e o despotismo do "*dezoito brumário*" brasileiro.

Rousseau opõe-se à Thomas Hobbes quanto a possibilidade de um segundo pacto social. Para Hobbes, os súditos alienariam sua liberdade natural para obedecerem a um rei, único poder centralizador capaz de manter a ordem social. Rousseau, ao contrário, argumenta que há um único contrato no Estado, o da associação, que, por si só, exclui todos os demais. Não se poderia imaginar um segundo contrato público que não fosse uma violação do primeiro, diz Rousseau.

⁹³ Frei Caneca. ["Voto de frei Caneca sobre o juramento do 'Projeto' de Constituição", 6 de junho de 1824]. In.: *Obras*, op. cit., volume I, p. 40, 46 (Itálico no original).

Ora, segundo a teoria política de Rousseau, com o contrato social o ser humano passa de "um animal estúpido e limitado, a um ser inteligente e um homem"⁹⁴. O contrato social substitui a igualdade natural pela igualdade moral: todos iguais por convenção e direito, diz Rousseau.

O contrato social fundamenta a associação da união do "conjunto de forças" de um povo. A associação difere do ato de subjugar uma multidão (agregação). Com a associação, os entes humanos adquirem a liberdade convencional, diz Rousseau, através da qual só obedecem a si mesmos. A associação num estado civil proporciona ao homem a liberdade civil e a liberdade moral:

"... Acrescente-se à aquisição do estado civil a liberdade moral, única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatuiu a si mesma é liberdade"⁹⁵.

No estado civil todos os direitos são fixados pela lei.

Com o pacto social, um único compromisso legitima os compromissos civis: aquele que se recusar a obedecer a vontade geral será forçado a ser livre. Isto porque a liberdade é "... a obediência à lei que se estatuiu..."⁹⁶.

Mas, se se está sujeito às leis, como é possível ser livre? Para Rousseau, as leis não passam de registros de nossas vontades; não são mais do que as condições da associação civil. O povo, portanto, submetido às leis, deve ser o seu autor. Por isso Rousseau defende que o poder legislativo pertence ao povo e não pode pertencer senão a ele.

⁹⁴ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 34.

⁹⁵ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 36.

⁹⁶ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 54.

A liberdade política, fundamento da república moderna, dá um valor essencial à lei. Neste particular também há uma influência de Rousseau sobre os republicanos brasileiros. Veja-se o conceito d lei de Cipriano Barata:

"A Lei é a vontade geral [diz Cipriano Barata], expressada como regras para se conseguir algum bem; e por isso tem comunicação ou pena aquele que a quebranta; ... Nós somos livres e só havemos obedecer a Leis que forem verdadeiras Leis; justas propostas e aprovadas à nossa vontade, pelos nossos Representantes legais, segundo nossos Direitos, alias não são Leis, e nós havemos resistir-lhes". "Lei é a norma das ações humanas segundo a justiça natural; ela se encaminha a fazer a felicidade particular e publica; e sempre é feita pela vontade geral dos Representantes que são o competente órgão do povo; logo sendo a Lei a norma das ações humanas, para a felicidade social, segue-se que ela deve ser acomodada aos fins da Sociedade, o que por isso deve ser razoável, clara, e justa; e por uma infalível consequência, aquela que não cumprir com os fins, não é verdadeira lei, e por isso não se lhe deve obedecer cegamente..."⁹⁷.

Enfim, para Rousseau, a finalidade de todos os sistemas de legislação resume-se em dois objetivos principais: a *liberdade* e a *igualdade*. A liberdade, porque qualquer dependência particular corresponde a outro tanto de força tomada ao corpo do Estado, e a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela. Por igualdade não se deve entender os mesmos graus de poder e de riqueza; mas, quanto ao 1] poder, que esteja distanciado de qualquer violência e nunca se exerça senão em virtude do posto e da leis, e quanto à 2] riqueza, que nenhum cidadão seja

⁹⁷ Cipriano José Barata de Almeida, Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia de Cavalcante & Companhia, nº 60, 29 de outubro de 1823 (Quarta feira), p. 259. E também Sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco, op. cit., nº 59, 25 de outubro de 1823 (Sábado), p. 263. (Em ordem de citação. Há erro na numeração das páginas do jornal).

suficientemente opulento para poder comprar um outro e não haja nenhum tão pobre que se veja constrangido a vender-se. "Tal igualdade, dizem, é uma quimera do espírito especulativo, que não pode existir na prática. Mas, se o abuso é inevitável, segue-se que não precisemos pelo menos regulamentá-lo? Precisamente por sempre tender a força das coisas a destruir a igualdade, a força da legislação deve sempre tender a mantê-la"⁹⁸.

Diferentemente dos republicanos brasileiros, como já foi dito, Rousseau é favorável à representatividade direta, por ele denominada soberano e que não se confunde com as formas de governo. Rousseau então classifica as formas de governo segundo o número de membros. A forma democrática de governo, por exemplo, existe quando o soberano:

"...confiar o Governo a todo o povo ou à maior parte do povo, de modo que haja mais cidadãos magistrados do que cidadãos simples particulares. ... Acrescentemos que não há forma de governo tão sujeita às guerras civis e às agitações intestinas quanto a forma democrática ou popular, porque não há outra que tenda tão forte e continuamente a mudar de forma, nem que exija mais vigilância e coragem para ser mantida na forma original. É sobretudo nessa constituição que o cidadão deve armar-se de força e constância, e ter presente no coração, todos os dias da vida, o que dizia um palatino virtuoso na dieta da Polônia: *Malo periculosam libertatem quam quietum servitium*"⁹⁹ [prefiro a liberdade perigosa a tranqüila servidão].

Deste extrato pode-se retirar três observações. Primeiramente, a liberdade não existe ou não se adapta a todas as culturas. Em segundo lugar, ressalte-se que a cidadania para Rousseau não é direito de todos os

⁹⁸ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 66-7.

⁹⁹ Rousseau. O contrato social. Op. cit., p. 82, 85.

habitantes da cidade. Ou seja, nem mesmo para Rousseau todos gozariam dos direitos de participação da esfera política, atuando no soberano, por exemplo. Como consequência, em terceiro lugar surge o problema da paz social, já que aqueles cidadãos privados dos direitos políticos poderiam insurgirem-se contra as hierarquias sociais, consequência de sua exclusão política¹⁰⁰.

Este é, aliás, o problema da América central e do sul durante o processo de Independência. Diferentemente dos Estados Unidos, no restante da América a república tomará outros rumos. E os estadistas que pensarão a aplicabilidade do republicanismo na ibero-américa durante a Independência, como Simon Bolívar ou frei Caneca, ver-se-ão defronte às complexas consequências do problema racial. Diferentemente da república dos Estados Unidos, a insurreição de pardos e escravos na Venezuela, por exemplo, foi um dos elementos mais importantes da guerra civil da primeira fase da revolução hispano-americana, entre 1810 e 1815.

REPUBLICANISMO E ESCRAVIDÃO

Tal qual Montesquieu e Rousseau, Thomas Jefferson era favorável a emancipação dos escravos. Em 1776, como delegado do Congresso da Virgínia responsável pela redação do estatuto e da lei comum da "commonwealth", Jefferson percebeu que aquela era a oportunidade para redigir um programa de emancipação gradual. Mas logo viu-se forçado a abandonar a idéia. James Madison renovou tais esforços nas

¹⁰⁰ No período 1808-1823, Rousseau exerce grande influência também em Portugal. Ver a respeito, Ana Maria Ferreira Pina. De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988. E também, António J. Silva Pereira. "O 'Tradicionalismo' vintista e o Astro da Lusitânia". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 197-199.

assembléia do estado da Virgínia em 1785, mas os proprietários de escravos não estavam interessados em por fim a escravidão¹⁰¹.

Segundo James Madison, a escravidão ganhou importância nas seções do Congresso Continental de junho e meados de julho de 1787, quando seus colegas negociavam o compromisso entre os estados grandes e os estados pequenos. Compromisso que garantiu às colônias igual representação no Senado, e determinou a representação no Congresso federal com base na população. Para o Senado, propôs-se que a representação de cada estado fosse proporcional ao número de residentes (tanto os livres quanto os escravos). Para a Câmara, a representação seria proporcional somente à população livre¹⁰².

Madison supunha, equivocadamente, que tal desigualdade do compromisso relegaria o Senado ao norte, pois em 1787 a Virgínia era o estado mais populoso da nação. Se Madison aceitou por de lado as conseqüências particulares do compromisso, foi porque ele se consolou com o plano de taxaço direta do sul pelo governo federal, que adicionaria um quinto da população escrava ao número daqueles que eram livres. Porém, a regra do quinto teria grande oposição¹⁰³.

A regra do quinto havia surgido no Congresso Continental alguns anos antes, em 1783, como parte de um compromisso iniciado por Madison, mas foi rejeitada pelos delegados. Revisada depois com sucesso por Alexander Hamilton, foi proposta como emenda dos Artigos da Confederação designados a prover o governo federal de uma renda segura. Madison opôs-se a esse compromisso por

¹⁰¹ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 77-78.

¹⁰² Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 83.

¹⁰³ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 84.

conceder ingenuamente a indústria a escravos. A fórmula adotada pelos representantes na convenção foi resumida pelo General Charles Cotesworth Pinckney, da Carolina do Sul, como o trabalho produtivo dos não-habitantes de vários estados¹⁰⁴.

Madison foi a primeira voz de apreensão sobre o alto preço da adesão a união proposta. Neste momento, porém, o primeiro resplandecer do idealismo revolucionário já era parte do passado. Época em que cidadãos como Darien, Henry e John Laurens, que lutaram contra a escravidão durante a Guerra Revolucionária da Independência, haviam morrido. Ou David Ramsay, respeitado comandante do sul, desistira de eleger-se delegado da convenção através de um empenho anti-escravista.

Em 12 e 13 de julho de 1787, o General Pinckney expressou seu alarme contra a linguagem anti-escravista de alguns delegados. Em agosto 1787, Rufus King, delegado de Massachusetts renovou suas objeções em se admitir escravos na regra da Representação. Seguiu-se uma moção do Governador Morris da Pensilvânia limitando a representação somente aos habitantes livres. Foi facilmente rejeitada. Em 21 agosto a disputa irrompeu novamente. Luther Martin, de Maryland, propôs que se persuadissemos que o tráfico de escravos era prejudicial aos estados livres, além de inconsistente com os princípios da revolução. No dia seguinte, George Mason, autor da *Declaração de Direitos de Virgínia* e proprietário de escravos, reafirmou tais objeções, pontuando o perigo de uma insurreição, e esboçando meios de se transpor o problema. E James Madison interveio, argumentando que a escravidão desencoraja a manufatura, a arte¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 87.

¹⁰⁵ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 88, 89 e 90.

Nos argumentos de Martin e Mason havia algo mais radical e importante: a incriminação do tráfico de escravos entre estados e a sua emancipação. Os proprietários de escravos de Maryland e Virgínia puderam assim aprovar o fim do comércio de escravos Africanos em um campo moral. Porém, a supressão do tráfico transatlântico foi muito mais em interesse próprio. Porque aqueles que tinham mais escravos do que precisariam, e aqueles que estavam preparados para vendê-los para a Georgia, a Carolina do Sul ou nos territórios do Oeste, ficariam felizes em ver a alta do preço que a eliminação da competição tornaria inevitável¹⁰⁶.

As objeções ao tráfico transatlântico de escravos de Luther Martin e George Mason deram aos delegados representantes da Carolina do Sul um particular espírito de responsabilidade. Os representantes da Carolina do Sul condicionaram a adesão a causa da União a aceitação de sua demanda segundo a qual o tráfico de escravos teria que ser reaberto¹⁰⁷.

Hugh Williamson, da Carolina do Norte, contrário à escravidão, esclareceu sobre uma taxa punitiva à importação de escravos, existente em seu estado. Então, os delegados do Sul prepararam um compromisso, que expressava o dilema que vivia o Congresso: a) o governo federal não proibiria o comércio de escravos por 20 anos; b) e os estados do Sul aceitariam uma tarifa moderada para a importação de escravos. O Congresso também aproveitaria para aprovar a maioria de atos de navegação e outras regulamentações comerciais que favoreciam os mercadores do Norte. Foi um compromisso aceitável.

¹⁰⁶ Cf. Paul A. Rahe. Op. cit., p. 90.

¹⁰⁷ Cf. A. Rahe. Op. cit., p. 91.

Para descrever a situação, Thomas Jefferson retomou a retórica dos Gregos e Romanos antigos. Tratava-se de um prejuízo racial dos cidadãos brancos, culpáveis por legitimar a mágoa provocada pela recente emancipação de escravos. Agora, pessoas como Tucker, Jefferson, Madison e outros, que defendiam a emancipação gradual somente em conjunto com um programa de colonização, estavam sob suspeição¹⁰⁸.

Antes de 1808, o comércio transatlântico havia trazido aproximadamente 4 mil escravos para a costa americana. Em 1787, não se imaginava que em 1860 haveriam 4 milhões de escravos do Sul. O tráfico entre estados foi suficiente para aprovar a escravidão. E os delegados que confidenciavam que aquela instituição seria passageira, desapareceram. Apesar da indignação de James Madison, consolidavam-se os interesses do Sul.

Os jovens estadistas pensavam que um desmembramento da União seria pior. James Monroe chegou a afirmar, em um panfleto, que a avizinha república era uma casa dividida contra si própria¹⁰⁹.

John Quincy Adams sintetizou o peso do problema da escravidão na organização política dos Estados Unidos com as seguintes palavras:

"a barganha entre liberdade e escravidão contida na Constituição dos Estados Unidos é moral e politicamente viciosa, inconsistente com os princípios sobre os quais nossa Revolução justificou-se; cruel e opressiva, como as correntes da escravidão, como penhorar a liberdade para manter e perpetuar a tirania do dominador; e indecentemente injusta e não-política, como admitir que o escravo é um antigo inimigo para ser subjugado, propriedade para ser guardada ou reintegrada a seus

¹⁰⁸ Cf. Paul Rahe. Op. cit., p. 95.

¹⁰⁹ Cf. Paul Rahe. Op. cit., p. 102-103.

donos, e pessoas que não podem ser representadas por si próprias, mas pelos seus possuidores que são privilegiados com uma quase dupla quota de representação. ... Se a União deve ser dissolvida [confessa John Quincy Adams], a escravidão é precisamente a questão sobre a qual tem-se obrigação de romper"¹¹⁰.

Um raciocínio semelhante ao de John Quincy Adams é desenvolvido pelos republicanos brasileiros. Frei Caneca e Cipriano Barata são abolicionistas, anti-escravistas, anti-racistas e contrários a preconceitos de cor. (Apesar da existência de alguns extratos ambivalentes de Cipriano Barata¹¹¹).

Cipriano Barata, em particular, defende o direito de participação política de "...toda a gente de cor"¹¹² do Brasil. Dentre estes direitos, Cipriano Barata incluía o de voto. O seu conceito de cidadania compreende "...mesmo todos os crioulos e os libertos"¹¹³ nascidos no Brasil.

Cipriano Barata e frei Caneca argumentam que a consciência das desigualdades entre os seres humanos é espelho do grau sócio-cultural de um povo. E que a lei e a Constituição distinguem o "povo livre" pela ética e moral pública, e pelo caráter do seu comportamento. Isto porque "...a maldita escravidão [, diz Cipriano Barata,] estraga o espírito particular e público dos nossos patrícios..."¹¹⁴.

¹¹⁰ John Quincy Adams citado por Paul Rahe. Op. cit., p. 107.

¹¹¹ A análise do aspecto anti-escravista dos pensadores republicanos encontra-se em Renato Lopes Leite. *Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823)*. Op. cit., p. 180-197.

¹¹² *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1821-1823, tomo 7, sessão de 13 de agosto de 1822, p. 138-40.

¹¹³ Id., ibid., p. 140.

¹¹⁴ Cipriano José Barata de Almeida. *Desengano ao publico, ou exposição dos motivos da minha arbitrária prisão na província na Bahia*. Rio de Janeiro : na Tip. de Lessa & Pereira, 1831, p. 9.

Ou seja, não é por temer à miscigenação, ou a baixa produtividade do trabalho, como o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que os republicanos condenam a escravidão. Frei Caneca e Cipriano Barata atacam a cultura escravista.

Frei Caneca utiliza, por exemplo, argumentos Ilustrado-científicos para sustentar que "... brancura e negrura não passam de uma variedade accidental nos climas quentes, que se confirma e se destrói por um série de gerações nos climas estranhos"¹¹⁵. Já Cipriano Barata recorre a argumentos igualitaristas, calcados nos direitos humanos. Veja-se este exemplo, onde Cipriano Barata defende frei Caneca da acusação de ser republicano e racista, acusação esta formulada pelo grupo monárquico-absolutista do Apostolado pernambucano, a loja maçônica do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva:

"Não posso deixar de lamentar o estado de desconfiança das pessoas de cor relativamente aos Brancos do País; mal fim tenham esses Demônios portugueses que nos dominarão; foram eles que para subjugarem todas as Classes de brasileiros, intrigarão os pais Brancos com os filhos Mulatos; os Mulatos com os Parentes Pretos; ambos este com os Caboclos; e todos por fim com os Brancos, e até estes depois contra os d'Europa; ... quando estas idéias [raciais] devem ser desprezadas hoje que todos estamos debaixo de um Governo constitucional liberal, que Civilmente forma os homens livres de certo modo iguais, patriotas, e amigos; ... o Ilustre Autor da refutação da Arara [frei Caneca] ... é um dos maiores amigos e defensores da gente de cor; essa é a razão porque os intrigentos o desejão malquistar; os Filósofos bem conhecem que essas idéias de Preto, Mulato, Caboclo, Branco são indiferentes na criação do homem, e só admitidas pelos prejuízos das Nações segundo seu grau de ignorância, civilização, superstição, fanatismo, e instituições

¹¹⁵ Frei Caneca citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 189.

políticas; ... [os Filósofos] zombam dessas instinções que procedem da ignorância vulgar; ... entre nós a cor preta é desprezada, e na Costa d'Africa despreza-se a Cor branca, à ponto de se exorcismar o benzer pelos seus Padres uma casa em que morre gente branca, porque dizem os pretos, que o Diabo é branco; e que o lugar em que morrem brancos fica cheio de maus Espíritos Brancos; pelo contrario nós dizemos que o Diabo é Negro; ... basta pois recomendar aos Senhores Homens de cor, que já é tempo de afastar de nós essas desconfianças que são frivolidades na presença das Leis Constitucionais; eles de Cor livres e Brancos fazem o total do povo Livre; o que se necessita é união e mais união, amor e amizade, e mais a+++ [palavra ilegível] e amizade; o forte não é a cor é sim o bom comportamento particular e publico, merecimentos, patriotismo e virtudes..."¹¹⁶.

Portanto, frei Caneca e Cipriano Barata atacam a cultura da escravidão porque ela limita os direitos de participação dos cidadãos no universo da vida pública. Seus adversários políticos, no entanto, não hesitaram em utilizar os argumentos raciais para atingir o republicanismo de Cipriano Barata e frei Caneca. Em 1831, por exemplo, Cipriano Barata foi acusado de planejar uma "república com levante de escravos". Tal acusação, e outros boatos, provocaram a prisão de Cipriano Barata entre 1831 e 1834. Cipriano Barata se defendeu dizendo que os "Caveiras", "Aristocratas patifes", "Fidalgos de borra" e seus "sequazes":

"...homens malvados chamam promoção de república, a tudo quanto é ataque feito a sua classe: e para segurem seus planos, reforção hoje a idéia com levante dos Pretos e liberdade

¹¹⁶ Cipriano Barata citado por Renato Lopes Leite. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Op. cit., p. 190-191.

destes, afim de abalarem todos os ânimos e serem ajudados dos que possuem escravos..."¹¹⁷.

Do mesmo modo, também frei Caneca foi vítima dos absolutistas do Apostolado de Recife, cidade para onde as querelas do Rio de Janeiro eram exportadas, sobrepondo-se à antigas rivalidades.

Em Recife, Gervásio Pires Ferreira, rico e respeitado comerciante, preso em 1817, solto em 1819, elegera-se presidente da província de Pernambuco em outubro de 1821, depois do prestígio adquirido como mediador entre os insurgentes da Convenção de Beberibe e o último governo português. Gervásio não parecia simpático aos olhos de D. Pedro por sua firme defesa da necessidade de uma Constituição. Em Recife, os emissários do Apostolado, a loja maçônica cujo líder era José Bonifácio, ampliavam as dissonâncias pelo poder. Em 1º e 2 de junho, e 2 e 3 de agosto de 1822 ocuparam as ruas os batalhões de Caçadores do capitão Pedro da Silva Pedroso, aquele ex-republicano de 1817 que seguia o sopro dos ventos. Novo golpe de força de Pedro Pedroso fez o governo demitir-se em 17 setembro de 1822. Substituiu-o o Governo dos Matutos, assim conhecido por haver manipulado os votos dos aristocráticos agricultores rurais. Nesta nova Junta Provisória, Pedroso passou a ocupar o "Governo das Armas".

Contudo, em Recife as desordens não diminuía. O Governador das Armas, Pedro da Silva Pedroso, aproveitava-se de sua cor mulata para incentivar dissensões raciais. Em 8 e 22 de janeiro de 1823 Pedroso agitou novamente as tropas. E em 26 de fevereiro patrocinou novo golpe de

¹¹⁷ Cipriano José Barata de Almeida. Desengano ao publico, ou exposição dos motivos da minha arbitraria prisão na província na Bahia. Rio de Janeiro : Tipografia de Lessa e Pereira, 1831, p. 22-23 (não grifado no original).

força. Canhões, prostrados à porta do Palácio de Governo fizeram os membros da Junta dos Matutos embrenharem-se pelo "mato, tão ligeiro que não posso dizer qual foi primeiro"¹¹⁸, ironizaria frei Caneca. Foram sete dias de anarquia. Com a intervenção da Câmara de Recife, Pedroso se demitiu. Retornou o Governo dos Matutos, prendeu Pedro Pedroso, enviando-o para o Rio de Janeiro.

Cipriano Barata foi uma das testemunhas no processo que se instaurou em Pernambuco. As dissensões entre absolutistas e constitucionalistas-republicanos provocariam verdadeira guerra verbal pela imprensa, além de processos judiciais, ameaças de prisão e de morte.

José Fernandes Gama, um dos membros do grupo de Pedroso que estava preso no Rio de Janeiro, fez publicar em 1823 um panfleto onde frei Caneca era acusado, através de "termos escabrosos", de racista e republicano. Nas duas respostas de frei Caneca que se seguiram, intitulados "*Respostas às calúnias e falsidades da arara pernambucana, redigida por José Fernandes Gama, preso na Corte do Rio de Janeiro*" e "*O caçador atirando a arara pernambucana em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama*", frei Caneca utilizou algumas dos mesmos "termos escabrosos" de seu acusador. De modo que a leitura dos dois panfletos de frei Caneca sem uma contextualização histórica, pode levar o leitor a imaginar que frei Caneca exagera ao defender-se das calúnias dos pedrosistas. Mas a intenção de frei Caneca era apenas reproduzir as mesmas palavras de seus acusadores.

Mas, o que é importante nesta intervenção de frei Caneca não é sua indignação com o baixo nível dos ataques

¹¹⁸ Frei Caneca. "O Typhis Pernambucano". In.: Antônio Joaquim de Mello (org). *Cbras...*, op. cit., volume 2, p. 467 (Itálico no original).

de Pedro da Silva Pedroso e seus amigos. Fundamental nesta passagem é a preocupação de frei Caneca em evitar uma guerra de castas, uma guerra de ricos contra pobres, uma insurreição racial de negros contra brancos: Pedroso "...deu ou não deu asas aos mulatos e negros para insultarem aos brancos?"¹¹⁹, pergunta-se frei Caneca. A situação em Recife já era tensa, pois, no ano anterior, a notícia do avanço, para Pernambuco, das "tropas Européias" estacionadas na guerra civil da Bahia fez com que aparecesse por diversas partes de Recife a "última classe de mulatos e pretos" e "mesclados". Dispersos, "pretos e pardos, dando pancadas"¹²⁰, tiveram que ser contidos pelo governo de Gervásio Pires Ferreira (2 de maio de 1822).

A preocupação de frei Caneca justifica-se não apenas no imaginário produzido pela revolução haitiana da guerra de todos contra todos. Mas é uma preocupação justificável principalmente porque a desagregação sócio-racial das independências hispano-americanas, imbricada na torrente impetuosa da violência da guerra civil, era um dos principais problemas daquelas revoluções. Apesar da guerra civil na América-hispânica, a mobilização popular ocorreu tão só na Venezuela e nas zonas periféricas do Rio da Prata (Uruguai)¹²¹.

Na esperança de esclarecer o republicanismo brasileiro, a seguir serão expostos os dois exemplos de republicanismo mais radical na América-hispânica: a

¹¹⁹ Frei Caneca. "O caçador...". In.: *Obras*, op. cit., p. 270.

¹²⁰ Carta assinada "Amigo dos amigos". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 28, 11 maio 1822, p. 113-4.

¹²¹ Cf. Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975, p. 62. Houve mobilização popular também no México e no Haiti. Mas estes dois casos estão fora do foco de análise, cuja preocupação é a manifestação conceitual do republicanismo confrontado à cidadania.

experiência republicana encabeçada por Bolívar, na Venezuela, e por Artigas, na Banda Oriental (Uruguai).

Simon Bolívar e a república boba

Simon Bolívar, o mais audacioso e idealista dos *criollos*, republicano possuir de uma cultura cosmopolitano-Iluminista que o opunha aos caudilhos, era, em princípio, um democrata que acreditava na liberdade. Junto à liberdade, Bolívar pensava que igualdade deveria abarcar todos os homens, qualquer que fosse sua classe, crença ou cor¹²².

Mas, depois da primeira república da Venezuela, entre 1810 e 1811, Bolívar passou a defender um governo de unidade e força. E, em seus últimos anos, estava obcecado por um governo forte. Diferentemente de frei Caneca, Bolívar não imaginava a América preparada para a "democracia pura".

Simon Bolívar surgira como um dos líderes radicais da primeira fase da revolução de Independência da Venezuela.

Em 19 de abril de 1810, jovens revolucionários *criollos* venezuelanos reuniram uma multidão na praça central de Caracas no intuito de criarem um junta autônoma à Junta de Cádiz, auto-dissolvida em fevereiro de 1810. Simultaneamente, o *cabildo* se reuniu independentemente das autoridades espanholas. Foi criado um novo governo, a Junta Conversadora dos Direitos de Fernando VII, cujo núcleo era o *cabildo*. Esse novo governo, apesar de dominado pela elite

¹²² Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Barcelona : Editorial Ariel, 1985, 4a. edição, p. 236-7, 226.

criolla¹²³, dividia-se em conservadores autonomistas e radicais independentistas.

Extinguiu-se o tráfico de escravos, mas não a escravidão. Através do sufrágio masculino e censitário, elegeu-se um congresso nacional que se reuniam em 2 de março de 1811. A independência, uma medida tida como radical, foi declarada em 5 de julho de 1810. Criava-se, assim, a primeira república venezuelana. Sua vida seria encurtada pelos ataques dos restauradores do poder monárquico espanhol, e pelos conflitos raciais.

A constituição de dezembro de 1811, escrupulosamente federalista ao estilo dos Estados Unidos, mas com um executivo débil, mantinha os valores hierárquicos que definiam a concepção social da elite criolla. A letra da Constituição garantiu a igualdade legal, abolindo a discriminação sócio-racial. Mas a desigualdade real do sufrágio limitava os direitos de voto, de modo que somente os proprietários detinham uma cidadania completa¹²⁴.

Os negros e os pardos¹²⁵ da Venezuela reagiram fazendo a sua própria revolução. E os realistas, tal qual o

¹²³ Os criollos estavam situados entre os espanhóis e a massa. Alguns possuíam grandes fortunas, baseadas principalmente na propriedade da terra e, em alguns casos, das minas. Porém, a maioria deles possuía apenas uma renda moderada. Eram abastados empreendedores, administradores de grandes propriedades rurais ou de minas, negociantes locais. Ou se sustentavam mal em profissões liberais, como a saturada advocacia. A primeira geração de criollos sentiu maior pressão, porque sofria a concorrência da nova onda de imigrantes. Para os criollos um emprego era uma necessidade, não um luxo, o que deu início ao conflito entre peninsulares e nativos. Os criollos queriam mais igualdade para si mesmos, e menos para os inferiores. Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 27, 40. Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 57.

¹²⁴ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 221.

¹²⁵ Os pardos da Venezuela eram pessoas de cor livres, uma massa instável e intermediária, de limites imprecisos. Descendentes de escravos negros, compreendiam mulatos, zambos e mestiços em geral, assim como brancos à margem cujos antepassados eram suspeitos. Nas cidades, trabalhavam em ofícios baixos e servis, formando um

ministro José Bonifácio para o exemplo de Pernambuco, apoiaram a revolução dos negros, livres e escravos, desde que contra o republicanismo. A igreja, por exemplo, incentivou os escravos sobre as vantagens do governo espanhol contra o domínio dos latifundiários *criollos*. Bolívar ficou horrorizado com os assassinatos, roubos, violências, devastações, os massacres dos brancos e a destruição de suas propriedades. A violência racial fez crescer as fileiras realistas, afastando os *criollos* da causa da abolição, e muitos da causa da Independência da Venezuela.

A revolta dos pardos pelos direitos de cidadania foi inflexivelmente reprimida pelos *criollos*. Contudo, com os realistas brancos os *criollos* eram brandos, deixando-os escaparem e reagruparem-se. Isto apesar de os realistas utilizarem-se de violência inescrupulosa.

Atacada por todos os lados, a primeira república da Venezuela foi abalada por um terremoto em Caracas, em 26 março de 1811. Miranda, ex-girondino na Revolução Francesa, capitulou em 25 julho 1812. O que motivou a denominação "República boba" para essa primeira fase da revolução venezuelana de Independência.

A primeira república da Venezuela se viu embaraçada pela estrutura social da colônia. Bolívar argumentou que o motivo da derrota havia sido a divisão entre os americanos e não as armas espanholas¹²⁶.

incipiente grupo de trabalhadores assalariados. Em outras regiões formavam o peonato rural vinculado à grandes propriedade. Com os negros livres, somavam mais ou menos metade da população, e cresciam mais rapidamente que os outros setores. Formavam o mais numeroso e dinâmico setor da sociedade. E estavam dispostos a utilizar as vias disponíveis para adquirir propriedade e educação. Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 215, 216, 253.

¹²⁶ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 226.

O caudilho Domingo Monteverde, capitão realista, implantou uma ditadura militar que em nada ajudou a Espanha, pois afastou a burocracia espanhola e ultrajou os realistas moderados por sua ganância, terror e crueldade. A contra-revolução excluiu pardos e escravos, rasgando a máscara da benevolência racial. Os escravos, armados de estacas, facões e facas, novamente se rebelaram. Também os pardos da costa conspiraram contra a ditadura em novembro de 1812. Bandos de *llaneros* e outros grupos marginais continuaram suas ações guerrilheiras inspiradas no ódio aos proprietários brancos.

Os *llaneros* eram "...uma casta selvagem e guerreira, uma mescla racial de origem índia, branca e negra, [com] grande resistência à cavalo"¹²⁷. Habitavam o meio selvagem das *llanuras*, a estepe entre a fértil montanha do cacau e o Orenoco¹²⁸. Mais caçadores que pecuaristas, se converteriam em uma força de cavalaria poderosa, o que tornaria sua ação guerrilheira quase imbatível: "semi-bandidos, semi-revolucionários"¹²⁹, os *llaneros* saqueavam o campo e aterrorizaram a população através do terror, do crime e da matança, em troca de recompensas econômicas.

Bolívar, exilado em Nova Granada (Colômbia), analisava as falhas da primeira república. No *Manifesto de Cartagena*, de 15 de dezembro de 1812, argumentou que as eleições populares haviam permitido aos ignorantes e aos ambiciosos opinar, e puseram o governo em mãos de ineptos e imorais que introduziram o espírito de facção. Para Bolívar, antes da paz e da felicidade as suscetibilidades constitucionais

¹²⁷ John Lynch. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Op. cit., p. 230.

¹²⁸ Cf. Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Op. cit., p. 62.

¹²⁹ John Lynch. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Op. cit., p. 224.

eram irrelevantes. Portanto, afastava-se do federalismo, que considerava débil e complexo, quando o que a América necessitava era unidade e força¹³⁰.

Na Venezuela de 1813, a guerra no leste adquire um caráter atroz: revoltosos matam e saqueiam os proprietários de canaviais. As tropas legitimistas adotam idêntico procedimento. Negros e mulatos da Ilha Margarida rebelaram-se, sob a liderança de Piar. Enquanto os negros sublevados do litoral de Cunamá avançam do oriente sobre Caracas, liderados por Mariño. Com o apoio de Nova Granada, Bolívar aparecia nos Andes. Entrou em Caracas em 6 de agosto de 1813, estabelecendo na prática uma ditadura. Com poderes supremos outorgados por uma assembléia representativa em 2 de janeiro de 1814, Bolívar implantou uma dura linha revolucionária de governo¹³¹.

Apesar de haver decretado a guerra de vida ou morte, em 15 de junho de 1813, Bolívar não conseguiu evitar a luta de facções. Sangrentas batalhas iniciadas em 1814 terminaram em amarga derrota, onde americanos combatiam contra americanos. Divididos entre si, os *criollos* despertavam suspeitos às classes baixas, e também eram rechaçados pelos grupos particulares, os escravos e os *llaneros*. As rebeliões de escravos da primeira república continuavam assustando a aristocracia dos *mantuanos* de Caracas, que nada concedia aos escravos. Ao contrário, os perseguiram e castigavam. Os negros, livres e escravos continuaram sua revolução autônoma. Forças de cor com consciência de raça combateram em ambos os bandos, por oportunismo, e não por convicção. Exterminaram os brancos

¹³⁰ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 226.

¹³¹ Cf. Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 62. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 227.

da força contrária. Os escravos e pardos estavam desorganizados e sem dirigentes¹³². Não era este o caso dos *llaneros*.

José Tomás Boves, caudilho populista com quem os *llaneros* se haviam aliado, dirigiu suas hordas montadas contra a república. E derrotou os andinos de Bolívar e as milícias costeiras de Mariño, em 15 de junho de 1814. Boves ocupou Caracas não como um reformador ou um guerrilheiro, mas como um representante do poder real, um general que combatia para destruir a república. Em 1815 Fernando VII foi restabelecido no trono da Espanha. Dez mil soldados foram então enviados à Caracas, de onde se preparou o golpe de misericórdia na revolução de Nova Granada (Colômbia), invadida também por tropas realistas peruanas. Bolívar, então a serviço da confederação das províncias unidas de Nova Granada, abandonou a luta, pois o movimento revolucionário de Nova Granada, embora agonizasse, recusava a unificação¹³³.

Em 1815, ao encerrar-se a primeira fase da revolução de Independência, já não havia nenhum traço de sublevação da América do Sul, exceto em uma pequena parcela meridional do vice-reinado do Rio da Prata (Argentina). Para a elite *criolla*, as consequências eram evidentes e alarmantes: as perseguições entre legitimistas ou espanhóis contra patriotas ou nativos, mostraram que "a disciplina social estava em perigo de desagregação". A guerra civil poderia se transformar em uma "guerra confusa e caótica de pobres contra ricos"¹³⁴. Fato que também preocupava os republicanos

¹³² Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 229-230.

¹³³ Cf. Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 62, 63. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 230, 232.

¹³⁴ Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 63.

brasileiros da Independência, como foi sublinhado no caso de frei Caneca.

Em seu sombrio exílio, Bolívar escreveu a "*Carta da Jamaica*" (6 setembro 1815), onde retomou o tema do governo central enérgico, que daria poder e unidade à revolução. Dizia que os americanos estavam pouco preparados para a liberdade e as instituições perfeitamente representativas. Em busca de apoio, deslocou-se da Jamaica para o Haiti, onde o presidente da república negra, Alexandre Pétion, pediu-lhe apenas que libertasse os escravos da Venezuela. Fracassou na primeira invasão do continente em maio e agosto de 1816. Mas obteve sucesso em 31 de dezembro de 1816, inaugurando-se o que Bolívar chamou de terceiro período da república¹³⁵.

Santiago Mariño, Francisco Bermúdez e Manuel Piar, antigos comandados de Bolívar, alimentavam ambições particularistas contra a autoridade de Bolívar. O general Piar conspirava para liderar a população de cor da Venezuela e estabelecer contato com Mariño. Foi capturado, julgado e fuzilado como rebelde, conspirador e desertor em 16 de outubro de 1817. Destes caudilhos republicanos, Piar era o mais ameaçador à Bolívar, devido a sua grande capacidade militar e, por ser pardo, restabelecer a consciência de raça. Apesar do general Mariño merecer o mesmo fim que Piar, a preocupação de Bolívar foi com o caráter explosivo da propaganda racial na Venezuela¹³⁶.

Bolívar viu a necessidade de fundir as rebeliões dos *criollos*, dos pardos e dos escravos em um único movimento. Bolívar denunciou Piar por incitar a guerra de raças em um

¹³⁵ Cf. John Lynch. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Op. cit., p. 235.

¹³⁶ Cf. John Lynch. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Op. cit., p. 236.

tempo em que a igualdade já havia sido outorgada às pessoas de cor. O general Piar era um exemplo do fim da sociedade de ordens¹³⁷.

Se os pardos tinham a ganhar com a causa republicana, que ganhariam os escravos?

Bolívar era abolicionista. Em 15 de fevereiro de 1819, no Congresso de Angostura, cidade que se converteu na base para a libertação da Venezuela, Bolívar pediu o fim da escravidão. Como necessitava de soldados, em 1816 Bolívar emitira decretos em que oferecia a manumissão dos escravos negros em troca do serviço militar. Algo que foi tentado nos também nos EUA, e realizado nas repúblicas de 1817 e 1824, em Pernambuco. Porém, os fazendeiros da Venezuela não seguiram o exemplo de Bolívar, que havia libertado seus escravos. E os escravos também não tinham interesse em combater pela causa dos *criollos*. Essa política de Bolívar, no entretanto, ajudou a neutralizar a guerra autônoma dos escravos, que não mais combatiam a república como em 1812-1814¹³⁸.

Além dos pardos e dos escravos, Bolívar buscou o apoio dos *llaneros*. Em fevereiro de 1818 o caudilho Páez, que havia feito dos *llaneros* uma disciplinada força de lanceiros, ainda que selvagem, se aliou à Bolívar. Essa aliança permitiu a Bolívar penetrar no interior da Venezuela, dando-lhe forças para romper com os chefes revolucionários do litoral oriental, e executar Piar. Com o acesso à Caracas fechado, Bolívar recuou para os *llanos*, e depois para as Guianas. Com cerca de três mil soldados, atravessou os Andes, empreendimento julgado impossível. Seguiu-se a vitória de Boyacá, que deu a Bolívar a posse de

¹³⁷ Cf. Simon Bolívar citado por John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 237.

¹³⁸ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 238.

Bogotá e da maior parte da Nova Granada (Colômbia). A Assembléia de Angostura, em 1819, começou a dar forma à República da Colômbia, que era, no projeto de Bolívar, núcleo de um grande estado federado¹³⁹.

Bolívar confiscou as terras dos realistas espanhóis e americanos venezuelanos, pois pretendia distribuí-las aos soldados republicanos, que via como um povo em armas. Decretos de Bolívar distribuíam terras para as tropas que lutaram nos anos mais difíceis, entre 1814 e 1821, como pagamento/retribuição essencial. Era uma lei hierárquica: um general recebia direito a uma propriedade de vinte e cinco mil pesos. Um soldado a uma de quinhentos. Porém, o congresso de Angostura decretou que os soldados não deveriam ser pagos em terras, mas em bônus. Soldados e *llaneros* ignorantes e empobrecidos chegaram a vender seus bônus, para especuladores ou oficiais (como Páez) à menos de 5 por cento do valor legal. Viram, assim, seu direito de acesso à terra ser fraudado. Bolívar protestou inutilmente. A independência reafirmava o poder dos latifundiários. Sem mudar o ordenamento social, as vitórias de 1821 transferiram propriedades criando uma nova camada de latifundiários caudilhos republicanos, como Páez, Bermúdez e Mariño¹⁴⁰.

A nova Venezuela também copiava a antiga quanto à escravidão. Bolívar havia dado o exemplo libertando seus próprios escravos. Apesar das pressões anti-escravistas de Bolívar, os delegados de Angostura tinham medo e, depois de 1821, os proprietários acabaram com a manumissão criada por Bolívar para o tempo de guerra. Em 21 de julho de 1821, o

¹³⁹ Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Op. cit., p. 72, 73.

¹⁴⁰ Cf. John Lynch. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Op. cit., p. 249.

Congresso de Cúcuta aprovou uma complexa lei de manumissão que, com inúmeras dificuldades, libertou apenas alguns escravos. Novas revoltas de escravos e de pardos reiteraram a tensão racial e prejudicaram a emancipação. Bolívar chegou a dizer que para o Estado uma revolta negra era pior que uma invasão da Espanha, pois havia uma inimizade natural das etnias. Em 2 outubro 1830 o congresso decretou uma lei pior que a lei de Cúcuta, pois aumentava a idade mínima requerida para a emancipação dos nascidos livres de 18 para 21 anos. Em 1840 chegou-se a exigir 25 anos. O atraso da emancipação dos escravos até 1854 só se explica pela ansiedade dos proprietários venezuelanos em obter o máximo lucro¹⁴¹.

Quanto aos pardos, homens livres que constituíram o grupo mais dinâmico dentre os trabalhadores venezuelanos, chegaram a interessarem-se pela revolução e a ver a monarquia com suspeita. Com a república os pardos conseguiram a igualdade legal. A desigualdade passou a se basear não na lei, mas na riqueza, pois o direito de voto restringia-se aos proprietários, únicos com cidadania completa.

Em 1821, a vitória de Carabobo abriu o caminho de Caracas a Bolívar. Enquanto Sucre, lugar-tenente e preferido de Bolívar, libertava Quito. Apenas uma parcela do Peru permanecia fiel à Espanha, e Bolívar encontrava-se livre para novas ações.

Para dar uma constituição ao novo Estado da República da Colômbia (união da Venezuela, Nova Granada e Quito), convocou-se um congresso, que se celebrou em Cúcuta, fronteira de Nova Granada e Venezuela, entre 6 de maio e 14

¹⁴¹ Bolívar citado por John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 252.

de outubro de 1821¹⁴². Bolívar atacou os defensores do federalismo como um freio ao executivo. Para Bolívar, um enérgico governo central era a única maneira de conseguir a independência e refrear a anarquia social que se havia desatado. A autoridade, para Bolívar, era necessária para domesticar os colombianos e aumentar sua falta de homogeneidade social. Foi o início do choque entre centralismo e federalismo que motivou o esfacelamento dos sonhos confederados de Bolívar, contra os interesses particulares dos caudilhos e as identidades nacionais.

A idéia de confederação e congresso de Bolívar supunha a existência de nações individuais, e simplesmente procurava dar-lhes segurança coletiva. Seu ideal de grande Colômbia não era uma negação da identidade nacional, mas uma afirmação dela. Bolívar buscava a unidade, primeiramente, para assegurar a paz e o bem-estar contra a anarquia do domínio de caudilhos locais. Em segundo lugar, a unidade inspiraria maior respeito de outras nações¹⁴³.

¹⁴² O Congresso de Cúcuta, sonhando com a individualidade do agricultor independente, liquidou o sistema de resguardo das terras comunais indígenas, distribuindo a terra dividida à famílias individuais. Foi uma política benévola em suas intenções, mas malévola em seus resultados para os índios da Colômbia e do Equador. Incapaz de fazer a reforma agrária em benefício dos índios, tal legislação desorganizou o trabalho e a propriedade comunal. Entre 1821 e 1850, os resguardos da região de Boyacá haviam sido vendidos em sua quase totalidade. Assim, os índios suspeitavam da política republicana. Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 292-294.

¹⁴³ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 284-287. Os historiadores clássicos não vêem em Bolívar um humanista, um filósofo democrata que se defrontou com problemas como a incorporação social das camadas desfavorecidas, como índios e negros. Tulio Halperin Donghi, por exemplo, vê a sistema bolivariano como uma "república conservadora e autoritária". Tulio Halperin Donghi. Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850. Madrid: Alianza Editorial, 1985, 235. Segundo Donghi, a República da Colômbia, o grande Estado Confederado, baseava-se no "autoritário reino da virtude" da tradição pré-revolucionária do século XVIII. Cf. Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 71. Interpretação semelhante é apresentada por David Bushnell, que afirma, por exemplo, que a Constituição da Bolívia era "uma mescla apenas convincente de cesarismo e aristocratismo". David Bushnell. "La independencia de la América del Sur española". In.: Leslie Bethell, ed. Historia de América Latina: la independencia. Barcelona

É neste mesmo sentido de união e fortalecimento, para inspirar respeito internacional, que se deveria encarar a Confederação do Equador. As sucessivas interpretações da Independência do Brasil que vêem a revolução confederada de 1824 como uma tentativa de desmembramento separatista do território da ex-posseção colonial carecem de sustentação documental¹⁴⁴. A república confederada de 1824 foi também uma tentativa de criar um novo governo através de uma Assembléia Constituinte, um governo republicano, constitucional e representativo.

Artigas e o republicanismo agrário

Uma segunda região onde houve mobilização popular na revolução de independência hispano-americana foi na periferia da Banda Oriental (Uruguai).

Na Banda Oriental, o caudilho gaúcho José Gervásio Artigas surgira no campo político ao aliar-se à revolução de maio de 1810 de Buenos Aires e, em seguida, liderar o grito de *Asencio* (26 de fevereiro de 1811): movimento patriótico para expulsar os espanhóis de Montevideu. A base

: Editorial Crítica; Cambridge : Cambridge University Press, volume 5, 1985, p. 116. Jaime E. Rodríguez também afirma que, em 1822, Bolívar "era autocrata e crente em um poder executivo poderoso, sem travas e, se possível, vitalício...". Jaime E. Rodríguez O. La independencia de la América española. México : El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; FCE. 1996, 273. Ver também, Luís Castro Leiva. De la patria boba a la teología bolivariana. Caracas, Monte Avila, 1987.

¹⁴⁴ Ver a este respeito, Renato Lopes Leite. Cipriano Barata e o separatismo da Confederação do Equador (1824). Comunicação apresentada no XII Encontro Regional da ANPHU-São Paulo, realizado na UNICAMP, em Campinas (SP), em 5 de setembro de 1994. Barbosa Lima Sobrinho. Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador. Recife : Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 210-15. Glacyra Lazzari Leite. Pernambuco 1824: A Confederação do Equador. Recife : Ed. Massangana, 1989, p. 117-8.

do poder de Artigas era a classe dos estancieros¹⁴⁵ e as camadas populares. Tinha pouco apoio dos comerciantes de Montevideu.

Os espanhóis, prevendo a derrota, solicitaram a cooperação de Portugal, que invadiu e ocupou a Banda Oriental em meados de 1811. O governo português alardeara que, assim, impediria as desordens revolucionárias. Portugal queria, porém, estender o Brasil ao Rio da Prata, aumentando com poder e riqueza seu império.

O medo de Portugal fez Buenos Aires e Montevideu fazerem um armistício em 20 de outubro de 1811: a Banda Oriental era entregue aos espanhóis como preliminar para esforços conjuntos para se expulsar dos portugueses. Porém, Artigas não foi consultado, fato que o fez compreender que os interesses de Buenos Aires eram distintos dos seus. Artigas então liderou o "grande êxodo do povo oriental" até Entre Rios. As dez mil pessoas que o seguiram buscavam "a independência no exílio". O êxodo "Foi uma experiência, senão de soberania popular, ao menos de soberania provincial, um anúncio de que a Banda Oriental preferia a secessão à subordinação..."¹⁴⁶ a Buenos Aires ou à Espanha. O êxodo era o núcleo de uma nação independente.

Sob pressão da Inglaterra, o exército português retirou-se em 1812. Uma difícil aliança entre Artigas e os portenhos de Buenos Aires assediou Montevideu, em poder dos espanhóis¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Sobre os estancieros: "Escassamente educados, vivendo apenas melhor que os gaúchos que os rodeavam, embaraçados pelas restrições comerciais que mantinham baixos os preços do couro, os estancieros, geralmente criollos, eram socialmente inferiores aos comerciantes, em geral espanhóis". John Lynch. Op. cit., p. 57.

¹⁴⁶ John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 111.

¹⁴⁷ Cf. Tulio Halperin Donghi. Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850. Op. cit., p. 127.

Em Buenos Aires, os centralistas controlavam a Assembléia Constituinte das Províncias Unidas desde princípios de 1813. Ordenaram à Banda Oriental reconhecer sua soberania, e mandar representantes. "O próprio Artigas estava fortemente influenciado pela experiência dos Estados Unidos. ...[Artigas] Advogava a auto-determinação para cada província individual; estas se aliariam em uma confederação frouxa, que com o tempo se converteria em uma federação"¹⁴⁸. As outras províncias do litoral se aliaram à Artigas, que se converteu em porta-voz dos outros caudilhos contra o centralismo de Buenos Aires.

O pensamento de Artigas e seus colegas orientais foi resumido nas "*Instruções*" de 1813, debatida em um congresso da Banda Oriental e levada à Assembléia Constituinte de Buenos Aires. As "*Instruções*" defendiam a plena soberania, que incluía autonomia econômica e militar. Propunha-se reduzir a região do Rio da Prata a mini-estados dirigidos por caudilhos, como ocorreria nos anos de anarquia de 1819-1820¹⁴⁹. A Assembléia Constituinte recusou aceitar os deputados orientais. Artigas, então, liderou um levante das províncias do litoral contra Buenos Aires. Em 1814 Montevideu se rendeu a força militar de Buenos Aires. O general Alvear, então no poder em Buenos Aires, pensou que uma nova monarquia ou um protetorado britânico fossem preferíveis à anarquia federalista. No entretanto, acabou por entregar Montevideu a Artigas em fevereiro de 1815. Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Córdoba se agruparam em uma "Liga Federal", reconhecendo Artigas como seu protetor.

¹⁴⁸ John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 112.

¹⁴⁹ Cf. Eugenio Petit Muñoz. Artigas y su ideario a través de seis series documentales. Montevideu : Universidad de la República Oriental del Uruguay; Colombino Hnos. S.A., 1956, p. 224-226.

Tratava-se de uma assembléia de caudilhos locais, onde Artigas não mandava¹⁵⁰.

Artigas governou um país devastado por cinco anos de guerra. Liberou o comércio com a Inglaterra e adotou medidas sociais radicais. Além de prometer emancipar os escravos do sul do Brasil e da Banda Oriental, em 1815 distribuiu terras marginais não ocupadas ou confiscadas aos realistas, aos índios, negros, zambos e brancos pobres. Esta modesta reforma social alarmou e afastou os *estancieros*, principal grupo social que apoiava Artigas¹⁵¹.

Mas isso tinha importância relativa, pois em agosto de 1816 um ressentido exército português novamente invadiu a Banda Oriental, acusando Artigas de perturbar a ordem. O governo Pueyrreidón, de Buenos Aires, viu a oportunidade de destruir Artigas e seus federalistas, e não teve escrúpulos em ser conivente com o exército português do Brasil.

Seguiu-se uma guerra civil entre os caudilhos da Liga Federalista e Buenos Aires. Artigas, excluído dos dois lados, exilou-se no Paraguai, onde morreria trinta anos depois¹⁵².

No período em que viveu frei Caneca, portanto, houve um visível questionamento do poder dos latifundiários, pelo menos na América Latina. Uma nova ordem pós-colonial ainda demoraria, mas no período 1810-1826 "as mudanças são impressionantes"¹⁵³, pois a revolução não poupou nenhum

¹⁵⁰ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 113, 114.

¹⁵¹ Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 114, 115.

¹⁵² Cf. Tulio Halperin Donghi. Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850. Op. cit., p. 130-131. Segundo Donghi, "Esta foi a hora mais obscura da revolução de Buenos Aires, que coincide com um quase total refluxo na América-hispânica". Tulio Halperin Donghi. Reforma..., p. 131.

¹⁵³ Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 82.

setor social. Além da violência e da militarização, a revolução trouxe também a democratização. Democratização que modificou o significado das divisões de castas. Modificaram-se também o significado da escravidão, isto é, a desigualdade passou a se organizar de modo diferente. Durante a economia de paz, porém, houve a restituição do poder aos latifundiários. Artigas, por exemplo, teve que ceder¹⁵⁴.

CIDADANIA

Apesar de haver uma semelhança comparativa entre o republicanismo de Bolívar, de Artigas e dos fundadores dos EUA, um dos traços distintivos entre estes e o republicanismo brasileiro é em relação ao conceito de cidadania, ou participação política.

Em meio a todas esses complexos obstáculos à manifestação do conceito de cidadania na América do Norte e do Sul, algumas idéias dos republicanos brasileiros têm ilustrado destaque. Por exemplo, Cipriano Barata transcende a sua época ao argumentar, na sessão das Cortes de Lisboa de 13 de agosto de 1822, que se deveria conceder a cidadania plena, inclusive o direito de voto, a "toda a gente de cor" do Brasil:

"... No Brasil temos portugueses brancos europeus, e portugueses brasileiros; temos mulatos, que são os filhos de todos aqueles portugueses com as mulheres pretas, ou estas sejam crioulas do país, ou sejam da costa da Mina, de Angola, etc.; temos também mulatos, filhos da combinação dos mesmos mulatos, temos cabras, que são os filhos de mulatos com as pretas; temos

¹⁵⁴ Cf. Id. *ibidem*, p. 82-85.

caboclos ou índios naturais do país; temos as misturas destes, isto é, os mamelucos, que são o produto dos brancos misturados com os referidos caboclos, e temos mestiços, que são a prole dos índios combinados com a gente preta. Além disso temos também pretos crioulos, que são os nascidos no país; e finalmente temos os negrões da costa da Mina, Angola, etc. A falta de cuidado nestes artigos pode fazer grande mal, porque toda a gente de cor no Brasil clamaria que lhes queriam tirar os direitos de cidadãos e de voto; é por isso que eu digo que a palavra português no Brasil é equívoca; concluo, pois, que se deve tirar toda a dúvida nos artigos adicionais, ou mesmo aqui; porque todos aqueles habitantes do Reino do Brasil seguem a mesma religião, falam a mesma língua, obedecem ao mesmo Rei, abraçam e defendem a mesma Constituição livre"¹⁵⁵.

Ou seja, Cipriano Barata estava propondo o direito aos pardos de acesso a esfera política.

Na mesma sessão de 13 de agosto de 1822 das Cortes de Lisboa, o deputado Cipriano Barata propôs o seguinte conceito de cidadania:

"São cidadãos portugueses todos os filhos de portugueses, ou de brasileiros ainda que ilegítimos, de qualquer cor ou qualidade, nascidos no Reino do Brasil e mesmo todos os crioulos e os libertos"¹⁵⁶.

Situando-se para além de sua época, Cipriano Barata defende estender a cidadania aos pardos. A redação do artigo proposto por Cipriano Barata deixa dúvidas quanto ao escravos, dando margem à interpretação de que também os

¹⁵⁵ Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional, 1821-3, tomo 7, sessão de 13 de agosto de 1822, p. 138-139 (original não grifado). O artigo 21 da primeira Constituição Portuguesa, de 23 de setembro de 1822, definiu cidadãos portugueses os filhos de pai ou mãe portuguesa nascido no Reino Unido. Seu item IV previa o direito de cidadania aos "escravos que alcançarem carta de alforria".

¹⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 139.

filhos dos escravos teriam acesso ao direito de cidadania (estando, assim, livres).

Ressalte-se que, mesmo para Rousseau, um dos *philosophes* que exerceu maior influência sobre os republicanos brasileiros, mesmo para Rousseau o conceito de cidadania não comporta a totalidade dos habitantes da cidade. Rousseau diz, em *O Contrato Social* que a melhor definição do conceito de cidadania foi dada por D'Alembert, no verbete "Genève", da "*Encyclopédie*"¹⁵⁷.

D'Alembert, ao historiar a evolução da república de Genebra, cidade natal de Rousseau, observa que lá existem quatro ordens de homens da "*ville*" [cidade], e somente dois compõem a república:

"Em Genebra se distingue quatro ordens de pessoas: os cidadãos que são filhos dos burgueses [cidadinos] e nascem na cidade; eles podem alcançar a magistratura: os burgueses que são filhos dos cidadãos ou burgueses [cidadinos], mas nascem em país estrangeiro, ou que sendo estrangeiro adquiriram o direito de eleitor burguês que o magistrado pode conferir; eles podem ser do conselho geral, e mesmo do grande conselho, o chamado duzentos. Os habitantes são os estrangeiros que tiveram permissão do magistrado para morar na vila [cidade], e que não são nenhuma outra coisa. Enfim, os nativos são os filhos dos habitantes; eles têm alguns privilégios a mais que seus pais, mas estão excluídos do governo"¹⁵⁸.

Em meados do século XVIII, Rousseau diz que D'Alembert é o único que usa corretamente o conceito de *citoyen*. Apesar de criticar o uso equivocado de Bodin do conceito republicano de cidadania, Rousseau indiretamente atinge

¹⁵⁷ Ver *O Contrato social*, em Rousseau. *Quevres*. Paris : La Pleiade, 1960, volume 3, p. 361, rodapé.

¹⁵⁸ D'alembert. "Genève". In.: Diderot; D'Alembert. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. [Paris] : A Lucques chez Vincent Giuntini Imprimeur, Tome VII, 2. ed., 1760, p. 508.

também Diderot, autor do verbete *citoyen*, da "*Encyclopédie*". Na ótica de Rousseau, portanto, a república de Genebra seria o resultado de uma associação entre o *peuple*, os *citoyens* e os *sujets*.

Estender a cidadania política e o direito de voto aos pardos, como defendeu Cipriano Barata nas Cortes de Lisboa em 1822, é algo radical para o período 1821-1824. Mesmo no contexto das revoluções Americana, Francesa e Hispano-americana, revoluções instrumentalizadas pela linguagem da Ilustração.

Poder-se-ia argumentar que a Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, que foi aplicada no Brasil em 1821, já havia atribuído o voto universal masculino aos maiores de 25 anos. No entanto, esse elemento da Constituição de Cádiz não se sustentaria por muito tempo. No Brasil, em 1822 José Bonifácio tratou de criar um sistema eleitoral cuja exclusão popular baseava-se na renda. O voto censitário também foi um atributo do "*Projeto*" da Constituinte de 1823, sendo incorporado à Constituição que vigoraria até 1889. O voto censitário também vingou na Constituição Portuguesa de 1822, que havia aprovado o voto direto. A renda e a propriedade foram a pedra de toque da maioria dos sistemas eleitorais do século XIX.

É, portanto, de extrema radicalidade a voz de José da Natividade Saldanha, defensor do voto não-censitário em 1824.

José da Natividade Saldanha chegou à Pernambuco em 1823, egresso da Universidade de Coimbra, onde concluíra seus estudos de direito, e onde publicara um livro de poesias em 1822. José da Natividade Saldanha tinha 22 anos, era pardo e ocupou o cargo de secretário geral do governo Manuel de Carvalho Paes de Andrade, governo empossado em 13

de dezembro de 1823, que iria às armas para defender a idéia de uma república confederado do "norte" do Brasil. Em meio à revolução da Confederação do Equador, José da Natividade Saldanha publicou quatro números do periódico "*O Argos pernambucano*" onde analisa o "*Projeto*" de Constituição imperial, traduz trechos de Mably, e defende o direito ao voto não deveria ser definido a partir da renda ou propriedade dos eleitores.

Ao analisar os artigos 92 a 95 do "*Projeto*" de Constituição, que regulamentavam a eleição para deputado através de uma renda anual, José da Natividade Saldanha diz que há um debate entre os que defendem que as eleições se regulem pelas virtudes e talentos, e outros pelas riquezas. Ao tratar desta questão, José da Natividade Saldanha diz lembrar-se de uma afirmação de "...Cícero: não tem aparecido absurdo, que não tenha sido defendido por alguma filósofo"¹⁵⁹.

Segundo José da Natividade Saldanha, os que dizem que só os ricos e proprietários podem gozar do direito ativo e passivo de eleição argumentam que, quem nada possui é mais corruptível. Argumenta-se ainda que o ser humano que não tem um rendimento anual é um vadio, ocioso e inepto, e não se interessará pela segurança e felicidade da propriedade que não possui.

Os que defendem que o critério para definir o eleitor é o talento e as virtudes, argumentam que há interesses infames e interesses nobres. A história mostra, nota José da Natividade Saldanha citando Sócrates e Washington, "...que os homens de muitos bens tem sido de ordinário os que mais se tem corrompido com dinheiro...". Citando Benjamin Franklin, "talvez o maior sábio de seu século",

¹⁵⁹ José da Natividade Saldanha. *O Argos pernambucano*. Recife : Tipografia Nacional, 22 julho 1824, número 5, p. 17.

que trabalhou em uma fábrica de velas de sebo, foi marceneiro, tipógrafo, remador e professor de natação, José da Natividade Saldanha diz que "Os homens sábios, os homens virtuosos são ordinariamente os mais pobres"¹⁶⁰.

Quando ao argumento de o homem pobre não ser proprietário de bens, José da Natividade Saldanha diz que propriedade é o que se adquire por meio do talento, arte ou indústria. Portanto, um homem que não tenha 800\$000 rs anuais, "Não lhe resta a propriedade de suas faculdades, e daquilo, que adquire para sua sustentação...". "Por ventura um homem de conhecimentos, e virtudes... não será o representante de sua províncias somente por que não tem 800\$000 rs de renda?". Quanto ao desemprego, José da Natividade Saldanha argumenta: "Não sabem todos quão poucos são os empregos em qualquer país, e que esses mesmos se dão antes aos que tem padrinhos, do que aos que tem merecimentos?"¹⁶¹.

José da Natividade Saldanha então conclui "...que, em iguais circunstâncias pouco nos importa que seja eleito deputado o que tem bens, ou o que não tem"¹⁶².

João Soares Lisboa, Cipriano Barata, frei Caneca e José da Natividade Saldanha, ao proporem o direito de cidadania aos pobres, estavam defendendo o direito destes participarem da esfera pública. Algo inimaginável para a sua época.

Sendo o republicanismo um pensamento fundado nos direitos de cidadania e na noção de liberdade política, é necessário ter presente que os direitos de participação

¹⁶⁰ José da Natividade Saldanha. O Argos pernambucano. Recife : op. cit., 22 julho 1824, número 5, p. 18.

¹⁶¹ José da Natividade Saldanha. O Argos pernambucano. Recife : op. cit., 22 julho 1824, número 5, p. 18.

¹⁶² José da Natividade Saldanha. O Argos pernambucano. Recife : op. cit., 22 julho 1824, número 5, p. 19.

política na esfera pública da cidade manifestam-se também através de uma sistemática política de contestação à monarquia absolutista: seja através da imprensa, seja através de ações práticas. Esta lógica da contestação sobressai no capítulo a seguir, onde os pensadores do *republicanismo* tentam rejeitar a idéia do Fico, defendendo o retorno do regente para Portugal e a eleição de uma Junta de governo para o Rio de Janeiro.

II. OS REPUBLICANOS CONTRA O FICO: A ANTE-SALA DA PRESSÃO PRÓ-CONSTITUINTE

"...porque já se passaram esses tempos em que um Ministro de Estado nosso se entristeceu só com a notícia de que no Brasil havia pão, e em que outro estabeleceu por Lei que todo o habitante deste Novo Mundo que possuísse doze contos de réis fosse obrigado a mudar-se para Portugal..."¹ [Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa].

[As tramas e maquinações contra a Constituição, Senhor D. Pedro] "... é que nos conduzirão diretamente a uma revolução, que ainda não existe, mas que será terrível quando rebentar, ... que será horrível, e ensanguentada, porque os liberais de 1821, não são os de 1814. E quais serão as conseqüências? Trememos, Senhor, quando as contemplamos. As revoluções, bem como as tempestades descarregam a sua principal fúria sobre os pontos mais elevados. Que será então, Senhor, da sagrada Pessoa de V. M.? Quem responderá então por ela? Ela é sagrada, é inviolável; mas esta inviolabilidade só pode ser mantida pela lei, e pela Ordem. Em uma revolução todas as coisas se baralham. ... [Pois] enquanto não estiver consolidada a magna Carta ... deve V. M. conduzir-se como se tal inviolabilidade não existisse. ..." ² [Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa].

"... Até o título do seu Periódico [Revérbero] é de péssimo agouro; por excitar terríveis idéias associadas da Revolução Francesa, e as hórridas práticas que descrevem os seus Historiadores. Diz Mr. Lemaire, tom 1, pág. 383, História da

¹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de novembro de 1821, nº IV, op. cit., p. 43.

² Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de janeiro de 1822, nº X, p. 124 (original não grifado).

Revolução Francesa, 1816: *“Déjà le fatal reverbere était descendu”*³ [José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu].

A “... publicidade ... é a alma das Constituições ...”⁴
[Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa].

COMOÇÃO POPULAR

Um dos aspectos mais notáveis dos anos vinte do século XIX é o revolucionarismo⁵. Esse clima mental é exemplificado pelos ventos e idéias, as notícias impressas e os exércitos Franceses que, com a invasão da Península Ibérica de 1807-1808, precipitaram a desagregação das coloniais Ibéricos da América.

O intenso jornalismo político, que passou a circular na Espanha e em suas colônias hispânicas entre 1808-1810⁶, sugere o grau das transformações no campo do imaginário político. A queda da Junta de Sevilha, em 1810, deu início às revoluções de Independência nas principais cidades hispano-americanas, como México, Caracas, Santiago, Buenos Aires e Montevideú⁷.

O Brasil não ficaria imune a tal processo. Ao receber a Corte lisboeta em 1808, e realizar os sonhos e previsões

³ José da Silva Lisboa [futuro Visconde de Cairu]. Reclamação do Brasil Parte XIV. Rio de Janeiro : Op. cit., 23 de maio de 1822, na Tipografia Nacional, p. 3. (grifado no original) BN-SOR 84, 2, 36.

⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de janeiro de 1822, nº X, p. 118 (original não grifado).

⁵ Cf. Eric Hobsbawn. A era das revoluções. 3ª ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981, p. 127.

⁶ Cf. François-Xavier Guerra. Modernidad e Independencia. Madrid : Editorial Mapfre, 1992, p. 18.

⁷ Ver Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975, p. 57-63 e 76-77.

do "venturoso e glorioso império"⁸ luso-brasileiro⁹ de ministros como D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Brasil passou a ser a sede do Reino Unido português. Se este episódio desagradou aos "portugueses europeus", o empenho destes em expulsar Napoleão, e depois o general inglês Beresford, proporcionou o momento para a reflexão e união em torno a ideais muito em voga após a Revolução Francesa, como identidade nacional. A abortada conspiração liderada pelo general Gomes Freire de Andrade representa os anseios de libertação portuguesa, em 1817. No outro lado do Atlântico, na América portuguesa, outra Revolução eclodiria em 1817, em uma estranha coincidência de datas. Sem um conteúdo estritamente nacionalista, a revolução Pernambucana de 1817 talvez reflita mais o clima republicano e autonomista do continente americano da época, isto é, a aplicação do direito de autodeterminação dos povos¹⁰.

A Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, extremamente radical para sua época, teria grande

⁸ Maria de Lourdes Viana Lyra. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: Bastidores da política: 1798-1822. Rio de Janeiro : Livraria Sette Letras Editora, 1994, p. 17-18.

⁹ Sobre o império luso-brasileiro, ver Ana Cristina Bartolomeu de Araújo. "O 'Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves', 1815-1822". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, volume 14, 1992, p. 233-261.

¹⁰ Em Portugal, a idéia de república circularia nos meios políticos somente a partir de 1848. Sob os ecos da Revolução de fevereiro de 1848, a "imprensa clandestina conhece um surto notável de publicações de teor 'republicano' e socializante...". Maria Manuela Tavares Ribeiro. "Portugal e a Revolução de 1848". In.: Ler História. Lisboa : n° 16, 1989, p. 108. Ao saírem da guerra civil de 1846-1847, muitos portugueses eram partidários de "idéias socializantes e, teoricamente, [eram] defensores da república". Maria Manuela Tavares Ribeiro. Portugal e a Revolução de 1848. Coimbra : dissertação de Doutorado em História, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1987, p. 367. (Há publicação). Ver também, Fernando Catroga. O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910. Coimbra : Faculdade de Letras, 1991.

influência nos episódios subseqüentes não apenas da América hispânica, mas também de Portugal e do Brasil¹¹.

Após 1815, apesar da união das famílias aristocrática européias contra o fantasma do jacobinismo à francesa, nunca o revolucionarismo foi tão endêmico. Em janeiro de 1820 as tropas espanholas "proclamaram"¹² a Constituição de Cádiz de 1812, apesar do objetivo inicial de combater o *republicanismo* na América. Em Madrid, Fernando VII jura a Constituição em 9 de março de 1820, sob pressão de motins populares e dos generais. A Revolução Espanhola de 1820 procura estabelecer-se através da Constituinte de Madrid¹³. Há o retorno dos exilados políticos, e a conseqüente proliferação de "clubs políticos", lojas maçônicas e sociedades patrióticas liberais e absolutistas. Em 1820, também em Portugal surgem sociedades de carbonários¹⁴. Na América hispânica a Independência parece ser, em 1820,

¹¹ "Era freqüente a venda de constituições espanholas, tanto em Portugal, quanto no Brasil, e quase todos os decretos iniciais adotados pelo governo constituído em Lisboa, depois da Revolução de 1820, foram copiados ou baseados naqueles editados pelos espanhóis, como as instruções para as eleições dos deputados às Cortes Constituintes". Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: a cultura política na Independência. Op. cit., volume I, p. 37. Ver também José Murilo de Carvalho. Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo : Edições Vértice, 1988, p. 140. Analisando o sistema eleitoral, José Murilo atribui o radicalismo da Constituição de Cádiz a influência da "constituição revolucionária francesa de 1791". É necessário não perder de vista, entretanto, a revolução popular e a guerrilha espanholas de 1808-1813, movimentos de resistência ao exército Napoleônico.

¹² António Pedro Vicente. "Um diplomata espanhol nas Cortes constitucionais portuguesas". In. A diplomacia na História de Portugal. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1990, p. 358.

¹³ Cf. John Lynch. Las revoluciones Hispanoamericanas: 1808-1826. Barcelona : Editorial Ariel, S. A., 4ª ed., 1985, p. 244-245. Ver também Tulio Halperin Donghi. História da América Latina. Op. cit., p. 66.

¹⁴ Cf. depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos, op. cit., p. 18. Para essa testemunha, as sociedades carbonárias congregavam "uns poucos homens mal intencionados".

irreversível. E Portugal e Brasil serão influenciados por esta cronologia de fatos da Revolução Espanhola de 1820¹⁵.

A Revolução do Porto, de 24 de agosto de 1820, cria uma Constituinte em Lisboa e exige o retorno do rei, da Corte e da família real. Para os "portugueses brasileiros", este fato será o ensejo para o início de amplo debate político, com a imprensa passando a adquirir um *status* inexistente na ex-colônia. Isto porque em junho de 1821 as Cortes de Lisboa decretam a liberdade de imprensa, decisão que talvez tenha funcionado como uma bomba para o império português. Antes de 1808, o absolutismo dos governantes do Reino Unido Português perseguia as idéias ilustradas¹⁶.

Assim, em 1821 tem início um amplo debate público sobre os destinos políticos do império português, debate este que em boa medida é refletido pela imprensa de Lisboa-

¹⁵ Cf. Maria Helena Carvalho dos Santos. "A evolução da idéia de Constituição em Portugal". In.: Vítor Neto (coordenador). A Revolução Francesa e a Península Ibérica. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1988, p. 435-456.

¹⁶ Sobre o vintismo e sua influência, ver Valentim Alexandre. "O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política". In.: Miriam Halper Pereira (Coord.). O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1981, volume 1, p. 287-307. Do mesmo autor, Valentim Alexandre. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto : Edições Afrontamento, 1993, p. 445-792. E também Maria Beatriz Nizza da Silva. "A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1978-1979, p. 1-52. Luís A. de Oliveira Ramos. "A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa". In.: Revista de História. Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, p. 131-142. Luís Reis Torgal. "A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo liberal vintista". In.: Miriam Halper Pereira (Coord.). O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1981, volume 2, p. 241-256. Para uma análise recente da cultura do vintismo, ver Isabel Nobre Vargues. A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra : Livraria Minerva Editora, 1997. Da mesma autora, Isabel Nobre Vargues. Entre o exercício da cidadania política e a adopção do constitucionalismo: o papel da Universidade vintista. Coimbra : Separata do vol. 5º das Atas do Congresso "História da Universidade", Universidade de Coimbra, 1991.

Porto-Coimbra¹⁷ e do Rio de Janeiro. Em meio a argumentos filosóficos do "presente século das Luzes" e troca de farpas políticas entre políticos e jornalistas de ambos os lados do Império, o debate se inicia pela decisão do retorno da família real para a antiga sede europeia do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves.

O MASSACRE DA PRAÇA DO COMÉRCIO (21 abril 1821)

Antes mesmo do decreto de liberdade de imprensa das Cortes, de 4 de julho de 1821¹⁸, a explosão literária sobre a conveniência, ou não, do retorno do rei para Lisboa¹⁹, acabou por levar o governo a estabelecer, em 2 de abril, uma censura prévia no Rio de Janeiro. Tal censura era de responsabilidade do inspector-geral dos estabelecimentos literários, cargo exercido por um dos mais eminentes intelectuais da Corte, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu.

O governo justificou a censura prévia para a imprensa porque estavam sendo publicados pasquins anônimos. Por

¹⁷ Sobre a imprensa portuguesa do período, ver António J. Silva Pereira. "O 'Tradicionalismo' vintista e o Astro da Lusitânia". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 179-204. E também, Telmo dos Santos Verdelho. As palavras e as idéias na Revolução liberal de 1820. Coimbra : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, p. 53-71.

¹⁸ Cf. Astro da Lusitânia. Lisboa : Tipografia de J. F. M. de Campos, 16 julho 1822, nº 125 [p. 4]. Fato semelhante ocorre em Portugal. Ao publicar a Lei de Imprensa, no número 125 do Astro da Lusitânia, o redator reclama da demora na aplicação da lei imprensa. Segundo o redator do Astro, em 16 de julho de 1822 já haviam duas denúncias sobre problemas de abuso de punição.

¹⁹ Uma coletânea deste debate foi publicada em Raymundo Faoro [organização]. O debate político no processo da independência. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1973.

exemplo, no dia 19 de abril havia circulado na Corte uma "proclamação incendiária" dos amigos dos ministros substituídos no mês anterior. Homens como o conde dos Arcos, e os "... agitadores do dia 26 [de fevereiro de 1821, como o padre] Macamboa e outros ..." ²⁰, que haviam proposto a criação de uma Junta de Governo para ocupar o lugar vago pela retorno do rei e sua família.

Essa "agitação" fez D. João VI reunir-se com o ouvidor da comarca Joaquim José de Queirós no dia 20 de abril, uma Sexta-feira Santa. Na noite da mesma sexta-feira o ouvidor antecipou a reunião dos eleitores de comarca do domingo para o sábado. Assim, a Assembléia dos Eleitores foi marcada para o sábado, às 4 horas da tarde, na Praça do Comércio. Apesar do objetivo da reunião dos eleitores ser o de escolher os deputados para as Cortes de Lisboa, no sábado pela manhã a palavra que resumia o estado de espírito de D. João VI era ansiedade: "... ansiedade, em que estava El-Rei de conhecer a opinião pública acerca das resoluções tomadas sobre a sua partida e sobre as providências relativas à regência" ²¹.

Na hora marcada, a Praça do Comércio foi ocupada por "muito povo", além dos 160 eleitores. O ouvidor da comarca nomeou para secretário aquele que personificaria o radicalismo nos fatos subseqüentes, o juiz de fora da Praia Grande, José Clemente Pereira. Então com 34 anos de idade, o secretário José Clemente Pereira não conseguiu encaminhar pacificamente a reunião. Liderados por Luís Duprat, jovem filho de um alfaiate francês de Lisboa, e pelo padre Macamboa, "... levantou-se entre o povo das galerias grande

²⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen. História da Independência do Brasil. Brasília : MEC/INL, 1972, 6ª ed., p. 86.

²¹ Varnhagen. Op. cit., p. 86-87 (original não grifado).

alarido ..."²² exigindo a adoção imediata da Constituição Espanhola de 1812. Foi eleita uma comissão que, nesta "noite tenebrosa" e debaixo de chuva, dirigiu-se ao Paço para negociar com o rei. Essa "deputação", "... acompanhada de muito povo, e de muitas lamúrias ...", encontrou D. João VI já reunido com seu gabinete. O rei, depois de receber a comissão, emitiu um decreto "... para ficar valendo interinamente a dita Constituição Espanhola ..."²³ de 1812.

Neste intervalo de tempo, Luís Duprat propôs que o rei ficasse no Brasil, e, sob pena de morte, que nenhuma embarcação deixasse o porto. Não satisfeitos, os presentes à reunião da Praça do Comércio elegeram outra deputação propondo quatro nomes para o ministério. E depois elegeram 12 nomes que deveriam formar uma Junta de governo.

Os distúrbios da Praça do Comércio foram utilizados para sugerir o *republicanismo* de José Clemente Pereira e dos membros da maçonaria. Por exemplo, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, um dos eleitores presentes à reunião de 21 de abril, foi uma das testemunhas de acusação no *Processo dos cidadãos...*. Contra os acusados, argumentou, "tem muito peso" o fato de terem "figurado grandemente na cena"²⁴ da Praça do Comércio, onde pediu-se a Constituição Espanhola e a nomeação de uma Junta de Governo.

A descrição mais detalhada dos episódios do dia 21 de abril é fornecida por Antônio Telles da Silva, testemunha que, não havendo comparecido à reunião, foi informado pelo mesmo capitão-mor José Joaquim da Rocha. Antônio Telles da Silva relata que "... um tumultuoso bando do Povo amotinado

²² Varnhagen. Op. cit., p. 87.

²³ D. João VI. Decreto de 21 de abril de 1821. In. Varnhagen. Op. cit., p. 88.

²⁴ José Joaquim da Rocha, testemunha n° 2. In.: Processo dos cidadãos Op. cit., p. 12.

..... assomou às portas da Praça do Comércio aonde a Assembléia dos Eleitores estava reunida ...". Dentro do recinto, impedia-se "... com gritos, vozinas, e apupadas" a leitura das mensagens do governo, "... passando os diretores do tumulto a clamar ..." pela adoção da Constituição Espanhola. Os Eleitores Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e "N..." então ocuparam, "... de seu *motu próprio* e sem proceder o necessário voto da Assembléia Eleitoral, os melindrosos cargos de Escrutinadores e Secretários ...". As "*Bases*" da Constituição das Cortes de Portugal foram recebidas, juradas e defendidas pelos "partidistas da anarquia", como eles mesmos publicamente confessam ..."²⁵. Para Antônio Telles da Silva, tais fatos são indício das intenções daqueles três indivíduos, de seus "tenebrosos clubs", que quiseram ter ingerência naquela Assembléia.

José Clemente Pereira, acusado de se intrometer a ser secretário sem a devida nomeação, anexa ao *Processo* um "despacho" onde o ouvidor presidente, Joaquim José de Queirós, confirma a sua nomeação para secretariar a Assembléia da Junta Eleitoral de Comarca. O ouvidor Joaquim José de Queirós também confirma que José Clemente Pereira lhe aconselhou "... que se protestasse contra a violência da comoção popular ..."²⁶.

E o advogado de defesa acrescenta que José Clemente Pereira foi o único eleitor que naquela "perigosa ocasião" combateu "... de cara a cara o faccioso Duprat ..."²⁷,

²⁵ Antônio Telles da Silva, testemunha nº 3. In.: Processo dos cidadãos ... Op. cit., p. 19 (original não grifado).

²⁶ [Joaquim José de] Queirós. "Documento n. 19". Rio de Janeiro, 10 de maio de 1821. In.: Processo dos cidadãos ... Op. cit., p. 97.

²⁷ Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados". In.: Processo dos cidadãos ... Op. cit., p. 79 (original grifado).

arrancando das mãos de um dos "chefes do tumulto" da "desgraçada sessão" a Constituição Espanhola de que queriam se servir.

A dissolução da Assembléia de eleitores paroquiais ocorreu às quatro horas da manhã, quando as tropas cercaram o prédio. "... Cerca de trinta pessoas foram mortas, muitas ficaram feridas e toda a cidade se encheu de [uma] consternação indescritível"²⁸.

Um ano depois, em 22 de abril de 1822, o jornalista João Soares Lisboa lembrou o transcurso do primeiro aniversário do confronto da Praça do Comércio. A ação eficaz das tropas espalhou confusão, expressa no rosto desiludido das pessoas que caminhavam apressadamente pelas ruas do Rio de Janeiro. João Soares Lisboa fala em "vontade geral", argumentando que havia sido o próprio governo de D. João VI quem convocara o povo (além dos Eleitores) para decidir sobre a forma de governo que se deveria adotar no Brasil²⁹.

Aliás, os pensadores republicanos, em particular Cipriano Barata, nunca perdoariam o príncipe regente pelo desfecho violento desse episódio, argumentando que D. Pedro teria liderado pessoalmente as tropas. Tal informação é confirmada por um historiador clássico do império:

"Convindo que as ordens para ser dissolvida a mencionada Junta, pela sua inqualificável conduta, foram justas, e não duvidando admitir que provieram elas da influência do príncipe real, só nos resta lamentar o modo bárbaro como foram levadas à execução ..."³⁰

²⁸ Maria Graham. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, USP, 1990, p. 93. O pensador republicano Cipriano Barata sempre lembrará que o número de mortos varia de 26 para uns, e 40 para outros.

²⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Tipografia Silva Porto, nº 11, 22 abril 1822, p. 44.

³⁰ Varnhagen. Op. cit., p. 92 (original não grifado).

O próprio José Clemente Pereira recebeu o batismo de sangue de defensor de idéias radicais, pois foi vítima de "...várias baionetadas e um golpe na cabeça, que o obrigou a tratar-se e a demorar até 30 de maio seguinte a posse do lugar de juiz de fora da capital ..."³¹.

O TUMULTUOSO 5 DE JUNHO

No dia 5 de junho de 1821 um movimento dos Batalhões portugueses, "insubordinados", quis pôr o príncipe regente na presidência de uma Junta de Governo, que seria formada por 9 membros (deputados)³². A idéia da Junta já havia aparecido nos motins militares de 26 de fevereiro e sedição da madrugada de 22 de abril de 1821³³.

Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha, Manoel Caetano Pinto, e Antônio Alves de Araujo, oficiais do Senado da Câmara da Corte, numa declaração que compõe a defesa de José Clemente Pereira, no *Processo*, relatam que alguns oficiais dos Batalhões de Portugal reuniram-se na sala do Teatro de São João Batista por ordem de S. A. R. Ali foi dito a José Clemente Pereira, então Presidente do

³¹ Varnhagen. Op. cit., p. 91.

³² Cf. Impressor, nota 118. In.: Processo dos cidadãos ... Op. cit., p. 52. O Impressor do Processo dos cidadãos ... é o responsável pela seleção, organização e publicação dos extratos da devassa. Talvez seja o proprietário da Tipografia Silva Porto, José Pedro Fernandes, natural da cidade de Porto, morador na rua de São Pedro (Cf. p. 73), que é a testemunha 48, depondo pois na devassa à página 46. Como não há, porém, nenhuma referência ao nome do responsável pela publicação do Processo dos cidadãos ..., será utilizado sempre o termo "Impressor" para referir-se ao conteúdo das notas-de-rodapé da devassa.

³³ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen. História da Independência do Brasil. Op. cit., p. 130. A versão de Varnhagen da insubordinação militar e tumulto de 5 de julho pode ser consultada às páginas 128-129.

Senado da Câmara, que os Batalhões portugueses estavam em armas do Largo do Rocio (posteriormente Praça da Constituição). Exigiram, além do juramento das "Bases" da Constituição do Reino Português, que fosse criada "uma Junta de nove Deputados". José Clemente Pereira respondeu-lhes que a Câmara, "... por parte do Povo desta Corte ...", não se deveria opor ao Juramento das "Bases". Mas que nunca conviria a formação de uma Junta de governo. E "... assim o sustentou e defendeu [José Clemente Pereira] com razões fortes que produziu, e ainda mais com a sua firmeza e coragem ..."³⁴.

Os militares portugueses exigiram ainda que o Desembargador José Clemente Pereira fosse requerer a S.M.I. a demissão de um dos ministros. O Desembargador recusou-se, argumentando que o Senado da Câmara nunca se intrometeria em questões de direito privativas do governante³⁵.

Para o advogado de defesa a "... valente presença ... pública ..." ³⁶ de José Clemente Pereira evitou que a força armada estabelecesse uma Junta de nove membros, com S. A. R. na presidência³⁷.

Isto porque o "negócio da Junta foi o que ofereceu mais dificuldades a resolver-se. Opôs-se com todas as

³⁴ Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha, Manoel Caetano Pinto, e Antônio Alves de Araujo. "Documento n. 37". Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 108.

³⁵ Ibid., p. 108.

³⁶ Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 81.

³⁷ Cf. impressor, nota 118. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 52.

forças à sua criação o juiz de fora José Clemente Pereira, que havia cinco dias havia tomado posse ..."³⁸.

UM TIGREZINHO FILHO DE OUTRO TIGRE (19 setembro 1821)

No dia 19 de setembro de 1821, quatro dias após a publicação do primeiro número do *Revérbero Constitucional Fluminense*, houve um jantar entre os dois redatores daquele jornal, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, com aquele ex-revolucionário republicano-radical de 1817, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado. Eleito deputado para as Cortes, o irmão do futuro ministro José Bonifácio desembarcou no Rio de Janeiro a caminho de Lisboa. No Rio de Janeiro ocorreram, então, tratativas entre o recém eleito deputado e os dois republicanos.

Numa das descrições deste encontro, o "Excelentíssimo e Reverendíssimo" Antônio Vieira da Soledade procura provar o "infernál sistema" do grupo de Ledo, argumentando que tais "facciosos" eram inimigos do Trono por pretenderem fazer cumprir os Decretos das Cortes de Lisboa, e retirar o príncipe do Brasil. Para tanto, brindaram com saúdes em 19 de setembro, "banqueteando-se" pela saída pela Barra à fora de S. A. R. E até chamaram-lhe "... tigrezinho filho de outro grande tigre que já tinha saído do Brasil ..."³⁹.

Uma outra descrição é fornecida pela testemunha nº 3, Antônio Telles da Silva. Esta testemunha diz ter sido informada por José Joaquim da Rocha que o "... atual moço

³⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil*. Op. cit., p. 130.

³⁹ Depoimento de Antônio Vieira da Soledade, testemunha nº 40. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 44, 45.

da Câmara de S. M. I. ..." ⁴⁰, Antônio de Menezes, "dissera" que Ledo festejara com um brinde especial, em um jantar, a pretendida partida do príncipe. Ledo ainda acrescentou que era conveniente que se efetuasse o quanto antes a saída do Leãozinho ⁴¹.

O primeiro depoente a mencionar este fato é a testemunha 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, cujo depoimento baseia-se no que ouviu de Felipe José Ribeiro. Diz o capitão José Joaquim da Rocha, que sendo o deputado Antônio Carlos convidado para jantar na casa do padre Januário da Cunha Barbosa, lá esteve também "o dito Ledo". Ambos, então, rogaram que as Cortes retirassem o regente da cidade, pois se tratava de "... um tigre filho de outro tigre ..." ⁴². O capitão-mor José Joaquim da Rocha informa ainda que deste fato é "sabedor" o reverendo José Cupertino de Jesus, e Luiz de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummond, testemunha nº 5, também baseia-se no que lhe contou Felipe José Ribeiro. Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummond diz que Ledo dera um jantar, e havia pedido ao padre José Cupertino para conseguir a presença do deputado Antônio Carlos. No jantar, Ledo então pediu ao deputado para fazer tudo por tirar do Brasil, "o quanto antes[,] a este tigre filho de

⁴⁰ Note-se que, no Brasil de 1821 não existia ainda imperador (S. M. I.), mas somente príncipe, cujo título é Sua Alteza Real (S. A. R.). Como muitas das testemunhas do Processo dos cidadãos são ouvidas após o 1º de dezembro de 1823, data do coroamento de D. Pedro, utilizam-se sempre do termo S. M. I. para se referirem ao chefe do governo, mesmo quando se relatam fatos do período em que D. Pedro tinha o título de príncipe.

⁴¹ Cf. depoimento de Antônio Telles da Silva, testemunha nº 3. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 20.

⁴² Depoimento de José Joaquim da Rocha, testemunha nº 2. Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 13.

outro tigre, porque só assim o Brasil teria sossego e seria feliz ..."⁴³.

Contudo, para o reverendo José Cupertino de Jesus, testemunha nº 19, Joaquim Gonçalves Ledo assistiu ao jantar na casa do padre Januário. Lá agitou-se a questão de qual Governo convinha mais ao Brasil. Os dois redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* disseram que "... por ora não convinha outro Governo que não fosse o monárquico constitucional, e que só depois de aclarado o Povo poderia admitir-se o Governo federativo à imitação do d'América setentrional, atenta a mínima distância entre umas e outras Províncias"⁴⁴.

Já Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, testemunha 26, informa "Que Felipe José Ribeiro disse a ele ..."⁴⁵ que Ledo pedira a Antônio Carlos para retirar do Brasil um tigre filho de outro tigre.

Ora, "o que disse" às testemunhas anteriores Felipe José Ribeiro, testemunha 67, foi que "lhe constara" que matérias de governo haviam sido tratadas em um jantar entre Ledo e Antônio Carlos. Segundo a testemunha Felipe José Ribeiro, naquela ocasião Ledo disse "... que lhe parecia que o que convinha ao Brasil era o federativo, vista a prosperidade da América Inglesa"⁴⁶.

⁴³ Depoimento da testemunha nº 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 30.

⁴⁴ Depoimento de José Cupertino de Jesus, testemunha nº 19. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 34-35 (original não grifado).

⁴⁵ Depoimento de Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, testemunha 26. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 40.

⁴⁶ Testemunha nº 67, Felipe José Ribeiro. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 51 (original não grifado). Na nota 117, o Impressor questiona a honestidade desta testemunha 67, argumentando que a data da assentada desse depoimento é de 31 de janeiro de 1823. Enquanto a Notificação para a testemunha tem data posterior, de 19 de fevereiro de 1823. Ver *Ibid.*, p. 51.

Mas o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado também deu sua versão desse jantar com Ledo e padre Januário. Por ser fundamental para evidenciar a existência do *republicanismo* brasileiro, transcreve-se, a seguir, na íntegra, as anotações do escrivão sobre o testemunho do Andrada. Diz o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada:

É "... verdade ter assistido a um jantar em casa do padre Januário, o qual não sabe se fôra dado por Ledo, porém que julga o contrário: que aí se tratara sobre a Constituição própria, e organização do Governo do Brasil, e que os mencionados Ledo, e padre Januário assentando que a forma Monárquica era a precisa nas atuais circunstâncias, todavia teoricamente se inclinavam para um governo federal uma vez que as circunstâncias o permitissem; ao que replicou ele testemunha demonstrando a impossibilidade de toda a casta de governo republicano no Brasil, não só pela experiência que tinha do Brasil, como pelos princípios gerais teóricos; é certo porém que os mesmos pareceram anuir a isto. Demais na mesma ocasião mostraram os mencionados desconfianças sobre a tendência de algumas medidas tomadas por S. M. o Imperador para o estabelecimento do poder absoluto, e ao mesmo tempo algum desejo de escaparem deste perigo pela remoção de S. M. para Portugal, para o que esperavam concorresse ele testemunha com o seu voto e influência nas Cortes; como porém ele testemunha lhes mostrasse que de semelhante medida maior era o perigo do que aquele que eles mesmos suspeitavam[,] pareceram aquiescer e não instar mais; que tem idéia de algumas saúdes feitas, mas não com os termos e frases que se referem e só se lembra que todas elas sabiam ao sistema então adotado de um Governo sobre as 'Bases' da Constituição Portuguesa. ..."⁴⁷

Uma única pergunta: Quais seriam as medidas tomadas pelo príncipe que produziram desconfianças de ser estabelecido o "poder absoluto"?

⁴⁷ Depoimento de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, testemunha 63. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 50-51 (original não grifado).

Finalmente, o advogado de defesa Joaquim Gaspar de Almeida parece fornecer elementos importantes para esclarecer a questão da existência do *republicanismo* brasileiro entre 1822-1824.

Nota o advogado de defesa que os dois réus foram acusados de mostrarem-se, na ocasião do jantar com o deputado Antônio Carlos, "... inclinados ao sistema de Governo Federativo". O advogado, então, defende seus clientes argumentando que aquelas foram palavras "... ditas em boa fé ..." ⁴⁸.

E conclui a defesa argumentando que se "... ele [Ledo, e o padre Januário da Cunha Barbosa] tivesse sido àquele tempo um declarado republicano, a sua divergência de opinião [se] achava hoje [1823] sanada pela anistia geral para todas as opiniões passadas que o Decreto de 18 de setembro de 1822 concedeu sem exceção" ⁴⁹.

Ou seja, nem o advogado de defesa procura desmentir as evidências do *republicanismo* das vítimas do Processo.

REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa iniciaram a publicação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* em 15 de setembro de 1821. Uma linguagem contorcionista e tortuosa denuncia e caracteriza a monarquia absolutista do período de governo de D. João VI.

⁴⁸ Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 74, 75.

⁴⁹ Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 75.

Suas primeiras páginas, por exemplo, são preenchidas por uma longa transcrição do jornal *Campeão Português*, de Portugal. O absolutismo português de D. João VI é classificado como "despotismo estrangeiro". O "poder arbitrário" da "espada da tirania e da injustiça" comparavam-se ao "férreo açoite da escravidão⁵⁰ doméstica". Tratava-se de uma "administração Monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco dela pobreza, calamidades, e misérias...". Tal governo de D. João VI foi interrompido em Portugal pelo "maravilhoso", "grande" e "memorável" dia 24 de agosto de 1821 [Revolução do Porto], ressurgindo a "antiga Liberdade" com a "nossa regeneração política". Quando um "Povo recobra seus direitos", sua "liberdade" aos "usurpadores das Liberdades humanas", "perdoa a seus inimigos", "os usurpadores de seus direitos" com nobreza generosa. Porém, "ainda não se viu um só poder ministerial vitorioso, sem vir escoltado de sanguinolentas listas de horrorosas proscricções", "atos de horror, e crueldade para ver se com os cadafalsos, e com o sangue emudece a língua...". Mas, qual o porquê do "potro ressoar os açoites" contra "homens livres"? Ora, "açoitar um homem livre"⁵¹ ocorre porque os cidadãos querem manter:

"...sua liberdade [, eles] desejavam ter um Governo constitucional em vez do Arbitrário que tinham. A estas e outras semelhantes bárbaras vinganças estais vós ò portuêgueses expostos, se deixardes novamente usurpar os bens da Liberdade que haviam reconquistado. Então melhor é derramar por ela [a liberdade] o sangue no campo da independência, do que ir verter

⁵⁰ Palavras como "escravo" e "escravidão" ocultam um estranho fenômeno. Nas raras vezes em que aparecem na imprensa, habitualmente não se referem ao universo do trabalho. É necessário ter isso em mente pois um fenômeno semelhante ocorre à palavra "república".

⁵¹ Extrato do jornal *Campeão Português*. In. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, nº I, p. 1, 2.

covardemente esse mesmo honrado sangue sobre vis cadafalsos em honra do Despotismo"⁵².

É um extrato provocante não somente porque o leitor só é alertado de que se trata de uma citação de um periódico de Portugal depois que lê todo o texto. Mas também porque a palavra independência, na última frase, aparece em um sentido dúplice. Pode significar autonomia individual, emancipação. Mas também ruptura de parte do Reino Unido Português, soberania e maioria do povo, nação ou país.

Após a última citação, os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* comentam os seus objetivos.

O jornal põe-se como "sentinela" do "sagrado fogo da Liberdade", dos "princípios luminosos" do "livre consentimento dos Povos". A "Liberdade" plantou "seu estandarte no Brasil" após três séculos de "vergonhosos ferros da escravidão", do "sistema inquisitorial", "ensanguentado", do "holocausto". A "Liberdade" chamou os "brasileiros a escutarem a voz da Sabedoria e da Razão, e os Direitos sagrados do Homem". O "Despotismo é o princípio oposto ao bem moral e físico das monarquias, e Impérios". De suas leis vêm os "calabouços", a "tortura", "a inquisição civil e religiosa", "os processos misteriosos", o "terror"⁵³.

Contudo, segundo os dois redatores, ainda havia no Brasil de setembro de 1821, "...o rumor de receios de

⁵² Extrato do jornal *Campeão Português*. In. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, nº I, p. 3 (original não grifado).

⁵³ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, nº I, p. 3, 4, 5 (original não grifado).

idéias democráticas"⁵⁴. Assim, para refutar o rumor de "idéias democráticas", Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa transcrevem uma longa citação de um "sábio europeu", cujo nome não é identificado. Diz o sábio europeu:

"... Não há aqui Democracia, há tendência geral e uniforme para a igualdade social, base da grande reforma que em toda a parte se opera. ... O momento de fazer a aplicação destes princípios chegou a toda a parte pelas deformidades sempre crescentes dos Governos, como pela desigualdade moral, que se tornou palpável aos governados. ..."⁵⁵.

Segundo o "sábio europeu", depois de Newton, Franklin e Colombo, e através dos "princípios e luzes superiores", rompeu-se a "desigualdade moral". Pois "com Rousseau, e Montesquieu[,] estabelecido os Direitos do Homem, designado os princípios de Sociabilidade... era impossível suportar outros governos que não fossem análogos à ordem por tantas aquisições..."⁵⁶.

Os dois redatores levantam, então, aquela que é a sua principal bandeira política, e que justifica o título de seu jornal: uma Constituição. "O Rio de Janeiro só deseja possuir um Governo liberal, e permanente, regulado por Leis fixas, e bebidas na Natureza. Esta pretensão não é nova, é ao contrário radical na humanidade: não é criminosa, porque

⁵⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, n° I, p. 5 (original não grifado).

⁵⁵ Citado por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, n° I, p. 5 (original não grifado).

⁵⁶ Citado por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, n° I, p. 5 (original não grifado).

tem a sua origem no sentimento da própria felicidade... Queremos portanto e devemos querer uma Constituição..."⁵⁷.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa conceituam Constituição através de metáforas biológicas e analogias à natureza. A Constituição "é a saúde dos Estados". A Lei, "alma de todo este corpo", imprime-lhe movimento orgânico e regular. A Constituição garantirá "os primeiros bens do Homem": "seus direitos mais caros a Liberdade, a Igualdade, a Segurança"⁵⁸.

No *Revérbero Constitucional Fluminense* nº II, em 1º de outubro de 1822, ataca-se a sociedade de Corte. O "Rei" teria praticado, para os dois redatores, um importante ato ao jurar as "*Bases da Constituição Política da Monarquia*", em 4 de junho de 1821. O rei afastou os "malvados conselheiros", "aduladores, e parasitas" dos "tiranos", responsáveis dos "assassínios jurídicos", "extorsões", "cadafalsos" e "fogueiras", e que ameaçavam aos escritores com "...blasfêmias, de == revoltosos, traidores, e libertinos ==". Pois quando se "...principia a revelar o que eles tanto procuravam encobrir, gritam 'Revolução, Jacobinismo' e logo cavam-se masmorras, elevam-se patíbulos, formam-se Inquisições civis, maldiz-se a Imprensa, anatematizam-se os Filósofos; e [surge] a morte por mil modos horrorosa...". Porque "O bom Rei para a sua Corte, é um mau Rei para o seu Povo"⁵⁹.

⁵⁷ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., nº I, 15 de setembro de 1821, p. 5-6 (original não grifado).

⁵⁸ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de setembro de 1821, nº I, p. 6 (original não grifado).

⁵⁹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de outubro de 1821, nº II, p. 13, 14, 15 e 16 (original não grifado).

Os dois redatores defendem a "eqüidade" das leis dos impostos. Criticam "...o fausto, o luxo, a desordem, as dívidas, a vingança...", enfim, as paixões do "homem da Corte", os "vizires, Ministros, Grandes, [e os] Cortesãos...", para quem "...um País [é] feito para estar em contínua contribuição": "...se os Reis são Tiranos, é obra vossa". A ignorância dos "princípios da Moral" tem retardado o estabelecimento da "Liberdade" e dos "Direitos" nas "Nações livres"⁶⁰.

Ainda neste mesmo número II, do *Revérbero Constitucional Fluminense*, há uma carta em que um leitor, sob o pseudônimo de *Hum Constitucional de Facto e Direito*, refuta um *libelle* que afirmava que os conflitos políticos que vinham ocorrendo pretendiam alterar o governo estabelecido por "El-Rei". Na carta, o leitor denuncia as "calúnias" dos "...Órgãos das Facções... [que] geram projetos inexistentes...". Tais acusações procuravam silenciar a "Razão, [a] beleza de pensamento...", a "...Liberdade e ordem pública...": "Todos os indivíduos têm Direito a aproveitar as luzes da razão...". E não há necessidade de "palmatoadas" ou "espiões", nem de "pensões da alta Polícia *volaverunt*...". Porque "...qualquer outra reforma, que não seja a prescrita pelas Cortes"⁶¹, seria abandonada, conclui o leitor.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa fazem algumas observações sobre a economia e a moeda: falta "Numerário" na praça do Rio de Janeiro. Aos erros da "administração receosa", somam-se o "desfavor do Cambio", e

⁶⁰ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Id., p. 16, 17, 18 e 19 (original não grifado).

⁶¹ Carta de *Hum Constitucional de Facto e Direito*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*, Id., p. 22, 23 (original não grifado).

a desconfiança nos "Bilhetes ou Notas do Banco": moeda de cobre com "valor representativo infinitamente desigual", fazendo do "...valor intrínseco sensivelmente inferior ao valor nominal...". "Esta aberração... é um imposto secreto...". Resultado: 1) a moeda estrangeira faz "lucro incalculável", e 2) "...rouba um valor equivalente de metais e pedras preciosas...". E concluem: "As grandes idéias de Constituição tornaram-se muito familiares: acabou-se o tempo dos giroglíficos"⁶².

No *Revérbero Constitucional Fluminense* nº III, de 15 de outubro de 1822, publicou-se uma carta, onde o leitor J.J.V.S ataca a idéia de independência, sob o argumento de que não se deveria acreditar na promessas de uma outra Constituição. O leitor J.J.V.S pretendia "rechaçar a injúria", contra seus "concidadãos" Fluminenses, dos rumores de vontade da "... desmembração da Monarquia debaixo do título aliciador de == Império do Brasil ==". Seus "Patrícios" e "Concidadãos", "... gozando de uma Constituição que já lhes assegura muitos bens não se deixarão fascinar pela promessa de -- outra -- que se lhes dizia -- melhor --". Porque "Para ser Nação independente não basta querer sê-lo..."⁶³.

A palavra independência, assim, vai aparecendo de modo sub-reptício. Contudo, mais significativo é destacar a constante preocupação com uma Constituição, que, para o leitor J.J.V.S, é pensado como mais importante que uma eventual ruptura separatista com Portugal. Um detalhe importante é perceber que há uma necessidade de sempre se

⁶² Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense. Suplemento ao nº II*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de outubro de 1821, op. cit., p. 11.

⁶³ Carta de J.J.V.S. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de outubro de 1821, nº III, op. cit., p. 25, 26-27 (original não grifado).

estar defendendo os redatores do *Revérbero* de ataques de terceiros. No exemplo da carta do leitor J.J.V.S a acusação era de que se pretendia a "desmembração da monarquia".

Outro leitor, que assina com as iniciais J.C.S., faz em sua carta algumas reflexões contra "rivalidade entre portugueses europeus" e "brasileiros". O leitor J.C.S. diz que com a "Regeneração" de 20 de agosto de 1820, no Porto, e 15 de setembro de 1820, em Lisboa, agora "somos libertos". Portanto, "um brasileiro também constitucional" deveria ver no europeu um irmão, por ter auxiliado a romper os trezentos anos de diques da "desprezada Liberdade". Para o leitor J.C.S., somente algum "malvado" ou "ignorante" ainda nutre anseio "de separação" ("Se algum receio de separação ainda se nutre...", p. 35). E não se desejava mais a separação, primeiramente, porque com o fim da "opressão" cessou "... o motivo de nos separarmos...". Em segundo lugar, "ainda nos devemos considerar na infância da Liberdade...". Em terceiro lugar, mais vale "uma monarquia constitucional, ... centro e limites aos diversos poderes, ... Governo...", e "saborear os frutos" da Constituição lisboeta, do que os "...delírios de uma Democracia absoluta, que não pode permanecer por muitos anos em um País extensíssimo como é o Brasil...", propenso à "separação mútua", às guerras civis e à um general "opressor". Por fim, conclui o leitor J.C.S., "... nenhum brasileiro se lembra agora da Liberdade absoluta, ou separação da Mãe Pátria, porque nenhum pode ser mais livre, do que com a sábia Constituição, ... instrumento da pública felicidade ..."⁶⁴.

⁶⁴ Carta de J.C.S., do Rio de Janeiro, de 12 de setembro de 1821. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de outubro de 1821, nº III, p. 32, 35-36 (original não grifado).

Apesar de manifestar-se contra a "Democracia absoluta" ou "Liberdade absoluta", é necessário perceber que essas expressões significam república. No contexto dado pelo leitor J.C.S., o republicanismo não é concebível sem a ruptura separatista com a ex-metrópole colonial.

REPÚBLICA E CONTESTAÇÃO DO REGIME

No dia 14 de julho de 1821, os soldados da Tropa de Linha do Espírito Santo rebelaram-se contra o seu comandante, o sargento-mor Francisco Bernardes de Assis e Castro. Pelo "grito" conseguiram que o governador da província, Balthasar de Souza Boptelho e Vasconcelos, substituíssem o antigo comandante pelo sargento-mor graduado de Artilharia José Marcelino de Vasconcelos. Porém, tal substituição não evitou "desastrosos sucessos" e "insubordinação". O príncipe regente então nomeou o Brigadeiro e ministro interino da Guerra Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho para "sindicar" sobre o ocorrido⁶⁵.

Indo à "capitania" do Espírito Santo conhecer a "faccão ali sucedida", Luiz Pereira da Nóbrega "... se mostrou todo partidista dos facciosos ..." ⁶⁶, relata a testemunha 16, o reverendo Marcellino Pinto Ribeiro Duarte. Segundo esta testemunha, a "melhor parte do bom Povo" se havia disposto a jurar e proclamar a Constituição, atendendo a um chamado da Câmara e do governador da

⁶⁵ Cf. Documento n. 13: "Portaria de 22 de agosto de 1821". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 92, 93.

⁶⁶ Depoimento de Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, testemunha n.º 16. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 9 (original não grifado).

provincia. Indo todos para o *Te Deum*⁶⁷, porém, ouviu-se um grito pedindo "Governo Provisório". O Governador solicitou, então, as assinaturas dos que assim o exigiam. Mas os únicos "amotinados" que apareceram foram um caixeiro da praia, e um boticário⁶⁸.

O reverendo Marcellino Pinto Ribeiro Duarte fez então uma oração em que afirmou claramente "... que o Governo Provisório pedido tumultuariamente não convinha àquela provincia ..."⁶⁹. Por afirmar tais palavras, o reverendo diz ter sido "maltratado" pelo ministro da Guerra. Luiz Pereira da Nóbrega, prossegue o reverendo Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, espalhou que os afeitos à Casa Real eram chamados corcundas e anticonstitucionais. Comentário que obrigou o reverendo a licenciar-se de suas atividades na provincia do Espírito Santo.

Sempre segundo o depoimento do reverendo Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, Luís Pereira da Nóbrega afirmava "publicamente"⁷⁰ que, a exemplo de outras provincias, o Governo Provisório deveria ser instalado. Essa afirmação foi também feita por Nóbrega para a testemunha 11, o padre Manoel de Freitas Magalhães⁷¹.

Já a testemunha 30, Luiz Bartholomeu da Silva e Oliveira, capitão do corpo de Primeira Linha da "capitania" do Espírito Santo, relatou ao ministro Luiz Pereira da Nóbrega sobre os maus sentimentos dos "autores da facção".

⁶⁷ O *Te Deum* "... divulga por todo o reino a representação do poder real na sua função". Roger Chartier. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa : Difel; Editora Bertrand, Rio de Janeiro : 1990, p. 194.

⁶⁸ Cf. Depoimento de Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, testemunha nº 16, op. cit., p. 10 (original não grifado).

⁶⁹ Ibid., p. 10 (original não grifado).

⁷⁰ Ibid, p. 10 (original não grifado).

⁷¹ Cf. depoimento de Manoel de Freitas Magalhães, testemunha 11. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 9.

Segundo a testemunha, Luiz Pereira da Nóbrega nada fez para "...destruir a faccão, antes a aumentou protegendo e louvando os facciosos ..." ⁷². Algo semelhante diz a testemunha 33, o tenente coronel Jerônimo de Castanhes e Vasconcellos Pimentel, para quem Nóbrega "publicamente" protegeu a "faccão". Além disso, o ministro da Guerra lhe teria dito, ainda, que "... o tempo do despotismo já se havia acabado ..." ⁷³.

Já segundo a testemunha 32, o tenente coronel Ignacio Pereira Duarte Carneiro, o ministro da guerra falava em tom desrespeitoso de D. João VI, repreendendo os moderados através do adjetivo corcunda. Luiz Pereira da Nóbrega dizia "... que já não éramos mais seus vassalos, que éramos Cidadãos livres ..." ⁷⁴.

Na defesa de Luiz Pereira da Nóbrega, o advogado Joaquim Gaspar de Almeida anexa seis Portarias ⁷⁵ onde o príncipe regente nomeia o coronel para vários cargos, dizendo-se confiante no "digno Oficial" ⁷⁶.

⁷² Depoimento de Luiz Bartholomeu da Silva e Oliveira, testemunha 30. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 10 (original não grifado).

⁷³ Depoimento de Jeronimo de Castanhes e Vasconcellos Pimentel, testemunha 33. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 11 (original não grifado).

⁷⁴ Depoimento de Ignacio Pereira Duarte Carneiro, testemunha 32. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 11 (original não grifado).

⁷⁵ Ver "Documentos" n. 13, 14, 15, 16, 17 e 18. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 93-96.

⁷⁶ Cf. Joaquim Gaspar de Almeida. "Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 78, 94.

REPÚBLICA E LIBERDADE

No *Revérbero Constitucional Fluminense* nº IV, de 1º de novembro de 1822, é transcrito um extrato de um periódico de Portugal onde indiretamente se discute a questão federação ou confederação, apesar de tais palavras sequer aparecerem. O extrato do jornal *Campeão Português* é anterior à partida de D. João VI para Portugal. O jornal português defende a "fraternidade política entre os dois Reinos", a "Reciprocidade de interesses", as "bases fundamentais da união de Portugal com o Brasil". Já que o "Governo Supremo português está estabelecido no Brasil, sem probabilidade de voltar a Portugal", o Brasil deveria ter "uma administração local propriamente sua", "fundada" na "Lei fundamental da Monarquia", isto é, na reunião anual de Cortes. E com um membro da família real como "Chefe do Poder Executivo", o "Governo local" se encarregaria dos "casos ordinários", "sem ser preciso recorrer" à "Corte do Rio de Janeiro", ao "Rei, e seu Governo no Brasil", como ocorreu ao Reino da Itália, durante o império Francês, que tinha uma "Representação nacional", e um Vice-Rei chefe do poder executivo. Após a queda do império Francês, o mesmo ocorreu à Polônia e à Noruega⁷⁷.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa citam a "política ilustrada" das "luzes do Século", para dizerem-se contrários ao exemplo de Vice-Reinado da Itália, Polônia e Noruega. Justificam-se argumentando que as Cortes deveriam criar "...um perfeito equilíbrio da Liberdade constitucional nas ... Províncias da Monarquia"⁷⁸.

⁷⁷ Cf. extrato do "*Campeão Português*". In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Cp. cit., 1º de novembro de 1821, nº IV, p. 38, 39, 40, 41.

⁷⁸ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Id., p. 43 (original não grifado).

No *Revérbero Constitucional Fluminense* nº VI, há um extrato do discurso dos deputados hispano-americanos nas Cortes Espanholas, em Madrid. Para os deputados hispano-americanos, somente uma "Representação" com sede nas Américas poderia evitar a separação da monarquia Espanhola. Os deputados diziam que "Nas presentes circunstâncias, as partes da Monarquia tendem a uma mútua separação". "Não somos nós responsáveis... pelo sangue ... [e] separação dos Povos, pela seção da Monarquia?". Os deputados americanos propõem a "Representação nas Américas" como meio de evitar-se "...as convulsões diárias de uma República"⁷⁹. Tal idéia foi ratificada, pois foram criadas três seções das Cortes de Madrid na América hispânica. Juntamente com três delegados para exercerem o poder executivo, e três seções do Tribunal Supremo de Justiça.

Neste mesmo nº VI, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa criticam o redator do jornal *Semanário Cívico*, da Bahia. Para Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, o redator do *Semanário Cívico* defende Cortes em Portugal com "...tal populaça de idéias (seja-nos permitida a expressão)", que quer provar que o Brasil não tem direitos. Os dois redatores do *Revérbero* também se opõem à sugestão do governo temporário da Bahia, de se criar no Brasil dois centros de poder executivo subordinados à Lisboa. O governo da Bahia defende "um monstro em Política", o "sistema da Harmonia Prestabilita": dois centros brasileiros para uma mesma Monarquia Portuguesa. Apesar de se temer, "...como nós também tememos, a independência e desunião do Brasil...", não pareceu ao governo da Bahia ser mais lógico "...o princípio

⁷⁹ Extrato da sessão de 25 de junho de 1821 das Cortes Espanholas. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de dezembro de 1821, nº VI, p. 63, 64, 65 (original não grifado).

de um centro (em qualquer parte que seja) no Brasil, subordinado ao centro absoluto em Portugal..."⁸⁰.

A relevância desta passagem está em se observar que, já neste momento, 1º de dezembro de 1821, uma eventual proposta de governo republicano não seria incompatível com a união⁸¹ do país através de um único centro de poder, "em qualquer parte que seja".

Contrários à "dependência absoluta", os redatores do *Revérbero* defendem que "... ou a Sede do Governo seja no Brasil, ... ou que o Brasil tenha um Governo central seu subordinado e sancionado..." por Lisboa: "não somos de partido algum", mas "o sistema da dependência absoluta do Brasil" é pernicioso à "Causa constitucional", pois aplica a máxima de "Maquiavel, ou do Despotismo", ao plantar "... a semente de uma guerra civil"⁸².

Mas Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa também defenderam o direito de resistência do povo. Para tanto, baseiam-se na página 20, tomo I, do livro sobre a vida de José II, publicado em Madrid sob o reinado de Carlos IV. O "direito de resistência dos Povos", "com armas"⁸³, foi ratificado pelo Húngaro André II (1204), pela alemã Maria Thereza, e pelo espanhol José II, escrevem.

⁸⁰ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de dezembro de 1821, nº VI, p. 66, 69 (original não grifado).

⁸¹ "Como pode um Reino tão extenso, e tão separado crescer em respeito, em força, e em glória, sem reunir-se primeiro em si mesmo, para reunir-se melhor com a Mãe Pátria? Como dar estabilidade e força à esta união, deslocando todas as partes, e acendendo ciúmes entre elas? Que males não vemos nós já resultar deste sistema de desmembração? ...". Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de dezembro de 1821, nº VI, p. 69.

⁸² Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de dezembro de 1821, nº VI, p. 70, 71 (original não grifado).

⁸³ Cf. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de dezembro de 1821, nº VII, p. 80.

Para Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, a ninguém deveria escandalizar a "liberdade de pensar, falar, escrever, e imprimir" dos "verdadeiros Patriotas", que tratam da "Causa da nossa Política Regeneração". Mas a "intriga" de "hórridas calúnias...", "para denegrir a honra de Cidadãos beneméritos...", aparece na "malícia" daqueles que combatem sem "... razões, o que só com razões deve ser ou destruído, ou consolidado...". "E temeremos dizer por isto, ... que hoje o termo -- independência -- substitui o de -- jacobinismo -- ...".

"... Temeremos dizer que as páginas da moderna historia da França, manchadas com todos os horrores da Anarquia e de um Despotismo ainda mais cruel, do que aquele, de que se diziam livres, assusta e desengana os que poderiam ter idéias de uma independência Republicana? ...". "... Que outra Independência podemos nós desejar do que aquela, que nos afiança uma sábia e bem proporcionada Constituição? ..." ⁸⁴.

Apesar de ser a primeira vez que Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa utilizam-se da palavra independência, é oportuna a observação de que eles estão se defendendo da acusação de "jacobinismo", que neste caso está associado ao *republicanismo*, dando-lhe uma significação que nada tem a ver com a violência e o terror jacobino da República do ano II. Eufemisticamente, dizem que até "poderiam ter idéias" *republicanas*, porém, o terror e a violência da Revolução Francesa, de Robespierre e de Napoleão, os assustam. O desejo de independência é expresso pelos dois jornalistas, para a opinião pública que consumia

⁸⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de janeiro de 1822, nº VIII, p. 85, 86, 87 (original não grifado).

suas idéias, como algo quase que consensual, ainda que subordinado à "uma sábia" Constituição.

Este trecho evidencia que o desejo separatista de independência vai ganhando espaço na opinião pública. Contudo, o que se teme são os caminhos que se deveriam seguir. Tendo em mente a experiência da República Francesa, os republicanos do *Revérbero* estavam dispostos a apoiar uma monarquia constitucional, desde que a Constituição pusesse freios ao poder pessoal do rei.

"... Temeremos dizer, [afirmam Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa], que a falta dos nossos escritos constitucionais na presente época, em que o Soberano Congresso quebrou as prisões ao nosso pensamento e nossa língua, foi sem dúvida que deu motivo ao Sr. Deputado Miranda para dizer na sessão de 23 de agosto [de 1821, em Lisboa], que == duvida que ainda o mais erudito no Brasil soubesse o que era Constituição, quanto mais o seu sistema? ..." ⁸⁵.

Ou seja, o fundamental seria a constitucionalidade do governo.

O leitor *Hum Constitucional de fato, e direito*, publica uma carta onde critica o jornal *Espelho*, do Rio de Janeiro, que, à falta de folhas francesas, tem publicado compilações do *Diário do Governo* [do Rio de Janeiro], listas de preços, carregamentos, tripulação de embarcações, e artigos de "infectos chilreadores" que transcrevem "frioleiras" e "farelorio". Em sua carta, o leitor denuncia idêntico comportamento ao *Semanário Cívico* da Bahia, jornal conhecido pelo provérbio: "a palavras loucas orelhas moucas". O *Semanário Cívico* teria publicado, segundo a carta do leitor, que na Corte do Rio de Janeiro não há quem

⁸⁵ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de janeiro de 1822, nº VIII, p. 36-87.

saiba "os Princípios de Direito Público, e que El-Rei levou consigo os Dinheiros públicos, e particulares"⁸⁶.

Sob o pseudônimo de *Teu Amigo Sachristão*, um leitor diz que a "Liberdade, Igualdade e confraternidade" são contrárias ao silêncio. Observa também que um inglês teria dito ao Reverendo Vigário que para Malthus, "... o motivo das revoluções era o desemprego". Para o leitor, Portugal desejava ser "Nação independente" e, com a mudança do trono, iria querer melhorar através do "descaimento" do Brasil. Como indício deste fato o leitor comenta as palavras do deputado por Portugal Borges Carneiro, que dissera nas Cortes de Lisboa que a tropa tudo fizera no Brasil para o juramento da Constituição, e que tropas seriam necessárias para o seu cumprimento. O leitor observa que "... a força moral resultante da opinião prevalece sempre à força física...". E acrescenta: "... Não temo falar deste modo, nem tão pouco que os inimigos da minha Pátria me acusem de -- Republicano --; sou português, amo a união fraternal do Brasil com Portugal, e odeio a Democracia"⁸⁷.

No caso deste leitor, nota-se que "república" e "democracia" são palavras empregadas em sentidos semelhantes.

No número VII do *Revérbero*, há uma carta de um leitor não identificado, que defende a "Instalação" do governo "Provisional" de Minas Gerais, que vinha sendo vista como um ato de "princípios subversivos" do "espírito de --

⁸⁶ Citado por *Um Constitucional de fato, e direito*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 140, 141.

⁸⁷ Carta do leitor *Teu Amigo Sachristão*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 8 de janeiro de 1822, nº IX, p. 105, 106 (original não grifado).

Ochlocracia". O leitor defende aquela investidura citando Rousseau: "A Liberdade (dizia aos Polacos o Cidadão de Genebra) é como os alimentos fortes, que só se digerem por estômagos vigorosos. A Liberdade sem virtude, degenera em licença, e cedo ou tarde, em Anarquia, pior que o despotismo"⁸⁸. O que pode parecer estranho é que o leitor não diz que se trata de uma citação de Rousseau.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa sentem-se no século das luzes. Pois dizem, por exemplo, que a legitimidade dos "Direitos emanados de Deus..." são uma "...linguagem incompatível com as idéias do Século presente". O "século presente" dos dois pensadores brasileiros sustenta idéias como a de que "Só os Povos tem o direito de escolher o sistema, e as Leis porque devem ser regidos"⁸⁹.

Ao concluírem o número VII do *Revérbero*, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa dizem-se vítimas da "intriga de exasperados corcundas", que taxaram de "...maliciosos e volúveis os que difundem as luzes necessárias no nosso atual sistema...": "sem Constituição nenhum Povo será feliz"⁹⁰, argumentam.

Para os redatores do *Revérbero*, o fato de a Constituição estar sendo elaborada justifica a discussão pública, pois "... o direito de petição é livre ao cidadão...". Pretende-se "publicar os nossos desejos fundados na justiça e na razão...". Porque os "Déspotas"

⁸⁸ Carta de leitor desconhecido, datada de 22 de outubro de 1821. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de dezembro de 1821, nº VII, p. 75, 77, 78 (original não grifado).

⁸⁹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de dezembro de 1821, nº VII, p. 80, 81 (original não grifado).

⁹⁰ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 15 de dezembro de 1821, nº VII, p. 84 (original não grifado).

que "...semeiam o cisma no Brasil não são amigos da Liberdade"⁹¹.

Contudo, a carta de um leitor denuncia que em Montevideu a liberdade de imprensa não existia. Sob pseudônimo de *Um Português em Montevideu*, o leitor não conseguira publicar uma carta em que respondia ao jornal *Argos*, de Buenos Aires, sobre a ocupação da Banda Oriental pelas tropas portuguesas. "Profícua Liberdade de Imprensa, que ilustração..."⁹², dizem os dois redatores, após publicarem a carta.

No número XI do *Revérbero*, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa escrevem um manifesto com um intrigante título: "*Aos Povos da Europa*".

Os dois redatores começam observando que a imprensa europeia divulga em "...escritos luminosos os pensamentos do homem livre, e do Cidadão virtuoso, à maneira do fluido elétrico, superando todos os obstáculos que o despotismo, e a Superstição poderão inventar..." contra "os direitos do homem"⁹³.

Neste contexto do manifesto "*Aos Povos da Europa*", a idéia de liberdade surge significando "Sistema Representativo". Quando portugueses e espanhóis uniram-se contra a falta de justiça e de Leis do despotismo, "... a Liberdade, cujo nome só naquelas terras inquisitoriais arrepiava a juba do Fanatismo, e da tirania...", foi a "bússola que os guiou". Depois, a liberdade "... adejou do

⁹¹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 1º de janeiro de 1822, nº VIII, p. 87, 88 (original não grifado).

⁹² Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 139 (original não grifado).

⁹³ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 22 de janeiro de 1822, nº XI, p. 125-126 (original não grifado).

Norte da América, e os veio abraçar". "Povos! [da Europa] que vos detêm? ... Adotai esse heróico exemplo, trocai o vosso governo de opressão, e miséria, por um novo governo de justiça, e prosperidade: Sêde livres, sêde felizes..."⁹⁴.

Neste manifesto "Aos Povos da Europa", a idéia de liberdade se opõe às justificativas sobrenaturais do governo monárquico, então criticadas pela filosofia racionalista do século XVIII. "O Monarca que se julga devedor da sua Coroa a causas sobrenaturais, cuida mui pouco de títulos que tem por si a Razão e a equidade... Quais são os obstáculos que se opõem a vossa emancipação? Esperais talvez que sejam esses mesmos governos que vos ofereçam de próprio moto a Liberdade? Temeis ser crimiados de revolucionário? ..." ⁹⁵.

Assim, no manifesto "Aos Povos da Europa", a idéias de liberdade pode significar emancipação dos seres racionais humanos, que, para tanto, não deviam temer a insinuação de praticarem o crime de revolução. Para os dois redatores do *Revérbero*, a revolução é a luta da justiça contra a violência:

"A guarida para onde se refugiavam, e ainda refugiam os déspotas, quando a razão armada com o escalpelo da análise, anatomiza os seus direitos, e põem patentes as suas usurpações, é a palavra - Revolução --. Este termo tem-lhes rendido muito mais do que as Indulgências, e o Purgatório aos frades nos séculos da ignorância. Desenganai-vos porém oh Povos; persuadi-vos que para haver revolução é mister que uma parte da nação, em quem unicamente reside o poder, e a força dissida da outra, e

⁹⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 22 de janeiro de 1822, nº XI, p. 127 (original não grifado).

⁹⁵ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 22 de janeiro de 1822, nº XI, p. 127 (original não grifado).

que assim sobrevenha uma dissolução no Corpo Social. Mas isso a que os vossos Tiranos chamam Revolução é a luta da justiça contra a violência; da Razão, conta a prepotência; é a defesa do agredido contra o agressor. Os povos, diz um moderno, só estão ligados a seus reis pela cadeia do = bem estar ="⁹⁶

Ou seja, as instituições do corpo político devem sofrer melhoramentos graduados pelo "termômetro das Luzes do século"⁹⁷.

A idéia de liberdade também aparece relacionada à propriedade, como ocorre na filosofia iluminista: "... Um governo só é legítimo... quando o governante rege segundo o pacto e as leis existentes; quando a Nação satisfeita, vê desempenhado o fim de todos os Sistemas de Legislação, isto é, == Liberdade, e Propriedade == ..." ⁹⁸.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa finalizam o seu artigo *Aos Povos da Europa* fazendo um apelo à "emancipação" e à "liberdade" da "ilustrada Europa", através da Confederação. Para os dois redatores do *Revérbero*, a liberdade é o mais precioso de todos os produtos do universo. Fazem um apelo para que os europeus "Confederem-se" para "assegurarem os seus Direitos"⁹⁹.

⁹⁶ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 22 de janeiro de 1822, nº XI, p. 128.

⁹⁷ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 145 (original não grifado).

⁹⁸ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 22 de janeiro de 1822, nº XI, p. 128 (original não grifado).

⁹⁹ Citado por *Um Constitucional de fato, e direito*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 146 (original não grifado).

"...Não são todas estas coisas poderosos avisos aos Povos para que igualmente se confederem, unam-se, entendam-se, para assegurarem os seus direitos ... [através de um] sistema geral de governo..."¹⁰⁰?

É evidente que esta reflexão *Aos Povos da Europa* applicava-se também ao Brasil. Mas não deixa de ser irônico que, segundo os conselhos dos dois redatores do *Revérbero*, a Europa deveria seguir o exemplo da América, e do Brasil, e estabelecer Constituições. Pois o Brasil abafou "...a hidra da Discórdia, que [o] ameaçava..." devorar. E, nas palavras finais, há uma vívida alusão às conturbações políticas de então: o Brasil "... oferece uma Primavera sempre nova... -- antes morrer, que ser escravos =="¹⁰¹.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa fazem uma reflexão sobre o pedido de incorporação do Estado "Cis-Argenteo", que havia sido solicitado pelo Congresso de Montevideu em 18 de julho de 1821. Como a solicitação da "Província Cis-Platina" foi aceita pelas Cortes de Lisboa, os dois redatores perguntam-se: "Quem há que possa obstar a elevação do Brasil, quando a Liberdade constitucional ... desenvolve nele as faculdades que o Despotismo tolhia, e remediando os defeitos da sua passada educação colonial? ...". Só "... lhe faltava a Liberdade, e a Liberdade veio coroar os seus votos", através da "Causa constitucional". O príncipe é "...necessário centro da sua reunião, ...que.o livrará das comoções da Democracia, e dos vórtices horrorosos da Anarquia...". Tal qual Montevideu, o Brasil deve evitar a "imaginação febricitante", e sustentar seus

¹⁰⁰ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 147, 145-146 (original não grifado).

¹⁰¹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 29 de janeiro de 1822, nº XII, p. 147, 148.

"indisputáveis direitos... de legitimidade social...", "para evitar a sua impiamente fomentada desmembração, e procurar no Príncipe a conservação da sua unidade...". Os dois redatores do *Revérbero* criticam novamente a proposta de "dois ou mais centros parciais, subordinados ao centro absoluto geral", defendendo a "liberdade e igualdade" com "reunião"¹⁰².

"... não é um absurdo em política haverem dois ou mais centros parciais, subordinados ao centro absoluto ou geral[?]. Esta proposição arriscada inconsideradamente pelo Governo da Bahia, encontrou, pelo seu enunciado, muitos apologistas, que julgavam que o Brasil devia ser considerado sempre como propriedade européia. Houve muitos, que para apoiarem aquela proposição perguntavam enfaticamente = há por ventura dois centros em um círculo? = Mas nem aqueles nem estes se lembravam, que o Globo tem dois pólos, e que o universo tem duas forças contrárias, das quais resulta o movimento regular das esferas; e que cada um dos planetas é centro particular do seu sistema, e nem por isso desorganizam a harmonia geral. `Baianos, honrados primogênitos do Brasil, se nos precedestes na glória de abraçar um sistema congênito com os brasileiros, acompanhai-nos na tarefa de ser fiéis à nossa verdadeira liberdade, ela não deve medir-se pelo que fomos, mas sim pelo que podemos ser, unamo-nos em laço fraternal para que em maior família possamos entrar com respeito no todo na nação Portuguesa; unamo-nos, sim, porque separados, nem formaremos um Reino que a natureza e a política dispuseram, nem sustentaremos com decoro os nossos direitos nessa Assembléia Nacional, em que devemos figurar como parte muito preponderante; os que julgam da nossa fraqueza pela nossa aparente desuniam, de certo ignoram até onde lavra o fogo da Liberdade soprado pela convicção dos nossos direitos; se é uma e a mesma a massa dos nossos corações, deve ser um e o mesmo o nosso interesse; reunidos seremos grandes e respeitados; divididos, nem seremos portugueses, nem brasileiros Constitucionais. A monarquia proclamou liberdade e igualdade; e

¹⁰² Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., 5 de fevereiro de 1822, nº XIII, p. 157, 158 (original não grifado).

o Brasil como parte considerável da monarquia, proclama estes mesmos princípios, mas quer reunião, para que mais se estreitem as relações de português a português, de Reino a Reino, de província a província, e de hemisfério a hemisfério"¹⁰³.

Enquanto a Espanha aquiesceu às solicitações de "três centros diversos, e independentes", Portugal julgou reunir as ambições do Brasil à "...sua colonial preponderância". Parecem haver mudado de opinião, sentimentos sobre a "igualdade constitucional". "O célebre Montesquieu escreve... == que nada nos assemelha tanto aos brutos, como ver os outros homens livres, e conhecermos que o não somos ==". Enfim, "é mister que a Lei seja geral para todos..."¹⁰⁴.

As "províncias do Meio Dia do Brasil" estavam aderindo "...à causa da nossa associação, que é a mesma da Monarquia"¹⁰⁵. Mas isso não iria fazer desandar o movimento iniciado no dia 9 de janeiro de 1822, apesar das ameaçadas que ainda existiam das tropas do general Avilez¹⁰⁶.

Uma questão intrigante, porém, é saber porque a monarquia constitucional estava se tornando um consenso?

¹⁰³ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 5 de fevereiro de 1822, nº XIII, p. 158 (original não grifado).

¹⁰⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 5 de fevereiro de 1822, nº XIII, p. 157, 158.

¹⁰⁵ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., 5 de fevereiro de 1822, nº XIII, p. 159 (original não grifado).

¹⁰⁶ Id.

REPUBLICANOS ATÉ OS OSSOS: A RETIRADA DO PRÍNCIPE

No dia 8 de dezembro de 1821 chegou ao Rio de Janeiro o decreto das Cortes de Lisboa (de 29 de setembro de 1821) que exigia o retorno do príncipe para Portugal, e a criação de uma Junta Provisória. Segundo a testemunha Antônio Telles da Silva, este fato foi o marco de uma nova época que iria se manifestar ao "público", pois provou que os "facciosos", que se diziam amigos da Constituição, não o eram. Isto porque tanto o padre Januário da Cunha Barbosa, quanto José Clemente Pereira, desaprovaram redigir uma "Representação" para obter a "ficada neste Reino" do regente, teria dito à testemunha o Procurador Geral desta Província, José Mariano de Azeredo Coutinho. Para tanto, o padre Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira utilizaram o "...pretexto pouco airoso de recear ser comprometido ..." ¹⁰⁷. E José Clemente Pereira, após "muitas reflexões", concluiu que era conveniente que o Príncipe ficasse, mas sob a condição de que uma Junta de Governo fosse criada, sob a presidência do regente. Ante a "indecência" de tal proposta, prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, José Clemente Pereira argumentou que o príncipe poderia esperar a decisão das Cortes, e retirar-se para a Quinta de Santa Cruz.

Já no relato da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, no dia 10 de dezembro de 1821, ao chegar no Rio de Janeiro os decretos das Cortes de Lisboa exigindo o retorno do príncipe, o desembargador José Clemente Pereira disse-lhe pessoalmente "... que a Junta se havia eleger para o Governo Provisório, e que se S. M. I.

¹⁰⁷ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 19-20.

quisesse ficasse Presidente dela"¹⁰⁸. Porém, para a testemunha nº 2, tanto Ledo, quanto José Clemente e Padre Januário, desejavam ser membros da Junta de governo, da qual Ledo seria o secretário. José Clemente Pereira também dissera à testemunha que, durante o período de tempo que se aguardaria a resposta ao "direito de petição" [do Fico], o príncipe deveria esperar a resposta na sua Fazenda de Santa Cruz, "...pois que o Governo Provisório se há de instalar ..."¹⁰⁹.

A testemunha 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont, disse "... que ouviu dizer ao Excelentíssimo José Marianno ..." que, quando da chegada o Decreto das Cortes de Lisboa que "mandava retirar para lá S. M. I.", José Marianno foi à casa de José Clemente. Lá, José Marianno refletiu sobre "... a opinião em que estava o Povo já naquele tempo ...". E José Clemente respondeu que o Decreto das Cortes deveria ser cumprido, pois "... a Junta Provisória se havia instalar ...". Os dois homens opuseram-se em disputas verbais, até que José Clemente concluiu: "... = pois bem; instale-se o Governo, e seja o Príncipe o Presidente = ...". José Marianno contra-argumentou que tal proposição não convinha a ninguém, e que se iria requerer às Cortes a revogação do Decreto. Respondeu então José Clemente Pereira: "... = pois bem; requeiram e no entanto se ele quer esperar a decisão das Cortes, que vá para a sua Fazenda de Santa Cruz = ...". José Marianno então retrucou que para representarem às Cortes a revogação do decreto precisavam de José Clemente, "... e que ainda que ele não estivesse na Câmara haviam de ir à mesma e arrombar a caixa

¹⁰⁸ Depoimento da testemunha 2, José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 13.

¹⁰⁹ Palavras atribuídas a José Clemente Pereira pela testemunha José Joaquim da Rocha. Ibid., p. 13.

do Estendarte [?] para o tirar, e fazerem a "Representação". ..."¹¹⁰.

Nota-se que, para esta testemunha, José Marianno fundamenta seu argumento na opinião pública do "Povo já naquele tempo".

Já a testemunha de número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, também "... ouvira ... dizer ..." que o Procurador Geral José Marianno de Azeredo Coutinho havia procurado o desembargador e presidente da Câmara José Clemente Pereira. Propôs-lhe que ambos fizessem uma "Representação" do Povo do Rio de Janeiro pedindo "... a ficada de S. M. I. no Brasil ...". José Clemente Pereira respondeu-lhe que os Decretos seriam cumpridos, e que o príncipe, se quisesse, "que ficasse como presidente". Então José Marianno de Azeredo Coutinho retorquiu que tal idéia era tão indigna que ninguém seria capaz de dizê-la ao regente. José Clemente Pereira então respondeu-lhe: "... pois se S. A. R. não quiser ser presidente que vá passear para a Fazenda de Santa de Santa Cruz, que há de haver quem governe ..."¹¹¹.

A testemunha nº 6, o "Reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio, relata que José Clemente Pereira lhe teria dito, "pessoalmente", que se deveriam cumprir os decretos das "Cortes de Portugal" que mandavam "retirar do Brasil" o príncipe, substituindo-o por uma Junta Provisória do Governo...". O príncipe ficaria "... como um mero

¹¹⁰ Depoimento de Luiz Menezes de Vasconcellos de Drumont, testemunha nº 5. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 30 (original não grifado).

¹¹¹ Depoimento de Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, testemunha nº 26. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 38, 39.

particular aqui ou na sua fazenda de Santa Cruz ..."¹¹², teria dito José Clemente Pereira à testemunha número 6.

Ainda segundo o mesmo "Reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio, quando foi lida, na casa de José Marianno, o pedido para a revogação do decreto de retirada do príncipe no Brasil, José Clemente Pereira "... mostrou grande dificuldade em anuir ..." à "Representação". E, só depois de muitas insistências, concordou com a convocação do Senado para referendá-la. O "Reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio conclui, assim, que "... José Clemente fôra arrastado para a "Representação" que a Câmara fez ..."¹¹³.

Já a testemunha número 40, o "Excelentíssimo e Reverendíssimo" Antônio Vieira da Soledade, argumenta que a existência do "infernai" *republicanismo* é demonstrável pelo "rancor ao Trono" anunciado "tão publicamente" que o Conselheiro de Estado, José Marianno de Azeredo Coutinho, teve que convidar os "facciosos" "Ledo e seus consórcios" para um jantar em sua casa¹¹⁴. José Marianno procurou então convencê-los a não se oporem à "Representação", argumentando que deveriam auxiliá-lo. A testemunha Antônio Vieira de Soledade "ouviu" de "... José Marianno que só obrigados [os republicanos] consentiram ..."¹¹⁵.

Sempre segundo a testemunha nº 40, Antônio Vieira da Soledade, era "notório e constante" na Corte que "Ledo e seus consórcios", "... a quem acompanham crimes os mais

¹¹² Depoimento da testemunha nº 6, Francisco de Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 31.

¹¹³ Depoimento da testemunha nº 6, Francisco de Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 32, 31 (em ordem de citação).

¹¹⁴ O Impressor acrescenta, na nota 109, que "... J. C. Pereira achou-se no jantar de que fala, por casualidade, não por convite...". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45.

¹¹⁵ Depoimento da testemunha nº 40, Antônio Vieira da Soledade. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45.

nojentos ...", proclamaram "... o sistema de Democracia ouvindo-se dizer a todos eles de ser republicanos até os ossos ..." ¹¹⁶.

Neste último parágrafo, note-se que a testemunha de acusação pensa "sistema de Democracia" de forma sinonímica a republicanismo.

Outra testemunha, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, diz que "sabe por ver, e ouvir", que entre dezembro de 1821 e janeiro de 1822, quando se devia "... implorar a S. M. a sua ficada no Brasil ...", ouviu o Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega dizer, na casa de José Joaquim da Rocha, que Ledo era inimigo da causa do Brasil, e que trabalhava com o padre Januário para destruir o plano da "ficada" de S. A. R. A testemunha número 26 "ouvira", de José Marianno de Azeredo Coutinho, que o padre Januário não se opunha aos Decretos das Cortes de Lisboa, por já estar "complicado com o Povo". E por isso mesmo se retirou para cima da Serra ¹¹⁷: A testemunha número 26 reitera que Joaquim Gonçalves Ledo, tal qual José Clemente e padre Januário, também se empenhou em fazer cumprir os "desorganizadores" Decretos das Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1821. Joaquim Gonçalves Ledo sonhava ser o secretário do novo governo, "... para o que já tinham espalhado listas contendo os nomes daqueles que deviam ser eleitos" ¹¹⁸.

Neste contexto, ganha relevância o depoimento do "Excelentíssimo" José Marianno de Azeredo Coutinho, testemunha mencionada em todos os relatos acima. Afirma

¹¹⁶ Depoimento da testemunha nº 40, Antônio Vieira da Soledade. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45 (original grifado em itálico).

¹¹⁷ Estes fatos que envolvem o padre Januário da Cunha Barbosa são confirmados pela testemunha 71, José Marianno de Azeredo Coutinho. Cf. Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 52.

¹¹⁸ Depoimento da testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 38, 39.

José Marianno ser verdade o que relatam as testemunhas 2, 5, 6, 17, 26 e 40, "até ao ponto de ... dizer" a José Clemente Pereira que seu apoio como presidente da Câmara à "Representação" era desnecessário, e "... menos [importante ainda o apoio] da sua pessoa ..." ¹¹⁹.

É também verdade, diz José Marianno de Azeredo Coutinho, haver jantado com "Ledo em casa de Loureiro" ¹²⁰, mas diz não se recordar se Joaquim Gonçalves Ledo dissera o que foi mencionado pela testemunha 6 ¹²¹.

O impressor, em sua nota 118, expõe como o "caso passou": "Sua Excelência" José Marianno de Azeredo Coutinho dirigiu-se à casa de José Clemente Pereira, e lá argumentou "... sobre a necessidade de que S. M. I. ficasse no Brasil, e de se não criar a Junta Provisória ...". José Clemente Pereira reconheceu

"... a necessidade de que O Mesmo Senhor ficasse no Brasil, mas que julgava indispensável a criação da Junta Provisória, por que do contrário podiam resultar graves males ao Rio de Janeiro, por se não saber da vontade das outras províncias, e por ter dentro uma força considerável de Tropas de Portugal. ..." ¹²².

Então S. Ex. José Marianno insistiu: "... -- Mas S. A. para onde há de ir neste caso, em quanto não chega a resolução das Cortes de Lisboa, por que Ele não pode ficar aqui com o Governo Provisório? -- ...". E José Clemente Pereira respondeu: "... -- O príncipe pode ir para a Fazenda de

¹¹⁹ Depoimento da testemunha nº 71, José Marianno de Azeredo Coutinho. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 51.

¹²⁰ Provavelmente Antônio José da Silva Loureiro, testemunha de número 17.

¹²¹ Cf. depoimento da testemunha nº 71, José Marianno de Azeredo Coutinho. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 52.

¹²² Impressor, nota 118. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 52.

Santa Cruz; e será melhor que vá viajar pelas províncias de Minas e S. Paulo; por que estas apenas o virem O Aclamarão Regente, e nós aqui faremos imediatamente o mesmo -- ...". José Marianno perguntou o que se deveria fazer, no caso das Cortes rejeitarem a "Representação". Ao que José Clemente Pereira retrucou que, neste caso "... S. A. R. não deve ir [para Portugal] por nenhuma forma ..." ¹²³.

Nesta mesma nota 118, o Impressor do *Processo dos cidadãos* ... lembra a "Sua Excelência" José Marianno que, naquela ocasião, José Clemente Pereira leu duas cartas que acabara de escrever às Cortes de Lisboa.

A primeira destas cartas foi endereçada ao deputado Constituinte João Baptista Felgueiras, em 12 de dezembro de 1821. Nela, José Clemente Pereira escreve que, "no impedimento do Ouvidor dessa comarca", acabara de ordenar a convocação do Colégio Eleitoral para nomear o Governo da província do Rio de Janeiro. José Clemente Pereira recomenda, ainda, a adesão dos deputados da sua província às "*Instruções de São Paulo*" quanto à permanência, no Brasil, do chefe do Poder Executivo, e de um "ramo do Poder Legislativo" ¹²⁴.

A segunda carta mencionada pelo Impressor, de 31 de dezembro de 1821, também foi endereçada ao deputado João Baptista Felgueiras. Nela, José Clemente Pereira ressalta o "estado da opinião pública" que domina a Corte quando chega o Correio. "Pelos impressos que acompanham verá V. Ex. mais explicadamente qual é a opinião dominante nesta cidade..." sobre a união recíproca entre Brasil-Portugal. Pois, "...

¹²³ Impressor, nota 118. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 52.

¹²⁴ Cf. "Documento nº 34", carta de José Clemente Pereira, de 12 de dezembro de 1821. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 105, 106.

apesar de alguma expressão mais exaltada ..." de alguns destes periódicos, é desejada uma "união indissolúvel com Portugal". Ou seja, "união recíproca" desde que a Constituição que se está fazendo em Lisboa faça permanecer no Brasil um Chefe do Poder Executivo, um ramo do Poder Legislativo, e os mesmos Tribunais que existirem em Portugal. "Os que pensam mais profundamente acrescentam como razão poderosa que se faltarem no Brasil os dois ramos sobreditos do Poder Legislativo, e Executivo, a declaração da sua Independência é infalível ..." ¹²⁵. Como, aliás, já vinha ocorrendo em algumas províncias como Minas e Pernambuco, acrescenta José Clemente Pereira.

Há ainda uma terceira carta de José Clemente Pereira, de 20 de janeiro de 1822, não mencionada pelo Impressor, e também endereçada ao deputado João Baptista Felgueiras. Trata-se do "*Documento*" número 36, onde José Clemente Pereira argumenta que se o "Soberano Congresso" de Lisboa negar as províncias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro o que pretendem, "... parece inevitável ... [a] separação de Portugal, que tal é a opinião dominante" ¹²⁶.

Por fim, o advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, nota que as testemunhas acusam José Clemente Pereira de divergir da "*Representação*" de 9 de janeiro de 1822. Tendo mudado de opinião somente depois que percebeu que Minas e São Paulo uniram-se. O argumento de José Clemente Pereira, diz o advogado, é o testemunho pública de

¹²⁵ "Documento nº 35", carta de José Clemente Pereira, de 31 de dezembro de 1821. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 106, 107 (original não grifado).

¹²⁶ "Documento nº 36", carta de José Clemente Pereira, de 20 janeiro 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 107 (original não grifado).

sua conduta, provados através dos "documentos" números 31 e 36¹²⁷.

O documento nº 31 é uma declaração de Domingos Alves Branco Moniz Barreto, Cavaleiro professor da Ordem de São Bento de Aviz, Comissário das três Ordens Militares, e Brigadeiro dos Exércitos nacionais e Imperiais do Brasil, datada de 21 de outubro de 1823. Neste documento 31, Domingos Alves Branco Moniz Barreto atesta que estando na casa do "Excelentíssimo Sr." José Mariano de Azeredo Coutinho, em um dos últimos dias de dezembro de 1821, ali entrou o "Ilustríssimo Sr. Desembargador" José Clemente Pereira. Dirigindo-se ao dono da casa, as primeiras palavras de José Clemente Pereira foram: "= venho dizer-lhe, que mudei de parecer, e que estou pronto a proteger a "Representação" para a ficada de Sua Alteza Real, e que se não crie o Governo Provisório = ..." ¹²⁸. Abraçado por José Mariano de Azeredo Coutinho, o desembargador José Clemente Pereira então escolheu o dia 9 de janeiro, e planejou os detalhes dos fatos daquele dia¹²⁹.

Quanto ao documento número 37¹³⁰, é uma declaração, de 22 de setembro de 1823, de Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha, Manoel Caetano Pinto, e Antônio Alves de Araujo. Os três oficiais do Senado da Câmara creditam a José Clemente Pereira a boa paz dos Batalhões de Portugal, no dia 9 de janeiro. Isto porque José Clemente Pereira

¹²⁷ Cf. Joaquim Gaspar de Almeida. "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 79.

¹²⁸ Citado por Domingos Alves Branco Moniz Barreto. "Documento nº 31", de 21 de outubro de 1823. ". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 102.

¹²⁹ Cf. Ibid, p. 102.

¹³⁰ Apesar de o advogado de defesa haver mencionado o "Documento n. 36", o correto é o de número 37. Ou seja, é provável que haja um equívoco ou do advogado, ou do Processo. O "Documento" 36 é uma carta de José Clemente Pereira endereçada ao deputado João Batista Felgueiras, mencionado dois parágrafos acima.

entendeu-se com um dos oficiais portugueses. José Clemente Pereira fez também publicar o *Editai* de 8 de Janeiro, que orientou os habitantes da cidade a não gritarem vivas, e a evitarem atitudes perturbadoras da tranqüilidade¹³¹.

Se, finalmente, foi possível notar que entre acusação e defesa surge uma fronteira de verdade, talvez seja impossível delimitar a linha entre a má-fé do boato, a mera confusão do que foi dito, e o que realmente aconteceu.

Veja-se o exemplo da testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, que relata que, em dezembro de 1821, "ouvira dizer a Ledo" que a felicidade do Brasil consistia na criação de Juntas provisórias e retirada do príncipe. Naquele mês de dezembro "... fôra público e constante nesta Corte ..." que Ledo saudara os Decretos das Cortes de Lisboa com uma "... saúde n'um jantar entre os seus comensais em que bebeu à retirada do leãozinho. ..."¹³².

AS TROPAS: FICAM OU NÃO FICAM?

As Cortes de Lisboa vinham debatendo a "expedição" de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco¹³³. Um dos

¹³¹ Cf. "Documento" número 37, de Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha, Manoel Caetano Pinto, e Antônio Alves de Araujo, datado de 22 setembro 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 107.

¹³² Depoimento da testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 40 (original não grifado).

¹³³ "Decidiram, é verdade, em 23 de agosto [de 1821], que partissem novas tropas para o Rio e Pernambuco, sob o pretexto de manterem a ordem; ...". Francisco Adolfo de Varnhagen. História da Independência do Brasil. Op. cit., p. 104.

deputados, o abade Medrões, defendera o reforço de soldados desde que se descobrisse que no Brasil havia "...um partido...". Já o deputado Borges Carneiro defendera o retorno de todas as tropas que estavam no Rio de Janeiro. Os "Soldados tem muito dinheiro", dizia o deputado. Pois, além do soldo, ganham 40000 réis por dia. Para o Rio de Janeiro se deveria expedir uma guarnição ordinária, que se encarregaria da ordem, "...e de fazer respeitar a Junta, que se vai formar"¹³⁴.

Este debate, publicado no *Revérbero* do dia 8 de janeiro de 1822, expressa a apreensiva percepção dos conflitos que então se avizinhavam para o dia seguinte, 9 de janeiro. Quando, então, simbolicamente se concretizou o descumprimento das ordens de Lisboa.

No dia 10 de janeiro de 1822, o general Avilez não se esquivou de enviar cumprimentos à princesa, pelo seu aniversário. À noite, porém, visitou os quartéis e as guarnições, incitou e concitou as tropas à rebeldia¹³⁵. Na noite de 12 de janeiro as tropas de linha e milicianas, além dos regimentos dos Henrique e de Pardos ocuparam o Campo de Santa'Ana¹³⁶. Destituído, o general continuou dando ordens e sendo obedecido¹³⁷.

Os cidadãos, então, reuniram-se "para apresentarem seus corpos as baionetas d'Avilez". O povo escoltou

¹³⁴ Extrato do "*Diário das Cortes*". In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº IX, 8 de janeiro de 1822, op. cit., p. 112 (original não grifado).

¹³⁵ Cf. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº XII, 29 de janeiro de 1822, op. cit., p. 148.

¹³⁶ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil*. Op. cit., p.155.

¹³⁷ Cf. Id., p. 148.

espontaneamente o príncipe regente do Teatro até a Quinta da Boa Vista¹³⁸.

Sobre a manifestação de desobediência do dia 9 de janeiro de 1822, o periódico *Diário do Governo* [de Portugal] observa que não poderia "escapar ao mais fraco observador" que o "Partido da Independência", para fazer cumprir seus ideais democráticos fundamentados na Constituição dos Estados Unidos, defendera a retirada do regente:

"Falemos claro: desde que os Estados Unidos declararam sua Independência, houve brasilienses, que desejaram fazer o mesmo. Este Partido cresceu prodigiosamente; a mudança da Corte para o Brasil fê-lo retrogradar, porque cessaram com ela parte dos motivos. O desgoverno da nova Corte despertou aquela tendência amortecida, de que resultou o precipitado rompimento de 1817, sem que enfraquecesse com este malogramento; os acontecimentos principiados em 24 de agosto [de 1820] paralisaram, e reduziram quase a nada aquele Partido, abrindo um caminho mais seguro, para a liberdade, a que todos os homens, e povos aspiram. Desta marcha e contramarcha do partido da independência do Brasil, e do sentimento do coração humano que lhe tem regulado, e há de continuar a regular a força, e a extensão conforme as circunstâncias, se deduz muito claramente que o Brasil há de ficar unido a Portugal, se Portugal considerando-o como seu igual, nada tentar contra sua liberdade, nem contra suas comodidades; e pelo contrário se Portugal tiver em menos conta, e tentar sobre ele algum ato de dominação, o Brasil há de separar-se, declarando a sua independência, apesar dos negros, que não teme, e apesar do horroroso quadro da guerra civil, que lhe pode sobrevir, ao qual nunca atenderam os Povos que querem ser livres".

É bem sabido que no Brasil, independência, e Constituição dos Estados Unidos tem sido idéias sempre ligadas ...

¹³⁸ Cf. carta de N. P. de C. V., Lisboa, 18 de abril de 1822, publicada no "Diário do Governo" [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 61, 26 de junho de 1822, op. cit., p. 251.

E pode consentir a razão, ou o senso comum atribuir-se ao Partido da independência a retenção do príncipe no Rio de Janeiro? Não é muito sabido que este Partido fraco desde 24 de agosto, olhava com prazer os decretos das Cortes, Falas, e Impressos, que desgostavam o Brasil. Não é igualmente sabido que este Partido ganhando força com o descontentamento do Povo, esperava ansiosamente, o momento da saída do Príncipe para levantar o estandarte democrático, que talvez ainda o príncipe visse tremular à saída do porto? Estes fatos, e suas necessárias conseqüências não podiam escapar ao mais fraco observador" ¹³⁹.

As tropas transferiram-se para a Praia Grande no dia 12 de janeiro. Lá permaneceram até o mês seguinte, quando embarcaram para Portugal. Entre 11 e 25 de maio desembarcaram em Lisboa, além dos 1.043 soldados da Divisão (chamada "maldita") Auxiliadora, 20 mulheres e 42 famílias¹⁴⁰. Parcela das tropas, porém, haviam desembarcado em Salvador, onde iriam engrossar as forças do governador das armas Madeira, na cruenta guerra civil que, em fevereiro de 1822, se iniciava.

Entre 22 e 25 de fevereiro D. Pedro viajara mais de 54 léguas na busca de soldados que lhe solucionassem a debilidade militar. E desde 26 de janeiro já haviam chegado em São Cristovão 700 homens, com 30 ou 40 milicianos de São Paulo. Fortalecido, o príncipe ordenou que tais tropas se retirassem.

Porém, desde 16 de janeiro, novas tropas haviam deixado Portugal com destino ao Rio de Janeiro. A sua passagem por Recife serviria para "...lembrar as

¹³⁹ Extrato do *Diário do governo* [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 61, 26 de junho de 1822, op. cit., p. 250-251 (original não grifado).

¹⁴⁰ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 124, 11 de setembro de 1822, op. cit., p. 557.

atrocidades [cometidas] em Pernambuco"¹⁴¹ após a Revolução de 1817. A lembrança ocorreu através de um "atentado do Batalhão de Portugal"¹⁴².

Quando chegou no Rio de Janeiro, com "novos reforços", o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza foi proibido de desembarcar.

Porém, no dia 9 de fevereiro, o confronto militar pareceu inevitável, pois aquele dia foi a "... véspera do [dia] em que se haviam de bater irmãos contra irmãos ..."¹⁴³, relata um militar português disposto a pegar em armas pelo lado brasileiro. Ele publica uma carta onde pede a um parente cuidar de seus filhos, caso ocorresse o pior:

"... não me sofrendo o coração que o nosso Regimento não tenha sido contemplado no embarque; e conhecendo, que não poderei conter-me, se ouvir romper o fogo (fatal desgraça). Rogo a Vm., queira ter cuidado das minhas crianças ...[. Pois] Apenas eu ouvir romper o fogo (Deus Eterno!) tomo uma arma, e parto. Levo duas camisas, duas seloiras[,] dois pares de meias, dois lenços do pescoço, e muito pouco dinheiro. Se formos felizes todos os trabalhos serão glórias, e a morte me será doce, se eu presenciar um momento antes a nossa vitória.... talvez lá encontre alguns [companheiros]; e outros briosos, e amantes da liberdade, da razão, do príncipe constitucional, e da pátria ..."¹⁴⁴.

¹⁴¹ Extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 29, 13 de maio de 1822, op. cit., p. 119.

¹⁴² Extrato do "Segarrega", jornal de Pernambuco, de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 29, 13 de maio de 1822, op. cit., p. 119.

¹⁴³ Cf. carta de *O compatriota*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 85, 26 de julho de 1822, op. cit., p. 367. Ver também: carta de *O compatriota*, de 29 de julho de 1822. In.: Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 88, 30 de julho de 1822, op. cit., p. 380.

¹⁴⁴ Carta de *O compatriota* [M. do C.]. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 85, 26 de julho de 1822, op. cit., p. 367-368 (original não grifado).

As tropas do chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, porém, permaneceram na fortaleza de "Villagalhon". E depois foram embarcadas de volta para Portugal.

Chegando em Lisboa, em 28 de maio, o chefe da expedição foi submetido a Conselho de Guerra, por ter deixado no Rio de Janeiro uma fragata de 600 ou 700 homens que "preferiram viver no país"¹⁴⁵. O rei D. João VI mandou prendê-lo¹⁴⁶.

Entre 1821 e o início de 1822, período de publicação do *Revérbero Constitucional Fluminense* até aqui analisado, é possível perceber que a imprensa discutia grandes questões do ponto de vista do futuro político do Reino Português, apesar do pequeno tamanho físico de suas folhas impressas.

Através das idéias que foram até aqui expostas, é possível perceber que o *republicanismo* se manifesta de diferentes formas. Por exemplo, sem sequer utilizar a palavra "república", os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, e seus leitores, deixam transparecer suas simpatias à república quando atacam a Sociedade de Cortes, com expressões vocabulares torturantes e violentas figuras de linguagem. Um outro aspecto que sobressai é a constante preocupação, dos dois redatores do *Revérbero*, de se defenderem contra a acusação de que pretendem mudar a monarquia estabelecida pela família de

¹⁴⁵ Extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, op. cit., p. 558.

Bragança. Finalmente, apesar de não admitirem publicamente seu *republicanismo*, é perceptível que um dos significados com que se utiliza a palavra república é com uma significação semelhante da palavra "democracia".

Através, ou apesar da liberdade de imprensa desde junho de 1821, há uma violência lingüística que impressiona. E sugere a hipótese da existência de uma autocensura dos escritores republicanos. Por exemplo, numa sociedade escravocrata é surpreendente que a palavra "escravo" raramente apareça publicamente escrita em seu sentido de "trabalho escravo". Ou, não deixa de ser irônico que se discuta questões relacionadas a forma de governo, a federação ou a confederação, sem que seja habitual o uso da palavra "república".

Um outro aspecto das idéias até aqui expostas diz respeito ao problema da Independência. Até janeiro de 1822, a Independência não é uma questão que empolga. Pelo menos isto não se manifesta publicamente através da imprensa. Uma das hipóteses para este fenômeno é que, desde a vinda da família real, ou cronologicamente a partir do ano de 1815, o Brasil havia deixado de ser colônia de Portugal. O que preocupava os dois jornalistas republicanos (e os leitores que os escreveram) era debater qual o tipo de relacionamento a Constituinte de Lisboa estabeleceria entre as partes do Reino Unido Português. Como o antigo sistema econômico colonial, estabelecido politicamente através da monarquia estatal-absolutista, seria inaceitável, o problema que ocupava os observadores políticos não era especificamente o da forma de governo republicana. E isto pelo menos por quatro motivos.

Primeiramente, a imprensa republicana não vê conseqüências positivas na expulsão de D. Pedro do Brasil.

¹⁴⁶ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de

Muito pelo contrário, os jornais republicanos defendiam a permanência do príncipe argumentando que, assim, o Brasil adquiriria o estatuto de país constitucional, com leis de corpo legislativo, estabelecido sem violência, e em igualdade de tratamento com a antiga metrópole [1] .

Em segundo lugar, admitir publicamente que D. Pedro não retornaria para Portugal, significava aceitar a monarquia como um pressuposto [2] .

Em terceiro lugar, a questão que preocupava a imprensa republicana não era especificamente a da forma de governo, mas a da qualidade da Constituição. É por isso que é essa a sua principal bandeira [3] .

Isto porque, em quarto lugar, a Constituição poderia e deveria equilibrar a dosagem dos vários elementos de todas as formas de governo. Ou seja, os republicanos pensavam em elementos federalistas estabelecidos na Constituição, como um governo confederativo que unisse Portugal e Brasil, ou maior autonomia para as províncias [4] .

A emancipação política do Brasil, assim, não se constituía num problema imediato, pois o país já não era mais colônia. Tratava-se, pois, de estabelecer constitucionalmente as bases da soberania.

Tais considerações podem explicar porque a monarquia constitucional estava se tornando um consenso. Contudo, não toca na interrogação principal: por que a imprensa republicana não defendeu o retorno de D. Pedro para a Europa? As Cortes de Lisboa, emitindo sinais tão violentos e centralizadores, não lhes deram esta oportunidade? Já não havia o exemplo da América hispânica?

A percepção de tais fatos é expressa por um leitor que, referindo-se as tensões militares que se descortinavam no início do ano de 1822, e aos perigos de uma "´retirada

do príncipe" afirma que "...se o Soberano estabelecido no Brasil reverter para a Europa, deixará após de si a independência estabelecida nos Escritores do Rio de Janeiro"¹⁴⁷.

Neste trecho da carta, o leitor deixa entrever que a ruptura separatista com Portugal já era algo do domínio público, conforme dissera o deputado Moura em Lisboa: "o Brasil deve ser independente". Contudo, a preocupação do leitor é de outra natureza, já que a "Liberdade constitucional" não se estabeleceria através da violência: "Não é portanto com tumultos populares, ... com sarcasmos, e menos com armas, que se deve manifestar a nossa justiça; ... só a força Moral deve ser empregada...". Porque a "Liberdade constitucional" não deve "ser recomendada a pontas de baionetas" de "... perturbações, que se podem originar da retirada de S.A.R."¹⁴⁸.

Um juízo nada ingênuo, pois as tropas sediadas no Rio de Janeiro, sob o comando do general Avilez, eram instrumento das Cortes de Lisboa. Por isso o descumprimento das decisões das Cortes de Lisboa, em 9 de janeiro de 1822, provocou a rebelião da Divisão Auxiliadora no dia 12, apenas três dias depois.

É evidente que a carta do leitor, publicada na véspera do Fico, não explica o porquê do Fico. Mas, é perceptível que os republicanos não desejam o poder pelo poder. Na véspera do Fico, o *Revérbero Constitucional Fluminense* discute a liberdade moral. Para Joaquim Gonçalves Ledo e

¹⁴⁷ Arcebispo de Malines citado em carta do leitor *Teu Amigo Sachristão*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº IX, 8 de janeiro de 1822, op. cit., p. 109 (original não grifado).

¹⁴⁸ Carta do leitor *Teu Amigo Sachristão*. In.: Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº IX, 8 de janeiro de 1822, op. cit., p. 110, 111 (original não grifado).

Januário da Cunha Barbosa, "...O Brasil está cansado de arbitrariedades, e de ilegalidades; tem sede de liberdade regular, está embebido no espírito constitucional. Napoleão foi o exemplo imortal da luta do Despotismo contra a Opinião. O Brasil adotando o Príncipe, adotou o partido mais seguro; vai gozar dos bens da Liberdade sem as comoções da Democracia, e sem as violências da Arbitrariedade"¹⁴⁹.

Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa vêem no dia 9 de janeiro motivos para "alegria geral". Opinião, porém, não compartilhada por João Soares Lisboa. Para João Soares Lisboa já se começou errado com o Fico:

"... mas desgraçadamente o carro já principiou a andar torto. Representou-se ao Soberano congresso que era necessário no Brasil um centro de poder Executivo, e não se falou em Legislativo. ... É verdade que já na sessão de 13 de fevereiro [de 1821] se venceu o contrário, isto é, não haver no Brasil poder Executivo; porém reforma-se a decisão, visto que os povos do Brasil o requerem ..." ¹⁵⁰

Para João Soares Lisboa, a "Representação" do "Soberano Povo" que reclamou "... contra os despóticos decretos de 29 de setembro ..." de 1821, fez "... mais alguma coisa, isto é, ..." conferiu o poder executivo ao príncipe regente. Porém, os fatos que culminaram no 9 de janeiro de 1822 não forneceram/delegaram ao príncipe o poder legislador. Ou seja, "... Ele [o regente] não tem Poderes Legislativos" porque "... se fossem executados os

¹⁴⁹ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº XI, 22 de janeiro de 1822, op. cit., p. 131.

¹⁵⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 16, 27 de abril de 1822, op. cit., p. 63.

decretos de 29 de setembro, ficava S. A. R. sem poderes masculinos, femininos, ou neutros ..." ¹⁵¹.

A força de lei da "Representação" contra os decretos de 29 de setembro emana da soberania popular, pois é legítimo à "... Soberania reclamar, e anular as determinações do Soberano Congresso ..." ¹⁵², uma vez que os "legítimos Representantes" do povo decidiram contra os interesses da "Soberania":

"... porque a Soberania é propriedade que se pode delegar, mas não alienar; e os proprietários [da Soberania popular] podem fazer uso do que é seu, como melhor lhes convier, tendo respeito à lei (no caso presente é a Lei natural e Divina == não faças a outrem o que não queres que te façam. ==) ..." ¹⁵³.

O Fico também poderia ser visto como um motivador de ciúmes entre as províncias. Como observaram os dois redatores do *Revérbero*, o Fico havia sido obra das províncias do "Sul do Brasil", pois o Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e o Rio Grande do Sul o haviam decidido e comandado. A Bahia, "Olinda", Maranhão e Pará deveriam se ligar ao "seu centro comum". Pois Portugal não tinha condições de dominar o Brasil através do uso da força, ainda que trate o "... exército americano de Corporação composta de cinco pretos, três mulatos, e um branco ... comandado por Generais valetudinários..." ¹⁵⁴.

¹⁵¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 22, 4 de maio de 1822, op. cit., p. 89, 87, 88 (em ordem de citação).

¹⁵² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 22, 4 de maio de 1822, op. cit., p. 89.

¹⁵³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 22, 4 de maio de 1822, op. cit., p. 89.

¹⁵⁴ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº XI, 22 de janeiro de 1822, op. cit., p. 132, 133.

A permanência do príncipe regente no Brasil provocou, portanto, o descontentamento das tropas, a crise militar, e também mudanças significativas sobre o que se imaginava do poder, tanto no Brasil quanto em Portugal. No Brasil, intensificaram-se as críticas contra as Cortes de Lisboa. D. Pedro, então com 24 anos de idade, aproveitou o momento para contrapor-se às Cortes de Lisboa, aparecendo como herói aos olhos da maioria brasileiros. Porém, jamais passaria pela cabeça de D. Pedro abdicar ao seu direito hereditário de herança à Coroa de Portugal. Para as Cortes de Lisboa, D. Pedro representava o "sistema da separação" do Brasil, era a esperança dos aristocratas da Corte europeia que haviam permanecido no Rio de Janeiro.

As críticas às Cortes de Lisboa começaram a ganhar espaço na imprensa. Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa fizeram uma reflexão sobre o Manifesto da Praia Grande, do general Avilez, perguntando-lhe: "... Não respeitais a nobre indignação, que viste pintada no semblante de todo..." este povo, que exalta o "amor da Liberdade"?¹⁵⁵ Para os dois redatores, o general Avilez não passava de um déspota, porque mesmo depois de jurar a Constituição, ainda chamava o povo de "Canalha" e "terrorista". A "Divisão assustadora, ou revoltadora" havia ameaçado o "Povo desarmado" com artilharia e "baionetas sobre [seus] corações"¹⁵⁶.

Apesar da "insolência" e "rebeldia" do general Avilez, no final de abril de 1822 ele foi homenageado pelas Cortes de Lisboa com uma "felicitação de agrado". Isso ocorreu na

¹⁵⁵ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº XII, 29 de janeiro de 1822, op. cit., p. 148.

¹⁵⁶ Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Revérbero Constitucional Fluminense. Rio de Janeiro : Op. cit., nº XIII, 5 de fevereiro de 1822, op. cit., p. 159.

sessão 375, e os deputados tiveram a delicadeza de não mencionarem tal "felicitação de agrado" na ata, "mas só suspensivamente"¹⁵⁷.

Este divórcio entre a Constituinte lisboeta e o Rio de Janeiro já estava claro desde o episódio do Fico. Ao defenderem o retorno do regente Pedro para Portugal, os pensadores do *republicanismo* provavelmente tinham em mente o ideal de igualdade entre Brasil e Portugal. Com a permanência do príncipe no Brasil, somente um Congresso Constituinte poderia zelar pela igualdade e autonomia entre Brasil e Portugal, pensam os republicanos. É assim que, entre 18 e 23 de maio de 1822, se desencadeia uma pressão da esfera pública literária republicana do Rio de Janeiro para se convocar uma Constituinte no Brasil em 1822. Este é o tema do próximo capítulo.

¹⁵⁷ Extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, op. cit., p. 556 (grifado no original).

III. CONSTITUINTE E ELEIÇÕES DIRETAS: VONTADE DO PRÍNCIPE OU VONTADE GERAL DA SOBERANIA POPULAR?

"Precisamos já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes"¹. [João Soares Lisboa].

"... Fiquei atônito, fora de mim, e como ferido de raio, ao ler tal papel e seu fecho. Espanto da arrogante Onipotência..."² [José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu].

"Da convocação de uma Assembléia, e já, ... nunca se tratou em escrito e projeto popular, oficial, ou literário, com que razão se me increpa de inconseqüência, e mudança? Esperemos (torno a dizer); Eis a minha Culpa, minha grande culpa!"³. [José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu].

O primeiro número do jornal *Correio do Rio de Janeiro* surgiu em 4 de abril de 1822. Sobre o seu redator, João Soares Lisboa, um dos personagens que tem no rótulo iluminista-libertário uma das melhores definições, quase não existem informação. Português de nascimento, João Soares Lisboa imigrou para o Brasil em 1800. Esteve no Rio Grande do Sul, onde conheceu o marechal Moraes,

¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 11, 22 de abril de 1822, p. 44.

² Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte II. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 23 de julho de 1822, p. 5. (grifado no original).

³ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Rio de Janeiro : na Tipografia Nacional, 19 de julho de 1822, p. 2.

constituindo laços sinceros de amizade que se romperiam em 1822, sob o turbilhão da força dos acontecimentos políticos. No Rio de Janeiro, ele morava na rua da Valla nº 63. João Soares Lisboa era o único escritor do *Correio do Rio de Janeiro*, periódico diário que atingiu, em seis meses de circulação, 708 páginas. Em uma das raras menções a este desconhecido libertário, o *Correio do Rio de Janeiro* foi tido como o periódico mais bem redigido da época⁴, algo certamente verdadeiro antes da poesia republicana de *O Typhis Pernambucano*, periódico de frei Caneca.

Como pensador, João Soares Lisboa era dono de uma modéstia incomum, que se refletia em seu estilo literário objetivo e claro. Autodidata, costumava auto-qualificar-se carente de erudição e talento. Definia-se "o mais fraco em conhecimentos literários"⁵ dentre os jornalistas do Rio de Janeiro. O *Correio do Rio de Janeiro* tornar-se-ia uma tribuna pública por onde circulavam todas as idéias.

Os primeiros números do *Correio do Rio de Janeiro* vão se ocupar com as contradições das Cortes de Lisboa. A perplexidade de João Soares Lisboa vai dando lugar a uma indignada busca de outros caminhos tangíveis e lógicos. Apesar da proporção da crise política que se vai desenhando, particularmente nas províncias de Pernambuco e Bahia, mesmo os publicistas republicanos não defendem um rompimento dos laços políticos com Portugal. Até pelo menos o final de julho de 1822 os jornalistas e os escritores políticos, das mais variadas colorações políticas, utilizaram-se da palavra "independência" com uma dúplice significação.

⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva. Formas de representação política na época da Independência, 1820-1823. Brasília : Câmara dos deputados, 1987, p. 31. Apesar dessa constatação, a autora não aprofunda no que concerne às idéias de João Soares Lisboa.

⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Tipografia Silva Porto, nº 113, 29 de agosto de 1822, p. 502.

As Cortes de Lisboa iam acumulando as piores impressões dos brasileiros. Repercutiram muito na imprensa decisões como o "Decreto dos governos do Brasil", de 29 setembro de 1821, que criou a figura do governo das armas, espécie de chefe militar, designado por Lisboa, com poderes superiores ao presidente de cada província Brasileira. Ao mesmo tempo que subdividiu o país, o "Decreto dos governos do Brasil" justificara o envio de tropas de Portugal. Mas também motivou a guerra civil, que foi molecular, não declarada e encoberta em Pernambuco até o final de 1823, e explícita na Bahia a partir de fevereiro de 1822.

LISBOA E AS CORTES

Hipólito José da Costa⁶, redator do jornal londrino *Correio Brasiliense*, informa que na sessão 271 das Cortes fora discutido o problema da união de Brasil com Portugal. O Congresso Constituinte de Lisboa ia se tornando "empório" comercial do Brasil, assumindo uma posição contrária a "Liberdade racional dos Povos"⁷.

⁶ Hipólito José da Costa Pereira Furtado da Mendonça, nasceu na colônia de Sacramento em 25 março 1774, e faleceu em Londres em 1824. Esteve na prisão (de dimensões de 3m66 por 2m44) entre 1802-1805, em Portugal. Participava das lojas maçônicas em Londres. Escreveu 175 fascículos mensais do *Correio Brasiliense* ou *armazém literário*, entre 1º de junho de 1808 e dezembro de 1823, cada um dos quais com 80 páginas. De Hipólito da Costa publicaram-se as seguintes obras: Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799). Academia Brasileira de Letras, 1955. "Memória". In.: *Revista do IHGB*. Vol. XXI, 1858, p. 351-365. Narrativa da perseguição de Hipólito José da Costa. Londres : Impresso por W. Lewis, 2 Pater Noster Row, 1811, 2 vol. [Reeditado no Rio de Janeiro em 1841, sem o regimento do Sto. Ofício de 1774]. Nova gramática portuguesa e Inglesa. Londres : 1811 [2ª edição aumentada, em 1818]. Sketch for the history of the dynysian artificers, London : 1820 [Reeditado em 1836 em Los Angeles]. É atribuído a Hipólito: Cartas sobre a maçonaria. Londres : 1805. Ver a respeito Barbosa Linha Sobrinho. Antologia do Correio Brasiliense. Rio de Janeiro : Livraria Editora Cátedra; Brasília : INL, 1977.

⁷ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de

Para Hipólito José da Costa, a Revolução do Porto havia posto fim aos desmandos do "antigo sistema" do despotismo. Caberia, pois, ao "presente sistema" constitucional estabelecer os direitos do homem e do "cidadão livre" à vida, à liberdade e à propriedade, por exemplo. Hipólito José da Costa denuncia que em Portugal dizia-se que suas "doutrinas são corcovadas", e que ele era tratado por corcunda pelos "chamados Constitucionais". Hipólito José da Costa cita como exemplo o ministro da Justiça de Portugal que era partidário da união de Portugal com a Espanha, desprezando o Brasil. Hipólito José da Costa justifica suas idéias argumentando que "são os princípios" (provável referência à Montesquieu) que dirigiam sua pena⁸.

Hipólito José da Costa faz uma longa reflexão sobre o "sistema constitucional", criticando a burocracia estatal e os atos das Cortes de Lisboa. Contrasta, por exemplo, as ninharias financeiras das Cortes com o descontrole do papel moeda. Como se vê pelos números abaixo, segundo Hipólito José da Costa Portugal era um país deficitário:

Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 29, 13 de maio de 1822, p. 117, 118 (original não grifado).

⁸ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 30, 14 de maio de 1822, p. 122, 123, 124.

TABELA 1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DE PORTUGAL EM 1821

Déficit	1:607:000:000 réis
Gasto consumido pelo exército português	4:379:200:000 réis
Receita do Tesouro de Portugal.....	7:232:000:000 réis

FONTE: Extrato do jornal de Hipólito José da Costa, publicado no *Correio do Rio de Janeiro* nº 30.

Dois terços da renda eram consumidas pelo exército de Portugal⁹.

Para Hipólito José da Costa dois erros podiam ser apontados no "Governo constitucional de Portugal". Primeiramente, a falta de boa inteligência e conhecimento, na responsabilidade dos Ministros. Em segundo lugar, a falta de cuidado em promover a união entre Portugal e Brasil¹⁰.

Enfim, após transcrever longos trechos do jornal de Hipólito José da Costa, João Soares Lisboa diz não ser

⁹ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 30, 14 de maio de 1822, p. 123, 124. Ver também o número seguinte do *Correio do Rio de Janeiro*.

¹⁰ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 30, 14 de maio de 1822, p. 122.

"terrorista"¹¹ quando atribuía ao Soberano Congresso de Lisboa erros indesculpáveis em política relativamente ao Brasil.

Para o jornal português *Astro da Lusitânia*, o "Congresso" de Lisboa era o responsável e promotor da "independência" do Brasil, porque não havia repreendido o general Luís do Rego Barreto pelos seus excessos cometidos quando ele esteve no governo de Pernambuco. Para o *Astro da Lusitânia*, "grandes promotores de uma intempestiva independência Brasileira" são, por exemplo, "Jacinto José Dias de Carvalho, que anda mui cuidadoso, mostrando cartas daqueles, que em Pernambuco deram dinheiro para a guerra, pedindo ao mesmo tempo que se não mostrem as que falam a favor dos Pernambucanos ..." ¹².

Também Hipólito José da Costa cita o exemplo da falta de punição às atrocidades e mortes do general Luís do Rego Barreto, em Pernambuco, como exemplo da parcialidade de Lisboa, ao contrário do que argumentaram os seus deputados, na sessão de número 276 das Cortes¹³. Hipólito José da Costa congratula-se com a "pátria", pela ocasião da instalação do governo provisório de Gervásio Pires Ferreira (setembro de 1821), em Pernambuco, e pela expulsão do general Luís do Rego Barreto e dos 440 praças do Batalhão de Algarve. Quando aportaram em Lisboa, porém, essas tropas vindas de Pernambuco, "... que tanto mal ali tinha[m]

¹¹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 31, 15 de maio de 1822, p. 126 (original não grifado).

¹² *Astro da Lusitânia* citado por Hipólito José da Costa. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 29, 13 de maio de 1822, p. 120.

¹³ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 30, 14 de maio de 1822, p. 122.

causado, como instrumento do déspota Rego"¹⁴, suspendeu-se a sessão das Cortes, e os deputados saíram para cumprimentar os militares. Hipólito José da Costa acrescenta ainda que o general Luís do Rego Barreto era partidário da separação, desmembração e domínio de Pernambuco, na hipótese de que se concretizassem os planos dos ministros europeus no Rio de Janeiro. Não fica claro, porém, quem seriam tais ministros, nem quais seriam esses planos. Hipólito José da Costa medita que o incentivo para a separação do Brasil poderia facilitar os projetos de união de Portugal com a Espanha. Para exemplificar, Hipólito José da Costa cita o exemplo de que havia chegado em Pernambuco um coronel e mais de sessenta homens, parte dirigindo-se para a Paraíba. Tais tropas causaram, segundo relata, desordens e ferimentos a gente do país¹⁵.

Na Bahia, quando o general Madeira, governador das armas designado pelas Cortes, decidiu resolver as disputas com o seu predecessor, e tomar posse no cargo de governo das armas através do uso da força militar, teve início a guerra civil. Entre os dias 16 e 24 de fevereiro o exército violou casas, perpetrando crimes e vinganças, observa João Soares Lisboa¹⁶. Uma carta vinda da Bahia diz que "os degredados da África não experimentam tantos insultos, roubos, e assassínios, como sofrem os Baianos..."¹⁷. No dia

¹⁴ Extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 28, 11 de maio de 1822, p. 116.

¹⁵ Cf. extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", mês de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 28, 11 de maio de 1822, p. 115, 116.

¹⁶ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 2, 11 de abril de 1822, p. 5 e 6.

¹⁷ Carta da Bahia, de autor anônimo. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 22, 4 de maio de 1822, p. 90.

25 de fevereiro a Junta do governo da Bahia mandou tirar uma Devassa, pelo Juiz do Crime, sobre quem originara as desordens na disputa entre Madeira e seu predecessor. Relatam o Desembargador Francisco José de Freitas e o Desembargador Ouvidor do Crime, que desde 23 de fevereiro a Junta de governo da Bahia já havia ordenado uma Devassa sobre as "mortes, arrombamentos, violação de clausuras, roubos, e outros crimes cometidos pelas tropas Européias...". As Cortes de Lisboa, porém, não esperaram a conclusão dessas devassas para declararem satisfação com "...o seu Governo das Armas"¹⁸.

O decreto de 29 de setembro de 1821, onde as Cortes de Lisboa regulamentaram as eleições nas províncias do Brasil, também provocaram debates e conflitos em Porto Alegre. Uma carta do advogado Feliciano Nunes Pires descreve o desentendimento entre os que defendiam o cumprimento daquele decreto (os eleitores e as tropas), e o "Povo", cuja opinião era que o decreto não fosse cumprido. Segundo Feliciano Nunes Pires, no dia 21 de fevereiro de 1822 reuniu-se a Junta Eleitoral. Os debates duraram até a noite, e o povo correu "a pedra os eleitores Bragança, e Bacelar, por se persuadir (e com razão) que eles estavam subordinados pelos corcundas, para se oporem a vontade do Povo: nunca vi o Povo desta capital tão furioso ...". Foi sugerido "dar-se parte desta coalizão ao general" Saldanha, que, no dia seguinte, informou que nada lhe cabia decidir, recomendando "se não fizessem desordens". A Câmara e a Junta encaminharam, então, os debates, evitando "confusões, e assoadas". Venceu o parecer da eleição de novo governo. Os "... Eleitores, porém, objetaram-nos que, como

¹⁸ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 125, 12 de setembro de 1822, p. 559.

Eleitores, não podiam afastar-se do decreto, porém o Povo, e Tropa em altas vozes os investiram de novos poderes, se acaso os que tinham não eram bastante"¹⁹. Novo governo provisório foi eleito.

É um detalhe interessante da mentalidade política de então, o fato de o "Povo" participar do processo, mesmo que contrariamente ao decreto das Cortes, em fevereiro de 1822. Tendo em vista que o sistema eleitoral era censitário e indireto, a maioria da população estava excluída da política. Mas, como descreve a carta acima, nem só pelo voto poderia definir-se a cidadania. Se a maioria dos habitantes das cidades não possuía renda mínima suficiente para participar do processo eletivo (compromissário -> votante -> eleitor), isso não significava que eles não desejassem participar das decisões públicas. Ou que os homens e mulheres -- ou alguns deles -- se auto-qualificassem cidadãos livres ao ponto de comparecerem em uma reunião do colégio de eleitores, se fizesse ouvir ou até exigissem direitos de participação política.

É interessante não perder de vista este exemplo, e ter em mente que há outros semelhantes. Por exemplo, uma carta narra que no dia 26 de fevereiro de 1822, na cidade do Rio de Janeiro, um "Cidadão" falou [isto é, fez discurso] em praça pública "Nós somos filhos da Liberdade: a Santa Constituição nos acalenta em seu seio"²⁰.

Mais inusitada é a descrição do jornal português *Astro da Lusitânia*. O jornal descreve a "sediça cantilena" que teria ocorrido na cidade de Piracatu, Pernambuco, onde

¹⁹ Carta de Feliciano Nunes Pires, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 5, 15 de abril de 1822, p. 19 e 20.

²⁰ Carta de Hum Aventureiro. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 18, 30 de abril de 1822, p. 71 (original não grifado).

"malditos palradores" bradavam: "Cortes Novas = Cortes Novas = e logo outro repinicava = Mi-nis-té-ri-o no-vo = Mi-nis-té-ri-o no-vo. ="²¹.

Neste ínterim João Soares Lisboa recebeu informações de que se publicava, em São Paulo, pasquins sobre um "Partido Paulistano". João Soares Lisboa diz ignorá-lo, não entendendo de que se trata. Porém, foram presas várias pessoas, autores das "doutrinas de taberna"²².

João Soares Lisboa também observa que os "concidadãos", "desejosos de possuir a liberdade legal, e o temor de perdê-la", têm encontrado um obstáculo:

"... ouvem falar em um Partido Republicano, desejam conhecê-lo, para destruí-lo; oculta é a mina, e a sua explosão pode ser fatal ...; eles temem que se propague a doutrina dos Anarquistas, aqueles que inculcam ser impossível continuar por mais tempo a união entre Portugal e o Brasil. ...

A Nação reassumindo a Soberania delegou seus poderes em seus representantes, mas a Soberana Assembléia [de Lisboa] está defeituosa, por que está incompleta; é este o mal que vos cumpre remediar. Não é vociferando contra o Soberano Congresso, como indiscretamente alguns têm feito, que se dá remédio ao dano que teve origem na maldade do sempre detestável ministério do proscrito Governo Absoluto: aquela Soberana Assembléia não é uma = *Facção* = é legalmente constituída, só lhe falta o complemento de sua totalidade; é inegável que erraram na legislação de setembro, ... [pois] chamaram as suas partes integrantes *províncias de Portugal!* ..." ²³.

²¹ Extrato do *Astro da Lusitânia* de 10 de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 65, 2 de julho de 1822, p. 273.

²² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 13, 24 de abril de 1822, p. 49.

²³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 16, 27 de abril de 1822, p. 65 (grifado no original).

João Soares Lisboa publica uma "*Circular aos Eleitores Paroquiais desta Província*" [do Rio de Janeiro], assinada pelo príncipe regente, de 12 de abril de 1822, que adiava até segunda ordem a reunião que ocorreria em 18 de abril. A reunião dos eleitores paroquiais iria, provavelmente, eleger os Procuradores Gerais da província do Rio de Janeiro. Ao comentá-la, João Soares Lisboa diz que pouparia os eleitores das pretensões dos projetistas em questão, "...contanto que se desviem dos clubs extramuros, e que se lembrem que o Soberano Povo pode, quer, e manda o que tem mandado, senão..."²⁴. João Soares Lisboa argumenta que o príncipe regente não possuía legitimidade para "dissolver" a Junta de Eleitores. "Todos sabem que aquele decreto [*a Circular*] considerado como dimanação a vontade do nosso Regente é nulo, por que ele não tem Poderes Legislativos ...". Uma vez que na reunião dos eleitores residia a própria soberania da Constituinte, a *Circular* do regente excedeu em legitimidade ao Soberano Congresso de Lisboa. Para João Soares o príncipe não podia legislar, pois esta não era uma atribuição do chefe do poder executivo. D. João VI, ao "... retirar-se para Lisboa (Deus lhe perdoe essa....) ...", não possuía poderes Legislativos para os delegar ao príncipe. E quando as Cortes decretaram a retirada do regente, o príncipe ficou sem poderes. No entretanto, quando "O Soberano Povo de três províncias, reconhecendo os gravíssimos prejuízos que lhe resultavam da falta de um centro de poder ...", representaram a permanência do príncipe, este viu-se "... investido de novos, e legítimos poderes pelo Soberano Povo, ... que lhe delegou o poder ..." ²⁵. No mesmo ato o povo autorizou a

²⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 7, 17 de abril de 1822, p. 27.

²⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 7, 17 de abril de 1822, p. 25, 26, 27, 28.

reunião do Conselho de Procuradores Gerais para que o regente desempenhasse suas funções.

Aliás, sobre esse episódio, o leitor F. G. R. informa que o adiamento ("Não ousei dizer..." [dissolução?]), até 1º de junho, da Reunião do Colégio Eleitoral ou dos "Eleitores do primeiro Colégio" da Corte, para escolher os Procuradores, fez barulho. Isto porque, segundo F. G. R., "...Correu voz, que um dos Membros pretendia obstar aquela votação, e até congregá-la partido..."²⁶.

Ora, este fato é confirmado pelo advogado de defesa no *Processo dos cidadãos* ..., Sr. Joaquim Gaspar de Almeida, que informa que Luís Pereira da Nóbrega fora acusado por haver repreendido a testemunha 1, Theodoro Fernandes Gama, por ele "ter delatado" que se pretendia uma "Bernarda" contra o ministro José Bonifácio²⁷. Tal denúncia fez José Bonifácio "... adiar as Eleições dos Procuradores Gerais das Províncias, e despedia os Eleitores depois de convocados"²⁸.

Enfim, o leitor F. G. R. informa ainda que o "Povo" lembrou-se que aquele "membro", que pretendia obstar a votação dos Eleitores Paroquiais, recusou-se a assinar a "Representação" de 9 janeiro. Algum tempo depois, prossegue o leitor F. G. R., quando houve um jantar na freguesia da Ilha do Governador, o dito sujeito, autor de um *Protesto*, "que não se leu no Colégio" [Eleitoral], improvisou versos,

²⁶ Carta de F. G. R., de 23 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 135, 24 de setembro de 1822, p. 606.

²⁷ Cf. "Defesa", do advogado Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 77.

²⁸ Impressor, nota 132. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 77.

mas só falou das Cortes de Lisboa. Quando do brinde ao "Defensor perpetuo", não se levantou, nem fez o brinde²⁹.

(Ou seja, este leitor está insinuando que o personagem mencionado é provavelmente José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, autor do *Protesto contra a Junta Paroquial da Freguesia de São José*).

Porém, o leitor F. G. R., que diz que a liberdade de imprensa é o baluarte da "liberdade pública" e do "Tribunal da Opinião Publica"³⁰, foi contestado pelo vigário da Ilha do Governador, Manoel de Santa Anna Macedo, que se dizia caluniado³¹.

Enfim, contrariando alguns jornais como a *Gazeta* [do Rio de Janeiro], João Soares Lisboa insiste em lembrar que a soberania se pode delegar, mas não alienar, conforme já se havia estabelecido nas "*Bases da Constituição Portuguesa*"³², em junho de 1821.

No dia 22 de abril de 1822 transcorreu o primeiro aniversário do confronto entre tropas e eleitores paroquiais na praça do Comércio do Rio de Janeiro. Depois de fazer algumas reflexões sobre os trágicos acontecimentos do dia 22 de abril do ano anterior, João Soares Lisboa escreve: "Precisamos já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes"³³.

²⁹ Carta de F. G. R., de 23 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 135, 24 de setembro de 1822, p. 606.

³⁰ Carta de F. G. R., de 23 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 135, 24 de setembro de 1822, p. 605 (original não grifado).

³¹ Ver carta do vigário Manoel de Santa Anna Macedo, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 148, 9 de outubro de 1822, p. 666.

³² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 22, 4 de maio de 1822, p. 87 e seg.

³³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 11, 22 de abril de 1822, p. 44.

Era a primeira vez que aparecia publicamente a idéia da necessidade de se estabelecer, no próprio território do Brasil, uma Constituinte. Assim João Soares Lisboa se lembraria deste número do *Correio do Rio de Janeiro*, fato que não deixa de provocar algumas polêmicas. Foi "aqui", escreverá João Soares Lisboa, a primeira vez em público que o "grito de Cortes no Brasil"³⁴ apareceu. Para João Soares Lisboa, uma "Constituinte, ou Novo Pacto Social do Reino Unido"³⁵ era o única meio de manter a união do Império luso-brasileiro. A Constituição que as Cortes de Lisboa fizessem deveria "*ser revista e corrigida por nova Legislativa*"³⁶ no Brasil.

"enfim, concluída a Lei fundamental, ou Novo Pacto Social, em pleno Senado europeu e brasileiro, para evitar toda a suspeita e desmembração, e ciúme de liberdade; separem-se os deputados do Brasil para o lugar que se destine ser o centro da *Representação* do Brasil, e ali tratarão de fazer todas as Leis regulamentares e orgânicas, atendendo as localidades e cômodos de seus Constituintes; o mesmo farão os deputados de Portugal ..."³⁷.

Para exercerem o poder de Veto, conferido pelo Artigo 21 das "*Bases*", os brasileiros deveriam nomear "... novos representantes, a que chamamos Cortes Brasilianas, para que reunidas com as Lusitanas, revejam o novo Pacto Social, e o reformem naquilo que julgarem conveniente aos interesses

³⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 69, 6 de junho de 1822, p. 292.

³⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 21, 3 de maio de 1822, p. 85.

³⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 16, 27 de abril de 1822, p. 63 (original em itálico).

³⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 16, 27 de abril de 1822, p. 63.

gerais do Reino luso-brasílico, ou Império brasílico-lusitano"³⁸.

Hipólito José da Costa, pensando na recente tentativa de mudar o governo no Brasil, em 9 de janeiro de 1822, diz que o Brasil não deveria "... romper a sua união [com Portugal], senão quando vir que aquela parte da Nação, aonde existe o Governo Geral e comum, não quer absolutamente atender ao que a outra parte (e a mais importante) exige com razão". Hipólito José da Costa baseia-se na concepção de que política é a arte da justiça, a ciência de conhecer quando convém usar dos direitos. Hipólito José da Costa defende "Uma Representação nacional junta no Brasil ..."³⁹.

Hipólito José da Costa afirma que o "*Relatório da Comissão dos Doze*", das Cortes de Lisboa, pretendia criar um ou dois centros de poder executivo no Brasil. Para quem uma só delegação era impossível, os deputados de Lisboa diziam agora haver encontrado o remédio contra esta "sizania" de discórdia civil. Para Hipólito José da Costa, se o Brasil tiver que continuar unido com o Reino Português, dever-se-ia chamar uma deputação de todas as províncias em lugar central, uma "Representação central do Brasil", a "reunião de uma Deputação dos Povos do Brasil"⁴⁰. Para Hipólito José da Costa, as Cortes de Lisboa, e o próprio governo, agiam contrariamente à união dos dois Reinos. Hipólito José da Costa conta que uma carta

³⁸ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 21, 3 de maio de 1822, p. 85 (original não grifado).

³⁹ Extrato de Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 66, 3 julho de 1822, p. 279.

⁴⁰ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 66, 3 julho de 1822, p. 271 (há erro de paginação. O número correto seria 280).

de D. Pedro sobre negócio do Brasil destinada ao Rei, foi remetida para as Cortes pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Talvez seja "em símbolo uma profecia"⁴¹ do ministro, conclui.

João Soares Lisboa trata de problemas jurídicos sobre as "Cortes Brasileiras", o "Reino luso-brasiliano, ou Império brasílico-lusitano", para dizer que o zelo dos brasileiros pela liberdade seria dispensado, se as Cortes de Lisboa modificassem um único artigo na Constituição: uma lei que estabelecesse que a sede da Monarquia se mudaria para o Brasil, assim que D. João VI falecesse. "Cortes no Brasil" significavam o país se sustentar como reino, e não como "Província de Ultramar"⁴².

Tanto para João Soares Lisboa quanto para Hipólito José da Costa a idéia de uma Constituinte no Brasil também vai surgindo como a forma adequada de se evitar a desmembração e o separatismo entre as várias províncias.

"... Não é da nossa mente pugnar pela reunião de Cortes no Brasil, para estabelecer um cisma político entre os portugueses dos dois Reinos; o contrário pretendemos nós, e é evitar a suspeita de *prematura cisão*. ... Pedimos, e não cessaremos de pedir Cortes no Brasil, para seus deputados representarem ao Soberano congresso, que se acham autorizados por seus Constituintes a sustentar os direitos do Brasil, como Reino, e não como Províncias do Ultramar. ... [Ou seja,] por morte d'El-Rei o Sr. D. João VI, teremos na mesma Pessoa do nosso regente o legítimo Rei, que delegará o poder Executivo, a favor de Portugal, em quem decretarem as Cortes. ..."⁴³

⁴¹ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense", abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 67, 4 de julho de 1822, p. 284.

⁴² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 21, 3 de maio de 1822, p. 85, 86.

⁴³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 21, 3 de maio de 1822, p. 85-86.

Na noite de 4 de maio de 1822, ocorreram festejos no Rio de Janeiro com a publicação do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*", que havia sido apresentado ao Soberano Congresso de Lisboa em 18 de março. João Soares Lisboa não via motivos para a alegria, e elogia a atitude do príncipe regente, que se retirou da cidade. Para João Soares Lisboa, o intuito de afastar o regente era desejo de "um infame partido de Anarquistas, que se dizem Republicanos, e que espalhado pelo Brasil..." procura difundir a desconfiança recíproca. Querem levantar o "...grito de independência Democrática, contra a vontade geral de todos os sensatos portugueses, que só querem a monarquia constitucional, com igualdade de Direitos, Regalias, e Representações"⁴⁴.

João Soares Lisboa dedica-se, então, a analisar o "*Parecer*" da "*Comissão Especial dos Negócios do Brasil*". O "*Parecer*" acusa diretamente Pernambuco, cujos "Ofícios da Junta" mostram fraqueza de lealdade ao príncipe, fato que João Soares Lisboa duvida. O *Parecer* também denuncia os escritores venais brasileiros, e João Soares Lisboa diz ignorá-los, a exceção do redator do jornal *Semanário Cívico*, da Bahia. João Soares Lisboa observa que, pelos "princípios liberais de igualdade", o Congresso e os brasileiros desejam união. Mas os atos "despóticos" dos decretos de setembro de 1821, a extinção dos Tribunais do Rio de Janeiro, a nomeação dos governadores das armas, a nomeação de funcionários para o Brasil, a exigência de retorno do príncipe, o envio de tropas, além do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*", provocavam a desconfianças dos brasileiros. As informações dos governos

⁴⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 25, 8 de maio de 1822, p. 100 (original não grifado).

facciosos da Bahia e de Pernambuco eram falsas. Como não havia liberdade de imprensa, as cartas dos particulares confundiam-se com a dos "Anarquistas". A liberdade de imprensa começara em junho de 1821. Contudo, opina João Soares Lisboa, "escritos incendiários e liberais" impossibilitam o verdadeiro conhecimento da verdadeira opinião pública, não havendo "folhas publicas acreditadas"⁴⁵.

Para João Soares Lisboa, "O Soberano Povo do Brasil não tem a culpa que lhe querem imputar os Srs. da Comissão, salvo se é culpa não ser revolucionário". João Soares Lisboa denuncia que os "áulicos", após a reforma ministerial de D. João VI, no Brasil, retardaram as eleições de março até setembro 1821, esperando aniquilar o Congresso de Lisboa. Eles agiram da mesma forma quando D. João VI chegou a Portugal. João Soares Lisboa chama a atenção para a violência e o despotismo do ministério do Rio de Janeiro, para dizer que "...Os Povos nunca tem culpa, nem mesmo das revoluções, porque eles não as fazem senão movidos pela prevaricação dos que os governam"⁴⁶.

João Soares Lisboa pede que se reflita sobre o termo "Sistema europeu", utilizado no "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*". Apesar de Lisboa ser o centro do poder, os representantes do Brasil sempre eram vencidos nas votações. João Soares Lisboa observa que se a Bahia pediu tropas, porém, Pernambuco e Rio de Janeiro não as haviam pedido. Nas Cortes de Lisboa, ao contrário, não se deu ouvidos as oposições dos deputados de Pernambuco. Mas, "...quando em Pernambuco se fez em 1817, uma coisa a

⁴⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 25, 8 de maio de 1822, p. 101, 102.

⁴⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 26, 9 de maio de 1822, p. 103, 104 (original não grifado).

que se deu o mesmo nome que em Lisboa a outra igual, e no mesmo tempo feita, não foram necessárias tropas lusas ..."⁴⁷.

Aliás, Hipólito José da Costa já havia sugerido a extinção do Exército de Primeira Linha. Foi ele, principalmente português, o autor das desordens em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Hipólito José da Costa defendia a sua extinção "porque a Lei, e não a força deve reger os Povos"⁴⁸. Mas as Cortes sequer confirmam a retirada das tropas, diz João Soares Lisboa. De nada estava adiantando os reclamos de Pernambuco, nem mesmo os direitos de "... liberdade, que a natureza concedeu a todos os homens com igualdade"⁴⁹? Ao contrário, João Soares Lisboa diz que o *Times*, de Londres, e o *Courier*, de Paris, haviam publicado documentos que comprovavam a proibição, do Cônsul Geral português, Antônio Lopes da Cunha, do embarque de artefatos militares em navios Ingleses⁵⁰.

João Soares Lisboa critica o "*Parecer*" da "*Comissão Especial dos Negócios do Brasil*" dizendo que a "liberdade legal", e a dignidade nacional, é o que mais os brasileiros precisavam. Para João Soares Lisboa aumentavam o "azedume" da situação as nomeações de governadores das armas⁵¹, dos

⁴⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 26, 9 de maio de 1822, p. 106.

⁴⁸ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 69, 6 julho de 1822, p. 293.

⁴⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 110 (original não grifado).

⁵⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 111.

⁵¹ Quando "... chegaram os decretos [de setembro de 1821] já não existia senão um governador general (o da província do Rio Grande) e os habitantes mais sensatos daquela província estavam satisfeitos com o seu procedimento ao ponto de o nomearem presidente do governo". João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 26, 9 de maio de 1822, p. 105-106.

agentes diplomáticos, e a escolha interina de Conselheiros de Estado, nomeações que as Cortes de Lisboa mandavam para o Brasil⁵². João Soares Lisboa diz que não conhecia diferenças entre um português nascido neste ou em outro hemisfério, a não ser os espúrios. Contudo, o Congresso, ao duvidar do reembolso de capital dos brasileiros credores do Banco do Brasil (e não dos portugueses) fez famílias honestas, da "choupana até o Sólido... abismar na mais abjeta indigência"⁵³. Fato confirmado por Hipólito José da Costa, para quem as Cortes classificam a dívida, mas não pagam⁵⁴ o golpe contra o Banco do Brasil. Ao anular a dívida de Portugal com o Banco, "...O Soberano Congresso não podia acelerar melhor uma revolução no Rio de Janeiro ..."⁵⁵. Para João Soares Lisboa, se deveria cessar a remessa de verbas para Portugal.

João Soares Lisboa fala em "zizania" e "imposantes" ao criticar o artigo 10 do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*", onde se previa a divisão do Brasil em dois centros de poder, idéia originariamente requerida pela província da Bahia. Para João Soares Lisboa, "...o que pretende o Brasil em geral, e particularmente as cinco Províncias do Sul, é pugnar por seus naturais direitos de Soberania..."⁵⁶.

⁵² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 26, 9 de maio de 1822, p. 106.

⁵³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 109. Ver também p. 107.

⁵⁴ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 68, 5 julho de 1822, p. 288.

⁵⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 109 (original não grifado).

⁵⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 110, 111.

João Soares Lisboa não duvidava, contudo, que fôra um "partido democrático" quem dera início à "regeneração" portuguesa, contra a aristocrática "oligarquia passada". Para João Soares Lisboa, havia uma dívida para com os Legisladores de Cádiz, criadores da chave para sustentar a Representação Nacional. Porque a "monarquia constitucional Hereditária com Leis fundamentais Decretadas pela Nação"⁵⁷ era o melhor sistema de governo.

Por 92 votos contra 22 julgou-se, finalmente, o "adiantamento" do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*". Determinou-se também que "se mandasse formar culpa aos membros da Junta do Governo de S. Paulo", "sem demora". Isto porque um deputados dizia, por exemplo, que o parecer da Comissão era "*centelhas de facção*".⁵⁸

Segundo o *Diário do Governo* [de Portugal], dois documentos haviam influído as sugestões do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*": a "*Representação* [da Junta de governo] de São Paulo", e a "*Representação* do Juiz de Fora [e do Senado da Câmara] do Rio de Janeiro". Ou seja, depois do descumprimento da ordem de regresso do príncipe regente, em Lisboa comentava-se o "sistema de separação"⁵⁹ incrustado no governo brasileiro. O jornal português *Astro da Lusitânia* dizia que "Uma não pequena parte da Corte", formada por áulicos e aristocratas europeus residentes no Rio de Janeiro, e caprichosos de desejos e luxo asiático, fundavam suas esperanças e o

⁵⁷ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 27, 10 de maio de 1822, p. 111.

⁵⁸ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 46, 4 de junho de 1822, p. 186.

⁵⁹ Citado pelo *Diário do Governo de Portugal*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 44, 1 de junho de 1822, p. 177.

sistema da separação em D. Pedro⁶⁰. O deputado Pereira do Carmo dizia ter medo "de que demos enfim aos inimigos do sistema representativo esta arma terrível = no tempo do despotismo tão caluniado conservou-se inteira a Monarquia: chegou a decantada liberdade constitucional, e de repente fez-se em pedaços o Império Lusitano ="⁶¹.

Um deputado do Brasil, cujo nome não foi revelado, dizia em uma carta que o *Diário do Governo* [de Portugal] vinha qualificando o governo de São Paulo de "rebelde", desde que os membros do governo paulista dirigiram a S.A.R a carta [a "*Representação*"] para que não se retirasse do Brasil⁶²:

Desde aquela carta, "... tem sido tal a dissensão entre europeus e brasileiros, que já escandaliza ao Público; apenas se fala no Brasil imediatamente acende-se o ódio de uns e de outros; ... A cidade [Lisboa] está dividida em partidos; a população está atrevida, e insulta até por escrito, sendo mais notável o *Exame crítico* que se distribuiu com os deputados no mesmo Congresso. Na sala das Cortes apareceu anteontem um pasquim impresso, e muitos pela cidade em que se dizia que: 'A nação pede a cabeça dos deputados de Pernambuco, de Antônio Carlos, e de todos os mais brasileiros, excetuando somente o padre Marcos, deputado da Bahia' "⁶³.

⁶⁰ Cf. extrato do *Astro da Lusitânia*, de Portugal. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 41, 29 de maio de 1822, p. 166.

⁶¹ Citado pelo *Diário do Governo de Portugal*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 44, 1 de junho de 1822, p. 177.

⁶² Cf. extrato de carta de um deputado do Brasil. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 41, 29 de maio de 1822, p. 159 (há erro de paginação).

⁶³ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 41, 29 de maio de 1822, p. 168 (Erro de paginação, aqui corrigido). (original não grifado).

Essa carta, de um deputado do Brasil, talvez tenha difundido um certo mal estar entre alguns leitores do Rio de Janeiro. Porque João Soares Lisboa informa que "Pessoas manhosas, ou escrupulosas", comentaram que tratava-se de uma carta forjada. Como "Escritor, e como cidadão"⁶⁴, João Soares Lisboa diz que não necessitava de meios infames e indignos para defender a causa da justiça do Brasil. Convida para que se certificasse a veracidade da carta na Imprensa de Silva Porto, e Companhia.

A "*Representação de São Paulo*" ganhou destaque na imprensa de Portugal, sendo inclusive publicada no *Diário do Governo* português. Contudo, na sessão de 6 de março, das Cortes de Lisboa, as instruções especiais da província de São Paulo sequer foram lidas perante os deputados, sob o argumento de que seus pontos já se haviam decidido. E, na segunda quinzena do mês de março, quando se começou a debater o "*Relatório da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*", o deputado Vergueiro foi o único a defender São Paulo⁶⁵.

Em uma carta de Lisboa, datada de 31 de março de 1822, um leitor escreve que desde a carta [a "*Representação*"] vinda de São Paulo, e das notícias de que Pernambuco havia expulsado a tropa de Portugal que para lá tinha ido, em Lisboa havia toda qualidade de conversa⁶⁶. A carta de um outro leitor, sob o pseudônimo *brasilicoluso Africanoço Indo &c*, informa que a leitura da "primeira carta" [a

⁶⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 45, 3 de junho de 1822, p. 184 (original não grifado). (No original, há erro no mês, aqui corrigido).

⁶⁵ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 66, 3 julho de 1822, p. 271 (Há erro de paginação).

⁶⁶ Cf. carta anônima, de Lisboa, 31 de março de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 43, 31 de maio de 1822, p. 176. (No original, há erro no dia, aqui corrigido).

"Representação"] de São Paulo, nas Cortes de Lisboa, havia provocado grande alarido. Repreendeu-se o Secretário por não ter exigido sessão secreta, que evitaria a leitura "casualmente em público" ⁶⁷.

Em uma carta escrita em Lisboa, em 28 de março, e publicada no jornal *Astro da Lusitânia*, *Um português verdadeiro* critica a carta [a "Representação" da Junta de Governo] de São Paulo. Para o autor da carta, J. B. de Andrada era o responsável pela insubordinação da Junta de São Paulo, e pela rebelião junto ao príncipe. A carta também censura o exame crítico do "*Parecer da Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil*", dizendo que o descontentamento expresso pelas províncias do Sul, assemelhavam-se ao sentimento reinante em Pernambuco. *Um português verdadeiro* afirma que em Pernambuco os homens livres, de cor, eram industriais. Para o autor da carta, no Brasil, a conciliação entre brancos, mulatos e negros livres era possível. Pois o percentual dos homens de cor livre no Brasil era maior do que o existente em St. Domingo. Para *Um português verdadeiro*, toda ordem social baseava-se na liberdade, nos "direitos do homem, e Cidadão ao alcance do rude e do civilizado" ⁶⁸.

Ainda sobre a "Representação de São Paulo", o redator do jornal *Astro da Lusitânia* critica a possibilidade de o "*Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil*" "... ter dado todo o peso à chamada *Representação de S. Paulo* ...". Para o redator do *Astro da Lusitânia*, a "Representação" da Junta de governo de São Paulo é um "...

⁶⁷ Citado em carta do leitor *Brasilicoluso Africano Indo &c.* In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 42, 30 de maio de 1822, p. 172 (original não grifado).

⁶⁸ Citado pelo *Astro da Lusitânia*, jornal português. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 76, 15 de julho de 1822, p. 323, 324, 325, 326.

escrito particular, isto é, a exposição da facção áulico-européia no Rio de Janeiro, combinada com J. B. em S. Paulo, e de nenhum modo a expressão da vontade da população da província de S. Paulo"⁶⁹.

O redator do *Astro da Lusitânia* prossegue sua crítica ao pseudo-denominado escritor J. B. da R. [Provável referência a José Bonifácio de Andrada e Silva]. O redator do *Astro da Lusitânia* diz: "... desgraçadamente, sou brasileiro, isto é, índio, Gentio, bárbaro, botecudo, &c ...", para poder considerar duas acepções de liberdade de J. B. da R. Primeiramente, "Como seria possível saber-se no Brasil que J. J. Rousseau ensinara = que a Liberdade é santa e altiva, custosa e terrível = que instruídos por este Oráculo da Sabedoria, devêssemos temê-la muito mais que a escravidão!" Em segundo lugar, o redator do *Astro da Lusitânia* diz que J.B da R. ensinou que "Deve temer-se a Liberdade". Ou seja, para o redator do *Astro da Lusitânia*, o "*Manifesto de S. Paulo*" foi redigido por "homens desonrados por crimes, e perfídias". Pois o Brasil não tinha razão em suas queixas, pois era um país pobre, fraco e mal educado. Sendo os brasileiros vaidosos, altivos e inimigos dos europeus. "Portugal perdendo o Brasil nada perde, antes ganha; porquanto fica aliviado de carregá-lo às costas ...". Ou seja, ainda que seja "...fama, que este é o celebrado século das luzes...", o problema é que o Brasil esta "enterrado no meio de sobeja povoação Africana ... [que pode provocar] a terrível tragédia dos espártacos de S. Domingos". O olhar do redator do *Astro da Lusitânia* vê o medo da desordem da revolução no país afro-escravista:

⁶⁹ Extrato do *Astro da Lusitânia*, número 37. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 41, 29 de maio de 1822, p. 166.

São palavras do redator do *Astro da Lusitânia*: "...Os pretinhos... forte desgraça"⁷⁰.

O redator do *Astro da Lusitânia* informa que, no debate que se seguiu à leitura da "Representação" da Junta de governo de São Paulo, o deputado F. Thomaz afirmou: "Adeus Sr. Brasil..."⁷¹.

CONSTITUINTE E ELEIÇÕES DIRETAS

Em 10 de maio de 1822 novamente João Soares Lisboa defendeu a convocação de um "Soberano Congresso brasileiro", com as seguintes palavras:

"O Soberano Congresso Brasiliense entrará em negociações com o Soberano Congresso Luso, e longe de pretender domínio, ou superioridade sobre Portugal, lhe oferecerá aquilo mesmo, que este agora lhe denega. Que o Brasil pode estabelecer a sua independência, não só política, mas até comercial, sem relações com Portugal, é evidentíssimo, mas será airoso tal fazer? Os portugueses do Brasil podem lavar-se da nódoa de ingratos desamparando a mãe-pátria e a seus irmãos, abandonando-a à ilusão de seus mal fundados caprichos? Porque o Brasil é mais rico, mais poderoso há de obrar indignamente com seus irmãos, porque eles se acham preocupados? Assim como julgamos não haver no Brasil português tão ordinário, desgraçado, e infame, que prefira ser escravo de seus irmãos de Portugal, a ser seu igual, também julgamos não o haver tão vil, e covarde, que queira valer-se da fraqueza febril, em que se acham os mesmos seus irmãos, e desampará-los. ... Antes morto que escravo; porém é elevação da alma perdoar ofensas, e repetiremos as palavras da Comissão [especial dos negócios políticos do Brasil] =

⁷⁰ Cf. extrato do *Astro da Lusitânia*, número 43. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 42, 30 de maio de 1822, p. 169, 170, 171 (original não grifado).

⁷¹ Citado pelo redator do *Astro da Lusitânia*, número 43. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 42, 30 de maio de 1822, p. 171.

Diferenças entre irmãos podem admitir expostulações amigáveis, mas nunca azedume decidido =.

Lembramos a nossos leitores em o n° 11 deste periódico quanto eram perigosos, tumultos populares, e pedimos Cortes. Mostramos em o n° 16 que podia o Soberano Congresso iludir a pretensão do Brasil; verificou-se no Parecer da *Comissão*; no mesmo n° 16 falamos de um artigo adicional, para depois ser discutido; teve a *Comissão* o mesmo sentimento, com a diferença de querer a discussão feita pelos atuais deputados, e nós por outros, e para isso pedíamos Cortes. Provamos em o n° 21 a nulidade do Juramento Promissório, de que se quer ainda servir a *Comissão*, para se dispensar do Veto do Brasil, (não falam no Juramento das "Bases" porque as tem infringido mais de uma vez) e como único remédio a tantas dúvidas, e a tantos males, pedimos Cortes; e porque julgamos que delas depende salvar-se a nação com dignidade, e união, repetiremos sem cessar Cortes, Cortes, até que no Brasil hajam Cortes"⁷².

No dia 18 de maio de 1822, João Soares Lisboa informou a seus leitores que ele tinha sido convidado, por Joaquim Gonçalves Ledo e por José Clemente Pereira, para conjuntamente redigirem uma *Representação* sobre "Cortes Brasilianas" ou "Assembléia Geral Representativa". No jornal daquele 18 de maio João Soares Lisboa publicou o fruto deste trabalho conjunto. Tratavam-se dos "...artigos [da "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*"] que se redigiram para serem examinados e assinados pelo Soberano Povo desta cidade"⁷³.

Essa informação foi fornecida pelo próprio João Soares Lisboa, que acrescentou ainda haverem "...vários assistentes que não quiseram tomar parte ativa da empresa, que muita gente julgava arriscada e de tristes

⁷² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 27, 10 de maio de 1822, p. 112.

⁷³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 33, 18 de maio de 1822, p. 133 (não grifado no original).

conseqüências"⁷⁴. Contudo, pelo menos seis pessoas haviam participado diretamente da empreitada de escrever uma "Representação". São os seguintes os seis redatores da "Representação", em ordem de importância segundo João Soares Lisboa: primeiramente, o jornalista Joaquim Gonçalves Ledo. Em segundo lugar, o desembargador e Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira. Em terceiro lugar, o padre, jornalista e professor de filosofia Januário da Cunha Barbosa. Em quarto, o padre Antônio João Lessa. Em quinto, o próprio João Soares Lisboa. E, em sexto lugar, o desembargador Bernardo José da Gama.

A idéia de uma "Petição" era semelhante àquela encabeçada pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro no início do ano, quando foram colhidas 9 mil assinaturas em poucos dias. O fato do presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, ajudar a escrever a "Representação" conferia-lhe peso e seriedade. A novidade agora ficava para o uso da imprensa, já que em janeiro nem o *Revérbero Constitucional Fluminense* havia participado.

João Soares Lisboa convidava o "Cidadão" para ir à Tipografia Silva Porto assinar a "Representação", cujos oito itens solicitava 1º) uma "Assembléia Geral das Províncias" com no mínimo cem deputados, 2º) com sessões públicas. O objetivo das "Cortes Brasilianas" era preservar a "união" do Reino Português em "justas condições", através de 3º) alterações, reformas e emendas à Constituição das Cortes de Lisboa. 4º) As "Cortes Brasilianas exerceriam o poder legislador. 5º) A "Assembléia Geral das Províncias" poderia instalar-se com 2/3 do número total dos deputados. 6º) Quanto às "províncias do Brasil ainda não coligadas",

⁷⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254.

estabelecia-se o artigo 21 da "Bases". 7º) A Assembléia tratará da união com Portugal. 8º) O lugar de seu funcionamento seria a "Sede da Soberania do Brasil"⁷⁵ (Ver Anexo I).

Mas havia mais uma reivindicação ainda mais polêmicas. João Soares Lisboa argumentava que o sistema eleitoral que vinha sendo praticado, em três níveis de qualidade do voto (Povo -> novos eleitores paróquia -> deputados) não era adequado. João Soares Lisboa publica nas folhas restantes do *Correio do Rio de Janeiro* de 18 de maio de 1822, extratos dos debates sobre sistema eleitoral transcorrido nas Cortes de Lisboa, com argumentos favoráveis e contrários ao voto direto. O sistema eleitoral direto já havia sido, então, estabelecido pelas Cortes de Lisboa por 66 contra 29 votos, para a futura Constituição Portuguesa.

Dois dias depois, contudo, João Soares Lisboa anunciou a retirada da palavra "diretamente" dos artigos da "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*"⁷⁶. Dada a complexidade do sistema eleitoral de então, a proposta de voto direto de João Soares Lisboa foi assim esclarecida. Segundo pensava João Soares Lisboa, em cada "freguesia" da província cada cidadão nomearia logo quantos deputados quantos devem representar a província, sejam ou não seus "paroquianos". Assim, as nomeações seriam feitas em listas por cada "Freguesia", em sessões "públicas e permanentes". A apuração dos votos, publicados em uma lista, seria recolhida à capital da província. Onde, então, seria formada uma lista geral, igualmente através de sessão

⁷⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 33, 18 de maio de 1822, p. 134 (não grifado no original).

⁷⁶ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 34, 20 de maio de 1822, p. 140.

pública e permanente. E, aquele número dado de "Cidadãos" que reunissem maior quantidade de votos, ficariam desde logo sendo deputados⁷⁷.

No dia 21 de maio, João Soares Lisboa enfrentou, então, a primeira contestação pública às suas idéias. A carta de *O Constitucional Regenerado*, integralmente publicada no *Correio do Rio de Janeiro*, contestava o sistema eleitoral direto. Dito com outras palavras, o leitor *O Constitucional Regenerado* defendia eleições indiretas por eleitores paroquiais. Em sua carta, *O Constitucional Regenerado* explicava-se dizendo que o povo devia elaborar listas com nome de certo número de pessoas da sua paróquia. A maioria, então, comporia o corpo de eleitores. Tais "Eleitores" se reuniriam com os eleitores das outras paróquias, para elegerem os deputados⁷⁸. João Soares Lisboa procura mostrar o difícil funcionamento dessa complexa nomeação indireta: compromissários indicariam eleitores, e os quinze eleitores mais votados elegeriam cinco deputados.

A QUADRADURA DO CÍRCULO

O leitor *O Constitucional Regenerado* havia citado a seguinte máxima de "Burker" [Edmund Burke]: "Néscios corridos, onde anjos passarão". Assim o leitor expressou sua opinião sobre as idéias de João Soares Lisboa. Em 23 de maio, João Soares Lisboa respondeu dizendo que a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", e os "bons

⁷⁷ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 35, 21 de maio de 1822, p. 141, 142.

⁷⁸ Cf. Carta de *O Constitucional Regenerado*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 35, 21 de maio de 1822, p. 142.

cidadãos", "só querem justa reforma, e não revolução". João Soares Lisboa pergunta qual a maneira de "reunir no Brasil a Soberania Brasiliense, única tábua de salvação em que possa escapar do naufrágio, a categoria de Reino do Brasil, e a integridade do Reino Unido?". Pois soberania é a união de todos portugueses em ambos hemisférios. "Burke", diz João Soares Lisboa, é "famoso Parlamentário do Senado Britânico, na sua Obra [*Reflexões sobre a Revolução Francesa*] contra a Revolução Francesa"⁷⁹.

O debate público nos dias 21 e 23 de maio de 1822, travado entre João Soares Lisboa e o seu leitor, de pseudônimo *O Constitucional Regenerado*, passaria como uma discussão de idéias como outra qualquer, não fosse a sua importância, e a delicada situação pela qual o país atravessava desde que se iniciara a campanha pró-Constituinte, com voto direto. João Soares Lisboa informa que *O Constitucional Regenerado* é escritor e sábio muito conhecido na "Republica Literária". É autor das *Reclamação do Brasil Parte XIII* e dos versinhos do *Poeta de Minas*. Ou seja, a carta publicada no *Correio do Rio de Janeiro* era de ninguém menos que José da Silva Lisboa. Ele mesmo, o futuro Visconde de Cairu. O velho Lisboa, respeitado professor de filosofia, primeiro tradutor de Adam Smith e Edmund Burke, o economista liberal que convenceu D. João VI a abrir os portos do Brasil ao mercado mundial, jornalista, Conselheiro do príncipe regente, político, futuro deputado entre 1823 e 1830, influentíssimo historiador, e futuro Visconde.

Todo esse início de quiproquó foi publicado no *Correio do Rio de Janeiro* do dia 23 de maio. Na véspera, no dia 22 de maio de 1822, havia sido concluído o recolhimento de

⁷⁹ João Soares Lisboa. *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 1, 23 de maio de 1822, s/p.

assinaturas da "Representação do Povo do Rio de Janeiro". Contavam-se seis mil assinaturas, colhidas em cinco dias. Em carta, O anônimo informava que a maior parte das assinaturas que compunham a "Representação" eram favoráveis às eleições diretas. Havia algumas em branco, e poucos pela indiretas⁸⁰.

No dia 23 de maio a "Representação" foi finalmente entregue ao príncipe regente.

Eis a resposta dada pelo regente à "Representação" que lhe fez o povo da Corte: "Fico ciente da vontade do povo do Rio; e tão depressa saiba a das mais províncias, ou pelas Câmaras, ou pelos Procuradores Gerais, então imediatamente me conformarei com o voto dos povo deste grande, fértil, e riquíssimo Reino"⁸¹. Contudo, posteriormente o próprio príncipe regente admitiu que o fato que motivou a convocação da Constituinte foi a "Representação" da Câmara e do "Povo" da cidade do Rio de Janeiro:

"BRASILEIROS! Para vós não é preciso recordar todos os males, a que estáveis sujeitos, e que vos impeliram à Representação, que Me fez a Câmara, e Povo desta Cidade no dia 23 de maio, que motivou o Meu Real Decreto de 3 de junho ..."⁸².

Para João Soares Lisboa, no dia 23 de maio apareceu, na Corte, o fruto de mais de seis mil assinaturas: foi

⁸⁰ Cf. carta de O anônimo, de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 491-492.

⁸¹ Príncipe regente. In.: João Soares Lisboa. Correio Extraordinário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 1, 23 de maio de 1822, s/p.

⁸² Príncipe regente, "Manifesto de 1º de agosto de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Op. cit., volume 1, p. 289 (original não grifado).

nesse dia que foi declarado publicamente o "sistema Brasília" ⁸³, "que se Representou como Povo Soberano" ⁸⁴.

Mas, neste mesmo dia 23 de maio circulou na cidade do Rio de Janeiro a primeira contestação mais veemente contra a campanha pró-Constituinte, com voto direto. Dito com outras palavras, João Soares Lisboa, Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", serão objeto de uma indignada diatribe do escritor Fiel da Nação. Sob o título *Reclamação do Brasil Parte XIV*, José da Silva Lisboa [futuro Visconde de Cairu] novamente veio a público expor seus miasmas. Para o velho Lisboa, futuro Visconde de Cairu, a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*" era um plano "...anômalo, cerebrino, e extravagante...". Era "...um Projeto de encontro frustratório..." da "saudável Providência" da Petição do Povo, de 9 de Janeiro, e do decreto do Príncipe de 16 de Fevereiro, para eleições dos Procuradores Gerais" ⁸⁵.

No argumento mais significativo, [pelo menos para quem está preocupado com o *republicanismo*], o futuro Visconde de Cairu acusa, simbolicamente, os redatores da "*Representação*" de pretenderem mudar a forma de governo: "Assim se muda cada mês, ou semana, de opiniões e resoluções, como de modas, e em matéria tão momentosa de alteração de Governo". "Pode-se fazer conjectura das Pretensões dos Projetistas só pela Proposta de determinar a Assembléia o lugar do centro do Governo...". "...Pretende-

⁸³ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 80, 19 de julho de 1822, p. 343.

⁸⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 69, 6 de julho de 1822, p. 292.

⁸⁵ Fiel à Nação. [José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. *Reclamação do Brasil Parte XIV*. Rio de Janeiro : 23 de maio de 1822, na Tipografia Nacional, p. 1. (grifado no original) BN-SOR 84, 2, 36.

se, à Francesa, igualar coisas desiguais? ... Começamos por onde acabaram os Estados Unidos..."⁸⁶.

Os assinantes da "Representação" eram "oficiosos corretores", e haviam várias assinaturas em cruz:

"... assim, desadorno, clamo, e Protesto, contra o Projeto anticonstitucional e incendiário, de sedução Popular, e de tremenda responsabilidade, anunciado no == Correio == e ora corrente pelo Prelo, com o título de 'Representação' à S. A. R. por via do Senado da Câmara. Vi um exemplar cheio de assinaturas solicitadas por vários oficiosos corretores... o que, pela novidade, preocupa os ânimos, e ocasiona surpresas das pessoas desacomodadas, e inexperças de manobras maquiavélicas, ou efervescências entusiásticas, dos que não calculam as consequências de suas temeridades visionárias"⁸⁷.

Citando longos trechos de Edmund Burke, o futuro Visconde de Cairu temia que no Brasil se reunissem os elementos que poderiam induzir a uma "Revolução Francesa":

"A requerida Assembléia, é mera farsa e paródia da que perdeu a França e a Europa, principiando pelo Ajuntamento dos Notáveis, e acabando por Governo Despótico Militar do Tirano Corso, depois de passar o Corpo Legislativo por tantas horrendas fases de Assembléia Nacional -- Constituinte -- Legislativa -- Convenção -- Conselhos -- Senados Conservadores &c. &c."⁸⁸.

O futuro Visconde pergunta: como a respeitável corporação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro segue os catastróficos "...vestígios da Municipalidade de Paris..."⁸⁹?

⁸⁶ Id., p. 2, 3 (grifado no original).

⁸⁷ Id., p. 1 (grifado no original).

⁸⁸ Id., p. 2 (grifado no original).

⁸⁹ Id., p. 2.

O futuro Cairu conseguiu também um argumento contrário ao sistema eleitoral direto, que, então, já fazia parte da futura Constituição Portuguesa. No Brasil, era uma idéia pensada para favorecer aos demagogos, pensou o futuro Visconde. Tão "inopinada e prepostera" "*Representação*" só poderia ter sido escrita por "...Perturbadores Públicos, que tentam e maquinam a perdição do Brasil, inflamando paixões de ambiciosos, e aspirantes sem título às Honras do Estado, à abrigo de Eleições de diferente método e escrutínio"⁹⁰.

Portanto, "... Abaixo a CABALA ANTI-BRASÍLICA..." da "manhosa *Representação*...". Porque "O Povo mal guiado é o Dragão Beócio. ... Cada mangote da população se diz Povo Soberano da vila e Cidade? O conciliábulo secreto é ... a Vontade Geral..."⁹¹, concluía o futuro Visconde de Cairu, no seu *Reclamação do Brasil Parte XIV*.

INTRIGAS E DIATRIBES

Alguns dias depois boatos desencontrados davam conta que a "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*" havia sido recebida negativamente pelo governo. No dia 27 de maio, Joaquim Gonçalves Ledo encontrou-se com o Doutor Amaro, médico que possuía grande trânsito entre os ministros, na Praça da Carioca. Ledo estava apreensivo com a reação do ministério à "*Representação*", porque "...a variedade de vozes e rumores me causava inquietação"⁹². Solicitou ao

⁹⁰ Id., p. 2.

⁹¹ Id., p. 3 (grifado no original).

⁹² Joaquim Gonçalves Ledo, "Declaração". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 70, 8 de julho de 1822, p. 295.

Doutor Amaro que procurasse obter informações mais precisas.

Tamanha variedade de boatos davam conta, por exemplo, de que José da Silva Lisboa, o velho Lisboa, futuro Visconde de Cairu, havia sido persuadido a escrever a *Reclamação do Brasil Parte XIV* por quatro dos Criados de D. Pedro. Os boatos eram detalhados ao ponto de trazerem a informação de que José da Silva Lisboa havia se reunido com os quatro Criados, liderados pelo Guarda-roupa da Corte, João Maria da Gama e Freitas Berquó, na casa de um deles, denominado Gordilho. Lá reunidos, o futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, teria sido, então, persuadido a escrever a *Reclamação do Brasil Parte XIV*.

Na noite do dia 29 para 30 de junho, encontraram-se na Tipografia Silva Porto os seis redatores da "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*". João Soares Lisboa estava com Ledo "...tratando sobre notícias que varias pessoas nos tinham dado aquela tarde e sobre as particularidades e modo porque tinha sido induzido o velho Lisboa a escrever a *Reclamação* nº 14, por Berquó, Gordilho, Marianno, e Rocha, e que na casa deste último se dispuseram esses trabalhos inculcando-se que S.A.R. não estava satisfeito com tal Representação, nem queria a reunião de Cortes ou Assembléia Nacional no Brasil"⁹³.

A situação era confusa e tensa, pois apesar de descontente, o governo encontrava-se numa situação delicada. A decisão de agir ou não contra os pressupostos da "*Representação*", e seus promotores, traria enormes consequências. Além do mais, o momento exigia uma ação rápida e decisiva.

⁹³ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254 (grifo nosso).

Os seis redatores, enfim, avaliavam a situação quando adentrou a Tipografia Silva Porto o Marechal Miguel Lino de Moraes. O militar queria conversar à sós com o jornalista João Soares Lisboa. Ambos eram amigos há 12 anos. Trancados numa das dependências da casa, o marechal fazia-se porta-voz de um recado (para João Soares Lisboa, uma "insinuação") de Berquó, o Guarda-roupa de D. Pedro. Nas palavras de João Soares Lisboa, "...ele nos comunicou uma insinuação da parte de Berquó, por ordem de S.A.R., que em nada se parecia com as informações que tínhamos recebido à tarde..."⁹⁴. Por "ordem de S.A.R."⁹⁵, o Criado da Corte encomendava ao jornalista que divulgasse a informação de que D. Pedro estava muito descontente com o desempenho do primeiro-ministro José Bonifácio. João Soares Lisboa insistiu em dizer que ele não recebia "insinuações", e pediu ao marechal que transmitisse isso ao Guarda-roupa de D. Pedro. Após várias reflexões, o marechal Moraes se retirou.

João Soares Lisboa voltou à sala e encontrou Ledo conversando com o Doutor Amaro: "assistimos ao resto e presenciamos que o zelo pelo bem da pátria movia aquele Doutor a dar conta ao seu amigo do que sabia relativamente a grande obra que a todos os bons cidadãos ocupava e interessava"⁹⁶.

Retirou-se o Doutor, e Ledo informou que "...acabara de receber a confirmação de quanto tínhamos ouvido por

⁹⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254.

⁹⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 62, 27 de junho de 1822, p. 254 (original não grifado).

⁹⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 254.

diversas pessoas..."⁹⁷, e que o Doutor especificamente nomeara os quatro Criados do príncipe regente.

João Soares Lisboa disse a Ledo não acreditar que o príncipe "...apoiasse tão indigna trama" que, no seu entender, conduziria a "...queda ... de S.A.R. [,] uma vez que Ele promovesse a cabala que devia em breve tempo degenerar em anarquia...". "Nem podia servir de pretexto a tal volubilidade e falta de firmeza de caráter de S.A.R. a pouca experiência do mundo por Sua juvenil idade, e falta de estudos pelo desleixo de quem lhe devia ter dado Mestres de reconhecido saber e morigeração"⁹⁸.

João Soares Lisboa disse então a Ledo: "you dirigir-me diretamente a S.A.R. por escrito, e saber d'Ele qual das coisas que diz Berquó é verdadeira, se a que me mandou dizer por Moraes, ou a que inculcou ao outro Lisboa [o futuro Visconde de Cairu]"⁹⁹. Ledo aquiesceu, pois era a única forma de saírem de "embaraços".

No dia seguinte, 30 de maio de 1822, entre 12 e 13 horas, retornou o Marechal Moraes à Tipografia Silva Porto, repetindo a João Soares Lisboa a mesma "insinuação" da noite anterior. Convencido da "intriga", João Soares Lisboa pôs-se a escrever a carta confidencial, que chegou às mãos do príncipe regente naquele mesmo dia, intermediado, provavelmente, pela princesa D. Leopoldina.

Dois dias depois, no sábado 1º de junho de 1822, "por Ordem de S.A.R.", João Soares Lisboa recebeu uma ordem de próprio punho do ministro Caetano Pinto de Miranda Montenegro, convidando-o a sua presença. Logo em seguida

⁹⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 254 (original não grifado).

⁹⁸ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 254.

⁹⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 254 (grifado no original).

João Soares Lisboa foi procurado pelo marechal Moraes, "... para saber se tínhamos desempenhado a comissão de que nos tinha encarregado, e lhe respondemos que participasse a Berquó para fazer ciente a S.A.R. que não recebíamos insinuações por aquele modo". Disse João Soares Lisboa que tais "insinuações" além de "suspeitosas", logo vulgarizavam-se. O marechal procurou defender Berquó, contando particularidades do ocorrido. João Soares Lisboa lembrou-lhe da "insinuação anterior". O marechal, então, advertiu João Soares Lisboa de que chegou ao seu conhecimento que tudo não passava de "... intriga de Berquó, com o Excelentíssimo José Bonifácio"¹⁰⁰, e que João Soares Lisboa não deveria falar nisso. Veio tarde a advertência, pois a carta há dois dias estava em mãos do príncipe regente.

As 19 horas deste mesmo dia 1º de junho de 1822, João Soares Lisboa dirigiu-se a presença do ministro, conforme havia prometido. O ministro informou-lhe que recebera ordens do príncipe para apurar a verdade do que João Soares Lisboa havia exposto em sua carta. O marechal Moraes seria interrogado, e caso negasse algo, uma acareação se faria necessária.

Neste mesmo dia 1º de junho foi convocado o Conselho de Procuradores das Províncias. "Urgindo a salvação do Estado"¹⁰¹, mandava José Bonifácio instalar, no dia seguinte, o "Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil".

No dia 2 de junho, domingo, D. Pedro deu posse "imediatamente" aos três Procuradores das Províncias que estavam no Rio de Janeiro: um da Cisplatina, e os dois

¹⁰⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 255.

¹⁰¹ José Bonifácio de Andrada e Silva. "Decreto de 1º de junho de 1822". In.: Octaviano Nogueira (organizador). Obra política de José Bonifácio. Op. cit., volume 1, p. 84 (original não grifado).

eleitos pela Corte. Nas palavras de D. Pedro, a instalação imediata justificava-se porque a "...Salvação da Nossa Pátria [estava] ameaçada por facções"¹⁰².

Foi assim instalado o Conselho de Estado. Criação do decreto de 16 de fevereiro de 1822, ele havia sido solicitado pelas "Representações" de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em dezembro de 1821 [as mesmas do "Fico"]. É intrigante notar que um Conselho de Procuradores das Províncias, determinado desde o mês de fevereiro, seja instalado assim de afogadilho, através de um decreto convocando-o do sábado para o domingo. E apenas com três membros. Além do mais, quais seriam as "facções", a qual se refere o príncipe regente, D. Pedro?

Enfim, no dia 3 de junho de 1822 foi convocada a Constituinte¹⁰³. A legislação eleitoral, dizia o decreto, seria adotada em Conselho. João Soares Lisboa, contudo, contestou a decisão do Conselho dos Procuradores que, em 10 de junho, adotou sessões secretas. O "Soberano", dizia João Soares Lisboa, é a "Opinião pública", os meios legais da demonstração pela imprensa¹⁰⁴.

Nesta altura dos acontecimentos, é prudente fazer uma pausa, e expor algumas interrogações. Por exemplo, haveria alguma relação entre os fatos narrados por João Soares Lisboa, a crise política que se havia instalado com a

¹⁰² Príncipe regente, 2 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 47, 5 de junho de 1822, p. 191 (original não grifado).

¹⁰³ Um dos Procuradores chegou a afirmar que pretendia "ligar as Províncias do Brasil aos pés do Trono de V. A. R.". Extrato dos discursos dos Procuradores em 3 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 83, 23 de julho de 1822, p. 358 (original não grifado).

¹⁰⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 54, 17 de junho de 1822, p. 222.

questão da Constituinte e das eleições diretas, e o decreto de 3 de junho de 1822?

Primeiramente, tomando-se por parâmetro a *Reclamação* no XIV, do futuro Visconde de Cairu, parece lógico concluir que o governo era contrário à convocação de uma Constituinte. Além de considerar uma Constituinte algo inaceitável, o governo também emitiu sinais de desaprovação às outras reivindicações da "*Representação*", como as eleições diretas, e a mudança da sede do país. E também ficara insatisfeito com a linguagem da "*Representação*", e a forma através da qual tudo se havia processado. Pergunta-se então: o que teria levado o governo a convocar a Constituinte em 3 de junho de 1822? Como, quando e porque houve uma mudança de opinião dentro da burocracia Estatal?

Em segundo lugar, quais seriam os objetivos da ação conjugada de Berquó-José Bonifácio? Que teria ocorrido caso João Soares Lisboa publicasse as informações do marechal, segundo as quais o príncipe regente estava "pouco satisfeito" com José Bonifácio? Poder-se-ia pensar em uma onda de prisões, empastelamentos, processos e devassas?

Em terceiro lugar, em que medida a convocação da Assembléia Constituinte, em 3 de junho de 1822, é uma consequência da "*Representação*"? Dito com outras palavras, seria possível afirmar que a Constituinte é fruto da vontade popular (ou de uma parcela da população da cidade do Rio de Janeiro, de sua opinião pública), manifesta pela "*Representação*"?

Finalmente, qual a relação entre essa "intriga" em que João Soares Lisboa viu-se envolvido, e a mudança de opinião do governo? Esse episódio teria precipitado o decreto de 3 de junho que convocou a Constituinte?

Dito isto, volta-se à exposição sobre a "intriga" que envolveu João Soares Lisboa.

Sendo o marechal interrogado, negou parte da carta de João Soares Lisboa. Denegriu e desconheceu o amigo, e ainda afirmou que havia referido a Berquó apenas três vezes, e não seis, como dizia João Soares Lisboa.

No dia 8 de junho de 1822, teve lugar uma "renhida" acareação. Em alguns momentos exaltou-se a bília de João Soares Lisboa, a ponto de dizer que todos os marechais do mundo não falavam mais verdade que ele. Apontou fatos e reuniu argumentos, até que o marechal admitiu o que havia dito, escudando-se na desculpa de que havia falado em "particular amizade", e não como insinuação ou recado.

Informado do resultado da acareação, D. Pedro fez saber a seus Criados Berquó e Gordinho que estavam comprometidos na diatribe, como "intrigantes". Querendo justificar-se, conseguiram que D. Pedro lhes confiasse a carta confidencial de João Soares Lisboa. Juntaram-na a um atestado do marechal Moraes e, no dia 21 de junho de 1822, João Soares Lisboa foi citado para um "*Libelle Civil*" por "crime de injúria atroz"¹⁰⁵.

Ao divulgar os meandros dessa história, João Soares Lisboa disse que o primeiro-ministro José Bonifácio não cumpria adequadamente suas funções ministeriais¹⁰⁶. Escreveu também que o príncipe regente, D. Pedro, não havia estudado: faltava-lhe "... estudos pelo desleixo de quem lhe devia ter dado mestres de reconhecido saber e morigeração ..." ¹⁰⁷.

¹⁰⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 256.

¹⁰⁶ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 73, 11 de julho de 1822, p. 312.

¹⁰⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro, Id., p. 254.

DRAGÃO BEÓCIO

Desde a divulgação do enredo da "intriga" em que João Soares Lisboa se havia envolvido, a imprensa passou a divulgar, sistematicamente, ataques contra o redator do *Correio do Rio de Janeiro*. Uma dessas diatribes foi publicada pelo Criado da Corte, Gordilho, e distribuída gratuitamente em 19 de julho. Em outras órgãos da imprensa, João Soares Lisboa era chamado, através de publicações anônimas, de "Inimigo dos Marotos" e de "Redator suposto". João Soares Lisboa diz que sua resposta é o silêncio, que o *Correio do Rio de Janeiro* é o "Periódico da neutralidade", e reclama da grosseria de um "libelle" publicado anonimamente por pelo menos dois jornais. Além de criticar João Soares Lisboa, o Sr. anônimo havia, por exemplo, relacionado os nomes que deveriam ser votados, e não votados, para deputado¹⁰⁸.

Foi também publicada uma "denúncia clara, e manifesta" da existência de uma ordem, a "Insigne ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz"¹⁰⁹, composta de grandes dignitários, pertencente a seita dos "Maçons ou Pedreiros Livres". João Soares Lisboa diz que sociedades secretas são expressamente proibidas por lei, em todos os domínios portugueses. Principalmente maçônica.

O futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, novamente faria publicar mais um de seus miasmas no dia 19 de julho. No *Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I*, o velho Lisboa, futuro Visconde de Cairu,

¹⁰⁸ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 81, 20 de julho de 1822, p. 347, 348. Ver também: Correio do Rio de Janeiro. Op. cit., nº 83, 23 de julho de 1822, p. 355, 357.

¹⁰⁹ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 83, 23 de julho de 1822, p. 355, 356 (grifado no original).

reclama que João Soares Lisboa havia dito, em 27 de junho, que ele escreveu "induzido" a *Reclamação do Brasil Parte XIV*. Ele acusa os métodos da "trivial arte dos Aristarchos caviladores" utilizados pelo *Correio* e pelo *Revérbero*. Assim procedendo, os dois jornais desejavam "truncar, confundir, perverter, descompor" as passagens escritas pelo futuro Visconde, "com opróbrio a si próprios, e insulto aos Leitores de senso comum"¹¹⁰, dizia o futuro Cairu.

Um dos mais ilustres, eminentes e profícuos representantes do liberalismo brasileiro, o futuro Visconde de Cairu não se constrange ao comprovar o bailado rápido e complexo das mutações de idéias políticas. Haviam transcorrido quase dois meses da convocação da Constituinte. Dois meses sem tinta, sem papel, sem pena, sem palavras, sem linhas e sem frases: "... contudo, pensei, que devia romper o silêncio a que estava resoluto depois do Decreto de 3 de junho ..." ¹¹¹.

Um liberal, sem dúvida. Como liberal que sempre fôra, ele não precisava dizer que havia flexibilizado suas opiniões, porque, como liberal que sempre seria, nem em pensamento imaginara-se contrário a uma mera Constituinte, jamais mancharia seu nome escrevendo contra uma simples Constituição: "... só esconjurei-me contra Precipitação já" ¹¹², é o axioma que o futuro Visconde de Cairu procura demonstrar no *Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I*.

¹¹⁰ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Op. cit., p. 1. (grifado no original).

¹¹¹ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Op. cit., p. 1-2.

¹¹² Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Op. cit., p. 3.

O futuro Visconde de Cairu argumenta que na "Representação" ("Manifesto") de 9 de janeiro, o "Povo" pediu somente, "em respeitosos termos", que ficassem suspensos os decretos números 124 e 125 das Cortes de Lisboa. Então, "... Onde pois está a minha contradição" culposa? Pois a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte, "e já", "... nunca se tratou em escrito e projeto popular, oficial, ou literário, com que razão se me increpa de inconseqüência, e mudança? Esperemos (torno a dizer); Eis a minha Culpa, minha grande Culpa!"¹¹³.

José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, faz uma constatação que não lhe agrada:

"Rousseau, e Condorcet, Mirabeau, e Mably não são os meus homens. Sinto vê-los citados, e aplaudidos em escritores corriqueiros. A'face das doutrinas dos seguros e egrégios Mestres de abalizado crédito na República das Letras, não considereei estar o Brasil já nas circunstâncias que legitimam rompimento civil..."¹¹⁴.

O futuro Visconde cita Vattel, e encerra a primeira parte do seu escrito com dois longos trechos de Burke, "que salvou a sua Pátria do caos revolucionário".

No *Correio do Rio de Janeiro* de 23 de julho, João Soares Lisboa responde observando que se o "Conselheiro Lisboa" não foi "entrado nisso"¹¹⁵, tinha razões em se inflamar.

¹¹³ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Op. cit., p. 2 (não grifado no original).

¹¹⁴ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I. Op. cit., p. 3 (original grifado).

¹¹⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 83, 23 de julho de 1822, p. 357.

No mesmo *Correio do Rio de Janeiro* de 23 de julho, João Soares Lisboa sustentou a "Legalidade" das Cortes de Lisboa. Segundo João Soares Lisboa, desse reconhecimento depende a legalidade Constituinte do Brasil. Porque o poder legislador tem a mesma origem da "soberania Nacional ou do Povo"¹¹⁶.

Neste mesmo dia 23 de julho de 1822, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, fez circular a segunda parte do seu *Memorial apologético das Reclamações do Brasil*. O futuro Cairu refere-se explicitamente à João Soares Lisboa: um dos "Coryphêos da Cabala Anti-Brasílica nos seus façanhosos Números 62 a 70, [diz] que essa nova peça foi só obra diamantina sua, e da Companhia clandestina, cujos sócios nomeia..."¹¹⁷.

O futuro Visconde fala em povo e vontade geral, e consegue descobrir uma nova crítica contra a "*Representação*". Ela teria sido escrita e impressa

"... sem preceder voto e Mandato do Povo desta Capital, não tendo este sido previamente convocado conforme a Lei à Casa da Câmara, ou de Pessoa de crédito, para ser vista, examinada, e anuída, antes de se dar ao Prelo... Tal é o liberal uso dos Países de Boa Constituição; e só assim é que se pode (como nele se diz) coligir o senso do Povo e a vontade geral"¹¹⁸.

Nesta segunda parte do *Memorial apologético das Reclamações do Brasil*, o futuro Visconde de Cairu tem o objetivo de justificar porque não subscreveu, e impugnou, a

¹¹⁶ João Soares Lisboa. Id., p. 357.

¹¹⁷ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. *Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte II*. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 23 de julho de 1822, p. 5. (grifado no original).

¹¹⁸ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. *Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte II*. Op. cit., p. 5-6. (grifado no original).

"suposta *Representação* do Povo desta Capital de 20 de maio...". Para o futuro Visconde, aquela era uma "*Representação*" "... nunca vista no Brasil, ali feita Proposta ao Sr. Regente deste Reino -- Queres, ou não Queres? Resolve-te Senhor. -- Fiquei atônito, fora de mim, e como ferido de raio, ao ler tal papel e seu fecho. Espanto da arrogante Onipotência..."¹¹⁹.

Incansável, José da Silva Lisboa, o futuro Cairu, publicou ainda no mesmo dia 23 de julho de 1822 a *Falsidades do Correio e Revérbero contra o Escritor das Reclamações do Brasil*. Trata-se de um documento basicamente dedicado à criticar a "Incendiário Galomania" do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal que "...está iludindo o vulgo com falsos Dogmas Políticos do Paradoxista de Genebra Rousseau (que cita) ..." ¹²⁰, diz o futuro Cairu. João Soares Lisboa é classificado de "Libellista".

João Soares Lisboa se limita a informar que as referências ao episódio da "intriga" serão respondidos com o silêncio.

Um dos leitores do *Correio do Rio de Janeiro*, cujo nome se forma com as iniciais J. O. C., incentiva João Soares Lisboa a continuar sua luta contra as "censo brissotinas". Segundo J. O. C., haviam "papeluchos (uns vendidos, e outros grátis)" que tentavam denegrir a "carreira literária" do redator do *Correio do Rio de Janeiro*, "apelidando a sua folha de = *Correio de maroteiras* =". Exigia-se de João Soares Lisboa, afirma o leitor J. O.

¹¹⁹ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte II. Op. cit., p. 5.

¹²⁰ Fiel à Nação [Pseudônimo de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu]. Falsidades do Correio e Revérbero contra o Escritor das Reclamações do Brasil. Rio de Janeiro : na Imprensa Nacional, 23 de julho de 1822, p. 1 e 3 (grifado no original).

C., "uma declaração com última brevidade (expressão brissotina)"¹²¹.

Outro leitor, com o pseudônimo de *O Aprendiz de Horácio*, critica o desprezo que o Sr. Fiel da Nação [o futuro Visconde de Cairu] cultivava à "*Representação do Povo do Rio de Janeiro*", que contém "... assinaturas até de cruz (está circunstância diz que consta)". Em sua carta, *O Aprendiz de Horácio* ironiza a veemência verbal do Sr. Fiel da Nação, para quem a "*Representação*" era um "Projeto" de "apregoadado mistério de iniquidade; devasso papel que pôs esta (Capital em comoção) e isto por um golpe de mão feito de emboscada"¹²². Segundo observa o leitor *O Aprendiz de Horácio*, o futuro Visconde de Cairu havia dito que a "alucinação" do Povo "é tão grande, que não é prudente circunstancia-las". Por isso os "Sábios da primeira ordem"¹²³ teriam visto a Revolução Francesa na convocação dos Estados Gerais.

Uma das cartas publicadas no jornal de João Soares Lisboa apresenta, porém, argumentos críticos e divergentes ao ponto de vista do redator do *Correio do Rio de Janeiro*. O leitor, autodenominado *Um Amante da Causa*, diz que 1) S. A. R. procrastinou o deferimento da "*Representação*" para "quando estivessem unidas todas as Províncias deste Reino". 2) Afirma que a "peça [a "*Representação*"] foi só obra diamantina de João Soares Lisboa, e da companhia clandestina". Para o leitor *Um Amante da Causa*, 3) a fala

¹²¹ Carta do leitor J. O. C. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 87, 29 de julho de 1822, p. 375.

¹²² Citado pelo leitor *O Aprendiz de Horácio*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 100, 13 de agosto de 1822, p. 448.

¹²³ Citado pelo leitor *O Aprendiz de Horácio*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 101, 14 de agosto de 1822, p. 451, 452.

do presidente do Senado da Câmara teria causado surpresa. Na entrega da "*Representação*", 4) não se esperou nem cinco dias, mínimo que se concedem até aos réus. Segundo o leitor *Um Amante da Causa*, 5) S.A.R. aquiesceu constrangido a convocação da Constituinte, dizendo: "*é forte tumultus fiat in populo*". E, o 6) decreto de 3 junho era resultado de "*segredos de Gabinete*", finalizava o leitor *Um Amante da Causa* seus argumentos¹²⁴.

Já a carta do leitor de pseudônimo *Quidam* divulga a notícia, publicada pela imprensa, da eleição do Sr. *Fiel da Nação*, o futuro Visconde de Cairu, para uma cadeira na futura Constituinte. Segundo o leitor *Quidam*, o Sr. *Fiel da Nação* havia sido excluído de "*Ser Eleitor*" da Junta Paroquial de São José, apesar de obter 231 votos. No entanto, complementa o leitor *Quidam* em sua carta, o Sr. *Fiel da Nação*, futuro Visconde de Cairu, conseguira eleger-se deputado com apenas 44 votos¹²⁵.

AS INSTRUÇÕES ELEITORAIS

O Senado do Rio de Janeiro havia perguntado, às várias Câmaras das províncias, da conveniência ou não de uma Constituinte no Brasil. As respostas vão sendo publicadas na imprensa republicana. Por exemplo, cartas que relatam os "*Atos de vereação*" da Câmara de Jundiahy (SP) e da Câmara de Villa Nova da Rainha (MG), com respostas favoráveis às

¹²⁴ Carta de *Um Amante da Causa*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 106, 21 de agosto de 1822, p. 473, 474.

¹²⁵ Carta do leitor *Quidam*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 118, 4 de setembro de 1822, p. 530.

eleições para a Constituinte¹²⁶. Decisão semelhante comunica a Câmara de Villa de São João da Barra, cujo ato de "veriança", em 29 de maio de 1822, fez manifestar a "vontade geral" através da reunião de "homens bons e mais Povo"¹²⁷. É este também o teor de ofício da Câmara de Guaraparin (ES), em resposta à ofício do Senado do Rio de Janeiro, de 25 de junho de 1822¹²⁸. E a Câmara de Campos de Goitacazes informa que, "... com assistência das autoridades do País, clero, Nobreza, Povo, e Tropa ..." ¹²⁹, a Assembléia Constituinte foi aceita unanimemente.

O decreto que convocou a Constituinte, em 3 de junho de 1822, estabeleceu que as instruções para as eleições seriam instituídas pelo Conselho de Estado. Alguns dias depois, em 10 de junho, o Conselho de Estado adotou o mecanismo de reunir-se secretamente, fato que gerou alguns Protestos na imprensa. Como, por exemplo, a carta do *Amante leitor*, que argumentava que o soberano é a "opinião pública"¹³⁰, ou seja, os meios legais da demonstração pela imprensa.

Neste mesmo dia 10 de junho, o Senado da Câmara reuniu-se em "vereação extraordinária", no Paço do Conselho. Juntaram-se o Juiz de Fora, Vereadores,

¹²⁶ Cf. cartas das respectivas Câmaras. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 104, 19 de agosto de 1822, p. 465.

¹²⁷ Ofício da Câmara de Villa de São João da Barra, de 22 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, de 27 de agosto de 1822, p. 499.

¹²⁸ Cf. Ofício da Câmara de Guaraparin (ES). In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 112, 28 de agosto de 1822, p. 492 (Erro de paginação. Número correto é 504).

¹²⁹ Cf. carta da Câmara. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 110, 26 de agosto de 1822, p. 496.

¹³⁰ Cf. carta do *Amante leitor*, de 14 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 54, 17 de junho de 1822, p. 222 (original não grifado).

Procuradores do Senado da Câmara, o Escrivão do Senado, os Homens Bons e outros Cidadãos. E decidiram ir à presença de S. A.R para ratificar o juramento, já dado pelos Procuradores Gerais, de manter regência de S. A. R. No caminho do Paço real a tropa juntou-se ao grupo. E às 12:30 horas saiu do Paço do Conselho o Senado da Câmara, Cidadãos e tropa¹³¹.

Na presença de S. A R., José Clemente Pereira disse:

"Arrastando duros grilhões o povo escravo só leva aos pés do tirano despotismo lisonja vil e sedutora, traições e enganos; a Vós, Senhor, que liberdade respirais, amor, candura e lealdade tributa um povo livre.

Para mim nasceste, e não eu para Vós, clamando aquele, conta em cada Vassalo um inimigo, e o povo que o contrário sente terrível queda lhe maquina que o esmaga; a Vós, Senhor, que o povo a Soberania reconheceis, o Brasil, Vos dá um amigo em cada súdito, e de corações puros levanta um trono alto, e sublimado que nenhuma força será capaz de abalar jamais.

Réu dos crimes mais nefandos o rei déspota as ciências detesta, e aborrece, porque os sábios censores, inimigos são dos maus governos; sacrifica o comércio aos seus interesses; persegue a inocente agricultura, da verdadeira nobreza origem, e das riquezas, carregando-a de impostos sobre impostos para que o dinheiro não falte nos seus cofres sempre exaustos; as fábricas afugenta e a produtora indústria, porque estas civilizadoras são dos homens, fugitivas por consequência de um povo escravo... Os sagrados direitos da liberdade civil, da propriedade e segurança individual do cidadão são objetos omissos no seu código... a sua lei, para dizer tudo é o seu arbítrio... a devastação, a miséria, a fome, o desgosto, a dor, o pranto, o fruto fatal do seu governo.

Vós, Senhor, (oh! como é maravilhoso este contraste!) que do Brasil filho Vós tendes denominado, e à vossos súditos amigos, e irmãos chamais! Vós, Senhor, que o primeiro entre todos os príncipes de constitucional o soberbo título tomais

¹³¹ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 53, 15 de junho de 1822, p. 213, 214.

gostoso, e amigo da liberdade dos povo vos declarais; Vós, Senhor, que defender jurais o Brasil para que mais não volte a ser colônia, nem escravo, e o sistema constitucional protegeis que o Brasil adora, anjo sois da paz do céu mandado, que liberdade e segurança nos trazeis, às ciências proteção, apoio às artes, florescência ao comércio, e à lavoura, à virtude abrigo, a todos alegria, ventura, e prosperidade, salvação à pátria e a vós glória" ¹³².

Numa carta anônima, um leitor faz uma reflexão sobre os limites constituintes e legislativos da "Assembléia Brasília". Nas palavras desse leitor, a "liberdade que queremos" corresponde à "vontade geral": "seremos livres, ou mortos; sim, porque a morte é gloriosa, quando se recebe defendendo o partido da Justiça". Criticando o método de normatizar as eleições para a Constituinte através de reuniões secretas do Conselho de Estado, o leitor anônimo diz que "É loucura resistir à torrente da opinião ...", pois o "público abomina tantos segredos" ¹³³.

Em 17 de junho de 1822, João Soares Lisboa exteriorizou o seu descontentamento com a demora das instruções que regulamentariam as eleições para a Constituinte. João Soares Lisboa utiliza-se do argumento de que S. A. R não detém o Poder Legislativo. E, portanto, o Conselho de Estado lhe é superior, uma vez que os conselheiros de Estado são os intérpretes da vontade ou precisões dos "Concidadãos". Através desse raciocínio, João Soares Lisboa conclui que o Decreto de 3 de junho tem força de Lei porque é demanda da "... Suprema Lei = Vontade dos Povos ...", sendo as eleição direta, pois, um imperativo.

¹³² Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 53, 15 de junho de 1822, p. 215.

¹³³ Carta de leitor anônimo. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 53, 15 de junho de 1822, p. 219.

Qualquer medida contrário ao sistema eleitoral direto ampliaria o vigor do "partido republicano". Para João Soares Lisboa, os amantes da liberdade só trocam a república por "constitucionais"¹³⁴.

Dois dias depois, em 19 de junho de 1822, circula o decreto das "*Instruções eleitorais*", assinado pelo ministro José Bonifácio.

João Soares Lisboa, após publicar as "*Instruções eleitorais*" na íntegra, faz uma análise detalhada deste decreto. João Soares Lisboa diz, por exemplo, que a desconfiança entre brasileiros e europeus é repugnante, mas o ministro José Bonifácio reforçava-as. Refletindo sobre a "Constituição brasílico-lusitana", João Soares Lisboa nota que se um "verdadeiro *philosopho* ... cidadão do mundo" como "Jeremias Bentham" se aportasse no Brasil, não poderia ser eleito. Ainda que o período de sete anos seja normalmente o necessário para naturalização¹³⁵.

Enfim, as críticas de João Soares Lisboa ao sistema eleitoral foram tão minuciosas que o governo acabou por modificar alguns pontos das normas eleitorais¹³⁶, através de um novo decreto¹³⁷. Mas, por tais críticas João Soares Lisboa foi novamente processado. No dia 7 de julho, às 2:30 horas, João Soares Lisboa recebeu uma intimação do

¹³⁴ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 54, 17 de junho de 1822, p. 221, 222.

¹³⁵ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 64, 1º de julho de 1822, p. 272 (há erro de paginação).

¹³⁶ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. Formas de representação política na época da Independência, 1820-1823. Brasília, Câmara dos Deputados, 1987, p. 169, 180.

¹³⁷ Cf. "Decreto de 3 de agosto de 1822". In. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 94, 6 de agosto de 1822, p. 402-403.

Procurador da Coroa, Clemente Ferreira França, sendo processado pelo teor crítico do número 64 do seu jornal¹³⁸.

Aliás, uma das testemunhas no *Processo dos cidadãos* ... relaciona as críticas à legislação eleitoral ao *republicanismo*. É este o exemplo da testemunha número 1, Theodoro Fernandes Gama. Em seu depoimento, esta testemunha diz "Que sabe por ver e tratar muitas vezes com Joaquim Gonçalves Ledo que ele era um refinado republicano, e intrigante conhecido...". A testemunha Theodoro Fernandes Gama faz esse juízo porque ouviu Ledo "desacreditar" o ministro de Estado José Bonifácio, chamando-o de "um péssimo homem"¹³⁹, provavelmente devido às "*Instruções eleitorais*".

(O Impressor acrescenta, na nota 9, que nesta época "... falar mal de José Bonifácio era prova certa de ser Republicano, Demagogo, Carbonário ..." etc. etc. "... E que tal! Ser amigo de Ledo, e falar mal de José Bonifácio, vale o mesmo que ser Republicano! ..." ¹⁴⁰)

Ledo chamara José Bonifácio "um péssimo homem" provavelmente devido às "*Instruções eleitorais*". Isto porque, em seguida, a testemunha número 1, Theodoro Fernandes Gama, relata que "... desse mesmo caráter é o desembargador José Clemente Pereira, íntimo amigo do dito Ledo ..." ¹⁴¹, que também queixava-se de José Bonifácio pelas "*Instruções*" que fizera para a eleição dos Deputados de

¹³⁸ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 70, 8 de julho de 1822, p. 298.

¹³⁹ Depoimento da testemunha 1, o alferes Theodoro Fernandes Gama. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 5 (original não grifado).

¹⁴⁰ Impressor, nota 9. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 6.

¹⁴¹ Depoimento da testemunha 1, o alferes Theodoro Fernandes Gama. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 6.

Cortes, que excluía europeus com menos de 12 anos de residência, e, conseqüentemente, excluía-o.

Contudo, na nota de rodapé número 10, o Impressor esclarece:

"José Clemente Pereira confessa que representou a José Bonifácio diretamente a injustiça do artigo das Instruções a que se refere a testemunha; mas foi tão franco neste procedimento, que fez a mesma representação aos Procuradores Gerais Rezende, Ledo, José Mariano, e falecido Mesqueira; ... e muito mais quando ele sabia muito bem que S. Excelência não foi o autor da feliz lembrança ..." ¹⁴².

Ou seja, aparentemente o Impressor questiona a própria autoria na Lei Eleitoral.

E a testemunha número 6, o "Reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio, diz que, no dia seguinte à publicação das Instruções, José Clemente Pereira fôra a sua cela no convento de Santo Antônio. E "... ali publicara o seu ressentimento por ficar excluído da Assembléia Nacional. ..." ¹⁴³.

Na nota 67, o Impressor esclarece que José Clemente Pereira "lhe responde" que "... é verdade que chamou injusto o artigo das Instruções[,] ... mas não proferiu uma só palavras relativa à exclusão individual ..." ¹⁴⁴.

Porém, o leitor *Espreitador constitucional* pergunta a João Soares Lisboa se é verdade que em "certo Cantão da América, ... protheos Anglo-maniacos" tentam criar

¹⁴² Impressor, nota 10. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 6.

¹⁴³ Depoimento da testemunha 6, o "reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 31.

¹⁴⁴ Impressor, nota 67. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 31. Ver também o "Documento n. 23", p. 99, o "Documento n. 28", p. 101, evocados como prova da inocência de José Clemente Pereira..

Constituição "Apostólico"¹⁴⁵ "basificada nos seguintes artigos = Rei com iniciativa das leis, e Veto absoluto = e duas câmaras = ...". João Soares Lisboa responde que deve-se procurar "quem esteja infectado desse mal" nos "Club extramuros"¹⁴⁶.

Uma carta do leitor F. J. de M. P. de C. informa que em Porto Alegre os ofícios sobre a nomeação de deputados para as "Cortes do Brasil", e os decretos de 13 e 17 de julho de 1822, "... receberão um aplauso exultante"¹⁴⁷. E, o governo da província de São Pedro do Sul informa que um "bando" publicado em 13 junho sobre a convocação da Constituinte provocou "demonstrações públicas" de satisfação. O governo diz ainda que castigará qualquer "...comoção popular, ou partido sedicioso ..." ¹⁴⁸ dos que "abusivamente" interpretam as palavras do decreto, pensando que "independência" signifique desfazer a união com outras partes da família Portuguesa.

João Soares Lisboa também publica uma "Proclamação" do governo de Porto Alegre, de 13 de julho de 1822. Esta "Proclamação" destaca trecho do periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 6 de junho de 1822, onde D. Pedro diz que daria a vida para que existisse no Brasil um "sistema liberal ditado pela prudência"¹⁴⁹. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi

¹⁴⁵ Referência ao Apostolado, loja maçônica fundada pelo ministro José Bonifácio.

¹⁴⁶ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 75, 13 de julho de 1822, p. 320.

¹⁴⁷ Carta de F. J. de M. P. de C., Porto Alegre, 27 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 139, 28 de setembro de 1822, p. 622.

¹⁴⁸ "O governo Provisório da província de São Pedro aos habitantes da mesma", 17 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 139, 28 de setembro de 1822, p. 624 (original não grifado).

¹⁴⁹ "Proclamação" do governo de Porto Alegre, de 13 de julho de 1822. carta da Câmara. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de

reproduzida e afixada em Porto Alegre¹⁵⁰. E, uma carta de Porto Alegre, de autor não identificado, informa que o governo e os povos da província decidiram-se favoravelmente às "Cortes neste Reino". Para tanto, o governo publicou, neste mesmo dia 13 de julho, um decreto para instalar as "Cortes no Brasil". Segundo a carta, houve tanto prazer que os habitantes da capital "... apresentaram nesta noite uma geral iluminação"¹⁵¹.

As "*Atas do governo de Pernambuco*", porém, mostram que uma "Vereação" de 23 de março de 1822 havia concluído que a organização política do Conselho de Estado pertenceria ao Poder Legislativo. Questionava-se, portanto, a legitimidade do regente em instituir tal Conselho de Estado. Com as notícias do decreto de 3 de junho sobre a Assembléia Constituinte, Gervásio Pires Ferreira convocou os [povos ⇒ compromissários] eleitores de paróquia para decidirem sobre a eleição para o Conselho de Estado, e também sobre a Assembléia Constituinte no Brasil¹⁵². Como tratou-se de uma discussão complexa, cada membro da Junta de Governo de Gervásio Pires Ferreira declarou seu voto sobre o "Conselho de Procuradores" e sobre a "Assembléia Geral Brasileira". Decidiu-se, afinal, que se comunicasse às Câmaras que, assim que chegassem as instruções eleitorais do regente, os povos "seriam convocados para deliberarem", e proceder a

Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 110, 26 de agosto de 1822, p. 495.

¹⁵⁰ "O governo Provisório da província de São Pedro aos habitantes da mesma". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 139, 28 de setembro de 1822, p. 624.

¹⁵¹ Carta de autor não identificado, Porto Alegre, 13 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 104, 19 de agosto de 1822, p. 468.

¹⁵² "Extrato de impresso de Pernambuco". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 95, 7 de agosto de 1822, p. 407.

nomeação dos seus Procuradores para o Conselho de Estado, e também para a "Assembléia Geral Brasileira" ¹⁵³.

Carta de *Um verdadeiro patriota Pernambucano* sugere que, quando das eleições, todo cidadão leve lista nominal dos Eleitores, de sua paróquia, por ordem alfabética ¹⁵⁴.

A imprensa republicana também dedica espaço para as eleições para a Assembléia Constituinte.

Por exemplo, João Soares Lisboa informa que, até meados de setembro de 1822, em Pernambuco e em Porto Alegre já haviam sido eleitos os deputados para a Assembléia ¹⁵⁵.

Um debate entre leitores do jornal *Correio do Rio de Janeiro* exemplifica os problemas eleitorais em cidades do interior. Tal debate se inicia com uma carta do *Fiel leitor*, de 29 de julho de 1822. O *Fiel leitor*, após criticar o periódico *Espelho* nº 70, anexa uma carta que lhe foi remetida de Inhomerim, que critica a venalidade e corrupção das eleições em Freguesia do Engenho Velho, onde as disputas pelo processo eleitoral teriam acarretado, inclusive, uma "Bernardinha" ¹⁵⁶. O *Fiel leitor* anexa uma carta de um amigo seu que, daquela cidade, ironiza citando um personagem de Molière: "... o oceano não tem suficiente água para os lavar da nódoa que ganharam quando esteve d'além a expedição de Jorge Dandin ¹⁵⁷: enfim, houveram

¹⁵³ "Extrato de impresso de Pernambuco". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 96, 8 de agosto de 1822, p. 414, 415, 416.

¹⁵⁴ Carta de *Um verdadeiro patriota Pernambucano*, de 15 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 78, 17 de julho de 1822, p. 338.

¹⁵⁵ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 633.

¹⁵⁶ A palavra "Bernarda" é muito utilizada à época, e significa golpe de força, golpe de mão, golpe militar ou golpe de Estado.

¹⁵⁷ Para um estudo recente sobre esse personagem de Molière ver: Roger Chartier. "George Dandin, ou le social en représentation". In.: *Annales HSS*. mars-avril 1994, n.2, pp. 277-309.

sujeitos que vieram de jacarepaguá intencionados a fazerem a sua Bernardinha ..."¹⁵⁸.

Esta versão, porém, é contestada pela carta do leitor *Um cidadão pacífico*, que contesta a corrupção eleitoral na Freguesia do Engenho Velho, argumentando que aquela acusação não passava de um libelle contra o reverendo vigário presidente da eleição, que havia aceitado a lista de um eleitor não filiado à freguesia¹⁵⁹. E também o leitor *O amante da verdade* argumenta que aquelas eram calúnias falsas a respeito da entrega das listas eleitorais¹⁶⁰. Contudo, o *Fiel leitor* reafirma suas críticas à corrupção do processo eleitoral na Freguesia do Engenho Velho, anexando outra carta de um amigo, onde se comenta a manipulação do número de eleitores através da desmembração e união de freguesias¹⁶¹.

Carta do leitor Egídio da Costa Alvarenga descreve detalhadamente o cenário de corrupção e violência na província do Piauí, antes das eleições para a Constituinte¹⁶². O leitor Egídio da Costa Alvarenga também observa que, no interior da Bahia, as eleições para a Constituinte foram pautadas por corrupção e

¹⁵⁸ Cf. carta do *Fiel leitor*, de 29 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 90, 1º de agosto de 1822, p. 387, 388.

¹⁵⁹ Cf. carta de *Hum cidadão pacífico*, de 5 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 95, 7 de agosto de 1822, p. 405.

¹⁶⁰ Cf. carta de *O amante da verdade*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 96, 6 de agosto de 1822, p. 416.

¹⁶¹ Cf. carta de *Fiel leitor*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 97, 9 de agosto de 1822, p. 419.

¹⁶² Carta de Egídio da Costa Alvarenga, de Oeiras do Piauí, de 20 de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 92, 3 de agosto de 1822, p. 395, 396. Cf. também nº 93, 5 de agosto de 1822, p. 400 (Há erro de paginação, aqui corrigido).

prebendarismo¹⁶³. João Soares Lisboa também identifica o problema da qualificação do voto na Freguesia da Candelária¹⁶⁴.

Carta de autor não identificado refere-se com humor às eleições e aos deputados eleitos. Além de velhos e ausentes, tais deputados seriam também "bacalhão"¹⁶⁵, isto é, partidários da monarquia absolutista.

Já a carta do leitor P. Q. A. faz brilhante e bem humorada análise do sistema eleitoral. Um popular teria dito ao autor da carta, P. Q. A., que a Assembléia Constituinte representa a "... liberdade política com tanto entusiasmo abraçada pelos brasileiros". Contudo, segundo o popular, os corcundas "tem mão na manta", isto é, elegem-se deputados para destruir a liberdade e a constituição. Tratar-se-ia, pois, de uma "Caballa Corcúndica" dos "Áulicos". O popular refere-se, então, a um diálogo que teria transcorrido nas ruas entre dois eleitores: o primeiro eleitor criticou as eleições em datas diferentes, cujos resultados acabariam influenciando outras localidades. Enquanto o segundo eleitor ponderava do desgosto do povo com alguns dos nomes eleitos. Aliás, um corcunda teria dito publicamente em um Colégio Eleitoral: "O que é Povo? Sr. Conselheiro, o que é Povo?". O primeiro eleitor então argumentou que José da Silva Lisboa [o futuro Cairu] fora expulso da qualidade de eleitor da Freguesia de São José, "por unânime consenso do Povo, que o julgou contrário a nossa causa...". Em represália, José da Silva

¹⁶³ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 91, 2 de agosto de 1822, p. 391.

¹⁶⁴ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 85, 26 de julho de 1822, p. 368.

¹⁶⁵ Carta de autor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 102, 16 de agosto de 1822, p. 454.

Lisboa [o futuro Visconde] publicou um *Protesto* contra a "Junta Paroquial" da Freguesia de S. José, classificando-a "Pretório sem apelo, plebeu judicatura"¹⁶⁶, argumentando não reconhecer-lhe autoridade. Contudo, José da Silva Lisboa reuniu 44 votos, elegendo-se, assim, deputado Constituinte. Os dois populares encerram o diálogo com a frase "Manoel tem mão na manta, que eles tornam". O autor da carta, P. Q. A, decifra o significado da frase: Manoel [=verdadeiros constitucionais], tem mão [= "sejamos prudentes" com o...] na manta [=..."sagrado escudo da nossa Liberdade Política"¹⁶⁷], que eles tornam [=os corcundas voltam]. O leitor P. Q. A. conclui sua carta relatando as exigências de veto absoluto para o príncipe. P. Q. A. também admite, já neste momento, e a possibilidade de dissolução da futura Constituinte¹⁶⁸.

Em vereação de 10 de junho de 1822, o Senado do Rio de Janeiro havia determinado que no dia 21 de junho ocorreriam as eleições. Em virtude de "Portaria" de 21 de maio, os "Párocos" [eleitores de Paróquias] teriam 3 dias para afixarem "Editais" com número de "Fogos para Eleições"¹⁶⁹.

João Soares Lisboa porém, critica o atraso das eleições na Corte, pois a "Portaria" levou treze dias para chegar à Câmara. João Soares Lisboa insinua uma ação proposital do ministério¹⁷⁰.

¹⁶⁶ Citado em carta de P. Q. A. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, 27 de agosto de 1822, p. 498 (original em itálico).

¹⁶⁷ Carta de P. Q. A. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, 27 de agosto de 1822, p. 497, 498 (original não grifado).

¹⁶⁸ Cf. carta do leitor P. Q. A. In.: Ibid, p. 499.

¹⁶⁹ Cf. "Edital" do Senado do Rio de Janeiro. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 74, 12 de julho de 1822, p. 317 (Há erro de paginação).

¹⁷⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 74, 12 de julho de 1822, p. 317 (Há erro de paginação).

O *Amante Brasileiro* opina que no princípio do *Correio do Rio de Janeiro* havia "agradável prazer". O leitor, que informa ter sido um agente das 6 mil assinaturas, diz que muitos dos que assinaram achavam as Eleições diretas "incoerências"¹⁷¹.

João Soares Lisboa tece comentários sobre as Eleições, e constata uma "Melancolia" dos que assinaram pela Eleição Direta, e, desgostosos, não pretendiam votar. Tal procedimento é, para João Soares Lisboa, "uma calamidade pública", pois entrega a nomeação dos futuros deputados aos "indiferentistas, ... anglo-maniacos, ou servis". João Soares Lisboa insiste nos "Direitos de Liberdade", para justificar uma reconciliação com os adversários absolutistas pelo menos no dia da votação:

"É inquestionável que sem liberdade não há pátria... Seria bom esquecer para sempre as rivalidades, ódios, vinganças, ressentimentos, porém, se isso não é possível, ... admite-se ao menos por um momento, a reconciliação, e seja no dia ... [da] nossa regeneração política"¹⁷².

Isto porque "Os anarquistas ainda não desistiram ..." de reintronizar o despotismo através de um "poder real, e absoluto" fundamentado em "três monstros políticos": a) veto absoluto, b) uma Câmara de nobres formada pela "oligarquia dos grandes", e c) arbitrariedade ministerial com a iniciativa das leis no poder executivo. O primeiro monstro político, o veto absoluto, é "um homem que em virtude da sua soberana vontade, destrói o que fazem cem,

¹⁷¹ Carta do *Amante Brasileiro*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 72, 10 de julho de 1822, p. 304.

¹⁷² João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 77, 16 de julho de 1822, p. 331.

ou mais homens ...". "Um rei que tiver = veto absoluto = é déspota, e os déspotas raríssimas vezes deixam de ser tiranos". O segundo, a Câmara de nobres, é formada "deputados por direito de nascimento" para "sustentáculo dos déspotas". O terceiro, a iniciativa das leis, é o "mesmo que propor as leis", ou seja, leis propostas por qualquer ministro constroem os deputados, pois feitas em nome do rei. Qualquer alteração ou reforma é suficiente para a lei não ser sancionada¹⁷³.

"Calculem nossos leitores a combinação do veto absoluto, duas Câmaras, e iniciativa de Leis, e deduzam o modo como se há de obter responsabilidade dos ministros, igualdade dos cidadãos, e inviolabilidade de El-Rei ..."¹⁷⁴.

João Soares Lisboa conclui recomendando aos seus "concidadãos" sem preconceitos de "classes, qualidades, nascimento, ou empregos". Bastam sustentar o timbre nacional: religião, lei, rei"¹⁷⁵.

João Soares Lisboa, ao criticar o periódico *Regulador*, informa que, por defeitos das "Instruções eleitorais", se estava atrasando a publicação da lista dos deputados eleitos pela província do Rio de Janeiro¹⁷⁶.

Um exemplo dos problemas do processo eleitoral é fornecido por um "Anúncio" de São João Príncipe. Tal "Anúncio" relata que havia chegado naquela cidade um decreto de 21 de agosto de 1822, onde o ministro José

¹⁷³ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 77, 16 de julho de 1822, p. 331, 332.

¹⁷⁴ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 77, 16 de julho de 1822, p. 332.

¹⁷⁵ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 77, 16 de julho de 1822, p. 332.

¹⁷⁶ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 112, 28 de agosto de 1822, p. 502.

Bonifácio solicitava a remessa da relação de todos os que haviam tido votos para deputados, sendo pois cabeça do distrito, respeitando-se a pluralidade de voto. Ao que respondeu-lhe o juiz de São João Príncipe que "nenhuma relação se me enviou"¹⁷⁷.

Um outro exemplo crítico dos problemas do sistema eleitoral é fornecido por carta do leitor João Caetano dos Santos, de Rio das Pedras. Para João Caetano dos Santos, a eleição em Rio das Pedras fora ganha contra a lei quando da formação da mesa, uma vez que o seu presidente utilizava-se do grito e da força para obter o voto dos eleitores. Segundo a carta de João Caetano dos Santos, estavam ocorrendo fraudes semelhantes nas outras freguesias¹⁷⁸.

Apesar de todos esses problemas, uma carta de autor não identificado elogia a atuação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. O autor da carta fala da "Causa pública" da "Liberdade deste Reino", citando, para tanto, um trecho de *O Contrato social*, onde Rousseau define o dever do cidadão: "*Tous les services qu'un citoyen peut vendre á l'état, il les lui doit sitôt que le souverain les demande*"¹⁷⁹. O autor da carta lembra que um "Edital" do Senado da Câmara, de 7 de agosto de 1822, convidou "todos os habitantes" para que o ajudem a ministrar instruções sobre "educação pública",

¹⁷⁷ "Anúncio". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, p. 558.

¹⁷⁸ Cf. carta de João Caetano dos Santos, Rio das Pedras, 12 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 576 (Erro de paginação. Número correto é 584). Ver também: Ibid., nº 131, 19 de setembro de 1822, p. 586-588.

¹⁷⁹ Citado em carta de autor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 108, 28 de agosto de 1822, p. 481 (data correta é 23 de agosto). (original não grifado)

"Método de Lancaster"¹⁸⁰ e "Liberdade da Pátria" aos deputados da província¹⁸¹.

Em 18 de setembro, um *Edital* do Senado da Câmara do Rio de Janeiro convida o povo para a apuração, no dia 22 de setembro de 1822, às 8 horas manhã, das Relações das nomeações dos deputados para a "Assembléia Geral do Brasil", na mesma sala do Mosteiro S. Bento, em que se reuniu o colégio Eleitoral do Distrito¹⁸².

No mês anterior, porém, João Soares Lisboa havia criticado os "defeitos nas Instruções", responsáveis pelo procrastinar da publicização da lista dos deputados eleitos pela província do Rio de Janeiro¹⁸³.

O PROCESSO

No dia 9 de julho aparece publicado no periódico *Espelho* uma carta onde o Marechal de campo Miguel Lino de Moraes dá a sua versão dos fatos da intriga sobre a convocação da Constituinte, objeto do primeiro processo contra o jornalista João Soares Lisboa. O argumento central do Marechal Miguel Lino de Moraes é o de que aconteceram outros encontros dele com João Soares Lisboa antes da noite de 29 de maio, e que teria mencionado o nome do guarda-

¹⁸⁰ Foram simpáticos a este sistema escolar estadistas do porte de Simon Bolívar, O'Higgins e Rivadavia. Cf. John Lynch. Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826. Op. cit., p. 305, 162 e 86 (em ordem de citação).

¹⁸¹ Carta de autor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 108, 23 de agosto de 1822, p. 481, 482 (Erro de data, aqui corrigida).

¹⁸² José Martins Rocha, "Edital", 18 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 132, 20 de setembro de 1822, p. 592.

¹⁸³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 112, 28 de agosto de 1822, p. 502.

roupa de D. Pedro, Berquó, somente três vezes¹⁸⁴. João Soares Lisboa, que publica a carta no *Correio do Rio de Janeiro*, argumenta que, nas conversas com o Marechal Miguel Lino de Moraes, se teria mencionado seis vezes o nome de Berquó e, nas seis vezes, o guarda-roupa da Corte fizera-se porta-voz de recados do príncipe regente. João Soares Lisboa também insinua o suborno do ex-amigo, e diz esperar o "... termo dos libelles, que nos propuseram os dois campeões". Segundo o jornalista, "... no jogo das revoluções só iam bem os que nada tinham ..."¹⁸⁵. No entanto, a ampliação da intriga sobre a convocação da Constituinte estava adquirindo características de uma "tempestuosidade" de "revolucionadores". João Soares Lisboa informa que vinham apelidando seus escritos de "desorganizadores, perturbadores, amotinadores, altercadores, revolucionadores, e tudo quanto acaba em ores"¹⁸⁶.

No dia 29 de julho de 1822 finalmente ocorreu o julgamento de João Soares Lisboa. O acusador era o desembargador do Paço, ajudante do Procurador da Coroa e Fazenda, Clemente Ferreira França. Pela "Lei Suprema" da "maioria de vontade", disse o acusador Clemente Ferreira França, João Soares Lisboa era "... chefe d'algum partido que está visto não pode ser outro, senão o da desunião ...". E "... ele [João Soares Lisboa], e os de seu partido não poderão ter talvez a influencia que desejam"¹⁸⁷. João

¹⁸⁴ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 73, 11 de julho de 1822, p. 307-312.

¹⁸⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 74, 12 de julho de 1822, p. 316, 315 (em ordem de citação) (original não grifado).

¹⁸⁶ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 74, 12 de julho de 1822, p. 317.

¹⁸⁷ "Translado do Ofício do desembargador do Paço", Clemente Ferreira França. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 99, 12 de agosto de 1822, p. 428.

Soares Lisboa foi então acusado de propugnar 1) princípios dissociáveis, 2) evasivos da boa "Ordem", através de escritos 3) incendiários, por tenderem a atacar o "sistema da União", e a Sagrada Causa proclamada do Brasil. Assim, uma boa parcela dos argumentos da acusação recaíram sobre o número 64 do *Correio do Rio de Janeiro*, que tratou criticamente os equívocos da legislação eleitoral.

Conclui a "Sentença dos Juizes de fato" que, apesar do "... dito Redator de qualquer maneira pretendesse induzir nos Povos, princípios subversivos da nova ordem de Governo..." [i. é, *republicanismo*], graças a "...causa da Liberdade...". João Soares Lisboa foi julgado inocente. Tendo os Juizes determinado: "...vá em paz"¹⁸⁸.

João Soares Lisboa elogia a liberdade dos Juizes de Fato. E, ao transcrever trechos do "Processo", diz que o seu acusador, Clemente Ferreira França, bateu na mesa, sentou-se em lugar superior que não lhe competia, fazendo "expressões fugazes, e aterradoras". O acusador Clemente Ferreira França chamou-o "testa de ferro", fato que, para João Soares Lisboa, configurava uma "Calunia". João Soares Lisboa conclui o traslado do "Processo" dizendo desejar a "... Liberdade política do Reino do Brasil com Governo Monárquico constitucional ... [,] e União federativa do Reino Unido"¹⁸⁹. Conforme o juramento das Bases na Corte, de 5 junho 1821.

Carta de *Um homem que pensa livremente* parabeniza João Soares Lisboa pela absolvição¹⁹⁰. Também o leitor J. D. A.

¹⁸⁸ "Sentença dos Juizes de fato". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 99, 12 de agosto de 1822, p. 430, 431 (original não grifado).

¹⁸⁹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 99, 12 de agosto de 1822, p. 427 (original não grifado).

¹⁹⁰ Carta de *Um homem que pensa livremente*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 93, 5 de agosto de 1822, p. 400 (Há erro de paginação).

M. parabeniza João Soares Lisboa pelo fim do processo, dizendo que o jornalista era um dos "bons Constitucionais amantes da bem entendida Liberdade"¹⁹¹. E, o *Firme constitucional* diz que, no julgamento de João Soares Lisboa, um "alucinado Acusador... batia terríveis pancadas em cima da Mesa, talvez para o atemorizar"¹⁹². Em carta, o leitor *Hierpino, Brasileiro adotivo* diz que no Processo do Júri houve risco da "Liberdade Nacional", pois se pretendeu agrilhoar a imprensa. Prevaleceu, no entanto, a integridade e "inocência", "...apesar das invectivas, tom declamador, (*imposant*) e terrorista do Ilustríssimo Acusador. Ah! E com que modo? Pancadas sobre a mesa!"¹⁹³. De outra feita, uma carta do leitor *Anônimo* informa que no periódico *Espelho* número 77, de 13 de agosto de 1822, publicou-se uma carta onde João Soares Lisboa e os jurados são atacados. O leitor *Anônimo* defende o jurado que não viu culpa ou ataque de João Soares Lisboa a S. A. R. O *Anônimo* lembra que foi o primeiro julgamento após o decreto de anistia política de 18 junho de 1822¹⁹⁴.

Ressalte-se que, para este leitor *Anônimo*, João Soares Lisboa foi julgado por um crime contra o príncipe.

Tudo leva a crer que a ação dos personagens do *republicanismo* (as 6 mil assinaturas) e a pressão da imprensa republicana induziram/forçaram os dirigentes do

¹⁹¹ Carta de J. D. A. M. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 92, 3 de agosto de 1822, p. 395.

¹⁹² Carta do leitor *Firme Constitucional*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 94, 6 de agosto de 1822, p. 404.

¹⁹³ Carta de *Hierpino, Brasileiro adotivo*, de 3 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 98, 10 de agosto de 1822, p. 421.

¹⁹⁴ Carta do *Anônimo*, agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 567.

Estado brasileiro à renderem-se à exigência de convocação de uma Constituinte no Brasil. Nos meses de agosto e setembro de 1822, porém, as notícias que iam chegando de Lisboa demonstravam que as Cortes não aceitariam a igualdade política entre Brasil e Portugal. Ao contrário, nos debates nas Cortes lisboetas os deputados argumentam sobre a inferioridade dos trópicos, para demonstrar a impossibilidade de igualdade entre diferentes.

No próximo capítulo procura-se destacar a importância da imprensa como um dos elementos fundamentais na construção de um imaginário político da desagregação racial e do separatismo do império luso-brasileiro.

IV. O FIM DO REINO UNIDO DE BRASIL E PORTUGAL: FUNDAMENTAÇÃO DO IMAGINÁRIO SEPARATISTA

"Se a união do Brasil, diz [o deputado] Moura, nos há de custar o residir o Príncipe no Brasil, por tal preço atrevo-me a dizer a face da Nação e do Mundo todo, não quero a união dos dois Reinos. ... Notaremos aqui de passagem, que a razão porque o deputado Moura, quer por força a Corte em Lisboa, é porque o nome latino daquela cidade é Ulissipona; donde evidentemente mostra que Ulisses foi o seu fundador, e é igualmente claro, que por isso deve ali sempre residir o rei e o herdeiro da Coroa ... Diz mais o deputado Moura, que tudo concederá ao Brasil, menos o não obedecerem ... Nesse caso da cega obediência ..." ¹ [Hipólito José da Costa].

[O deputado Girão referiu-se às "barbaridades horríveis" de Pernambuco. Como, por exemplo,] "... o bárbaro batismo que fazem em Pernambuco, aos europeus; obra própria dos descendentes dos antropophagos: falta só assá-los em canibal festim!" ² [Palavras do deputado Girão na Constituinte de Lisboa].

Em sessão das Cortes de Lisboa, "...em que argumentava com muito calor o Sr. deputado Lino [Coutinho] com outro seu companheiro [do Brasil], ouviu-se mui clara, e distintamente uma voz que dizia -- À unha! À unha!". O "infeliz inventor de tal dito" não era algum "famoso brejeiro". O "ilustre autor de tão engenhoso dito foi o Sr. José Ribeiro Seraiva", desembargador, deputado da Junta do tabaco, deputados das Cortes, "e um dos juizes de Gomes Freire, do coronel Monteiro, e seus desgraçados

¹ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 547, 548.

² Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, p. 609 (original não grifado).

companheiros"³. [Joaquim Maria Alves Sinval, redator do *Astro da Lusitânia*]

Em 1º de agosto de 1822 surgiu o "*Manifesto ... [do] regente constitucional ... aos povos deste reino*"⁴, escrito pelo ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Este documento sempre foi destacado, pela historiografia Brasileira da Independência, como peça política decisiva para se compreender as intenções autonomistas da cúpula do governo antes do *Sete de setembro*.

Do ponto de vista da presente pesquisa, o "*Manifesto ...*" é importante por evidenciar a complexidade do debate político da época, através da demonstração de confronto de pelo menos dois grandes projetos de governo: um absolutismo monárquico e um *republicanismo*. Isto transparece quando José Bonifácio e o príncipe regente dizem "... que, superando talvez desejos, e propensões republicanas ...", as "Províncias coligadas" do sul pretendiam preservar a "preciosa Liberdade" do país. Pois "... quem poderia sob'estar os males d'anarchia, a desmembração das suas províncias, e os furores da democracia?"⁵, senão um "centro comum", um "governo forte".

³ Joaquim Maria Alves Sinval. *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Tipografia de J. F. M. de Campos, nº 128, 19 de julho de 1822, [p. 4]. BNL J191

⁴ Sublinhe-se a preocupação em se caracterizar os desígnios bem intencionados do príncipe através da palavra "constitucional".

⁵ Príncipe regente, "*Manifesto de sua Alteza real o príncipe regente constitucional, e defensor perpétuo do reino do Brasil aos povos deste reino*", 1º de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Op. cit., nº 96, 8 de agosto de 1822, p. 410 (original não grifado). Este documento encontra-se também publicado nas obras de José Bonifácio. Ver, "*Manifesto de 1º de agosto de 1822*". In.: Octaviano Nogueira (organizador). *Obra política de José Bonifácio*. Op. cit., volume 1, p. 287-293.

Esse temor das "propensões republicanas" e dos "furores da democracia" talvez não se refira somente aos republicanos do Rio de Janeiro. Mas é provável que tenha sido pensado também para os pensadores do republicanismo de Pernambuco, ou "Pernambucanos Defensores da Liberdade Brasileira"⁶, conforme é escrito algumas páginas adiante do "Manifesto", e também em outros escritos representativos do imaginário político da época.

Ora, se o próprio "Manifesto" se encarrega de afirmar que uma das vertentes em pugna é o *republicanismo*, como esse documento qualifica a vertente absolutista? José Bonifácio e o príncipe escrevem que as "...Províncias do Sul do Brasil..." sacudiram o jugo colonial em prol da "...Liberdade, e independência". Ou seja, os "...princípios, em que fundava a sua revolução, e o direito de mudar as suas instituições políticas ..." seriam os "direitos de liberdade". Portanto, pensou-se em "...convocar a Assembléia [Constituinte] do Brasil, a fim de cimentar a independência política deste Reino ... conservando-se debaixo de mesmo chefe, duas Famílias ..."⁷.

Apesar de toda a retórica, a chave para a compreensão da proposta de governo de José Bonifácio e do príncipe não está somente na defesa da união monárquica de duas famílias através de um mesmo rei. O mais importante aqui não são os fins, mas sim os meios. Ou seja, o "Manifesto" sustenta um direito de autodeterminação valendo-se do argumento do temor do *republicanismo* que poderia/estaria tomando corpo como consequência das decisões danosas das Cortes de Lisboa. O "Manifesto" propunha, assim, a luta até

⁶ Príncipe regente, "Manifesto ...", 1º de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 413.

⁷ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 1º de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 409, 410 (original não grifado).

extinguir-se a "escravidão" colonial exercida pela Assembléia Constituinte de Lisboa, de modo que o Brasil pudesse "... armar seus braços ..." ⁸ contra seus Senhores. Ou seja, ao criticar exacerbadamente a Constituinte, o "*Manifesto*" implicitamente defende uma forma de governo não constitucional.

O argumento fundamental para compreender o conteúdo desta proposta monarquista de governo é: "... consolidando a nossa Liberdade, queremos salvar a Portugal de uma nova Classe de Tiranos" ⁹. Portanto, o liberalismo de José Bonifácio e de D. Pedro opõe-se à Constituição. Em outras palavras, o "*Manifesto*" aproveita-se dos excessos e desvarios das Cortes de Lisboa para pôr em questão o próprio sistema de governo constitucional. A essência de seu projeto é, portanto, um governo não constitucional, estando em segundo plano a manutenção do Reino Unido de Brasil e Portugal. Trata-se, pois, do projeto de continuidade de um governo monárquico absolutista no Brasil.

Esta interpretação é factível mesmo levando-se em conta que a linguagem política monarquista usa as palavras "liberdade", "felicidade" e "revolução" para propor, contraditoriamente, a "Independência" da "Monarquia Representativa Brasileira" realizável através da "união" em torno ao rei D. João VI ¹⁰. "Independência" e "união"? Contudo, a essência do "*Manifesto*" não é a "união" ou a "Independência". Ao contrário, o fundamento das idéias do

⁸ Príncipe regente, "*Manifesto ...*" , 1º de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 411.

⁹ Príncipe regente, "*Manifesto ...*" , 1º de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 413.

¹⁰ Príncipe regente, "*Manifesto ...*" , 1º de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 412, 413.

ministro e do regente, expresso no "Manifesto", é o absolutismo, a não-Constituição.

Essa interpretação é corroborada pelo "Manifesto ... aos governos, e nações amigas", de 6 de agosto de 1822. Neste segundo "Manifesto", José Bonifácio e o príncipe mantêm a mesma retórica, dizendo, por exemplo, pretender anuir às "Luzes" aos "direitos" da "vontade geral do Brasil" pela "independência política"¹¹.

Neste segundo "Manifesto", os ataques à Constituinte de Lisboa são legitimados pela intervenção militar européia nas províncias do Brasil. Isto porque um "partido", uma "fração" das Cortes Portuguesas aproveitou "... os desvarios da Junta Governativa da Bahia (que ocultamente promovera) para despedaçar o sagrado nó que ligara todas as províncias do Brasil [união] a Minha Legítima e Paternal Regência". Com que direito o Congresso legitimou aquela Junta "facciosa" de governo a cortar os vínculos políticos, apartando a Bahia do "centro do sistema a que estava ligada"? Na Bahia, a guerra civil e a "anarquia" é culpa do Governo provisório de 10 de fevereiro de 1821, "... vendido aos demagogos lisbonenses, e de alguns outros homens deslumbrados com idéias anárquicas e republicanas". O Congresso de Lisboa pretendia converter as províncias em "repúblicas inimigas"¹². Na Bahia, as "sanguinosas cenas" do Madeira serão reforçadas com mais tropas pelo "despotismo militar" das Cortes, apesar dos protestos dos Deputados do Brasil em Lisboa. Em Portugal, os deputados das Cortes receberam com felicitações e condescendência as

¹¹ Príncipe regente, "Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos, e nações amigas", 6 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 103, 17 de agosto de 1822, p. 457.

¹² Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 459, 460 (original não grifado).

"tropas fratricidas" expulsas de Pernambuco, apesar dos esforços da Junta de Governo com suas Representações para se livrarem das "Baionetas européias"¹³.

Ressalte-se que, da ótica da análise de José Bonifácio e do príncipe, a Constituinte de Lisboa era responsável pela disseminação do *republicanismo* no Brasil. Pois, para retornar ao antigo sistema colonial, era de seu interesse criar "repúblicas inimigas"¹⁴ da monarquia do Rio de Janeiro. É interessante ressaltar que esta acepção do *republicanismo* adquire o significado de separatismo. Isto é importante por pelo menos duas razões: primeiramente, este significado de federalismo enquanto desmembração separatista talvez seja, para a historiografia da Independência, a definição mais forte do conceito de república entre 1822 e 1824. Em segundo lugar, tal estratégia reafirma o poder central monarquista, personificado no príncipe regente, como catalisador da solução necessária e única para evitar a desagregação do território da ex-possessão colonial Portuguesa. Eis as palavras de José Bonifácio:

"... Um governo forte e constitucional era só quem podia desempenhar o caminho para o aumento da civilização e riqueza progressiva do Brasil; quem podia defendê-lo de seus inimigos externos, e coibir as faccões internas de homens ambiciosos e malvados... Sem este centro comum, torno a dizer... Sem este centro de força e de união finalmente, não poderiam os brasileiros conservar as suas fronteiras e limites naturais ...

"¹⁵.

¹³ Cf. Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 461.

¹⁴ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 460 (original não grifado).

¹⁵ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 460-461 (original não grifado).

Este silogismo, segundo o qual república significa separatismo, e monarquia é definida por união, ainda hoje possui adeptos.

Porém, este segundo "Manifesto" não deixa de mencionar, em tom de denúncia acusatória, a existência no Brasil "... de alguns outros homens deslumbrados com idéias anárquicas e republicanas"¹⁶. Ou seja, o segundo "Manifesto" admite que no Brasil existam anarquistas-republicanos independentemente das influências das Cortes de Lisboa. Sem raciocinar pelo teor das idéias de contestação ao regime, o que sobressai é a tese do separatismo como resultado lógico do *republicanismo*.

Além de culpar a Constituinte de Lisboa pela disseminação do *republicanismo* no Brasil, o segundo "Manifesto" também vê na ação das Cortes a responsabilidade pelos problemas raciais de Pernambuco e Bahia. Pois tais províncias vêm-se ameaçadas pelas "... cenas horrorosas de Haiti, que nossos furiosos inimigos [Cortes de Lisboa] muito desejam reviver"¹⁷.

Apesar de dizer que "... não desejo cortar os laços de união..." do "Todo Político"¹⁸ da Nação Portuguesa, o príncipe e José Bonifácio denunciavam que Portugal teria oferecido uma parte da província do Pará para a França, em troca de tropas e navios. Portugal também teria se oferecido para negociar o Tratado de 1810 com mais vantagens para a Inglaterra.

¹⁶ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 460 (original não grifado).

¹⁷ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 462 (original não grifado).

¹⁸ Príncipe regente, "Manifesto ..." , 6 de agosto de 1822. In.: op. cit., p. 464.

Desta ótica, portanto, surge como problema fundamental compreender por que a Constituinte de Lisboa estava causando tanta indignação aos olhos dos brasileiros em 1822? Ao ponto dos escritores e políticos monarquistas servirem-se do espantinho das Cortes de Lisboa não somente para reprimirem seus adversários republicanos, e ultrapassá-los na criação de fatos políticos no segundo semestre de 1822. Isto após o governo haver sido levado à ceder às pressões pró-Constituinte em maio-junho de 1822. Assim, a indignação causada pelas Cortes de Lisboa será canalizada, principalmente, para justificar um governo não-constitucional e absolutista.

Era justamente esse absolutismo do governo monarquista do Rio de Janeiro que receberia o adjetivo "despotismo" ou "tirania", na linguagem política da imprensa republicana.

No entretanto, a imprensa republicana do Rio de Janeiro continuou denunciando os objetivos da reconquista portuguesa, sem perder de vista a necessidade de um poder legislador constitucional. Diferentemente da corrente absolutista, a imprensa republicana, mesmo refletindo sobre a má vontade da maior parte dos políticos e da imprensa portuguesa, nunca deixou por isso de defender a necessidade de uma Constituição. Veja-se estas palavras de João Soares Lisboa sobre a ideologia que perpassa a linguagem da "Representação" da Junta de governo de São Paulo, cujos argumentos encaixam-se perfeitamente na análise dos *Manifestos*. Para João Soares Lisboa:

"... esta Junta nunca se poderá justificar de ter chamado ao Congresso = *Facção* = e por mais que se desculpe com seu ressentimento pelos decretos de 29 de setembro é inadmissível todo o pretexto que se tome para atacar ou menosprezar a Soberania da nação representada legalmente naquele Augusto Congresso. ... [portugueses do Brasil] Nada mais justo do que

pugnardes contra o errado sistema daquele Soberano Congresso mas não lhe negueis a Soberania de que está investido pelo soberano povo de Portugal; vê-de que [, assim] o imperador dos Turcos meréce-vos igual respeito que o rei dos Ingleses, e seu Congresso Lisbonense é facção. Demagogia igual fica sendo a vossa Assembléia Constituinte e Legislativa; a origem é a mesma; respeitai se quereis ser respeitados; o fanatismo político é tão perigoso como o fanatismo religioso; ... toda a arbitrariedade é odiosa; ... perdido o respeito à Lei e às autoridades que ela estabelece, não há mais ordem, e sem esta tudo é confusão e anarquia ..."¹⁹.

Os pensadores republicanos não deixam de reconhecer, também, os avanços políticos da Constituição Portuguesa feita pelas Cortes de Lisboa, particularmente no que diz respeito aos direitos civis²⁰.

João Soares Lisboa, por exemplo, ao defender a sagrada causa da "Liberdade e Independência política" do Brasil em 10 de agosto de 1822, denuncia que o navio Duarte Pacheco lhe havia informado que, 3 dias antes de sua partida, saiu de Lisboa 600 soldados para a Bahia. Tais tropas foram mandadas no mesmo dia em que chegaram à Lisboa as tropas recambiadas do Brasil. Ou seja, prossegue João Soares Lisboa, enquanto os Avilezes, Carretis e Regos foram condecorados com títulos beneméritos da Pátria, o comandante do navio D. João VI, que obedeceu o povo do Brasil, e seu Regente, foi posto em Conselho de guerra. Nas palavras de João Soares Lisboa, "O Povo do Brasil é português, e tem a mesma Soberania, liberdade, e Independência...". E como entraram "na posse do precioso bem = a liberdade = não poupará sacrifícios os mais

¹⁹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

²⁰ Este último argumento será particularmente lembrado pelo deputado republicano Cipriano Barata, no ano de 1823.

cruentos para conservá-la, porque é melhor morrer que ser escravo"²¹.

Ora, João Soares Lisboa não deixa de fazer críticas às Cortes de Lisboa: em suas palavras, "Pernambuco recambiou as tropas européias, muito antes de saber que as Províncias do Sul do Brasil se achavam coligadas, e esta unanimidade de sentimentos é reputada no Soberano Congresso como trama de uma facção!". Entretanto, às duas Assembléias Constituintes, a lisboeta e a que se iria instalar no Brasil, compete contratar "os artigos do pacto social da união entre os dois Reinos, e é incompetente, ilegal, e nulo, todo o contrato feito por baionetas ..." ²².

A COMISSÃO ESPECIAL SOBRE NEGÓCIOS POLÍTICOS DO BRASIL

Somente em 29 de agosto de 1822 o *Correio do Rio de Janeiro* publicou notícias sobre os conflitos causados com a leitura do "Parecer" da Comissão especial dos negócios políticos do Brasil. Tal Comissão fora criada para propor alterações à Constituição conducentes ao Brasil. Seu "Parecer" geraria enorme controvérsia nas Cortes de Lisboa. A discussão se iniciou em 26 de junho, encerrando-se somente na sessão de 1º de julho de 1822, sessão que se fez permanente.

João Soares Lisboa iniciou a publicação do debate sobre o "Parecer" da Comissão especial dos negócios políticos do Brasil dizendo: Fiquem "desenganados". E

²¹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 98, 10 de agosto de 1822, p. 423 (original não grifado).

²² João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 98, 10 de agosto de 1822, p. 423, 424.

acrescenta que, se tivesse o hábito, citaria Benjamim Constant, Bentham²³, Gastine, Crevel, Bonim, de Pradt e outros, para demonstrar os "Direitos dos Povos" e os peculiares interesses da América, em particular do Brasil²⁴.

Na sessão de 26 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa, a ordem do dia seria tratar os artigos adicionais da Constituição para o Brasil, ou seja, discutir-se-ia o estabelecimento pragmático do "império luso-brasiliiano"²⁵.

Na sessão do Congresso de Lisboa de 26 de junho de 1822, foi lido o seguinte *Projeto da Comissão especial*:

"Haverá no Reino do Brasil, e no de Portugal, e Algarves, dois Congressos, um em cada Reino, os quais serão compostos de representantes eleitos pelo povo na forma marcada pela Constituição"²⁶.

O relator informou que os membros da *Comissão* se haviam convencidos de que, apesar da leitura das cartas da Junta de Pernambuco, "o sistema de unidade inteira dos dois Reinos [luso-brasiliiano] é quase de absoluta impossibilidade". Ou seja, "... todas as ramificações [do Reino Unido português-brasileiro] deveriam ser independentes imediatamente de Portugal". O relatório da *Comissão* informa também que os deputados estavam convencidos da necessidade de "Cortes particulares no

²³ Sobre a influência de Bentham no período, ver Maria Helena Carvalho dos Santos. "A maior felicidade do maior número". Bentham e a Constituição portuguesa de 1822". In.: Miriam Halper Pereira (Coord.). O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1981, volume 2, p. 91-115.

²⁴ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 113, 29 de agosto de 1822, p. 505.

²⁵ Cf. extrato do Diário do Governo [de Portugal], nº 149, de 27 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 113, 29 de agosto de 1822, p. 505, 506.

²⁶ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, de 26 de junho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 110, 27 de junho de 1822, [p. 3].

Brasil", pois este é "o único laço de união"²⁷ possível. O relatório da *Comissão especial dos negócios políticos do Brasil* propõe, assim, a criação de dois "Congressos", um em cada Reino, compostos de "representantes" eleitos pelo povo, na forma definida pela Constituição.

Dessa maneira iniciaram-se acalorados debates entre os deputados Constituintes do Brasil e de Portugal.

Os primeiros debatedores portugueses insinuaram que aquela proposição nada mais era do que uma independência mascarada. O deputado Girão, por exemplo, argumentou que a criação de dois Congressos significava a "monstruosa quimera da independência" do Brasil, país corrompido pelas facções de São Paulo e Rio de Janeiro, onde os "os escravos renovarão as cenas de S. Domingos". O deputado Girão insinua que a *Comissão* quer "... zombar de nós, e reputar-nos destituídos do senso comum ..." ²⁸.

O deputado Freire argumentou que a idéia de Congresso composta "só de brasileiros" ia contra as *Bases*, "onde se jurou ... [a] união dos dois povos de ambos os hemisférios". Cortes no Brasil nada mais seriam que a "separação fatal aos povos de ambas as partes" ²⁹.

O "*Parecer*" da *Comissão especial dos negócios políticos do Brasil* entrou na ordem do dia 27 de junho de 1822. O relator da Comissão, após analisar os fatos do Rio de Janeiro, as cartas da Junta de S. Paulo [Fico], do Bispo

²⁷ Cf. extrato do *Diário do Governo* [de Portugal], n° 149, de 27 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 113, 29 de agosto de 1822, p. 506, 507 (original não grifado).

²⁸ Citado em extrato do *Diário do Governo* [de Portugal], n° 149, de 27 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 113, 29 de agosto de 1822, p. 507, 508.

²⁹ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, de 26 de junho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., n° 110, 27 de junho de 1822, [p. 4].

de São Paulo e do príncipe regente, "fazendo menção das escandalosas expressões com que é injuriado o Soberano Congresso"³⁰, sugeria o seguinte procedimento:

1. Instalação de "novas Juntas Administrativas" onde ainda não se cumpriu o Decreto de 29 de outubro.

2. Sejam processados e julgados os membros da atual Junta de S. Paulo que assinaram a Representação de 24 de dezembro de 1821. Idêntico procedimento com o Bispo daquela Diocese, por ter assinado a *Representação* de 1º de Janeiro de 1822. [do Fico]. E também com os quatro que assinaram o discurso dirigido ao príncipe real em 26 de janeiro 1822.

3. ...

4. "Que o Governo" [do príncipe regente] informe por que os deputados de Minas Gerais não "têm vindo tomar assento nas Cortes".

5. Responsabilize-se os ministros do Rio de Janeiro pelo decreto de 16 fevereiro 1822 (sobre criação do Conselho de Procuradores³¹).

O relator da Comissão hesitara apenas quanto a decisão da "demora de S. A. Real no Rio de Janeiro até à regulação geral do governo do Brasil". Sugeriu-se, então, a estada do príncipe até a "publicação do ato adicional". O regente deveria governar "as províncias que atualmente governa, e lhe obedecem". Isto para minorar as desconfianças que os "facciosos" espalham entre os brasileiros. Um "centro do

³⁰ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 3].

³¹ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 3]. O deputado Moura usa a expressão Conselho de Estado. Ver Astro da Lusitânia. Idem ibidem, [p. 4].

poder executivo delegado" é o que desejam "não só as províncias do Sul, mas a de Pernambuco ..."³².

Um argumento favorável à *Comissão especial dos negócios políticos do Brasil* veio de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que disse que a existência de Cortes no Brasil seria o único meio de conter o "espírito de independência". Além do mais, disse o deputado, no Brasil "...não podia existir um Regente, sem que um Corpo Legislativo expiasse suas ações"³³.

O deputado Borges Carneiro contra-argumentou que se deveria ponderar sobre dois pontos essenciais: "1. que a Autoridade legislativa existente nas Cortes deite em rosto ao príncipe o seu desvairado procedimento; 2. o seu regresso imediato". Segundo o Sr. B. Carneiro, os membros da Junta de S. Paulo eram os "pérfidios motivadores de todas as desgraças...". "Contudo não pode deixar de merecer toda a censura o escandaloso procedimento do príncipe real"³⁴, concluiu o deputado B. Carneiro.

Borges Carneiro também disse, utilizando a imagem simbólica na qual o Brasil seria o filho, a quem caberia obediência à sua mãe, Portugal: o Brasil está "... na sua infância, disse o deputado Borges Carneiro; ele por ora não pode ser independente, precisa de uma terna Mãe a quem se encoste, ... e por cujas veias corre o mesmo sangue ..."³⁵.

³² Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 3].

³³ Citado em extrato do *Diário do Governo* [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 114, 30 de agosto de 1822, p. 510.

³⁴ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 3].

³⁵ Citado em extrato do *Diário do Governo* [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 114, 30 de agosto de 1822, p. 510, 511.

Sobre tal argumento, João Soares Lisboa retruca: "Não tenha cuidado com o rapaz, porque ele já mudou os dentes, fez a sua primeira barba, e até tem justo casamento; mal dele se não cuidasse em si, porque a Mãe está na decrepitude, e tem delirado muito"³⁶.

Já o deputado Serpa Machado diz que a *Comissão* propõe a separação do Reino luso-brasileiro³⁷.

João Soares Lisboa acrescenta que tais argumentos são contra o "Direito Público Universal", pois os deputados portugueses pretendem sacrificar os interesses de dois terços da nação em prol de um terço que reside em Portugal³⁸.

Já o deputado Bueno argumentou que o que a *Comissão* julgava crime, não passava de exercício do direito de Petição previsto pelas "Bases". Então o deputado Moura contra-atacou, dizendo que tal argumento confunde direito de petição com direito de resistência. Isto porque a Junta de São Paulo negou-se a obedecer o Congresso onde possui representantes, e do qual havia jurado as "Bases"³⁹.

Segundo o deputado Moura, o príncipe real deveria sofrer/sujeitar-se "a mais rigorosa censura" das Cortes: "quero que ele tome uma lição". E concluiu o deputado Moura: "que [o príncipe real] conheça, que aqueles mesmos,

³⁶ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 114, 30 de agosto de 1822, p. 511.

³⁷ Cf. extrato do *Diário do Governo* [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 114, 30 de agosto de 1822, p. 512.

³⁸ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 114, 30 de agosto de 1822, p. 512.

³⁹ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 3].

que ... decretaram a maior fidelidade à Dinastia da Casa de Bragança, são aqueles mesmos que o podem despojar..."⁴⁰.

Tratava-se, para o deputado Moura, de uma "rebelião dos facciosos", uma rebelião pela não obediência. Segundo o deputado Moura, em 1821 o príncipe regente dizia que defenderia a cidade do Rio de Janeiro contra "um subornado partido da independência" que lá havia. Porém, o príncipe real mudara a linguagem, e agora dizia que "se acaso chegar a desembarcar tropa, de certo que declara a separação com a independência, ao que aderiria contra a vontade, porém contente!"⁴¹.

O Sr. Moura prosseguiu argumentando em prol da "desunião" e "desligação". E o deputado Moura ainda disse que os brasileiros somente poderiam reivindicar reformas na Constituição após quatro anos, tempo em que a Constituição prescreveria. João Soares Lisboa então responde:

"Parece-nos isto moral de funil! Juraram-se *Bases* (e não Constituição), e agora se insiste que não postergue o juramento... [Se o artigo 21 das *Bases*] não são atendidos, como o serão daqui a 4 anos? ... [O] partido preponderante do Congresso ... se arroga a infalibilidade Papal do século XII. Segundo nosso modo de sentir não se pode chamar a isto opinar, ou raciocinar, o seu verdadeiro nome é *sophismar*"⁴².

O deputado Moura afirmou ainda que o Congresso havia concedido a D. João VI o poder de veto. Em troca, o Conselho de Estado seria nomeado pelas Cortes. A tal ordem

⁴⁰ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 4].

⁴¹ Extrato da sessão de 27 de junho de 1822 das Cortes de Lisboa. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 111, 28 de junho de 1822, [p. 4].

⁴² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 115, 31 de agosto de 1822, p. 513, 514-515.

das coisas João Soares Lisboa responde que no "Governo Representativo" a confecção das Leis cabe ao Legislativo, e tal divisão de poderes impede que o chefe do Executivo tenha o poder de "Veto". Isto porque "sem a divisão de Poderes não há Constituição". Na concepção política de João Soares Lisboa "o Executivo terá, se quiser, um Conselho de Estado a sua escolha, e nenhum Veto. Lei feita por muitos, e desfeita por poucos, ou por um, é por a máquina fora dos eixos ou ser contraditório"⁴³.

A LINGUAGEM DA RECONQUISTA

Falaram no mesmo sentido do deputado Moura os Srs. Girão, C. Branco e Feio.

O Sr. Vergueiro, porém, defendeu a Junta de S. Paulo, argumentando que os decretos [de 29 setembro 1821] das Cortes haviam sido aprovados por apenas 74 deputados, inferior aos dois terços necessários (o total era próximo a 200). Os Srs. Guerreiro, Moura, Trigoso e Girão contestaram este raciocínio⁴⁴.

Na sessão das Cortes de 28 de junho de 1822, Antônio Carlos também combateu os decretos de outubro de 1821, sob o argumento que apenas 1/3 dos representantes da monarquia portuguesa haviam aprovados aqueles decretos sobre o Brasil. A Junta de S. Paulo nenhuma obrigação tinha de obedecer. Além disso, "só depois que delegou o seu poder representou o que lhe convinha, direito este..." garantido

⁴³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 115, 31 de agosto de 1822, p. 516 (Erro de paginação, aqui corrigido).

⁴⁴ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, de 27 e 28 de junho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 112, 1º de julho de 1822, [p. 2, 4].

pelas Bases. Para Antônio Carlos, a Comissão fôra parcial, pois "achando-se as Juntas de Pernambuco e Minas nas mesmas circunstâncias, não fazia delas menção"⁴⁵.

Uma longa argumentação do Sr. Ferreira Borges procura mostrar que a Constituinte não trata desigualmente nenhuma das partes do reino. Diz que não houve uma transferência dos tribunais da Mesa de Consciência e Desembargo do Paço para Portugal, mas sim a extinção dos mecanismo judiciais do Antigo Regime. Afirma que José Bonifácio de Andrada:

"é aquele que em tempos que o despotismo estava em todo o seu vigor, ele sendo nomeado Juiz de Polícia, se erigiu a si mesmo Intendente Geral, arrogando-se a todas as atribuições; porém não ficou aqui; ele mesmo se fez Juiz da Inconfidência! ...[Portanto, tendo ele] por natureza uma condição tão despótica, não há de continuar até morrer?"⁴⁶.

No dia 1º de julho continuou a discussão sobre as alterações constitucionais pertinentes ao Brasil.

O Sr. Serpa disse que "à existência do mal no sul do Brasil é evidente"⁴⁷. Prosseguiu afirmando que queria que o príncipe real viesse pessoalmente perante às Cortes responder como responsável, uma vez que a inviolabilidade cabia apenas ao rei.

Uma intervenção do deputado Vergueiro é transcrita da seguinte forma pelo taquígrafo: "O Sr. Vergueiro largamente falou em contradição aos argumentos do Sr. Girão; e

⁴⁵ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 28 de junho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 112, 1º de julho de 1822, [p. 3].

⁴⁶ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 28 de junho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 112, 1º de julho de 1822, [p. 3].

⁴⁷ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 2].

passando a falar do projeto em geral, concluiu sustentando a sua opinião"⁴⁸.

O Sr. Freire criticou a omissão da Comissão em relação ao príncipe, pois "ele havia excedido os limites da autoridade que seu pai lhe havia concedido". Não sendo o regente inviolável, estava portanto sujeito à responsabilidade. O deputado Freire era de opinião "que ao príncipe havia cessado a sua delegação"⁴⁹.

O Sr. R. de Andrada "continuou largamente falando contra"⁵⁰ o Sr. F. Borges.

O Sr. C. de Seabra era de opinião "que o príncipe real fosse conservado no Brasil com delegação do poder executivo em todo o Brasil, com o fundamento de que, sendo o sucessor da coroa, era interessado na integridade, e união da Monarquia..."⁵¹.

O Sr. X. Monteiro e o Sr. S. Franco opinaram que o príncipe deveria regressar.

O Sr. presidente do Congresso lembrou da hora, e propôs-se que a sessão de 1º de julho fosse declarada permanente até que fosse resolvido o impasse sobre o Brasil.

O deputado Barata atacou a primeira parte do parecer, e defendeu a segunda. Não há detalhes sobre sua

⁴⁸ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 2].

⁴⁹ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 2-3].

⁵⁰ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 3].

⁵¹ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 3].

intervenção, apenas um rodapé no *Astro* que diz: "Com o seu discurso causou um riso universal"⁵².

"O Sr. Luiz Paulino, clamando pela união do Brasil com seus irmãos de Portugal, defendeu em geral o parecer da Comissão"⁵³.

Lino Coutinho propôs que o Congresso revogasse os dois decretos [de 29 outubro 1821] motivadores das desconfianças, "e que S. A. R. continuasse a residir no Brasil"⁵⁴.

O Sr. Andrada requereu voto nominal. O *Parecer* da Comissão foi aprovado, sendo rejeitado apenas o item que previa processar o Bispo de S. Paulo.

O item 7 do parecer da Comissão, sobre a permanência do regente no Brasil, foi motivo de grande confusão. Tal polêmica é transcrita a seguir, a partir da íntegra do item sete:

"7. Que continue a estada do príncipe real no Brasil, até a publicação do ato adicional; e que entretanto fique S. A. governando com sujeição às Cortes e a El-Rei, as províncias que atualmente governa, e lhe obedecem; sendo os seus ministros ou secretários de Estado nomeados por El-Rei, e todas as resoluções tomadas em Conselho dos mesmos, e assinadas ou referendadas pelo Secretário de Estado da Repartição competente, todas as decisões e a correspondência Oficial, ainda a que vier para as Cortes, e para El-Rei.

Como a Assembléia a respeito deste artigo, declarou dividir-se em 3 opiniões, o Sr. Presidente as propôs da maneira seguinte: 1. se se aprovava o artigo tal como se acha? Que não: por 76 a 32; 2. se deverá permanecer o príncipe no Brasil sem restrições algumas? Que não, por 75 contra 33; 3. que se o príncipe volte já? que não, por 60 votos contra 48.

Hesitou toda a Assembléia nesta decisão; por quanto estavam as três votações em perfeita contradição: e que não

⁵² Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 3] .

⁵³ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 3] .

⁵⁴ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 3]. No original, ao invés da palavra "residir", aparece "presistir".

valendo nada aquela votação, se renovasse. Então procedendo-se à votação nominal, o Sr. Presidente, propôs "os Srs. que forem de voto, que o príncipe real fique no Brasil governando as províncias que atualmente governa até a publicação do artigo adicional, digam que sim, e os que não quiserem que ele regresse já para Portugal, digam que não". O Sr. secretário S. d'Azevedo procedeu a ela, e se decidiu pela primeira, por 64 contra 45: e procedendo-se logo à votação sobre as restrições, aprovaram com pequena diferença as mesmas do projeto"⁵⁵.

Sobre essa votação do *Parecer da Comissão*, escreveu o Redator do *Astro da Lusitânia*:

"O Congresso cobriu-se de um opróbrio eterno --! Duas terças partes dos deputados são corcundas --! De hoje em diante não nos devemos maravilhar de coisa alguma --! Tais eram as hiperbólicas expressões que anteontem [1º do mês] ouvíamos por toda a parte em que se falava das decisões tomadas pelas Cortes sobre os negócios do Brasil"⁵⁶.

Segundo o Redator do *Astro da Lusitânia*, tal decisão era parcial, injusta e contraditória. Parcial com o bispo e com S. A. R.: "Pelo sabido princípio de moral, todas as ações humanas são imputadas aos seus autores, e da mesma sorte dados os seus conseqüências, uma vez que se não prove que na pessoa do agente existam defeitos que tirem toda a moralidade...". Ora, continua o Redator, o príncipe assinou o decreto de 16 de fevereiro de 1822, e "... cometeu uma usurpação manifesta desses mesmos poderes que jurou reconhecer nas Cortes"⁵⁷ [Bases]. Segundo o redator:

"As argúcias dos Srs. Vergueiro, e Antônio Carlos, ao mesmo tempo que contém os princípios elementares da destruição de todas as sociedades, não podem aos olhos da imparcial justiça

⁵⁵ Extrato da sessão das Cortes de Lisboa, 1º de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 113, 2 de julho de 1822, [p. 4].

⁵⁶ *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 114, 3 de julho de 1822, [p. 1].

⁵⁷ *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 114, 3 de julho de 1822, [p. 1, 2].

justificar procedimentos, que só seriam legítimos, quando esgotados inutilmente todos os recursos"⁵⁸.

Na sessão das Cortes de 2 de julho de 1822, entrou em questão os artigos do *Projeto da Comissão especial dos negócios políticos do Brasil*, que haviam sido apresentados na sessão de 18 de março de 1822. Eram os seguintes:

"1. Que se expeçam ordens, para que o príncipe real não abandone o Rio de Janeiro, não o tendo já feito, em quanto se não fizer a organização geral do Governo no Brasil.

2. Que não instale ali a Junta provincial, por ser inconsistente com a sua estada naquela província.

3. Que faça porém executar o decreto da abolição dos Tribunais...

4. Que se declare que a Junta da Fazenda das Províncias do Reino do Brasil é subordinada à junta provincial...

5. Que o Comandante da força armada de cada uma das províncias fique subordinado à junta Provincial, da qual porém será membro nato, com voto tão somente na parte militar.

6. Que se discuta, e desde logo se remeta às províncias do Reino do Brasil o projeto de decreto sobre as relações comerciais...

7. Que se especifiquem as bases do sistema de Fazenda que deve reger ambos os Reinos...

8. Que a dívida passada do Brasil seja declarada dívida nacional.

9. Que a dívida contraída com o Banco do Brasil seja classificada como dívida pública, e desde logo se assinem prestações suficientes para sustentar tão útil estabelecimento.

10. Que se indique em termos enérgicos, e claros às províncias do Reino do Brasil, que o Congresso não tem dúvida de conceder àquele Reino, um ou dois centros de delegação do poder executivo, que previnam os inconvenientes da grande distância daquele Reino a este, ficando imediatamente subordinadas ao poder executivo aquelas províncias, que assim o requererem por convir à sua posição, e interesses"⁵⁹.

Muitos deputados opinaram que a decisão de 1º de julho tornara tais artigos desnecessários. Pôs-se os decretos em votação: os deputados decidiram que o primeiro e o segundo artigos não eram necessários. O terceiro e o quarto foram

⁵⁸ Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., n° 114, 3 de julho de 1822, [p. 1].

⁵⁹ Extrato da sessão das Cortes, 2 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., n° 114, 3 de julho de 1822, [p. 3].

aprovados⁶⁰. Estes artigos do *Projeto da Comissão* só voltariam a ser discutidos em 22 de julho de 1822.

Na sessão de 3 de julho de 1822 entrou em questão o *Projeto* com os artigos adicionais à Constituição, apresentados pela *Comissão*. Conforme já foi mencionado, o artigo 1º dizia

"Artigo 1. Haverá no Reino do Brasil, e no de Portugal e Algarves dois Congressos: um em cada Reino, os quais serão compostos de Representantes eleitos pelo povo, na forma marcada pela Constituição"⁶¹.

O Sr. Girão utilizou os artigos 16 e 27 das "*Bases*" para argumentar contra o artigo adicional do projeto da *Comissão*:

"A nação portuguesa, disse ele, é a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios, e as Cortes devem unir-se aqui nesta capital; isto está jurado por nós todos, e o Brasil o jurou também, e mandou aqui os seus deputados; como é possível criar agora novo Congresso no Brasil? Se os brasileiros não são fiéis ao seu juramento, se buscam pretextos para o quebrarem, nunca observarão coisa alguma, nem se pode contar com eles para nada. Eu já disse, que isto era independência mascarada ... "⁶².

Para o Sr. José Ricardo aquele artigo era a "única medida de consolidar a união..."⁶³.

O Sr. Sarmento disse "... que no Brasil, logo que apareciam os impressos do Abade Duprat, eram comprados; que aquele povo fazia grande apreço das suas doutrinas"⁶⁴.

⁶⁰ Cf. extrato da sessão das Cortes, 2 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 114, 3 de julho de 1822, [p. 3].

⁶¹ Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 2].

⁶² Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 2].

⁶³ Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 2].

⁶⁴ Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 2].

Note-se que, para esse deputado, a imprensa e a circulação de livros é fundamental para o debate político.

O deputado Lino Coutinho disse discordar do argumento do Sr. B. Carneiro, que dissera "que os brasileiros no tempo do jugo do despotismo viviam sossegados, não procurando expulsá-lo fora de si, e que agora que se lhes oferece uma Constituição liberal, que reconhece os seus direitos, que assegura as suas propriedades, e depois de reconhecerem tudo isto, e de a abraçarem no seu seio, de a jurarem, e enfim de protestarem em tudo estar por ela, se revoltavam..."⁶⁵. O argumento não é válido, diz Lino Coutinho, pois os brasileiros "obedeciam cegamente" porque haviam sido criados sob o jugo do despotismo. Lino Coutinho concluiu defendendo o artigo.

O Sr. F. Borges e Moura combateram o artigo, cuja redação era "filha das doutrinas da subversiva Junta de S. Paulo". O artigo pretendia que a Coroa recaísse "no seu herdeiro, ... a fim de que se estabeleça a sede da monarquia no Brasil"⁶⁶.

Na sessão de 4 de julho os deputados continuaram discutindo o artigo da Comissão criada para propor alterações à Constituição conducentes ao Brasil.

O Sr. Moniz Tavares disse que "declamações injuriosas... só produzem ódio, ou desprezo"⁶⁷. Votou pelo artigo.

Os Srs. C. Branco, C. Fortes e Trigoso afirmaram que o projeto "era mais próprio para promover a separação...". O Sr. Trigoso acrescentou que os brasileiros pensavam que

⁶⁵ Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 3] .

⁶⁶ Extrato da sessão das Cortes, 3 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 115, 4 de julho de 1822, [p. 4] .

⁶⁷ Extrato da sessão das Cortes, 4 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 116, 5 de julho de 1822, [p. 3] .

queriam colonizá-los, enquanto os europeus pensavam que o Brasil queria separar-se: "...esta persuasão se ia arraigando no povo"⁶⁸ de Portugal, disse o deputado Trigoso.

Note-se que o deputado percebe a criação de um imaginário separatista que "se ia arraigando no povo".

O Sr. A. Lima, um dos membros da Comissão, "julgando-se mui penhorado", intercedeu defendendo seu trabalho.

O Sr. Guerreiro disse que os "autores deste projeto foram guiados pelo amor da pátria, querendo que o seu país fique tanto como Portugal...". Algo impossível porque no Brasil há o "crime [da separação] provincial", e "sua indústria ainda está no maior atraso, e por isso dependente das nações industriosas...". Portanto, "o Brasil não está em estado de figurar só por si... [, e] não pode ter uma independência". Por isso "lhe convém conservar-se unido à Mãe Pátria". Pois, se "concedeu-se esta separação ao Brasil", por que não conceder-lhe também aos portugueses da África e Ásia?"⁶⁹.

Posta a matéria em votação, decidiu-se 65 pelo não. Contra 22.

Na sessão das Cortes de 5 de julho, continuou-se a discussão dos artigos propostos pela Comissão especial para alterar o sistema da Constituição inerentes ao Brasil. Tratava-se, agora, do artigo 12, cujo teor era o seguinte:

"Na capital do Brasil haverá uma Delegação do poder executivo que exercerá todas as atribuições do poder real, à exceção das que abaixo vão designadas. Esta delegação será confiada atualmente ao sucessor da Coroa, e para o futuro a ele,

⁶⁸ Extrato da sessão das Cortes, 4 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 116, 5 de julho de 1822, [p. 3] .

⁶⁹ Extrato da sessão das Cortes, 4 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 116, 5 de julho de 1822, [p. 3] .

ou a uma pessoa da Casa Reinante, e na sua falta a uma regência"⁷⁰.

O Sr. Serpa defendeu a permanência no Brasil de apenas uma Delegação dos Infantes, ou outra pessoa da Casa Reinante, mas nunca do sucessor da Coroa.

O Sr. B. Carneiro disse que esta doutrina era a "mesma idéia da Junta de S. Paulo, e Rio de Janeiro, cujas intenções eram, que a Sede da Monarquia fosse na cidade de S. Paulo". É inadmissível a "Delegação na Pessoa do Sucessor da Coroa", porque "já está sancionado" que, falecido o rei, as Cortes nomearão o seu herdeiro, que virá à sua sala prestar juramento. E "como pode isto acontecer estando na distância de 2.000 léguas?". "Não me quero lembrar de que ele esteja seduzido ou aferrado por amor aos brasileiros, e que não queira regressar à Europa..."⁷¹. O Sr. B. Carneiro propôs uma delegação em cada província que se designar. Delegação composta por Junta de 5 membros, nomeados pelo rei sobre proposta tríplice do conselho de Estado. Dos quais dois serão europeus, dois brasileiros, e o presidente sorteado de um brasileiro e um europeu.

No dia seguinte, 6 de julho, continuava o debate do artigo 12, sobre a delegação de poder executivo.

O Sr. Trigoso sugere que a "delegação do poder executivo fosse dividida no Brasil em dois pontos"⁷².

O Sr. F. da Silva diz que "os fins sinistros, e cavilosos eram para mudar a sede da monarquia...". Sugere um artigo que declarasse que a sede da monarquia é "em

⁷⁰ Extrato da sessão das Cortes, 5 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 117, 6 de julho de 1822, [p. 3].

⁷¹ Extrato da sessão das Cortes, 5 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 117, 6 de julho de 1822, [p. 3, 4].

⁷² Extrato da sessão das Cortes, 6 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 118, 8 de julho de 1822, [p. 3].

Portugal e não no Brasil". Senão "receio a separação lamentável do Brasil, e então não teremos mais remédio"⁷³.

O Sr. M. A. de Carvalho sugere, "para bem dos povos do Brasil se delegasse o poder executivo; porém... subdividida esta delegação; em dois pontos"⁷⁴.

Finalmente, o artigo foi rejeitado para voltar à Comissão.

Sugeriu-se, para não se perder os dois dias de discussão, que o Presidente do Congresso pusesse em votação se deveria existir uma delegação do poder executivo no Brasil. O presidente então propôs: "Se o sucessor da Coroa poderá ser encarregado da Delegação do poder executivo?"⁷⁵. Foi negado, por 87 a 29 votos.

A Comissão ficou encarregada de dar o parecer, com base naquele veredicto.

Assim se concluiu a parte crucial do debate nas Cortes de Lisboa sobre a tentativa dos deputados brasileiros de manterem uma autonomia igualitária entre a Brasil e Portugal. A partir deste 6 de julho, o tema da igualdade entre as partes do império luso-brasileiro vai diminuindo, até desaparecer completamente.

Neste mês de julho de 1822, porém, ainda surgem no plenário das Cortes de Lisboa alguns problemas que lembram a reivindicação de igualdade entre Brasil e Portugal.

Este é o exemplo do deputado Vergueiro, que na sessão de 8 de julho propôs "uma indicação assinada por ele, e

⁷³ Extrato da sessão das Cortes, 6 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 118, 8 de julho de 1822, [p. 3].

⁷⁴ Extrato da sessão das Cortes, 6 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 118, 8 de julho de 1822, [p. 3].

⁷⁵ Extrato da sessão das Cortes, 6 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 118, 8 de julho de 1822, [p. 3].

outros Srs. para que, em consequência da declaração do Sr. Moura, em dizer que a sede da monarquia seria sempre em Portugal, e que se separe já". Vergueiro considerava tais expressões "injuriosas ao Brasil"⁷⁶. A solicitação ficou para segunda leitura. O que sugere a diminuta quantidade de tempo que o Congresso de Lisboa passou a dedicar ao Brasil a partir das votações de 1º e 6 de julho.

Um outro exemplo do desentendimento entre os deputados sobre o *status* do Brasil dentro do império, é sugerido por uma carta anônima, publicada no *Astro*, em que um leitor critica o Sr. Moura pelo uso da palavra "colônia", ao referir-se ao Brasil.

Segundo o leitor anônimo, o deputado Moura teria dito:

"...observou que o parecer se opunha à unanimidade do rei, e do império, porque o ameaça com a sua desunião, pois que o objeto do sistema da facciosa Junta de S. Paulo e seus colegas era o de conservar o príncipe no Brasil até a morte de seu pai, a fim de então se mudar para ali a sede da monarquia, e tornar inútil por este modo, tudo quanto te [que] então se fizesse, e com semelhante condição, nenhum português podia subscrever a união.

A sede da monarquia é em Portugal, e se o príncipe não vier para ela, o soberano congresso deve dar providência sobre tal objeto; disse que deste plano dos paulistas, e do *club* de S. Paulo, é que nasciam todos os germens da anarquia, e das idéias que tem espalhado, é que se há de seguir a desunião, e subversão do império, porque nunca poderemos digerir a idéia de que possamos vir a ser um dia a colônia de um país que sustentamos com nossas vidas e sangue..."⁷⁷.

O leitor anônimo diz que as Cortes haviam revogado o uso do termo "colônia", trocando-o pela palavra "província". Ao se considerar, porém, as palavras do deputado Moura, percebe-se que "o Brasil ainda é efetivamente colônia [, e] por isso mesmo que em si não tem

⁷⁶ Extrato da sessão das Cortes, 8 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., n° 119, 9 de julho de 1822, [p. 3].

⁷⁷ Carta de leitor anônimo. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., n° 120, 10 de julho de 1822, [p. 3].

a sede do governo".⁷⁸. O leitor é contra a moção do deputado Vergueiro.

O uso palavra "colônia", lembrada pelo leitor, sintetiza o pensamento predominante sobre o Brasil, e demonstra que a reivindicação dos brasileiros de autonomia igualitária entre as partes do império luso-brasileiro fora definitivamente suplantada pela maioria dos deputados das Cortes de Lisboa na votação de 2 de julho, e confirmada em 6 de julho.

O problema da legitimidade do poder instalado no Rio de Janeiro retornaria ao plenário das Cortes somente em 16 de julho. Nesta data, os deputados começaram a debater Ofício da Junta do Maranhão, de 6 de março de 1822, onde a Junta garantia não obedecer ao *Decreto* do regente de 16 fevereiro 1822, sobre a eleição do Conselho de Procuradores. A província do Ceará também havia comunicado a eleição de representantes para o Conselho de Procuradores.

O deputado A. do Rio "disse que era necessário tomar uma medida geral, porque este decreto vai espalhar a anarquia, e a desordem, de que se aproveitarão os inimigos da causa"⁷⁹.

No dia seguinte, 17 de julho, o deputado Guerreiro, membro da *Comissão dos Negócios políticos do Brasil*, leu o seu parecer em resposta ao Ofício do governo do Maranhão e do Ceará:

"diz a Comissão que aquele decreto excede as faculdades do governo do Rio de Janeiro, é contrário ao decreto das Cortes, contendo uma usurpação do poder soberano que altera a atual forma do governo da monarquia, e prejudica a regulação

⁷⁸ Carta de leitor anônimo. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 120, 10 de julho de 1822, [p. 4].

⁷⁹ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 16 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 126, 17 de julho de 1822, [p. 2].

definitiva do governo do Brasil, que se vai fazer no ato adicional constitucional; e por isso é evidente que a junta do governo provisório do Maranhão o não deve cumprir, ainda que lhe seja oficialmente comunicado, e que o do Ceará muito erradamente ordenou a sua execução; que se remetam os dois ofícios ao governo para que de as providências que cabem nas suas faculdades; e que para evitar qualquer falsa interpretação, que possa inferir-se do silêncio das Cortes sobre um objeto de tanta transcendência, propõe a Comissão que desde já se declare por um decreto das Cortes que o decreto de 16 de fevereiro do governo do Rio de Janeiro, é nulo, irritado, e de nenhum efeito, e como tal inexecutável, devendo substar-se todo o cumprimento que em algumas províncias se haja começado a dar-se-lhe: aprovado"⁸⁰.

É neste contexto que finalmente chega à Lisboa, entre 19 e 20 de julho, as primeiras informações sobre a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*.

Em 20 de julho o *Astro da Lusitânia* publica parte do texto da *Representação*. Como a "*Representação*" é extensa, o redator do *Astro* publica a minuta do "-- Pede -- como se costuma dizer, e pelo dedo se conhecerá o gigante". "Os periódicos que vimos, [prossegue o redator do *Astro da Lusitânia*] estão todos recheados de observações pró e contra este negócio, d'onde se infere, que cada qual reza da festa como lhe vai nela...". "Por agora, veja-se o tal final da *Representação*, que não há de dar pouco motivo para se discorrer curiosamente"⁸¹, diz o redator do *Astro*.

O redator vê com maior estranhamento o documento que dá o título de defensor perpétuo ao regente. O termo de vereação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, de 13 de maio de 1822, "ainda nos parece mais transcendente do que aquele da *Representação*, pois que a palavra, perpétuo, ... por proposta da Câmara, dizendo-se esta requerida em ato de reunião pública". Após publicar a *Representação* e o termo

⁸⁰ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 17 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 127, 18 de julho de 1822, [p. 4]. Nesta mesma sessão discutiu-se artigos sobre relações comerciais de Portugal e Brasil, sendo todos os artigos aprovados sem grandes observações. Cf. *Astro da Lusitânia*. Idem ibidem, [p. 3].

⁸¹ *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 129, 20 de julho de 1822, [p. 1].

de vereação, de 13 de maio de 1822, o redator do *Astro* conclui: "Ora agora; combinado este procedimento do título, com o da *Representação*, fica-se um pouco desempoeirado sobre o caminho que vão levando as coisas do Rio de Janeiro"⁸².

No mesmo número do *Astro da Lusitânia* é publicado, significativamente, carta onde leitor anônimo comenta os preparativos de envio de tropas para o Brasil:

"Sabemos por vias mui certas que o comerciante Antônio Esteves Costa, se ofereceu a S. Majestade para fazer todas as despesas que fossem necessárias para qualquer expedição de Tropas que o governo julgasse conveniente mandar para o Brasil, ou África... Julgamos do nosso dever fazer chegar isto ao conhecimento do público, não só para se conhecer que temos cidadãos honrados..."⁸³.

Talvez como reação às notícias e à publicação da *Representação do Povo do Rio de Janeiro* em Lisboa, no próprio dia 20 de julho de 1822, retorna à pauta de discussões das Cortes o *Parecer da Comissão Especial dos Negócios do Brasil*⁸⁴.

Dois dias depois, em 22 de julho, discute-se o artigo 5, cujo teor é o seguinte:

"Que o comandante da força armada de cada uma das províncias, fique subordinado a Junta provincial, da qual porém será membro nato, com voto tão somente na parte militar"⁸⁵.

⁸² *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 129, 20 de julho de 1822, [p. 2]. (original não grifado)

⁸³ Carta anônima de leitor. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 129, 20 de julho de 1822, [p. 4].

⁸⁴ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 20 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 131, 23 de julho de 1822, [p. 2-3].

⁸⁵ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: *Astro da Lusitânia*. Lisboa : Op. cit., nº 131, 23 de julho de 1822, [p. 4].

O deputado Girão diz que discutir o Parecer era perda de tempo:

"tempo precioso, que se devia empregar nos muitos e urgentes negócios da nossa aflita pátria, e não estarmos a legislar para quem altamente declara, que não quer obedecer; notou, que na última sessão dissera, que era indecoroso ao Congresso fingir, que ignorava, o que se passava no Rio de Janeiro, e observou que ali tudo mudara, até os uniformes dos soldados, que não são já portugueses, mas de forma Austríaca, -- o que julga ser um bom indício de liberdade para os povos do Brasil!!!"⁸⁶.

O deputado Girão continua:

"Asseverando que a doutrina do artigo é perigosa, a comparou a uma mina atacada, e pronta a voar debaixo do mais importante baluarte da única praça, que possuímos livre do contágio da rebeldia, e unida a nós; observou, que via mesmo as tropas assediadas preparadas ao assalto, empunhando a espada para o saque, e degolação; acrescentou que passava a explicar-se, e disse, que a praça é a Bahia; o baluarte, o general Madeira; os assediados, os facciosos do Brasil, e a mina..... Bem se sabe o que é".

[E] "sancionar este artigo é o mesmo que cravar no seio da nação traidor punhal, temendo fazê-lo cara a cara. ... Longe daqui a baixa lisonja, o servilismo, ou o medo; não se diga, que todo o Brasil está unido a nós, e que reina lá a boa fé, talvez que a haja em muita gente; mas não existe por certo naqueles que estão à testa do governo, e que até foram já declarados, como rebeldes. Os facciosos profanam todos os dias o doce nome da união; soa a palavra nos seus lábios; mas no peito se encerra o ódio, e a inveja, que por meio de infames escritos tem derramado por todo o povo, iludindo-o, e incitando-o a horribéis barbaridades [;] sirva de exemplo o bárbaro batismo que em Pernambuco fazem aos europeus, obra própria dos descendentes dos antropófagos, falta somente assá-los em canibal festim! No mesmo dia em que chegar a ordem debaixo do comando das Juntas, de certo elas darão a ordem para seu embarque. E será justo abandonar os negociantes honrados e famílias européias a vinganças atrozes? Não tem eles jus a serem protegidos? Será por ventura aquele território somente dos brasileiros! considere-se também o estado de nosso tesouro, e quanta gente chora com necessidade; deveremos fazer malograr os últimos sacrifícios, que se fizeram a tanto custo para conservar a Bahia? Ora bem basta o desgraçado comportamento de Maximiliano, que não sei por hora se obrou com malícia, se por ignorância; sei somente que se deverá ter lançado ao oceano para sepultar consigo seu pesar, e sua vergonha. Dizer-se que o Brasil exultara de prazer com esta medida, que propõe o artigo, vale o mesmo que prever de ante mão o júbilo dos independentes. Na verdade, todos esses, que há pouco em o Rio cantaram fúnebres elogios aos que chamavam mártires, e nós chamamos rebeldes, cantarão agora hinos de

⁸⁶ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 131, 23 de julho de 1822, [p. 4].

louvor a quem lha prepara tão fácil, mas eu quero antes os seus anátemas, quanta mais bñlis vomitarem contra mim nos seus venais escritos, mais honra me farão"⁸⁷.

Ressalte-se, neste longo extrato do Sr. Girão, a preocupação do deputado com a influência da imprensa que, através de "infames" e "venais escritos", incita o ódio e a inveja.

O Sr. B. Carneiro disse que "...o Congresso tem usado de todos meios de brandura, e boa fé para conciliar o Brasil", e "que todos eles tem sido insuficientes". O deputado "fez algumas reflexões sobre os seus desejos, opinando que eles consistem em pretender assenhorear-se do Reino Unido, tratando como satélites do Brasil a Portugal, e aos seus estabelecimentos da Ásia e África..."⁸⁸. O Sr. B. Carneiro então:

"defendeu que de sorte alguma se devem auxiliar as Juntas, tirando o poder aos comandantes das armas; sustentou que se devem tomar enérgicas medidas, certificando, que se o Congresso o não fizer, antes de finda a legislatura, terá o desgosto de ver a desligação do Brasil, e talvez quanto possuímos ainda da Ásia, e na África; propôs então o seu voto, que consiste, em que se extingam as juntas provinciais, e que El-Rei nomeie outras, compostas de dois ou três membros, que sejam responsáveis; que os governadores sejam independentes, e que se mande uma porção de tropa respeitável, que coadjuve as suas deliberações; mostrou que não havia falta de dinheiro, asseverando que muitos negociantes há, que tem oferecido transportes e gêneros, e que somente falta a energia do Rio de Janeiro, aonde José Bonifácio manda, e é logo obedecido; continuou fazendo outras observações, e terminou dizendo, que o governo é frouxo, e que se houvesse um Pombal, já tudo se havia consumado"⁸⁹.

⁸⁷ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 132, 24 de julho de 1822, [p. 2].

⁸⁸ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 132, 24 de julho de 1822, [p. 2].

⁸⁹ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 132, 24 de julho de 1822, [p. 3].

O Sr. Serpa Machado "...mostrou a necessidade de se mandarem tropas para o Brasil"⁹⁰.

O Presidente das Cortes, Sr. Felgueiras, informou estarem prontas a redação dos seguintes decretos, já aprovados:

"1. Em que se determina que o príncipe real continue a residir no Rio de Janeiro, até a publicação da Constituinte; 2. Declarando nulo o decreto de 16 de fevereiro, publicado no Rio de Janeiro; 3. mandando processar os membros da Junta de S. Paulo, e outros..."⁹¹.

Em 23 de julho, o deputado Borges Carneiro "propôs que se chamasse o ministro da marinha ao Congresso, a fim de dizer qual a intenção do governo à cerca de mandar uma expedição de forças navais para o Brasil, e quais providências que tem tomado a tal respeito --". "O Sr. Moura se opôs a que passasse esta indicação, por não ser da competência do Congresso o intrometer-se nos planos do poder executivo, sem haverem realizado". "O Sr. Borges Carneiro defendeu a sua proposta, e sendo posta a votos, foi rejeitada"⁹².

Somente na sessão de 2 de agosto é que se retoma a discussão dos artigos adicionais à Constituição do Brasil, quando a Comissão propõe a criação de uma "delegação do poder executivo" no Reino do Brasil, ou seja, uma Regência⁹³.

⁹⁰ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 132, 24 de julho de 1822, [p. 3].

⁹¹ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 22 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 132, 24 de julho de 1822, [p. 4].

⁹² Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 23 de julho de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 133, 26 de julho de 1822, [p. 3].

⁹³ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 2 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 140, 3 de agosto de 1822, [p. 2].

Na sessão de 7 de agosto, os deputados voltam novamente ao problema da Regência no Reino do Brasil. O deputado Girão, após ler as últimas informações da imprensa do Rio de Janeiro, contra-argumenta:

"chegaram ontem notícias do Rio, e tendo eu lido os papéis públicos, vi claramente que a mão venal que os escreveu, só teve em vista desfazer, e meter a ridículo tudo quanto temos feito; as coisas mesmo que nós fizemos para conservar a desejada união, para atrair o povo brasileiro, e para lhe mostrar a pureza de nossos bons intentos, são aquelas que eles acusam de medidas maquiavélicas tendentes a recolonização"⁹⁴.

O deputado Girão diz que as Cortes não devem perder tempo criando leis para quem "não quer obedecer". Pois, "para rebeldes é perdida a lógica, e somente silogismo de aço"⁹⁵ pode fazê-los obedecer. O Sr. Girão termina solicitando o adiamento do *Projeto*, e a suspensão daquela discussão.

O deputado Ribeiro de Andrada então retruca que, antes, se deveria decretar "que estavam sem efeito os lugares dos deputados do Brasil"⁹⁶.

O Sr. Abade de Medrões sugeriu que o *Projeto* não deveria ser discutido "sem que as províncias do Brasil declarassem, que reconheciam a Sede da monarquia em Lisboa... ". Os artigos adicionais deveriam, então, ser remetidos para o Brasil, e os brasileiros "aceitem se quiserem". Pois se "acaso [os brasileiros] não quiserem ser constitucionais, sejam regidos como escravos, mandando-se-

⁹⁴ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 7 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 144, 8 de agosto de 1822, [p. 3]. (original não grifado)

⁹⁵ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 7 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 144, 8 de agosto de 1822, [p. 3].

⁹⁶ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 7 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 144, 8 de agosto de 1822, [p. 3].

lhes tropas, ... [e] ele não se escusará de ser capelão do exército"⁹⁷.

Já o deputado M. Bastos, membro da Comissão, disse que assinou o *Parecer* "por haver concluído [da leitura] dos papéis públicos do Brasil...". Note-se que os debates são pautados pelas leituras dos jornais, e os deputados utilizam-se habitualmente do argumento que, tomaram tal decisão após as notícias lidas nos "papéis públicos".

Na sessão seguinte, em 9 de agosto, a ordem do dia foi novamente os artigos adicionais à Constituição do Reino do Brasil. Foi discutido a criação de uma Regência para o Brasil composta de cinco membros escolhidos pelo rei⁹⁸.

Os artigos adicionais à Constituição do Brasil foram aprovados somente na sessão de 23 de agosto⁹⁹. Ainda assim, na sessão de 26 de agosto, lê-se que "ficaram para se discutir alguns artigos adicionais ao Brasil, apresentados pelo Sr. Martins Bastos"¹⁰⁰.

⁹⁷ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 7 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 144, 8 de agosto de 1822, [p. 3]. (original não grifado)

⁹⁸ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 8 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 145, 9 de agosto de 1822, [p. 4].

⁹⁹ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 23 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 157, 26 de agosto de 1822, [p. 4].

¹⁰⁰ Extrato das Cortes de Lisboa, sessão de 26 de agosto de 1822. In.: Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 158, 27 de agosto de 1822, [p. 2].

REAÇÃO À RECONQUISTA

Para João Soares Lisboa, a relação Brasil-Portugal discutida pelas Cortes de Lisboa é "contrato de um novo Pacto Social". Pois o artigo 21 das *Bases* estabelecia os "inauferíveis Direitos dos Povos de cada um dos Reinos", e agora falava-se em "Deputados de toda a Nação"¹⁰¹:

"E como se cumpre aquele Artigo 21 [das Bases]! Compatriotas do Brasil! Consultai as páginas de nosso insignificante periódico, e achareis que desde N. 1 a 10, só tratamos em pequeno esboço vossos direitos; em o N. 11 vos mostramos o único remédio para salvação do Brasil e do Reino Unido, e em todos os seguintes até agora vos temos constantemente feito conhecer o perigo em que todos estamos se não houver união, firmeza de caráter, energia, e pronta resolução. Ainda não esteve país algum do mundo em circunstâncias tão melindrosas como se acha atualmente o Brasil, tendo melhores meios de salvar-se da voragem tempestuosa. Sim, o regente do Brasil é a salvaguarda de nossa Independência política, Ele a tem proclamado em manifestos ao Brasil, e às nações estrangeiras, mas isto não é bastante, restam muitas coisas a fazer não estão em seu alcance; a causa não é só d'Ele, é igualmente de todos os portugueses do Brasil, e do Reino Unido; faltos de esquadra e exército nada podemos fazer, e o Perpétuo Defensor do Brasil, não há de desempenhar tão precioso encargo com seu único braço; eis pois, cada cidadão é um soldado na defesa de sua pátria, da honra, da Independência, e da liberdade do Brasil; e de um tal Chefe quem recusará ser soldado?! Esse tal, se o houver não é português nem homem. Capitalistas! para quando guardais o vosso prestável numerário? Acha-se aberto o empréstimo (segundo nos parece, com o fim de equipar a esquadra que deve defender nossos portos, vossas propriedade, interesse, famílias, e tudo quanto a natureza tem de mais caro, a liberdade, e a honra), se o Congresso Lisbonense

¹⁰¹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 116, 2 de setembro de 1822, p. 518.

mandar falanges conquistadoras, gritemos a uma voz, as armas, as armas"¹⁰².

Em um momento ideologicamente crítico, quando os capitalistas de Portugal começavam a interessar-se por financiar esquadras militares para invadir o Brasil, João Soares Lisboa diz que "Cada Cidadão é um soldado" na defesa da Pátria, honra, Liberdade e Independência. Se o Congresso Lisboeta mandar "phalanges", escreve o jornalista João Soares Lisboa, "as armas, as armas"¹⁰³.

A linguagem repentinamente explosiva de João Soares Lisboa, que conclama os cidadãos "as armas", sugere uma exacerbação radical da situação política do país. Uma tal situação limite é mensurável pela publicação, no periódico republicano, da seguinte *carta de um deputado*.

A carta, que veio de Lisboa, foi publicada no *Correio do Rio de Janeiro* de 3 de setembro de 1822. Na carta, confiada por pessoa fidedigna, o deputado diz que "...chegou o momento de fazermos a nossa Pátria o único bem, que podíamos, que era dar-lhe sim, ou não ..." ¹⁰⁴. E João Soares Lisboa acrescenta que o problema das "...províncias coligadas, e não coligadas..."¹⁰⁵, fôra amplificado por procedimentos suspeitosos, como os do ex-governador de Minas.

O deputado prossegue dizendo, em sua carta, que o constituinte português Caula (ex-General Armas na Corte),

¹⁰² João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 116, 2 de setembro de 1822, p. 518-519 (original não grifado).

¹⁰³ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 116, 2 de setembro de 1822, p. 519.

¹⁰⁴ Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 521 (grifado no original).

¹⁰⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 521-522.

chamado à *Comissão especial dos negócios políticos do Brasil*, sugeriu invadir São Paulo, e surpreender o Rio de Janeiro. O deputado Caula disse:

"...que haviam facções, que só S. Paulo tomava parte, que Minas era indiferente; que o Rio nada podia, que a tropa paulistana não merecia consideração. ... [Assim] a força se devia conter o Rio, mandando tropas, fazendo desembarque em Santos para destruir os paulistas, em Taguahí, &c., para surpreender o Rio ...!"¹⁰⁶.

O deputado acrescenta, em sua carta, que quando foram lidas as cartas de D. Pedro, os congressistas encheram-se de cólera. Expressões "acres" foram ocultadas do *Diário* [do Governo de Portugal], pois "A independência produz quase sempre horríveis males..."¹⁰⁷.

Sobre as províncias, o deputado informa que, até maio de 1822, a Bahia estava subjugada. A remessa de tropas, apesar de todos esforços contrários, "...são anúncios de guerra para o Brasil". Portugal enviou, também, tropas para a África, porque lá foi dito que o Rio de Janeiro pretendia "chamar-se a posse" dos seus portos. Madeira é louvado herói "...porque o sangue que derramou foi de brasileiro". Avilez é "militar bravo". E Maximiliano está preso "por fazer o que não podia deixar de fazer"¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Citado em carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 522.

¹⁰⁷ Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 523.

¹⁰⁸ Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 523, 524.

João Soares Lisboa acrescenta ser verdadeiro o plano de unificação portuguesa à Espanha¹⁰⁹.

Na sua carta de Lisboa, o deputado diz ainda que em Portugal não chegam notícias aos deputados brasileiros: "Dos inimigos do Brasil chovem cartas para cá". Ninguém crê nos deputados brasileiros. Nada sabem, senão pelos seus opositores. As "Representações de São Paulo" e as cartas do príncipe regente enviadas diretamente ao Congresso desacreditam os deputados do Brasil. Até mesmo Antônio Carlos, que tem amigos e dois irmãos no governo, "Ninguém o crê"¹¹⁰.

E João Soares Lisboa elogia a coragem e o valor dos brasileiros: "agora as dará (contra sua vontade) em seus agressores, que como tais deixam de ser Irmãos"¹¹¹.

Já o deputado prossegue, em sua carta, dizendo que "Briga-se pela Liberdade, e pela escravidão!!!"¹¹². Ao que João Soares Lisboa acrescenta: o Brasil é o "país da Liberdade"¹¹³.

O deputado então escreve, em sua carta, que Portugal está convencido de sua superioridade em relação ao Brasil

¹⁰⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 523, 524, notas 9 e 14. A unificação da Península Ibérica é uma proposta que circula nos meios políticos da época. Em agosto de 1822, a imprensa de Portugal e Espanha começam a mencionar a necessidade da formação de uma aliança contra intervenção da Santa Aliança. Ver, por exemplo, Astro da Lusitânia. Lisboa : Op. cit., nº 153, 20 de agosto de 1822, [p. 1]. Veja também, António Pedro Vicente. "Um diplomata espanhol nas Cortes constitucionais portuguesas". In.: A diplomacia na História de Portugal. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1990, p. 365.

¹¹⁰ Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 524, 525.

¹¹¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 525.

¹¹² Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 524.

¹¹³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 525.

em coragem, valor, civilização e recursos. Os deputados constituintes de Lisboa pensam que o Brasil é fraco. Pois argumentam que o Brasil é um país formado de escravos ou mestiços indolentes e brutos. Diz o deputado: "Portugal ainda só lembra com indignação que o Brasil por doze anos lhe desse a Lei". Um capitão de Mar e Guerra chegou a elaborar uma *Memória* para subjugar o Brasil. Descrevem os brasileiros "... como a gente mais frouxa, vil, e inerte[;] afirma[-se] que o Brasil é propriedade de Portugal, e que se deve obrigá-lo a obedecer ..." ¹¹⁴.

E João Soares Lisboa complementa que tal *Memória* foi lida com entusiasmo e aplaudida das galerias. Seu autor reconhecido "herói benemérito da Pátria" ¹¹⁵.

O deputado propõe que, no Brasil, os cidadãos deveriam se ocupar em "...unirem-se as Províncias, concordarem e executarem o que lhes forem conveniente. Desenganem-se" ¹¹⁶. Isto porque, nas Cortes de Lisboa, são odiados os periódicos *Revérbero*, *Malagueta*, *Despertador* e *Reclamação*. Este último, em verdade, um "corcunda mascarado", diz o deputado. Além do mais, o *Diário do Governo* [de Portugal] sempre extrata o que quer ¹¹⁷.

Para concluir, João Soares Lisboa observa que os conceitos de pátria e liberdade resumem-se na "Sagrada Causa da Liberdade do Brasil". Isto porque, para o "Honrado

¹¹⁴ Citado por um deputado, em carta de Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 525.

¹¹⁵ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 525.

¹¹⁶ Carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 526.

¹¹⁷ Cf. carta de um deputado, Lisboa, 8 de junho de 1822. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 525, 526 (original não grifado).

Cidadão", como o ilustre deputado Vergueiro, que nasceu na Europa, "... a pátria do homem de bem é todo o Mundo ...". Tanto para os luso-brasileiros, prossegue João Soares Lisboa, quanto para os "portugueses europeus", o "sistema da Liberdade do Brasil" é uma "Causa pública", porque a "Liberdade do Brasil" é "a grande Causa da [sua] Independência"¹¹⁸.

Agravando ainda mais a já tensa situação política do Rio de Janeiro, neste mesmo dia 3 de setembro de 1822 correu o boato, publicado pela imprensa da Corte, de que uma expedição militar havia sido embarcada há algumas semanas na cidade do Porto. Seu objetivo seria invadir o Brasil¹¹⁹.

Apesar de essa notícia haver sido desmentida¹²⁰ alguns dias depois, outros episódios evidenciam que, nos primeiros dias do mês de setembro de 1822, há um tenso e extremo agravamento da situação ideológico-política em algumas das principais cidades Brasileiras. Um exemplo dessa tensão no campo político é sugerido pela carta do leitor R., publicada no *Correio do Rio de Janeiro* de 4 de setembro de 1822. O leitor R. inicia a sua carta com a seguinte citação de J. J. Rousseau: "Povos livres! lembrai-vos desta máxima: Pode-se obter a liberdade, recobrá-la nunca". Em sua carta, porém, o leitor R. cita o caos político descrito pelo

¹¹⁸ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 117, 3 de setembro de 1822, p. 526.

¹¹⁹ João Joaquim Correia de Brito, "Anúncio", Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 548.

¹²⁰ João Joaquim Correia de Brito, "Anúncio", Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 548. O capitão de Galera João Joaquim Correia de Brito, a quem foi atribuída a notícia do embarque de tropas, disse que tal informação era um equívoco "de quem [a] escreveu". O capitão dissera apenas que no Porto, 2 dias antes de sua saída [provavelmente no início do mês de agosto], correu esta notícia. Mas não foi verificada, e da qual muitos duvidaram.

jornal português *Conciliador Lusitano*, para tecer críticas à reviravolta ideológico-mental na qual o Brasil encontrava-se envolto: "Sim, [diz o leitor R.,] chegado é sem dúvida nenhuma o horroroso momento... fúnebre...". E acrescenta:

"Até aqui declarava-se guerra aos europeus, agora já se grita em Pernambuco = Mata, que é Branco =. Dizem-nos, que na Bahia se ouvem as mesmas vozes; e nós julgamos inevitável a guerra dos negros contra os brancos, cujo êxito não será favorável ao Brasil. O maior império que o mundo conheceu, foi o dos negros; ele foi quase universal nas primeiras idades do mundo. Os brancos disputaram-lhe o domínio, e venceram a sua prepotência, sujeitando-os como escravos ao seu serviço. Para evitar estas desordens eminentes, para segurar as vidas, e as propriedades dos cidadãos pacíficos, que tem direito a proteção do governo, para salvar um príncipe dos laços da traição, e para conservar intacta, e indivisível a monarquia Portuguesa, é de necessidade absoluta mandar tropa ao Brasil; não tropa hostil; mas como tropa de segurança, para conter os facciosos"¹²¹.

Essa opinião exagerada sobre a questão racial, da carta do leitor R., sublinha a atenção preocupante dos atores políticos da época com o grau de mudança no campo político que se avizinhava. Evidencia que as prováveis modificações no mundo político que já estavam sendo vividas teriam forte oposição. Particularmente das camadas privilegiadas de fazendeiros e comerciantes, ou dos setores letrados conservadores, que se miravam nas experiências da primeira fase do *republicanismo* das revoluções da Venezuela, do México e principalmente do Haiti, entre 1810-

¹²¹ Carta de R. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 118, 4 de setembro de 1822, p. 527, 528 (original não grifado).

1814¹²². Para tais estratos sociais, todo o cuidado em evitar estender os direitos de igualdade civil ao mundo do trabalho era pouco. Dessa perspectiva, os descaminhos políticos que desaguiariam no segundo semestre de 1822 constituíam um "horroroso momento ... fúnebre" porque poderia dar oportunidade aos escravos africanos, se não fosse conduzido com a cautelosa mão-de-ferro dos promotores da ordem.

Dessa ótica, talvez seja perceptível o porquê das dificuldades dos pensadores do *republicanismo* ampliarem seu leque de adesões nos vários segmentos sociais, deixando de ser minoritários.

Esse aspecto racial da natureza do homem americano, de seu caráter inferior pelo contato com a natureza exuberante, enigmática e tórrida da América¹²³, foi particularmente fustigado pela ironia dos constituintes de Lisboa. Esse apelo depreciativo da inferioridade dos trópicos, cuja essência do argumento baseia-se em que a revolução de Independência desaguiaria numa desagregação racial da guerra de castas, é exemplificado pela veemência do teor das informações publicadas pela imprensa republicana Brasileira, entre 6 e 19 de setembro de 1822.

Ou seja, entre 6 e 19 de setembro, João Soares Lisboa inicia a publicação de extratos que disseminam a linguagem do medo racial para evitar a guerra de castas¹²⁴. Ou seja,

¹²² Ver a respeito Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975, p. 57-63 e 76-77. John Lynch. *Las revoluciones Hispanoamericanas: 1808-1826*. Barcelona : Editorial Ariel, S. A., 4ª ed., 1985, particularmente capítulo 6, "Venezuela, la revolución violenta", p. 213-254, e capítulo 9, "México, la consumación e la independencia americana", p. 329-372.

¹²³ Cf. Antonello Gerbi. *La disputa de Nuevo Mundo*. México : FCE, 1960, particularmente capítulo I, "Buffon: la inferioridad de las especies animales en América", p. 3-32. E capítulo III, "De Pauw: la inferioridad del hombre americano", p. 49-72.

¹²⁴ Esta expressão é utilizada por Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Op. cit., p. 49. Ver também páginas 54 e 64. A

tais extratos evidenciam que a dissolução do "grande e poderoso império" Luso-brasileiro se estava fundamentando em um imaginário separatista, apesar da retórica do retorno ao antigo sistema político-econômico colonial (a reconquista absolutista), ou do puro uso da força militar. Isto porque tal divórcio entre os dois segmentos do império não é somente fruto de divergências de interesses. É também o resultado da construção de um imaginário político da desagregação separatista fundado na tese da inferioridade racial do Brasil. Imaginário político este para cuja construção a imprensa política de Lisboa-Porto-Coimbra e do Rio de Janeiro possivelmente exerçam considerável influência. Tal imaginário político tornaria os dois reinos irreconciliáveis.

Esse aspecto é sublinhado pelos extratos do jornal londrino de Hipólito José da Costa reproduzidos na imprensa republicana Brasileira, entre 6 e 19 de setembro. E também por uma *carta de um deputado do Brasil, no soberano congresso lisbonense*, que ocupa a totalidade das páginas do *Correio do Rio de Janeiro* de 10 de setembro de 1822. Expressão do *republicanismo*, a ativa velocidade de divulgação de informações políticas dessa imprensa oposicionista incomodava o governo do Rio de Janeiro.

Que informações, então, circularam pela imprensa republicana entre 6 e 19 de setembro? Teriam tais fatos influenciados nos fatos políticos subseqüentes?

Vejamos inicialmente a primeira pergunta, através da exposição e análise dos extratos do jornal de Hipólito José da Costa reproduzidos entre 6 e 19 de setembro na imprensa republicana Brasileira. E também a *carta de um deputado do Brasil, no soberano congresso lisbonense*, publicada em 10 de setembro de 1822.

este respeito, Cf. John Lynch. *Las revoluciones Hispanoamericanas:*

Segundo a carta de um deputado do Brasil, os constituintes brasileiros foram contra os decretos de outubro de 1821 sobre as eleições de Juntas no Brasil, pois os decretos significavam uma separação dos poderes para deixarem as Juntas Provinciais como simples fantasmas sem atividade e força. Porém, tais decretos passaram como foram apresentados¹²⁵.

Em 1821, prossegue a carta do deputado, a Constituinte de Lisboa também nomeou Madeira para o cargo de "Governador das Armas" da Bahia, apesar das críticas abertamente ditas no Congresso¹²⁶. E também apesar da opção de nomear o Brigadeiro Manoel Pedro, estimado na província da Bahia por ser defensor do sistema constitucional. O Brigadeiro Manoel Pedro agora é inimigo do Madeira, que foi nomeado pelas Cortes de Lisboa, por ser anti-constitucionalista¹²⁷.

Madeira tentou à força tomar posse do governo nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro de 1822¹²⁸. Quando foram lidos nas Cortes os ofícios sobre violência militar e o terror da Bahia, o deputado Lino Coutinho acusou Madeira de "tantos males". Porém, os "europeus" consideraram-no a "Coluna da Constituição"¹²⁹. Já para Hipólito da Costa tratava-se do

¹²⁵ 1808-1826. Op. cit., p. 222, 229-230, 232, 252-253.

¹²⁵ Cf. carta de um deputado do Brasil no Congresso Lisbonense, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 549.

¹²⁶ Cf. carta de um deputado do Brasil, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 550.

¹²⁷ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

¹²⁸ Cf. carta de um deputado do Brasil, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 550.

¹²⁹ Cf. carta de um deputado do Brasil, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 550.

"maquiavelismo das Cortes", do "sistema de subjugar o Brasil a força d'armas"¹³⁰.

João Soares Lisboa acrescenta que liberdade são direitos, representação, dignidade e independência dos cidadãos¹³¹. À Assembléia Constituinte e Legislativa cabe definir a liberdade até mesmo de Portugal, apesar da "igualdade de Direitos [das partes constitutivas do Reino luso-brasileiro] que a natureza lhes conferiu". Como, porém, "Portugal quis escravizar o Brasil, o Brasil libertará Portugal, se ainda for possível"¹³².

Enfim, na sessão das Cortes de Lisboa, de 30 de abril de 1822, foi lido ofício em que Madeira pedia o envio de tropas. A sessão da Constituinte foi então suspensa, para não se ouvir o lamento dos deputados do Brasil. E os deputados autorizaram o ministério a enviar tropas. Ou seja, delegou-se ao poder Executivo uma atribuição que, até então, era das Cortes, que tudo decidiam contra o Brasil¹³³.

Depois que as Cortes entregaram o caso da Bahia ao Executivo, começaram então a surgir editais de fretamento de navios para o transporte de tropas para a Bahia. E, quando Lino Coutinho entregou um pedido, assinado por todos os deputados da Bahia, onde era solicitado o cancelamento

¹³⁰ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 121, 7 de setembro de 1822, p. 542.

¹³¹ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 123, 10 de setembro de 1822, p. 550.

¹³² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 123, 10 de setembro de 1822, p. 550-551.

¹³³ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 121, 7 de setembro de 1822, p. 541.

do envio de tropas para a Bahia, se "Soltarão todos [os] demônios do inferno"¹³⁴.

Na mesma sessão onde Lino Coutinho apresentou o pedido para não se enviar tropas à Bahia, prossegue o deputado, houve insultos e sarcasmos:

"...o Congresso vomitou o carbonizado fel [do sistema recolonizador] ... o véu rasgou-se, e apareceu a feia Divindade; só se ouvia clamar Tropas, e mais Tropas, para sujeitar o Brasil, e o doido do Sr. Borges Carneiro, disse, que se essas não bastassem, se mandariam cães de fila, ao que mofando lhe respondeu um brasileiro, que nós também havíamos onças, e tigres para lhes lançar-nos"¹³⁵.

O debate durou 22 dias. O povo, e principalmente os negociantes, que esperavam o "sistema colonial para monopolizarem" o comércio, enchiam as galerias, alguns com punhais¹³⁶. E quando a matéria do envio de tropas foi votada, os brasileiros perderam, por 80 a 42 votos¹³⁷, porque todos os europeus foram favoráveis. À exceção de 7 deputados, que compensaram 3 brasileiros "traidores" e "patifes"¹³⁸. E Hipólito José da Costa pergunta-se para que

¹³⁴ Carta de um deputado do Brasil, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 550.

¹³⁵ Carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

¹³⁶ Carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

¹³⁷ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

¹³⁸ Carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551, 553.

deputados brasileiros no Congresso? Ou por que "... ainda se manda para o erário [de Lisboa] o pau-brasil¹³⁹?

Enfim, na sessão que votou o envio de tropas, "falaram energicamente" os deputados Cipriano Barata, Andrada, Lima, Borges de Barros, Araujo Lima, Marcos, Vergueiro, Munis, e outros. Porém, nada apareceu no *Diário* [do governo de Portugal], exceto pedaços truncados, fragmentos mutilados. Contudo, a fala de deputado Moura contra os deputados brasileiros não só se publicou, em resumo, no *Diário do Governo*, mas foi até publicada por extenso, e com as convenções necessárias, em outro *Diário* [do governo de Portugal] número 121¹⁴⁰.

Tais fatos sugerem como se estava processando a criação do imaginário político separatista. Note-se a importância da imprensa como um dos principais instrumentos de circulação de tal imaginário político da desagregação do Estado absolutista português.

Segundo Hipólito José da Costa, este "sistema de ocultar e suprimir" tem-se repetido continuamente¹⁴¹. Por exemplo, o *Diário do Governo* [de Portugal] publicou o ofício do Madeira que referia-se às desordens na Bahia. Já os ofícios da Junta de governo Baiana, que haviam sido lidos na sessão 381 das Cortes, não foram publicados pelo *Diário*. Outro exemplo refere-se ao do ofício do ministro da guerra do Rio de Janeiro relatando os fatos que levaram à expulsão da divisão Auxiliadora, "...e de seu General

¹³⁹ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 125, 12 de setembro de 1822, p. 560.

¹⁴⁰ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

¹⁴¹ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

Zuzarte". Lidos no dia 28 de maio, tal ofício não foi publicado no *Diário do Governo* de Portugal. Quando, porém, chegaram os "Ofícios de Zuzarte", houve "aclamações ao General" nas Cortes de Lisboa. E o *Diário do Governo* [de Portugal] publicou todos os ofícios do general, com os documentos anexos. Ao contrário, na sessão de 9 de maio foram lidos ofícios do príncipe que narravam os fatos da expulsão das tropas Portuguesas, mas ninguém propôs que fossem publicados no *Diário do Governo*¹⁴².

Assim, seriam enviados à Bahia 3 ou 4 mil homens que somados aos que lá já estavam devem totalizar 6 a 7 mil, a fim de poderem operar sobre qualquer outro ponto do Brasil, "...segundo eles dizem". E, apesar do Estado estar acorrentado pela dívida de 90 milhões de réis, já foram enviados 700 homens para esta "moderna cruzada"¹⁴³. No dia 18 de maio 1822, o rei mandou fretar navios para o envio de 600 homens à Bahia¹⁴⁴. Dizia o decreto real:

"Manda El-Rei, pela secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, que a Junta da Fazenda proceda a fretar os navios, que forem necessários, para transportar à cidade da Bahia um batalhão de 600 praças, admitindo-se à concorrência os navios estrangeiros'" ¹⁴⁵.

Ante tais fatos, João Soares Lisboa aconselhou:

¹⁴² Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 545, 546.

¹⁴³ Carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

¹⁴⁴ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

¹⁴⁵ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 121, 7 de setembro de 1822, p. 544.

Concidadãos, tendes reassumido a soberania que tínheis delegado em vossos representantes; porque estes não puderam sustentar vossos direitos no Congresso geral, a que presidiu o espírito da discórdia, do partido, e das paixões; fizestes quanto vos cumpria; já tendes votado novos representantes ...¹⁴⁶.

João Soares Lisboa diz que os deputados de Lisboa "desconhecem o coração do homem Livre", pois a tentativa de "agrilhoar os dissidentes" fortaleceu a identidade dos brasileiros.

"Pode acontecer que o herdeiro do trono português perca a Coroa de Portugal, mas Ele está inocente do crime que lhe imputam esses desorientados que dizem ser Ele quem promoveu a prematura cisão; S. A. R. não fez mais que espreitar o desenvolvimento da opinião pública, e prudentemente seguiu-la"¹⁴⁷.

Foi em meio a esta votação do envio de tropas para a Bahia que o republicano Cipriano Barata agrediu um correligionário brasileiro, que rolou pelas escadas. Segundo a carta do deputado, Cipriano Barata teria dito:

"... abertamente que tudo quanto eles [os deputados] acabavam de decidir para o Brasil eram bulas do papa para o imperador da China, pois que nem o príncipe era tolo em obedecer a tais coisas e nem o povo do Brasil em tal consentiria; eles muito azuaram com semelhante discurso e vomitaram maiores ameaças"¹⁴⁸.

¹⁴⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 551.

¹⁴⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 552 (original não grifado).

¹⁴⁸ Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 553.

Quanto ao número de soldados, o deputado B. Carneiro disse ainda que se deveria mandar 2.600 homens para a Bahia, pois 600 eram insuficientes. Segundo Hipólito José da Cosa, "já se diz" que na reunião do Conselho de Estado, em 31 de maio, resolveu-se enviar até 8 mil homens. E Hipólito pergunta por que o "flagelo de tropas" segue para a Bahia? Por que não mandar tropas para o Rio de Janeiro ou para São Paulo? Não são essas cidades as que mais têm fustigado de queixas "esses inimigos do Brasil em Lisboa"?¹⁴⁹.

Hipólito José da Costa responde que a inconstitucionalidade do "partido dominante" divide Portugal de tal modo que o envio das tropas à Bahia é opinião quase unânime em Lisboa. Os "negociantes portugueses", na espera do monopólio, "levarão vantagem as outras classes". Essas "instigações" da "classe de negociantes"¹⁵⁰ não foram percebidas como os motivos pelos quais a Inglaterra perdeu suas colônias na América, conclui Hipólito José da Costa.

Note-se que, segundo Hipólito da Costa, o envio de tropas ao Brasil é opinião quase unânime em Portugal.

No entretanto, na sessão 375 das Cortes de Lisboa, o deputado Moura discursou contra o envio de tropas à Bahia. Contudo, os argumentos do deputado Moura, seu partido da "sujeição" dos "brasilienses", são criticados por Hipólito José da Costa. Segundo Hipólito, o Deputado Moura teria dito que "Se a união do Brasil nos há de custar o residir o Príncipe no Brasil, por tal preço atrevo-me a dizer a face

¹⁴⁹ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, p. 555.

¹⁵⁰ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, p. 555, 556.

da Nação e do Mundo todo, não quero a união dos dois Reinos". No pensamento do deputado Moura, a Corte do Brasil é Lisboa porque o seu nome latino era Ulissipona. Isto é, Ulisses, descendente dos deuses, foi seu fundador, e lá devem residir o "Rei" e o herdeiro da Coroa. Disse mais o deputado Moura, "... que tudo concedera ao Brasil, menos, o não obedecerem..."¹⁵¹. Fundamentava sua doutrina, portanto, em uma "cega obediência".

Hipólito José da Costa nota que a falta de preparativos militares no Brasil mostra que ainda não se percebeu "... que das Cortes de Portugal nada [se] tem a esperar". Por exemplo, no dia 29 de abril, as Cortes anistiaram presos vindos da Bahia. Depois estenderam tal medida a "três rapazes" chefes de "uma revolução"¹⁵² no Pará, só porque foi proposto por um deputado europeu. E no dia 28 de maio, duas Companias da Divisão Auxiliadora, que haviam saído do Rio de Janeiro em 15 fevereiro, desembarcaram na Bahia. No dia 28 de maio entrou também na Bahia a Galera São Gualter, que trazia preso o Brigadeiro Manoel Pedro de Fretas Guimaraes¹⁵³.

Assim, como as tropas Portuguesas encaminharam-se do Rio de Janeiro para a Bahia, é um engano presumir que Portugal procurará estabelecer-se somente na Bahia. De lá atacam outros locais. Particularmente a província de Pernambuco, cuja expulsão de Luís do Rego Barreto, e dos outros governadores das armas, é chamada nas Cortes de

¹⁵¹ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 547, 548.

¹⁵² Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, p. 556.

¹⁵³ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 125, 12 de setembro de 1822, p. 559.

Lisboa "a hipocrisia de Gervásio" [Gervásio Pires Ferreira, presidente de Pernambuco]. Eis as recomendações de Hipólito José da Costa:

"Nem se engane Pernambuco com as aparências de que as expedições se dirigem para a Bahia. Esta cidade é a que menos rancor tem atraído a si do partido inimigo do Brasil em Lisboa; porque os Baianos são os que mais submissos se tem mostrado às Cortes. Logo o fim dessas expedições à Bahia não é senão o formar ali um ponto de apoio, donde saiam depois a atacar os lugares, que se supõe mais obnoxios a dominação de Lisboa; e podem estar seguros os Pernambucanos, que eles não deixam de lembrar na cabeceira do rol.

...

O maior mal que daí se podia seguir, era tentar o Príncipe introduzir um governo despótico, mas isto poderiam os deputados das províncias remediar a todo o tempo; quando que a falta de ligação de Pernambuco com o Rio de Janeiro, dá espaço para que os inimigos do Brasil concentrem suas forças na Bahia, e daí ataquem Pernambuco primeiro e depois, alguma das províncias do Sul, com os mesmos recursos, que tirarem de Pernambuco. ... [A guerra poderia ser evitada] com a união de Pernambuco, e Rio de Janeiro ... [As províncias coligar-se-ão] quando Pernambuco se desenganar de que lhe convém unir-se ao Rio de Janeiro, e mui principalmente se para isto se não usar da menor coação; mas sim da persuasão; para não cair nos mesmos erros das Cortes, e não ficar exposto às mesmas conseqüências"¹⁵⁴.

Na mesma sessão 375, o deputado Pessanha ironiza a afirmação de um deputado brasileiro, que havia dito que, após a saída das tropas de Luís do Rego Barreto de Pernambuco, havia paz naquela província. Segundo o constituinte Pessanha, o deputado pelo Brasil "... arriscava sua cabeça se Pernambuco não ficasse em paz,

¹⁵⁴ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 125, 12 de setembro de 1822, p. 560-561 (original não grifado).

depois da retirada de Rego, e do batalhão do Algarve, e diz Pessanha, com ar de grande triunfo: que seria agora da cabeça desse Sr. deputado, se lhe tomassem à risca a sua palavra?"¹⁵⁵

O deputado Pessanha, porém, é criticado por Hipólito José da Costa, para quem Pernambuco encontrava-se em paz, "salvo os efeitos das rixas entre europeus e Americanos ...". Pois o tempo não faz esquecer a constância da "sanguinária fúria" desde 1817: os "...mortos, roubados e maltratados"¹⁵⁶ pelos europeus no "norte" do Brasil.

A carta de um deputado do Brasil relata, finalmente, que na sessão de 2 de julho de 1822, quando da definição do relatório da Comissão especial dos negócios políticos do Brasil, "estivemos a ponto de jogarmos a pancada...". O deputado complementa: "... Oh, meu caro amigo; quem me dera ver fora daqui ... onde vivemos como prisioneiros, e onde corremos riscos as nossas vidas no meio desta gente bárbara que nos olhão como revolucionários, e inimigos"¹⁵⁷.

Ressalte-se o desentendimento mútuo que transparece na última frase do deputado, quando diz "gente bárbara que nos olhão como revolucionários, e inimigos". Isto sugere que há um imaginário político que media a relação portugueses-brasileiros. Tal imaginário político também é percebido por Hipólito José da Costa, ao dizer: a inconstitucionalidade do "partido dominante" divide Portugal de tal modo que o envio das tropas à Bahia é opinião quase unânime em Lisboa.

¹⁵⁵ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 548.

¹⁵⁶ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 124, 11 de setembro de 1822, p. 555.

¹⁵⁷ Carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 553.

Na criação de tal imaginário político foi fundamental a imprensa dos dois lados do Atlântico, imprensa esta que repercute e amplifica os debates das Cortes de Lisboa. Tal imaginário fundamenta-se na noção de inferioridade racial dos americanos, e é neste contexto utilizado para justificar a reconquista da ex-colônia.

Será "... crime o querer gozar da Liberdade? ...", pergunta-se João Soares Lisboa. Certamente não, pois "Todo o homem que se julga inferior a seu irmão é indigno do nome de homem ...". Os últimos comentários de João Soares Lisboa sobre a *carta de um deputado do Brasil, no soberano congresso lisbonense*, são um alerta ao governo, e demonstram que a tolerância com relação aos peninsulares se havia definitivamente rompido: "Príncipe! [, diz João Soares Lisboa,] Extermínio, e guerra eterna a todos os inimigos da Liberdade, e Independência do Brasil, seja qual for a terra que os viu nascer"¹⁵⁸.

O deputado conclui com pessimismo, ao analisar a melancólica situação de guerra civil na Espanha. Na Catalunha e Carvara, em 16 horas foram degoladas milhares de vítimas. Arajuês, o irmão do Rei e Infante D. Carlos, recebeu 2 ferimentos. Mostrando quão tênue é a "liberdade", em 1º de julho de 1822 levantou-se o regimento 24 gritando viva o Rei, querendo mudar o laço constitucional para o antigo laço azul e vermelho. Tratava-se de um pretexto para que não se arcabuzasse um soldado, que, para acalmar o regimento, foi justificado¹⁵⁹. "Na Espanha tudo é sangue ... tudo obra de Frades...", informa um outro relato vindo da Península Ibérica. Já em Portugal, uma conspiração encheu

¹⁵⁸ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 554.

¹⁵⁹ Cf. carta de um deputado, provavelmente de 3 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 123, 10 de setembro de 1822, p. 553, 554.

as prisões. As rondas são dobradas. E os periódicos escrevem o que lhes é mandado, e não a verdade¹⁶⁰.

Hipólito José da Costa analisa as relações de Portugal com as potências estrangeiras. Segundo Hipólito José da Costa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Silvestre Pinheiro, teria dito que o governo constitucional português enfrenta a hostilidade dos outros governos europeus. Desse prisma, a guerra com o Brasil é, nas palavras de Hipólito José da Costa, para demonstrar a "superioridade de Lisboa sobre outra a parte da Monarquia". Irritar o Brasil convém a Espanha. Mas, se "alguns portugueses se quisessem entregar" a Espanha, seria a guerra civil. Por isso os portugueses "... têm trabalhado por dilacerar e dividir o Brasil, e privá-lo de um Governo geral ..."¹⁶¹, diz Hipólito José da Costa.

E Hipólito José da Costa complementa descrevendo a "septembrisadas", em Portugal, contra a liberdade dos indivíduos¹⁶². Um tumulto na alfândega de Lisboa fez com que as Cortes ampliassem o poder do ministro da Justiça, que prendeu várias pessoas. Hipólito José da Costa questiona se, para uma decisão de tamanha importância, não seria necessário à Constituinte consumir pelo menos um quarto de tempo gasto, por exemplo, com os debates sobre os detalhes dos "bordados das casacas" dos militares. Enquanto os

¹⁶⁰ Cf. *correspondência* (com duas cartas anexas de amigos de Portugal). In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 118, 4 de setembro de 1822, p. 529-530. Segundo João Soares Lisboa, os frades, "agentes da conspiração" na Espanha, pretendiam estabelecer o sistema Aristocrático. Para tanto, propagavam o "sistema Democrático" para destruírem o "sistema Constitucional". Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 111, 27 de agosto de 1822, p. 500.

¹⁶¹ Hipólito José da Costa, Correio Brasiliense. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 120, 6 de setembro de 1822, p. 538, 540.

¹⁶² Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 127, 14 de setembro de 1822, p. 569.

"bordados das casacas" custaram uma lei com todas as formalidades estabelecidas¹⁶³, para a suspensão das liberdades individuais bastou uma mera ordem do secretário das Cortes. "Que se costuma fazer em casos idênticos nos países constitucionais? Na Inglaterra por exemplo ..." ¹⁶⁴.

Segundo Hipólito José da Costa, há vários motins explodindo em Portugal. Por exemplo, em 13 de maio de 1822 houve um motim em Villa Nova de Gaia. No dia 15 de maio foi a vez de Villa Franca, e depois Setúbal. Tais motins são um pretexto para a expulsão dos "Gallegos", diz Hipólito José da Costa. O *Diário do Governo* de 2 de junho dizia que o juiz do crime da Rua Nova atacou a tipografia do jornal *Liberal*, sede de suposta conspiração. Apreendeu-se uma "Proclamação" que pregava dissolver as Cortes, convocar as antigas com duas câmaras para por no trono o "Infame" D. Miguel, além de matar alguns deputados. Contudo, diz Hipólito José da Costa, há na Franca, por exemplo, tantas "pretensas" conspirações "inventadas" para prender os que se supõe dirigi-las, que não se pode acreditar no *Diário*¹⁶⁵.

Em Portugal há um célebre exemplo de equívoco de julgamento de uma rebelião, exemplificada pelo episódio Gomes Freire, de 1817. Tanto que as Cortes de Lisboa, em sessão de 20 de maio de 1822, anulou a sentença contra Gomes Freire e outros, que foram levados a patíbulo no Campo de S. Anna em 18 de outubro de 1817. Chamados "defensores da liberdade" pelos deputados, as Cortes

¹⁶³ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 125, 12 de setembro de 1822, p. 561, 562.

¹⁶⁴ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 127, 14 de setembro de 1822, p. 570, 569 (em ordem de citação).

¹⁶⁵ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 127, 14 de setembro de 1822, p. 569.

mandaram novamente sentenciá-los: "dizem que dois dos Juízes votaram contra a absolvição"¹⁶⁶, nota Hipólito José da Costa.

"Parece-nos pois, [prossegue Hipólito José da Costa,] que em vez de conspirações, o que há em Portugal é que o Povo começa a desgostar-se, por ver tão mal seguido, na prática, o sistema constitucional, que os Governantes tanto inculcam na teoria". Tomam-se medidas para "... que se não escreva nem fale aquilo que cada um pensa"¹⁶⁷.

É neste contexto que se compreende a afirmação do deputado Moura, na sessão 375 das Cortes. O deputado Moura denunciou a existência de inumeráveis libelles pró-brasileiros em Lisboa. Os escritores de tais panfletos políticos, que segundo o deputado Moura se queixam dos insultos ao Brasil, praticam "venalidade, libelle, e alta traição inconstitucional"¹⁶⁸.

Ao contrário, Hipólito José da Costa ressalta a divulgação, em Portugal, de escritos contra o Brasil. Tais panfletos promovem e preparam a "desunião", mostrando a "insignificância" do Brasil, e os proveitos da "separação". Hipólito José da Costa cita os exemplos do jornal *Astro da Lusitânia* número 65, que critica o servilismo pró-Brasil de alguns constituintes, como o deputado Pamplona. Outro exemplo é o periódico *Campeão Português* número 5, de 4 de maio, que defende acepções "...tão contrário as idéias do nosso século", diz Hipólito José da Costa. No número 6 o

¹⁶⁶ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 127, 14 de setembro de 1822, p. 572.

¹⁶⁷ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 127, 14 de setembro de 1822, p. 570.

¹⁶⁸ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense" de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 122, 9 de setembro de 1822, p. 548.

Campeão Português opõe as províncias, suscitando "... uma revolução dos negros..."¹⁶⁹ no Brasil. Ao criticar o número 10 do *Campeão*, Hipólito José da Costa diz que "O Brasil está decidido a cuidar de seus interesses, e tem meios de o fazer"¹⁷⁰. Hipólito José da Costa também denuncia a defesa do "antigo despotismo" feita pelo jornal *Investigador Português em Inglaterra*, periódico contrário às idéias do *Correio Brasiliense* em Londres¹⁷¹.

Ressalte-se a associação de argumentos, realizado pela imprensa Portuguesa, para caracterizar a natureza da revolução de Independência. A "insignificância" do Brasil associa-se à iminência de "... uma revolução dos negros..." escravos. O que reforça a hipótese defendida na presente pesquisa, segundo à qual a imprensa de Lisboa-Rio de Janeiro exerceu papel fundamental na produção e circulação de um imaginário político separatista, onde o argumento da desagregação racial, como consequência de uma eventual revolução de Independência do Brasil, é um dos pilares.

Tal conceituação da revolução de Independência significando um imaginário de inferioridade e desagregação racial é também percebida em carta de um leitor publicada em 19 de setembro de 1822 no *Correio do Rio de Janeiro*. Sob o pseudônimo *Vigilância*, este leitor diz que a Constituinte de Lisboa adotou o "sistema de desunir-nos" quando nomeou o governador das Armas. Pois através do governo militar estrangeiro intencionava-se "...semear a desunião entre

¹⁶⁹ Citado por Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 128, 16 de setembro de 1822, p. 574.

¹⁷⁰ Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 581.

¹⁷¹ Cf. Hipólito José da Costa, "Correio Brasiliense". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 583.

brasileiro[s], e europeu[s]; ... [e sublevar os] escravos contra seus legítimos Senhores"¹⁷².

Assim, a consciência do abismo das divergências irreconciliáveis, e do antagonismo de interesses entre os dois lados do Atlântico expressa-se, particularmente, através da imprensa republicana Brasileira.

A LIBERDADE E A IMPRENSA

O fato do jornal *Correio do Rio de Janeiro* ocupar, até aqui, lugar de destaque como representante da mídia literária republicana, não se justifica simplesmente por ser este periódico, e a participação do seu redator, o jornalista libertário João Soares Lisboa, quase que desconhecidos da produção historiográfica brasileira. A importância capital deste jornal, como porta-voz do republicanismo do Rio de Janeiro, foi denunciada com veemente alarde, na própria época, pelos seus adversários. E tais juízos foram registrados não somente no "*Processo*" contra João Soares Lisboa movido pela Procuradoria da Coroa, ou nos "*Manifestos*" de José Bonifácio e do regente, acima analisados. Mas também no *Processo dos cidadãos* ... as testemunhas são unâimes em associar a ação do jornalista João Soares Lisboa, suas idéias "revolucionárias" e "subversivas" que circulavam no *Correio do Rio de Janeiro*, à "este supremo tribunal revolucionário" da "sociedade secreta": a maçonaria. Aliás, dizem as testemunhas do *Processo dos cidadãos*, era do domínio "público" o fato do *Correio do Rio de Janeiro* ser o veículo

¹⁷² Carta do leitor *Vigilância*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 131, 19 de setembro de 1822, p. 588.

que os membros da maçonaria se utilizavam para fazer circular o *republicanismo*.

Faz-se necessário, portanto, expor a opinião das testemunhas do *Processo dos cidadãos* sobre a relação entre o redator do periódico *Correio do Rio de Janeiro* e a maçonaria. Isto será feito a seguir, através da análise dos seus depoimentos.

A testemunha número 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva, diz que a oficina tipográfica de Silva Porto e Companhia era o ponto central de "união" dos mais "exaltados demagogos". Lá se reunia para juntar o que se havia escrito, debatiam e dividiam tarefas, "... e aí finalmente reprimiam sós ou com a maior publicidade as pessoas de opiniões contrárias ...". A testemunha Antônio Telles da Silva diz ter sido uma das "... vítimas acusadas e condenadas por este supremo tribunal revolucionário ..." ¹⁷³ [em 28 de outubro de 1822] .

Além de reunirem-se em um ponto central como a tipografia, prossegue a testemunha nº 3, Antônio Telles da Silva, os "demagogos se juntavam" também em várias outras casas. Como na residência do padre Januário, na casa do ex-ministro da Guerra, a de Gouveia na rua da Ajuda, ou na casa de Luiz Manoel na rua de Santo Antônio. A testemunha Antônio Telles da Silva demonstra assim que "...vigiando e seguindo seus passos, descobriu ..." que havia sido criado "... um club com o nome de Loja maçônica ..." para disfarçar a "... intimidade que ligava a tantos ...". A Loja possuía perto de sessenta "sócios", segundo a testemunha Antônio Telles da Silva, que se reuniam

¹⁷³ Depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 21 (original não grifado).

"...adiante das casas do Barão de S. Simão ..." em dias "incertos", no horário da "Ave Maria até as nove da noite"¹⁷⁴. O Impressor, porém, contesta o cálculo da testemunha número 3, afirmando que a maçonaria possuía "mais de 200"¹⁷⁵ membros.

Dentre os membros da maçonaria do Rio de Janeiro, prossegue a testemunha nº 3, Antônio Telles da Silva, encontravam-se pessoas "de reconhecida probidade". A testemunha diz que "Soube" que os cargos mais importantes da loja secreta eram exercidos pelos seus membros de "princípios exaltados". Por exemplo, o ministro José Bonifácio de Andrada foi Grão Mestre, Ledo era Primeiro Grande Vigilante, padre Januário era Grande Orador. Ocupavam a classe de Mestre José Clemente Pereira, João da Rocha Pinto, o ex-ministro da Guerra Nóbrega, Joaquim Valerio Tavares, Domingos Alves Branco e outros menos notáveis¹⁷⁶.

Contudo, a infiltração de entes "dignitários" na ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz nada mais era que uma estratégia do governo, afirma a testemunha Antônio Telles da Silva. Se, por um lado, "... o público supunha que o Governo entrando nela lhe dava a mais decidida proteção

¹⁷⁴ Depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 21.

¹⁷⁵ Impressor. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 21 (Grifado no original).

¹⁷⁶ Cf. depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 21, 22. Dentre os Mestres, também é citado Gouveia, que era Escrivão do Crime na rua da Ajuda. Este Sr. Gouveia foi provavelmente nomeado Escrivão do Processo dos cidadãos ..., conforme se depreende da Portaria A: "... e como o Corregedor do Crime da Corte e Casa, segundo algumas testemunhas, era da mesma sociedade dos réus, que se nomeie outro que sirva de Relator ...". Caetano Pinto de Miranda Montenegro, "Portaria A", de 19 de abril de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 1.

..."¹⁷⁷, por outro lado os maçons manifestaram sua "imprudência" exigindo que o governo expulsasse um "Cidadão tranqüilo" [de nome La Combe].

Essa estratégia dos membros do governo infiltrarem-se na sociedade secreta é justificada pela testemunha Antônio Telles da Silva sob o argumento da inviolabilidade das decisões da maçonaria. Diz a testemunha Antônio Telles da Silva: "... os membros da referida sociedade ... [estão] comprometido[s] pelo juramento que prestaram a guardarem segredo de tudo o que se passa nas Lojas ..." ¹⁷⁸.

Este argumento da testemunha Antônio Telles da Silva é, aliás, utilizado pelo advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida. Para o advogado de defesa, o depoimento da testemunha Antônio Telles da Silva nada vale, pois baseia-se em informações recebidas de pessoas cujo nome a testemunha diz que é " 'obrigado a ocultar' ". Isto apesar de argumentar a testemunha Antônio Telles da Silva que seu depoimento pode ser " '... confirmado, bem que vagamente pela opinião pública ...' " ¹⁷⁹.

É uma opinião unânime dentre as testemunhas de acusação do *Processo dos cidadãos* ... que o periódico *Correio do Rio de Janeiro* funcionasse como um porta-voz da ideologia maçônica do *republicanismo*.

O depoimento mais completo sob este aspecto é o da testemunha número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. Para este depoente, os maçons "puseram à sua disposição" o periódico *Correio do Rio de Janeiro*, que

¹⁷⁷ Cf. depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 22.

¹⁷⁸ Depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 27.

¹⁷⁹ Citado pelo advogado de defesa, Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 73 (original em itálico).

"corria impresso" pela tipografia Silva Porto e Companhia, com o objetivo de "... melhor derramar a discórdia e nutrir nos ânimos dos Povos ..." com a sua doutrina. João Soares Lisboa é tipificado pela testemunha como "mascate" e "testa de ferro do papel", porque "aparecia" como redator do *Correio do Rio de Janeiro*. Segundo a testemunha Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, eram os membros da maçonaria que escreviam a maior parte das "máximas revolucionárias" da "sua doutrina" que, "com honestas cores", eram transcritas no periódico *Correio do Rio de Janeiro*¹⁸⁰.

Tais acusações são comprovados pela testemunha Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont com o argumento que, no mês de setembro de 1822, na casa do padre Januário, este lhe mostrou, e leu, uma carta que "muito atacava o ministério". Tal carta, escrita pelo padre Januário, apareceu depois publicada "na dita Folha". Devido às acusações ao ministério, o redator do *Correio do Rio de Janeiro* teria sido chamado à polícia, mas "se ocultara", diz a testemunha. E, encontrando-se o padre Januário com o ministro Sindicante, na Rua dos Pescadores esquina da rua da Quitanda, o padre Januário perguntou, em "... ar de mofa, se a Polícia ainda pretendia saber quem tinha sido o autor da Carta inserida, e que neste caso ficasse na inteligência que ela tinha sido escrita e mandada imprimir por uma sociedade secreta. ..." ¹⁸¹.

Já a testemunha número 3, Antônio Telles da Silva, também confirma que "eles" tinham conhecimento da

¹⁸⁰ Cf. Depoimento da testemunha número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 38.

¹⁸¹ Cf. Depoimento da testemunha número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 38.

necessidade de um periódico que, "diariamente", "publicasse as suas idéias" "astuciosas e malignas" com "capciosos sofismas". Ou, um jornal que, com princípios e "capa de Liberal", publicasse a "... venenosa intriga ...[através] de falsas, injustas e virulentas recriminações contra as sábias e saudáveis providências do ministério". Essa era a função do *Correio do Rio de Janeiro*, cujo "redator aparente" ou "testa de ferro", João Soares Lisboa, não passava de um "homem ignorante e quase estúpido", pois tratava-se de um "ex-espião e ex-vivandeiro no Rio Grande do Sul". Contudo, pouco a pouco foram se manifestando os verdadeiros e "... únicos redatores daquele periódico, os demagogos do Rio de Janeiro", que viviam em "ligação e intimidade ... assas manifesta ao público"¹⁸².

Uma outra testemunha, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont, relata que padre Januário lhe "disse" que ele, Ledo e o padre Lessa escreviam para o *Correio do Rio de Janeiro*. O padre Januário chegou a mostrar à testemunha, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont, duas cartas de punho próprio que iriam ser publicadas no *Correio do Rio de Janeiro*. Tais cartas de fato foram publicadas, diz a testemunha, sendo uma sobre as eleições, e a outra sobre o *Regulador Brasileiro*¹⁸³.

Aliás, o jornal *Regulador Brasileiro* era redigido pelo "reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio que, como testemunha número 6, afirma que o *Correio do Rio de*

¹⁸² Depoimento da testemunha número 3, Antônio Telles da Silva. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 21 (original não grifado).

¹⁸³ Cf. Depoimento da testemunha número 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 30.

Janeiro era o veículo das "opiniões revolucionárias" de Ledo e da maçonaria¹⁸⁴.

Felizardo Joaquim da Silva Moraes, administrador da tipografia Silva Porto, também testemunha no *Processo dos cidadãos*, confirma que "... padre Lessa e Januário escreviam alguns papeis para se inserirem ..." no *Correio do Rio de Janeiro*. O padre Januário freqüentava mais a tipografia, para "... rever e examinar as folhas ..." do *Revérbero Constitucional Fluminense*¹⁸⁵.

Tais informações são confirmadas também pela testemunha 48, José Pedro Fernandes, proprietário da Tipografia Silva Porto. Que acrescenta que Ledo raramente ia àquela oficina tipográfica¹⁸⁶.

E o advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, argumenta que as duas testemunhas mencionadas por último confirmam que José Clemente Pereira e Luiz Pereira da Nóbrega nunca escreveram para o periódico *Correio do Rio de Janeiro*. Quando às "doutrinas do sobredito jornal", o advogado de defesa argumenta que, ainda que se tratasse de "idéias desorganizadora e subversivas", tal constatação não provaria que "... aqueles que as escreveram ..." estivessem conspirando contra o Governo. E, se fosse aceito que o *Correio do Rio de Janeiro* defendesse "idéias desorganizadora e subversivas", neste caso tais idéias deveriam ter sido julgadas no Tribunal competente dos Jurados, criado por Decreto de 18 de junho de 1822¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Cf. Depoimento da testemunha número 6, frei Francisco de Sampaio. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 31.

¹⁸⁵ Cf. Depoimento da testemunha número 47, Felizardo Joaquim da Silva Moraes. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 45. O número correto da testemunha é 47, e não 41, como consta no *Processo*. Ver a respeito: *Processo dos cidadãos* ..., Ibid., p. 73.

¹⁸⁶ Cf. Depoimento da testemunha número 48, José Pedro Fernandes. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 46.

¹⁸⁷ Cf. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 73.

CRÍTICAS AO *REGULADOR BRASILEIRO*¹⁸⁸

Em 18 de junho de 1822 foi publicado um decreto regulamentando os limites para a liberdade de imprensa. Da lavra do ministro José Bonifácio, o decreto pretendia "...evitar... os Inimigos da ordem, e tranqüilidade, e da união, doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis, que promovendo a anarquia e a licença, ataquem e destruam o sistema ..." ¹⁸⁹. Trata-se mais de um decreto que regularizava a punição, do que propriamente de liberdade de imprensa. Um leitor anônimo inclusive chega a escrever uma carta contra o decreto, citando, para tanto, o poeta latino Ênio¹⁹⁰.

Na edição de 2 de julho de 1822, João Soares Lisboa pede o envio das assinaturas dos leitores que desejassem ter suas cartas publicadas. Tais assinaturas deveriam ser reconhecidas por tabelião e cartório, e, cumprindo-se a legislação sobre a circulação da imprensa, serviriam para evitar processos de injúria e calúnia contra os redatores dos jornais¹⁹¹.

Em carta, o leitor *Um descendente de Tibiriçá* afirma que o *Correio do Rio de Janeiro* e o *Revérbero*

¹⁸⁸ Com seu primeiro número publicado em 29 de julho de 1822, o *Regulador Luso-Brasileiro* teve seu título alterado para *Regulador Brasileiro* no seu número 11, de 2 de outubro de 1822.

¹⁸⁹ "Decreto de 18 de junho de 1822". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 59, 22 de junho de 1822, p. 241-242 (original não grifado).

¹⁹⁰ Carta de leitor anônimo, de 22 de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 63, 28 de junho de 1822, p. 263 (Número correto do jornal é 63, e não 60, como consta no original).

¹⁹¹ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 65, 2 de julho de 1822, p. 273-276.

Constitucional Fluminense vão incutindo trabalho semelhante ao dos "Club extramuros", ao qual João Soares Lisboa referira-se. Segundo *Um descendente de Tibiriçá*, o redator do jornal *Regulador Brasileiro* teria dito, no nº 9 do seu jornal, que nunca perdeu o respeito com os escritores do Rio de Janeiro. Entretanto, em seu nº 3, o redator do *Regulador Brasileiro* refutou João Soares Lisboa com ataques pessoais, diz o leitor. Nas palavras de *Um descendente de Tibiriçá*, naquele número apareceu a "negra bília no buxo do monstro" que escreve o periódico *Regulador Brasileiro*. Na opinião do leitor, João Soares Lisboa provoca inveja porque consegue imprimir um número de seu jornal todos dias. Por isso o *Correio do Rio de Janeiro* teria, segundo o leitor *Um descendente de Tibiriçá*, "...grande estima, e mais vendagem pela glória resultante da acusação que lhe fizeram"¹⁹². Seu "caráter está abalizado", e João Soares Lisboa não deve ceder, apesar das "negras nuvens" que o ameaçam, conclui o leitor *Um descendente de Tibiriçá*.

O próprio João Soares Lisboa dedica-se a analisar os três primeiros números do periódico *Regulador Brasileiro*. Quando surgiu este jornal, diz João Soares Lisboa haver suspeitado que o "partido Ministerial" estava vindo a público por meio de tarefa "encomendada". O *Regulador Brasileiro* circulava, na opinião de João Soares Lisboa, por "contrato feito" ou por "merecer prêmio", pois um dos seus colaboradores, de nome Loureiro, é oficial da Secretaria. E o outro redator do, o padre mestre Sampaio, "espera Mitra", ironiza João Soares Lisboa¹⁹³.

¹⁹² Carta do leitor *Um descendente de Tibiriçá*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 104, 19 de agosto de 1822, p. 467.

¹⁹³ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 109, 24 de agosto de 1822, p. 485.

"Sentados ainda na cadeira, [diz João Soares Lisboa,] continuam o Srs. *Reguladores* a ensinar aos eleitores o modo e a quem devem nomear para deputados ...". Segundo João Soares Lisboa, "certo R.^{mo} Regular" ambicionava a nomeação para deputado, pois "... não queria seis mil cruzados, bastavam-lhe quatro ao ano, porém vitalícios". O cargo de deputado, diz João Soares Lisboa, não poderia ser desempenhado sem "... abalizado saber, sólidas virtudes cívicas, pureza de costumes, desinteressado amor da bem entendida liberdade, e distância do corcundismo"¹⁹⁴.

João Soares Lisboa diz que os redatores do "*Regulador desordenado*" haviam criticado o "*célebre Adams*" por defender idéias segundo as quais "*a América deve adotar novos elementos políticos para assentar as bases do seu governo*"¹⁹⁵. João Soares Lisboa, então, contra-argumenta que:

"O Sistema de Governo Republicano é, em quanto a nosso modo de sentir, melhor cento por cinco, do que o governo monárquico absoluto, assim como o governo de monarquia constitucional, melhor que o Republicano, cinco por cento. Fazer conhecer as vantagens daquele sobre este sistema deveria ocupar as vigílias dos Ilustres *Reguladores*; argumentar com estragos desolações, e mortes; conseqüências inevitáveis de revoluções, é próprio para aterrar, mas não para convencer"¹⁹⁶

João Soares Lisboa diz que o *Regulador* prossegue em suas críticas ao *republicanismo*. Pois seus redatores

¹⁹⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 487 (original não grifado).

¹⁹⁵ Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 486 (Em itálico no original).

¹⁹⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 486 (original não grifado. Em itálico no original).

afirmam que se o Brasil conceber "... mudar os elementos monárquicos de sua criação, passando a um sistema Republicano [,] ... sua fisionomia política seria mais triste do que na época de sua escravidão Colonial"¹⁹⁷.

João Soares Lisboa contra-argumenta que o pressuposto " = antes escravo Colono, do que Republicano! =", é uma heresia. Ou seja, "... estarão convencidos os Srs. du *Desordre Regulier* de que o governo Republicano é tão mal como agora indicam? Ou pretenderão fazer com isso a apologia do governo (a nosso ver e segundo nossos sentimentos sobre-excelente) monárquico constitucional?"¹⁹⁸.

João Soares Lisboa prossegue afirmando que, "... a respeito de Repúblicas ..." os dois redatores do *Regulador* citam "o grande Montesquieu", para afirmar que a "Democracia" não se estabeleceu na Inglaterra porque os Ingleses tinham parte nos negócios. João Soares Lisboa nota que os redatores do *Regulador* desejam inferir que o que é vício no novo hemisfério, é virtude no velho. Citando o Abade Sieyes, os redatores do *Regulador* põem o axioma: "existe mais liberdade, para o cidadão em uma monarquia do que em uma República"¹⁹⁹. João Soares Lisboa afirma que esta suposição é inverídica: "... salvo se acaso se pode subentender que o Abade [Sieyes] fala de Monarquia constitucional, que entendemos ser o apuro dos governos"²⁰⁰.

¹⁹⁷ Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 486 (Em itálico no original. Original não grifado)

¹⁹⁸ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 486 (original não grifado).

¹⁹⁹ Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 487 (Em itálico no original).

²⁰⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 487 (original não grifado).

"Com efeito já é muito falar em democracias [, diz João Soares Lisboa] ..., citar continuamente chefes de Repúblicas a quem toda a gente de juízo tributa respeito e veneração ..."²⁰¹. João Soares Lisboa se pergunta sobre as intenções políticas dos dois redatores do *Regulador*:

"República não querem, por causa dos *trinta tiranos*; monarquia constitucional não querem, porque no velho hemisfério ainda não poderão conseguir até o presente o fruto de suas fadigas; monarquia absoluta não querem, porque o despotismo é odioso e bárbaro; governo misto não querem por falta de elemento, e não consentem que se toque nos elementos monárquicos da criação do Brasil; qual será a forma de governo que lhes agrada? Seguramente é algum de nova invenção, feito por máquina de vapor ..."²⁰².

João Soares Lisboa critica o elogio ao governo eterno da Casa de Bragança, feito pelos dois redatores do *Regulador*. Segundo João Soares Lisboa, a "Augusta casa de Bragança ... ou hão de governar como Reis Constitucionais, em quanto durar a Monarquia Portuguesa, ou hão de desaparecer da linha (ou listas) dos reis, se o cetro sair de suas mãos". Senão seria "... atentar contra a natureza, cujas leis são imutáveis e eternas"²⁰³.

Mas os dois redatores do *Regulador* insistem na "... façanhosa teima de falar em Repúblicas!". "Não há dúvida, é paixão dominante! [Os redatores do *Regulador*] Falam só ..."

²⁰¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 488 (original não grifado).

²⁰² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 488 (original não grifado).

²⁰³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 109, 24 de agosto de 1822, p. 488.

em "republicanismo"²⁰⁴. João Soares Lisboa ironiza os redatores do *Regulador*, que argumentam que a "ameaçadora" oscilação política de Portugal e Espanha é o resultado da não concessão de maiores atribuições ao poder Executivo desses Estados. Concessão "... da qual só poderão prescindir gênios propensos para o sistema Republicano ..." ²⁰⁵, argumentam os redatores do *Regulador*.

João Soares Lisboa observa ainda que é competência da Assembléia Constituinte "... marcar os limites dos dois Poderes Subalternos ...". Tal função não compete ao Legislativo, "... como erradamente inculcam os Srs. *Desordenados Reguladores* ...", porque este corpo não tem soberania. Segundo João Soares Lisboa, aqui não cabe o argumento da função Legislativa da "suspirada Assembléia Constituinte". Isto porque "... finda a Constituição [i.é, Constituinte] cessa o exercício do poder Soberano ...", sendo necessário a nomeação de "nova Assembléia de Legisladores". E quando for preciso alterar a "... Lei fundamental, serão delegados pelo Soberano povo, a seus representantes, poderes especiais para isso ..." ²⁰⁶, conforme estabelecer a Constituição.

João Soares Lisboa critica os "Srs. du *Regulier Desordre*" que, ao traduzirem um trecho do "célebre escritor = *Du Système de la Nature* =", incluem a palavra "crise", que não existe na versão original. Para João Soares Lisboa tentava-se "... marcar a *crise* de uma revolução". Até porque o *Regulador* denuncia o "gênio das revoluções" dos

²⁰⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, 27 de agosto de 1822, p. 499 (original não grifado).

²⁰⁵ Citado por João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, 27 de agosto de 1822, p. 500.

²⁰⁶ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 111, 27 de agosto de 1822, p. 500.

escritores da Corte, que empenham-se "... em propagar a desconfiança, a fim de que a anarquia ..." triunfe. O propósito do *Regulador* é, segundo João Soares Lisboa, "defender o atual ministério"²⁰⁷.

"A adulação, e lisonja vil, e baixa, é moeda que já não tem valor ... Que abjeto servilismo! ... Maculam-se indistintamente os escritores sem atender aos assinalados serviços que tem feito à causa do Brasil, e à liberdade, os *Revérberos*, *Malaquetas*, *Despertadores*, *Reclamações* (em sua época feliz e acisada), *Amigos da Razão*, e outros ..." ²⁰⁸.

João Soares Lisboa faz várias críticas ao ministério. Nota, por exemplo, que "defeitos da Instrução" Eleitoral atrasavam a publicação dos nomes dos deputados da províncias do Rio de Janeiro²⁰⁹.

O *Regulador* número 5 havia criticado a falta de respeito que João Soares Lisboa por S. A. R. João Soares Lisboa ressalta a "refinada maldade" deste argumento, cujo objetivo era conseguir "que respeitemos as deliberações do Ministério no mesmo grau que respeitamos a pessoa de S.A.R.!" E acrescenta, finalmente: "... já não é tempo de acreditar em bruxas"²¹⁰.

Para criticar o *Regulador*, um leitor não identificado cita um trecho de *Lettres Persanes*, de Montesquieu: "'Je pense libremente, et je dis tout ce que je pense'". Este leitor afirma que os redatores do *Regulador* praticavam um "assalto a liberdade da pátria". Até o número 6, os

²⁰⁷ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n.º 112, 28 de agosto de 1822, p. 501-502.

²⁰⁸ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n.º 112, 28 de agosto de 1822, p. 501-502.

²⁰⁹ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n.º 112, 28 de agosto de 1822, p. 502.

²¹⁰ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n.º 112, 28 de agosto de 1822, p. 502.

redatores do *Regulador* não haviam sido percebidos. Ou seja, até que um dos números do *Correio do Rio de Janeiro* declarasse "... quem eram os redatores do *Regulador*, ignorávamos quais sujeitos tinham buscado na desordem os meios de dirigir a opinião pública, fim principal de escritos desta espécie..."²¹¹.

"Diz o *Philosophie de la Nature*, página 98 do tomo IV da 5ª edição de Londres nos seus princípios de uma nova lógica 'que o mais útil a quem raciocina, consiste em fazer uso da razão própria, e não da alheia; que a meditação pode desencaminhar um espírito mal organizado; mas que a autoridade perpetua os erros, e os faz servir para a desgraça do universo'. Que terrível ilação poderia tirar-se, se maníacos por citações, e autoridades aplicássemos a última parte dessa ao tal desordenado nº 6.

De todos os escritores citados no *Regulador* a que me refiro só conhecemos, menos mal, Montesquieu, e alguma coisa Mirabeau; e como não aspiramos ao título de leitor universal, ingênua fazemos esta confissão; demais, profícua experiência nos tem mostrado ser mui curto o prazo da humana vida para ler apinhadas bibliotecas; não porque esteja a dificuldade em ler, devorando, sim porque está em meditar no que se lê; muito difere o saber, dos meios de mostrar, e impor que se sabe. Pelo que pertence a Montesquieu persuadidos estamos, que em quanto no mundo houver bom senso, e amor à justiça há de a memória desse exímio escritor colher venerações, e cultos, pelo que respeita porém a Mirabeau, se é o que muita parte teve na revolução francesa, diremos a nossa opinião: contribuiu grandemente para as desgraças de sua pátria (funesto saber!); mostrou, segundo notícias de seus contemporâneos, abjeta volubilidade de caráter; homem desmoralizado, e vendido ao duque de Orleans, apresentou por algumas vezes brilhantes frases de erudição. Não sabemos portanto quem impeliu os *Reguladores desordenados* a lançar mão de um protótipo de vícios para serem suas máximas citadas em tempo, que tanto se carece de exemplos de virtude. Mas que há de ser, hábitos por largo espaço contraídos não se perdem em um

²¹¹ Carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 564, 563 (em ordem de citação).

momento! Que prática há ali pregada em devota novena de festeira ermida, que prenhe não venha de sentenças de Agostinhos, Ambrósios, Athanásios, Tertulianos? ..."²¹².

Este leitor não identificado proclama-se contrário ao veto absoluto. E faz longas citações de Rousseau, para concluir: "... se oponho só o cidadão de Genebra aos autores citados pelo *Regulador* ... é porque sinto a escassez de minhas forças, e vejo que homens de grande pulso ... estão calados, enquanto sobre tão delicado objeto com voz de Stentor nos aturdem tagarelas"²¹³.

Outro leitor, denominado *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe*, identifica o debate através da imprensa, e nomeia os adversários de João Soares Lisboa. Sobre a absolvição de João Soares Lisboa dos dois processo movidos pelo desembargador do Paço, o leitor afirma: "...Vm. teve a fortuna de encontrar um França..." no Júri. Por isso, seu "bom sucesso" tem desagradado aos "Coronéis Redatores", haja vista as acusações do periódico *Espelho*. O leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe* diz gostar do periódico *Malagueta*. E não gosta do *Constitucional* da Bahia que, segundo o leitor, tem sua impressão paga por "Senhoras da Bahia". O leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe* também critica a *Reclamação 14*, pois "... o velho Lisboa deu azos a Saldanha, força a Gervário, entusiasmo a Madeira ..."²¹⁴. O leitor afirma ter ouvido fazer-se crítica

²¹² Cf. carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 564.

²¹³ Cf. carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 566.

²¹⁴ Carta do leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 568. Ver também p. 567.

mordaz contra a baixa renda do *Regulador*. O leitor critica as contradições deste periódico:

"... o *Regulador* que vomitando com o LUXO DE SUA ERUDIÇÃO raios, e coriscos contra o Republicanismo, transcreve a Constituição de uma República limítrofe, só porque ela admitiu duas Câmaras!! Duas Câmaras, meu Amigo, em uma República são ambas eletivas e temporárias ..." ²¹⁵.

O leitor conclui com uma ironia aos limites da liberdade de imprensa: " = Cá por mim, disse o companheiro, colho.... porém não, é melhor me calar; não quero cêa [ceia?] de camarão, e temo os jurados pelo que já disse" ²¹⁶.

O leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe* finaliza sua carta criticando o borboletear das idéias de um dos redatores do *Regulador*: "Um Frade pregando política? ... [declarou-se] corcunda com os corcundas ... liberal com os liberais... hoje Aristocrata, e amanhã não sei o que...." ²¹⁷.

Carta do leitor *Um inimigo do despotismo* também critica o *Regulador* *Brasílico-Luso*. Segundo este leitor, nos números 6 e 7 do *Regulador* são citados Montesquieu, Lalli, Tolendal, Mirabeau, Mounier, e mais Mirabeau, e mais Mirabeau. Com o "VETO real às Leis", pergunta-se o leitor, onde está a Soberania do "Corpo" constituinte? Pois a lei, "se o Soberano Executivo" permitir, "é uma regra

²¹⁵ Carta do leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 568 (original não grifado).

²¹⁶ Carta do leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 568.

²¹⁷ Carta do leitor *Verdadeiro amigo do Brasil e do príncipe*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 126, 13 de setembro de 1822, p. 568.

estabelecida, e mandada executar por Autoridade Soberana..."²¹⁸, conclui *Um inimigo do despotismo*.

O REGULADOR BRASILEIRO E A MAÇONARIA

Na noite de 15 de setembro de 1822, um domingo, os membros da maçonaria do Rio de Janeiro repreenderam um dos redatores do jornal *Regulador*, o "padre mestre frei Sampaio", religioso do convento de Santo Antônio. Membro da maçonaria, o redator "padre mestre frei Sampaio" foi acusado de estar defendendo o poder do chefe do executivo para vetar as leis constitucionais (o "veto absoluto")²¹⁹.

A testemunha número 3, Antônio Telles da Silva, por exemplo, acusa os membros da maçonaria de haverem chamado "...à Loja para ser repreendido Francisco de Santa Thereza Sampaio, redator do periódico ..." *Regulador*. O redator deste periódico teria sido repreendido, segundo a testemunha 3, por haver traduzido "vários Publicistas constitucionais" que defendiam "Prerrogativas Reais". Apontado o "Crime do referido Redator", este calou-se, diz Antônio Telles da Silva²²⁰.

²¹⁸ Carta do leitor *Um inimigo do despotismo*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 129, 17 de setembro de 1822, p. 580.

²¹⁹ É esta, pelo menos, a opinião do advogado de defesa. Ver Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 73. Veja também o depoimento do próprio "padre mestre Fr. Francisco Sampaio", testemunha 53. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 47. Ver ainda as Erratas, p. 109. Cf. depoimento da testemunha 1, Theodoro Fernandes Gama. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 5.

²²⁰ Depoimento de Antônio Telles da Silva, testemunha número 3. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 21, 22.

Já Manoel Innocencio Pires Camargo, testemunha número 59, narra que em uma noite [do sábado, 14 de setembro,] estava presente a uma reunião de "uma sociedade". Nesta reunião "bastantemente numerosa", Ledo lembrou-se de argüir ao "padre mestre fr. Sampaio" das faltas que ele vinha cometendo para com aquela "sociedade", pois quase nunca lá aparecia para tratar de suas funções. Mas o "padre mestre fr. Sampaio" deveria ser argüido principalmente sobre "...uma doutrina que ele estava espalhando no seu *Regulador*, e a que chamaram subversiva da prosperidade do Brasil e dos princípios liberais ...". Muitos outros "membros da sociedade" acusaram o padre Sampaio das mesmas falhas, "de maneira que uns eram de parecer que fosse expulso" [da maçonaria], diz a testemunha Manoel Innocencio Pires Camargo. Todos concordaram com a sugestão de Ledo, segundo a qual no dia seguinte se devolvesse o *Regulador*, "de que eram assinantes". Porém, Luiz Pereira da Nóbrega objetou que não se deveria condenar ou punir o padre sem primeiro o ouvir. Sendo apoiado, deliberou-se que se lhe enviasse uma carta, "para levar a qual se ofereceu Luiz Manoel a pretexto de morar perto"²²¹ do Convento de Santo Antônio.

A testemunha Manoel Innocencio Pires Camargo não compareceu à reunião do dia seguinte. Alguns dias depois, porém, foi falar com o padre Sampaio no Convento. Segundo a testemunha, o padre Sampaio contou-lhe que, conduzido por Luiz Manoel, foi deixado:

"em uma sala muito escura aonde sofreu um susto mortal, e que entrando fôra repreendido fraternalmente por Ledo, não só por motivo das faltas, como por causa da doutrina que escrevia

²²¹ Depoimento de Manoel Innocencio Pires Camargo, testemunha número 59. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 49-50 (original não grifado).

no *Regulador*; mas que pedindo ele padre perdão, acabara tudo em abraços. ..."²²²

Já a testemunha número 65, Izidoro José da Silva Torres, diz "... Que ouviu mais a N. e seu irmão N. [da maçonaria?] ..." censurarem o padre Sampaio pelas idéias do *Regulador*. Chamavam-no "doido"²²³.

O próprio "padre mestre Fr. Francisco de Sampaio", depoente número 53, diz ter recebido de Luiz Manoel, no Convento de Santo Antônio, uma "carta de letra de Joaquim Gonçalves Ledo" que dizia mais ou menos:

"= Que havendo-se de fazer uma Assembléia geral a bem da grande causa do Brasil, exigiam que ele testemunha como orador comparecesse para deliberar sobre o mesmo objeto. Gabinete do Silêncio 5822. Assinado = Graco ="²²⁴.

À noite, a testemunha "padre mestre Fr. Francisco de Sampaio" afirma ter se dirigido, em uma sege, e acompanhado de Luiz Manoel, ao local defronte à casa do Barão de S. Simão. Lá encontrava-se o "dito Ledo" com "quase toda a Assembléia". O padre Januário era o orador, o Escrivão Gouveia da rua d'Ajuda era o Secretário, N.... era o Primeiro vigilante, Pedro José da Costa Barros o segundo. Presentes também oficial da Secretaria da Justiça, Tinoco, Domingos Alves Branco, José Clemente Pereira, João da Rocha

²²² Depoimento de Manoel Innocencio Pires Camargo, testemunha número 59. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 50. Na nota 116, p. 49-50, o Impressor questionar a validade de depoimento desta testemunha, uma vez que nos Autos consta que Manoel Innocencio Pires Camargo foi notificado em 19 de fevereiro de 1823. Contudo, o juramento é datado de 8 de janeiro de 1823. Para os propósitos da presente pesquisa, assinala-se que o advogado de defesa confirma a repreensão do padre Sampaio.

²²³ Depoimento de Izidoro José da Silva Torres, testemunha número 65. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 51.

²²⁴ Citado pela testemunha número 53, padre mestre Fr. Francisco Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 47.

Pinto, João Fernandes Lopes, dentre outros. A testemunha diz ter sido, então, acusada "... como réu da Lesa nação e de espalhar idéias vertiginosas pela publicação [no *Regulador*] de suas opiniões sobre o veto e sanção Real que ele exigia que se dessem ao Chefe do Poder Executivo ...". Ledo o ameaçou, argumentando que se persistisse a "tratar daqueles objetos", as províncias "desconfiariam" que no Rio de Janeiro haveriam projetos norteados pelo "antigo despotismo"²²⁵.

A testemunha, o "padre mestre Fr. Francisco de Sampaio", comprometeu-se a abandonar tais opiniões "por algum tempo". Frente a esta "docilidade", o padre Sampaio foi "absolvido por aquela ocasião na qual ele testemunha viu os horrores da morte". Porque viu-se "fechado com sentinelas a vista dos mesmos da Assembléia"²²⁶. E também porque Manoel Innocencio, oficial de Secretaria, lhe dissera que o dito Luiz Manoel, e Joaquim Valerio Tavares eram os que mais estavam empenhados em assassiná-lo com um punhal.

Finalmente, o "padre mestre Fr. Francisco de Sampaio", testemunha número 53, afirma que lhe foi solicitado um panfleto sobre a Aclamação de S. M. para ser publicado em Pernambuco. Após encher toda uma folha de papel, diz a testemunha, sua proclamação foi desprezada "por outra revolucionária"²²⁷.

O advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, anota que uma outra acusação que pesa contra os réus do *Processo*

²²⁵ Depoimento da testemunha número 53, padre mestre Fr. Francisco Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 47, 48. Ver também Erratas, p. 109.

²²⁶ Depoimento da testemunha número 53, padre mestre Fr. Francisco Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 48.

²²⁷ Depoimento da testemunha número 53, padre mestre Fr. Francisco Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 48.

dos cidadãos ... é a de terem sido "... cúmplices na repreensão que os Pedreiros Livres deram a seu Irmão o Reverendíssimo padre Mestre Fr. Francisco de Santa Thereza Sampaio, por escrever no seu periódico o *Regulador* doutrinas protetoras do veto absoluto ...". Contudo, o advogado argumenta que o "Documento nº 33" comprova que o padre Sampaio recitou, naquela ocasião, uma "oração maçônica" onde confessa que da "repreensão" "... nenhum mal se fez ..." ²²⁸.

Além deste exemplo de diatribe entre o *Correio do Rio de Janeiro* e o *Regulador Brasileiro* sobre o tema *republicanismo*, a imprensa republicana exerceu importante função no episódio da convocação da Constituinte em 3 de junho de 1822, e na divulgação de um imaginário justificador da ruptura separatista do império luso-brasileiro.

A partir de setembro de 1822, a imprensa republicana passará a fazer insistente propaganda pela Aclamação do príncipe regente em seu aniversário, 12 de outubro de 1822. Pois, segundo os pensadores do *republicanismo*, o pacto associativo constituidor da nova sociedade deveria fundar-se na noção de soberania popular, e não no conceito de direito divino, como pensava a cúpula do governo.

No próximo capítulo expõe-se a defesa, dos pensadores do *republicanismo* do Rio de Janeiro, da tese da soberania popular como essência necessária à constituição da

²²⁸ Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 73, 74. O "Documento nº 33", às páginas 103-105, é assinado por "FRANKLIN Orador do 1º Quadro", e tem o seguinte começo: "A glória do grande arquiteto do Universo. Aos respeitáveis maçons do nosso grande Oriente. A todos os quadros da maçonaria Brasileira. ..." (original não grifado).

sociedade política livre do pedestal hierárquico do poder aristocrático absolutista.

V. ACLAMAÇÃO DA SOBERANIA POPULAR OU CONSPIRAÇÃO REPUBLICANA?

"... já não vejo meio de evitar a guerra entre o Brasil e Portugal. [Porém,] ...com tanto que não se restabeleça o despotismo (o que não parece possível) sempre lucraremos na mudança, ou ao menos os nossos filhos, pois era tão mau o nosso estado, que não podíamos mudar para pior"¹. [Carta de autor não identificado].

O imperador "... levava a tal ponto o seu liberalismo que se conhecesse que o Brasil queria ser uma República, ele seria o primeiro Cidadão dela ..."². [Francisco de Sampaio, testemunha do *Processo dos Cidadãos*...].

"... Desenvolvimento da conspiração = Disse que a chegada de S. M. I. (de S. Paulo) verificando-se mais cedo em consequência das notícias que tinham vindo de Portugal, e sendo festejada por todos os que conheciam que a sua presença na Corte era indispensável para o bom acerto da execução das medidas que se houvessem de tomar contra os nossos agressores, foi duplicadamente aplaudido pela notícia que logo se espalhou de haver S. M. declarado a Independência do Brasil pela adoção de um distintivo que S. M. tomou estando ainda na Província de S. Paulo, onde publicamente foi aclamado com o título de Imperador do Brasil em dias do mês de agosto passado. Iguais transportes moveram os habitantes desta Corte a romper as mesmas vozes tanto no dia imediato ao da chegada de S. M. como naquele em que foram proclamados os novos Deputados Disse mais [a testemunha] que sabe que em Pernambuco no dia em que se instalou o novo governo temporário [rf. a governo dos Matutos], a Tropa e o Povo

¹ Carta de autor não especificado, Lisboa, 11 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 142, 2 de outubro de 1822, p. 634, 635 (original não grifado).

² Depoimento da testemunha n° 6, o reverendo padre mestre frei Francisco de Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 31 (original não grifado).

saudaram a S. M. com o título de Imperador do Brasil. ..."³.
[Antônio Telles da Silva, testemunha do Processo dos
Cidadãos...].

Essa última citação é notável porque mostra que mesmo para as pessoas mais próximas do poder, caso da testemunha número 3 do *Processo dos cidadãos* ..., Antônio Telles da Silva, a data Sete de setembro ainda não havia sido criada como a data mais importante da história do Brasil. O fato da testemunha Antônio Telles da Silva referir-se à Independência "em dias do mês de agosto" reforça a hipótese da invenção simbólica desta data através da criação de um imaginário político.

Enquanto a testemunha 3, Antônio Telles da Silva, não consegue lembrar-se do Sete de setembro, procura sublinhar que aquele ato da ruptura separatista teria sido legitimado por um ato de aclamação popular pública. O que significa dizer que, através da legitimação da soberania popular, foi publicamente criado o império do "Brasil em dias do mês de agosto", quando o então príncipe regente "publicamente foi aclamado com o título de Imperador".

Longe de ser mera querela de datas, ou uma questão de ordem jurídica sobre a manifestação da soberania popular, trata-se do principal problema da legitimação da autodeterminação soberano de um povo que estabelece um governo. Ou seja, a existência do novo governo independente

³ Depoimento do "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva, testemunha 3. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p.22-23 (original não grifado). Ao afirmar que a Independência do Brasil transcorreu em dias do mês de agosto de 1822, e não em Sete de setembro, a testemunha Antônio Telles da Silva sugere que a invenção simbólica da data nacional Brasileira no imaginário político ainda não havia ocorrido. Sobre o problema da construção de um imaginário político do Sete de setembro de 1822, ver Maria de Lourdes Viana Lyra. "Memória da Independência: marcos e representações simbólicas". In.: Revista Brasileira de História: Representações. São Paulo : ANPUH/Ed. Contexto, vol. 15, no 29, 1995, p. 173, 174, 175, 192, 193, 198 e 199.

carece da necessária justificação que, através do pacto de associação do povo em sociedade, se estabeleça um governo. Longe de ser mera retórica jurídica, o esforço da testemunha Antônio Telles da Silva em demonstrar que em São Paulo o príncipe regente "publicamente foi aclamado" pelo povo, sublinha que no final de 1822 o que surgia como fundamental não era a ruptura separatista do Reino luso-brasileiro, mas o ato fundador do pacto associativo, o contrato social.

Ora, quem primeiramente pôs esta questão foi o Senado da Câmara do Rio de Janeiro. No dia 17 de setembro de 1822, em uma "vereeção extraordinária" da Câmara, José Clemente Pereira apresentou um documento, por ele redigido, que tinha o objetivo de convidar as Câmaras das províncias do país para "investir" o príncipe regente, acompanhando uma "opinião dominante" na Corte, investir o regente nos poderes "...que pela constituição lhe devem competir como a Rei constitucional ...". Enfim, tratando-se de documento que se transformaria na Carta circular de 17 de setembro, e que seria remetida às Câmaras das províncias por procuradores, será transcrito na íntegra a seguir:

"Ilustríssimos Senhores = Depois da nossa *Carta circular* de 7 do corrente, a opinião dominante de investir o Príncipe Regente no exercício de todos os atributos do Poder Executivo, que pela Constituição lhe devem competir como à Rei constitucional, na forma que expendemos naquela Carta, tem-se exaltado tanto nesta Cidade, que tudo nos anuncia que o Povo, e Tropa se dispõem para apressar a Sua Aclamação; por tal forma, que a noite passada foi o mesmo Senhor recebido no teatro com as seguintes vozes de universal entusiasmo = "Viva a Independência do Brasil! = Viva o Imperador constitucional do Brasil! = Viva o Rei constitucional do Brasil!"

E por que quando a opinião dominante se declara decisivamente, é da nossa obrigação e da de todas as Câmaras, encaminhá-la ao único, e verdadeiro fim, a que se dirigem os

votos e trabalhos de todos os verdadeiros brasileiros: = Independência, e liberdade pela constituição, debaixo de uma Monarquia constitucional, = a fim de acautelar que algum passo precipitado apresente com as cores de partido faccioso um ato, que a vontade de todo o Povo requer, e que por esta razão, e pela importância das suas consequências deve aparecer à face do mundo inteiro revestido das fórmulas solenes que estão adotadas, e reconhecidas por enunciativas da vontade unânime dos Povos; temos acordado fazer Aclamar solenemente no dia 12 de outubro o Senhor Dom Pedro de Alcântara, hoje príncipe Regente do Brasil, e seu Defensor Perpétuo, *1º Imperador Constitucional do Brasil*; prestando o mesmo Senhor previamente um juramento solene de *jurar, guardar, manter e defender a Constituição, que fizer a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa Brasileira*.

E entendemos que devíamos apresarmos em comunicar esta resolução a Vossas Senhorias, não só para que não parecêssemos obrar com excesso da medida que naquela Carta propusemos à deliberação de Vossas Senhorias, e antes de sabermos oficialmente a vontade das Câmaras que consultamos; mas também porque será muito importante à causa do Brasil, muito glorioso ao acerto com que este vai dirigindo a grande obra da sua Independência, e de muita admiração finalmente para os Povos espectadores de nossa conduta, se no mesmo dia 12 de outubro for S.A.R. Aclamado Imperador Constitucional em todas, ou quase todas as Províncias coligadas, como esperamos.

Deus guarde a Vossas Senhorias. = Rio de Janeiro, em Vereação extraordinária de 17 de setembro de 1822 = Ilustríssimos Senhores Presidente, Vereadores, e mais oficiais do Senado da Câmara da = José Clemente Pereira = João Suares de Bulhões = José Pereira da Silva Manoel = Domingos Vianna Gurgel do Amaral = José Antônio dos Santos Xavier"⁴.

Contudo, os adversários do *republicanismo* iriam argumentar que José Clemente Pereira teria omitido, quando a *Carta circular* foi lida na Câmara, teria omitido a parte

⁴ "Documento nº 20", Carta Circular do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, de 17 de setembro de 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 97-98 (original não grifado. Itálico no original).

final, que mencionava o compromisso do regente jurar previamente a Constituição que ainda estava por ser feita.

Contudo, tais acusações contra José Clemente Pereira somente seriam formuladas quando o Senado da Câmara do Rio de Janeiro se reuniu três semanas depois, em 10 de outubro de 1822.

Isto leva a crer que o conteúdo revolucionário da *Carta circular* não seria percebido imediatamente. A *Carta circular* era revolucionária não só por estabelecer a fundação de uma nova associação política através da Aclamação do chefe do executivo pela força do poder da soberania popular. Mas, também por exigir do príncipe a aceitação da Constituição futura, e, conseqüentemente da regulamentação limitadora de seus poderes.

Antes de aprofundar nestes aspectos, far-se-á, a seguir, uma última incursão nas idéias veiculadas pela imprensa republicana antes da Aclamação.

A IMPRENSA E A ACLAMAÇÃO

Hipólito José da Costa fez um elogio indireto ao republicanismo federativo norte americano. Por exemplo, são apresentadas estatísticas dos Estados americanos onde o desempenho dos EUA aparece com maior destaque⁵.

No entretanto, Hipólito José da Costa faz um elogio ao tipo de governo dos EUA sem sequer utilizar a palavra *república*. Ele faz apenas um elogio a forma através da qual os americanos do norte conseguiram manter-se unidos através de um órgão representativo central. Nos EUA, diz, há "um

⁵ Hipólito José da Costa, *Correio Brasiliense*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 131, 19 de setembro de 1822, p. 585.

Congresso Geral para toda a união, ... a Nação". Se não existisse tal Congresso, haveria apenas "um agregado de povos ou pequenas nações separadas"⁶.

Isso lhe possibilita diagnosticar, para o caso brasileiro, um tipo de governo que poderia possuir tais características, não sendo, obrigatoriamente, uma república. Nas palavras de Hipólito José da Costa, "... o que se quer no Brasil é uma Monarquia temperada, e não um Rei de copas como se tem feito em Portugal; porque com tão inútil Rei é melhor não ter nenhum..."⁷. Tal "Monarquia temperada" poderia ser traduzida como uma não monarquia absolutista. Ou como um governo misto, ou seja, o governo que sintetiza elementos do bom governo. Ou ainda como um governo representativo constitucional, pois:

"... sendo a convocação dos deputados do povo feita pelo Príncipe, a expressão ... [o Príncipe diz que jurou dar aos Povos uma Constituição] ... só quer dizer, que ele concede, como Chefe, o que o povo deseja como Corpo". O "... Príncipe depositário da única autoridade conhecida [=o Rei], convoca o povo, para obrar segundo a vontade desse povo. ..." ⁸.

O tom radical expresso por Hipólito José da Costa é inteligível ao se pensar que, no final de setembro de 1821, o imaginário político da desagregação racial e da ruptura separatista começava a dar mostras de hegemonia generalizante.

⁶ Hipólito José da Costa, *Correio Brasiliense*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 582.

⁷ Hipólito José da Costa, *Correio Brasiliense*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 583 (original não grifado).

⁸ Hipólito José da Costa, *Correio Brasiliense*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 130, 18 de setembro de 1822, p. 583.

Veja-se outros fatos que exemplificam e justificam a radicalização da linguagem política fundamentada/justificada na criação de um imaginário político separatista.

Em 20 de setembro, João Soares Lisboa informa haver recebido "folhas do Porto" até agosto, fazendo comentários sobre "a Expedição conquistadora, ou recolonizadora". Um extrato do periódico *Correio do Porto*, por exemplo, noticia que se iniciava o recebimento de "Donativos gratuitos" para a Expedição militar à Bahia, segundo "Portaria" de 26 julho 1822⁹. O mesmo *Correio do Porto* informa também dia e hora da arrecadação e das condições para o envio de tropas¹⁰. E uma "Circular" de Lisboa estabelecia os critérios para a subscrição para as tropas¹¹.

Em uma "Proclamação" do governo de Pernambuco, Gervásio Pires Ferreira conclamava o povo às armas:

"As armas pois, amados Concidadãos para sustentar a nossa Glória! A Assembléia Geral para firmar nossos direitos. Se não vos falamos tão claro, há mais tempo, foi, porque conhecemos, que o Grande Gênio Tutelar do Brasil também até agora Mostrava ainda Esperar alguma emenda nos atentadores contra a nossa Liberdade ..." ¹²

⁹ Extrato do *Correio do Porto* número 179, de 31 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 132, 20 de setembro de 1822, p. 589.

¹⁰ Extrato do *Correio do Porto* número 181, de 2 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 132, 20 de setembro de 1822, p. 589-592.

¹¹ "Circular" de Lisboa, de 1º de junho de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, p. 607.

¹² "Proclamação" do governo de Pernambuco, Gervásio Pires Ferreira. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 132, 20 de setembro de 1822, p. 592 (original não grifado).

João Soares Lisboa publica uma "carta fidedigna", vinda de Pernambuco. Manoel Izidoro Miranda, que assina a carta, diz que a sua chegada a Pernambuco "... causou um alegrem extraordinário a todos os Patrícios, em lerem os bons Decretos, e Manifestos..." do Rio de Janeiro. Manoel Izidoro Miranda informa que em Pernambuco já havia preparativos para receber os portugueses, pois o governo havia guarnecido os portos ao sul com Artilharia. E também criara um Corpo "...de pardos, e outro de pretos, pagos, e um de brancos..." em Goiana (cidade do norte de Pernambuco). Todos os empregados públicos ficam "...aprendendo a recrutar"¹³.

Sempre segundo Manoel Izidoro Miranda, teria entrado no porto de Recife a expedição vindo do Rio de Janeiro, que vai à Bahia [provavelmente para lutar contra as tropas do governador das armas, Madeira]. Dois oficiais reclamaram "amargamente do Francês" que comandava a expedição. Pois além de não desembarcar na Bahia, aliou-se a dois "oficiais Europeus", denominados Reis e Guerra, que participaram da repressão a Goiana [provavelmente de 1817]. Segundo Manoel Izidoro Miranda, esses "oficiais Europeus" eram "Carrascos de Pernambuco"¹⁴ que haviam fugido.

Já para o *Pernambucano* livre, Portugal é a "Mãe terna". E o filho quer apenas "... viver livre na Sociedade civil com seus semelhantes, como livre ...". Uma contradição, porém, é o "*Livro do registro das contas da câmara do Rio de Janeiro à El-Rei D. João V*", exemplo de roubo do tesouro e locupletação, diz a carta do

¹³ Carta de Pernambuco, assinada por Manoel Izidoro Miranda. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 133, 21 de setembro de 1822, p. 593.

¹⁴ Carta de Pernambuco, assinada por Manoel Izidoro Miranda. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 133, 21 de setembro de 1822, p. 593.

Pernambucano livre. Além do mais, o Brasil permite que nos "... periódicos [de Portugal] nos tratem de hordas de negrinhos pescados na Costa d'Africa e ..." ¹⁵.

Carta de um leitor comenta que um estudante brasileiro em Lisboa se mantém "em silêncio", exceto quando vê os Patrícios¹⁶. Este leitor pede para João Soares Lisboa publicar a carta de outro estudante, "F...", datada de 21 de julho de 1822.

"F..." diz que não é possível "...descrever o rancor que há no Congresso ao Antônio Carlos, ao Sobrinho, ao Barata, ao Lino, ao Vergueiro e ao Muniz ...": "...pela Praça do Comércio, Cais do Sodré ... não se houve nada mais do que estas palavras = esta tudo perdido = o Brasil, ou reconquistado, ou abrir mão dele. =..."¹⁷.

Ao destacar o "rancor que há no Congresso" de Lisboa, a carta do estudante "F..." exemplifica como o imaginário político separatista estava sendo constituído/inventado nos dois centros do "império luso-brasileiro". A participação da imprensa neste processo de criação, e publicização de um imaginário político de desagregação racial favorável à ruptura separatista é reafirmada pela carta do leitor *Pernambucano livre*, que diz que os "periódicos [portugueses nos tratam] ... de hordas de negrinhos pescados na Costa d'Africa". A ação da imprensa como um dos elementos difusores deste imaginário político separatista é ressaltada também pelo estudante "F...", ao afirma que o

¹⁵ Carta de *Pernambucano livre*. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 134, 23 de setembro de 1822, p. 600, 602 (original não grifado).

¹⁶ Carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 133, 21 de setembro de 1822, p. 594.

¹⁷ Carta do estudante F..., Lisboa, 21 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 133, 21 de setembro de 1822, p. 594.

"rancor" entre os dois pólos Atlânticos circulava "pela Praça do Comércio, [e pelo] Cais do Sodré".

Segundo João Soares Lisboa, desde 4 de julho do ano anterior, 1821, tudo no "soberano Congresso Lisbonense" era capricho, com pequenas exceções. O deputado Girão, por exemplo, referiu-se às "barbaridades horríveis" de Pernambuco. Como "... o bárbaro batismo que fazem em Pernambuco, aos Europeus; obra própria dos descendentes dos antropophagos: falta só assá-los em canibal festim!"¹⁸, disse o deputado Girão.

Neste extrato do deputado Girão, o imaginário político de desagregação racial favorável à ruptura separatista fundamenta-se não no mundo do trabalho escravo, mas através de preconceitos da inferioridade racial do índio, calcados no imaginário da imagem do índio brasileiro produzida pelos Europeus durante o período colonial¹⁹.

Para João Soares Lisboa, canibal é quem incendeia casas e igrejas com mulheres e crianças dentro. E que, "...depois de mortos, despojam ...". Ou os que "repelindo agressores concedem igualdade de direitos..."²⁰.

Segundo João Soares Lisboa, "o Brasil não retrograda, já é Livre, e Independente", porque "... é de todos os homens livres...". A "bem entendida Liberdade" é

¹⁸ Citado em extrato do Diário do Governo [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, p. 608 (original não grifado).

¹⁹ A este respeito, ver Ronald Raminelli. Imagens da colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1996, particularmente capítulo III, "Mulheres canibais", p. 84-108.

²⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, nota 4, p. 609.

consequência do "... Governo Representativo de novíssimo cunho = monárquico-democrático"²¹.

Um exemplo da situação política do Brasil transparece no "mote improvisado", intitulado "Independência, ou morrer":

Pátria , Pedro, e Carolina
Protestamos defender:
Eis a divisa da Glória,
Independência, ou morrer.

Da Brasília Assembléia
Supremas Leis vão nascer;
Tem por base inalterável
Independência, ou morrer.

Para existir feito Escravo,
Que pode a vida valer?
Antes morte do que ferros,
Independência, ou morrer.

O Brasil não retrograda,
Ou expirar, ou vencer:
Eia, avante, ó brasileiros,
Independência, ou morrer.

Este Reino outrora Escravo,
Escravo não torna a ser:
Emancipou-se, está livre,
Independência, ou morrer.

Tocamos no grande termo
Prescrito pelo dever;
Execração aos tiranos,
Independência, ou morrer.

Corajosos brasileiros,
Vosso Jus deveis manter;
Sois Nação, deveis ser livre,

²¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 136, 25 de setembro de 1822, nota 8 e nota 9, p. 609, 610 (original não grifado).

²² Carta de *Complicado inimigo dos inimigos do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 133, 21 de setembro de 1822, p. 598 (Há erro de paginação, corrigido).

Independência, ou morrer.

Os pendões da liberdade,
Tu, Brasil, soubeste erguer,
Sabe agora sustentá-los,
Independência, ou morrer.

Ao DEFENSOR do Brasil
É tempo de conceder
Trono, cetro ... o véu se rasgue,
Independência, ou morrer.

Que prestam Leis promulgadas,
Sem rei, que as faça exercer:
Novas Leis pedem rei novo,
Independência, ou morrer"²³.

Apesar de fazer eco com a divisa oficial "Independência ou morte", o objetivo deste poema é antes falar de Lei e Constituinte, lembrando subrepticiamente o juramento prévio à Constituição futura. As duas últimas estrofes, por exemplo, são alusões à Aclamação.

Carta do major José Barreto Pereira Pinto pede para ser publicado uma carta de oficiais de Maricá onde se fala em "sagrados Direitos", e também uma "*Proclamação*", de 11 de setembro de 1822, onde o cidadão Fernando Carneiro Leão, de Maricá, fala em "inauferíveis direitos"²⁴. Outra carta, de leitor não identificado, informa que os oficiais do corpo de linha do Rio de Janeiro preparam "músicas assaz pomposas"²⁵. E o leitor Artilheiro comenta a necessidade de

²³ "Mote improvisado", de autor desconhecido. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 133, 21 de setembro de 1822, s/p.

²⁴ Carta do major José Barreto Pereira Pinto (com dois documentos anexos). In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 134, 22 de setembro de 1822, p. 599.

²⁵ Carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 135, 24 de setembro de 1822, p. 603.

doações para a Marinha de guerra²⁶. O amante da *Independência* propõe "subscrição geral" para a defesa militar, de modo a "... consolidar a Nossa Independência"²⁷. À qual João Soares Lisboa responde que será publicada pelo *Revérbero*. E há, aliás, um debate sobre o problema de construção de barcos, envolvendo os leitores J. D. M. e o primeiro tenente e construtor, José dos Santos²⁸.

Carta do leitor *Hierpino* defende o "gozo de nossa liberdade", para sugerir que as milícias e as tropas de primeira Linha deveriam ter o menor número possível. Segundo *Hierpino*, nos Estados Unidos as tropas de Linha das três Armas têm 10 mil homens, e os milicianos somam 748.569²⁹. O leitor *Hierpino* também exige, quando de mudança de domicílio de soldados, comunicação e controle dos novos endereços³⁰.

Em uma carta, um leitor não identificado diz querer "...gozar do Direito de usar da livre comunicação dos pensamentos". Este leitor sugere que a nomeação de oficiais deveria ser "... ou por meio da sorte, ou de pluralidade de

²⁶ Carta do leitor Artilheiro. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 135, 24 de setembro de 1822, p. 603.

²⁷ Carta de O amante da *Independência*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 140, 30 de setembro de 1822, p. 628.

²⁸ Ver a respeito carta do leitor J. D. M. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 116, 2 de setembro de 1822, p. 519-520. E a resposta do primeiro tenente José dos Santos. In.: *Correio do Rio de Janeiro*. 21 de setembro de 1822, n° 133, p. 594-596. E a réplica de J. D. M. In.: *Correio do Rio de Janeiro*. 30 de setembro de 1822, n° 140, p. 627-628.

²⁹ Cf. carta do leitor *Hierpino*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 138, 27 de setembro de 1822, p. 617.

³⁰ Cf. carta do leitor *Hierpino*. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., n° 143, 3 de outubro de 1822, p. 639.

votos, feita a eleição por todos os alistados"³¹. Assim, evita-se ciúmes, diz leitor.

Essa carta, aliás, lembra um aspecto comum às Revoluções Inglesa e Francesa: a quebra da hierarquia militar, a promoção dos oficiais por méritos em batalhas, e as exigências de democracia direta.

Em uma carta de Lisboa, cujo autoria não é identificada, nota-se que "Está mais que declarado, que Portugal antes quer perder a união, que algum dia deixar de ser a Sede da Monarquia...". Para tanto, foi decidido "... que o Brasil não tinha [direito à] Congresso, nem Regência do Príncipe, ou Pessoa Real...", mas deveria possuir duas Regências. Contudo, prossegue a carta, hoje "Sabemos que o Pará³², e Maranhão querem estar unidos ao Brasil...". Em Lisboa pretende-se que o Príncipe fique só até a publicação da Carta Constitucional, com Ministros nomeados pelo Rei. E, enquanto o deputado Caula diz que com mil homens conquista-se o Rio de Janeiro, na Espanha, Constitucionais batem-se entre si³³.

Em um "Comunicado", o deputado Custódio Gonçalves Ledo informa que carta de um dos membros do Senado do Rio de Janeiro, que patenteia a "vontade geral dos Povos das Províncias do Sul do Brasil", está sendo devolvida. Isto é, o Soberano Congresso rejeitou a solicitação de uma "Câmara Legislativa no Brasil". E nem mesmo aceitou que o "Príncipe Herdeiro" presidisse qualquer poder "Executivo delegado"³⁴.

³¹ Carta de leitor não identificado. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 137, 26 de setembro de 1822, p. 612.

³² Sobre o Pará, Geraldo Mártires Coelho. Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém : CEJUP, 1993.

³³ Carta de autor não identificado, Lisboa, 9 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 135, 24 de setembro de 1822, p. 604, 605.

³⁴ "Comunicado" do deputado Custódio Gonçalves Ledo, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio

Em extrato do Diário do Governo [de Portugal], o deputado Borges Carneiro fala sobre "assenhorear" o Brasil:

"... mande o governo uma força armada respeitável, que auxilie ali as suas determinações, e não se diga que há falta de dinheiro para isso, pois que sei que vários negociantes tem para esse fim oferecido gêneros, e transporte, aqui o que falta é energia, o que não sucede no Rio de Janeiro, onde basta que José Bonifácio mande, e tudo se faz; se se tivesse mandado um bom general com 4 mil homens para um dos pontos da Bahia, ou Ilha de Santa Catarina, com ordens de fazer obedecer aos decretos do Soberano Congresso, e de El-Rei, não teriam sido as nossas tropas enxovalhadas, posto que não vencidas, nem teriam sido entregues por um infame Maximiliano ..." ³⁵.

João Soares Lisboa critica o deputado, usando o termo "Estado Federativo Democrático" para ilustrar que Portugal ficará Província da Espanha ³⁶.

João Soares Lisboa publica extrato do Diário do Governo [de Portugal] que relata a continuidade dos debates, que haviam sido adiados, sobre o "Parecer" da *Comissão dos negócios políticos do Brasil*. Discute-se a parte política, como o artigo 5º, que trata da competência do comandante da Força Armada. O deputado Girão levanta-se e diz que o Congresso de Lisboa não deveria perder tempo em "... legislar para quem altamente declara, que não quer obedecer" ³⁷.

de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 138, 27 de setembro de 1822, p. 617.

³⁵ Citado em extrato do Diário do Governo [de Portugal]. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 140, 30 de setembro de 1822, p. 626.

³⁶ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 140, 30 de setembro de 1822, p. 625.

³⁷ Citado pelo Diário do Governo [de Portugal], nº 171, de 23 de julho de 1822. In: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, p. 608.

João Soares Lisboa faz então o seguinte comentário sobre o problema da obediência:

"Obedecer?! A quem? Os Povos devem obedecer aos legítimos governos que estabelecem para bem os governar; foi pelos portugueses adotado o sistema de governo representativo, devem obedecer não a seus representantes, mas a Lei que eles promulgarem livremente, e por convicção de ser essa a vontade de seus Constituintes; e estão neste caso os portugueses do Brasil? Obram seus representantes livremente? A legislação do Congresso Lisbonense, é conforme a vontade dos Povos do Brasil? Nada disto; logo a Lei é despótica e tirânica; os governos sendo feitos para os Povos, e não os Povos para os governos, devem estes reger, segundo a vontade, e precisões da maioria daqueles. Pouco importa que o mal seja originado por um indivíduo, ou por muitos quem o sofre, tem direito a evadir-se ao tormento; eis o que fizeram os portugueses do Brasil. ..." ³⁸.

O deputado Girão prossegue dizendo que "era indecoroso fingir que não sabíamos o que se passa no Rio de Janeiro", onde tudo mudou, e até os uniformes dos soldados são de cores Austríacas. E João Soares Lisboa ironiza: "... Eia valentes Alemães, mudai as cores do vosso fardamento e sereis livres!" ³⁹.

Em sessão das Cortes de Lisboa de 29 de julho, o deputado Moura relembra os argumentos que motivaram a criação do Governo das Armas. Hoje ate seria contra, diz ⁴⁰.

João Soares Lisboa, porém, argumenta contra a criação do cargo de Governador das Armas.

³⁸ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, nota 1, p. 608.

³⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 136, 25 de setembro de 1822, nota 2, p. 608. Para João Soares Lisboa, a cor Austríaca das fardas militares é sinal de adesão à Princesa, "cujas virtudes fazem a honra do seu Sexo...". Id., p. 608.

⁴⁰ Citado em extrato do Diário do Governo [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, p. 639.

"... se a classe militar ou qualquer outra gozasse de primazia, tínhamos que o Congresso, composto de Cidadãos de diferentes classes era insuficiente para Constituir e legislar...; considerar as diferentes classes da sociedade com interesses opostos, é inculcar perpetua guerra entre a família associada, e por consequência são princípios anti-sociais"⁴¹.

As Juntas de Governo do Brasil, prossegue João Soares Lisboa, "repugnam e se opõem" aos Decretos das Cortes, sem contudo haver, devido as distâncias, combinação entre elas. O que "...move a uniformidade da repulsa..." é a "...própria convicção de que não convém aos interesses de seus Concidadãos (que os elegeram para bem os governarem) a Legislação do Soberano Congresso Lisbonense". Ou seja, "...Portugal querendo ser a força obedecido pelo Brasil atenta contra os direitos dos Povos"⁴².

João Soares Lisboa destaca um sofisma empregado pelo deputado sobre Governo das Armas. Diz o deputado Moura:

É "... perigoso e impolítico acumular o poder militar e o poder administrativo nas Juntas populares. A acumulação dos poderes sempre degenera em despotismo, ... por isso a divisão dos poderes é a primeira regra das monarquias temperadas. ... Além disso, não escapou então também a minha perspicácia quanto sofreria o brio militar nesta sujeição absoluta dos governadores militares às Juntas administrativas ..." ⁴³

⁴¹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, nota 1, p. 640.

⁴² João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, nota 1, p. 640.

⁴³ Citado em extrato do Diário do Governo [de Portugal]. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, p. 641-642.

Sobre a obediência do governo das províncias, diz deputado Moura:

"... A Junta de SÃO PAULO desobedece, injuria, e até nega a autoridade das Cortes; a de MINAS legisla; a de PERNAMBUCO obedece em umas coisas, e desobedece em outras; a da BAHIA faz raciocínios; a do MARANHÃO hesita, e a CÂMARA do RIO DE JANEIRO RECLAMA A INDEPENDÊNCIA ..." ⁴⁴.

Na Bahia, a Junta de governo e a Câmara fizeram uma "Representação" às Cortes de Lisboa, assinada por 414 cidadãos, em sua maioria militares (e até coronéis), para que Madeira retorne à Portugal. O periódico *Cabo d'Esquadra* [de Portugal] atacou tais militares. E o *Semanário Cívico* continua a insultar o Príncipe, compara-o a "Robespierre, e Cromwel!!!". E o jornal *Baluarte*, da Bahia, em seu número 6, de 4 setembro, disserta contra os caluniadores, sem nomeá-los. Mas, na página 6 calunia o servilismo a Madeira do periódico *Analizador* ⁴⁵.

Deste resumo, João Soares Lisboa diz entender o estado atual da Bahia, "...invertendo simplesmente os nomes, ou entendendo-os vice-versa" ⁴⁶. Como mostra a carta seguinte de Manuel, de 9 de setembro de 1822, que descreve as varias localidades e a composição do governo. Segundo Manuel, há na Bahia um "Terror de Madeira". Por exemplo, em um "Manifesto" os europeus assinaram-se "Lobos Fardados".. E estabeleceram um "tribunal de bolaria". Um "moço por nome

⁴⁴ Citado em extrato do *Diário do Governo* [de Portugal]. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, p. 640 (original grifado).

⁴⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 628 (A página correta é 629).

⁴⁶ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 628 (A página correta é 629).

Maia" levou 6 dúzias de bolos nos braços, para desdizer que havia escrito em uma "carta de descomposturas ao Madeira". Os "Auxiliadores" europeus de Madeira têm ateado fogo em "pobres cabanas" de algumas pequenas povoações⁴⁷. Em meio a tais fatos, a Junta de Cachoeira publicou um apelo aos "bons portugueses de um e outro hemisfério"⁴⁸ para que se considerem irmãos, amigos e colaboradores.

De Lisboa, noticia João Soares Lisboa que, até 20 agosto havia partido para a Bahia a Nau D. João VI, três charruas com dois Batalhões, e 1.200 soldados. Procurava-se transporte para mais 4.200 soldados. João Soares Lisboa, então, critica a falta de responsabilidade dos Ministros do Rio de Janeiro, para quem a "liberdade legal" é a nulidade de justiça. "Se houvera responsabilidade Ministerial, podia qualquer Cidadão perguntar o para que foi a subscrição gratuita... Assim como o ... 400:000\$ por empréstimo?". Tal dinheiro não preparou o país contra a iminente invasão?⁴⁹.

Para exemplificar o clima de desagregação vivido nas Cortes, João Soares Lisboa relata que na sessão de 7 de agosto o Abade de Medrões agrediu a "Liberdade Legal dos Povos", pois afirmou que os portugueses do Brasil devem ser "... governados como escravos"⁵⁰.

Note-se apenas que o imaginário da inferioridade racial das terras tórridas da América é transportado, pelo

⁴⁷ Carta de Manuel, Bahia, 9 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 628-629 (Há erro de paginação).

⁴⁸ "A Junta de conciliação e defesa aos habitantes da Cachoeira", Cachoeira, 26 de julho de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 629 (As páginas corretas são 630-631).

⁴⁹ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 631, 632.

⁵⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 632 (original não grifado).

deputado das Cortes de Lisboa, para o campo político, para a esfera do governo.

João Soares Lisboa publica extrato de carta de um deputado a um seu amigo.

"A 15 sai a expedição de dois mil e cem homens que vai tocar primeiro a Pernambuco a ver se pode lá fazer das suas, e depois seguir a Bahia, que VV. MM. abandonaram; ... pois agora que vão emprestar 10 milhões, há dinheiro para tudo, irá mais 8.000 [soldados] pelo menos"⁵¹.

Uma carta de autor não identificado exemplifica a situação limite na relação Brasil-Portugal: "...já não vejo meio de evitar a guerra entre o Brasil e Portugal". Para o autor da carta, o perigo maior dessa guerra não seria o restabelecimento do estágio colonial, mas o retorno do governo absolutista, ou "despotismo": "...com tanto que não se restabeleça o despotismo (o que não parece possível) sempre lucraremos na mudança, ou ao menos os nossos filhos, pois era tão mau o nosso estado, que não podíamos mudar para pior"⁵².

Um exemplo dessa situação de pré-guerra é que, em 29 de setembro, entrou no porto do Rio de Janeiro uma esquadra Brasileira com navios de guerra carregava pólvora, armamentos e balas. Segundo João Soares Lisboa, o Ministério "...mostra que entende pouco de guerra marítima...". Impedido de bater tropas inimigas,

⁵¹ "Artigo extraído da carta de um deputado do Brasil a um seu amigo". In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 141, 1 de outubro de 1822, p. 632.

⁵² Carta de autor não especificado, Lisboa, 11 de agosto de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 634, 635 (original não grifado).

arriscava-se a incendiar a esquadra. E ainda chegou a ocorrer uma revolta de marinheiros⁵³.

Outro exemplo da situação pré-guerra é o de uma "Proclamação", publicada no *Correio do Rio de Janeiro*, que convoca os cidadãos às armas. Pelo "...sagrado fogo da liberdade: às armas, cidadãos honrados... Às armas, brasileiros, familiarizemos conosco os instrumentos da nossa liberdade". Pois "Não há Cidadão sem Pátria"⁵⁴.

Em uma carta, leitor afirma que o "...judicioso Periódico [*Correio do Rio de Janeiro*], ...o mais imparcial, e ilustrado..."⁵⁵, leva-o a descrever a revista geral das Armas do Regimento de Milícias da Guarnição desta Corte, em 1º de setembro de 1822.

Nas províncias os conflitos também se avolumavam. Em Porto Alegre, por exemplo, foi preso o presidente do governo, o general Saldanha. O "corpo delito", para o próprio governo, foi uma carta anônima dirigida a José Maria d'Almeida, convidando-o para "seguir o partido de Saldanha". Porém, João Soares Lisboa nota que não se diz qual é o partido ou "cabala" de Saldanha. Os outros membros do governo tem qualidades "públicas e particulares", favoráveis a "liberdade e Independência do Brasil". Ao contrario do vice-Presidente, atual Governador da Armas, "inclinado ao despotismo militar, e espionagem"⁵⁶.

⁵³ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 633.

⁵⁴ "Proclamação". In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, p. 637, 638 (em ordem de citação). (original não grifado).

⁵⁵ Carta de leitor não identificado, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 143, 3 de outubro de 1822, p. 638 (original não grifado).

⁵⁶ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 633.

Quanto a Pernambuco, João Soares Lisboa faz dura crítica à ambigüidade dos pronunciamentos de Gervásio Pires Ferreira:

"O Presidente do governo de Pernambuco tem feito jogo maquiavélico para Lisboa e para o Rio de Janeiro; hipócrita por gênio ou por interesse não se decide por um dos partidos com a necessária clareza; mas confiamos na Sagrada Causa da Independência do Brasil e da liberdade legal ..." ⁵⁷.

João Soares Lisboa, que em uma carta ao Congresso de Lisboa assinou "cidadão livre"⁵⁸, nota que quanto pediu Cortes no Brasil, em 22 abril 1822, podia-se tomar sua opinião como "...singular, (o que não é assim porque sempre espreitamos e seguimos a opinião pública de nossos Concidadãos mais cordatos) o resultado de 20, e de 23 de Maio mostrou ser opinião geral..."⁵⁹.

Em carta endereçada à D. João VI, João Soares Lisboa assina "O menor Súdito português". E diz que redigia uma folha "... em que pudessem meus Concidadãos do Brasil manifestar[em] sua opinião a respeito dos interesses nacionais ...". Propôs-se a escrever o *Correio do Rio de Janeiro* para que nele se manifestasse "...a opinião pública do Brasil debaixo do título = correspondência"⁶⁰.

⁵⁷ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 633.

⁵⁸ Cf. "Carta ao Soberano Congresso", Rio de Janeiro, 30 de abril de 1822. In. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 138, 27 de setembro de 1822, p. 615.

⁵⁹ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 138, 27 de setembro de 1822, p. 615 (original não grifado).

⁶⁰ Carta de João Soares Lisboa ao rei, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 138, 27 de setembro de 1822, p. 616, 615 (em ordem de citação). (original não grifado).

Carta do leitor Assinante critica a função dos três grandes Armazéns "lazarento", que tratam dos escravos que chegam doentes da África. Todos por lá passam, e 24 horas depois vão para os Armazéns da rua do Valongo, "talvez porque os doentes fiquem logo bons...", ironiza o leitor. E para que? Ora, porque recebem 320 réis. Quando entravam 20 mil escravos por ano, recebiam 400rs. Trata-se de tributo sem "utilidade pública", conclui o leitor⁶¹.

JURAMENTO DE CONSTITUIÇÃO FUTURA

Em um "Edital" de 28 de setembro de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro convidava "todos os ... Cidadãos desta cidade que quiserem comparecer" a uma "Vereação extraordinária" no dia 10 de outubro. Tal "Vereação extraordinária" do Senado seria "conjunta dos Cidadãos que nele tem servido sobre objetos relativos a Causa da Independência do Brasil ..."⁶².

No dia 10 de outubro José Clemente Pereira presidiu uma tumultuada reunião do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. A reunião tinha o objetivo de confirmar as propostas da *Circular* de 17 de setembro, quais sejam: primeiramente confirmar o dia 12 de outubro como a data para o ato celebratório de Aclamação popular do príncipe regente. Em segundo lugar, confirmar para o mesmo dia o juramento prévio à Constituição futura.

⁶¹ Cf. Carta do leitor Assinante. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 636.

⁶² José Martins Rocha. "Edital", Rio de Janeiro, em Vereação de 28 setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 142, 2 de outubro de 1822, p. 633.

João Soares Lisboa compareceu à sessão do Senado da Câmara, no dia 10 de outubro. E informa que lia-se ofícios enviados às Câmaras "de todas as províncias do Brasil[,]" principalmente às coligadas", onde dizia-se ser interesse a "Independência e liberdade". Sobre o juramento, João Soares Lisboa opina que devia ser prestado diretamente à "Soberana Assembléia Constituinte"⁶³.

A "Ata" da sessão extraordinária de 10 de outubro informa que compareceram "Cidadãos de todas as Classes, Civis, e Militares". Em vereação de 7 de setembro, o Senado do Rio de Janeiro havia enviado às Câmaras de todo o Brasil Carta circular para investir S. A. R. "... no exercício efetivo de todos os atributos do poder executivo, que no sistema constitucional competem ao Rei constitucional ...". E, pela Circular de 17 de setembro, o Senado do Rio de Janeiro informa que havia sido enviado procuradores para as províncias, com poderes para Aclamar o regente. O Senado do Rio de Janeiro recebeu respostas das Câmaras de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, confirmando que no dia 12 de outubro o príncipe seria Aclamado nestas províncias. No dia 30 de setembro o regente já havia sido Aclamado imperador em Vila Rica e Queluz⁶⁴.

Assim, garantiu-se a "ação da harmônica unidade", ameaçada pelas Cortes de Lisboa, que pretendia "roubar o centro seguro de sua união", prossegue a "Ata". O "espírito público" foi o juízo da necessária e indispensável "separação" de Portugal. Que a "força d'armas" pretendia obrigar a um "Pacto Social Leonino ... opressor da

⁶³ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 150, 11 de outubro de 1822, p. 671 (grifado no original).

⁶⁴ "Ata" do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, vereação extraordinária de 10 de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 4, 12 de outubro de 1822, s/p.

liberdade do Brasil". Pacto esse degradante, prejudicial, ofensivo e indigno a um "Povo Livre". Assim, manifestou-se na "Opinião pública" a "vontade geral do Povo desta província", a "vontade geral de todos o Povo". Ou seja, a vontade de declarar a "Independência ..., e Aclamar SUA ALTEZA REAL IMPERADOR CONSTITUCIONAL DO BRASIL; com tanta força e eficácia que o Mesmo Senhor já Houvera sido Aclamado tumultuariamente", não fosse o Senado da Câmara providenciar, por "*Editai*" de 21 de setembro, a Aclamação para 12 de outubro⁶⁵.

A reunião do dia 10 de outubro era, prossegue a "Ata", para "acautelar" o passo "precipitado, e tumultuário [que] apresentasse [tal ato] como obra de partido, ou facção ...". Ou, pela "gravidade, e importância", o Senado da Câmara "... desejava ouvir o voto explícito de todo o Povo desta cidade". A "vontade unânime dos Povos", a "vontade pública" de "todos os cidadãos presentes", "declaração absolutamente livre" expressa a "plena liberdade" da responsabilidade dos cidadãos presentes, a "Legitimidade do ato"⁶⁶.

Assim, por "unânime aclamação dos cidadãos presentes" decidiu-se: [a] "... por ser da vontade unânime de todo o Povo[,] a declaração da Independência do Brasil, e [b] Aclamar a SUA ALTEZA REAL IMPERADOR CONSTITUCIONAL DO BRASIL". E, [c] o juramento como imperador constitucional deveria ser prestado na data da coroação⁶⁷.

⁶⁵ "Ata" do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, vereação extraordinária de 10 de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 4, 12 de outubro de 1822, s/p (original não grifado; maiúscula no original).

⁶⁶ "Ata" do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, vereação extraordinária de 10 de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 4, 12 de outubro de 1822, s/p (original não grifado).

⁶⁷ Id.

Tal deliberação, prossegue a "Ata", foi anunciada das janelas do Paço do Conselho ao "Povo" que cobria o Largo de São Francisco. Primeiramente, Independência, império constitucional, e defensor perpétuo. Em segundo, vontade que a Assembléia constitucional sancione tais resoluções como "Lei fundamental"⁶⁸.

Segundo a "Ata", os procuradores das Câmaras das províncias também aprovaram, e suas Câmaras "ratificarão solenemente" tais decisões. Por fim o procurador da cidade de Mariana recebeu autorização para Aclamar dia 12 de outubro⁶⁹.

Contudo, a condição do juramento prévio seria o motivador de dissensões políticas na sessão do Senado de 10 de outubro. Várias das testemunhas do *Processo dos cidadãos* ... acusam José Clemente Pereira de nada haver comentado, na reunião do Senado do dia 17 de setembro, sobre a cláusula do juramento prévio, omitindo-a dos documentos discutidos pelos vereadores. Ou seja, José Clemente Pereira é acusado de conspiração para modificar o ministério em benefício próprio, ou para implantar o *republicanismo*.

É este o caso, por exemplo, da testemunha número 36, Braz Martins Costa Passos, que:

"... disse que sabe por ter sido voz pública nesta Corte no dia 10 de outubro ... [que] se pretendia em Câmara fazer que se jurassem as Bases da Constituição de Lisboa, ou a Constituição que a Assembléia Nacional do Brasil fizesse, e que depois disto obtido pretendia a deposição dos ministros ..." ⁷⁰.

⁶⁸ Id.

⁶⁹ Id.

⁷⁰ Depoimento de Braz Martins Costa Passos, testemunha 36. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 43.

Em consequência "destas vozes", a testemunha Braz Martins Costa Passos dirigiu-se à Câmara. Lá falou com o coronel Francisco de Lima, que lhe ratificou tais boatos⁷¹.

Em seu depoimento, o mencionado coronel Francisco de Lima, testemunha 43, confirma o relato da testemunha anterior. Mas informa que "ouvira" tais fatos do coronel Joaquim José d'Almeida⁷².

O coronel Joaquim José d'Almeida, testemunha número 49, diz que no dia 10 de outubro "... ouviu com a maior publicidade o Povo clamar que estava traído ..." ⁷³ pela "facção" do grupo de Ledo. Segundo a testemunha, tal facção reunia-se na casa de Manoel dos Santos Portugal, "cuja casa era um *club*" onde os facciosos ajuntavam-se⁷⁴.

Outra testemunha, o coronel de milícias Manoel da Silva Freire, afirma que ouviu José Clemente Pereira "rosnar" que pretendia impor condições para realizar a Aclamação. No dia 10 outubro a testemunha Manoel da Silva Freire, então, dirigiu-se aos Paços do Conselho. Durante a sessão da Câmara, prossegue a testemunha, o dito presidente, José Clemente Pereira, leu algumas cartas dirigidas às Câmaras da província do Rio de Janeiro, convidando-as para o ato da Aclamação sob a "... condição de jurar primeiro S. M. I. a Constituição ..." ⁷⁵.

⁷¹ Id.

⁷² Cf. depoimento da testemunha 43, coronel Francisco de Lima e Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45.

⁷³ Depoimento do coronel Joaquim José D'Almeida, testemunha 49. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 46.

⁷⁴ No "Documento nº 32", Manoel dos Santos Portugal, comandante militar de Santa Galo e Friburgo, coronel do Regimento de Milícias N. 8, atesta que José Clemente Pereira nunca foi à sua casa. Senão uma vez depois do seu regresso da França, em que não o encontrou. Cf. "Documento nº 32". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 103.

⁷⁵ Depoimento da testemunha 21, o coronel de milícias Manoel da Silva Freire. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 37.

Para a testemunha número 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont, era "constante" que Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega, Pare Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Manoel dos Santos Portugal, Padre Lessa, "e N..... N.....", pretendiam remover os Andradas para "estabelecer o seu sistema", isto é, "mudar a forma de governo". Com este fim, no dia 10 de outubro, "... quando se convocou o Povo à Câmara ...", José Clemente Pereira empenhou-se em fazer com que "... S. M. jurasse antes da Sua Aclamação a Constituição que as Cortes futuras deste Império houvessem de fazer tal qual ..." ⁷⁶. José Clemente Pereira também havia escrito cartas para algumas Câmaras ⁷⁷, relata a testemunha número 5.

Já a testemunha Antônio Telles da Silva opina que a Câmara do Rio de Janeiro, e "... o Magistrado que a presidia ...", não deveriam dar "... azos ao partido dos demagogos ...", devido aos seus "votos públicos". Segundo a testemunha Antônio Telles da Silva, o "partido demagógico" havia combinado previamente o que José Clemente Pereira deveria propor aos vereadores, na sessão ordinária do Senado. No dia 10 de outubro, José Clemente Pereira argumentou da "... necessidade que havia de se conferir ao príncipe Regente plenitude do Poder Real não por delegação ...". Em seguida, José Clemente Pereira propôs um convite às diversas Câmaras, para que procedessem como a do Rio de Janeiro. Porém, prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, "... nesse convite ia a notável cláusula (que não foi lida aos vereadores) de dever o Imperador jurar

⁷⁶ Para o Impressor, talvez o que a testemunha quisesse dizer, e não disse, é que José Clemente Pereira agiu "tal qual as Cortes de Lisboa fizeram no ano anterior com D. João VI". Cf. Impressor. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 29.

⁷⁷ Depoimento da testemunha 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 30, 29 (em ordem de citação, (original não grifado)).

previamente a aceitação que houver de fazer a futura Assembléia Geral do Brasil ..."⁷⁸.

José Clemente Pereira, prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, então leu a carta convite que escrevera às diferentes Câmaras. E depois interrogou a "vontade do numeroso Auditório". Primeiramente, "se era vontade geral que o Príncipe Regente fosse aclamado com o título e dignidade de Imperador do Brasil para si e para seus descendentes". Em segundo lugar, se deveria "impor-se-lhe a cláusula ou condição" de aceitação "pura e simples" do "juramento prévio" da Constituição futura. O "numeroso concurso" presente na Câmara aceitou o primeiro item, diz a testemunha Antônio Telles da Silva. Mas rechaçou o segundo, "... dando bem manifestos sinais de sua indignação ..." com José Clemente Pereira⁷⁹.

Segundo a testemunha Antônio Telles da Silva, o "partido demagógico" enviou emissários às diferentes províncias, "com o vão, falso e até desairoso pretexto de acelerar o negócio da Aclamação de S. M. I.", no dia 12 de outubro. De tal missão encarregaram-se o padre Januário da Cunha Barbosa, que foi para Minas. João Mendes Vianna, que foi para Pernambuco. E José Egidio Gordilho de Barbuda, que dirigiu-se à Bahia⁸⁰.

Além do mais, prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, "... circulavam indecorosamente no público umas seis linhas impressas". Tratava-se de um "desnecessário convite aos Povos", atribuídos a Ledo, segundo apurou a testemunha

⁷⁸ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 23 (original não grifado).

⁷⁹ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 23, 24.

⁸⁰ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 23 (original não grifado).

Antônio Telles da Silva na Tipografia de Silva Porto, e Companhia⁸¹.

Na avaliação da testemunha Antônio Telles da Silva, os "malvados demagogos" trabalhavam para "... desacreditar o Governo na opinião dos Povos"⁸².

Outra testemunha, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, crê que a disposição era "a aniquilação do poder real", ou do poder executivo. Isto porque José Clemente Pereira, "... de mão comum com os ditos ...", premeditou obrigar o regente a jurar a Constituição que as "Cortes ainda não congregadas nesta capital" iriam fazer⁸³. Tal medida, porém, "... só ficou patente a este Povo ..." na sessão da Câmara de 10 outubro, onde a idéia do juramento prévio foi "reprovada unanimemente". José Joaquim da Rocha assistiu à sessão da Câmara de 10 outubro, e diz que ouviu alguns vereadores queixarem-se "publicamente" de "... haverem assinado em branco esses ofícios, ou sem refletirem nessa circunstância de juramento de Constituição futura ..." ⁸⁴.

Argumento mencionado também pela testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. Esta testemunha relata que havia se queixado ao vereador Bulhões das "perfidias" que a Câmara, "solapadamente", praticava para "... extorquir de S. M. I. prévio juramento de manter, conservar, e defender a constituição tal qual fizer o Corpo

⁸¹ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 23 (original não grifado).

⁸² Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 24 (original não grifado).

⁸³ Segundo essa testemunha, foi com essa finalidade, aliás, que José Clemente Pereira escreveu a *Circular* no dia 17 setembro 1822, que foi levada para Minas Gerais pelo padre Januário, e para Pernambuco por João Mendes Vianna, diz a testemunha José Joaquim da Rocha. Cf. depoimento da testemunha 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 14.

⁸⁴ Depoimento da testemunha 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 13-14 (original não grifado).

Legislativo que se vai congregar ...". O vereador Bulhões então respondeu que a Câmara "só tinha crime d'omissão e boa fé", pois assinava em branco "as cartas" que José Clemente Pereira apresentava⁸⁵.

A testemunha nº 34, João Soares de Bulhões, vereador do Senado da Câmara do Rio, disse que José Clemente Pereira apresentou uma *Circular* convocando as Câmaras desta província e as demais coligadas para aclamarem S. M. I. no dia 12 de outubro. Nesta *Circular* havia uma condição de "... prévio juramento de [se] sustentar, manter, e guardar a Constituição que fizesse a Assembléia Nacional do Brasil ...". José Clemente Pereira afirmou que aquela condição fora-lhe "... expressamente ordenada por S. M. I e pelo Excelentíssimo José Bonifácio[,] em cuja suposição assinaram todos os vereadores. ..."⁸⁶.

Note-se que enquanto esta testemunha afirma que os vereadores assinavam "em branco as cartas" apresentadas por José Clemente Pereira, outros depoimentos informam que o presidente do Senado da Câmara omitira, da *Circular* de 17 de setembro, o parágrafo em que se referia à cláusula do juramento prévio. Enfim, há ainda suspeitas sobre a autoria da *Circular*.

O advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, refere-se a acusação de ser José Clemente Pereira o "autor da *Circular* de 17 de setembro, e cláusula do Juramento Prévio". O advogado diz que José Clemente Pereira lhe

⁸⁵ Depoimento da testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 41.

⁸⁶ Depoimento da testemunha 34, o vereador João Soares de Bulhões. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 42. O impressor, na nota 98, informa que José Clemente Pereira dissera apenas que o juramento prévio havia sido da aprovação do ex-ministro José Bonifácio de Andrada. Fato que lhe foi afiançado por Joaquim Gonçalves Ledo, "por via de quem aquele consultou a vontade do dito ex-ministro a tal respeito". Impressor. Id., p. 42.

confessara haver redigido a Carta circular. Mas também dissera que eram falsas as acusações da "facção perseguidora", pois "... a Carta não podia deixar de ser lida pelos Ilustres membros do Senado da Câmara [, pois] ... assinaram mais de duzentos exemplares impressos; e a cláusula do Juramento prévio foi anunciada às Câmaras [das províncias] com aprovação expressa de José Bonifácio de Andrada e Silva ..." ⁸⁷.

O fato de o administrador da Tipografia de Silva Porto e Companhia, Felizardo Joaquim da Silva Moraes, confirmar que a *Circular* da Câmara do Rio de Janeiro "é de letra de José Clemente" ⁸⁸, sugere a envergadura dessa polêmica. Aliás, o Impressor lembra, nas notas 95 e 99, que "...todas as *Cartas circulares* que a Ilustríssima Câmara dirigiu às outras foram impressas ..." ⁸⁹.

Um outro problema: segundo a testemunha 1, o alferes Theodoro Fernandes Gama, quando o presidente do Senado "juntou na Câmara o Povo" para saber o voto da Aclamação, no dia 10 outubro 1822, José Clemente Pereira quis apresentar "carta anônima" solicitando mudanças ministeriais. Fato também mencionado pela testemunha número 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummont, para quem José Clemente Pereira quis, naquele dia, apresentar uma carta anônima à Câmara, mas não se consentiu ⁹⁰.

Já a testemunha nº 34, João Soares de Bulhões, vereador do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, disse que,

⁸⁷ Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 80.

⁸⁸ Depoimento de Felizardo Joaquim da Silva Moraes, testemunha 41. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45.

⁸⁹ Impressor, notas 95 e 99. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 41, 43.

⁹⁰ Depoimento da testemunha 5, Luiz Menezes de Vasconcellos d Drummont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 29.

na vereação extraordinária do dia 10 de outubro, quando o procurador do Ceará chegou, José Clemente Pereira o chamou e fez assentar na "cadeira debaixo do espaldar ao seu lado esquerdo". Então José Clemente Pereira abriu uma Carta que a testemunha diz ter visto: "... era escrita de letra toda fingida e torta para trás, e a primeira linha ... principiava reprovando o passo do dia 9 de janeiro deste ano (o Fico), e nada mais pôde ver ...". Pois José Clemente Pereira fechou a carta, justificando que tal carta poderia fazer "sussurro no Povo". Aliás, foi José Clemente Pereira "quem explicou o conteúdo daquela primeira linha da carta que ele testemunha mal pôde ler. ..." ⁹¹.

No entretanto, na "*Alegação de defesa dos cinco cidadãos exterminados*", o advogado Joaquim Gaspar de Almeida sugere que esta "ínfime carta anônima" ⁹² não foi lida porque era a) "contra a vontade geral, bem conhecida, do Brasil", e b) opunha-se à Aclamação.

Esses dois argumentos estão no "*Documento nº 3*", anexo ao *Processo dos cidadãos*.

O "*Documento nº 3*" contém, primeiramente, um bilhete. Provavelmente escrito por José Clemente Pereira, esse bilhete foi entregue ao então procurador do Senado, José Antônio dos Santos Xavier. Diz o seguinte:

"Eu tenho um papel contra tudo isto de um pé de chumbo, e me requereu que o lesse hoje; eu devo propor este papel e começar a ler == mas convém que V. S. ou alguém gritem que se não leia o papel por ser contra a ordem, e contra a vontade geral, bem conhecida, do Brasil" ⁹³.

⁹¹ Depoimento da testemunha 34, o vereador João Soares de Bulhões. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 43.

⁹² Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 73.

⁹³ "*Documento nº 3*". In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 87 (original não grifado).

Há, em seguida, no mesmo "Documento nº 3", uma *Declaração* do mesmo procurador do Senado, José Antônio dos Santos Xavier, na qual diz que "o bilhete supra" foi-lhe dado pelo desembargador José Clemente Pereira na sessão da Câmara do dia 10 de outubro de 1822. José Clemente Pereira lhe mostrou, então, "o papel de que o escrito supra faz menção". Assim, prossegue o procurador do Senado, José Antônio dos Santos Xavier, "... vi que era anônimo, e que continha uma forte oposição contra a Aclamação ..." ⁹⁴ e do dia 9 de janeiro (Fico).

São estes, portanto, os argumentos que levam o advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, a justificar porque a "ínfime carta anônima" não foi lida.

O padre Januário da Cunha Barbosa também foi acusado. Tendo ido a Minas para tratar da Aclamação, lá "espalhara idéias subversivas".

O advogado de defesa, Joaquim Gaspar de Almeida, argumenta que o padre Januário da Cunha Barbosa "... foi a Minas autorizado pelo ministério na forma que mostra a "Portaria" da Secretaria de Estado dos Negócios do Império" ⁹⁵.

Para tanto, o advogado de defesa baseia-se no "Documento nº 24", onde José Bonifácio afirma que o padre Januário deveria dirigir-se a Minas Gerais "... para tratar de objetos importantes, de que se faz indispensável ..." ⁹⁶.

⁹⁴ "Documento nº 3", de José Antônio dos Santos Xavier, ex-procurador do Senado. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 87-88 (original não grifado). Confirmam que viram o *Bilhete anônimo*: Antônio Alves de Araujo e José da Costa de Araujo Barros. Cf. Id., p. 88.

⁹⁵ Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 81.

⁹⁶ "Documento nº 24", de José Bonifácio de Andrada e Silva, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 99.

O advogado baseia-se, ainda, no "Documento nº 25", em que é atestado que o Padre Januário da Cunha Barbosa conduziu-se "com muita honra na jornada" a Minas Gerais, entre fim de setembro e início de outubro 1822. Tendo "confirmado a todos a necessidade"⁹⁷ da Aclamação.

E o administrador da Tipografia Silva Porto e Companhia, Felizardo Joaquim da Silva Moraes, testemunha nº 47, diz que a "... proclamação que João Mendes Vianna levou para Pernambuco fôra lá mesmo mandada imprimir pelo dito Ledo ..." ⁹⁸.

ACLAMAÇÃO?

Em 21 de setembro de 1822, um *Correio extraordinário* publicou um "Edital" do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em cumprimento da "Portaria" da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 20 de setembro de 1822, que concedia anistia geral.

Tratava-se do "Decreto" de 18 de setembro de 1822, em que S. R. A decretava "anistia geral para todas as passadas opiniões". Todos que abraçassem o "atual Sistema do Brasil", dizia do "Decreto", devem usar "...por distinção da flor verde dentro do ângulo d'ouro no braço esquerdo com a legenda = Independência ou morte =". Todos que não abraçá-lo "...não devendo participar com os bons Cidadãos

⁹⁷ "Documento nº 25", de Antônio da Rocha Franco, José Antônio da Silva Maia, Cândido José de Araújo Vianna, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, Antônio Gonçalves Gomide. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 99-100.

⁹⁸ Depoimento da testemunha nº 47, Felizardo Joaquim da Silva Moraes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45 (original não grifado). O número provável desta testemunha é 47, e não 41. Cf. Id., p. 73.

dos benefícios da sociedade cujos direitos não respeita...", deverão abandonar o país⁹⁹.

No "Edital" do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, de 21 de setembro, José Clemente Pereira informava:

"O Senado da Câmara... [pretendia] Aclamar IMPERADOR CONSTITUCIONAL DO BRASIL S. A. R. o Príncipe Regente; desejando acautelar [de ser]... partido faccioso um Ato que a vontade de todo o Brasil requer... vontade unânime dos Povos ...; ... Províncias coligadas ...importante a Causa do Brasil, ... sua INDEPENDÊNCIA... se... for... Aclamado ... em todas, ou quase todas as Províncias..."

...

Cidadãos "O Deus da Natureza fez a América para ser Independente, e Livre... Independência ... a América nos convida ... Cidadãos! ..." ¹⁰⁰.

Falando em "Liberdade", João Soares Lisboa diz que no dia 12 de outubro os "Concidadãos" esperam a "Aclamação" do "NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR!!!". No "Grande Dia 12", "reunidos todos soltaremos... o GRITO FESTIVO... VIVA O IMPERADOR CONSTITUCIONAL DO BRASIL O SENHOR D. PEDRO EM TUDO PRIMEIRO" ¹⁰¹.

A notícia da aclamação é confirmada também pelo Sr. Manoel Rodrigues da Costa, deputado à Constituinte, em uma carta para o major Fortunato da Silva Brandão, de 26 de setembro. Nesta carta, o Sr. Manoel Rodrigues menciona a existência de um plano para aclamar o imperador: "... No primeiro dia das Cortes deverá S. A. R. ser aclamado

⁹⁹ Príncipe regente. "Decreto" de 18 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio Extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 3, 21 de setembro de 1822, s/p.

¹⁰⁰ José Clemente Pereira. "Edital" de 21 setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio Extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 3, 21 de setembro de 1822, s/p (original não sublinhado).

¹⁰¹ João Soares Lisboa. Correio Extraordinário. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 3, 21 de setembro de 1822, s/p (grifado no original).

imperador do Brasil pelas mesmas Cortes, e imediatamente promulgada de uma das janelas ..."¹⁰².

Uma carta de José Simpliciano, de 28 de setembro, informa que a notícia da aclamação foi recebida com festa na Câmara de Barbacena¹⁰³.

Um "Edital" da Câmara de São Paulo, de 30 de setembro, convoca para 12 de outubro, às 9 horas da manhã, o governo, Senado, "Povo" e tropa para a Aclamação. O regente seria Aclamado "... debaixo da condição de prestar previamente um juramento de jurar, manter, guardar, e defender a Constituição, que fizer a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa Brasília ..."¹⁰⁴.

João Soares Lisboa diz, em nota de rodapé, que o "Edital" acima mencionado tem o "original autêntico assinado e selado". Essa nota de rodapé é, talvez, expressão do clima de desconfiança vivido naqueles dias.

Carta de *O amigo da pátria*, de São Paulo, informa que o Tenente do Regimento de caçadores, João Antônio Fernandes Gabizo, lá chegou com cinco dias de atraso, em 27 de setembro. Trazia do Rio de Janeiro o real "Decreto" de 18 de setembro, o ofício "Circular" da sua Câmara, além de uma "Proclamação"¹⁰⁵.

¹⁰² "Artigos comunicados", Manoel Rodrigues da Costa, 26 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 147, 8 de outubro de 1822, p. 659.

¹⁰³ Carta de José Simpliciano, Barbacena, 28 de setembro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 147, 8 de outubro de 1822, p. 659-660.

¹⁰⁴ "Edital" da Câmara de São Paulo, de 30 de setembro de 1822, em vereação extraordinária. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 151, 12 de outubro de 1822, p. 676. Ver também carta de Manoel Moreira Lirio, de 11 de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 683.

¹⁰⁵ Carta de *O amigo da pátria*, São Paulo, 1º de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 683.

Na Câmara de São Paulo, os semblantes foram tomados de inexplicável júbilo e entusiasmo. Espalhados tais papéis, e divulgadas as notícias, sensação indescritível tomou conta dos paulistas. As nove da noite [27 setembro], sinos da Catedral anunciaram "luminárias". Conventos, igrejas e casas iluminaram suas frentes. O povo corria pelas ruas, e as pessoas abraçavam-se, parabenizavam-se. Às 10 horas da noite, ao "som de acordes de instrumentos", um grupo composto em parte dos mais qualificados homens da cidade, cantavam hinos¹⁰⁶.

Na alegre manhã do dia 28 de setembro, ocuparam os Paços do Conselho os "Cidadãos, e todos os empregados de diversas classes e corporações". Assinaram o termo de vereação. A noite, a cidade espontaneamente iluminou-se logo cedo. Pelas oito horas saiu pela rua um maior número de pessoas, muitos dos mais "distintos cidadãos", acompanhados de músicas dos Regimentos militares: retumbavam festejos e vivas. Voavam chapéus, lenços tremulavam. Nas janelas, senhoras lançavam flores. Em resposta, o "Povo" parava, ao som de rebecas e flautas¹⁰⁷.

Nas noites de 29 e 30, um número ainda maior de pessoas tudo repetiu. No teatro, Odes e poesias foram recitadas. Os "paulistas" nunca tinham experimentado tanto entusiasmo. Iguais festejos planejava-se para o dia 12 de outubro¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Carta de *O amigo da pátria*, São Paulo, 1º de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 684.

¹⁰⁷ Carta de *O amigo da pátria*, São Paulo, 1º de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 684.

¹⁰⁸ Carta de *O amigo da pátria*, São Paulo, 1º de outubro de 1822. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 685.

João Soares Lisboa publica carta do sargento Mor Rafael Fortunato da Silva Brandão, relatando, ao filho, a notícia da Aclamação em Minas Gerais, que transcorreu no dia 30 de setembro. O sargento Mor Rafael Fortunato da Silva Brandão diz que a Aclamação foi feita pelas tropas sob seu comando, e pela Câmara de Vila Rica, às 5 da tarde. Estavam "presentes todos os Cidadãos" convidados: "... Vivam as Cortes Brasílicas = Viva a Independência do Brasil = Viva a Santa Religião"¹⁰⁹, conclui o sargento Mor Rafael Fortunato da Silva Brandão.

O ato de Aclamação no Rio de Janeiro, em 12 de outubro, é descrito por João Soares Lisboa como um ato que foi "remarcável", e que seria "eternizado". Relata João Soares Lisboa que, ao romper da aurora, as salvas de artilharia de todas as fortalezas e embarcações no porto anunciaram o aniversário de S. M. I. e C. perpétuo defensor. Reuniram-se no Palacete do Campo de Sant'Anna, o Senado, procuradores das Câmaras desta província, corpo municipal das Cortes, ministros e conselheiros de Estado, funcionários públicos dos tribunais, toda corporação militar, e "cidadãos de todas as classes"¹¹⁰.

Às 10 horas S. M. I. e C. defensor perpétuo entrou no campo de Sant'Anna, com a princesa D. Maria da Glória. Recebido a porta do Palácio, o presidente do senado lhe dirigiu discurso. S. M. I. e C. respondeu. À noite, no teatro representou-se "Independência da Escócia".

A testemunha nº 34, o vereador João Soares de Bulhões, relata que depois da "feliz Aclamação", José Clemente

¹⁰⁹ Carta de Rafael Fortunato da Silva Brandão, Vila Rica, 30 de setembro de 1822, em vereação extraordinária. In.: João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 151, 12 de outubro de 1822, p. 676.

¹¹⁰ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 154, 16 de outubro de 1822, p. 687.

Pereira quis comunicar o ocorrido às câmaras. Em 16 de outubro, José Clemente Pereira "... apresentou em Câmara a Carta para se assinar, a qual tinha só escrita a primeira linha ...". E como os vereadores "exigissem que se enchesse a carta porque em branco a não assinavam", José Clemente Pereira redigiu:

"... uma grande carta em que dizia que S. M. não prestara o juramento por que o Procurador do Ceará tinha escrito uma fala em que em suma demonstrava que o juramento era próprio para o dia da coroação; esta carta foi geralmente reprovada por este motivo ..."¹¹¹.

A carta redigida por José Clemente Pereira, que não foi aceita, era a seguinte:

"Ilustríssimos Senhores = Temos a honra de levar ao conhecimento de VV. SS. a Ata de Aclamação de Sua Majestade Imperial, e Defensor perpétuo do Brasil, que o Povo desta província celebrou no Fausto dia 12 do corrente; e pelo termo de Vereação do dia 10 também junto, verão VV. SS. que o povo desta província requereu que o mesmo Senhor ficasse conservando sempre, e seus sucessores, o Título de Defensor perpétuo do Brasil; e que foi também por acordo unânime do mesmo Povo que o Juramento, que S. M. I. deve prestar como Imperador constitucional, ficou reservado para o Fausto dia da Coroação do mesmo Senhor.

Nós esperamos, que a vontade de todo o povo desta província, manifestada com a legalidade que consta do sobredito termo, haja de merecer a aprovação unânime dos Povos de todas as províncias amigas ...

Rio de Janeiro, em Vereação de 16 outubro de 1822 = Senhores Presidente, Vereadores, e mais oficiais do Senado da Câmara ="¹¹².

¹¹¹ Depoimento da testemunha 34, o vereador João Soares de Bulhões. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 42-43.

¹¹² "Documento nº 21", José Clemente Pereira, carta de 16 de outubro de 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 98 (original não grifado). O vereador José Pereira da Silva Manoel, e o

Sendo esta carta rejeitada, prossegue a testemunha João Soares de Bulhões, decidiu-se escrever às Câmaras dizendo-lhes simplesmente que S. M. fôra "gloriosamente Aclamado no dia 12[,] cuja carta bem como a primeira foram impressas"¹¹³.

Eis o teor dessa segunda carta:

"Ilustríssimos Senhores = Temos a distinta honra de levar ao conhecimento de VV. SS. a Ata de Aclamação de Sua Majestade Imperial, Constitucional, que o Povo desta Província celebrou nesta cidade, no fausto dia 12 do corrente; e esperamos que a Rio de Janeiro, em Vereação e 16 outubro de 1822. = Srs. Presidente, Vereadores, e mais oficiais do Senado da Câmara a vontade de todo o povo desta província, manifestada com a legalidade que mostra o termo de Vereação Extraordinária do dia 10, há de merecer a aprovação unânime de todas as províncias amigas".

Deus guarde à Vossas Senhorias = Rio de Janeiro, em Vereação de 16 outubro de 1822 = Ilustríssimos senhores Presidente, Vereadores, e mais oficiais do Senado da Câmara ="¹¹⁴.

CONSPIRAÇÃO?

No entretanto, os adversário do *republicanismo* viram nos fatos acima descritos indícios do início de uma

procurador José Antônio dos Santos Xavier, atestam que "...a cópia supra é a própria que ... José Clemente Pereira apresentou em Vereação de 16 de outubro de 1822, e que foi reformada por outra que se imprimiu na mesma data". Id., p. 98.

¹¹³ Depoimento da testemunha 34, o vereador João Soares de Bulhões. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 42-43.

¹¹⁴ "Documento nº 22", José Clemente Pereira, carta de 16 de outubro de 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 99 (original não grifado).

conspiração de contestação ao governo. É isto que se lê nos depoimentos do *Processo dos cidadãos*.

É este o caso, por exemplo, do depoimento de Antônio Telles da Silva, testemunha número 3. Em 11 de outubro, em uma das reuniões extraordinárias do Conselho de Estado, Ledo chegou a sugerir que a "investidura de Dignidade Imperial" fosse formalizada pelos deputados Constituintes, informa a testemunha Antônio Telles da Silva. Assim, "iam-se aproximando os sucessos e por conseguinte a explosão do trama urdido pelos malvados" para "eliminar" os Andradas e outros ministros, substituindo-os por "... nomes [que] se liam em listas espalhadas pela cidade com antecipação". Em tais listas, prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, um alfaiate substituiria o Intendente Geral da Polícia¹¹⁵.

Para o Impressor, porém, os "enredactores" de tal "embuste" foram os acusadores. Na nota 53, o Impressor diz que "Acaso não sabe toda esta Cidade, que as Listas saíram da mesma casa onde saíram os Pasquins, e representações de 30 de outubro? ..." ¹¹⁶.

Ressalte-se, nesta passagem, o poder da imprensa do período 1822-1824. O fato de que tais "listas" tenham sido elaboradas por agentes pró-governistas, reforça o argumento da aceitação da imprensa e da opinião pública como poder legitimador do campo político. A diferença é que neste exemplo o reconhecimento do poder da imprensa, e da legitimação da opinião pública, é do próprio governo e dos adversários do *republicanismo*.

¹¹⁵ Depoimento da testemunha 3, Antônio Telles da Silva. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 25 (original não grifado).

¹¹⁶ Impressor, nota 53. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 25 (original não grifado).

Já a testemunha número 19, o reverendo José Cupertino de Jesus, relata que no dia 12 de outubro, indo ver a Aclamação:

"... entrou em casa do Conselheiro Ledo que estava à janela, e entrando a falar na fertilidade do gênio que mostrava o Desembargador José Clemente Pereira no manejo de todos os negócios, e fazendo ele mesmo a apologia dos seus grandes talentos, disse enfaticamente = *eu e José Clemente podemos revolucionar o mundo inteiro pela analogia de sentimentos.* ="¹¹⁷.

Também a testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, diz que "... ouviu a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumont, que o padre José Cupertino ouvira Ledo dizer ..." que só ele e José Clemente seriam capazes de "revolucionar um Reino quanto mais esta Corte"¹¹⁸.

E a testemunha número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, diz "ter ouvido" do padre José Cupertino, que Ledo "se gabara" de ser capaz, com José Clemente, de revolucionar um Reino, quanto mais esta Corte. Para a testemunha, isto era "tão público que ninguém ignorava". Além do mais, prossegue Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, "era público e constante nesta Corte o projeto de vários indivíduos" liderados por Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Luiz Pereira da Nóbrega Souza Coutinho, Januário da Cunha Barbosa, Manoel dos Santos Portugal, Antônio João de Lessa, "n.... n.....", para "mudarem a forma do atual governo". Para tanto, vinham divulgando reuniões secretas, e fazendo propaganda para "... infundir nos Povos receios de

¹¹⁷ Depoimento da testemunha 19, reverendo José Cupertino de Jesus. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 34 (itálico no original).

¹¹⁸ Depoimento da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 15.

despotismo para chamar o ódio público contra o imperador ..."¹¹⁹.

Porém, na defesa de Joaquim Gonçalves Ledo, o advogado Joaquim Gaspar de Almeida argumenta que a frase "... = *Eu e José Clemente Pereira podemos revolucionar o Mundo inteiro* = ...", é um "simples dito" "mal interpretado". Porque foi "... aliás dita em boa fé e sem nenhum peso ...". As palavras devem ser entendidas em relação ao objeto "... que lhes antecedem e sucedem ...", prossegue o advogado de defesa. Sendo que "... fica bem evidente que a sobredita expressão se dirigia a encarecer a parte que estes dois RR tiveram nos acontecimentos daquele Dia majestoso ..." ¹²⁰ da Aclamação.

O trabalho pró-Aclamação realizado por José Clemente Pereira é sublinhado pelo advogado de defesa. No dia 12, argumenta Joaquim Gaspar de Almeida, a Aclamação foi "... feita em seis províncias, e nesta Corte com assistência dos Procuradores das Câmaras de todas as Vilas" ¹²¹.

Além disso, o advogado Joaquim Gaspar de Almeida argumenta também que Joaquim Gonçalves Ledo foi "... o primeiro empenhado em apressar a Gloriosa Aclamação ...". Para provar este argumento, é anexado ao Processo o "*Documento nº 12*". Trata-se de uma declaração na qual José Antônio dos Santos Xavier, à época procurador do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, atesta que Joaquim Gonçalves Ledo foi "... o primeiro que me falou para se promover a

¹¹⁹ Depoimento da testemunha 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 37 (original não grifado).

¹²⁰ Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 75 (itálico no original).

¹²¹ Sr. Dr. Joaquim Gaspar de Almeida, "Defesa". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 81.

Aclamação de S.M.I[,] e para o comunicar aos meus companheiros da mesma Ilustríssima Câmara ..." ¹²².

O PURO DEMOCRATA: PEDRO Iº SEM SEGUNDO

No dia 15 de outubro João Soares Lisboa informou "Ao público" que os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* comunicavam aos "concidadãos" e subscritores o fim do periódico. Argumentaram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa que o jornal fora "Empreendido só para o fim de proclamar a Independência do seu país". João Soares Lisboa noticia ainda que um deles estaria ausente, e o dinheiro dos assinantes seria devolvido ¹²³.

No dia 18 de outubro João Soares Lisboa informa que "A Constituição Lisbonense está concluída, e é pena que a maior parte fique nula ...", isto é, aplica-se somente a Portugal. Mas, o que ficar em vigor, "... poderá servir de modelo para uma Constituição liberal". Quanto "A tropa, que estava embarcada para vir estabelecer a Constituição no Brasil, desembarcou, dizem que por falta de dinheiro ..." ¹²⁴.

Já com parte dos novos deputados nomeados, prossegue João Soares Lisboa, "quer-nos parecer que" quando da morte de D. João VI surgirá o "Império brasílico lusitano, vindo

¹²² "Documento nº 12", declaração de José Antônio dos Santos Xavier, negociante, Cavaleiro das Ordens de Cristo e Imperial do Cruzeiro, Sargento Mor de Ordenanças. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 92. Vários nomes assinam a declaração.

¹²³ Cf. João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 153, 15 de outubro de 1822, p. 686 (original não grifado).

¹²⁴ João Soares Lisboa. Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 156, 18 de outubro de 1822, p. 693.

S. M. I. a reunir ao título de imperador do Brasil o de rei de Portugal ..."¹²⁵.

No *Correio do Rio de Janeiro* de 19 de outubro, João Soares Lisboa diz que "Muito desejávamos preencher a descrição do festejo público que motivou a Aclamação ...". Nas noites de 15 e 16 de outubro, prossegue João Soares Lisboa, SS. MM. II. passeavam pelas principais ruas da cidade, em "carrinho descoberto". Guardado pelo "Povo", apinhado: lenços e vivas. O imperador, descoberto, agradecia com o chapéu na mão. João Soares Lisboa, então, acrescenta: "Eis o Homem singular!! Eis o Pedro Iº sem segundo!!! Eis um puro democrata!!!". "Entre amigos -- diz Ele -- não há que temer". "Pedro = luso-brasileiro = ... é o mesmo homem, é o Primeiro sem segundo"¹²⁶.

João Soares Lisboa fala em "direitos do homem = a Liberdade"¹²⁷. E comenta:

"Washington = americano = recusou o título de rei, ou imperador, que lhe oferecia o seu exército, imortalizou-se defendendo, sustentando, e reconhecendo os Direitos do Homem = a liberdade = e seu nome será respeitado por todos os sábios do mundo, assim como o foi por seus mesmos inimigos. PEDRO = LUSO-BRASILEIRO = fez mais aceitando o título de imperador, por que antes e muito antes desta época disse Ele = o Brasil pretende, e deve ser livre para ser feliz, e se os Povos manifestarem geral desejo de serem republicanos, não acharão em mim oposição, antes

¹²⁵ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 156, 18 de outubro de 1822, p. 693 (original não grifado).

¹²⁶ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 697 (original não grifado).

¹²⁷ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 698.

farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu concidadão; ... assim obra ainda o imperador do Brasil"¹²⁸.

Fugindo da descrição dos festejos, João Soares Lisboa critica um "papel do governo" onde se lia que o título de imperador só dependia de sua soberana vontade¹²⁹:

"Só dependia da sua soberana vontade!!! Infames desorganizadores da ordem social, até quando semelhante pertinácia? Ainda não estais desenganados que em quanto as províncias suspeitaram (deduzindo de tais escritos, que se pretendia reintronizar o despotismo), divergiram? E que isso deu azo ao Soberano Congresso Lisbonense a pretextar expedições de tropas para o Brasil? Soberana Vontade!!! Quantas soberanias existem hoje em cada uma nação cujo governo é representativo? Teremos a pluralidade dos Deuses? Empreendei de novo a escavação da mina e ficareis sepultados debaixo de suas ruínas"¹³⁰.

João Soares Lisboa argumenta que o que havia agregado todas as províncias não fôra a pessoa do príncipe/imperador, mas o vislumbrar de uma Constituição que afastasse o perigo de "despotismo". E, tal divergência desagregadora interprovincial havia tornado exeqüível o sonho militarista do Congresso de Lisboa¹³¹, diz João Soares Lisboa.

Porém, estes dois números do *Correio do Rio de Janeiro* tiveram uma repercussão extremamente negativa no governo.

¹²⁸ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 697-698. (original não grifado)

¹²⁹ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 698.

¹³⁰ João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 698.

¹³¹ Cf. João Soares Lisboa. *Correio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Op. cit., nº 157, 19 de outubro de 1822, p. 698.

Isto fica claro nos depoimentos dos adversários do *republicanismo*, no *Processo dos cidadãos* ...

Por exemplo, a testemunha 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, diz:

"... era tal o descaramento dos ditos indivíduos que fizeram imprimir a revoltante doutrina constante dos dois Correios de dezoito, e dezenove de outubro ... nos quais se ameaça com o desgosto futuro das províncias coligadas ..." ¹³².

Segunda a testemunha José Joaquim da Rocha, duvida-se da "inviolabilidade" e direito de "fazer graças" de S. M. I., desejando-se "que o não continue Senhor, mas sim administrador". Isto "... quando nos países mais clássicos em liberdade é o impetrante quem sempre faz as Graças independentemente do Poder Legislativo, seja qual for sua forma. ...", prossegue a testemunha. Dizem "... finalmente que S. M. é o Pedro primeiro sem segundo, e um puro democrata ...". Portanto, estas são doutrinas "espalhadas pelo povo", ou seja, que circulam através da imprensa. Quem não duvida das "perniciosas intenções" ¹³³ dos republicanos?

E a testemunha número 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, confirma o relato anterior, afirmando que o *Correio do Rio de Janeiro* de 18 e 19 de outubro prova que existe um "partido destruidor":

"... sendo também perversa e subversiva da boa ordem a doutrina que espalharam os tais demagogos tanto de viva voz como por meio do tal Correio, que basta ler os de 18, e 19 de outubro

¹³² Depoimento da testemunha 2, capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 12 (original não grifado).

¹³³ Depoimento da testemunha 2, capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 12 (original não grifado).

próximo passado para se ficar convencido da existência do partido destruidor plantado entre eles"¹³⁴.

Já a testemunha número 3, Antônio Telles da Silva, confia que residia no Paço juntamente com os Andradas, para melhor aconselhar S. M. da perigosa ação do "club da monstruosa sociedade pseudo-maçônica", que refletia nos humores da "opinião pública"¹³⁵:

E "... entre muitas ocasiões que se apresentam para ele testemunha falar nesta matéria a S. M. lembra-se ele testemunha especialmente de uma em que lançando mão de uma das folhas de Correio [do Rio de Janeiro] que nesse dia aparecera, e lendo devagar e com ponderação um elogio ou uma sátira em forma de elogio em que o redator afirmava ser S. M. por cúmulo de mérito um puro democrata passando mais adiante a avançar ou alguém por ele que os imperantes só deviam ser considerados como presidentes das nações, e pouco depois sustentando que os reis sendo meros administradores do tesouro das Graças poderiam ser arguidos e até reputados réus pela nação que se demiassem na distribuição das Graças, e outras proposições que coadunam com o título de puro democrata e explicam o sentido e a força com que essa expressão fora escrita, além d'outras que escandalizaram os olhos dos leitores honrados, tais como Pedro 1º sem segundo, que é susceptível de dois sentidos bem diferentes, ele testemunha mostrou evidentemente a S. M. a necessidade de optar entre perder a Coroa que há poucos dias lhe tinham dado, ou conservá-la dignamente para si e para seus sucessores como o império do Brasil queria e precisava..."¹³⁶.

¹³⁴ Depoimento da testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 38 (original não grifado).

¹³⁵ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 27, 26 (Em ordem de citação). (original não grifado).

¹³⁶ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 26 (original não grifado). O Impressor, na nota 71, diz que a testemunha é, além de denunciante, é também "intrigante". Ver Id., p. 26. Em 1823, a testemunha Antônio Telles da Silva deixara o império. Cf. Impressor, notas 47 e 54. Id., p. 22 e 26.

Possivelmente devido a esta reação da cúpula do poder, no dia 21 de outubro de 1822 João Soares Lisboa foi obrigado, pela polícia, a abandonar sua atividade de jornalista, conforme se depreende do "Termo 178", transcrito a seguir:

"Aos 21 do mês de outubro de ano de 1822 compareceu João Soares Lisboa, redator do Correio [Rio de Janeiro], perante o Conselheiro Intendente Geral da Polícia João Ignacio da Cunha, e pelo mesmo Conselheiro lhe foi determinado por ordem de S.M.I. que assinasse o presente *Termo* pelo qual ele redator fica de ora em diante proibido de mais escrever e intimado para sair dos Estados do Brasil nas primeiras Embarcações que deste Porto se fizerem à vela com a pena de que continuando a escrever, ou deixando de sair dentro de oito dias será remetido a uma Fortaleza onde será conduzido para Bordo da Embarcação que o deverá transportar.

E para constar em como desta intimação ficou ciente, e se obrigou a cumprir o determinado, debaixo da pena combinada, assinou o dito redator com o mesmo Conselheiro e Intendente comigo.

João Machado Nunes oficial da Intendência Geral da Polícia = Cunha = João Machado Nunes = João Soares Lisboa"¹³⁷.

REPÚBLICA?

No dia 23 de outubro de 1822 haveria uma contestação ao governo do Rio de Janeiro.

¹³⁷ "Termo 178". In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 60-61 (original não grifado). O Impressor diz, nota 126: "Quando a Lei é pisada aos pés por vias da Polícia, com tão violenta injúria como no presente caso. ... É este mal mais terrível em tempos de revoluções políticas, pela facilidade com que a opinião pública dividida em partidos se exalta; ... [Assim irritam-se] os ânimos fazendo-os temer que renasçam os tempos do antigo despotismo, que deu causa à revolução. ...". Id., p. 60 (original não grifado).

Pelo menos essa acusação é formulada pela testemunha número 3, Antônio Telles da Silva, no *Processo dos cidadãos*. Essa testemunha afirma que "... uma pessoa da maior probidade, cujo nome ... não declara por melindre ...", informou-lhe que o "club dos conspiradores" estava planejando o "tumulto" e a "desordem" para o dia 23 de outubro de 1822, ocasião em que S. M. se ausentaria por três dias¹³⁸.

No dia 24 de outubro, o ex-ministro Luiz Pereira da Nóbrega teria dito ao Capitão Justino José Ferreira de Menezes, que lhe pedira "proteção para [um] ... requerimento", Nóbrega lhe teria dito que "... já não protegia ninguém ...". E recomendou-lhe procurar ao "... Excelentíssimo José Bonifácio que tinha uma proteção mui grande, e que tudo queria governar ..." ¹³⁹.

No dia 25 de outubro, narra outra testemunha, um dos membros do grupo de Ledo lhe teria dito que se estava discutindo como "arranjar uma república". Trata-se da testemunha nº 4, o tenente coronel de segunda Linha João Ferreira Couto de Menezes. Essa testemunha inicia o seu relato dizendo que estava em sua casa o hóspede João Alves de Oliveira Salgado, do Rio Grande [do Sul]. Este senhor costumava reunia-se à noite na casa de um ourives cujo nome a testemunha diz ignorar. Tal casa situava-se defronte da sacristia de São Pedro. Lá se "juntavam" um padre

¹³⁸ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 26 (original não grifado).

¹³⁹ Depoimento da testemunha nº 7, capitão do Estado Maior do Exército Justino José Ferreira de Menezes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 32. O Impressor se pergunta, nota 70: "Logo era Conspirador, Republicano, Demagogo, Carbonário?". Id., p. 32.

tesoureiro da Irmandade de S. Pedro, e outros cujo nome a testemunha também ignorava¹⁴⁰.

Na noite do dia 25 de outubro, prossegue a testemunha João Ferreira Couto de Menezes, encontrando-se lá o dito hóspede com o padre, "... e os mais sujeitos, declararam estes em conversação que tiveram entre si, que se tratava de arranjar uma república, e que o agente e cabeça desta idéia era o Conselheiro Joaquim Gonçalves Ledo ...". Três dias depois, na manhã do dia 28, a testemunha João Ferreira Couto de Menezes denunciou o fato ao ministro dos Negócios do império, através de um "bilhete de denúncia"¹⁴¹.

O mencionado hóspede do Rio Grande do Sul, João Alves de Oliveira Salgado, testemunha nº 10, conta que teria vindo à Corte tratar de negócios. Então, "... contraiu amizade com um ourives de nome Amaro, morador na rua dos Ourives, passando a rua do Sabão à esquerda da segunda Loja, aonde ia muitas vezes ...". Particularmente antes da demissão dos Andradas [29 de outubro], ouviu o ourives Amaro "... dizer a diferentes pessoas que ali concorriam também, e especialmente a um Bonifácio Ourives[,] que haviam pretensões de se formar uma república no Brasil e que o cabeça disto era Joaquim Gonçalves Ledo, e que queria ser o presidente da mesma república"¹⁴².

Porém, o citado ourives Amaro Antônio Freire, testemunha nº 25, desmente tais conversas em sua casa¹⁴³.

¹⁴⁰ Depoimento da testemunha nº 4, tenente coronel de segunda Linha João Ferreira Couto de Menezes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 27.

¹⁴¹ Depoimento da testemunha nº 4, tenente coronel de segunda Linha João Ferreira Couto de Menezes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 27-28 (original não grifado).

¹⁴² Depoimento da testemunha nº 10, João Alves e Oliveira Salgado. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 28 (original não grifado).

¹⁴³ Depoimento da testemunha nº 23, Amaro Antônio Freire. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 29.

No entretanto, uma outra testemunha, o ourives Joaquim Dias da Costa, diz que estava, com outras pessoas, na casa do ourives José Gumes Ferreira no dia 4 ou 5 do "corrente mês" [novembro de 1822], quando lá apareceu Bonifácio José Sérgio, também morador da rua dos Ourives. Argumentava-se que "... se era verdade que Ledo era cabeça de uma república que se dizia estava organizando devia ter um severo castigo, e quanto antes". Então, o dito Bonifácio disse: "... homem, eu agora venho da Misericórdia, e ouvi a N..... dizer que isso não é assim ..." ¹⁴⁴.

O dono da casa mencionada no parágrafo anterior, José Gumes Ferreira, testemunha nº 15, afirma que conversava com algumas pessoas quando "... apareceu Bonifácio José Sérgio e disse que ouvira a Francisco José Pereira das Neves dizer, que se Ledo andava falando era porque se opunha a que se deitasse a Constituição abaixo ..." ¹⁴⁵.

Já Bonifácio José Sérgio do Amaral, testemunha 25, diz que os "deferimentos em parte não são verdadeiros". Em seu depoimento, o ourives Bonifácio José Sérgio do Amaral teria ouvido Francisco José Pereira das Neves dizer que "... as coisas e o negócio iam mal ...", pois sentia "... a Constituição ir-se, fazendo sinal de que tinha acabado" ¹⁴⁶.

Outra testemunha, José Gumes Ferreira, depõe que teria ouvido o major de "Maracu", Francisco Dias Lopes, contar o seguinte fato: após quatro horas de tratativas, Joaquim Gonçalves Ledo ia saindo da casa de Manoel dos Santos

¹⁴⁴ Depoimento da testemunha nº 14, Joaquim Dias da Costa. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 28 (original não grifado).

¹⁴⁵ Depoimento da testemunha nº 15, tenente José Gumes Ferreira. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 28.

¹⁴⁶ Depoimento da testemunha nº 25, Bonifácio José Sérgio do Amaral. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 29.

Portugal, quando este disse: "= os pernambucanos já são republicanos ="¹⁴⁷.

Porém, a testemunha nº 62, Francisco Dias Lopes, relata que no mês de outubro, antes da "Gloriosa Aclamação de S. M. I.", foi hóspede de Manoel dos Santos Portugal. Em determinado dia conversaram bastante sobre Joaquim Gonçalves Ledo. O dito Santos disse-lhe "... que agora que as coisas se iam endireitando e que tinham esperanças de um geral sossego, era quando Pernambuco se rebelava e não queria aderir para o Brasil". Ao que a testemunha, Francisco Dias Lopes, disse a Manoel dos Santos Portugal "... que de tal se não persuadia porque não via que Pernambuco tivesse forças; [Então,] o dito Santos se calou. ..."¹⁴⁸.

A testemunha nº 7, Justino José Ferreira de Menezes, afirma que "tem ouvido dizer geralmente" que os acusados "pretendiam mudar a forma de governo e estabelecer uma república ...". Outros, porém, dizem que queriam só "deitar abaixo" os Andradas para "fazer sair" do Brasil, além dos Andradas, o "Excelentíssimo" Antônio Telles, e o Capitão-mor José Joaquim da Rocha, pois "eram perigosos ao pé do Imperador"¹⁴⁹, diz a testemunha Justino José Ferreira de Menezes.

Contudo, a testemunha nº 65, Izidoro José da Silva Torres, diz que é "... voz pública e constante que Joaquim

¹⁴⁷ Depoimento da testemunha nº 15, tenente José Gumes Ferreira. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 29 (itálico no original).

¹⁴⁸ Depoimento da testemunha nº 62, sargento Mor de milícias, Francisco Dias Lopes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 50 (original não grifado).

¹⁴⁹ Depoimento da testemunha nº 7, capitão do Estado maior do exército, Justino José Ferreira de Menezes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 32, 33 (original não grifado).

Gonçalves Ledo, e outros[,] pretendiam mudar a forma de governo de S. M. por um governo republicano...."¹⁵⁰.

Já a testemunha nº 6, o "reverendo padre mestre frei" Francisco de Sampaio, diz que "... há muito tempo conhecia em Joaquim Gonçalves Ledo uma indisposição manifesta contra ..." José Bonifácio. Joaquim Gonçalves Ledo desejava vê-lo apartado de S. M. I., "... porque em quanto se regulasse por ele haveria despotismo no Rio de Janeiro, e as Províncias se não ligariam ...". Segundo a testemunha Francisco de Sampaio, o imperador "... levava a tal ponto o seu liberalismo que se conhecesse que o Brasil queria ser uma República, ele seria o primeiro Cidadão dela ..."¹⁵¹.

E a testemunha nº 2, José Joaquim da Rocha, diz que "fez-se público e constante nesta Corte que vários indivíduos[,] entre os quais eram chefes" o Procurador Joaquim Gonçalves Ledo, o Desembargador José Clemente Pereira, o ex-ministro da Guerra Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, o padre Januário da Cunha Barbosa, o coronel Manoel dos Santos Portugal, o padre Antônio João de Lessa, e "N e N", tinham "tomado o expediente de mudar a forma do atual Governo espontaneamente escolhido pelo Povo". Para tanto, faziam sessões secretas no intuito de "infundir nos Povos receios de despotismo". E dispunham do periódico *Correio do Rio de Janeiro*, "de que se inculcava redator João Soares Lisboa", sendo a maior parte dos papéis transcritos em tal periódico de autoria dos "ditos acima indicados"¹⁵².

¹⁵⁰ Depoimento da testemunha nº 65, Izidoro José da Silva Torres. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 51 (original não grifado).

¹⁵¹ Depoimento da testemunha nº 6, o reverendo padre mestre frei Francisco de Sampaio. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 31 (original não grifado).

¹⁵² Depoimento da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 11.

Era "público nesta Corte", prossegue a testemunha José Joaquim da Rocha, que "ditos indivíduos" planejavam depor o ministro José Bonifácio no dia 19 outubro. Quando iriam "prender algumas pessoas" com a ajuda de oficiais das tropas, "seus íntimos amigos". Contudo, a testemunha diz ter ouvido, de Antônio Telles da Silva, que o "projeto dos malvados" eclodiria no dia 23 de outubro. E, "... crescendo d'então em diante as desconfianças do Povo", no dia 28 "se fez público" que os Andradas pediram demissão, "por motivos poderosos"¹⁵³.

A testemunha nº 3, Antônio Telles da Silva¹⁵⁴, relata que sabia da "... conspiração que se tramava contra o Estado ...". Diz, contudo, ser "... suspeito a respeito dos indivíduos contra quem vinha depor, ... [pois] é certo do que a discordância de opiniões políticas o separavam"¹⁵⁵. A testemunha, então, trata de demonstrar as provas da existência de uma "conspiração contra o Estado"¹⁵⁶:

A testemunha declara "... as provas que tivera da existência de uma conspiração contra o Estado. [Pois] Que estando estabelecido no Brasil a forma de um governo Monárquico,

¹⁵³ Depoimento da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 14.

¹⁵⁴ Essa testemunha diz que compareceu por ter sido convocada por *Ofício* de "2 do corrente" [novembro 1822]. Porém, o Impressor, na nota 41, diz que "... no mesmo dia 9 [novembro 1822] em que lhe foi expedida, fôra mais próprio dizer, em data de hoje". O fato de a testemunha anexar vários números da *Gazeta [do Rio de Janeiro]* de datas posteriores prova que esse "... depoimento foi trabalhado em casa, reduzido a escrito e entregue ao Escrivão para copiar". Impressor. Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 16.

¹⁵⁵ Impressor, nota 42: a testemunha confessa ser "Realista absoluto". E "pelo longo contexto do seu discurso" é "declarado inimigo do sistema Constitucional". Ou seja, pensam "... que todos os amantes do sistema Constitucional são conspiradores, Demagogos, Republicanos, Carbonários, & & porque na realidade o são contra o poder absoluto, único que aqueles amam, e reconhecem". Impressor. Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 16.

¹⁵⁶ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antônio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 16.

porque sempre fora governado... e porque sem isso seriam impotentes seus [da 'Augusta Pessoa do Imperador'] esforços para a defesa deste império até a instalação da Assembléia Representativa do Brasil que há-de coordenar as leis fundamentais do Estado; ... observou ele testemunha todavia que existia um partido composto de homens a quem a mesma opinião pública tinha marcado com o vil ferrete de sediciosos (Praça do Comercio, dia 22 de abril de 1821)¹⁵⁷ ambiciosos (Nóbrega e Ledo, ambos pediram diferentes coisas a Sua Majestade para si, e suas famílias.) venais (perdão dos criminosos de S. Paulo: presente dado por Frazão a Ledo, pela baixa do Soldado.) e orgulhosos, (Jactou-se Ledo de não saber de que cor era o chão; e Nóbrega de ter a tropa debaixo do seu mando e influência) os quais pondo em duvida a manifesta e assaz provada *constitucionalidade do imperador*, e o *liberalismo dos dois citados ministros*, é público e notório quanto os demagogos pretendiam desacreditar os dois excelentíssimos Andradas, e outro tanto o pretenderam fazer o redator suposto, ou redatores reais do Correio [do Rio de Janeiro] n° 7, 16, e 24) ..."¹⁵⁸.

Tal "partido", prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, pretendia "malignamente introduzir entre os habitantes desta Corte que S. M." desejava "restabelecer o velho despotismo". Estes "perversos partidistas", diz a testemunha, auto-proclamaram-se:

os "... únicos mantenedores (era constante que Ledo e Nóbrega se jactavam de serem os mantenedores do sistema constitucional, o que combina com a Representação impressa que dirigiu a S. M. o dito Ledo, e isto se depreende também do Correio [do Rio de Janeiro] números) ..."¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Impressor, nota 43: estes parênteses são notas que o Escrivão pôs à "... margem por sua alta recreação ...". Impressor. Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 17.

¹⁵⁸ Depoimento da testemunha n° 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 16-17 (itálico no original) (original não grifado).

¹⁵⁹ Depoimento da testemunha n° 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 17 (itálico no original).

Ressalte-se que neste extrato há uma das raras referências à *Representação* de 23 de maio de 1822, que motivou a convocação da Assembléia Constituinte. O teor crítico das palavras da testemunha Antônio Telles da Silva mostra que os adversários do *republicanismo* procuram não ver legitimidade naquela *Representação*. É plausível pensar que os adversários do *republicanismo* omitam e silenciem sobre os episódios da *Representação*, e da conseqüente convocação da Constituinte de 3 de junho de 1822, por identificarem naquele fato uma derrota. E o fato de os adversários do *republicanismo* esquecerem-se dos argumentos do Visconde de Cairu, contrários à Constituinte, sugere também que os absolutistas estavam se convertendo em monarquistas constitucionais, ainda que a contragosto.

A testemunha Antônio Telles da Silva prossegue afirmando que aqueles "perversos partidistas", defendiam a:

"... adoção de princípios quiméricos, absurdos, inconjugáveis com a forma de um Governo Monárquico, e que apresentando uma aparente perspectiva de beleza considerados teoricamente, são realmente inexecutáveis na prática e sobremaneira perigosos pelas funestas conseqüências que após de si trazem; ..." ¹⁶⁰.

Tais "indivíduos mal intencionados", prossegue a testemunha Antônio Telles da Silva, freqüentemente se reunião em *Clubs* secretos. Disfarçavam-se com as roupas e nomes de "Pedreiros Livres", e ocupavam-se de negócios de competência do governo. Fato reprovado "... por todas as Leis e Estatutos da *Franc Maçonaria*, e só permitido nas abomináveis seitas de Carbonários, Comuneros, Radicais, e

¹⁶⁰ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 17.

Cavaleiros da liberdade, nomes da mesma Seita em diferentes países, que parecendo-se com a Sociedade dos Pedreiros Livres ..." ¹⁶¹, diferem nos fins.

Sempre segundo a testemunha Antônio Telles da Silva, havia um jornal, denominado *Correio do Rio de Janeiro*, que quase diariamente criticava os Andradas, insultando à Pessoa do imperador, sua legítima autoridade, e à Soberania Nacional do Brasil. Mas defendia a infame sociedade dos Carbonários. O seu "editor proprietário" era "geralmente tido por ignorante e estúpido, ... sendo pública, notória, e provada a intimidade e ligações que existiam entre o dito editor proprietário do *Correio do Rio de Janeiro*, e os referidos partidistas, conhecidos pelos seus princípios exaltados", denunciados ao governo pela "opinião pública" ¹⁶².

De tudo isso, depreendeu a testemunha Antônio Telles da Silva os "princípio da conspiração" de um:

"nefando partido cujos infames membros tinham por fim a destruição do Governo Monárquico no Brasil pela introdução dos princípios demagógicos e anárquicos, que se contém nos Estatutos das mencionadas sociedades dos Carbonários, Radicais, Comuneros, e Cavaleiros da liberdade....." ¹⁶³.

Já a testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, relata que "estes demagogos tinham um rancho de satélites", que ajudavam a pregar a "depravada

¹⁶¹ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 17-18 (original não grifado).

¹⁶² Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 18 (original não grifado).

¹⁶³ Depoimento da testemunha nº 3, o "Excelentíssimo" Antonio Telles da Silva. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 18 (original não grifado).

doutrina subversiva da boa ordem". Dentre tais indivíduos satélites, se distinguia João da Rocha Pinto, "... que pública e descaradamente andava pelas praças, corredores do teatro e ruas públicas gritando e vociferando a favor do partido dos desorganizadores". Comentava "em público" a elevação moral com a mudança que ele esperava nas "coisas públicas", a ponto de pedir a um francês, denominado Marolle, para guardar algumas dúzias de garrafas de champanhe. Pois haveria festejos com a "completa mudança do sistema político do Brasil"¹⁶⁴, e a demissão dos ministros.

A testemunha Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont prossegue dizendo que ouvira tais comentários de seu irmão Luiz de Menezes de Vasconcellos de Drumont, a quem Marolle havia contado da "terrível pretensão". Este João da Rocha Pinto já havia dito que quanto fosse para enforcar o ministro José Bonifácio ele lhe puxaria a corda, diz a testemunha. Como "é fama pública", conclui a testemunha Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, tal "conluio" destinava-se a "destruir e aniquilar a atual forma de governo monárquico constitucional para se celebrar uma democracia pura", cuja ambição era "engrossar a fortuna de seus apaniguados". Tais planos só não ocorreram porque os habitantes desta "cidade inteira", assustados com os "males que lhe aguardava[m]"¹⁶⁵, se manifestaram no dia 30 de outubro.

Entretanto, o citado francês João Marolle, testemunha nº 31, não confirma tais informações. Diz que "...

¹⁶⁴ Depoimento da testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 41-42 (original não grifado).

¹⁶⁵ Depoimento da testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 41-42 (original não grifado).

unicamente dissera a Luiz Menezes de Vasconcellos de Drumont" que João da Rocha Pinto lhe pedira seis dúzias de champanhe para um jantar, mas não esclareceu o porquê. Ao contrário, fora Luiz Menezes de Vasconcellos de Drumont quem dissera que seria para celebrar a mudança "que queriam fazer da nova forma de governo"¹⁶⁶.

Segundo a testemunha nº 5, Luiz Menezes de Vasconcellos de Drumont, no dia seguinte à deposição dos Andradas lhe foi dito, por Joaquim José de Mello, que seu "... compadre [Ledo] lhe dissera = agora sim estão as coisas como eu quero; foram depostos aqueles dois homens, faça o requerimento e me traga que há de ser despachado na forma que quiser. ..." ¹⁶⁷.

No entretanto, a testemunha 24, Joaquim José de Mello, não confirma tal "referimento". Diz apenas que no dia em que os Andradas "foram depostos", encontrou-se com Ledo, que "... lhe disse = agora que isto está mais sossegado vá lá por casa para lhe fazer o seu Requerimento ["... para segurar o emprego que exerce ..."] e dirigi-lo = ..." ¹⁶⁸.

Outra testemunha, Segnier de Seigneuret, disse saber que o padre Lessa é um dos Chefes de uma guerra civil para paralisar a ação do Governo, corromper e desviar o "espírito público" ¹⁶⁹.

A testemunha nº 7, o capitão do Estado maior do exército Justino José Ferreira de Menezes, diz ter ouvido do tenente coronel de Artilharia Francisco Carlos de

¹⁶⁶ Depoimento da testemunha nº 31, João Marolle. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 42 (original não grifado).

¹⁶⁷ Depoimento da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 14.

¹⁶⁸ Depoimento da testemunha nº 24, Joaquim José de Mello. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 37.

¹⁶⁹ Depoimento da testemunha nº 57, Segnier de Seigneuret. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 48. (original não grifado)

Morais, que ouvira do coronel Luiz Antônio de Oliveira Bulhões, que na noite posterior à deposição dos Andradas o ex-ministro da guerra Luís Pereira da Nóbrega viera à cidade.

E, "... ao sair de um beco, que fica quase fronteiro à sua casa encontrou-se aí [Nóbrega] com o dito coronel Luiz Antônio, e lhe dissera = homem, que tropa tão falta de caráter? E que motivo para estas luminárias! Adeus, adeus que deixei ali umas cômodas abertas e vou arranjà-las = ..." ¹⁷⁰

A testemunha nº 8, o coronel Luiz Antônio de Oliveira Bulhões, contou ser verdade que ao recolher-se à sua casa em uma das noites em que se puseram luminárias pela restituição dos Andradas, encontrou-se com o ex-ministro da guerra, Luiz Pereira da Nóbrega. Que saindo de sua casa, e encaminhando-se pelo Beco da Boa Morte, lhe disse:

"= vens de ver as luminárias? = e dizendo-lhe ele testemunha que não, respondeu-lhe = *Que dizes a isto? Com esta tropa é que nos havemos defender? Fica-me o prazer de ter feito grandes serviços à minha pátria; vim hoje a cidade arranjar a minha casa, e vou-me agora para a minha fazenda* = e com isto retirou-se. ..." ¹⁷¹.

A testemunha nº 12, tenente coronel Francisco Carlos de Moraes, disse que no sábado depois da deposição dos Andradas, em uma das noites em que se pôs luminárias, encontrou-se com Luiz Pereira da Nóbrega. E como o ex-ministro estava de capote, e "ia a embarcar", a testemunha lhe quis falar. No dia seguinte, em casa, a testemunha

¹⁷⁰ Depoimento da testemunha nº 7, o capitão do Estado maior do Exército Justino José Ferreira de Menezes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 32.

¹⁷¹ Depoimento da testemunha nº 8, o coronel Luiz Antônio de Oliveira Bulhões. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 33 (itálico no original).

contou ao "seu coronel que mora paredes meias", que tinha encontrado com Nóbrega na noite anterior. Então, o seu coronel lhe contou que também havia visto o ex-ministro, que dissera:

"... = então vem de ver as luminárias? Pois eu vim arranjar alguma roupa, que fui ontem sem coisa alguma para minha Fazenda = e que acrescentara mais em ar d'admiração = *com esta tropa é que nós nos havemos de defender?* = Dando a entender que estava aflito; e mais não disse nem do costume"¹⁷²

A testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha, diz que Nóbrega "publicamente falava mal" dos Andradas. O ex-ministro da guerra, Luiz Pereira da Nóbrega atribuía-lhes a determinação de "plantar[em] o despotismo neste Reino"¹⁷³.

No dia 30 de novembro, prossegue a testemunha nº 2, José Joaquim da Rocha, o "Povo" apareceu "... em público defronte da Casa da Câmara ...", obstou a entrada do presidente José Clemente, e pediu a punição "... de Ledo, Nóbrega, redator do *Correio [do Rio de Janeiro]*, padre Lessa, e padre Januário ...". Enfim, conclui a testemunha que a deposição dos Andradas era "fulminada" por Nóbrega, Ledo, José Clemente e os outros¹⁷⁴.

E, segundo a testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont, era "tão público e notório o trama urdido pelos referidos indivíduos contra o Brasil e S. M.

¹⁷² Depoimento da testemunha nº 12, tenente coronel Francisco Carlos de Moraes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 33 (itálico no original).

¹⁷³ Depoimento da testemunha 2, capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 12 (original não grifado).

¹⁷⁴ Depoimento da testemunha nº 2, capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 14.

I.", que toda a cidade se reuniu nas portas do Paço do Conselho, no dia 30 de outubro, para clamar pelo castigo dos "perversos"¹⁷⁵.

A testemunha nº 20, reverendo cônego Thomas José de Aquino, relata que na noite de 29 de outubro foi à casa do "Excelentíssimo" Antônio Vieira da Soledade, Procurador pelo Rio Grande do Sul. Lá, reuniu-se com:

"... N.... N.... N...., e um padre do Rio Grande ali apelidado por padre Antônio [as onze da noite se encontrou com João Pedro de Carvalho, e Antônio José da Silva Loureiro], tratou-se com amargura da deposição dos ditos dois ministros ao que ele testemunha pondo-se de pé e em altas vozes gritou, que se era necessário para salvação da sua pátria e dos seus concidadãos a morte do ladrão do Ledo, ele testemunha naquele mesmo instante lhe ia romper as entranhas, uma vez que lhe perdoassem o assassinato ..." ¹⁷⁶.

A testemunha, o reverendo cônego Thomas José de Aquino, prossegue dizendo que pretendia "patentear a S. M. o mau caráter de Ledo", encarando as "maldades" desse "homem sem probidade", "biltre", "monstro", "velhaco" e "mau caráter". Com essa finalidade, na manhã do dia seguinte, 30 outubro 1822, a testemunha e os "Conselheiros seus colegas" falaram com procuradores e ministros, como o "Excelentíssimo" José Marianno, que "... o vinha buscar na sege". À noite, quando foi informado que se haviam "restituídos"¹⁷⁷ os "três beneméritos ministros", mandou

¹⁷⁵ Depoimento da testemunha nº 26, Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drumont. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 40.

¹⁷⁶ Depoimento da testemunha nº 20, o reverendo cônego Thomas José de Aquino. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p.36 (original não grifado).

¹⁷⁷ O Impressor, na nota 81 diz que o "... Reverendíssimo Sr. Cônego Thomas José de Aquino foi (segundo ele confessa) o primeiro motor da Bonifácia [retorno dos Andradas] de 30 de outubro, no que

"deitar luminárias". Apesar de estar muito doente, foi à Câmara assinar a Ata que pedia a volta dos ministros, "... sendo esta assinatura a única que prestou desde o dia 26 de fevereiro do ano passado ..." ¹⁷⁸.

A testemunha nº 40, o "Excelentíssimo e Reverendíssimo" Antônio Vieira da Soledade, disse que o motivo pelo qual ele e seus colegas ¹⁷⁹ organizaram a representação para o retorno dos Andradas, era porque soube que Ledo, padre Januário, padre Lessa, José Clemente, Nóbrega, o redator do *Correio do Rio de Janeiro* e outros, "se lembravam de estabelecer um sistema de governo republicano". Para tanto vinham detraindo a autoridade real, algo que era tratado nas "suas" lojas maçônicas ¹⁸⁰. Tanto fizeram que finalmente "o partido destes facciosos" chegou à ponto de poder derrubar os Andradas, que preveniram-se pedindo demissão ¹⁸¹.

Para evitar o "vácuo" que tal demissão causaria, prossegue a testemunha, resolveu-se fazer a representação para reintegrar os Andradas, e destruir "... o partido faccionário de republicanismo de que aliás ele testemunha

não há dúvida ...", como reconhece a testemunha 40. Cf. Impressor. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p.36.

¹⁷⁸ Depoimento da testemunha nº 20, o reverendo cônego Thomás José de Aquino. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 35, 36.

¹⁷⁹ O Impressor, na nota 103, diz que as testemunhas Antônio Vieira da Soledade (nº 40), Antônio Telles da Silva (nº 2), e o cônego Thomas José d'Aquino (nº 20), são os autores "... e corifeus da violência e engano que no famoso dia 30 de outubro se fez à S. M. I. ...". Impressor. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p.44.

¹⁸⁰ O impressor acrescenta que a testemunha "também é pedreiro livro". Impressor. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p.44 (itálico no original).

¹⁸¹ Depoimento da testemunha nº 40, o "Excelentíssimo e reverendíssimo" Antônio Vieira da Soledade. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 44.

tinha provas que referiam os ditos faccionários como autores deste infernai sistema ..." ¹⁸².

E o administrador da Tipografia Silva Porto e Companhia, Felizardo Joaquim da Silva Moraes, testemunha nº 47, relata que depois da *representação* de 2 de novembro, Joaquim Gonçalves Ledo chegou a mandar àquela tipografia um "*Agradecimento ao Povo*", para imprimir-se. Neste papel, Joaquim Gonçalves Ledo afirmava que se pretendia "... mandar emissários para as diferentes províncias a fim de o desabonarem na opinião pública, e fazerem com que elas pedissem a sua demissão ...". Tal papel não chegou a ser impresso ¹⁸³.

E a testemunha nº 2, capitão-mor José Joaquim da Rocha, diz ter lido o requerimento de Joaquim Gonçalves Ledo, de 2 novembro, pedindo para ser criminalmente processado. Nele, prossegue a testemunha, Ledo "... não pôde ocultar as suas idéias republicanas ..." ¹⁸⁴.

No mesmo dia 2 de novembro José Bonifácio criaria a *Devassa*. Alguns dias depois, em 26 de novembro, o ministro determinou que a *Devassa* não se limite aos dias que determina a lei. Acrescentando que aqueles "... indivíduos

¹⁸² Depoimento da testemunha nº 40, o "Excelentíssimo e reverendíssimo" Antônio Vieira da Soledade. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 44. Segundo o "Acórdão nº 2", o povo assinou, e concorreu para Largo e Casas da Câmara. E a Câmara levou tal *representação* à D. Pedro. Além desta, teria havido também uma *representação* da tropa, pois tratavam-se de "pessoas acusadas pela opinião pública". "Acórdão nº 2", Rio de Janeiro, 5 de julho de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 57, 58 (itálico no original).

¹⁸³ Depoimento da testemunha nº 47, Felizardo Joaquim da Silva Moraes. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 45 (original não grifado). O número provável desta testemunha é 47, e não 41. Cf. Id., p. 73.

¹⁸⁴ Depoimento da testemunha nº 2, o capitão-mor José Joaquim da Rocha. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 14, 15 (original não grifado).

[haviam sido] acusados pela opinião pública, como autores da conspiração ..."¹⁸⁵.

O "Acórdão nº 2" esclarece:

"... que se falava e maquinava em mudança no Governo estabelecido, e no seu ministério, servindo-se para isso de sociedades secretas, de emissários, e escritos incendiários com a capa de constitucionalidade, já fazendo os Povos recearem-se do Governo pelo terror de um futuro despotismo, desacreditando para isso o ministério, increpando e caluniando os seus procedimentos, já intimidando-os [e ao mesmo ministério, p. 109] com repetidas ameaças de separação das províncias coligadas; ... esta mudança era para a inclusão de certos indivíduos que haviam de dar-lhe uma outra forma de Governo. O que tudo prova a existência de uma faccção ..."¹⁸⁶

O mesmo "Acórdão nº 2" mostra que:

"... Réu João Soares Lisboa além da união e acordo com outros da mesma faccção acusados pela opinião pública em propagar doutrinas revoltantes, ... fora também o R. no dia 30 de outubro pelo Povo que concorreu a casa da Câmara, chamando em altas vozes == fora redator do *Correio [do Rio de Janeiro]* == ..."¹⁸⁷.

João Soares Lisboa e Joaquim Gonçalves Ledo exilaram-se em Buenos Aires, no início de novembro de 1822. Enquanto José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega e padre Januário da Cunha Barbosa foram presos na Fortaleza de

¹⁸⁵ "Portaria E", José Bonifácio, Palácio, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1822. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 47 (original não grifado).

¹⁸⁶ "Acórdão nº 2". França, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 58 (original não grifado). Tais palavras provavelmente influenciaram a questão do separatismo nas interpretações da historiografia Brasileira da Independência.

¹⁸⁷ "Acórdão nº 2". França, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1823. In.: Processo dos cidadãos ..., op. cit., p. 58 (original não grifado).

Santa Cruz¹⁸⁸. Contudo, a ordem de prisão e a pronúncia só apareceriam no mês seguinte, em 8 de janeiro de 1823¹⁸⁹.

Em dezembro, José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega e padre Januário da Cunha Barbosa foram "mandados embarcar" para fora do império "sem pronúncia"¹⁹⁰ formada. No passaporte de José Clemente Pereira, datado de 12 de dezembro, José Bonifácio informava: "... Faço saber aos que este passaporte virem que desta Corte e cidade do Rio de Janeiro faz viagem para o Havre de Grace, José Clemente Pereira ..."¹⁹¹.

Finalmente, a virulência tacanha da linguagem de José da Silva Lisboa, do futuro Visconde de Cairu, e das testemunhas de acusação do *Processo dos cidadãos*, sugere a hipótese de que o projeto político dos pensadores do *republicanismo* era muito mais importante do que perceberam os observadores que escreveram sobre o período. Pelo menos José Bonifácio e o futuro Visconde sentiram-se ameaçados. Ameaçados não apenas em suas posições e *status*, mas também porque a vitória de um *republicanismo* no Brasil deslocaria o poder político-econômico para o "norte" do país.

Teria sido por esse motivo que as idéias libertário-iluministas foram exaustivamente perseguidas e, em 1824, totalmente aniquiladas? Qual seria o conteúdo do projeto republicano de governo? Qual a significação da cidadania para os pensadores libertários?

¹⁸⁸ Impressor, nota 115. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 48.

¹⁸⁹ "Pronúncia", França, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1822. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 48-49.

¹⁹⁰ Impressor, nota 115. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 48.

¹⁹¹ "Documento nº 26", José Bonifácio, Palácio do Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1822. In.: *Processo dos cidadãos* ..., op. cit., p. 100.

Afinal, o que se fez com os cadáveres da memória republicana e libertária?

CONCLUSÃO

[Em 30 de setembro de 1824, em Couro Danta, sertão de Pernambuco, João Soares Lisboa foi ferido quando as forças do império fizeram uma emboscada contra a "Divisão Constitucional da Confederação do Equador"] .

"João Soares Lisboa, uma das pessoas, cuja falta era mais sensível, logo que foi ferido, deu os mais claros indícios de não sobreviver a este desastre; foi socorrido logo pelo facultativo, e por mais cuidado que se lhe aplicou, veio a morrer no dia seguinte pelas nove horas da noite, trinta e duas a trinta e três horas depois de ferido.

A sua memória é saudosa.

Português de nascimento, era brasileiro por afeição; decidiu-se pela liberdade do Brasil, e por esta se dedicou a escrever o *Correio do Rio de Janeiro*, único periódico do Rio, dito pelos franceses.

Pelo periódico da oposição, pela sua decisão a favor da liberdade, foi degredado para Buenos Aires, e depois pela intriga dos Andradas oito meses preso no Rio de Janeiro, para ser degredado por oito anos, saindo da prisão depois da dissolução da assembléia, por um chamado perdão, dado pelo imperador; e se passou a Pernambuco e trabalhou quanto esteve em seu poder para sustentar a liberdade das províncias do norte, contra o despotismo do Rio de Janeiro; e para melhor se entender o plano da tirania escreveu *O Desengano dos Brasileiros*.

O caráter de um homem livre foi por ele sustentado com toda a dignidade até os últimos paroxismos da vida, a qual acabou recomendando aos que o rodeavam, que prosseguissem na defesa da liberdade. Mostrou toda a coragem, quando encarou a morte; fortificou-se com o Sacramento da penitência, único que lhe podia ser administrado; falou muito pouco nas horas que lhe restavam de vida; mas tudo quanto disse foi sólido e conceituoso. Recostado a um amigo e rodeado de outros, quando supôs que acabava à violência de uma ânsia, disse aos que o cercavam: Morro nos braços da amizade!

Ele soube dar preço a este laço da sociedade.

Morreu afinal o homem livre, aos ombros, e no meio das lágrimas e soluços dos amigos.

Foi enterrado no álveo do rio Capibaribe"¹. [Frei Caneca]

"[Mesmo nos últimos dias de vida, frei Caneca] Não cessou nunca de discorrer e conversar divertido, como d'antes, até quando dormindo, foi acordado pelo provincial, pondo-lhe a mão, e abalando-o, por serem horas de sair para o patíbulo

Tendo-se elegido a um preso da cadeia, o pardo Agostinho Vieira, para ser o carrasco; este declarou que nunca o seria, em reverência ao caráter sacerdotal. Fez o carcereiro entrarem soldados armados na cadeia, para obrigarem Agostinho Vieira a prestar-se a enforcar a vítima; mas este foi constante na denegação, apesar de lhe pisarem os peitos com os couces das

¹ Frei Caneca. "Itinerário...". In.: *Obras*, op. cit., volume 1, p. 118.

granadeiras, deixando-o por morto; e repetia ele, que o matassem, mas que tal desumanidade não cometeria. ... Dois homens pretos, que antes haviam sido na cadeia postos a ferros, para assim os forçarem a ser algozes do condenado patriota religioso, geralmente querido e admirado, sendo levados para junto da forca e daí tocados a couces d'armas, espadeiradas, nem por isso abateram-se à vileza, à que os queriam violentar. ...

Desautorada a vítima do caráter sacerdotal à porta da igreja de Nossa Senhora do Terço, daí seguiu para o patíbulo no largo das Cinco Pontas, que grande número de tropa cercava e defendia.

O varão forte e justo, ensinou ele mesmo, ao alcaide perplexo e trêmulo, o modo como o havia de amarrar a um dos esteios da forca. ... E dispondo-se a fazer uma fala última ao povo, desistiu disso, a pedido do seu lacrimoso provincial assistente, de quem fora sempre particular amigo. ...

Imediatamente que a vítima caiu e expirou, a tropa numerosa, de que estava cercada a forca, com o mais selvagem e provocante escárnio, aclamava: Viva S. M. imperial! Viva a constituição! Viva a Independência do Brasil! E em seguida cantaram, acompanhados da música militar, o hino brasileiro. ...

E o cadáver da vítima, deposto em um vil esquife por dois calcetas esfarrapados, largaram-no junto à porta da Igreja do seu convento, da parte de fora, estando fechada. ... [Os restos do cadáver de frei Caneca foram] confundidos e desprezados"². [Antônio Joaquim de Mello]

Estas duas citações lembram que o *republicanismo* brasileiro da Independência pagou um alto custo pela sua derrota. Foi quase que totalmente aniquilado pela repressão à Confederação do Equador, e apenas Cipriano Barata persistiu publicando o seu jornal, salvo da morte por uma seqüência inumerável de prisões até 1834. O mais alto preço pago pelos pensadores do *republicanismo*, porém, foi o esquecimento, o silêncio da memória histórica.

Na presente pesquisa, limitada ao ano de 1822 e à cidade do Rio de Janeiro, havia-se pretendido problematizar com o fato de os pensadores do *republicanismo* apoiarem D. Pedro (o Fico), subscrevendo, conseqüentemente, um regime monarquista. Republicanos apoiando uma monarquia? Era precisamente essa contradição aparente que se pretendia investigar.

O exame deste problema levou a duas constatações.

² Antônio Joaquim de Mello. "Notícia biográfica". In.: *Obras*, op. cit., volume 1, p. 53-55.

Primeiramente, a de que a memória do período não corresponde ao "que realmente aconteceu": o episódio do "Fico" não foi nada unânime, nem o *Sete de setembro* teve, à época, a importância que lhe é atribuída pela História e pela historiografia. Assim, o fato mais importante, da perspectiva do presente trabalho, é a convocação da Constituinte de 3 de junho de 1822. Pois mostra o confronto entre pelo menos duas concepções políticas: os absolutistas e os republicanos. Evidencia-se, assim, que o 3 de junho de 1822 não foi um ato da vontade do regente, Pedro I. Por que esse governo anticonstitucionalista, como pressupõem os argumentos do ilustre Visconde de Cairu, recua e convoca a Constituinte? Uma das hipóteses para esta pergunta, sustentada na presente pesquisa, é a da participação da imprensa republicana no episódio do 3 de junho.

A segunda constatação importante da presente pesquisa foi que o conceito de república, entre o século XVIII e o início do século XIX, não diz respeito apenas a um regime de governo sob forma burocrático-republicana. Mas república tem também o sentido do governo da lei, de Rousseau, comparável à democracia da *commonwealth* britânica, de Montesquieu. Assim, o termo *republicanismo* talvez diferencie e expresse melhor, para o leitor atual, os ideais políticos dos pensadores radicais brasileiros. Até porque a forma republicana de governo, por si só, não garante os direitos de cidadania, já que é possível a existência de um despotismo republicano.

Estas duas constatações não estão separadas entre si. Pois, ao se sublinhar a participação da esfera pública republicana no episódio do 3 de junho de 1822, procurava-se também expor um dos aspectos fundamentais do *republicanismo*: a noção de "público".

Pois, se por um lado o republicanismo procura conciliar as vantagens da monarquia inglesa às do princípio federalista clássico e moderno, tais como juízes eleitos, poder aos distritos, separação de poderes complementada por um sistema de balanços, checagens e contrapesos supervisionado por corpos de magistrados, enfim, "precauções auxiliares" que assemelhariam a república moderna ao sistema de mútuas checagens do regime britânico. Por outro lado, a noção de esfera pública ou de espaço público surge como uma das características do republicanismo.

Os elementos apresentados ao longo dos capítulos sugerem que o pensamento republicano é um fato corrente num espaço público razoavelmente modesto no Rio de Janeiro no começo do século XIX. Ou seja, o espaço público entre 1821-1824 é relativamente modesto em termos de capacidade literária de ler. Mas tem efeitos extremamente eficazes no âmbito das decisões políticas tomadas pelos grupos que acabavam dominando os processos de decisão na Corte³.

Se for utilizado o raciocínio de Roderick J. Barman⁴, que constatou a existência de 14.380 homens adultos livres no Rio de Janeiro de 1822, as 6 mil assinaturas da

³ É interessante ter presente que 40 ou 50 anos depois o grau de discussão sobre a legitimidade do regime continua tão aberto quanto antes, em torno da opinião pública e Constituição. Veja-se debate entre Homem de Melo e José de Alencar. F. I. Marcondes Homem de Mello. A constituinte perante a História. Brasília : Senado Federal, 1996, edição fac-similar. Trata-se de discussão sobre espaço público sobre o que significou a consolidação da legitimidade do regime político.

⁴ Roderick J. Barman partiu de um total de 43.139 habitantes livres. Deduziu pouco mais de um terço relativo aos menores. Dividiu o resultado pela metade, para distinguir homens de mulheres. Chegou, assim, a 14.380 homens adultos e livres. Por este raciocínio, argumenta-se que as 8 mil assinaturas do Fico sugerem que 56% da população do Rio de Janeiro era alfabetizada. Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência: 1820-1822. Op. cit., volume I, p. 104-105.

Representação do Povo do Rio de Janeiro correspondem a 41,7% dos homens adultos livres.

As 6 mil assinaturas daquela *Representação* demonstram, entretanto, o grande interesse dos vários segmentos sociais daquela cidade em participar do processo decisório e dos debates políticos.

Isto não apenas porque as 6 mil assinaturas foram conseguidas em apenas 5 dias (mais de mil assinaturas por dia). Mas também pelo fato de o Visconde de Cairu argumentar que a *Representação*⁵ continha assinaturas em cruz, mostrando que a barreira entre analfabetos e alfabetizados não impediu a manifestação dos desejos políticos de muitos não letrados. E sugere o dinamismo e a autonomia cultural da esfera pública republicana, permeável a comunicação e ao intercâmbio com os vários estratos sociais⁶.

Neste particular, é interessante não perder de vista que os trabalhos mais recentes da historiografia do período têm ressaltado que, entre 1808-1830, ocorreram levantes de escravos no recôncavo Baiano⁷, e inúmeras insurreições de

⁵ O argumento de que a *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, e outros documentos da época, são majoritariamente assinados por militares, estrato que não representaria o "povo", é inconsistente. Isto porque como a cidade do Rio de Janeiro concentra as escolas de formação e treinamento de militares durante o império, estes têm, necessariamente, um percentual maior na sociedade. Também se argumenta que as representações são assinadas por ordem superior, no caso de funcionários públicos e militares, como no exemplo do Fico. Este argumento também é inconsistente, pois a *Representação do Povo do Rio de Janeiro* foi visto como um documento crítico ao governo, ou, como diz João Soares Lisboa, tratava-se de um empreendimento que "muita gente julgava arriscada e de tristes consequências". Assim, é ilógico supor que alguém iria se arriscaria, desafiando o governo pondo sua assinatura em um documento público, se não fosse por livre convicção.

⁶ Sobre o conceito de permeabilidade cultural, ver Serge Gruzinski. *La colonización de lo imaginario: Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII*. México : FCE, 1991, p. 75, 76 e 226.

⁷ Cf. Stuart B. Schwartz. "Cantos e quilombos numa conspiração de escravos Haussás: Bahia, 1814". In. João José Reis; Flávio dos Santos

pardos em cidades como Salvador e Recife⁸. Outras reflexões têm ressaltado a influência dos conflitos de rua no Rio de Janeiro, entre 1826-1831, para o processo de consolidação da Independência brasileira⁹.

É necessário, portanto, não perder de vista a relação entre o republicanismo e a noção de público. A "esfera pública" (Habermas), o "espaço público", "felicidade pública ou liberdade pública" (Hannah Arendt) demonstram como a noção de público é importante na segunda metade do século XVIII e início do XIX. O público, a coisa pública, o bem público, a liberdade pública, a felicidade pública, a opinião pública, ou o tribunal da opinião pública, são termos que expressam a idéia da necessidade de uma nova forma de governo: qual seja, o republicanismo manifesto na substituição da noção de súdito pelo conceito de cidadão¹⁰.

Gomes (organização). Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1996, p. 373-374.

⁸ Cf. João José Reis e Eduardo Silva. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, p. 79-98.

⁹ Veja a respeito, Gladys Sabina Ribeiro. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas : Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, orientador Prof. Dr. Robert W. Slenes, 1997, p. 1-12. Iara Lis Franco, ao estudar a construção simbólica do imperador "colado à figura de herói nacional", também destaca os "usos políticos da praça pública". Lugar público onde "uma gente considerada turbulenta" acaba, contraditoriamente, celebrando "o contrato social entre o imperador e seu povo em várias festas que ... juntas, conformavam um sentido de autoridade...". Cf. Iara Lis Franco S. C. Sousa. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). Campinas : Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 1997, p. 5-6.

¹⁰ A este respeito ver Daniel Roche. Les Républicanis des Lettres. Paris : Fayard, 1988. Isabel Nobre Vargues. A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra : Livraria Minerva Editora, 1997. E também, Benedicta Maria Duque Vieira. O problema político português no tempo das primeiras Cortes liberais. Lisboa : Edições João Sá da Costa, 1992, p. 35-66.

Estes detalhes ressaltam a importância e atualidade do pensamento radical aqui estudado, como, por exemplo:

a) Defesa da noção de direitos (o aspecto atual da Revolução Francesa).

b) Difusão da idéia de existência de cidadãos, e não súditos.

c) Propõe uma união federalista entre as províncias. Algo até hoje não solucionado no Brasil.

d) Defende um sistema eleitoral direto e amplo, com participação dos estratos populares: pobres e pardos.

Portanto, a imprensa republicana é essencial não só pela sua participação no episódio do 3 de junho, mas também por querer criar uma cultura da cidadania.

A idéia de direitos humanos é a palavra de ordem dessa imprensa republicana. E isto não somente porque palavras como "direito" e "cidadania" aparecem com regularidade nos jornais da época. Mas porque o conceito de cidadania dos pensadores do *republicanismo* tem por parâmetro a noção de liberdade política¹¹. É por isso que se utilizou o termo *libertário* como título do presente trabalho¹².

¹¹ Frei Caneca e seus amigos, ao defenderem a república do "governo o mais livre possível", estão se movendo dentro do horizonte intelectual da época. Pois a noção de autonomia do sujeito é um dos fundamentos da ilustração. A este respeito, ver Ernst Cassirer. A filosofia do iluminismo. Campinas : Editora da UNICAMP, 1992, p. 189-245. Sobre o problema do conceito de liberdade, ver Jaime Raposo Costa. A teoria da liberdade: período de 1820 a 1823. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1976, p. 43-92. E, para o caso brasileiro, ver István Jancsó. "A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII". In.: Fernando A. Novais; Laura de Mello e Souza (org). História da vida privada no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, volume 1, 1997, p. 387-437.

¹² Jean Starobinski nota que há vários aspectos da idéia de liberdade perpassando o nível mental do século XVIII. Isto pode ser apontado nos mais iminentes filósofos e artistas, ou nos *libellistes*. Liberdade e libertinagem, diz Jean Starobinski. No campo filosófico, *libertário* expressa o livre exame contemplativo das idéias pelo livre pensador. *Libertário* pode denominar também os revolucionários adeptos da liberdade política e da democracia republicana. Num sentido próximo ao da palavra *libertino*, empregada nas *Devassas de 1817* para

João Soares Lisboa e o seu *Correio do Rio de Janeiro* fornecem, também, importantes elementos para uma futura história da imprensa e do livro no Brasil. O *Correio do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal diário do Brasil. Foi publicado por 6 meses, entre 4 de abril e 22 de outubro de 1822, totalizando 708 páginas. Um feito heróico para uma época em que escrevia-se a luz de velas, e informações do "norte" do país muitas vezes chegavam mais rapidamente à Lisboa que ao Rio de Janeiro. Feito heróico também porque, ao se publicizar idéias tidas como subversivas, "francesas" ou "incendiárias", os pensadores do republicanismo sabiam que mais cedo ou mais tarde teriam que se entender com o delegado de polícia.

João Soares Lisboa lia, escrevia e revisava o *Correio do Rio de Janeiro* diariamente na tipografia¹³. Ele, porém, não fazia o trabalho de composição e impressão. E, mesmo

designar os revolucionários pernambucanos. Jean Starobinski não apenas usa a palavra *libertário* em um sentido mais flexível, como trabalha com o axioma segundo o qual a liberdade é um dos traços principais do século XVIII. Veja-se: "Nós nos afastamos da imagem frívola do século XVIII. Porém, não terá a época fornecido pelo menos o pretexto? A libertinagem, à qual tínhamos a tentação de reduzir o espírito do século, não lhe é estranha. Ela representa uma das experiências possíveis da liberdade; deriva de uma insubmissão a princípios sem a qual, de outro lado, o trabalho sério da reflexão não se teria podido desenvolver. Esse século (pelo menos em seus mais qualificados representantes) desejava ser livre, tanto para buscar a felicidade como para conquistar a verdade. Livre gozo mas também livre exame. Libertinos e libertários". Jean Starobinski. A invenção da liberdade. São Paulo : Editora UNESP, 1994, p. 15. Tais problemas parecem não preocupar Octávio Tarquínio de Sousa, que diz, pensando na Confederação do Equador: "Mas fundado o Império, promulgada a Constituição que à Assembléia para esse fim convocada não permitiram fazer e que o imperador doou, subjugadas as tentativas libertárias provocadas pelo temor da tirania...". Octávio Tarquínio de Sousa. História dos fundadores do império do Brasil: José Bonifácio. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1972, vol. I, p. lxxvi (original não grifado).

¹³ Neste aspecto, o comportamento de João Soares Lisboa assemelha-se ao de alguns panfletaristas da Revolução Francesa, como o escritor pornográfico Restif de La Bretonne, que escrevia, compunha, imprimia e vendia seus próprios escritos. Sobre este personagem, ver Sérgio Paulo Rouanet. O espectador noturno: a Revolução francesa através de Restif de la Bretonne. São Paulo : Cia. das Letras, 1989. Restif de La Bretonne. As noites revolucionárias. São Paulo : Estação Liberdade, 1989.

não sendo o dono da Tipografia Silva Porto, utilizava-a para realizar tarefas públicas: como receber pessoas que lhe pediam para publicar cartas no *Correio*, ou reunir-se com os membros da maçonaria¹⁴.

¹⁴ Apesar de haver ressaltado a importância do grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, as evidências sugerem que João Soares Lisboa não é um membro do grupo de Ledo, tendo havido provavelmente uma aliança em 1822. Ainda que se aceite o argumento de que João Soares Lisboa faz parte do grupo de Ledo, é necessário não perder de vista que há uma radicalização em 1823-1824, que explode na revolução confederada do "norte" do Brasil em 1824 (a Confederação do Equador). E, dessa radicalização, Joaquim Gonçalves Ledo e o seu grupo não participam. Uma das características do radicalismo de João Soares Lisboa e de frei Caneca, assim, seria o de acreditarem naquilo que pensam e dizem, levando suas idéias às últimas consequências.

Anexo I: *Representação do Povo do Rio de Janeiro* publicada no periódico português *Astro da Lusitânia*, em 20 de julho de 1822.

Anno 1822.

Num. 129.

ASTRO DA



LUSITANIA.

*Eu desta vida só fico contente,
Que a minha terra ame, e a minha gente.*
Ferreira.

LISBOA, 20 DE JULHO.

PORTO 15 DE JULHO DE 1822.

Acaba de chegar ao porto d'esta cidade a Galera — Alegria — vinda do „ Rio de Janeiro „, com 49 dias de viagem.

Recebemos por este navio varios papéis daquelle cidade, pelos quaes se sabe, que a Camera do Rio dirigio a S. A. o Principe Real huma Representação para a prompta convocação de Cortes no Brasil.

Vimos esta Representação, a qual por muito extensa, não pôde ser copiada immediatamente. Porém, para darinos huma Minuta do seu conteudo, julgamos sufficiente transcrever o — Pede — como se costuma dizer, e pelo dedo se conhecerá o Gigante.

Os Periodicos que vimos, estão todos recheados de observações „ pró e contra „, este negocio, d'onde se infere, que cada qual reza da festa como lhe vai nella, e que a Camera do Rio de Janeiro está sendo agora o „ Sr. João Alves „, Juiz do Povo de Lisboa!

Iremos pondo as reflexões que mais interesse julgarmos dar aos nossos Leitores, para se fazer huma idéa do espirito contradictorio que reina naquelle agitado paiz.

Por agora, veja-se o tal final da Representação, que não ha de dar pouco motivo para se discorrer curiosamente.

petuo do Brasil, que a bem da prosperidade dos habitantes deste Reino, da salvação, integridade, e grandeza da Monarchia Luzo-Brazileira, da nossa Constitucionalidade, e da de V. A. R.:

Que se convoque já nesta Corte huma Assembléa geral das provincias do Brasil, representadas por hum numero competente de Deputados, que não poderão ser menos de cem, nomeados por novos Eleitores Parochiaes, eleitos pelo Povo, com poderes especiaes para este fim; cujas attribuições sejam — Deliberar em Sessão publica sobre as justas condições, com que o Brasil deve permanecer unido a Portugal — Examinar-se se a Constituição, que se está fazendo nas Cortes Geraes de Lisboa, he no seu todo adaptada ao Brasil: e sobre as Bases alli decretadas, e aqui juradas estabelecer as emendas; reformas e alterações com que a mesma Constituição deve ser recebida, e jurada no Brasil — E porque este não está seguro, e menos pôde prosperar sem hum corpo Legislativo Brasileiro, a mesma Assembleia geral entrará, apenas installada, no exercicio do poder Legislativo, que lhe he essencial, e inseparavel da Soberania do Brasil — A Assembléa geral se installará logo que estiverem reunidas nesta Corte duas terceiras partes dos Deputados das provincias colligadas — A respeito das provincias do Brasil ainda não colligadas, e pelas quaes esperamos, fica em inteiro vigor o Artigo 21 das Bases — A mesma Assembleia tratará de se communicar por escripto com as Cortes de Lisboa, a fim de se manter a união com Portugal, que o Brasil deseja conservar. — A Assembleia marcará, depois que estiver plenamente reunida, o logar onde deve residir a Séde da Soberania Brasileira.

A independencia, Senhor, no sentir dos mais abalisados Politicos, he innata nas Colonias, como a separação das familias o he na humanidade: e a independencia assim modificada he de honra ao Brasil, he de utilidade a Portugal, e he de eterno vinculo para a Monarchia em geral. A Natureza não formou Satéllites maiores que os seus Planetas. A America deve pertencer á America, a Europa á Europa: porque não debalde o Grande Architecto do Universo

[Representação que a S. A. R. o Principe Regente Constitucional, e Defensor perpétuo do Reino do Brasil, dirige o povo do Rio de Janeiro, pelo Senado da Camera desta Corte.]

“Portanto, Senhor, em nome nosso, e do das Provincias colligadas, cuja causa, e sentimentos são os mesmos, pertendemos e requeremos com a maior instancia, e com a mais justa esperanza no titulo que V. A. R. acceitou de Defensor Constitucional e per-

metteo entre ellas o espaço immenso que as separa. O momento para estabelecer-se hum perduravel systema, e ligar todas as partes do nosso grande Todo he este: despreza-lo, he insultar a Divindade, em cujos Decretos elle foi marcado, e por cuja Lei elle appareceo na cadeia do presente. O Brasil no meio de Nações independentes, e que lhe fallão com o exemplo da felicidade, exemplo irresistivel, porque tem por si o brado da Natureza, não pôde conservar-se colonialmente sujeito a huma Nação remota e pequena, sem forças para conquista-lo. As Nações do Universo tem sobre nós, e sobre Ti os olhos: ou cumpre apparecer entre ellas como rebeldes, ou como homens livres e dignos de o ser.

Tu ja conheces os Bens, e os Males, que te esperão, e a tua Posteridade. Queres, ou não queres? — Resolve, Senhor!..

Rio de Janeiro 20 de Maio de 1822.

[Resposta que deo S. A. R.]

„Fico sciente da vontade do Povo do Rio: e tão depressa saiba a das mais privacias, ou pelas Carneiras; ou pelos Procuradores geraes, então immediatamente me conformarei com o voto dos Povos deste Grande, Fertil, e Riquissimo Reino. „

De'mos hontem em Supplemento o que tivemos por mais notavel á vista dos Papeis que obtivemos do Rio de Janeiro: porem ainda depois alcançámos huma Collecção de Gazetas, pelas quaes soubemos o interessante motivo porque na Representação da Camera se dava a S. A. R. o titulo de — Defensor perpetuo do Reino do Brasil. —

Este Documento ainda nos parece mais transcendente do que aquelle da Representação, pois que a palavra, perpetuo, tem seu notavel sentido, bem como a seriedade de se adoptar por proposta da Camera, dizendo-se esta requerida em acto de reunião publica.

Em summa, o caso he, que no dia 13 de Maio, celebrando-se o Anniversario do Nascimento d'El Rei o Senhor D. João VI., no acto de Beija-mão, a Camera se apresentou em Corpo gesto, e segundo a frase da Gazeta que isto relata, fez o seguinte, que damos por proprias palavras.

Acabado este Acto [do Beija-mão] o Illustrissimo Senado da Camera desta Corte, que no dia 9 de Janeiro tinha supplicado ao Senhor Principe Regente, em seu nome e do Povo desta provincia, Houvesse por bem não sahir d'aqui em quanto não levasse á consideração do Soberano Congresso o pouco conhecimento de causa, com que se decretou a sua retirada para Portugal, e a organização heterogenea de cada governo, no que se tinha só em vista dividir o Brasil em Secções, para annihilar a sua existencia Politica, na qualidade de Reino, reconhecida pelas potencias da Europa, que mantinhão relações Diplomaticas com

a nossa Corte; requereo de novo ao mesmo Senhor Principe Regente, Se Dignasse de acceitar deste Povo e Tropa, o Titulo com que o proclamáram de Protector e Defensor perpetuo deste Reino do Brasil; pelo qual elles esperavão, que já mais os desamparas-se, fosse qual fosse a sorte deste Reino.

O Augusto Principe Regente Houve por bem acceitar o Titulo que se lhe offereceo, de que se lavrou Termo no livro delles, que foi assignado pelo mesmo Senhor, e pelo Senado e mais pessoas que se achavão presentes.

[Termo de Vereação de que acima se faz menção.]

Aos treze dias do mez de Maio do anno de 1822, nesta Cidade do Rio de Janeiro, e Paço de Sua Alteza Real, aonde o Senado da Camera desta Cidade veio a requerimento do Povo da mesma, e Tropa da primeira, e segunda linha, que se achavão reunidos no largo do Paço: pelo Povo, e Tropa sobredita, foi representado ao mesmo Senado da Camera, que tinham acabado de acclamar a Sua Alteza Real o Principe Regente, Protector e Defensor perpetuo, e Constitucional do Reino do Brasil, e que requerião que o Senado em nome do Povo desta Cidade, ratificasse a sobredita acclamação, e de tudo para constar mandasse lavrar as Actas necessarias. E sendo apresentada a Sua Alteza Real a expressada representação do Povo, e Tropa pelo Senado da Camera, houve o Mesmo Senhor por bem Declarar — Que acceitava, e continuaria a desempenhar como até aqui o Titulo, que o Povo, e Tropa desta Corte lhe conferião. E logo sendo esta declaração de Sua Alteza Real publicada de huma das varandas do Paço, pelo Juiz de Fôra Presidente do Senado da Camera, foi a mesma applaudida pelo Povo, e Tropa, que estavam presentes com os seguintes Vivas, que o sobredito Presidente do Senado da Camera levantou pela ordem seguinte — Viva El Rei Constitucional — Viva o Principe Regente, Protector, e Defensor perpetuo, e Constitucional do Brasil — Viva a Constituição — Vivão as Cortes. — E de tudo para constar se mandou lavrar este Termo em que assignou Sua Alteza Real, o Senado da Camera, Povo, e Tropa, que estavam presentes. E eu José Martins Rocha, Escrivão do Senado da Camera que o escrevi.

PRINCIPE REGENTE CONSTITUCIONAL, E PERPETUO DEFENSOR DO BRASIL. „

„ José Clemente Pereira — João Soares de Bulhões — Domingos Vianna Grugel do Amaral — José Antonio dos Santos Xavier. „ (Seguem-se mais Assignaturas.)

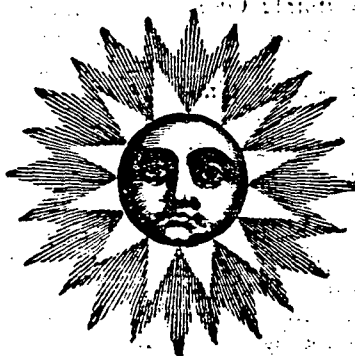
Ora agora; combinado este procedimento do Titulo, com o da Representação, fica-se hum pouco desempoeirado sobre o caminho que vão levando as cousas do Rio de Janeiro. C. B.

Os nossos Excellentissimos Secretarios continuão a brincar com os seus mininos, e nisso fazem elles muito bem; porque não vemos que alguém se lembre de os chamar a juizo pelas suas demasias: entretanto,

Anno 1822.

Num. 145.

ASTRO DA



LUSITANIA.

*Eu desta vida só fico contente,
Que a minha terra ame, e a minha gente.*
Ferreira.

LISBOA, 9 DE AGOSTO.

RECLAMAÇÃO DO BRASIL
PARTE XIV.

Tu já conheces os bens e os males, que te esperão e a tua posteridade... Queres? ou não queres? — Resolve, Senhor! "Hoc est urgere modestiam senatus; eandem vim ad me transmittere. — Tacitus.

Isto he visão, ou lição? Assim a cabala anti-Brasílica (*mutatis mutandis*) se exalta à tripeça de Apolo, exerce dictadura, e dá a lei, em ar de proposta, ou capitulação em campo de Marte.

Fluminenses atilados, que tendes bom olho, e melhor entendimento! Armai-vos de Telescopio Politico, e vede o reaparecido Cometa, que faz perplexos os Regedores das Nações, e sacode miseria e guerra aos povos credulos e turbulentos. Eramos até agora fortes e superiores com a nossa boa fé e lealdade. Os imprudentes, ou malinos, querem fazer-nos fracos e inferiores com o perjurio e attentado contra a união nacional.

Para que se antecipão as epocas contra a razão, e ordem natural das cousas? Tendo a justiça da nossa parte, queremos pô-la da parte dos nossos emullos, inimigos, e irmãos insidiosos, dando-lhes no Tribunal da Sociedade Civil o ganho de sua má causa? Não se declara no parecer da Comissão, das Cortes, que, salvo o principio da união, — tudo se ha de conceder ao Brasil na sua Administração interna?

Pela mesma razão que, por dever patriótico, tenho feito a Reclamação dos Direitos do Brasil contra os Decretos do Congresso, e pareceres de seus Commissarios, sobre os objectos de reconhecido agravo publico, na esperança de que se dee por aquella suprema autoridade completo desagravo, estando melhor informada das circumstancias deste Reino, sendo legitimo esse recurso pelas Bases da Constituição; assim desânoro, claino, e protesto, contra o, Projecto, anti-constitucional e incendiario, de seducção popular, e de tremenda responsabilidade, annuciado no — Correio — e ora corrente pelo prelo, com o titulo de, Representação a S. A. R., por via do Senado da Camera. Vi hum exemplar cheio de assignaturas sollicitadas por varios officiosos correctores, com expediente extraordinario, e sem exemplo em, Requerimentos, com, Nós abaixo, que sempre se usarão em manuscritos, e não em impressos; o que,

Vol. 2.

pela novidade, preoccupa os animos, e occasiona surpresas das pessoas descauteladas, e inexpertas de manobras machiavelicas, ou effervescencias enthusias-ticas, dos que não calculão as consequencias de suas temeridades visionarias.

A Representação datada de 20 do corrente mez de Maio, se destina já a convocar huma, Assembléa, das provincias, de não menos de, cem Deputados, para nova Legislação do Brasil, com absurda e monstruosa independência, e ao mesmo tempo affectada, correspondencia, com as Cortes de Portugal. O plano he o mais anormal, cerebrino, e extravagante, que se podia imaginar nas actuaes circumstancias; bastando para ser rejeitado, è execrado, o apregoar-se a, Soberania do Brasil, em contraposição a, Soberania Nacional.

Este plano he contradictorio ao legal procedimento, Petição, do povo desta Capital no dia 9 de Janeiro, e antilogo ao Decreto do Senhor Principe Regente, de 16 de Fevereiro, para a Eleição dos Procuradores Geraes; sendo, a todas as fizes, hum Projecto de encontro frustratorio desta saudavel providencia, a qual aliás não obstão as Bases da Constituição, e que tem fundamento na Ordenação do Liv. 1. Tit. 66, que permite virem a Corte os Procuradores das Cidades, enviados pelas Cameras, com licença d'El-Rei; visto que S. A. R. de Seu Logar Tenente, e taes Procuradores tem só o restricto emprego de informar e dar seu parecer sobre o que he for pelo Ministerio incumbido, ao innocente fim de se obviarem os inconvenientes praticos, que nos districtos respectivos hajão na execução das Leis e Ordens das Cortes de Portugal.

Ainda que o Brasil esteja com sobeja razão res-sentido de varias leis e ordens, que tem sido os objectos de queixumes dos povos de cinco provincias, os quaes tem pelas respectivas Cameras declarado seus leaes sentimentos; com tudo, não tendo ainda sobrevido decisão do Supremo Congresso, mas esperando-se favoravel cada dia a respeito da sobredita, Petição, que subio ás mãos d'El-Rei pelas do Senhor Principe Regente, nada poderá justificar a, Representação, a que se precipitarão os seus arbitristas.

Onde está o nosso juramento às Bases da Constituição? Que idea formamos do caracter do Augusto Representante da Real Magestade? Onde está o acatamento devido á sua Delegação e Pessoa? Onde o

credito prestado ao Ministerio desta Capital? Onde o respeito devido ao juizo das Potencias e da sociedade civil? Onde o zelo da nossa propria reputação?

Assim se muda cada mez ou semana, de opiniões e resoluções, como de modas, e em materia tão momentosa de alteração de Governo? Assim tacitamente se revogão os poderes dados aos nossos Deputados das Cortes? Quem, tendo honra, querera ser mais nosso Mandatario? Se desconfiamos de todos, ninguém terá confiança em nós. Nenhum estrangeiro, e menos governo regular, nos dará a menor particula de credito; antes nos terá por gente versatil, e rebellada, e aos auctores da representação, tão inopinada e prepostera, por perturbadores publicos, que tentão e maquinão a perdição do Brasil, inflammando paixões de ambiciosos, e aspirantes sem titulo ás honras do Estado, a abrigo de eleições de differente methodo e escriptinio.

Queremos passar por „ Nova Macamboáda „, e ver reproduzida a horrida scena de 21 de Abril do anno preterito, em que os Eleitores, que tinham a confiança do povo da Capitania, forão encurralados em peor que curro de touros, e onde, começando o acto por „ Alleluia „, findou em „ Requiem! „

Se em breve chegar de Lisboa a noticia, de que o Supremo Congresso reconhecerá a nossa justiça, e nos dá plena satisfação, como poderão olhar para si sem horror os fautores e impulsores da Representação? Pelo senso da deshonra e ignominia não bradarão — escondei-nos, sepultai-nos, montanhas circumvizinhas?

Ainda não vindo decisão, que preencha as nossas expectações, restão-nos expedientes legitimos e conciliatorios, e cumpre-nos exaurir todos os suaves e honestos recursos, para nos congraçar com os nossos pais, irmãos, e parentes. Não ha em Portugal tantos varões insignes, e os „ homens bons „ do nosso antigo e nobre character portuguez? O celebrado Orador e Consul de Roma foi louvado no Senado, porque nunca „ desesperára da fortuna da Patria „, Aceitemos as „ luzes „, de Portugal; só repellamos as suas „ cruzes „. As difficeis materias de Governo se estão lá discutindo; sejamos doces, sem ser servis.

Não nos façamos illusões, compatriotas! Se cahirdes em fazer passo „ falso „, ninguém daqui em diante se chame a ignorancia, e diga, quando sobrevier a calamidade — não cuidei.

A requerida „ Assembléa „, he mera farsa e parodia da que perdeu a França e a Europa, principiando pelo ajuntamento dos „ Notaveis „, e acabando por Governo despotico Militar do tyranno Corso, depois de passar o Corpo Legislativo por tantas „ horrendas „, phases de — Assembléa Nacional — Constituinte — Legislativa — Convenção — Concelhos — Senados Conservadores etc. etc.

A Deos não praza, que huma Corporação tão respeitavel, como a do Senado da Camera desta Cidade, siga os vestigios da municipalidade de Paris, que foi causa de tantas catastrofes!

Pertende o Rio de Janeiro, que as mais provincias do Norte do Brasil, tão esquivas, scismaticas, apostatas, desgredadas, a accussem de arrogada supremacia, como nós querellamos de Lisboa e do Supremo Congresso?

A que proposito se faz huma congerie de queixas sobre os antigos aggravos da Metropole? He injustiça que brada aos céos, fazer linhagem dos crimes dos avoengos, para os encapar só ás Cortes, que supposto nos tenham ja muito offendido, talvez alem

dos limites da indulgencia, todavia ainda não declararão que presistão nos seus erros politicos, e que teo o privilegio da infallibilidade; de facto, ainda não d rogarão o nosso liberal systema concedido por ElRe e ainda menos as vantagens que nos estão seguras pelo Tractado do Commercio com a Graa Bretanha.

Em quanto se não mostrar Portugal surdo, inexoravel, e inimigo dos nossos inauferiveis Direitos interesses; he de equidade que o filho dec descont ao pai pelos inveterados prejuizos e ascendentes metropolitanos que se veem em todos os Estados que fundarão colonias, até em Inglaterra; e tanto mais que he notorio o influxo que nisto tem tido o corpo do Commercio.

Pode-se fazer conjectura das pertençaes dos projectistas, só pela proposta de determinar a assemblea o logar do centro do Governo. Pelo dado se conhece o gigante. Lamentamos a remoção da Corte para Lisboa; e ora veremos a Autocracia dos „ Cem „ da Sede da Regencia, e da pessoa de S. A. R. segundo as suas phantazias! Onde se acharia tão magnifico porto, flanqueado de igual magestoso Promontorio e Archipelago, objecto da descripção de tanto viajantes Europeos. extasiados com tão sublimes scenas, dizendo, já depois da paz geral, o Escripitor que tocou o Rio de Janeiro na viagem do Lord Amherst em Embaixada à China, que, tendo visto tantos portos até o mar amarello, nunca vira „ cousa tão celestial „, como este Emporio. Petersburgo não centra na Russia. As distancias se aproximarão por estradas, canaes, pontes, correios. Tudo tem seu tempo.

Seria absurdo, que o Brasil tivesse Capital e Corte certaneja, devendo aspirar a ser hum poderoso Estado maritimo, e concentrar aquelle Emporio, pelo seu natural posto, e transito, as vantagens de Alexandria, Veneza, Amsterdão, Londres. Bem dizia o nosso Luso-Brasilico — Vieira — os que aspirão ao Imperio do mar, deve-lhes a pancada da maré bater ás portas do Paço.

Assim se fazem e desfazem Estabelecimentos? Com palavras se formão Cidades Capitais? Pertende-se, à „ franceza „, igual cousa e designaes? Quando se trata de formar Nova Constituição e Legislação, principia-se por „ Deslocação? „ Emprehe-mos erigir castellos no ar, e virificar o dito do Lyrico de Augusto „ aerias tentasse domos? „ Começamos por onde acabarão os Estados Unidos, que fundarão a Cidade de Whashington para a Sede do Congresso, em honra desse General, fundador da sua Constituição, só depois de annos tranquilllos, seguintes ao reconhecimento de sua independencia pelas Potencias da Europa!

Assim se abusa dos termos, — Soberano, e Povo!

O „ Soberano „, he como o „ Polypo „, que, cortado em pedacos, cada hum depois se move por si, e constitue novo Polypo?

O „ Povo „, mal guiado he o Dragão Beocio que só Hercules supplanta? Cada „ Mangote „, da população se diz o „ Povo Soberano „, da villa e Cidade! O „ Conciliabulo secreto „, he o que se declara Povo, e diz sou — Dictador — Está em mim o voto commum, e a vontade geral. Isto soffre-se? E haverá tão cego, que não veja à que se dirige o apregoado „ Mystério de Iniquidade „, Confio no Genio Tutor do Brasil, e na Honra Nacional, que a fiel e briosa Tropa Luso-Brasilica não hade aberrar huma linha da nossa jurada Constituição.

„A lisonja corrompe a quem a faz e a quem recebe; e a adulação dos povos não lhes he de melhor serviço que a dos Reis.” Burk — Refl. Rev. Fra.

„Sou homem liso, e não posso ver com serenos olhos procedimentos mui refinados e engenhosos dos que se considerão superiormente illuminados, e que tomão, de motu proprio, os ares e maneiras dos estratagemas politicos. Lisongo-me de amar [ao menos com igual zelo que os outros,] a varonil, moral, e bem regulada liberdade civil. Tenho dado disso provas em minha conducta publica: mas não sou dos mais adiantados em dar louvor a qualquer cousa relativa às acções humanas, e negócios politicos, unicamente pela superficial vista do objecto, espoliado de todas as mais relações da Sociedade, e na nudez, e solidão das abstracções metaphisicas.”

„A „liberdade,, quando os homens operão em corpo, vem a ser „poder,,. Toda a gente de consideração pois deve, antes de se declarar em applausos, observar o uso que taes homens fazem deste „poder,, e particularmente de huma cousa tão perigosa como he de „novo poder,, em „novas pessoas,, e obrando por „novos principios,, e quando aliás não tem ainda dado provas de seus temperamentos, e disposições, com pouca ou nenhuma experiencia dos negocios das Nações, e quando se achão em situações e scenas, em que talvez os actores não são os seus mo-
tores.”

„Na Assembleia Nacional da França, ainda que houvessem algumas pessoas de alto nome e de brilhantes talentos, não se achou huma só que tivesse assaz experiencia pratica de negocios de Estado. Os melhores Vogaes apenas erão homens de theoria. Em taes corporações, os cabeças que dirigem os collegas, são também guiados em seu turno por estes. Por mais altos que sejam os seus conhecimentos, he forçoso que conformem as suas propostas ao gosto, talento, e procedimento daquelles a quem dirigem: e por tanto, se a companhia he composta viciosa ou fracamente em grande parte da mesma, só hum supremo grão de virtude, que raras vezes apparece no mundo [e por essa razão não pôde entrar em calculo] he capaz de fazer, que os homens de genio, espalhados na geral massa, deixem de ser os instrumentos dos mais absurdos projectos. Se porém [o que he mais natural] em vez de terem hum grão de virtude além do ordinario, forem agitados de sinistra ambição, e lascivo desejo de gloria meretricia, então a parte fraca de tal corporação vem por fim a ser o instrumento de seus designios. Neste trafico politico, os cabeças serão tão obrigados a curvar-se à ignorancia dos seus sequazes, como estes a servirem aos piores designios e projectos de seus directores.”

„Para segurar pois algum grão de sobriedade nas propostas feitas pelos que tomão o ascendente nas deliberações de Assembleia publica, he necessario que respeitem, e que em algum grão temão, a quem encaminhão, e dão impulso nas obras. Ora nenhuma cousa pôde segurar hum firme e moderado procedimento em taes Assembleas, se não o ser o seu corpo respeitavelmente composto de muitas pessoas, que em condição de vida, permanente propriedade, e nobresa de educação, tenham adquirido habitos que alarguem e liberalizem o entendimento.”

„Não sou inimigo de reformas. Quasi em todas as deliberações em que fui Vogal no Parlamento, desde o primeiro dia em que nelle tive assento, o meu principal negocio foi „justa reforma;”, empenhando-me em corrigir abusos vellos, ou resistir a novos. Mas, em minha opinião, „reformatar, não he fazer em pe-

daços a architectura do Estado:”, não não só previne toda a real e precisa reforma, mas até introduz males, de que depois em vão se pôde achar emenda e reforma alguma.

Tenho muito a dizer: reservo para outra folha a analyse da manhosa Representação; porque não cabe no tempo; e he urgente reter o erethismo revolucionario. Abaixo a CABALA ANTI-BRASILICA, que insurge com sua nova caricatura.

Enchamo-nos de razão em tudo e por tudo. — UNIAO E TRANQUILLIDADE. —

— Brasil. —

Concluo com o franco desafio do nosso classico Freire de Andrade “Eu por ora me desvio do caminho trilhado: quem tiver que dizer, não me perdoe: nem será necessario encommendallo.”

23 de Março de 1822.

Fiel à Nação.

(He de José da Silva Lisboa.)

Extracto da Sessão do dia 8 de Agosto de 1822.

Aberta a Sessão, leu-se, e approvou-se a Acta da antecedente. Mandou-se lançar na mesma, a declaração do voto particular do Sr. Ferreira da Costa, e que foi assignada pelos Srs. Deputados B. Feio, e Castello Branco Manoel, em que expõem que na Sessão d'hontem votarão sempre contra a existencia d'huma só delegação do Poder Executivo no Reino do Brazil.

O Sr. Felgueiras deu conta do expediente: passou à Comissão de Fazenda hum Officio do Ministro dos Negocios do Reino com o orçamento da receita e despesa da Universidade de Coimbra, temetido em data de 3 do corrente pelo Bispo Eleito, Reitor Reformador: à de Constituição com urgencia hum Officio do mesmo Ministro com huma representação do Senado desta cidade, expondo as duvidas que se lhe offerecem, para proceder à eleição dos Membros, de que a Camera desta cidade deve ser composta.

O 3. Officio era do Ministro da Justiça, e vinha acompanhado da resposta, que o Bispo de Viseu dà aos quesitos, que lhe foram mandados, e passou à Ecclesiastica de reforma.

O Ministro da Fazenda, em cumprimento da ordem do Congresso de 25 de Abril do presente anno, remette a informação do Administrador da Alfandega das sete casas sobre o requerimento de varios Lavradores, que fornecem de palhas esta Capital, e que pedem ser aliviados das sizas: foi à Comissão respectiva.

Mencionou 2 Officios do Ministro da Guerra: o 1., representando que não sendo da competência do Governo Executivo decidir sobre certos abonos mandados fazer pela Junta Provisoria do Governo da ilha de S. Thome, e Principe, aos Milicianos, que nesta fazem o serviço de 1. linha; pede sejam removidos estes obstaculos: foi à Comissão de Fazenda! 2. enviando-lhe na frente da Ordem das Cortes de 2 do corrente a informação do Intendente dos Armazens de Guiné, India, e Armadas, sobre o estado do pagamento feito aos Officiaes Marinheiros, empregados nos navios desarmados: mandou-se à Comissão de Marinha.

O mesmo Ministro servindo interinamente na

Anexo III: Discurso de Cipriano Barata na sessão das Cortes de Lisboa de 13 de agosto de 1822.

O Sr. Barata tendo pedido a palavra, disse: -- Sr. PRESIDENTE, esta é a ocasião oportuna de eu lembrar ao soberano Congresso aquilo que em 19 de dezembro do ano passado nos prometeu isto é, a formação do ato adicional, no qual se devem acrescentar artigos, mudando, modificando, ou diminuindo os existentes, e ajuntando outros segundo as requisições dos Deputados do Brasil pois é sem questão que só estes podem ter os respectivos conhecimentos de suas províncias, e votos sobre os negócios peculiares daquele reino. Ontem nos artigos que se corrigirão observei coisas que só podem passar, e ser admitidas em Portugal. Eu sei que a matéria está sancionada, e é boa mas em verdade me parece que ela é própria para a Europa, que é país velho e não para o Brasil, que é novo e por isso deve ter Constituição que seja vantajosa às suas circunstâncias, quero dizer, própria para promover a sua prosperidade. Eu notei que algumas expressões eram contrárias aos meus princípios de direito, ou talvez embaraçadas com alguma transposição de palavras, que confundem minhas idéias. Pareceu-me que em alguns lugares estavam confundidos os direitos naturais com os civis, ou políticos porque no 5.º artigo se lê A CASA DO CIDADÃO PORTUGUÊS; quando para o Brasil eu desejo que se diga nos artigos adicionais: À CASA DE TODO O INDIVÍDUO. E a razão é porque, tendo aquele país de ser povoado de muitos estrangeiros, devem estes ter em suas casas igualmente asilos respeitados como qualquer Português: este direito de asilo, é natural, pertence a todos: é verdade que um Francês ou Inglês não pode votar nem ocupar cargos públicos, porque estes direitos são políticos; mas suas casas devem ser asilo como de direito natural e civil: ora se o estrangeiro está sujeito às leis

civis do pais, com igual razão deve participar daquilo que emana das leis da natureza, e civis. Além disto eu quero nos artigos adicionais se especifiquem os casos noturnos, isto é, que de noite se não devesse a casa de qualquer indivíduo, salvo nos casos de incêndio, e inundação, ou quando seu dono pedir socorro; e que nunca se possa entrar mesmo de dia sem que o ministro na ordem escrita declare a pessoa, e as coisas que se procuram: no Brasil é necessário mais clareza, porque ali se tornar mais fácil a infração das leis pelas distancias do poder executivo, e mais fracos meios de se fazer efetiva a responsabilidade dos magistrados, e mais oficiais de justiça. Também tenho notado que se fala muito neste artigo, na palavra PORTUGUÊS, em vez da palavra INDIVÍDUO. Esta palavra PORTUGUÊS, Sr. PRESIDENTE, no Brasil é muito equivocada, e pode fazer mal: nos artigos adicionais havemos de mudá-la para a palavra INDIVÍDUO por exemplo no artigo 7. onde se diz que todo o português pode manifestar livremente suas opiniões, devemos no Brasil dizer TODO O INDIVÍDUO, etc., porque nós queremos que os franceses, Ingleses, e todos os estrangeiros possam ali publicar suas opiniões, assim como os Portugueses.

O mesmo reparo faço no art. 16 e 17 --a, e --b: no Brasil é preciso aumentar a população facilitando a emigração para aliados estrangeiros, é necessário generalizar mais esta importante medida. Isto não é dizer que censuro os artigos já vencidos; porque eu venero a santidade destas decisões: somente quero advertir as mudanças que desejo nos artigos adicionais, para depois não causar novidade; especialmente porque quero servir-me do que digo para explicação e inteligência do capitulo 2º., que está em questão. Tudo isto quis eu requer ontem, mas calei-me, deixando o negocio para quando se tratasse dos

referidos artigos adicionais; todavia depois que saí do Congresso julguei imprudência minha, e arrependi-me porque refleti, que tendo os brasileiros já apresentado certos artigos adicionais (que haviam de ser parte dos futuros), o soberano Congresso os não admitiu; e só quis que os artigos fossem feitos sobre bases suas; de sorte que as bases e os artigos que os Brasileiros julgarão justas, e só capazes de fazer a felicidade do Brasil, foram refeitas *IN LIMINE*, levando os nossos negócios o mais cruel golpe, e um andamento divergente dos nossos projetos: por isso temendo um semelhante sucesso, resolvi-me a fazer estas declarações agora, para não serem estranhadas quando for preciso tocar nelas.

E tornando para a minha reflexão sobre a palavra PORTUGUÊS, digo que ontem também foi sancionado o artigo 1º. do tít. 2º.: eu respeito as decisões das Cortes, mas também reparo na palavra PORTUGUÊS. Esta palavras, Sr. PRESIDENTE, pode mover grande ciúme nos povos do Brasil, e causar dano: eu já advirto que nos artigos adicionais há de declarar-se do modo seguinte: DE TODOS OS PORTUGUESES DE TODOS /139/ AS CASTAS DE AMBOS OS HEMISFÉRIOS. Não pense o soberano Congresso que isto é indiferente: no Brasil temos Portugueses brancos europeus, e Portugueses brancos brasileiros: temos MULATOS, que são os filhos de todos aqueles Portugueses com as mulheres pretas, ou estas sejam crioulas do país ou sejam da costa da Mina, Angola, etc.: temos também mulatos, filhos da combinação dos mesmos MULATOS: e temos CABRAS, que são os filhos dos MULATOS com as pretas: temos CABOCLAS ou Índios naturais do país: temos as misturas destes, isto é, os MAMELUCOS, que são o produto dos brancos misturados com os referidos CABOCLOS: e temos os MESTIÇOS, que são a prole dos Índios combinados com a gente preta. Além disto temos também PRETOS CRIoulos, que

são os nascidos no país; e finalmente temos os NEGROS da costa da Minha, Angola, etc.

A falta de cuidado nestes artigos pode fazer grande mal; porque toda a gente de cor no Brasil clamaria que lhe queriam tirar os direitos de cidadão, e de voto é por isso que eu digo que a palavra português, no Brasil é equivocada; concluo pois que se deve tirar toda a duvida nos artigos adicionais, ou mesmo aqui; porque todos aqueles habitantes do reino do Brasil seguem a mesma religião, falam a mesma língua obedecem ao mesmo Rei, abraçam e defendem a mesma Constituição livre. Eu bem vejo no capitulo 3º. acrescentar-se ao artigo 33 um parágrafo que diz, que os libertos e seus filhos não são excluídos de votar: também reconheço que no artigo 38, no fim, se fala do ato adicional, mas apesar disso não estou satisfeito, e quero fazer as minhas observações, e reclamações sobre o artigo 21 que agora entra em questão, e vai ser sancionado: diz ele, que são cidadãos os filhos de pai português nascidos no Reino Unido: o artigo, Sr. PRESIDENTE, parece recair sobre os filhos legítimos, e não abrange a todos segundo as qualidades das castas que eu já mencionei, e o meu escrúpulo se aumenta quando na divisão segunda se fala nos filhos ilegítimos de pais portugueses nascidos no Reino Unido; parece-me que os filhos portugueses de todas as castas, com a gente preta da costa da Mina que não é território português, ficam perdendo o precioso direito de cidadão, com o qual se perde o direito de votar, e outras muitas vantagens, e o mesmo digo dos crioulos filhos dos pretos da costa da Mina, e dos filhos dos índios, e mulatos, e cabras com a dita gente. Desde agora declaro que para o Brasil é melhor dividir os cidadãos em ativos, e passivos, segundo o abade SIEYES, e outros publicistas, porque isto é mais a bem dos negócios brasileiros.

Os MULATOS, Sr. PRESIDENTE, CABRAS, e CRIoulos; os ÍNDIOS, MAMELUCOS, e MESTIÇOS, são gentes todas nossas, são portugueses, e cidadãos muito honrados, e valorosos: eles em todo o tempo provarão quanto peso tem aquele país, fazendo a defesa dele, e concorrendo para seu engrandecimento, já na agricultura, já no comercio, e artes. Nós temos visto grandes heróis em todas aquelas raças: pondo de parte tudo quando fizeram para livrar as províncias dos assaltos de muitos indignos senhores do país nossos adversários, só lembro o que obrarão na expulsão dos Holandeses. Se FERNANDES VIEIRA era português ilhéu, e outros eram Portugueses europeus e brasileiros, os de mais não fizeram menos. TABIRA, chefe dos índios auxiliares de Pernambuco, ao romper da batalha recebeu no olho uma flecha farpada; ele arranca a flecha com o bulbo do olho na ponta, e voltado para os seus soldados, diz "TABIRA não precisa de dois olhos para vencer os inimigos, basta-lhe um só" e acometendo, desbaratou tudo.

DOM FILIPPE CAMARÃO, chefe de outra tribo de índios, mandou em muitas daquelas batalhas, trazendo a seu lado nos combates sua mulher, a heroína D. CLARA, que montada a cavalo, e com a espada na mão nunca cedeu em valor e prudência, e proezas aos capitães de todas aquelas guerras; e até em os nossos dias vimos o caboclo JOAQUIM EUSEBIO DE SANTA ANNA capitão-mor da vila de Abrantes, ser dos primeiros que obrarão na revolução constitucional na Bahia, em o dia 10 de fevereiro do ano passado, ostentando o mais desmarcado valor, e oferecendo a vida pela salvação da pátria. O preto HENRIQUES DIAS para escalar a fortaleza das 5 pontas em Pernambuco, lança-lhe dentro a bengala, e diz aos seus soldados pretos: "é preciso ir buscar a bengala de seu capitão, que está entre os inimigos" e os pretos em um instante escalam a fortaleza. Este mesmo herói DIAS,

despedaçando-lhe uma bala a mão esquerda, corre ao cirurgião, manda que lhe corte, e que lhe aperte as ataduras; e empunhando a espada diz "para defender meu Deus, meu Rei, minha Pátria, basta-me uma só mão" no mesmo momento corre para o campo da batalha e peleja até vencer. O governador da Bahia mandou, a título de desertores, muitas companhias de soldados pretos para desbastarem o que era dos Holandeses em Pernambuco; estas, dispersadas em guerrilhas, fizeram bravuras contra os inimigos. Ora em todos os conflitos, vitórias sempre se acharão os briosos valentíssimos mulatos, cabras, mamelucos, e mestiços, e concorrerão com os demais para a salvação do país, mesmo quando estava desamparado da nação portuguesa, e d'ElRei D. JOÃO IV que mandava entregar aquela província de Pernambuco aos Holandeses inimigos. Pergunto eu: foram os Portugueses, e os brancos só que fizeram façanhas, e salvarão a pátria? Não por certo; foram todos juntos. Não foram eles que unidos, também libertarão a Bahia, e Rio de Janeiro, Maranhão, etc.? foram sem duvida alguma. Logo é evidente que se deve excluir a palavra PORTUGUÊS, em coisas do Brasil; e por INDIVÍDUO; é por isso que nos artigos adicionais se deve dizer assim: SÃO CIDADÃOS PORTUGUESES, TODOS OS FILHOS DE PORTUGUESES, OU DE BRASILEIROS, AINDA QUE ILEGÍTIMOS, DE QUALQUER COR OU QUALIDADE, NASCIDOS NO REINO DO BRASIL E MESMO TODOS OS CRIoulos, E OS LIBERTOS..

Pergunto qual será mais estimável cidadão, o mulato ou preto bem educado, e bem conduzido, sabendo ler, escrever, sabendo latim, francês, inglês, filosofia, etc.; ou um português branco ignorante, e de mau comportamento? Creio que será o mulato ou preto. Quem merecerá mais atenção na sociedade? Um mulato ou um negro honrado que professa uma arte, ou ofício útil, que possui propriedades urbanas ou rústicas, ou o europeu branco, peralvilho,

bêbado, e sem vergonha; ou algum miserável da ralé de cor alva? Creio que ninguém deixará de preferir o mulato ou o negro, ou qualquer que seja a variação de cor. Por consequência é necessário compreender a todos no Brasil como cidadãos. Eu desejo que o soberano Congresso fique na inteligência de que no ato adicional se devem fazer muitas adições, ou diminuições saudáveis ao reino do Brasil, e por isso úteis à nação, o contrario há de descontentar, e excitar aqueles povos a desobediência, e a revolta, sem que depois se possam aplicar eficazes remédios.

Estes e outros são os motivos, porque falando com profundo respeito, o Congresso não se deveria ter intrometido com os artigos adicionais, e nem deve desaprovar aquilo que requererem ou fizerem as deputações brasileiras pois que são os brasilianos unicamente que sabem do espírito particular e publico daqueles povos, de seus desejos, suas inclinações, sua defesa, sua tendência, seus costumes, sua política, etc. Por tanto desde já requeiro que nas discussões de que se trata, haja atenção a tudo quanto for aplicável ao reino do Brasil, ficando salvas as convenientes reformas impreteríveis do ato adicional e de nenhum efeito todo e qualquer artigo ou artigos que se opuserem aos direitos, e a prosperidade daquele hemisfério.

Fonte: Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional, 1821-3, tomo 7, p. 138-139.

Anexo IV: Número 5 do jornal *O Argos Pernambucano*, de José da Natividade Saldanha, Recife, 22 de julho de 1824. O redator ataca a noção de voto censitário.

Preço 80 R.

NUMERO 5

O ARGOS PERNAMBUCANO.

*Deves reputar as eleições feitas ao Leão,
como principio de uma feliz reforma.*
MARRY DIRECT. E. DEVER. DO CIRCO. CART. 4 p. 109.

QUINTA FEIRA 22 DE JULHO DE 1824.

COMO não convém faltar á palavra, que demos ao Publico de analizar o Projeto de Constituição oferecido por S. M. L. e C., continuemos com o noso trabalho, e praza ao Ceo, que o estado melindroso de nossa saúde não nos obrigue a dar de mão a cle, e a colher as velas á nossa pena.

Examinando os §§ 4, e 5 do Artigo 92, e os Artigos 93, 94, e 95, alcançamos segundo o noso fraco entender duas couzas: 1.º que é preciso ter certa soma de rendimento liquido annual para poder ser eleito Deputado: 2.º que á contradição na doutrina destes Artigos. Temos por tanto uma importante questão para examinar, a qual consiste em saber: se na eleição dos Deputados se deve atender a seus bens, ou somente as suas virtudes, e talentos, e cuja questão se pode reduzir a duas ipotezes: 1.ª quando concorrer um omem que só tenha talentos, e virtudes, com outro, que tenha somente bens: 2.ª quando concorrerem dois omens dotados de iguaes talentos, e virtudes; porem um com bens, e outro sem eles.

A primeira destas ipotezes tem dado materia a largas disputas, e debates, e foi dignamente tratada nas Cortes Portuguezas de 1821. Bem quizeramos oferecer aqui a nossos Leitores alguns extratos do que então se disse: porem não temos o Diário das Cortes de Portugal, e até mesmo um exemplar, que tuhamos da sua liberal Constituição, ignoramos qual dos nossos amigos no-la levou, e não nos tem até agora restituído. Nós presentemente não temos a mão varios liyros de que pudemos fazer uzo, e ainda tendo-os as nossas diarias tarefas não permitirão lê-los de

novo, e medya-los outra vez. Nesta nosa analize somente nos servimos dos principios, inda que mui poucos, que entregamos em outro tempo a memoria, e por ese motivo rogamos de novo aos nossos Leitores, que se descobrirem falsidade em algumas das novas doutrinas, benignamente nos advirtão, afim de que conheçamos a verdade unico partido, que seguimos.

Varias tem sido as opiniões sobre esta materia, querendo uns, que se prefirão as virtudes, e os talentos, e querendo outros que sejam as riquezas preferidas. Sempre nos lembra, quando tratamos desta questão, o dito de Cicero: Não tem apparecido absurdo, que não tenha sido defendido por algum Filozofó = Como porem seria longa dissertação o referir-mos todas ás razões, e argumentos, que se tem produzido d' uma, e d' outra parte, o que retardaria ainda mais a nosa analize, apontaremos somente um outro argumento dos que até agora tem apresentado os que seguem uma, ou outra opinião.

Aqueles que dizem, que somente as pessoas, que tem bens, devem gozar do direito de eleição ativo, e passivo alegão entre muitas outras razões, que o interesse é a móla real dos omens, e por isto aquele, que nada possui, será mais facil de corromper-se do que a pessoa, que tiver por sua industria, commercio, ou emprego um rendimento liquido annual para sua sustentação. Alem disto o omem, que não tem bens em qualquer Estado bem pouco se interessará na sua felicidade, e na segurança de uma propriedade que não tem. Finalmente, dizem eles, que o omem, que não tem certo rendimento annual ou pertence a classes dos vadios, e ociosos

ou é tão inepto, e imoral, que nenhuma contemplação tem merecido a sua Patria, e n'um e n'outro caso não deve eleger, nem ser eleito.

Os que seguem a opinião contraria produzem em varias razoes. Nós referiremos somente as que servem de resposta a os argumentos antecedentes ampliando, e augmentando algumas razoes nosas por que estamos alistados debaixo das mesmas bandeiras. Quanto ao primeiro argumento respondem, que é verdade que o interesse é a moeda real do homem, porem á interesses nobres, e á interesses vis, e infames. Quando Wasingthon se sacrificava defendendo a liberdade, e independencia do seu Paiz, era sem duvida o interesse quem o animava, e movia; porem qual era esse interesse? Seria por ventura o interesse, que move de ordinario os validos dos Principes? Não certamente; era o nobre, e virtuoz, que esperava ter na felicidade de sua Patria, de seus Conciudadãos, na sua mesma felicidade, o interesse finalmente de pasar o seu nome xeio de gloria aos Povos, e idades mais remotas.

Quão Socrates recuzou escapar-se da prisão, oferecendo-lhe o amigo a chave do carcere, qual era o interesse, que o movia? Seria por ventura a esperança de dinheiro, de titulos, e de Comendas? O homem sabio, o homem virtuozo olha com desprezo para todas estas couzas, quando não são justos premios de illustre merecimento. A lição da Historia, e a experiencia nos tem pelo contrario mostrado, que os homens de muitos bens tem sido de ordinario os que mais se tem corrompido com o dinheiro, e basta apontar para exemplo o Papa Alexandre 6, e seu filho Cezar Borgea.

Os homens sabios, os homens virtuosos são ordinariamente os mais pobres, porque também de ordinario os que se applicão as letras, os que trilhão o caminho da virtude são os filhos de homens, que apenas tinham o que bastava para sustento de sua familia, e muito raras vezes aparece o Medico Aler, o Poeta Boileau &c. Franklin, talvez o maior sabio do seu Seculo, trabalhou em uma fabrica de velas de cêbo, foi aprendiz de marceneiro, foi compositor de imprensa, ensinou a nadar na Inglaterra, foi remeiro em um bote &c. e tudo isto fazia porque nenhuns meios tinha de subsistencia; porem todos os ricos, e todos os nobres, que tem existido, existem, ou ão de existir sobre a face do Globo, destilados em quantos alambiques tem o Labo-

ratorio Quimico de Pariz, não darão a milioezima parte de Franklin.

O outro argumento é igualmente fraco, e nós julgamos, que ele nasce da idéa confusa de propriedade, que tinham, e tem os que lhe dão força, e para responder á ele, examinemos primeiro o que é propriedade, e direito de propriedade. Direito de propriedade é o direito que tem qualquer pessoa a tudo quanto adquire por seu talento, industria, ou arte; e por consequencia propriedade é o que se adquire por qualquer destes modos. E' evidente que sendo as substancias de que se compõe o homem instrumentos destas aquisições, estes instrumentos são a primeira propriedade do homem. Aquilo que alguém adquire por meio destes instrumentos podemos dizer que faz parte deles e por consequencia constitue propriedade do mesmo homem. Esta é a melhor definição, e teoria de propriedade, que temos ate agora encontrado, e pode vêr-se na Nota 23 (se não nos enganamos pois não temos a tal Obra) da Obra intitulada = O que é Codigo Civil? = Ora sendo isto certo, pode dizer-se que um homem não tem propriedade, porque não tem de rendimento liquido anual a soma de 800\$000 r. ? Não lhe resta a propriedade de suas faculdades, e daquilo, que adquire para sua sustentação por algum dos meios indicados? Por ventura um homem de conhecimentos, e virtudes, um homem capaz de fazer a felicidade do seu Paiz não será o Representante de sua Provincia somente por que não tem 800\$000 r. de renda? E á homens, que aproveem semelhante desparate? Valha-nos Deus com a Camara do Rio de Janeiro, e com os seus dois livros da Sibila de Cumas!

O terceiro argumento tem a mesma força, que tem os antecedentes, porque já dissemos, e mostramos, que os homens sabios, e virtuosos são ordinariamente, os que tem menos possibilidades. Não sabem todos, que o homem sabio, e virtuozo não quer já mais ter o carater de pertendente, e que mais quer ser pobre, e independente, do que respirar o ar corrupto das Cortes, e adular os dadores de empregos? Não sabem todos quão poucos são os empregos em qualquer Paiz, e que estes mesmos se dão antes aos que tem Padrinhos, do que aos que tem merecimentos? Oxalá que assim não fôra! Vinte mil cruzados custava antigamente a Ouvidoria do Recife, e deis mil cruzados deu o Doutor Coutinho (digno varão de eternas luminarias!) pelo

lugar de Corregedor, ou Provedor de Lagoa. Quanto a segunda ipoteze nos julgamos ter ja d'antemão respondido com o que temos até aqui dito; pois disto se conclue, que, em igures circumstancias pouco nos importa, que seja eleito Deputado o que tem bens, ou o que não tem.

Descobrimos uma contradição na doutrina destes Artigos, por quanto dizendo o Artigo 95 = Todos os que podem ser Eleitores, são abeis para serem nomeados Deputados = e exigindo-se para ser Eleitor o rendimento liquido anual de 200\$000 r.º como se vê do § 1.º do Artigo 94, exige-se no § 1.º do Artigo 95 400\$000 r.º de renda liquida anual? Se o Eleitor pode ser Deputado, se para ser Eleitor basta a renda liquida anual de 200\$000 r.º como se exige no § 1.º do Artigo 95 400\$000 r.º de renda? Nós não entendemos isto.

O Artigo 96 diz = Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte que existão, são elegiveis em cada Distrito Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando aí não sejam nacidos, rezidentes, ou domiciliados = Este Artigo que ao primeiro intuito parece liberal, e liberalissimo, não o é na realidade, e o que nele descobrimos é um puro machiavelismo. Parece na verdade, que não circunscrever a liberdade dos Povos na eleição dos seus Representantes; porem deixar lhes o direito de os poderem nomear d'entre todos os habitantes do Imperio; é couza justa, e santa; porem nós, que somos Argos, vemos qual é o fim deste Artigo. Os Redatores deste Projeto o que tiverão em vista foi o serem nomeados todos os Deputados, e Senadores de uma Provincia somente. E que interesse, dirão os Imperiaes, tinham eles, em que todos eses Representantes fosse tirados d'uma só Cidade, ou Vila? Mui grande respondemos nós. As Provincias do Brazil não tem todas o mesmo grau de patriotismo, e de liberalismo, e algumas, ou por timidas, ou por falta de luzes, procurão antes defender os direitos do Imperador do que os seus proprios direitos, e tem sido mudas expetadoras dos despotismos, e arbitrariedades ministeriaes ao mesmo tempo, que outras tem altamente declamado contra eles. Ora, sendo isto assim, não é do interesse dos Srs. Redatores; que dezejaõ que S. M. I. e C. seja o Rei de Portugal, o Imperador da Russia, ou o Grão Sultão, que todos os Deputados, e Senadores, sejam antes nomeados d'quelas Provincias, do que destas? Não interessa

aos Senhores Concelheiros, e Ministros do Rio de Janeiro, que os Deputados, e Concelheiros sejam ou cegos, ou corrompidos afim de que não se oponhaõ aos seus disparates? Estabelecido este Artigo nada á mais facil do que enviar emisarios a todas as Provincias, e fazer que somente sejam eleitas certas Pessoas de certa Provincia.

Nós bem sabemos, que nos podem dizer, que se o Artigo é mau, porque podem apparecer emisarios, que influão na nomeação, isto mesmo pode acontecer sendo os Deputados, e Senadores tirados de suas respectivas Provincias. Não negamos, que isto é posivel, porem não é tão facil porque o Povo mais facilmente nomeará o abitante d'outra Provincia, a quem não conhece, e de quem se dão as melhores informações, do que um da sua, cujos talentos, e capacidade lhe são conhecidos.

Dem que tinhamos asentado em noso cahenlo não aceitar correspondencia alguma, todavia não podemos rezistir ao Amigo, que esta nos remeteu.

Senhor Redactor.

Eu sempre fui inimigo e nunca gostei de ver em tempo algum praticar-se despotismos arbitrariedades, usurpações, nem d'sobediencias, particularmente comigo, e neste tempo. rasão porque procuro a imprensa pelo intermedio de seo periodico, para fazer ver aos meos concidadãos o que a pouco hum Magistrado acaba de praticar comigo em desprezo da Lei, chegando a sua altivez a ponto de menoscabar a minha onra e a do Tribunal da Relação desta Provincia, em humia reposta dada a humia representação que eu e o meo companheiro Escrivaens da Ouvidoria Geral do Civel do mesmo Tribunal, fizemos ao Sr. Chancelier.

Todos sabem que nas Provincias onde ha relações a vara da Ouvidoria da Comarca tem grande desfalque no seo rendimento porque ha hum Juiz privativo para os negocios da Coroa e Fazenda outro para Procurador desses mesmos negocios, e outro a quem como Ouvidor Geral do Civel pertence-lhe privativamente as causas dos grandes poderosos, das viúvas, e orfãos, e pes-

seos miseravcis se quizerem escolher o tal Juizo para nelle tratarem os seos pleitos, em fim as Intendencias de India e Mina, ultramarinas, acções de fretes, e de soldadas &c. o que tudo melhor se ve expellido na Ord. do Imperio Liv. 1. Tit. dos Corregedores do Cível da Corte e dos Juizes de India e Mina e de Guiné couzas estas que onde não ha semelhantes Tribunaes estão annexas a Ouvedoria da Comarca.

Ora instalando-se aqui o Tribunal da Relação, cada hum das couzas pasou para o Juizo competente, ficando porrem o Ouvidor da Comarca o Snr. Francisco Joze de Faria Barboza com as acções de fretes, e de soldadas e justificações do ultramar, o que pela citada Ord. pertence a vara da Ouvedoria do Cível da Relação.

Certos eu, e meo compauheiro de que isto nos pertencia como Escrivaens deste Juizo, representamos ao Ouvidor do Cível que então servia o Snr. Maciel Monteiro, que julgou em sua prudencia dirigir-se ao Snr. Chanceller por hum Officio assaz simples pedindo-lhe que como authoridade competente providenciasse o negocio, que vinha a ser mandar ao dito Ouvidor da Comarca abrir mão daquillo que lhe não pertence, e o Snr. Chanceller para diferir com conhecimento de cauza, mandou ouvir a este Ouvidor, o qual por não ter a razão da sua parte e estar cúmplice na accusação que nos lhe faziamos por ser fundada em Leimemos na parte em que queremos todas as acções novas, lança mão da penna, e da hum resposta em a qual ataca a nossa onra, insulta ao Snr. Chanceller, e ao Ouvidor do Cível, e a toda a Relação em geral, dizendo que este Tribunal falo-os, e batiza-os, e que o Snr. Chanceller foi quem nos aconselhou para assim requererinos protestando contra todo o deferimento do mesmo sobre tal representação, hum vez que tendes a despossal do que fica exposto, e elle estava de posse.

E será isto Snr. Redactor compativel com o caracter de que deve de ser revestido hum Magistrado o que fica exposto praticado pelo actual Ouvidor da Comarca? Creio que não. Que respeito querera o Snr. Ouvidor Faria que se lhe tenha se elle pelos seos interesses, pessoas uzurpa o que pertence a outro Ouvidor, e a dous Escrivaens eue por representarem o seo direito elle do passa daquella dignidade de que deve de ser revestido hum Magistrado, e ataca-nos

calumniosamente no mais sagrado de nossa onra?

Pois saiba o Snr. Ouvidor da Comarca que não he capaz de ser em seo Officio tanto, nem mais onrado do que eu, e meo compauheiro e a prova desta proposição he estar efectivamente uzurpando o que he nosso amecassando em dita sua resposta ao Snr. Chanceller que não cumpre o deferimento da representação se for contra elle.

Snr. Redactor, eu desafio não so ao Snr. Faria Barbosa, como a outra qualquer pessoa para que pelo meio da Imprensa faça ver ao Respeitavel Publico qual a minha conducta publica e politica, ja como empregado na Repartição da Justiça, e ja como cidadão em particular, e do Snr. Faria, por hum e outro lado eu tenho que dizer. Como Ouvidor ja me pedio para que faltando os meos deveres deixasse de fazer o sequestro nos bens do Portuguez emigrado chamado vulgarmente *Joze da Penha* no que o não servi, e como cidadão ainda estamos a espera que elle concorra pela vez primeira sem seos longos estudos e patriotismo para alguma couza que se diga bem da Patria, e liberdade Constitucional; salvo se por isto se pode entender as cartas, que para certas pessoas e Camara de S. Antão escreveo o Snr. Faria, dizendo que jurassem o Projecto Severiano, e que se unissem ao Morgado desobedecendo ao actual Governo, o que muito bem sabe o Excelentissimo Snr. Presidente á cujas mãos veio daquella Villa participação disto; e sendo pela Camara desta Cidade convidado para o ajuntamento do dia 6 deste mez, mandou dizer estava dnente, desacreditando como he publico ao actual Governo pelo prejuizo que d' teve de 100\$ reis pelo desmanxo da Repartição do lastro: "por agora Snr. Redactor creio que basta; espero porcin pelo deferimento da Representação para ver se o Snr. Faria Barboza cumpre ou não com os seos deveres, e com o que lhe ordenar seos superiores de quem esperamos se nos faça justiça para então dizer mais alguma couza, e do mesmo Snr. nos queixar a quem o possa fazer conter em os limites de sua jurisdição. Seu

Recife 21 de Junho De Vm.
de 1824. attento venerator

Joze Tavares Gomes da Fonseca

Anexo V: Última página do jornal *Desengano aos Brasileiros*, de João Soares Lisboa. Publicado em Recife, em 31 de julho de 1824.

(19)

Independência do segundo. Com tudo sempre são evazivas, ou subterfugios, e as ambiguidades assustão pela incerteza de sua applicação que regularmente se faz segundo o exigem as circumstancias mais ou menos favoraveis aos fins do Absolutismo que os Reis nunca deixão de estabelecer no momento que podem.

Enganar huns e outros, isto he, os Brasileiros e os Portuguezes, hera o ponto essencial: para este fim diz o Artigo 117 do Projecto = He só Constitucional o que diz respeito aos limites, e attribuições respectivas dos Poderes Politicos, e aos Direitos Politicos, e individuaes dos Cidadãos. Tudo o que não he Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinarias =

Logo não he Artigo Constitucional, a Independencia!!! Porem de que nos admiramos se a mesma Constituição ou Projecto não he Constitucional, segundo os Poderes do *Poder Moderador* que pode tudo quanto quizer e for da sua potente vontade!!!

Razão teve o Imperador para abreviar o juramento de tal Projecto, e razão tem os Brasileiros para o não quererem; aquelle por que tratou só e unicamente de seo Absoluto Poder; estes por que não devem suggerir-se á humilhante escravidão; aquelle por que estabeleceu hum direito de dar hum Constituição que devia receber; estes por que não devem accetar como graça o mesmo que devião dar por mercê; aquelle finalmente por que obrou como Rei Legitimo; estes por que devem obrar como homens livres.

Brasileiros: a fiel narração que acabamos de fazer-vos he hum breve epitome dos desactos, e machiavelismos do Imperador; elle não pertende mais que escravizar-vos, segundo o systema dos Santos Alliados; lembrai-vos do procedimento dos Reis de Portugal, de Hespanha, de Napoles, e do Piemonte; desenganai-vos de que não há hum só Estado livre, onde o Chefe do Poder Executivo tenha o Titulo de Rei ou Imperador; e quereis vós estar sujeitos ás lexindades e despropozitos de hum Joven, que não conhece mais lei que o seo capricho, mais deixo que sua vontade, mas infelizmente suas desordenadas paixões. Hum Povo civilizado como vós, e composto de todas as classes de Cidadãos, entró os quees se achão não poucos dotados de virtudes, abalizado saber, morigerados, e de venerandas cans, e chãos dos

to amor da Liberdade da Patria; hade hum tal Povo curvar-se estultamente a hum Macho coberto de vicios e de crimes, só por que elle se diz ser da estirpe dos Reis?

Não está demaziadamente conhecido pela experiencia de seculos, e vós mesmos não tendes experimentado quanto he defeituoso o Systema de Governo que tem por Chefe humo prezumptivo herdeiro? Se Reis incenciveis aos vossos proprios males? Onde oh flozotia! Onde oh sãa razaõ! Onde he vossa morada? Não achastes abrigo na face da terra? Sim, lá se des cobre ao Norte do Equador vosso azilo em o novo mundo; ali os descendentes da Soberba Albion vos irigirão altares, onde adorão-vos bem dizem vosso celestial influxo de que gozão! Elle já domina em quaze todo o Continente Americano, e segundo a ordem da Natureza brevemente dominará o resto.

Brasileiros attendei as ultimas palavras do discurso pronunciado pelo sabio John Quincy Adams, no Capitolio d'Washington no dia 4 de Julho de 1821 em commemoração da primeira declaração da *Angusta Independencia Americana* proclamada em 4 de Julho de 1776 = patricios, concidadãos, e amigos: se pudera o genio que dictou a declaração que acabamos de ler, aquelle genio que prefere a todos os santuarios, o coração puro de homem honrado; se esse genio, digo, pudera baixar de sua celestial mansão, e fallar em voz intelligivel a todos os mortaes, dirigindo-se a cada hum de nos outros, à nossa amada patria, à Inglaterra, dominadora dos mares, e a todos os desgraçados que gemem debaixo do septro dos Tyranos do mundo suas palavras seriaõ = CAMINHAÍ, IMITAÍ-OS.

EDITAL

Perante a Junta da Fazenda Publica desta Provincia sehaõ pôr a lanchos no dia 27 de Agosto vindouro, os Contractos abaixo declarados, para se arrematarem a quem mais der, com fianças idoneas, pelo triennio de 1. de Janeiro de 1825, a 31 de Dezembro de 1827.

A saber

O Contracto do Tabaco manufacturado nesta Provincia de Pernambuco, e Itamaracá.

Dito do Sahúdio Militar das Carnes seccas vindas da Barra em fora.

As pessoas que se propozerem a arrematar os ditos Contractos deverão habilitar-se primeiro mostrando que não da devem a Fazenda Publica, em observância das Ordens a este fim dirigidas Recife de Pernambuco 17 de Julho de 1824.

O Escrição Deputado
Francisco Ludgero da Paz.

Anexo VI: Frontispício das Obras de frei Caneca, colecionadas por Antonio Joaquim de Melo.

OBRAS
POLITICAS E LITTERARIAS

DE

FREI JOAQUIM DO AMOR DIVINO CANECA

COLLECCIONADAS

PELO

Commendador Antonio Joaquim de Mello

EM VIRTUDE DA LEI PROVINCIAL N.º 900
DE 25 DE JUNHO DE 1869
MANDADAS PUBLICAR PELO EXM. SR. COMMENDA-
DOR PRESIDENTE DA PROVINCIA

Desembargador Henrique Siqueira de Lucena

TOMO I

1.ª EDICÇÃO

RECIFE

TYPOGRAPHIA MERCANTIL

1875

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. FONTES PRIMÁRIAS

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Petição de Cypriano Joze Barata d'Almeida ao Imperador para ser posto em liberdade. Rio de Janeiro : 1824.

ALMEIDA, Cipriano Jos, Barata de. Dissertação abreviada sobre a horriovel masmorra chamada - Prezíganga - existente em o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1829.

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Relação abreviada dos meus sofrimentos e sucessos, desde o embarque a 4 de maio até a chegada a 26 do mesmo mês à capital do Rio de Janeiro, etc. etc. Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1831.

1.2 Fundação Biblioteca Nacional

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Motivos de minha perseguição, e desgraça, em Pernambuco, e Rio de Janeiro, ou breve, e curioza - Memoria e relação de acontecimentos interessantes ao bem do Brazil, para no cazo de que eu falleça, servir in perpetuum rei memoriam, e emquanto vivo, para minha defeza. 1823.

1.3 Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa

AHU. pasta nº 71. Carta de José Bispo Coutinho, José Joaquim Nabuco de Araujo. Recife, 14 de junho de 1800.

2. FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Analyze ao decreto de 1º de dezembro de 1822, sobre a criação da nova ordem do cruzeiro: com algumas notas. Illustração ao Brazil, e ao nosso imperador o Sr. D. Pedro I. Oferecida ao publico pelo dezengano. Bahia : 1823.

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Dezengano ao publico, ou expozição dos motivos da minha arbitraria prizaõ na provincia na Bahia. Rio de Janeiro: NA TYP. DE LESSA & PEREIRA, 1831.

ALMEIDA Almeida, Cipriano José Barata de. Falla, que fez o senhor deputado Barata em o congresso de Lisboa por occasião do parecer da commissão sobre os negocios do Brasil, que vem no Diario de Cortes a folhas 899, &c. Rio de Janeiro : Typ. de Lessa & Pereira, 1830.

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum Deputado às Côrtes Geraes Cosntituíntes de Portugal, Cipriano José Barata de Almeidda. Com algumas notas. Dezengano para Brasileiros, e europeos residentes no Brasil. Pernambuco. Typografia de Cavalcante, & Companhia! 1823.

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto, que ao respeitavel publico apresetna o cidadão Cypriano José Barata de Almeida sobre sua súbita, tyranna prizaõ na Bahia, e remessa violenta para esta Côrte, onde se acha inda prezo. Com varias idéas uteis ao Brazil inteiro, &c. &c. Rio de Janeiro : 20 de julho de 1831. Na Typographia de Torres, 1831.

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Sentinella da Liberdade da guarita de Pernambuco. Recife : Tipografia Cavalcante e Cia., 1823.

ARQUIVO NACIONAL. Atas das sessões do Conselho de Estado em 1822 e 1823. Publicações do Arquivo Nacional, volume 28. Rio de Janeiro, 1918.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Seção Histórica. Confederação do Equador. Publicações históricas, 22-25, 1924-1931. Bibliografia. Códice 745, Caixa 742 - Confederação do Equador.

AZEVEDO, Miguel Borges de Castro. Defeza do Bacharel Ciprianno Jose Barata, contra as falsas acusações da devassa tirada em Pernambuco em novembro, e dezembro de 1824. Rio de Janeiro : Tipografia do Diário, 1825.

Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil: 1823. Brasília : Senado Federal, 1973, 4 volumes.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa : Imprensa Nacional, 1821-3, 9 tomos.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revolução de 1817. Biblioteca Nacional. Divisão de obras raras e publicações, 1954, v. CV1CVI-CVII-CVIII.

Documentos para a história da Independência. Rio de Janeiro, 1923, Volume I.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da USP, 1990.

LISBOA, José da Silva. Reclamação do Brasil Parte I a XIV. Rio de Janeiro : 23 de maio de 1822, na Tipografia Nacional.
BN-SOR 84, 2, 36.

LISBOA, José da Silva. Memorial apologético das Reclamações do Brasil, Parte I e II. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 23 de julho de 1822.

LISBOA, José da Silva. Falsidades do Correio e Revérbero contra o Escritor das Reclamações do Brasil. Rio de Janeiro : na Imprensa Nacional, 23 de julho de 1822.

MELLO, Antonio Joaquim de (org). Obras políticas e litterarias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Recife : Ed. Universitária, 1972, 2 tomos (edição fac-similar da primeira edição de 1875).

Processo dos cidadãos Domingos Alves Branco Muniz Barreto, João da Rocha Pinto, Luiz Manuel Alves de Azevedo, Tomas José Tinoco D'Almeida, José Joaquim Gouveia, Joaquim Valerio Tavares, João Soares Lisboa, Pedro José da Costa Barros, João Fernandes Lopes, Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, José Clemente Pereira, o padre Januário da Cunha Barbosa, e o padre Antônio João de Lessa. ... Rio de Janeiro : Tipografia de Silva Porto e Companhia, 1824.
BN-SOR 111, 4, 5.

O debate político no processo da Independência. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1973.

3. JORNAIS

3.1 Jornais do Rio de Janeiro

A Malagueta, 1822

A Verdade Constitucional

Astréa, 1826

Brasileiro Pardo, 1833

Diário do Rio de Janeiro, 1821??

Correio do Rio de Janeiro, 1822

O Amigo do Rei e da Nação, 1821

O Bem da Ordem, 1821

O Compilador Constitucional, Político e Literário
Brasiliense, 1822

O Conciliador do Reino Unido, 1821
O Constitucional, 1822
O Espelho, 1821
O Papagaio, 1822
O Repúblico, 1830
O Regulador Brasílico-luso (O Regulador Brasileiro), 1822
O Sylpho, 1823
O Sentinela da Praia Grande, 1823
O Tamoyo, 1823
O Volantim, 1822
Revérbero Constitucional, 1821

3.2 Jornais da Bahia

Diário Constitucional (1821) (depois, O Constitucional)
Idade d'Ouro do Brasil, 1811 (até 1823)
O Liberal, 1824
Semanário Cívico, 1821

3.3 Jornais de Pernambuco

Desengano aos Brasileiros, 1824
Diário da Junta de Governo, 1823
Escudo da liberdade do Brasil, 1823
Gazeta do Governo Temporário, 1822
Gazeta extraordinária do Governo, 1822
Gazeta Pernambucana, 1822

O Amigo do Povo, 1829

O Argos Pernambucano, 1824

O Conciliador Nacional, 1822

O Federalista, 1831

O Harmonisador, 1832

O Marimbondo, 1822

O Typhis Pernambucano, 1823

Relator Verdadeiro, 1821

Registro Oficial do Governo de Pernambuco, 1824

Segarrega, 1821

Sentinella da Liberdade da guarita de Pernambuco, 1823

Sentinella da Liberdade da guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum por ordem da Força Armada reunida, 1823

Sentinella da Liberdade - hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos. Alerta!, 1830-1

Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá - hoje presa na Guarita da Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, 1831

Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, hoje presa na Guarita de Villegaignon no Rio de Janeiro, 1832

Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá, hoje presa na Guarita da fragata "Niterói" no Rio de Janeiro, 1832

Sentinella da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá; mudada despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia; donde generosamente brada - ALERTA!!!, 1834

Sentinella da Liberdade em sua primeira Guarita, a de Pernambuco, onde hoje brada Alerta!, 1834-5

3.4. Jornais de Portugal

Analistas Portuense

Astro

Astro da Lusitânia

Conciliador Lusitano

Campeão Português

Diário das Cortes

Diário do Governo de Lisboa

Investigador Português

Patriota Portuense

Português Constitucional Regenerado

3.5. Jornais de Londres

Correio Brasiliense

II. FONTES SECUNDÁRIAS: LIVROS E ARTIGOS SOBRE O TEMA

BARRETO, Vicente. A ideologia liberal no processo de independência do Brasil 1789/1823. Brasília : UnB, 1972.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835. Tese de Doutorado, Urbana, Illinois, 1989, exemplar mimeografado.

COSTA, F. A. Pereira. A ordem Carmelita em Pernambuco. Recife : Arquivo Público Estadual, Secretaria da Justiça, 1976.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro : Paz e Terra; Campinas : Universidade Estadual de Campinas, 1977.

LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco 1824: A Confederação do Equador. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1989.

LEITE, Glacyra Lazzari. Pernambuco em 1817: Estrutura e comportamentos sociais. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1988.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: Bastidores da política: 1798-1822. Rio de Janeiro : Livraria Sette Letras Editora, 1994.

MELO, Antônio Joaquim de. Biografia de Gervásio Pires Ferreira. Recife : UFPE/E. Universitária, 1973, 2 volumes.

MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-54. Rio de Janeiro : Forense Universitária; São Paulo : Ed. USP, 1975.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O liberalismo radical de frei Caneca. Rio, Tempo Brasileiro, 1978.

MOREL, Marco. Sentinela da Liberdade: presença de Cipriano Barata no processo de Independência do Brasil. Rio, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS, 1990

MOTA, Carlos Guilherme. 1817: Estrutura e argumentos. São Paulo : Ed. Perspectiva/EDUSP, 1972.

PAIM, Antonio. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo : Convívio; Brasília : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Ilustração e descolonização. O clero na revolução pernambucana de 1817. São Paulo : Tese de Doutorado no Departamento de História, 1984.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil. São Paulo : Ed. Cultrix; Brasília : INL, 1978.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador. Recife : Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

VEIGA, Gláucio. A teoria do poder constituinte em frei Caneca. Estudos, 17/24, 1976.

VEIGA, Gláucio. História das idéias da Faculdade de Direito do Recife. Recife : Ed. Universitária, 1980, Vol. I.

VIANNA, Helio. Contribuição à história da imprensa Brasileira (1812-1809). Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1945.

III. BIBLIOGRAFIA GERAL E AUXILIAR

ABENDROTH, Wolfgang; LENK, Kurt. Introducción a la Ciencia Política. Barcelona : Editorial Anagrama, 1971.

AGULHON, Maurice. 1848: O aprendizado da República. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto : Edições Afrontamento, 1993.

APPLEBY, Joyce Oldham. Liberalism and Republicanism in the Historical Imagination. Harvard : Harvard University Press, 1992.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. "Modalidades de leitura das luzes no tempo de Pombal". In.: Revista de História. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 105-127.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. "O 'Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves', 1815-1822". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, volume 14, 1992, p. 233-261.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 2ª ed., São Paulo : Ed. Perspectiva, 1988.

ARENDT, Hannah. Da revolução. Brasília : ed. UnB/Atica, 1988.

ARENDT, Hannah. Lições sobre a Filosofia política de Kant. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1993.

ARMITAGE, John. História do Brasil. São Paulo : Livraria Martins, 1972.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto; São Paulo : Editora UNESP, 1996.

BAKER, Keith Michael. Au tribunal de l'opinion. Essais sur l'imaginaire politique au XVIIIe siècle. Paris : Editions Payot, 1993.

BAKER, Keith Michael. "Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime". In. Annales ESC, janvier-février 1987, n° 1, p. 41-71.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais & liberais. São Paulo : Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP, 1991, exemplar mimeografado

BARRETO, Vicente. Idéologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1977.

BARRETO, Vicente. Primórdios do liberalismo; o liberalismo e representação política no período imperial. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

BERNAL, A. M.; CLAVERO, B.; PINEDO, E. Fernández de (org). Antiguo Régimen y liberalismo: homenaje a Miguel Artola. Madrid : Alianza Editorial, 1994, 3 volumes.

BETHELL, Leslie, ed. Historia de América Latina. Barcelona : Editorial Crítica; Cambridge : Cambridge University Press, 10 volumes, 1985.

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília : Ed. UnB, 1985.

BOBBIO, Norberto. Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant. 2a ed., Brasília : Edunb, 1992.

BOBBIO, Norberto. Estudos sobre Hegel: direito, sociedade civil, Estado. São Paulo : Ed. Brasiliense/Ed. UNESP, 1991.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1988.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Difel ; Lisboa : Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire. Paris : Éditions du Seuil, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (et alli). Jogos da Política. São Paulo : ANPUH/SP-Marco Zero-FAPESP, s/data .

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Liberalismo: ideologia e controle social. São Paulo : tese de Doutorado apresentada ao Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1980, 2 volumes.

BRETONNE, Restif de La. As noites revolucionárias. São Paulo : Estação Liberdade, 1989.

CABRELL, Alfonso Fernandez. Presencia masonica en la Cisplatina. Montevideu : Imprensa Alvarez, 1986.

CANDIDO, Antônio. Formação da literatura Brasileira. São Paulo : Livraria Martins Ed., 4a ed., s/ data, 2 volumes.

CARMAGNANI, Marcello (coord.). Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina. México : El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; FCE, 1996 [1993] .

CARVALHO, José Murilo de. "A burocracia imperial: a dialética da ambigüidade". In. Dados, Rio de Janeiro : 1979, (21):7-31.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Brasília : Ed. UnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3a ed., São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. "Sistema Eleitorais e Partidos no Império". In.: Olavo Brasil de Lima Junior (org). O balanço do poder. Rio de Janeiro : IUPERJ: Rio Fundo Ed., 1990

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo : Edições Vértice, 1988.

CARVALHO, M. E. Gomes de. Os deputados brasileiros nas Cortes de 1821. Brasília : Senado Federal, 1979.

CASSIRER, Ernst. El mito del Estado. México : Fondo de Cultura Economia, 1947.

CASSIRER, Ernst. Esencia y efecto del concepto de símbolo. México : Fondo de Cultura Económica, 1989.

CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

CASSIRER, Ernst. Filosofía de las formas simbólicas. I, A linguagem. México : Fondo de Cultura Económica, 1985.

CASSIRER, Ernst. Filosofia da Ilustração. Campinas : UNICAMP, 1992.

CASSIRER, Ernst. Kant: Vida y doctrina. México : Fondo de Cultura Economia, 1948.

CATROGA, Fernando. O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910. Coimbra : Faculdade de Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime. Paris : Editions du Seuil, 1987.

CHARTIER, Roger. Les usages de l'imprimé. Paris, Fayard, 1987.

CHARTIER, Roger (ed.). The Culture of print: power and the uses of print in early modern Europe. Princeton : Princeton University press, 1989.

CHARTIER, Roger; BOUREAU, Alain [et al]. La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle. Paris : Fayard, 1991.

CHARTIER, Roger. "La révolution de la lecture au XVIIIe siècle: mythe ou réalité?". Cultura: revista de história e teoria das idéias. Lisboa : Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, vol. IX, 1997, 265-271.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. "George Dandin, ou le social en représentation". In.: Annales HSS, mars-avril 1994, n. 2, pp. 277-309.

CHARTIER, Roger. L'Ordre des livres. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XVe et XVIIIe siècle. Aix-en-Provence : Alinéa, 1992.

COELHO, Geraldo Mártires. Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém : CEJUP, 1993.

COGGIOLA, Osvaldo. A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina. São Paulo : Nova Stella, Ed. da USP; Brasília : CNPq, 1990.

COSTA, Emília Viotti. "Liberalismo e democracia: primeira fase". In. Anais de História, (7):9-30. Assis : FFCL, 1976.

COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Jaime Raposo. A teoria da liberdade: período de 1820 a 1823. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1976.

DARNTON, Robert. Boemia literária e revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo : Editora da USP, 1996.

DARNTON, Robert. O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

DARNTON, Robert. The forbidden best-sellers of pre-revolutionary France. New York : London : W. W. Norton & Company, 1995.

DIAS, Antonio da Costa. Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro Parlamento português. 1821. Lisboa : Portugália, 1966.

DIAS, Graça; DIAS, J. S. da Silva. Os primórdios da maçonaria em Portugal. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, 2 volumes, 4 tomos.

DIAS, J. S. da Silva. "Avanço cultural e avanço maçônico, segunda metade do século XVIII". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 395-418.

DIAS, Maria Odila da Silva. "Aspectos da ilustração no Brasil". In.: Revista do IHGB. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1968, volume 278, p. 105-170.

DIDEROT; D'ALEMBERT. Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres. [Paris] : A Lucques chez Vincent Giuntini Imprimeur, Tome VII, 2. ed., 1760.

DIDEROT. Oeuvres politique. Paris : Robert Laffont, 1995, Tome III.

DONGHI, Tulio Halperin. Hispanoamerica despues de la independencia. Buenos Aires : Paidós, 1972.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

DONGHI, Tulio Halperin. Reforma y disolución de los imperios ibéricos: 1750-1850. Madri : Alianza Editorial, 1985.

DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Lisboa : Editorial Estampa, 1982.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. O curto verão da anarquia. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

FALCON, Francisco José Calazans. A época Pombalina: política econômica e monarquia Ilustrada. São Paulo : Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre : Ed. Globo, 1977.

FAORO, Raymundo [organização]. O debate político no processo da independência. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1973.

FICHTE, J. G. Discurso sobre a Alemanha. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial. México : Fondo de Cultura, 1986.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro : Diadorim, 1993.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro : Zahar Editores, s/data.

GERBI, Antonello. La disputa de Nuevo Mundo. México : FCE, 1960.

GIDDENS, Antony. A constituição da sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 1989.

GOODMAN, Dena. "Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime". In.: History and Theory. Wesleyan University, 1992, vol. 31, n° 1, p. 1-18.

GRUZINSKI, Serge. La colonización de lo imaginario: Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México : FCE, 1991.

GUERRA, François-Xavier. Modernidad e Independencia. Madrid : Editorial Mapfre, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

HAMILTON, Alexander. The Federalist; or the new Constitution. Oxford : B. Blackwell, 1948.

HEGEL, G. W. F. La Constitucion de Alemania. Madrid : Aguilar, 1972.

HOBSBAWN, Eric. A era das revoluções. 3a ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira (HGCB). São Paulo : Difel, Tomo II, vol. 5.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial - sua desagregação". In. Sérgio Buarque de Hollanda (org.). HGCB. São Paulo; Rio de Janeiro : Difel, 1976, Tomo II, Vol. 1, 4a ed.

HOYE, Timothy. "Book reviews". In.: Perspectives on Political Science, 04-01-1994, Vol. 23, pp. 118.

HUME, David. Political essays. Indianapolis : The Bobbs-Merrill, 1953.

HUME, David. The history of England. Indianapolis : Liberty Classics, 1983, 6v.

HUTTON, Patrick. "The role of memory in the historiography of the French Revolution". In.: History and theory. Wesleyan University, vol. 30, 1991, pp. 56.

JEFFERSON, Thomas. The life and selected writings of Thomas Jefferson. New York : The Modern Library, 1944.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Prática. Lisboa : Edições 70, 1986.

KANT, Immanuel. Doutrina do direito. São Paulo : Ícone, 1993.

KANT, Immanuel. Metafísica dos costumes. Lisboa : Edições 70, 1980.

KÜHNEL, Reinhard. Liberalismo y fascismo: das formas de dominio burgues. Barcelona: Fontanella, 1978.

LASKI, Harold J. El liberalismo europeo. México : Fondo de Cultura Económica, 1992.

LEBRUN, Gérard. Kant e o fim da metafísica. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

LEITE, Renato Lopes. Uma Independência silenciada: textos políticos de Cipriano Barata e frei Caneca (Pernambuco - 1823). Brasília : Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de História, orientador prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, 1993.

LEITE, Renato Lopes. "Forma e conteúdo da idéia de república em frei Caneca". Recife : Revista do Arquivo Público, volume 42, nº 46, dezembro de 1996, p. 31-35.

LEIVA, Luís Castro. De la patria boba a la teología bolivariana. Caracas, Monte Avila, 1987.

LYNCH, John. Las revoluciones Hispanoamericanas, 1808-26. Barcelona : Editorial Ariel, 1985, 4a ed.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: Bastidores da política: 1798-1822. Rio de Janeiro : Livraria Sette Letras Editora, 1994.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. "Memória da Independência: marcos e representações simbólicas". In.: Revista Brasileira de História: Representações. São Paulo : ANPUH/Ed. Contexto, vol. 15, no 29, 1995, p. 173-199.

LOCKE, John. The Second Treatise of Governmente. New York : Liberal Arts, 1952.

MACPHERSON, C. B. A teoria política do individualismo possessivo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

MANIQUIS, Robert M.; MARTÍ, Óscar R.; PÉREZ, Joseph. La Revolución Francesa y el Mundo Ibérico. Espanha : Turner Libros, 1989.

MARCHI, Euclides. A igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915). São Paulo : Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, orientador Augustin Wernet, 1989.

MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

José Mattoso (dir.). História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). Lisboa : Editorial Estampa, volumes 5, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História da maçonaria em Portugal. Lisboa : Editorial Presença, 1990-1996, 3 volumes.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798. Salvador : Editora Itapuã, 1969.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808. São Paulo : Paz e Terra, 1985, 3a ed..

MELO, F. I. Marcondes Homem de. A constituinte perante a História. Brasília : Senado Federal, 1996, edição fac-similar.

MIRANDA, Jorge (org). Textos históricos do Direito Constitucional. Lisboa : Imprensa Nacional, 1980.

MONTESQUIEU. L'Esprit des Lois. Paris : Larousse, 1934.

MORAES, Alexandre José de Mello. História do Brasil-Reino e Brasil-Império. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, Tomo

MOTA, Carlos Guilherme. Atitudes de inovação no Brasil: 1789-1801. Lisboa : Livros Horizonte, s/ data.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822: Dimensões. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em perspectiva. São Paulo : Difel, 1967.

MOTA, Carlos Guilherme. "José Honório: a obra inacabada". In.: Estudos Avançados. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1988, set/dez, vol. 2, n. 3, p. 107-110.

MUNOZ, Eugenio Petit. Artigas y su ideario a traves de seis series documentales. Montevideu : Universidad de la República Oriental del Uruguay; Colombino Hnos. S.A., 1956.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária. São Paulo : EDUSP; Nova Stella, 1989.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência: 1820-1822. São Paulo : USP, tese de doutorado, 2 volumes.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder". Acervo. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro : volume 8, nº 01/02, janeiro/dezembro 1995, p. 123-138.

NOGUEIRA, Octaviano (organizador). Obra política de José Bonifácio. Brasília : Senado Federal, 1973, 3 volumes.

NOVAES, Adauto (organizador). A crise da razão. São Paulo : Companhia das Letras ; Brasília : Ministério da Cultura ; Rio de Janeiro : Fundação Nacional de Arte, 1996.

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (org). História da vida privada no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, volume 1, 1997.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo : Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1987.

ORTI, Manuel Moran. Poder y gobierno en las Cortes de Cádiz (1810-1813). Pamplona : Ediciones Universidade de Navarra, 1986.

OUTRAM, Dorinda. "Revolution and repression". In.: Comparative Studies in Society and History. New York : Cambridge University Press, volume 34, nº 1, january 1992, p. 58-67.

PAINE, Thomas. Common Sense and other political writings. New York : Liberal Arts, 1953.

PEREIRA, António J. Silva. "O `Tradicionalismo` vintista e o Astro da Lusitânia". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1977, vol. I, p. 179-204.

PEREIRA, Miriam Halpern (org). A crise do Antigo Regime e as Cortes Constituinte de 1821-1822. Lisboa : Edições João Sá da Costa, 1991.

PEREIRA, Miriam Halper; Maria de Fátima Sá (Coord.). O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1981, 2 volumes.

PINA, Ana Maria Ferreira. De Rousseau ao imaginário da Revolução de 1820. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização: a representação do Índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1996.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. "A Revolução de 1820 e a Revolução Francesa". In.: Revista de História. Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1983-1984, p. 131-142.

RAWLS, John. Libéralisme politique. Paris : Presses Universitaires de France, 1995.

RAHE, Paul A. Republics ancient & modern. Inventions of prudence: constituting the American regime. Chapel Hill / London : The University of North Carolina Press, 1994 [1992], 3 volumes.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (organização). Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

RÉMOND, René. Pour une histoire politique. Paris : Éditions du Seuil, 1988

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas : Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, orientador Prof. Dr. Robert W. Slenes, 1997.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Portugal e a Revolução de 1848. Coimbra : dissertação de Doutorado em História, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1987.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. "Portugal e a Revolução de 1848". In.: Ler História. Lisboa : nº 16, 1989, p. 107-115.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. "Subsídios para a História da liberdade de imprensa". Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1984, p. 461-593.

RIBEIRO, Renato Janine. A última razão dos reis. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

RICHTER, Melvin. "Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*". In.: History and Theory. Wesleyan University, volume XXIX, nº 1, 1990, p. 38-70.

Daniel Roche. Les Republicanis des Lettres. Paris : Fayard, 1988.

RODRÍGUES O., Jaime E. La independencia de la América española. México : FCE / El Colegio de México / Fideicomiso Historia de Las Américas, 1996.

RODRIGUES, José Honório. A Assembléia Constituinte de 1823. Petrópolis : Ed. Vozes, 1974.

RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. A historiografia conservadora. São Paulo : Ed. Nacional; Brasília, INL, 1988, Vol. II, tomo I.

RODRIGUES, José Honório. Independência: Revolução e Contra-revolução. Rio de Janeiro : F. Alves, 1975, 5 volumes.

ROHDEN, Valerio. Razão e liberdade em Kant. São Paulo : Ática, 1980.

ROMANO, Roberto. "Contextualização histórica das liberdades". In.: Inconfidência Mineira e Revolução Francesa. Bicentenário: 1789-1989: Análise & Conjuntura, Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 1986, v. 1, n. 1.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. O espectador noturno: a Revolução francesa através de Retif de la Bretonne. São Paulo : Cia. das Letras, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Ouevres. Paris : La Pleiade, 1960, 4 volumes.

RUGGIERO, Guido de. Historia del Liberalismo Europeo. Madrid : Ediciones Pegaso, 1944.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

SANTOS, Fernando Piteira. Geografia e economia da Revolução de 1820. Lisboa : Publicações Europa-América, 1962.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. "A evolução da idéia de Constituição em Portugal". In.: Vítor Neto (coordenador). A Revolução Francesa e a Península Ibérica. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1988, p. 435-456.

SCANTIMBURGO, João de. O poder moderador: história & teoria. São Paulo : Pioneira, 1980.

SILBERT, Albert. "Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal". Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, p. 231-247.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil". In.: Revista de História das Idéias. Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1978-1979, p. 1-52.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). 2a ed., São Paulo : Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Formas de representação política na época da Independência. Brasília : Câmara dos Deputados, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O império luso-brasileiro: 1750-1822. Lisboa : Estampa, 1986.

SIMMONS, Merle E. La revolución norteamericana en la independencia de Hispanoamérica. Madrid : Editorial Mapfre, 1992.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

SOBRINHO, Barbosa Linha. Antologia do Correio Brasiliense. Rio de Janeiro : Livraria Editora Cátedra; Brasília : INL, 1977.

SODRÉ, Nelson Wernerck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Iara Lis Franco S. C. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). Campinas : Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. A vida de D. Pedro I. São Paulo : Ed. USP ; Belo Horizonte : Itatiaia., 1988, 3 volumes.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da USP, 1988.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. José Bonifácio. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : Ed. da USP, 1988.

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. Do Poder Moderador. Brasília : Senado Federal, 1978.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. O sistema eleitoral no Império. Brasília : Senado Federal, 1970.

STAROBINSKI, Jean. A invenção da liberdade. São Paulo : Editora UNESP, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da sedição intentada na Bahia em 1798: "A Conspiração dos Alfaiates". São Paulo; Brasília : INL, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A independência do Brasil na Bahia. 2a ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira; Brasília : INL, 1982.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Writing by candlelight. London : Merlin, 1980.

TOCQUEVILLE, Alexis de. L'Ancien Regime et la Revolution. Paris : Gallimard, 1952.

VARGUES, Isabel Nobre. Entre o exercício da cidadania política e a adoção do constitucionalismo: o papel da Universidade vintista. Coimbra : Separata do vol. 5º das Atas do Congresso "História da Universidade", Universidade de Coimbra, 1991.

VARGUES, Isabel Nobre. A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra : Livraria Minerva Editora, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. Brasília : INL/MEC, 1972.

VASCONCELOS, Zacarias de Goês e. Da natureza e limites do Poder Moderador. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1978.

VERDELHO, Telmo dos Santos. As palavras e as idéias na Revolução liberal de 1820. Coimbra : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VICENTE, António Pedro. "Um diplomata espanhol nas Cortes constitucionais portuguesas". In. A diplomacia na História de Portugal. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1990.

VIEIRA, Benedicta Maria Duque. O problema político português no tempo das primeiras Cortes liberais. Lisboa : Edições João Sá da Costa, 1992.

VOPA, Anthony J. La. "Conceiving a public: ideas and society in Eighteenth-Century Europe". In.: The Journal of Modern History. Chicago : The University of Chicago Press, volume 64, nº 1, march 1992, p. 79-116.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. São Paulo : Brasiliense, 1987.

WEBER. Max. Economia y sociedad. México : Fondo de Cultura Económica, 1984, 2a ed.